

Depoimentos e Trajetórias

Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios

ORGANIZAÇÃO

MARIA ANGELA P. C. S. BORTOLUCCI
NATALIA CAPPELLARI DE REZENDE
JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

USP



instituto de
arquitetura
e urbanismo
usp são carlos

Organizadoras

MARIA ANGELA P. C. S. BORTOLUCCI
NATALIA CAPPELLARI DE REZENDE
JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

Depoimentos e Trajetórias

Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios

AUTORAS E AUTORES

Amanda Cavalcante Moreira, Ana Carolina Gleria Lima, Ana Carolina Valente Ribeiro, Ana Rita Corrêa, Ana Teresa Cirigliano Villela, Camila Gomes Sant'Anna, Cecília Neves Kappler Vaz, Jéssica Ariane Campaneri Sposito, Joana D'Arc de Oliveira, Luciana Pelaes Mascaro, Marcus Vinicius Dantas de Queiroz, Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci, Marina Guimarães Destro, Marina Lopes Gonçalves Teixeira, Mateus Azadinho Micalli, Mateus Rosada, Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira, Natalia Cappellari de Rezende, Rodrigo Sartori Jabur, Rosemary Lopes Rodrigues, Vladimir Benincasa.

SÃO CARLOS IAU-USP 2021

DOI 10.11606/9786586810189

ISBN 978-65-86810-18-9

USP



instituto de
arquitetura
e urbanismo
usp são carlos

ORGANIZAÇÃO

Maria Angela P. C. S. Bortolucci
Natalia Cappellari de Rezende
Joana D' Arc de Oliveira

EDITORÇÃO

Natalia Cappellari de Rezende

FOTO DA CAPA

Thomaz Ceneviva, 1956/57.
Acervo Bortolucci.

Os autores de todos os textos autorizaram sua publicação no livro *Depoimentos e Trajetórias: Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios* e declararam ser de sua inteira responsabilidade o conteúdo; em caso de imagens que não sejam de sua autoria, declararam possuir autorização do(s) autor(es) para seu uso, ou declararam ser de uso livre; em ambos os casos, declararam que a autoria de terceiros foi devidamente informada no trabalho; por fim, os autores declararam-se responsáveis por quaisquer consequências morais ou legais no caso do trabalho como um todo ou parte dele ser considerado inadequado ou plágio por terceiros que venham a se manifestar.

Catálogo na Publicação

Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

D422

Depoimentos e trajetórias [recurso eletrônico] : grupo de pesquisa Patrimônio, cidades e territórios / organizadoras: Maria Angela P. C. S. Bortolucci, Natalia Cappellari de Rezende, Joana D'Arc de Oliveira, autoras e autores: Amanda Cavalcante Moreira... [et al.]. -- São Carlos: IAU/USP, 2021.
464 p.

ISBN 978-65-86810-10-9

DOI: 10.11606/9786586810109

1. Patrimônio arquitetônico (Brasil). 2. Patrimônio cultural (Brasil). 3. Arquitetura (Pesquisa). I. Bortolucci, Maria Angela P. C. S., org. II. Rezende, Natalia Cappellari de, org. III. Oliveira, Joana D'Arc de, org. IV. Moreira, Amanda Cavalcante.

CDD 720.288

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2: Brianda de Oliveira Ordonho Sigolo - CRB - 8/8229

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Vahan Agopyan [Reitor]
Antonio Carlos Hernandez [Vice-Reitor]

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Joubert José Lancha [Diretor]
Miquel Antônio Buzzar [Vice-Diretor]
Tomás Antonio Moreira [Presidente da Comissão de Pós-Graduação]
Karin Maria S. Chvatal [Presidente da Comissão de Pesquisa]

USP



instituto de
arquitetura
e urbanismo
usp são carlos

Depoimentos e Trajetórias

Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios

revisão científica

Maria Angela P. C. S. Bortolucci

realização

Grupo de Pesquisa Patrimônio,
Cidades e Territórios – PCT

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
GRUPO DE PESQUISA PATRIMÔNIO, CIDADES E TERRITÓRIOS – PCT	10
ARQUITETURA, HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: UMA TRAJETÓRIA Amanda Cavalcante Moreira	11
REGISTRO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE: METODOLOGIA DE PESQUISA EM ARQUITETURA Ana Carolina Gleria Lima	25
A MEMÓRIA AFETIVA NOS CAMINHOS DA VILA Ana Carolina Valente Ribeiro	39
PERCURSO E PERCALÇOS NOS CAMINHOS DA BABILÔNIA Ana Rita Corrêa	51
DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA À ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM URBANA: TRAJETÓRIAS DE PESQUISA Ana Teresa Cirigliano Villela	66
A TRAVESSIA DE FRONTEIRA: UM BREVE RELATO SOBRE O ESTUDO DA PAISAGEM E DO PATRIMÔNIO NO DECORRER DA MINHA FORMAÇÃO Camila Gomes Sant’Anna	82
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: TRAJETÓRIA DE PESQUISA EM BUSCA DA COMPREENSÃO DAS QUESTÕES PATRIMONIAIS NO MEIO RURAL EM SÃO CARLOS- SP Jéssica Ariane Campaneri Sposito	96

- LUGARES, CASAS E MEMÓRIAS: DAS VIVÊNCIAS DO
COTIDIANO AO INTERESSE PELA PESQUISA **110**
Joana D'Arc de Oliveira
- PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: EXPERIÊNCIAS DE
TRABALHO NO ESTADO DE MATO GROSSO **125**
Luciana Pelaes Mascaro
- O SEMIÁRIDO BRASILEIRO COMO OBJETO DE
PESQUISA NO CAMPO DA ARQUITETURA E DO **141**
URBANISMO
Marcus Vinicius Dantas de Queiroz
- UM PERCURSO DE PESQUISA EM ARQUITETURA
URBANA E RURAL **152**
Maria Angela P. C. S. Bortolucci
- ARQUITETURA E ORIGEM: A TRAJETÓRIA DE PESQUISA
PELO RE(CONHECIMENTO) DO PIAUÍ **164**
Marina Lages Gonçalves Teixeira
- DAS HISTÓRIAS DE FAMÍLIA À PÓS-GRADUAÇÃO:
TRAJETÓRIA DE PESQUISA EM ARQUITETURA E **175**
URBANISMO
Mateus Azadinho Micalli
- UM PAULISTA NO SUL DO BRASIL: APRENDENDO PARA
ENSINAR SOBRE O VALOR CULTURAL DO PATRIMÔNIO **192**
GAÚCHO
Mateus Rosada
- ARQUIVOS E DOCUMENTOS DE ARQUITETURA
SUBSÍDIOS PARA A HISTORIOGRAFIA DA **207**
ARQUITETURA NOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira

CIDADE, ARQUITETURA E MORADIA COMO OBJETOS DE PESQUISA: UMA TRAJETÓRIA Natalia Cappellari de Rezende	226
A PESQUISA, O ENSINO, O TRABALHO COLETIVO: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL Rodrigo Sartori Jabur	244
RECONHECENDO AS ESCALAS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE ALAGOAS: A TRAJETÓRIA DE UMA INVESTIGAÇÃO Rosemary Lopes Rodrigues	254
SOBRE CASINHAS, CASARÕES, FAZENDAS E IGREJAS Vladimir Benincasa	271
CADERNO COMEMORATIVO DA DISCIPLINA IAU5908	288
MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: DEPOIMENTOS DOS PROFESSORES	289
DEPOIMENTO SOBRE A TRAJETÓRIA DE UMA DISCIPLINA Maria Angela P. C. S. Bortolucci	289
UMA DISCIPLINA E SEUS (IMPORTANTES) REFLEXOS Vladimir Benincasa	292
SOBRE (COM)PARTILHAR CAMINHOS Joana D'Arc de Oliveira	296

O OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO DO INTERIOR
PAULISTA: ARQUITETURA PAULISTA DO SÉCULO XIX
ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX **298**
Rodrigo Sartori Jabur

VILA MARIA ZÉLIA: CONSCIÊNCIA SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO **300**
Ana Rita Corrêa

DE COMO UM POETA MUDOU A PAISAGEM DO
CENTRO DE ARARAQUARA **313**
Cecília Neves Kappler Vaz

ESTAÇÃO CULTURA: UMA ANÁLISE TRANSVERSAL DO
PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DE CATANDUVA-SP **350**
Marina Guimarães Destro

POSSIBILIDADE DE LEITURA E ANÁLISE DA MORADIA
URBANA DE UMA CIDADE NO INTERIOR PAULISTA **387**
Natalia Cappellari de Rezende

A CIDADE E SEUS TRILHOS: ESTUDO DO CONTEXTO
URBANO DA IMPLANTAÇÃO DOS BONDES EM
MACEIÓ/AL, 1866-1931 **406**
Rosemary Lopes Rodrigues

REGISTROS FOTOGRÁFICOS EXTRAÍDOS DO PERFIL
DO INSTAGRAM DA DISCIPLINA IAU5908: **452**
[@arquiteturapaulista19e20](https://www.instagram.com/arquiteturapaulista19e20)

APRESENTAÇÃO

É muito grande a nossa satisfação em oferecer à comunidade científica a publicação deste livro *Depoimentos e Trajetórias*, em formato de ebook, que teve como premissa se tornar um desdobramento do 3º Seminário do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios, realizado nos dias 4 e 5 de abril de 2019 e dando continuidade à sequência de seminários do grupo de pesquisa (primeira edição em 2016 e segunda em 2017), sempre contando com o apoio do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo.

O tema, que apropriadamente inspira o título do livro – marcou os seis anos de existência do grupo e foi muito oportuno para que os pesquisadores membros realizassem uma reflexão acerca de suas próprias trajetórias de pesquisa. Ao fazerem relatos de cunho pessoal e crítico, os pesquisadores permitiram que ocorresse um rico debate, especialmente em virtude da ampla gama de suas experiências e vivências em temas pertinentes ao patrimônio cultural brasileiro, nos mais diversos enfoques e nuances de metodologias e objetos de pesquisa, que foi em essência a motivação para a criação do próprio grupo de pesquisa em 2013.

Dessa forma, o livro contém dezenove capítulos, seguindo a sequência de apresentação em ordem alfabética dos nomes de seus autores: Amanda Cavalcante Moreira, Ana Carolina Valente Ribeiro, Ana Carolina Gleria Lima, Ana Rita Corrêa, Ana Teresa Cirigliano Villela, Camila Gomes Sant’Anna, Jéssica Ariane Campaneri Sposito, Joana D’Arc de Oliveira, Luciana Mascaro, Marcus Vinicius Dantas de Queiroz, Maria Angela P. C. S. Bortolucci, Marina Lages Gonçalves Teixeira, Mateus Azadinho Micalli, Mateus Rosada, Mônica Cristina Brunini Frandi Ferreira, Natalia Cappellari de Rezende, Rodrigo Sartori Jabur, Rosemary Lopes Rodrigues e Vladimir Benincasa.

O livro inclui ainda um caderno referente à disciplina IAU5908 - Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX, do Programa de Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP, que tem a sua página de abertura ilustrada com uma sequência de fotografias mostrando alunos e docentes em algumas das visitas técnicas realizadas na disciplina. O caderno contém cinco capítulos decorrentes de monografias produzidas

por ex-alunos, também seguindo a sequência de apresentação em ordem alfabética dos nomes de seus autores. Ana Rita Corrêa apresenta questões acerca da conservação e preservação do patrimônio histórico da Vila Maria Zélia. Cecília Neves Kappler Vaz, ao tratar da atuação do engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado em Araraquara, faz um interessante contraponto com sua vida de poeta, sob o pseudônimo de Juó Bananére. Marina Guimarães Destro discorre sobre o patrimônio edificado ferroviário de Catanduva, dando destaque ao conjunto do Armazém do Café. Natalia Cappellari Rezende que ao revelar questões basilares da estruturação de sua dissertação de mestrado intitulada "A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865 - 1940)", discute as abordagens analíticas realizadas sobre a moradia, a cidade e a arquitetura. Por fim, Rosemary Lopes Rodrigues traz o contexto de implantação da linha de bondes em Maceió para discutir a influência dos bondes na estrutura desta cidade capital do estado de Alagoas. Além desses capítulos, ainda consta no "Caderno Comemorativo da Disciplina IAU5908" uma seção de depoimentos dos docentes que se envolveram com a disciplina ao longo de sua existência: Maria Angela P. C. S. Bortolucci, Vladimir Benincasa, Joana D'Arc de Oliveira e Rodrigo Sartori Jabur.

Finalmente, acreditando na importante contribuição desta publicação para a sociedade como um todo, especialmente para os pesquisadores que estudam os espaços urbanos e rurais do território brasileiro, desejamos a todos uma ótima leitura!

Maria Angela P. C. S. Bortolucci

Natalia Cappellari de Rezende

Joana D'Arc de Oliveira

GRUPO DE PESQUISA PATRIMÔNIO, CIDADES E TERRITÓRIOS – PCT*

O grupo se organizou em 2012 no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), a partir do interesse de alguns pesquisadores em investigações que contemplam o patrimônio brasileiro constituído por cidades, conjuntos rurais, sítios históricos e paisagens culturais, cumprindo um recorte temporal que abarca o período colonial, imperial até a primeira república, nas dimensões rural e urbana do território brasileiro, e incluindo modos de produção e de morar formados a partir de um saber local e/ou de experiências vindas de fora. Nas pesquisas desenvolvidas interessa sobretudo compreender a gênese e as transformações ocorridas nessas estruturas de cidades e territórios; a constituição desse patrimônio material e imaterial nos diversos segmentos da sociedade brasileira; e as possibilidades de conservação e preservação desses espaços.

* dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3722566502521574

Arquitetura, história, memória e patrimônio: uma trajetória

Architecture, history, memory and heritage: a trajectory

Arquitectura, historia, memoria y patrimonio: una trayectoria

Amanda Cavalcante Moreira [1]

[1] Arquiteta (UFPI – 2011) e Historiadora (UESPI – 2013). Mestre em Ciências – título obtido no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com a dissertação *Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)*, desenvolvida com o financiamento da FAPESP. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Teoria e História da Arquitetura, também pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a pesquisa *A moradia urbana do Piauí do Século XIX*. É integrante do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (cadastro no CNPq). Professora da Universidade Federal do Piauí e do Centro Universitário Santo Agostinho.

<http://lattes.cnpq.br/428640603637156>

amandacmoreira@hotmail.com

Aborda os momentos determinantes da nossa trajetória de pesquisa, envolvendo desde a infância, as graduações em História e Arquitetura, o Mestrado, o Doutorado ainda em andamento e a prática docente, onde a história, a memória e o patrimônio histórico foram temática recorrente. Objetiva expor a importância e os principais resultados e produções de cada uma dessas etapas, além dos principais autores que nortearam esse caminho, resultando assim em um remonte dessa trajetória.

Semente

No meu repertório de lembranças, não me recordo da primeira percepção de gostar tanto do lugar que eu morava. O fato é que o sentimento de pertencimento pela casa de paredes grossas estendia-se às ruas asfaltadas e movimentadas do Centro da cidade, que eu amava observar, ainda criança, no caminho até a escola. Junto com a consciência do meu lugar na cidade, aumentou o meu encanto pelos "centros", com suas cores, efervescência e diferenças, parada sempre obrigatória nas cidades que tive a chance de conhecer. Assim, nada mais prazeroso do que estudar o "meu centro" – que me viu nascer e crescer e ocupa um lugar de destaque em minhas primeiras lembranças (MOREIRA, 2016, p. 29).

A natureza do seu surgimento foi determinante na sua configuração urbana que, diferentemente do que ocorria nas cidades desse período, não se desenvolveu em torno da praça da igreja, mas sim a partir de um largo eixo comercial conhecido como Rua Grande (Figura 2) que, por ter grande largura em relação às demais - aproximadamente doze metros em quanto as perpendiculares têm cerca de cinco metros - certamente fez as vezes de praça. Ao tratar dessa questão, Silva Filho (2007, p. 120) diz que

[...] ao contrário das vilas da Colônia, em que a igreja matriz expressou a nucleação do povoado, aqui ela esteve ausente até a data da sua construção em 1874, 13 anos após instalada a Vila e três anos depois da cidade, já afastada do núcleo de origem, no bairro Villa-Nova.

Figura 1 – Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara e Usina Elétrica de Floriano, respectivamente.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Plantar

Iniciar o curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Piauí me abriu muitas portas e uma forma diferente de ver a graduação que eu imaginava. Uma das mais importantes desta, senão a mais decisiva, foi o contato com a pesquisa ainda no primeiro ano. Por meio de um trabalho de disciplina, dei meus primeiros passos na pesquisa no Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA, onde publicamos meu primeiro capítulo de livro, fruto de uma apresentação no 3º Seminário de Paisagismo Sul-Americano – Paisagens Culturais: múltiplos espaços, temporalidades e cotidianos, no Rio de Janeiro, em 2008.

O artigo intitulado O Parque da Cidade: origem, transformações e sua importância para a cidade de Teresina, com base em autores como Macedo e Sakata (2002), Sá Carneiro e Mesquita (2002) descreve e analisa as condições do parque "Prefeito João Mendes Olímpio de Melo", popularmente conhecido como Parque da Cidade, deduzindo a relação entre os parques de Teresina e o Rio Poti e a importância do mesmo pra cidade, além da necessidade de políticas públicas para manutenção e o uso do mesmo, tão importante para a região (MOREIRA, MATOS E REIS, 2008). Nessa mesma linha, destaco ainda a produção de dois artigos, intitulados "O parque da cidade: um lugar de encontro com o bairro Primavera" e "Gestão Cultural da Paisagem: os parques ambientais de Teresina nas margens do rio Parnaíba", ambos publicados nos anais do XII Seminário de Arquitetura Latina Americana, no ano de 2007.

O contato com as disciplinas e os professores do decorrer do curso de Arquitetura e Urbanismo levou-me à decisão de cursar uma segunda graduação, que modificaria totalmente o curso das pesquisas que vinha desenvolvendo até então. Ainda na metade da primeira graduação optei por cursar, concomitante, o curso de Licenciatura Plena em História, do qual destaco, inicialmente, o contato com autores que abordam a memória social, tais como Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak.

Michel Pollak (1992) aborda em seu texto "Memória e Identidade social" a importância desta para a coesão de uma sociedade e manutenção da sua identidade, apontando os elementos constitutivos da memória, e especialmente, os *lugares de memória*, sobre os quais dizia

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante,

independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos Inais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma pessoa relembração de um período que a viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. Para a minha geração na Europa este é o caso da Segunda Guerra Mundial (POLLAK, 1992, p. 201).

O contato principalmente com esse autor e os demais apresentados foi determinante para a mudança no tema de pesquisa ao qual me dedicaria a partir de então: o patrimônio histórico e a sua preservação. Esse contato com o tema do patrimônio histórico culminou no desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, intitulado "Sobrados e porões: Um estudo da Arquitetura Eclética do Centro de Teresina de meados do século XIX à segunda metade do século XX.", que foi decisivo para o todo o percurso que seria seguido posteriormente.

Neste trabalho foi feita uma breve análise da arquitetura residencial de feições ecléticas da região central de Teresina, considerando a divisão em quatro grupos de análises principais: as residências alinhadas aos limites dos lotes; as residências com um recuo lateral; as residências completamente soltas dos limites dos lotes e os sobrados (FIGURA 2) (MOREIRA, 2011). Resultou na consideração de que

Todas as tendências foram analisadas em seus mais variados aspectos, e a partir disso, foi possível identificar os pontos mais relevantes de cada uma delas. No ecletismo de fachada, verificou-se a existência de residências apenas com uma casca eclética, quando o seu interior ainda era completamente colonial. Na segunda tendência percebe-se um avanço rumo ao ecletismo, principalmente no que diz respeito à planta, e nas residências soltas no lote o ecletismo atinge o seu apogeu na cidade. Com um número menor de exemplares, os Bangalôs alcançam as características que o ecletismo inspirava: modernidade, conforto, luxo, requinte. Dois pontos foram cruciais para a manifestação do ecletismo da forma como ele se apresenta em Teresina: a temporalidade da transferência da capital, que desencadeou todo o processo de construção e posterior modernização de Teresina, fazendo com que o ecletismo aqui chegasse com atraso; e a situação econômica da capital (MOREIRA, 2011, p. 184).

Figura 2 – Residências das variadas categorias de análise do Trabalho final de Graduação.



Fonte: MOREIRA, 2011.

Algumas das constatações do Trabalho Final de Graduação foram confirmadas nas pesquisas que viriam posteriormente, outras, refutadas, mas a principal contribuição desse trabalho foi, sem dúvidas, o contato com autores que seriam o norte das nossas pesquisas subsequentes, como Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Alberto Cerqueira Lemos.

Apointamos ainda como importante desdobramento do Trabalho Final de Graduação a publicação do artigo "A arquitetura conta a história: a importância da preservação da arquitetura eclética de Teresina para a memória da cidade", que, finalmente, articulava o conhecimento obtido nas duas graduações cursadas. Baseado em autores de renome nacional como Lemos (1981) e Choay (2006), e historiadores locais como Nunes (2007), Nascimento (2002) e Chaves (1998), considera que

A partir da análise desenvolvida e das relações estabelecidas entre a difusão da arquitetura eclética em Teresina e a busca pela modernização da cidade, pôde-se perceber o quanto essas edificações refletiram os acontecimentos que se desenrolavam na capital, fruto de fatores decorrentes não só da cidade, mas também de elementos externos. A arquitetura

eclética refletiu a busca por modernização e consequente urbanização na cidade, além das mudanças que aconteciam nos laços familiares. Foram portanto, testemunhos da história da cidade de Teresina, constituindo importantes lugares de memória para a mesma. Decorre dessa relação a importância da preservação dessas edificações, tendo-se em vista, ainda, o quanto é alarmante a situação da preservação dessas edificações. Dia após dias as características dessas edificações são apagadas, perdendo-se, junto com estas, a memória de uma época tão emblemática na construção de Teresina que possuímos hoje (MOREIRA e ELIAS, 2012, p. 10).

Destaco, ainda, como importante momento dessa trajetória a possibilidade de ser bolsista do PIBID, vinculada ao curso de Licenciatura Plena em História. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa do Ministério da Educação, gerenciado pela CAPES (Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cujo objetivo maior é o incentivo à formação de professores para a educação básica e a elevação da qualidade da escola pública, que me possibilitou o primeiro contato com o outro lado da sala de aula.

Florescer

Em meio a todo esse percurso, o curso natural foi buscar a continuidade da pesquisa após a graduação em Arquitetura e Urbanismo, foi quando optei por pleitear uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e fui aprovada com o projeto "Teresina e a arquitetura das moradas ecléticas da região central da cidade.", que tinha como principal objetivo analisar e caracterizar a produção da arquitetura residencial eclética da região central da cidade de Teresina, bem como compreender como se deu na cidade a difusão dessa nova forma de morar e de fazer arquitetura, sob a orientação da Prof. Dr^a. Maria Angela P. C. S. Bortolucci.

Vários momentos foram determinantes no curso dessa pesquisa. Destaco como o primeiro deles a obtenção do financiamento da FAPESP, que me permitiu a participação em importantes eventos da área e também a de cursar disciplinas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Ambas as oportunidades me fizeram crescer como pessoa e pesquisadora.

A banca de qualificação foi um momento decisivo na direção da nossa pesquisa, pois nos fez perceber um novo recorte no nosso objeto, que passou de "residências ecléticas da região central de Teresina" a "residências construídas na região central de Teresina (1852-1952)". A pesquisa de campo foi um ponto muito importante nesse processo, pois percorremos todo o centro de Teresina, in loco ou via Google Street View a fim de encontrar edificações originalmente residenciais com características ainda reconhecíveis para que servissem de objeto de análise para a nossa pesquisa (MOREIRA e BORTOLUCCI, 2014). Essa metodologia foi apresentada e publicada nos anais do XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado, em 2014.

As leituras já iniciadas durante o Trabalho Final de Graduação foram aprofundadas, e nossas análises basearam-se em autores nacionais, dentre os quais destacamos Reis Filho (1970), Pinheiro (2011), Mascaro (2008), Correia (2004), Bortolucci (1991) e Carlos A. C. Lemos, além de historiadores locais, como Silva Filho (2007) Queiroz (2006) Nunes (2007) Nascimento (2002).

A pesquisa resultou principalmente em uma dissertação que teve como principal objetivo "Caracterizar e analisar a produção da arquitetura residencial da região central da cidade de Teresina entre os anos de 1852 e 1952, bem como compreender como se deu sua transformação (MOREIRA, 2016, p. 33)", e apresentou-se dividida em três capítulos

o primeiro capítulo tem como marco inicial o surgimento da cidade de Teresina; o segundo capítulo tem como marco inicial o início do século XX, que coincide também com a efetivação de algumas políticas de melhorias na infraestrutura da cidade e, finalmente, o terceiro capítulo tem como marco inicial a promulgação do Código de Posturas de 1939, que está fortemente atrelado a muitas mudanças na arquitetura da cidade. Optamos por uma divisão em que privilegamos o tempo e os fatos que incidiram na produção da arquitetura, em detrimento de uma estrutura baseada em características exclusivamente estilísticas. Acreditamos que assim foi possível avaliar mudanças e permanências no decorrer do tempo e perceber, além da forma, o que influenciou e refletiu a produção dessa arquitetura (MOREIRA, 2016, p. 39).

Resulta na percepção de que a arquitetura residencial teresinense no período estudado apresentou particularidades várias, e, principalmente, "carentes de sofisticação, recursos técnicos e financeiros ou elementos decorativos, porém, ricas em soluções diante de Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952) todas essas

limitações (MOREIRA, 2016, p. 343)". Destacamos ainda a periodização dessa arquitetura em três períodos principais,

O primeiro deles correspondente à arquitetura que se constituiu nas primeiras décadas de fundação da cidade, com formas ainda intrinsecamente relacionadas à arquitetura tradicional e às casas de fazendas e um grande abismo entre o que se praticava nos centros maiores, especialmente pelo isolamento da cidade e a carência de recursos financeiros, extrema nesse período. Com o aumento da população, da infraestrutura urbana, das possibilidades de contato com outros centros e uma melhor condição financeira, temos na virada para o século XX um segundo momento nessa arquitetura, onde o ecletismo predominou na conformação das características dessas residências. Um ecletismo com características tardias frente aos grandes centros do Brasil, mas totalmente adequado à temporalidade da cidade, que encontrou neste a resposta para o momento que atravessava. Uma arquitetura simples e carente de sofisticação, mas exuberante e elaborada frente ao que se construía no início da cidade. Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952) Como um terceiro período destacamos a ascensão da arquitetura neocolonial, na qual se desfez o grande abismo existente entre Teresina e o resto do país. Encontramos, nesse momento, uma arquitetura de proporções semelhantes às manifestações nacionais, que apesar de ter se estendido um pouco mais no tempo, ganhou corpo na cidade paralelamente à difusão ocorrida no país (MOREIRA, 2016, p.343-344).

Exemplificamos a materialização dessa arquitetura a partir dos exemplares a seguir:

Figura 3 – Residências analisadas do decorrer de cada um dos capítulos da nossa dissertação.



Fonte: MOREIRA, 2016.

Crescer e Semear

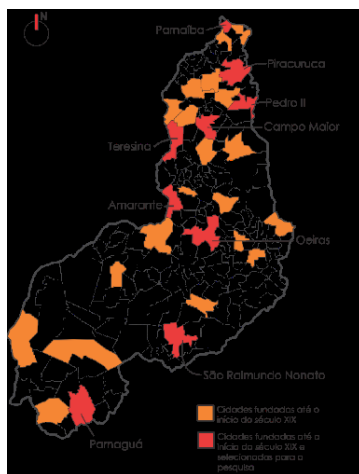
A fase final e materialização nos fez perceber uma série de lacunas com relação à historiografia da arquitetura piauiense. Muitas dúvidas surgiram com relação ao contexto maior do objeto do mestrado – como as residências teresinenses se relacionavam com os exemplares do restante do estado, o que as aproximava ou diferenciava-as do restante do território piauiense ou mesmo quais as características gerais da arquitetura do Piauí. Decidimos, portanto, que o nosso objeto de estudo para participação no processo seletivo do doutorado seriam as residências piauienses.

A aprovação no doutorado veio com um projeto de pesquisa que objetiva compreender a transformação da arquitetura residencial urbana do Piauí no período entre 1850 e 1940, objetivo que, em termos gerais, mantemos até hoje. Para isso, estabelecemos um recorte espacial baseado na análise da arquitetura residencial de nove cidades (Figura 4), situadas de norte a sul do território piauiense, considerando critérios vários. Ressaltamos aqui que o conhecimento de muitas cidades ao longo do Piauí, desde a infância, foi crucial na escolha e análise da arquitetura dessas cidades.

Pouco depois da aprovação no doutorado e um grande desafio a cumprir, diante de um recorte temporal centenário e um estado inteiro a percorrer, veio o que seria a conquista de um sonho pessoal e ao mesmo tempo, o maior desafio que enfrentaria: a aprovação no concurso para professor do quadro efetivo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí, decisiva para o curso que a pesquisa seguiria a partir de então.

A atuação como professora trouxe uma série de implicações, tanto positivas quanto negativas para o desenvolvimento da nossa pesquisa, que apesar da divisão do tempo entre os períodos como professora da graduação e aluna do doutorado, encontra-se em bom estágio de desenvolvimento, e apresenta como

Figura 4 – Cidades fundadas no Piauí até o início do século XIX e cidades selecionadas para a pesquisa.



Fonte: MOREIRA, 2016.

resultados parciais o estabelecimento da

estrutura da tese a partir do agrupamento de cidades com características arquitetônicas semelhantes, o que só foi possível a partir da quase que total conclusão dos levantamentos de campo inerentes a esta.

Apesar das dificuldades que envolvem a conciliação da pesquisa com a prática profissional, destaco aqui o desenvolvimento de algumas atividades no âmbito da Universidade Federal do Piauí que contribuem não só para o desenvolvimento da pesquisa, mas também para a formação como pesquisadora. A primeira delas é o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado "Casas Piauienses", que nos deu a oportunidade de liderar um grupo que estabelece pesquisas diversas acerca de residências no estado. Destaco, como importante desenrolar deste, o desenvolvimento do artigo "Moradia em pedra e barro: a Vivenda Caiçara e o patrimônio rural piauiense", que aborda o processo de construção e transformação da arquitetura em pedra no Piauí, utilizando como exemplo para análise a Vivenda Caiçara (Figura 5), uma moradia da década de 1910, situada na cidade de Capitão de Campos – Piauí e foi apresentado no I Congresso Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural.

Figura 5 - Vivenda Caiçara em 1994 e em 2017, respectivamente.



Fonte: Acervo pessoal da autora, cedidas pela família proprietária da fazenda.

Ressaltamos, finalmente, a possibilidade de ministrar a disciplina Arquitetura Piauiense na Universidade Federal do Piauí, que, além de ser estreitamente relacionada à nossa pesquisa, tem resultado em excelentes produções acerca da documentação, registro e análise da arquitetura piauiense, material exemplificado a partir de um Folder da Arquitetura Civil de Oeiras.

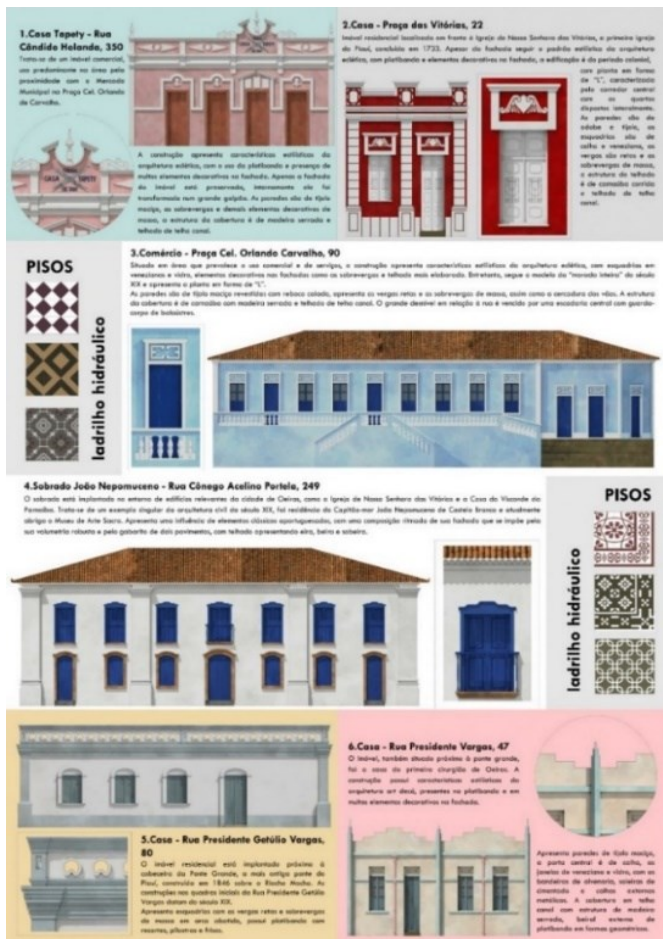


Figura 6 – Parte do Folder da Arquitetura Civil de Oeiras.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Produzido Tainne Neco, Wanderson Luiz, Camila Figueiredo, Ana Clara Melo, Denise Rodrigues, Lucas Ferreira e Carlene Silva.

Considerações Finais

Mediante a trajetória apresentada, apontamos alguns aspectos que acreditamos serem cruciais nesse processo. A primeira delas é a importância de um processo de formação do professor e pesquisador que se mostra mais frutífera quando não se restringe apenas às atividades estritamente acadêmicas. Como um segundo aspecto, destacamos o fato

de que nossa pesquisa se desenvolveu segundo uma trajetória iniciada ainda na graduação, onde se deu o primeiro contato com o nosso objeto e as primeiras referências bibliográficas, o que deu um maior corpo e segurança a esta. Finalmente, ressaltamos que apesar de ser uma trajetória que apresenta diversas dificuldades – o que não é exclusivo da nossa – o resultado e os frutos desta são sempre recompensadores.

Referências

BORTOLUCCI, Maria Ângela P. Castro e Silva. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. **A Construção do Habitat Moderno no Brasil – 1870 – 1950**. São Carlos – Rima, 2004.

LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo. Edusp, 2003.

MASCARO, Luciana Pelaes. **Difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista, 1920-1950**. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Sobrados e Porões: um estudo da arquitetura residencial eclética do centro de Teresina da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX**. Teresina. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Piauí, 2011.

MOREIRA, A. C.; ARAGÃO, J. L.. **A arquitetura conta a história: a importância da preservação da arquitetura eclética de Teresina para a memória da cidade**. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver, Sentir e Narrar, 2012, Teresina. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012. v. 1.

MOREIRA, A. C.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. E. S. **A identificação do patrimônio residencial eclético da região central de Teresina**. In: XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO A Dimensão do Cotidiano do Patrimônio e os Desafios para sua Preservação, Bauru, 2014, p. 831-838.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina – (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província**. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. v. II.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos de 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 04 Mar. 2019.

PORTAL BRASIL, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de manióboba na economia do Piauí: 1900-1920**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SILVA FILHO, Olavo P. da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte, 2007.

Registro, sistematização e análise: metodologia de pesquisa em arquitetura

Record, systematization and analysis: architecture research methodology

Registro, sistematización y análisis: metodología de la investigación en arquitectura

Ana Carolina Gleria Lima [2]

[2] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, onde defendeu no ano de 2020 a tese intitulada Casa e Documentação: a história contada através de um acervo de projetos, com o fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e sob orientação da prof. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci. Titulada mestre pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde desenvolveu sua pesquisa sob a orientação da prof. Dra. Ruth Verde Zein. Foi professora das disciplinas de Conforto Ambiental, Arquitetura Contemporânea e Técnicas Retrospectivas no Centro Universitário Toledo (UNITOLEDO), e das disciplinas de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, e de Projeto de Urbanismo, na instituição Centro Universitário Moura Lacerda (CUML); da disciplina de História das Artes na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Atuou como arquiteta e pesquisadora voluntária da Rede de Cooperação Identidades Culturais, onde participou do Inventário Nacional de Referências Culturais da cidade de Ribeirão Preto. Foi colaboradora e pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC).
<http://lattes.cnpq.br/0606294704212571>
anagleria@usp.br

O capítulo percorre dois momentos de pesquisa – dissertação e tese – com o objetivo de explorar as escolhas metodológicas realizadas mediante a duas situações distintas: o levantamento em campo de edificação existente e o trabalho com fonte primária de documentação em acervo. O levantamento dos remanescentes cafeeiros da cidade de Ribeirão Preto, foi determinante para a estruturação da pesquisa de mestrado, enquanto a experiência pesquisando em fonte primária de documentação no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), levou os caminhos para a tese de doutorado em desenvolvimento. Objetiva expor os caminhos que levaram ao registro, sistematização e análise, como metodologia de pesquisa em ambos os casos.

De estudante à pesquisadora

Por se tratar de um depoimento abordando trajetórias, peço licença para contar minha história em primeira pessoa. Desde o início da graduação, demonstrei interesse pelas disciplinas teóricas de arquitetura, incluindo aquelas dedicadas ao patrimônio cultural. Quando estagiária trabalhei com o arquiteto Samuel Kruchin, no escritório Kruchin Arquitetura, onde tive a oportunidade de colaborar em diversos projetos, participando de discussões sobre preservação e restauro em todas as escalas arquitetônicas, desde o edifício e seus detalhes, até sua relação com o entorno. Pude colaborar na realização de levantamentos, pesquisas históricas, desenvolvimento de projetos analíticos, de restauro e de intervenção em projetos como: Edifício Sampaio Moreira, Conservatório Dramático Musical - Praça das Artes e Tribunal de Justiça, despertando o meu interesse pela pesquisa acadêmica e seus desdobramentos no projeto de intervenção.

Ainda como estudante, escolhi como tema do trabalho final de graduação - TFG um projeto de intervenção em um edifício existente de valor histórico e arquitetônico, onde o projeto fosse apoiado pela pesquisa buscando estudar e entender o edifício existente. Esse trabalho, intitulado "Projeto de Intervenção do Hospital Umberto I" pode ser considerado meu primeiro passo como pesquisadora.

Após o encerramento da graduação, senti a necessidade de dar continuidade na discussão projetual teórica e acadêmica. Mas qual tema deveria ser abordado? Ao ingressar no curso de mestrado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie, decidi que apesar de viver na cidade de São Paulo há alguns anos, minha maior proximidade sempre foi com minha cidade natal, Ribeirão Preto. E a partir desta premissa escolhi estudar a cidade como base para minha pesquisa de mestrado. Tomei conhecimento da existência em Ribeirão Preto da Rede de Cooperação de Identidades Culturais, um colegiado de pesquisadores multidisciplinares oriundos de entidades de Ensino Superior, técnicos do poder público municipal (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - Secretaria Municipal da Cultura) e federal (IPHAN) além de outras instituições e órgãos afins, como também da pesquisa em andamento: "Inventário Nacional de Referências Culturais de Ribeirão Preto". Foi proposto e alinhado um acordo de cooperação da Rede de Cooperação de Identidades Culturais com o Programa de Pós-

Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e assim pude integrar o corpo de pesquisadores deste grupo¹.

Levantamento em campo de edificações remanescentes

Naquele momento, o panorama de trabalho do grupo estava voltado para a área urbana. O diagnóstico preliminar das edificações da área rural havia começado no ano de 2011, mas estava paralisado por falta de equipe, me mostrando uma oportunidade de somar para o grupo de pesquisa e me incentivando a escolha do objeto de pesquisa: as casas sede das fazendas remanescentes do ciclo cafeeiro.

Era meu primeiro contato com a pesquisa acadêmica. Fiquei maravilhada com a oportunidade de registro e estudo daquelas edificações do século XIX e XX, que pareciam perdidas em meio aos extensos canaviais que cercam a cidade atualmente. O trabalho era demorado, consistia em localizar as propriedades através de um mapa do Município de Ribeirão Preto datado de 1938 da Secretaria da Agricultura e do Comércio (material da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), sobreposto do mapa atual, usando a ferramenta do Google Earth. Após esse processo eram anotadas as coordenadas para visita no local.

As visitas eram sempre realizadas duas vezes, sendo o primeiro contato a serviço do grupo de pesquisa, para a identificação do local como remanescente cafeeiro. Nesse momento a metodologia de pesquisa utilizada era aquela assumida pela Rede de Cooperação Identidades Culturais, que tinha sido fornecida pelo IPHAN, sendo o uso do SICG² (Sistema Integrado de Cadastro e Gestão) e do INRC³ (Inventário de Referências Culturais).

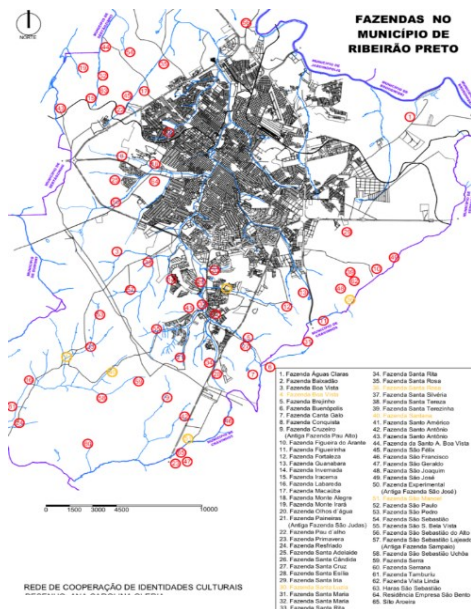
¹ Como fruto da participação neste grupo de pesquisa, pude participar da publicação de dois livros: *Ribeirão Preto: Paisagem Cultural do Café e Memória dos Cafezais, a vida nas fazendas*. Para mais informações, e consulta das publicações acessar: <https://www.ipccic.com>.

² O SICG é utilizado para levantamento preliminar das fazendas, é composta por três modelos de fichas: M301- Cadastro (contém dados cadastrais do proprietário, dados históricos e fotos da paisagem) M302- Caracterização Externa (atualmente é utilizada quando necessita de aprofundamento para um determinado imóvel, mas na Fase II - de Identificação será preenchida para todos os imóveis do conjunto inventariado) e M304 - Conjuntos Rurais (utilizada para registro e caracterização da materialidade construtiva de todos os imóveis do conjunto, observações, data de construção, atividade original e atual).

³ O INRC possui cinco categorias (celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, edificações e lugares). As celebrações são as principais festividades; as formas de expressão são comunicações associadas a grupos; os ofícios e modos de fazer são os modos de produção associadas a objetos; as edificações são

Após uma triagem, aqueles exemplares escolhidos para fazer parte da pesquisa de mestrado, eram visitados novamente para o levantamento métrico. No total foram mapeadas 65 fazendas, como podemos observar na Figura 1, que tivesse pelo menos um dos cinco elementos (casa sede, tulha, colônia, capela e terreiro), muitas delas nunca estudadas, e até o momento nunca registradas meio de levantamento arquitetônico. Deste universo, cinco casas sedes foram levantadas e tiveram suas plantas, fachadas e detalhes

Figura 1 - Mapeamento das 65 fazendas com pelo menos uma das cinco edificações remanescentes do período cafeeiro (casa sede, tulha, colônia, capela e terreiro). Em destaque aquelas desenhadas na dissertação.



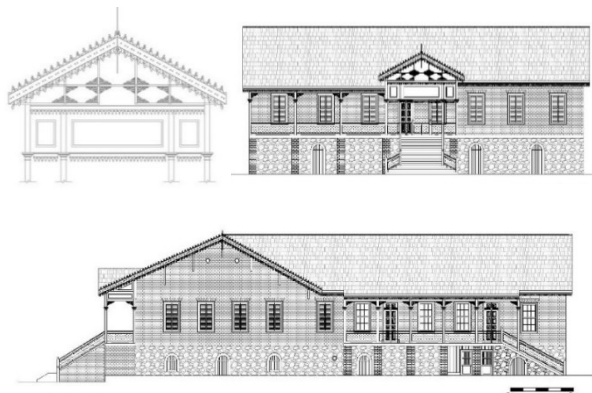
Fonte: Gleria, 2013.

desenhados com a ajuda do software AutoCAD. O detalhamento incluiu planta de cobertura, caixilhos, pisos e forros, além de alguns detalhes construtivos, como lambrequins e cercados de madeira, como podemos observar na Figura 2, com alguns desenhos da Fazenda Boa Vista.

Contando com o apoio da minha orientadora Profa. Dra. Ruth Verde Zein, após o registro destas edificações sistematizamos e analisamos as características arquitetônicas, formais e compositivas, verificando os partidos de composição adotados, os materiais e técnicas construtivas empregadas, os arranjos e usos dos ambientes e demais aspectos significativos dessas construções no recorte temporal entre 1870 e 1930.

estruturas arquitetônicas associadas a usos e significados atribuídos pela população e os lugares são espaços geográficos que possuem sentido cultural para um povo de um determinado local.

Figura 2 – Fachada frontal, lateral e detalhamento de lambrequim de madeira da Fazenda Boa Vista. Desenhos do levantamento métrico realizado durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado.



Fonte: Gleria, 2013.

Sendo assim, a metodologia de desenho, sistematização e análise dos exemplares permitiu a afirmação da diversidade de tipologias e o reconhecimento de algumas constantes da arquitetura rural do período cafeeiro no município, como por exemplo o predomínio das plantas em formato "L", a existência do terreiro como elemento organizador do espaço, a existência de acessos distintos se relacionando com as devidas áreas sociais, a utilização de tijolos com argamassa de barro, e o apontamento de estilemas que nos mostram que essas habitações sofreram influências da tradição vigente no mundo daquele período no que se trata de partidos arquitetônicos.

Outro resultado da pesquisa foi o comparativo das fazendas cafeeiras de Ribeirão Preto com outras de cidades distintas, de períodos diversos, como por exemplo aquelas localizadas no Vale do Paraíba. Essa análise possibilitou a averiguação das transformações arquitetônicas na arquitetura rural cafeeira, corroborando com outros estudos existentes como o doutorado de Freitas (1994 p. 25) quando ao estudar os exemplares cafeeiros do Oeste paulista a pesquisadora afirma que "a casa mudou na posição em relação aos outros edifícios, na técnica construtiva, na divisão e nos diversos elementos". Lemos, ao estudar a casa paulista, em suas diversas regiões desde o programa bandeirista até aquelas ligadas ao ciclo econômico do café, afirma que (1999a, p.252) "(...) a casa paulista recebeu equipamento diversificado destinado a aumentar cada vez mais o conforto de todos. A casa tradicional recebeu entre suas taipas velhas as novidades do gosto novo."

Aliás, para a realização das análises, e ao longo da construção de todo o trabalho, foram imprescindíveis as leituras acerca do referencial teórico, dentre eles Lemos (1999a), Saia (1972), Vasconcellos (1957), Matos (1981), entre tantos outros. Em busca de bibliografias de qualidade conheci trabalhos advindos do grupo de pesquisa Territórios e Cidades: Transformações, Permanências, Preservação (pertencente ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP), como o de Vladimir Benincasa, Natália Alexandre Costa e Joana D'arc Oliveira, todos orientados pela Profa. Maria Angela P.C.S. Bortolucci. A consistência dos trabalhos e proximidade com os temas de interesse me fez decidir pelo seu convite para participação da banca final, momento em que decidi que para dar continuidade neste percurso de pesquisa meu lugar deveria ser aqui, junto com este grupo e sob sua orientação.

Pesquisa documental no acervo do APHRP⁴

Aqui começamos o nós desse percurso, quando entro em contato com a Profa. Maria Angela trazendo o objetivo de estudar o acervo do APHRP. A ideia surgiu ainda no mestrado, depois do breve contato com o arquivo no período que buscava embasar os levantamentos da área rural. Não constava registro das plantas das casas das fazendas, no entanto havia uma enorme quantidade de processos para aprovação de construção, ampliação e reforma que abrangia um recorte temporal entre 1910 e 1979⁵.

Em fevereiro de 2016, iniciando oficialmente a pesquisa no programa de doutorado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP) localizamos uma relação quantitativa do período entre 1910-1951, indicando a existência de 10.169 processos deste período, considerando que inicialmente o projeto de pesquisa contemplava o recorte temporal entre 1910-1945, o total de processos a ser levantado seria de 5.940 ao longo de um ano de trabalho previsto no nosso cronograma. Diante da quantidade de documentos, era visível a necessidade de atualização do projeto de pesquisa, por isso, demos andamento às leituras bibliográficas a fim de fixar um novo recorte temporal, que se estabeleceu no período entre 1910-1933⁶ contemplando 4.545 processos que foram fotografados na

⁴ Focamos aqui no percurso e decisões metodológicas feitas no APHRP, contudo a tese ainda trabalha com documentos do Arquivo Público de Estado de São Paulo (APESP), da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, do Centro Histórico e Cultural Mackenzie, e outros que foram consultados digitalmente.

⁵ Importante ressaltar que esse material não está catalogado e não se sabe ao certo a quantidade de processos existentes na totalidade do acervo.

⁶ O recorte temporal foi determinado devido ao início das mudanças legislativas locais na prática construtiva com a adoção do Código de Obras Artur Sabóia para a cidade de Ribeirão Preto e também alterações na

totalidade gerando 12.957 imagens (em aproximadamente 80Gb de armazenamento digital).

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

RELAÇÃO QUANTITATIVA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
PERÍODO: 1910 A 1951

ANO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	ANO	QUANTIDADE DE PROCESSOS
1910	91	1931	151
1911	118	1932	104
1912	147	1933	92
1913	310	1934	97
1914	253	1935	139
1915	192	1936	112
1916	175	1937	116
1917	118	1938	178
1918	62	1939	187
1919	67	1940	188
1920	66	1941	206
1921	113	1942	114
1922	286	1943	95
1923	237	1944	100
1924	312	1945	139
1925	272	1946	271
1926	257	1947	407
1927	397	1948	604
1928	419	1949	806
1929	241	1950	1.088
1930	155	1951	1.053

TOTAL GERAL QUANTIDADE DE PROCESSOS 1910 A 1951 - 19.191

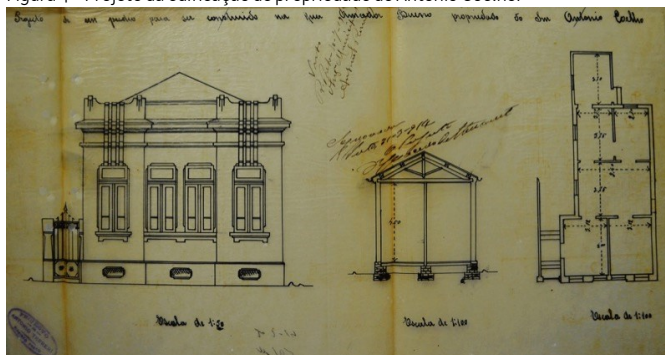
Figura 3 – Relação quantitativa de processos administrativos (1910-1951).
Fonte: Acervo APHRP.

As imagens foram capturadas em alta resolução com a utilização de máquina digital profissional Nikon (modelo D5100) e tripé, que possibilitou imagens únicas nas pranchas de formato máximo A3, como podemos observar a título de exemplo a Figura 4. Nas pranchas de dimensões maiores foi necessário realizar a reprodução em partes, formando quadrantes de modo a permitir a reconstituição digitalizada da prancha posteriormente. Todas as imagens foram organizadas em pastas por ano e número de caixa – seguindo a mesma maneira de armazenamento do arquivo físico – e renomeadas de acordo com o ano, número do processo, e número da foto respectivamente – por exemplo 1918_P16(1), significa que se trata da imagem número 1, do processo número 16, do ano de 1918 -, facilitando a localização e a consulta de cada processo ao longo

prática profissional dos agentes construtores - devido à regulamentação do exercício das profissões de engenheiro e arquiteto em todo o país com a criação dos órgãos fiscalizadores -, e ainda na adoção de materiais e técnicas construtivas que acompanhavam a crescente industrialização tanto local como em âmbito nacional.

desenvolvimento das análises. Depois, aquelas em que havia necessidade foram tratadas com o auxílio do *software* Photoshop a fim de assegurar a legibilidade dos desenhos.

Figura 4 – Projeto da edificação de propriedade de Antônio Coelho.



Fonte: Processo nº 163 de 1914 do Acervo APHRP.

Devido à grande quantidade de dados a serem analisados foi necessário, simultaneamente, realizar a montagem de uma base de dados no *software* Excel, que nos possibilitou mais facilidade na sistematização, na compreensão e no cruzamento de dados, através da ferramenta "tabela dinâmica", extraindo informações que permitiram proceder às análises de forma muito mais eficiente.

Durante a sistematização desta tabela, que viria a ser nossa base de dados quantitativa – e que vamos chamar de Tabela Base de Dados –, nos permitindo a criação de gráficos e tabelas. A definição das variáveis da Tabela Base de Dados foi pautada nos próprios dados dos processos, como: ano, número do processo, proprietário, endereço, uso, assinatura, natureza da solicitação; outras variáveis foram identificadas a partir de um primeiro momento de análise, como: implantação, tipologia programática, volumetria e intenção plástica.

Desse modo, adotamos uma metodologia que foi sendo adequada e ajustada ao tipo de documentos levantados, necessitando de constantes revisões na medida em que aprofundávamos o domínio da massa documental e conseqüentemente nos exigindo constante revisão da Tabela Base de Dados.

Figura 5 – Representação parcial da Tabela Base de Dados.

ANO	PROCESSO	PROPRIETÁRIO	ENDEREÇO	Nº	USO	ASSINATURA	2ª ASSINATURA
1929	1	Raphael Vieste	Rua Castro Alves	32	Residencial	Guilherme Rosada Architecto	Benedito Baratello Constructor
1929	2	Sr. Maria Rocha Freitas	Rua Prudente de Moraes	38	Depósito, barraco e garagem	Cicero Martins Architecto	
1929	3	Santo Lúcia Irmãos e Cia.	Rua Duque de Caxias	20	Não identificado	R. Schettini Eng.	
1929	4	Angelo Franzaglia	Rua Americo Brasiliense	7	Misto	R. Schettini Eng.	
1929	5	Raul Rodrigues da Silva	Rua Mariana Junqueira	5N	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	Antônio Ristori Constructor
1929	6	Maria Barbosa	Rua General Osório	5N	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	Antônio Ristori Constructor
1929	7	Maria Rosária	Rua Garibaldi	71	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	João Sapienss Constructor
1929	8	Fábio Ramos de Faria	Rua Duque de Caxias	97	Comercial	Baudilio Domingues Architecto	Vicente Zemarro Constructor
1929	9	Luiz Barbante	Rua Visconde do Rio Branco	28	Serviço	R. Schettini Eng.	
1929	10	Alfredo Machado	Rua Garibaldi	5N	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	Vicente Zemarro Constructor
1929	11	João Mestrinelli	Rua Carumun	5N	Misto	Não identificado	
1929	12	Heitor Mendes da Silva	Rua Barão do Amazonas	12	Depósito, barraco e garagem	Baudilio Domingues Architecto	João Sapienss Constructor
1929	13	Antônio Gouveia	Rua Campos Salles	86	Depósito, barraco e garagem	Baudilio Domingues Architecto	Benedito Zupelli Constructor
1929	14	José Buichi	Rua Martinico Prado	9	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	Benedito Baratello Constructor
1929	15	Ermengildo Galino	Rua Bartolomeu de Gusmão	5N	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	João Sapienss Constructor
1929	16	Lucilio Roque	Rua Municipal	47	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	Pedro Giroto Constructor
1929	17	Alípio Lopes	Rua Barão do Amazonas	101	Residencial	R. Schettini Eng.	Consturates
1929	18	Antônio Vieira	Rua Floriano Peixoto	5N	Residencial	R. Schettini Eng.	J. Gevasio dos Santos Construtor
1929	19	Nicola Lenzini	Rua Conselheiro Dantas	34A	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	Benedito Zupelli Constructor
1929	20	Franco Hercuano	Rua Lúcia	28	Residencial	Baudilio Domingues Architecto	Pedro Giroto Constructor

SOLICITAÇÃO	IMPLANTAÇÃO	CARACTERÍSTICAS ARQUITETONICAS			INTENÇÃO PLÁSTICA	OBSERVAÇÕES
		TIP. PROGRAMÁTICA	VOLUMETRIA			
Construção	Fundo do lote	Casa popular	Térrea	Ornamentação simples		
Construção	Sem Recuo	Não se aplica	Térrea	Art Déco		
Reforma	Sem Recuo	Não se aplica	Sobrado regular	Não identificado		
Reforma	1 recuo lateral	Casa popular	Térrea	Art Déco		
Ampliação	1 recuo lateral	Casa de padrão médio	Térrea	Não identificado		
Construção	2 lotes	Casa de padrão médio	Térrea	Ornamentação simples	Com alpendre frontal	
Construção	Solta no lote	Casa de padrão médio	Térrea	Ornamentação complexa	Com alpendre frontal	
Construção	2 recuos laterais e frontal	Não se aplica	Térrea	Ornamentação simples		
Ampliação	Não identificado	Não se aplica	Térrea	Não identificado	Acrescimo de wc em cinema	
Construção	1 recuo lateral e frontal	Casa de padrão médio	Sobrado irregular	Ornamentação simples	Com alpendre frontal	
Construção	1 recuo lateral	Não identificado	Térrea	Art Déco		
Construção	Fundo do lote	Não se aplica	Térrea	Ornamentação simples		
Construção	Fundo do lote	Não identificado	Térrea	Ornamentação simples		
Construção	1 recuo lateral	Casa popular	Térrea	Ornamentação complexa		
Construção	Solta no lote	Casa popular	Térrea	Ornamentação simples	Com alpendre frontal	
Construção	Solta no lote	Casa popular	Térrea	Ornamentação simples		

Fonte dos dados: Projetos levantados no acervo de *Obras Particulares* do APHRP.

Consideramos que durante a sistematização da nossa Tabela Base de Dados, houve um primeiro esforço de análise, necessária para a elaboração dos critérios de preenchimento de implantação, tipologia programática e intenção plástica. No entanto, se trata de uma ferramenta limitada para análise textual, nos permitindo inicialmente dados quantitativos. Com a finalização desta etapa era necessário darmos início a análises qualitativas dos projetos. Diante da excessiva quantidade de projetos levantados, constatamos o desafio de conseguir aproveitar todo o conhecimento que este levantamento documental permite. De que forma esse processo de análise poderia ser empreendido?

Em resposta, demos início à elaboração de um texto – que chamamos de Texto Base de Dados –, que está servindo de alicerce para extrair as informações analíticas da Tabela Base de Dados, onde os projetos estão sendo verificados ano a ano, com o intuito de abarcar o todo o recorte temporal e alcançar uma compreensão abrangente e completa. A análise está sendo realizada através dos seguintes eixos de análise: agentes

profissionais, a legislação e estrutura dos processos aprovados, a análise qualitativa dos projetos (estudando programa, distribuição e organização dos cômodos, acesso da edificação e implantação; e nas fachadas: a volumetria e ornamentação).

Nesse momento, todos os projetos de um determinado ano foram lidos através das imagens digitalizadas, e a análise textual acontecia a fim de identificar os projetos com características semelhantes e os que se destacavam dos demais. À medida que os projetos foram sendo avaliados, realizávamos o cruzamento de fontes com as informações quantitativas da Tabela Base de Dados, com as entrevistas e principalmente com nosso referencial teórico. Este processo está sendo realimentado, sempre que necessário, com novos autores a fim de explorar todas as possibilidades de análise deste conteúdo. Aqui seria impossível citar sucintamente apenas os principais autores que apoiam a tese até o momento, uma vez que temos uma vasta lista e o processo encontra-se em andamento, mas podemos afirmar que autores como Bonduki (2011), Correia (2004), Ficher (2005), Homem (1996), Lemos (1999b), Perrot (1991) e Waisman (2011) são autores que estruturam a pesquisa desde o início.

A tese, em desenvolvimento, foi qualificada em Junho de 2018 e apresentou como resultado parcial, além do levantamento documental, da tabela base de dados e do texto base de dados, uma análise quantitativa através de gráficos e tabela e o resumo e redação preliminar dos capítulos divididos na estrutura da tese proposta.

Desta forma, a metodologia de levantamento, sistematização e análise dos processos arquivados no acervo de *Obras Particulares* do APHRP tem nos proporcionado interessantes observações a respeito da atividade construtiva na cidade de Ribeirão Preto entre o período estudado. Além das características arquitetônicas analisadas está sendo possível a investigação dos agentes construtivos atuantes, e o papel dos profissionais titulados e licenciados na busca pelo mercado de trabalho⁷.

A sistematização dos agentes que assinavam as plantas nos resultou em 143 nomes, que assinavam como engenheiros, arquitetos, construtores e desenhistas, sendo que destes profissionais, alguns foram responsáveis por poucos processos, enquanto 15 destes nomes representam 60% dos processos levantados, conforme podemos observar na Tabela 1 que nos mostra, além do número de projetos, qual era o tipo de formação a que o profissional estava submetido no momento da assinatura.

⁷ Para maiores informações sobre a atividade profissional do período consultar Ficher (2005).

Tabela 1: Profissionais.

ASSINATURA		Nº de Processos
Baudilio Domingues	Architecto e Constructor	733
Cicero Martins Brandão	Architecto e Constructor	258
Antônio Ristori	Constructor	160
Guilherme Rosada	Architecto e Constructor	117
Raphael Schettini	Engenheiro Civil	97
PachoaI de Vicenzo	Architecto e Constructor	90
Pedro Giroto	Constructor	78
Antônio Soares Romeu	Engenheiro Civil	75
Aristides Finotti	Architecto e Constructor	69
Ernesto Terreri	Architecto e Constructor	60
Leandro Dupré	Engenheiro Civil	58
Alexandre Setti	Constructor	51
Renato A. Cameline	Engenheiro Civil	45
Nicolau Terreri	Constructor	43
Severiano Alvares	Engenheiro Civil	41
Total		1975

Fonte dos dados: Processos arquivados no acervo de *Obras Particulares* do APHRP.

Notamos que dos 15 nomes mais atuantes na cidade de Ribeirão Preto, apenas cinco possuíam — ou declaravam — a titulação de engenheiro civil, nos levando a uma primeira suposição/constatação de que nestes anos a cidade era construída majoritariamente por profissionais não titulados, que tinham seu ofício garantido pelo pagamento de impostos à municipalidade, e obtinham a “licença” para exercer a função, sendo assim designados como licenciados ou práticos.

Enfim, esse é apenas um exemplo dos resultados apresentados durante a qualificação que nos mostra a importância da metodologia escolhida, e neste caso o êxito em optar pelo levantamento, sistematização e análise dos dados documentais.

Perspectivas e considerações finais

Mostramos aqui os caminhos de pesquisa percorridos entre a graduação, mestrado e doutorado, enfatizando as escolhas metodológicas feitas ao longo do percurso. O mestrado, objetivando levantamento em campo de edificações existentes, demandou a visita nos locais para desenho das casas, enquanto o doutorado em andamento propõe o trabalho com pesquisa documental arquivada no acervo do APHRP.

Exceto algumas diferenciações, em ambos os casos usamos a metodologia de registro, sistematização e análise. O registro marca o reconhecimento do objeto, seja ele edificado ou documental, a sistematização objetiva organizar as informações recolhidas e a análise propõe a reflexão sobre a pesquisa, sendo um dos passos mais importantes,

uma vez que firma a individualidade do pesquisador, trazendo toda sua bagagem e experiências vividas.

Apontamos ao longo do texto que esse esquema metodológico pode e deve ser complementado com outros processos, como as leituras bibliográficas, os estudos de caso, sejam eles comparativos ou não, e os demais processos necessários em cada caso de pesquisa.

Sobre a participação no Terceiro Seminário, podemos afirmar que cada pesquisador é único, tem sua história, seu caminho e suas escolhas, no entanto, temas, leituras e metodologias em comum nos fazem um grupo. O trajeto de pesquisa apresentado, que transitou do rural para o urbano, sempre teve como parte dos objetivos a possibilidade de preservação através do registro, o que nos faz estar em sintonia com o grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios. Ademais, acreditamos que a tese em desenvolvimento visa à compreensão da história da cidade, da construção da habitação em específico, levando em consideração as questões sociais, somando mais esse ponto à inserção no grupo com um intuito comum.

A perspectiva daqui para frente é continuar o trabalho individual de investigação, sem deixar de trocar experiências e somar com os colegas do grupo a fim de contribuir para a escrita da historiografia da arquitetura, de maneira inclusiva e abrangente, e sempre que possível refletir sobre a preservação do patrimônio e das nossas cidades.

Referências

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004.

FICHER, Sylvía. **Os Arquitetos da Poli**: Ensino e Profissão em São Paulo. Edusp: São Paulo, 2005.

FREITAS, Daici Ceribeli Antunes de. **Os signos da modernidade nos cafezais**. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GLERIA, Ana Carolina. **Um reconhecimento arquitetônico das fazendas cafeeiras do Município de Ribeirão Preto (1870 –1930)**. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira**: 1867-1918. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. **A república ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999(a).

_____. **Casa Paulista**: histórias das moradias anteriores ao eclétismo trazido pelo café. São Paulo, EDUSP, 1999(b).

MATOS, Odilon Nogueira De. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 3ª ed. São Paulo, SP: Arquivo do Estado, 1981.

PERROT, Michelle. **Maneiras de morar**. In: PERROT, Michelle (org.), História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAIA, Luiz. **Morada paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

VASCONCELLOS, Sylvio de Carvalho. **Arquitetura colonial mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade, 1957.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspetiva, 2013.

A memória afetiva nos caminhos da vila
Affective memory on the paths of the vila
Memoria afectiva en los caminos del Pueblo

Ana Carolina Valente Ribeiro [3]

[3] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU/USP (2018). Possui licenciatura em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá - CBM (2017). Possui bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Moura Lacerda - CUML (2014). É membro do Grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (cadastro no CNPq).

<http://lattes.cnpq.br/5344619515755426>

carolinavalente@usp.br

Este capítulo é um relato sobre os caminhos que percorri enquanto pesquisadora nos campos da História, Arquitetura e Urbanismo até a escolha do tema de minha dissertação de mestrado elaborada junto ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). O relato aborda experiências significativas em momentos importantes das minhas graduações em Arquitetura e Urbanismo e em História, seus respectivos trabalhos de conclusão de curso, estágios, autores e pessoas que fizeram parte dessa trajetória, revelando então os caminhos trilhados que me levaram à pesquisa científica. Desta forma, o depoimento passa pelos campos da memória, tanto coletiva como particular afetiva, incorporando reflexões acerca do tema de minha dissertação, que está diretamente relacionado às minhas memórias de infância, quando ouvia as narrativas de minha avó materna sobre a Vila Tibério, bairro do município de Ribeirão Preto, São Paulo, meu objeto de pesquisa.

Introdução

Para dar início ao depoimento de minha trajetória dentro da pesquisa científica, é necessário voltar aos tempos de faculdade, indicando minhas duas graduações como grandes responsáveis pela aprendizagem de novos conceitos e pontos de vista que transformaram minha visão sobre o mundo como um todo. Na primeira década desse século, me graduei em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Moura Lacerda, em Ribeirão Preto. E, em seguida, ingressei na faculdade de História – licenciatura –, pelo Centro Universitário Barão de Mauá, finalizando o curso em meados de 2017. No ano seguinte, iniciei o mestrado pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – IAU, dentro da linha de pesquisa Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, fazendo parte então do grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci.

Nas graduações, cumpri diferentes estágios, alguns deles, relatados nesse depoimento, me levariam aos temas escolhidos para tratar nas duas monografias: arquitetura, museu e educação. Pela Arquitetura, discuti os novos espaços e conceitos de comunicação museológica, para, em seguida, pela História, discutir sua função e importante papel na educação. Mas, o tema escolhido para a dissertação tomou outro rumo. Passei a debater a formação da Vila Tibério, um dos primeiros bairros de Ribeirão Preto, buscando entender sua relação com o processo de industrialização da cidade. Ao longo desse texto, falaremos um pouco sobre essa trajetória e, principalmente, sobre a relação que existe entre o caminho percorrido e a memória.

MARP – O Museu de Arte Contemporânea de Ribeirão Preto

Ao final da década de 2010, cursando a faculdade de arquitetura, estive como estagiária no Museu de Arte de Ribeirão Preto – MARP. O museu expressava, e ainda expressa, para a comunidade ribeirão-pretana, todos os conceitos de arte contemporânea, fossem por obras nacionais ou internacionais, por meio de telas, esculturas, instalações, mídias, entre tantas outras formas que a contemporaneidade encontrou para expressão e representação.

Ali, percebi o importante papel que possuía um museu no que diz respeito à informação para a sociedade. Fazíamos reuniões semanais para discutir os conceitos da arte contemporânea como um todo e, principalmente, a arte contemporânea dentro dos museus. Pois, além da instituição representar o que o coletivo atual entende como arte, é uma importante ferramenta de comunicação desses conceitos e ideias. O objetivo das reuniões era então capacitar os estagiários para receber visitantes em geral. Além disso, o MARP disponibilizava uma biblioteca própria voltada para os assuntos das artes, onde entrei em contato com uma literatura específica e pude amadurecer o meu conhecimento sobre o tema.

Também me chamava a atenção o prédio do museu. Trata-se de um casarão do início do século XX situado na região central da cidade, construído como sede para abrigar as reuniões da elite ribeirão-pretana, chamada "Sociedade Recreativa de Ribeirão Preto". O prédio do MARP, de autoria do arquiteto Affonso Geribello, foi executado por Vicente Lo Giudice, construtor que o finalizou em 1908, quando foi inaugurado nas festividades do mês de dezembro. Em 1924 o prédio foi ampliado, sofrendo novas reformas em 1935 para atender a demanda da cidade que crescia aceleradamente (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2002).

Em meados de 1951, a Sociedade Recreativa seguiu transferida para um novo prédio construído também na região central da cidade, e que atenderia melhor as necessidades de uma sociedade já modificada. O antigo edifício passou então a ser ocupado pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto em 1956, permanecendo nessa função municipal até meados de 1984. Somente em 1992 o MARP foi definitivamente instalado no local, com o objetivo de reunir, e também recuperar, todo o acervo de artes plásticas da Prefeitura de Ribeirão Preto (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2002). Na imagem abaixo, podemos observar o prédio do Museu em meados de 1908, ao lado do Palacete Innechi:



Figura 1 - Da direita para a esquerda, o prédio do atual Museu de Arte Contemporânea de Ribeirão Preto - MARP, ao lado do Palacete Innechi.

Fonte: Arquivo público e histórico de Ribeirão Preto, F 56.

MIS – O Museu da Imagem e Som de Ribeirão Preto

Os anos em que passei no MARP foram decisivos para que, posteriormente, viesse escolher aprofundar o meu conhecimento sobre a questão museológica, abordada então no trabalho de conclusão de curso da faculdade de arquitetura. Assim, dei início à monografia sobre o MIS – Museu da Imagem e Som de Ribeirão Preto, orientada pelo Prof. Me. Onésimo Carvalho de Lima. Mas, por que o MIS e não o MARP?

Como vimos, o MARP possuía uma estrutura própria. Contava com fomento municipal que eram investidos em espaços para cursos, eventos e até mesmo exposições em níveis internacionais. Enquanto isso, o MIS seguia instalado dentro da Secretaria de Cultura da cidade, lugar que tive oportunidade de frequentar assiduamente em função do vínculo que possuía com o MARP. Pois, dentro da Secretaria, existe uma galeria chamada "Leonelo Berti", uma espécie de extensão ou anexo do MARP, onde acontecem exposições itinerantes. Muitas vezes, ficávamos nós, estagiários, rotativos entre as monitorias de arte educação do MARP e da galeria. Quando então estagiava na galeria, não podia deixar de notar as instalações gerais do MIS.

O local era composto por duas salas de tamanhos semelhantes, ambas muito apertadas, estreitas. Em uma delas, todo o acervo ficava depositado em uma bancada, encaixotado em papelão, exceto algumas máquinas antigas de filmar e fotografar, que ficavam expostas sobre cavaletes na outra sala. Em frente à única porta de acesso para essas salas, havia alguns cartazes de informação e, por vezes, algumas fotos de pequenos eventos que o museu produzia a cada seis ou sete meses. Um espaço em estado de puro abandono.

Assim como o MARP, a Secretaria é instalada em um prédio marcante para a arquitetura ribeirão-pretana. O edifício foi projetado pelo arquiteto Durval Soave, em meados da década de 1970 (RIBEIRO, 2013), e fazia parte de outro momento do desenvolvimento e da mentalidade da cidade. Muito diferente da "Sociedade Recreativa", desenhada no auge do período cafeeiro de Ribeirão Preto, o prédio da Secretaria da Cultura sustenta uma arquitetura modernista, criada exclusivamente para receber uma galeria de arte (RIBEIRO, 2013). Então, a base do meu trabalho se fazia aí: ampliar o MIS para as instalações gerais do prédio da Secretaria, colocando-o juntamente com seu acervo dentro dos novos conceitos museológicos – de interação mútua entre a obra e o indivíduo, descontinuando assim a função meramente expositiva (ARANTES, 1991). Ora, se o museu já estava dentro de uma galeria, por que não utilizar essa estrutura para transformá-lo em uma obra interativa? Afinal de contas, a estrutura independente do

prédio permitia uma larga integração dos espaços, facilitando a interação do indivíduo com o acervo do museu.

Figura 2 – Prédio da Secretaria Municipal de Cultura de Ribeirão Preto.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 3 – Imagem da reorientação do MIS Ribeirão Preto – intervenção no prédio da atual Secretaria de Cultura.



Fonte: RIBEIRO, Ana Carolina Valente. MIS – Museu da Imagem e Som. Ribeirão Preto: 2013.

Os Museus Histórico e do Café de Ribeirão Preto

Em 2013, mesmo ano em que concluí a faculdade de Arquitetura e Urbanismo, acabei ingressando na faculdade de História. O principal objetivo era adquirir conhecimento histórico de forma a complementar o conhecimento arquitetônico em que já havia me diplomado, a princípio, deixando um pouco de lado o fato de que poderia seguir como professora. A essa altura, acreditava que compreender o homem e suas ações no tempo, acrescentaria à concepção de arquitetura que havia adquirido na faculdade, pois a arquitetura também é uma ação do homem no tempo, uma expressão, e até mesmo uma "mentalidade edificada".

Na faculdade de História, passei a frequentar as aulas da disciplina de Museologia, ministrada pela Prof^a. Nainôra Maria Barbosa de Freitas, quem veio a ser minha orientadora no trabalho final da graduação. Além de compor a grade curricular do curso, essa disciplina propunha determinada quantidade de horas de estágios em museus ou arquivos municipais. Tornei-me, novamente, estagiária de museu. Desta vez, os escolhidos foram os Museus Histórico e do Café, um complexo de dois prédios que, apesar de situados dentro do campus da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, possui administração municipal.

Especificamente nessa experiência, tivemos a oportunidade de cuidar de parte do acervo de ambas as instituições. Ali pude ver de perto itens como grilhões utilizados para aprisionar escravos, e até mesmo carruagens do século XIX, peças muito diferentes das utilizadas na atualidade. Havia também um acervo de moedas, artigos de grupos indígenas que viveram na região, e inúmeros utensílios que eram utilizados no cotidiano rural do final do século XIX, entre outros elementos significativos para entendermos o modo de vida da época.

O prédio que abriga o Museu Histórico também era do XIX, e foi construído por um especulador de terras, na década de 1870, chamado João Franco de Moraes Octávio, vindo do Vale do Paraíba para essas bandas a fim de fazer negócios com essas terras, que pela presença do café, seguiam valorizando (JORNAL DA USP, 2016). Até aqui, não imaginava que mais adiante, o casarão e eu nos cruzaríamos novamente na minha dissertação de mestrado, e nem mesmo que as terras em que está situado ocupariam um papel quase que central para o tema que iria escolher dissertar.

Diferente do Museu Histórico, o prédio do Museu do Café foi edificado quase um século depois, em meados de 1957, tendo como objetivo comportar o número de itens que Ribeirão Preto e região possuíam em relação ao café (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2002). Em ambos os museus, além de tratarmos do acervo, recebíamos o público com orientações sobre as peças e período histórico, função que me fazia perceber cada vez mais o museu como dispositivo comunicador. Mas, nesse caso, de uma história concreta e regional, diferente da comunicação de algo abstrato e conceitual. Nessa linha, iniciei a monografia do curso de História, discutindo então a importância dos novos espaços e conceitos museológicos – que havia lido nas obras de Otília Arantes –, para a informação e comunicação educacional. Para isso, utilizei autores como Dominique Poulot, Marília Xavier Cury, entre outros.



Figura 4 – Em primeiro plano o Museu Histórico, e em segundo, o Museu do Café de Ribeirão Preto. Fonte: Arquivo pessoal.

A Vila Tibério

Finalizada a graduação de História, encontrava-me arquiteta já bastante atuante no mercado, estava licenciada para ministrar aulas de História no ensino básico, mas sem qualquer prática escolar. Daí, surgia a necessidade de unir as duas faculdades em uma Pós-Graduação, pois havia me identificado muito com a pesquisa no curso de História, aliás, saímos de lá não somente professores, mas também pesquisadores. Mas, qual tema escolher para a pesquisa? Havia feito duas monografias em museus, estagiado em três deles. Queria mesmo era dar um passo para fora desse tema, aprofundar outros conhecimentos, afinal, já havia conhecido e contribuído bastante nesse sentido. E, frente a toda minha trajetória, já não poderia pesquisar algo fora da História.

Cabe lembrar que desde o período escolar me identificava muito com essa disciplina. Na faculdade de arquitetura, interessava-me ainda mais pelas aulas de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, ministradas pelo Prof. Me. Francisco Carlos Gimenes – Chiquinho –, quem nos esclareceu o papel da classe operária na formação das cidades, assunto que sempre pensei em aprofundar. E para a pesquisa, obtive muito incentivo por parte dos professores do curso de História, e em especial, de minha orientadora Nainôra, quem me indicou procurar o Prof. Me. Henrique Telles Vichnewski: figura que me recebeu amistosamente para uma conversa informal.

Com ele, entre uma fala e outra, percebi a Vila. Discutimos sobre a formação do bairro estar supostamente vinculada à chegada da industrialização na cidade, seja por meio da ferrovia instalada em 1883 nas terras da Vila, ou pela fábrica da Antarctica que chegou pouco mais adiante, em 1911. Falamos ainda sobre a carência de qualquer pesquisa a fim de investigar os motivos reais de sua formação. Essa conversa me trouxe,

imediatamente, a lembrança dos relatos que ouvia quando criança de minha avó materna.

A memória afetiva

Desde muito cedo, vez ou outra, a Vila permeava meus ouvidos. Trago na lembrança minha avó narrando os fatos que lhe passavam quando, ainda jovem, residia no bairro. Ela, Neuza Faim, nasceu na Vila Tibério por volta de 1934, numa casa localizada na rua Aurora. Com o passar dos anos, mudou-se para mais outras duas casas, todas dentro da Vila. Lembro-me de ouvi-la detalhar as casas que se enfileiravam todas geminadas ainda numa vila de chácaras, segundo ela. Os vizinhos sentavam-se à noite nas calçadas para conversarem e, enquanto isso, as crianças brincavam correndo nas ruas de terra.

Em sua narrativa, sempre dizia que quando finalizou o 3º grupo escolar em meados de 1946, na escola do bairro chamada Dona Sinhá Junqueira, contando então 12 anos de idade, passou a trabalhar numa fabriqueta de balas situada na rua Padre Feijó, também dentro da Vila. Era, segundo ela, a necessidade de auxiliar na compensação dos custos gerados pela demanda da casa, visto que possuía ainda mais quatro irmãos.

Seu pai e meu bisavô, Carlos Faim, era torneiro mecânico e trabalhava no Banco Construtor – empresa instalada no bairro que foi de relevância para a cidade, promovendo certo fomento econômico local. Dizia ela ainda que, nas caminhadas pelo bairro, junto à companhia de amigas, visitava sua avó e frequentava constantemente a única praça do lugar, sentando-se então no coreto central – que hoje já não existe. Por muitas vezes, mencionava as viagens nos vagões da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, onde seu avô trabalhava como maquinista, e também as celebrações religiosas que assistia na igreja, mas preferia as Missas do Galo – missa celebrada às vésperas do Natal por volta da 00 hora. Mais adiante, em 1957, contando então 23 anos de idade, casou-se com meu avô, Leonel Valente.

A família Valente, composta por imigrantes vindos de Portugal, possuía uma rede de armazéns na cidade. Quando chegaram ao Brasil, ingressaram no campo do comércio alimentício, a princípio, como feirantes. Com o passar dos anos, construíram uma rede de estabelecimentos chamada Casa do Governo. O primeiro armazém da rede foi instalado na Vila Tibério, mais especificadamente em frente à praça que ela, minha avó, sentava-se com suas amigas. Logo, ela e meu avô se conheceram, e se casaram. Deixaram então essa Vila para residir numa outra, de características muito semelhantes

no que diz respeito ao padrão socioeconômico, mas com outras peculiaridades culturais, chamada Vila Virgínia.

Dentro desse cenário construído em mim, ainda quando cursava a faculdade de arquitetura, andava de bicicleta pela Vila. Punha-me a contemplar as casas antigas que existiam nas ruas em que minha avó elencava, observando também o desenho urbano que configurava o bairro. Percebia as casas geminadas, a praça Coração de Maria – onde meus avós maternos se conheceram –, a igreja Santuário Nossa Senhora do Rosário – onde aconteciam as Missas do Galo –, e a escola Dona Sinhá Junqueira – onde ela havia estudado somente até o 3º grupo escolar, para então se tornar "operária infantil" com apenas doze anos de idade. De certa forma, pegava-me tentando recompor as cenas da história que ouvia, e lembrava-me então de suas narrativas.

Figura 05 – Fotos de cenas familiares: todas se passaram na vila Tibério.



Fonte: Arquivo pessoal.

Curioso como a memória se faz, pois, através de outro alguém, que existiu em outro século, pude vislumbrar ali a Vila Tibério das décadas de 1940 e 1950. Mas, de tudo que ouvia de minha avó, ficava sempre a seguinte questão: quem era Tibério? Dentro da minha ingenuidade de criança, perguntava-me: Como Tibério teria feito esse bairro, onde aconteciam todas essas histórias que eu sempre ouvia? Não sabia ao certo, muito menos minha avó, que dizia que ele deveria ter sido o dono do bairro.

Finalizada a conversa com o Prof. Henrique, havia encontrado um tema que tratava de questões históricas do urbanismo, fossem econômicas e/ou sociais. Mas, além disso, havia também questões de memória pessoal e afetiva. Também levei em conta a situação de pessoas como a minha avó, que abandonavam a escola em função do trabalho precoce nas fábricas, entrando na engrenagem de uma sociedade voltada quase que exclusivamente para a produção. Então, minha pesquisa visava responder as seguintes questões: como se deu a formação da Vila? Como a indústria teria influenciado nessa formação?

Foi nesse íterim que procurei no IAU pela Prof^a. Maria Angela, quem veio a ser minha orientadora nessa prazerosa investigação. No momento atual de minha pesquisa, felizmente alcançamos as respostas para as questões levantadas em relação à Vila e à industrialização, mas, falaremos sobre isso na redação final da dissertação, que será publicada em 2021 sob o título: *"Vila Tibério: de arraial a bairro industrial?"*

Conclusão

De modo geral, minha trajetória de pesquisa tem início quando ingressei no curso superior. Além da imensa contribuição de todos os professores que nos ensinavam diferentes formas de ver e pensar o mundo, por eles, ainda pude entrar em contato com os grandes autores. Não somente os que embasaram minhas monografias como Le Goff, Marília Xavier Cury, Otília Arantes, Dominique Poulot e etc., mas também autores ilustres que me marcaram no que diz respeito ao debate arquitetônico e urbanístico, como François Choay, Carlos Lemos e Leonardo Benevolo. E ainda, Eric Hobsbawm, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Emilia Viotti da Costa com suas obras voltadas para a história econômica, bem como Peter Burke, E.P. Thompson, Edgar de Deça, Carlo Ginzburg com a história social. Foram ainda autores como Boris Fausto, Sergio Buarque de Holanda que me ilustraram a história do Brasil, e outros grandes nomes que tive oportunidade de conhecer, como Lilia Schwarcz, Perry Anderson, Braudel, entre tantos outros lidos durante os oito anos em que estive nas duas graduações. Leituras essas que vieram contribuir diretamente em minha dissertação, embasando meu trabalho atual.

Somado a isso, finalizo meu depoimento concluindo que o caminho percorrido por mim tem a ver com as oportunidades que pude ter, e o entendimento de que o conhecimento é uma construção que, por muitas vezes, pode estar relacionada à livros, pessoas, momentos, enfim, nossas vivências pessoais.

Referências

ARANTES, Otília. Os Novos Museus. São Paulo: 1991.

DA FAZENDA DE CAFÉ A CENTRO DE EXCELÊNCIA EM ENSINO E PESQUISA. **Jornal da USP**, Campus Ribeirão Preto, 24 outubro 2016. Disponível em: jornal.usp.br/?p=281845

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Secretaria da Cultura. **Histórico MARP**. Disponível em: <http://www.marp.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/marp/historico-marp>

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Secretaria da Cultura. **Museu do Café-Histórico**. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/complexo-museus/museu-do-cafe-historico>

RIBEIRO, Ana Carolina Valente. **MIS – Museu da Imagem e Som**. Ribeirão Preto: 2013.

Percurso e percalços nos caminhos da Babilônia
Wanders and drawbacks in the ways of Babilonia
Travesías y contratiempos en los caminos de Babilonia

Ana Rita Corrêa [4]

[4] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Territórios e cidades: Transformações, Permanências, Preservação no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a pesquisa O Santuário Nossa Senhora Aparecida da Babilônia como Patrimônio Cultural com apoio financeiro do CNPq na modalidade Mestrado-GM. Atuou como arte educador no Centro de Arte e Cultura de São Carlos CEMAC. É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Central Paulista – UNICEP (2010), onde fez parte de projetos de extensão e desenvolveu a pesquisa sobre as transformações urbanísticas, arquitetônicas e sociais da cidade de São Carlos através de álbuns e almanaques no final do século XIX e começo do século XX. Atualmente integra o Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (cadastro no CNPq), sob a liderança da Profa. Dra. Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci.
<http://lattes.cnpq.br/0503434454359452>
arc.ci.arc@gmail.com

O presente trabalho apresenta a trajetória acadêmica pessoal estabelecida ao longo dos anos, busca nas primeiras memórias ainda na infância as motivações que balizaram esse percurso e descreve como cada etapa foi fundamental para a construção desse longo caminho, que encontrou no patrimônio as reflexões de sua importância para a sociedade, pensar patrimônio, é ir além de paredes, do edificado, do físico e do fixo. São gestos, saberes, gostos, tradições e nuances.

Introdução

Começo um relato buscado em minhas mais tenras memórias ao pensar patrimônio, nascida e criada no município de São Carlos faço parte do imaginário coletivo¹ deste município, meus lugares de memórias² estão intrinsecamente ligados a esse pedaço de chão, enquanto criança entre os 10 ou talvez 11 anos de idade cursava o final do que naquela época era chamado de primário na escola Estadual Bispo Dom Gastão, coincidentemente; Bispo Dom Gastão seria um dos agentes no atual trabalho desenvolvido no mestrado. Ainda nos tempos da escola primária, tínhamos uma viagem muito famosa e esperada entre os alunos, a disciplina de história com ênfase na educação patrimonial, anualmente levava seus alunos visitar a fazenda Conde do Pinhal, umas das primeiras e mais ricas fazendas do ciclo cafeeiro são-carlense, me lembro a sensação ao entrar na casa, todo mobiliário, talhades e objetos me fascinavam ao pensar os modos de vidas das pessoas que algum dia ali viveram, me recordo o quanto aquela visita alimentou meu imaginário durante muito tempo. Também tínhamos um passeio muito bonito pelas águas do município, onde visitávamos as nascentes que abasteciam a localidade e depois íamos conhecer a estação de tratamento e distribuição e entender os caminhos que as águas percorriam até chegar em nossas casas. Sempre tive muita simpatia pela área de história, desenho e geografia, colecionava plantas baixas dos jornais de domingo, anúncios de vendas de apartamentos, os redesenhava e arquivava, escolher a Arquitetura como formação profissional foi um projeto de infância, seria frustrada se não o tivesse feito, e foi durante a graduação que as questões patrimoniais, ganharam força. Neste período tive oportunidade ter um professor que foi muito especial e peça fundamental para o despertar da pesquisa acadêmica, vindo de Viçosa-MG com o discurso do patrimônio muito latente, o professor Ralf José Castanheiras Flores lecionava história no curso de Arquitetura e Urbanismo, e foi uma grande inspiração. Envolvida pela disciplina fui bastante participativa e ali encontrei motivações

¹ "As sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro...O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias ...[e]...por símbolos, alegorias, rituais, mitos." (Carvalho, 1987 p.11)

² Para Pierre Nora: "Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais". Isso faz parte de sua ideia de que os lugares de memória se configuram essencialmente ao serem espaço onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar a lembrança, tradicional meio de acesso a esta. Os lugares de memória estão, portanto, definidos por este critério: "só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual". (NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 13 e 21. 1993.)

suficientes para desenvolver minha iniciação científica intitulada: São Carlos – cidade, arquitetura e urbanismo através dos Álbuns e Almanagues, que investigava as formas de representação da cidade de São Carlos, na passagem do século XIX para o XX e a partir daí encontrava os pontos alimentadores das representações da cidade, buscando referências nas fotografias de álbuns e almanaques. O referencial teórico da pesquisa teve como suporte autores como Antônio Carlos Ferreira com Epopeia Bandeirante, Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro Carvalho em Fotografia e Cidade, Ângela Marques e Lilia Moritz Schwarcz em Virada dos Séculos e a tese de Doutorado de Maria Angela P. C. S. Bortolucci, Moradias Urbanas Construídas em São Carlos no Período Cafeeiro, além dos álbuns e almanaques da cidade de São Carlos. Envolvida pelas questões do século XIX no ano de 2007 participei do seminário Garantindo a Permanência da Memória: Paisagem Cultural e marcos históricos, realizado pela Associação Pró Casa do Pinhal em parceria com a EESC-USP, onde pude ter contato pela primeira vez com a professora Maria Angela Bortolucci, concluí a iniciação científica no mesmo ano que comecei a realizar meu Trabalho Final de Graduação o famoso TFG.



Figura 1 – Capa iniciação científica 2009.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 2 – Seminário Garantindo a permanência da memória.
Fonte: Arquivo pessoal.

Trajetória Acadêmica

Durante o TFG a região da Babilônia apareceria pela primeira vez, voltando mais tarde como pesquisa do mestrado, o tema escolhido para o TFG foi "Cemitério", e depois de tantas leituras e orientações começou a reflexão sobre a implantação de um projeto de cemitério, o "lugar teria que ser sagrado por excelência"³ nascida e criada no município de São Carlos, conhecia bem suas histórias, seus mitos e suas crenças, e neste sentido o Santuário Nossa Senhora Aparecida da Babilônia apresentava todos os quesitos fenomenológicos⁴ para justificar o sagrado por excelência e através da aparição da Santa Nossa Senhora Aparecida da Conceição na região da Babilônia transmitida por

aqueles que de alguma maneira vivenciaram os fatos e passaram de gerações por gerações através da história oral, onde segundo esses relatos, um grande incêndio

Figura 3 – Trabalho Final de Graduação: Apresentação
CIC 2009.



Fonte: Arquivo pessoal.

³ Para Eliade (1992, p.26), a construção de lugares sagrados seria então a repetição dessa ação divina criadora primordial que cria o espaço de comunhão do humano com o divino. De acordo com Eliade (1992, p.40), o simbolismo do Centro explica diversas e importantes imagens simbólicas e crenças religiosas, tais quais "as cidades santas e santuários" e os "templos" construídos nas mais variadas culturas...O sagrado, quando se manifesta, cria uma ruptura na homogeneidade do espaço, revelando uma realidade absoluta que se opõe ao profano - irreal - que o rodeia. O sagrado é a experiência religiosa, e essa, para o homem religioso, é a experiência do real. A necessidade do homem de construir locais sagrados vem desse desejo de viver essa realidade e não apenas viver na ilusão das experiências superficiais do mundo profano. A esta manifestação do sagrado, Eliade (1992, p.17) se refere como hierofania.

⁴ Merleau Ponty retorna aos fenômenos da experiência vivida, estabelecendo uma fenomenologia propriamente dita da experiência ordinária trabalha com a lógica de uma intencionalidade que não pode ser compreendida em termos puramente fisiológicos tão pouco circunscritos nas dimensões cognitivas do ser humano. Dessa forma a percepção e/ou a consciência perceptiva assume uma forma de atuação e de interação ativa com o próprio mundo. (MERLEAU PONTY, 1999, p.576)

tomou conta da mata na região da Babilônia, e apenas uma árvore não foi queimada, em seu tronco podia-se ver a imagem da Nossa Senhora da Conceição, que se constituiu no ensejo para a vocação sagrada desse lugar. Segundo Mircea, "Todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e torna-o qualitativamente diferente..." (Eliade Mircea, 1992, p.20"). Com esse partido arquitetônico desenvolveu-se todo o trabalho final da graduação.

Após o término da graduação entrei para o mercado de trabalho, onde atuei entre os anos de 2010 e 2016 em diversos escritórios de arquitetura, e mais tarde no comércio local como arquiteta de loja de acabamentos. Insatisfeita pelo trabalho realizado, sentia muita falta das discussões teóricas as quais gostava muito na graduação e que infelizmente o mercado não proporciona, em 2016, uma pessoa muito próxima chamada Mônica Hoffmann comentou sobre um curso de patrimônio que estava fazendo, fiquei muito interessada, e fui verificar que se tratava das Oficinas Patrimoniais realizadas pela Fundação Pró-Memória de São Carlos, ministradas pela Prof. Dra. Joana D'arc de Oliveira com o trabalho: Métodos e Técnicas para o registro do Patrimônio Imaterial. Mas nessas alturas já havia se esgotado as vagas, no entanto sempre conversava com Monica, que me passava muito entusiasmada toda a discussão das aulas, e foi numa dessas tardes de conversa que Mônica me contou sobre o trabalho final da oficina em que resultaria no reconhecimento do patrimônio imaterial de "algo relevante no município" e seu grupo estava debatendo sobre o objeto que seria eleito para tal, havia eles iniciado a discussão sobre trabalhar a festa do Clima, evento municipal anual que antecede o dia primeiro de maio. Mesmo não participando das oficinas não concordei com o objeto candidato e sugeri que talvez pudesse outro evento mais antigo ser merecedor. E foi então que sugeri a igreja Nossa Senhora Aparecida da Babilônia e cedi meu trabalho final de graduação como referência para o entendimento do local, que foi muito bem aceito e culminou no belíssimo trabalho, realizado pela professora Joana D'arc e seus alunos, com uma pesquisa muito boa em que utilizou documentos primários, a história oral e entrevistas na construção do registro do patrimônio imaterial da igreja Nossa Senhora Aparecida da Babilônia. Ao final da oficina Mônica me contou que a sua professora Joana atuava como professora colaboradora na pós-graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo na USP São Carlos, e foi dessa forma que cheguei ao segundo semestre de 2016 como aluna especial no IAU-USP me matriculando na disciplina IAU 5908 - Produção Arquitetônica Paulista Do Século XIX Até Meados Do Século XX, tendo o primeiro contato com a professora Maria Angela Bortolucci e Joana D'Arc de Oliveira. Essa disciplina foi a grande desencadeadora para ingresso no mestrado. Ao final da disciplina como de praxe,

desenvolvemos a monografia de conclusão de curso, e é de hábito que alunos regulares no programa trabalhem temas envolvidos com as discussões levantadas na disciplina, os alunos especiais dessa forma acabam tendo maior liberdade já que teoricamente não têm um plano de pesquisa e um objeto de estudo, assim foi comigo. Escolhi trabalhar o tema: Vila Maria Zélia: Consciência Sobre a Importância da Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, e teve por objetivo fazer uma reflexão nas questões de conservação e preservação do patrimônio histórico da Vila Maria Zélia, uma das primeiras vilas operárias do país, fundada no início do século passado. Destacando-se por apresentar inovações no padrão de moradia dos operários da época. No entanto, com o passar do tempo, a história vai sendo cada vez mais fragilizada pela ação do tempo e do poder público em não resguardar o conjunto arquitetônico e a memória de seus moradores. As discussões teóricas levantadas tiveram como autores Eva Blay em *Eu não tenho onde morar*, Canclini, *O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional*, e Rangel, *Patrimônio Cultural: preservação, conservação e restauração*. Muito atenciosas as professoras Maria Angela e Joana D'Arc, conversaram individualmente com cada aluno, apresentando os pontos fortes do trabalho e as fragilidades e foi nessa conversa que falei da vontade que tinha de seguir a carreira acadêmica, e contei sobre um pouco sobre minha trajetória até aquele momento, relatei as questões que motivaram a escolher a região da Babilônia no final da graduação e como o trabalho incentivou o a oficina patrimonial ministrada pela Joana, e fui muito incentivada a desenvolver um plano de pesquisa pensando nessa localidade a Nossa Senhora Aparecida da Babilônia, dessa forma o ano de 2017 foi iniciado com desenvolvimento do plano de pesquisa intitulado: *A Igreja Nossa Senhora Aparecida da Babilônia como Patrimônio Cultural: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial*. E concomitantemente continuei como aluna especial e cursei quatro disciplinas, que mais tarde foram validadas após egresso no mestrado. Passei a frequentar mensalmente as reuniões do grupo de pesquisa Territórios Cidades e Patrimônio, tendo oportunidade de acompanhar ótimas discussões que contribuíram para o repertório e aprendizado, além de assistir as várias apresentações de Seminários, qualificações e defesa, ampliando o conhecimento sobre as questões acadêmicas e todo universo envolvido. No final do ano de 2017 tive a chance de participar do CICOP (1º Congresso Nacional Para Salvaguarda Do Patrimônio Cultural: Fronteiras do Patrimônio: Preservação como fortalecimentos das identidades e da democracia) com a apresentação do trabalho, São Carlos -Cidade, Arquitetura e Urbanismo Através os Álbuns e Almanques, também aprovado para publicação. Onde levei o trabalho de Iniciação Científica finalizada em 2009 para ser apresentado.



Figura 4 – Certificado 1º Congresso Nacional Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural.

Fonte: Arquivo Pessoal

Entre pelo processo seletivo para o Mestrado no IAU-USP no ano de 2017/2018 e atualmente desenvolvo a pesquisa: A Igreja Nossa Senhora Aparecida da Babilônia como Patrimônio Cultural: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial, em que problematiza através da história cultural o fenômeno religioso popular, surgido a partir da aparição da imagem da Santa Nossa Senhora Aparecida na região conhecida como Babilônia, em que analiso os caminhos para entender as maneiras pelas quais determinados grupos sociais se organizam para vivenciar suas relações com o sagrado fixando as análises na dimensão subjetiva do patrimônio cultural, entrando não apenas no âmbito das relações entre fieis, agentes e agências religiosas, mas também no plano das relações entre o homem e o transcendente, e procura entender através de imagem, símbolos e práticas coletivas todo o universo simbólico resultante desse imaginário religioso e coletivo, tendo como foco de análise ainda o patrimônio imaterial, onde o valor de um objeto é visto como relação da sociedade com sua cultura. A pesquisa compreende ainda o fenômeno do dia da Santa Nossa Senhora Aparecida da Babilônia através dos eixos de análise do turismo religioso, a fervorosidade religiosa e os agentes, para entender a importância espiritual, física e mental dos indivíduos envolvidos e, como o espaço se torna incentivador das atividades financeiras, políticas, sociais para a localidade. Para alimentar a discussão utilizamos autores como Ulpiano Bezerra De Meneses, Marcia Chuva, Elidea Mircea, Mário De Souza Chaga, Maurice Halbwachs, Le Goff, Carlos Lemos, Eric Hobsbawn, Maria De Lourdes Horta, Antonio Augusto Arantes, Bordieu, Pierri Levi, Francois Choay, Pedro Paulo FUNARI, Oswaldo Truzzi, IPHAN, UNESCO. Motivada pela importância desse patrimônio para a população local vimos o quanto é necessário a manutenção e preservação da memória

... Por mais contraditório que possa parecer, são exatamente esses objetos e modos de pensar, considerados simplórios, rudimentares, desajeitados e deselegantes os que produzimos religiosamente em nossas festas e comemorações nacionais. É frequentemente, as chamadas "superstições populares" que recorremos em nossas aflições e para resolver o que, de outro modo, nos parecia insolúvel. (ARANTES, 1990, p.15).

Marcia Chuva (em patrimônio Cultural volume 1 pag. 44) aponta que o Patrimônio Cultural é, sobretudo, um conceito histórico e cultural, que sofre reavaliações constantes dependendo do modo como, em determinada época e lugar, definimos e atribuímos valor aos nossos bens culturais. Para Ulpiano (I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Vol. 1 O Campo do patrimônio Cultural: Uma revisão de premissas), o patrimônio cultural tem como suporte, sempre Vetores Materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e de valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. Dessa maneira a igreja Nossa Senhora Aparecida da Babilônia se caracteriza como patrimônio material, suas atividades festivas e religiosas como patrimônio imaterial. As festas acabam sendo o fenômeno que até hoje cria essa identidade coletiva, passando por gerações e gerações e permanecendo até os dias atuais. Ulpiano Meneses de Bezerra em seu texto "A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objetivo (de conhecimento), utiliza o conceito de "fetichismo de identidade", que será utilizado para analisar este vínculo que a comunidade possui com o referido bem. Segundo ele:

... A identidade é um processo incessante de construção/reconstrução, e é fruto da interação das sociedades. Ela é sempre uma construção que ocorre no presente, porém sua raiz se encontra no passado. Um passado que através desse fetichismo de identidade, é reconstruído no presente. (MENESES, 1993).

O fenômeno existente nas festas que mantem a identidade coletiva do lugar foi observado pelo fato da ausência e presença, ou seja, mesmo sendo um lugar de peregrinação o local só é preenchido com a existência humana nos ritos ou nas festas, de forma que o vazio, o silêncio se tornam o habitual deste lugar, neste sentido:

A revalorização das paisagens constituídas por elementos históricos, como o patrimônio arquitetônico, tem atribuído às paisagens urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do consumo cultural. O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos,

descompromissados com o passado e com o lugar – tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais. (Luchiarri 2005, pp. 95-105).

Figura 5 – Santuário Nossa Senhora aparecida da Babilônia.



Fonte: Fotos de Ana Rita Corrêa.

A continuidade da tradição de um povo se dá através da transferência do patrimônio a partir das práticas sociais atribuídas a ele, esta apropriação coletiva e/ou individual alimenta o sentimento de identificação e de atribuição de valor a festa, que em sua forma física no momento em que ela acontece, representa na verdade, um acervo acumulado reelaborado e intransferível vivenciado por diversas gerações. A festa acontece entre a tradição e o turismo, entre as graças alcançadas e os benefícios para o comércio local. As discussões são nutridas especialmente pela documentação primária dos arquivos públicos e particulares e pelas entrevistas, que são fortes aliadas na elaboração desta pesquisa corroborando dessa maneira para que a cultura local permita-se transgredir a lógica da rotina, restabelecendo novos momentos e novas temporalidades atingindo vários significados da relação social.

Interpretar o significado das culturas implica em reconstituir, em sua totalidade, o modo como os grupos se representam as relações sociais que os definem enquanto tais, na sua estruturação interna e nas suas relações com outros grupos e com a natureza, nos termos e a partir dos critérios de racionalidade desse grupo. (ARANTES, 1990, p. 51)

Conclusões

Utilizamos elementos da pesquisa exploratória para analisar os resultados obtidos, ou seja, a pretensão é descobrir e observar o fenômeno para em seguida descrevê-lo, classificá-lo e interpretá-lo, no intuito de responder ao objetivo geral bem como aos específicos formulados no projeto. Sendo assim interessa verificar quais os instrumentos que possibilitam e sustentam todo o universo fenomenológico e simbólico do Santuário, mesmo sem as práticas de conservação. Como e quem foram os agentes que promoveram as mudanças que geraram a comoção que é hoje? Porque a valorização das práticas religiosas? Como e de que forma se dá o envolvimento das pessoas neste universo fenomenológico e simbólico? Como identificar a relação com a sensível? Portanto, a pesquisa deve gerar uma dissertação envolvida na neutralidade científica, que discuta a teoria vigente sobre o tema em questão, tendo como conceitos norteadores o processo de transformações culturais e arquitetônicas ocorridas no Santuário Nossa Senhora Aparecida da Babilônia e tendo como foco de análise o patrimônio imaterial, e dessa forma tecer uma discussão teórica interdisciplinar que investigue o objeto com o devido conhecimento e afastamento necessários à cientificidade, respondendo às questões centrais. Os caminhos dessa discussão serão nutridos especialmente pela documentação primária dos arquivos públicos e particulares e pelas entrevistas e fotografias, que serão nossas grandes aliadas na elaboração desta pesquisa.

Após um pouco mais de um ano trabalhando na pesquisa o momento atual concentra-se no desenvolvimento dos capítulos, e aprofundamentos nas leituras. Já foi realizado o cumprimento dos créditos totalizando 53 créditos, ao todo foram oito disciplinas cursadas sendo cinco delas como aluna especial entre os anos de 2016 e 2017. Durante esse primeiro ano da pesquisa foram consultados o arquivo da Diocese de São Carlos onde tivemos acesso a documentos primários, como livros tombo, registros e descrições em notas do período estudado, as bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade de São Paulo, também foram consultadas a Igreja Vila Izabel de São Carlos a qual administra o Santuário da Babilônia, também foi explorado e acompanhamos o processo do Museu Pró memória no reconhecimento da paisagem, e dessa forma refizemos os caminhos de peregrinação feitos pelos romeiros e fieis que vão ao santuário de diversas formas, a pé em peregrinação, a cavalo na cavalgada e também de trator que assim como a cavalgada é um procissão de tratores caminhões e máquinas agrícolas. Essas atividades compreendem a observação participante, e é parte da metodologia dessa pesquisa e nos permite compartilhar da experiência e ritos que envolvem o

santuário, além de nos aproximar dos agentes que promovem as festas e das pessoas que participarão das entrevistas. Neste processo assim como nas festas temos a oportunidade de fazer contatos e ter diversas conversas informais que nos levam nos caminhos para percorrer essa história. Foi feito o levantamento fotográfico das festas do dia da Santa, festa junina, cavalgada e do espaço em dias comuns onde se observa o espaço completamente vazio ao contrario desses dias festivos. Também está sendo feito o contato para as entrevistas, sendo duas já realizadas. Dessas investigações vimos que a imagem da Santa continua em transformação. No ano de 2018 a Santa ganhou circuito de peregrinação dentro do Santuário, os fieis puderam subir um morro e chegar aos pés de uma imagem no pico deste. A imagem da Santa também está sendo muito utilizada, um artista plástico fez um desenho baseado no mito do incêndio a imagem foi encontrada, essa arte foi reproduzida dentro da parede da igreja em um dos altares laterais e é a imagem estampada no cartão postal utilizado pelo Santuário. As festas também estão crescendo em quantidade, no ano de 2017 foi realizada a primeira festa junina e a igreja está abrindo o local aos domingos para almoço familiares.

Figura 6 - Transformações e Manutenção do Santuário.



Fonte: Fotos de Ana Rita Corrêa

Referências

ARANTES, A. A. **O que é Cultura Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARAÚJO, José Carlos. **Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. História do Pensamento Católico. v. 2. São Paulo, Paulinas, 1991.

BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira de Castro e Silva. **Moradias Urbanas Construídas em São Carlos no Período Cafeeiro**. Vol I e II. Tese (Doutorado) EESC-USP: São Carlos 1991.

CARVALHO, J. C. P. **Imaginário e mitologia: hermenêutica dos símbolos e estórias de vida**. Londrina: Ed. da UEL, 1998.

CARVALHO, J. M. **A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural no Brasil: proteção, salvaguarda e tutela. In: Antonio Carlos de Souza Lima. (Org.). **Tutela: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil**. Rio de Janeiro: e-papers, 2014.

COSTA Marques Ângela e SCHWARCZ Moritz Lilia. **Virando Séculos: 1980- 1914 no Tempo das Certezas**. Editora: Companhia das Letras, ano: 2002.

DID-HURBERMAN, Georges. **Ante el tiempo: história del arte y anacronismo de las imágenes**. Buenos Aires. Adrian Hidalgo Editora, 2008.

DID-HURBERMAN, Georges. **O que vemos o que nos olha**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ELIADE, Mircea, **O sagrado e o profano** [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992. – (Tópicos)

FERREIRA, Antônio C. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo, SP: UNESP, 2002.

FRAGATA, J. **A fenomenologia de Husserl como fundamento da filosofia**. Braga: Livraria Cruz, 1959.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008

LEMONS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

Lima, Solange Ferraz de / Carvalho, Carneiro Vânia. **Fotografia e Cidade: a razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887 -1954: Mercado de Letras**; São Paulo: Fapesp, 1997. Coleção Fotografia: Texto e Imagem.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paz. **A reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no Consumo das Cidades**. pp. 95 - 105 - 2005 disponível em: www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp17/Artigo6_Maria.pdf

MARTINS, J. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. São Paulo: Centauro, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. S.Paulo: Contexto, 2002. (Turismo Contexto) p. 29-64.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. S. Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.11-29.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, S.Paulo, n.34, p.9-23, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os "usos culturais" da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E, CARLOS, A. F. A., CRUZ, R. C. A. da (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p.88-99.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1984

MOREIRA, J. C. (2008). **Patrimônio Geológico em Unidades de Conservação: Atividades Interpretativas, educativas e geoturísticas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

PEREZ, Léa Freitas. A Antropologia das efervescências coletivas. IN: PASSOS, Mauro (org.) **A festa na vida: significado e imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e Indústria. São Carlos: 1850-1950*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea- UFSCAR, 2007.

TRUZZI, Oswaldo (org.). **Fontes Estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos (1873-1940)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2004. Coleção Nossa História.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha_do_patrimonio_mundial.pdf

Da arqueologia da arquitetura à arqueologia da paisagem urbana: trajetórias de pesquisa

From Archeology of Architecture to Archeology of the Urban Landscape: research trajectories

De la Arqueología de la Arquitectura a la Arqueología del Paisaje Urbano: trayectorias de investigación

Ana Teresa Cirigliano Villela [5]

[5] Professora Substituta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria - campus Cachoeira do Sul, na área de Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. Membro do Icomos-Brasil, do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios. (IAU-USP) e do Grupo de Pesquisa Representações do Lugar (FAU-UFAL). Doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) desde 2019. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto. Possui mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FEC/ Unicamp, 2015) e graduação em Arquitetura e Urbanismo (Uniupe, 2010).

<http://lattes.cnpq.br/9968510758086785>

anacirigliano@usp.br

O capítulo narra a trajetória da pesquisadora que vem se dedicando, nos últimos anos, ao diálogo entre a Arqueologia e os estudos retrospectivos de edifícios e sítios históricos. A aproximação com a Arqueologia teve início no Mestrado quando foram exploradas as possibilidades de reconhecimento de cronologias construtivas de edifícios com documentação escassa, utilizando como objeto de estudo a antiga fábrica Lidgerwood Manufacturing Company, situada em Campinas (São Paulo). No Doutorado, amplia-se a escala de estudo, buscando o reconhecimento do processo de transformação da paisagem, especificamente aquela circunscrita no chamado Quadrilátero Central de Ribeirão Preto. A área corresponde ao núcleo de fundação urbana e é resultante de uma sucessão de camadas temporais e materiais, caracterizadas por elementos que remontam desde as primeiras ocupações, em meados da década de 1850, até os dias atuais. À heterogeneidade material, marcada pelos muitos estilos e tipos arquitetônicos identificados lote a lote, somam-se os documentos arquivísticos com registros de fragmentos desse processo presentes em projetos de construção e reforma, mapas cadastrais, fotos, etc. Em perspectiva arqueológica, os artefatos arquitetônicos e urbanos são estudados como testemunhos materiais dos cotidianos sociais, culturais, políticos e econômicos do passado e fontes informativas históricas que podem ser somados aos documentos arquivísticos para o delineamento de novas abordagens historiográfica e para a reflexão do papel que a historiografia exerce sobre os critérios de seleção do patrimônio edificado urbano.

O despertar do interesse pela pesquisa científica

Em 2007, quando estava no segundo ano da graduação em Arquitetura e Urbanismo, a Prof. Dra. Adriana Capretz Borges da Silva Manhas, então docente da Universidade de Uberaba (Uniupe), me convidou para participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (PIBIC-FAPEMIG) no projeto Ecletismo Arquitetônico em Uberaba no final do século XIX e início do século XX. Esse primeiro contato com a pesquisa científica foi fundamental para o reconhecimento do patrimônio eclético da cidade em questão, situada no Triângulo Mineiro. A esse projeto seguiu-se um segundo, Quadro da Arquitetura de Uberaba - das origens aos dias atuais, no qual investiguei as edificações modernas uberabenses. Ambos seguiram os mesmos procedimentos metodológicos, que consistiam na revisão bibliográfica e contextualização das produções eclética e moderna de Uberaba; na pesquisa documental junto ao Arquivo Público e à Prefeitura Municipal; e no levantamento in loco de quinze edificações características dos estilos estudados. Tais levantamentos de campo foram os meios de reconhecimento das características dimensionais e formais das edificações, sobretudo porque nenhuma das casas ecléticas e muitas modernas não dispunham de registros técnicos. Durante a vigência dos projetos, o primeiro de 2004 a 2007, e o segundo de 2005 a 2008, os integrantes do grupo de pesquisa levantaram um total de 85 edificações ecléticas e 20 modernas, contribuindo para a documentação do patrimônio edificado urbano.

Para além da constituição de um banco de dados como desenhos, fotografias e descrições das edificações, os levantamentos de campo também foram fundamentais no sentido de me aproximar das pessoas e das histórias por elas relatadas, que transcendiam a materialidade dos objetos de estudo. O maior desafio desses levantamentos foi conseguir acesso às edificações. Foram necessárias várias ligações telefônicas para estabelecer contato com moradores e comerciantes e convencê-los de que a pesquisa acadêmica nada tinha a ver com a atuação dos órgãos públicos de preservação ou mesmo de fiscais do município. Uma vez estabelecidas as relações de confiança, essas pessoas não só abriram as portas de seus imóveis como compartilharam comigo depoimentos sobre suas famílias, o imóvel, o bairro, os arquitetos e construtores responsáveis, enfim, informações essas nunca antes registradas.

Os resultados dessas duas pesquisas de iniciação científica foram apresentados em vários congressos, dentre eles, o Seminário Latino-Americano de Arquitetura e Documentação, em Belo Horizonte (2008), o Do.co.mo.mo Brasil, no Rio de Janeiro (2009)

e o Do.co.mo.mo Brasil | MG, em Uberlândia (2010). O contato com pesquisadores experientes no âmbito desses encontros me despertou o interesse em continuar a minha formação acadêmica e, em agosto de 2011, ingressei como aluna especial na Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para cursar a disciplina IC079 - Programa de Moradia Brasileira. No ano seguinte, ainda na condição de aluna especial, cursei as disciplinas AQ070 Metodologia de Pesquisa em Arquitetura, Tecnologia e Cidade e AQ080 Preservação Urbana e Arquitetônica. Ao cursar essa última, tomei conhecimento, pela primeira vez, de um campo multidisciplinar que vinha se afirmando desde a década de 1970, na Europa, a Arqueologia da Arquitetura, mas que no Brasil ainda era pouco conhecida. As experiências mostradas em sala me despertaram um enorme interesse em desenvolver um projeto de pesquisa dentro dessa temática e assim o fiz junto à docente que, no ano seguinte, viria a ser minha orientadora, a Prof. Dra. Regina Andrade Tirello.

A Arqueologia como área de pesquisa do arquiteto

Em Arqueologia da Arquitetura, grande parte dos pesquisadores europeus dedica-se aos estudos de exemplares de idade muito antiga, principalmente edificações medievais dotadas de diversos estratos agenciados ao longo de muitos séculos. Tal antiguidade não costuma caracterizar o patrimônio cultural de países latino-americanos, salvo os poucos artefatos remanescentes do período pré-colombiano.

No Brasil, à exceção das cidades coloniais, onde a alvenaria de pedra foi amplamente difundida, o grande lote de edificações de interesse histórico dos séculos XIX e XX é composto por edifícios de tijolos, predominantemente, rebocados e pintados. Mesmo tratando-se de um patrimônio mais recente, não raro, existem grandes lacunas acerca dos processos de transformação desses edifícios. Também as características materiais dos edifícios antigos, pressuposto para que se procedam medidas de caráter conservativo e obras de restauro, são pouco investigadas.

As primeiras experiências nacionais em Arqueologia da Arquitetura tiveram, pois, um caráter experimental ao buscar associar métodos de caráter arqueológico a sistemáticas de estudos e mensurações, próprias do campo da Arquitetura, para singularização de cronologias construtivas de edifícios do século XIX e do século XX. Dentre os estudos pioneiros, destaca-se o canteiro-escola desenvolvido na Casa de Dona Yayá, circunscrito no projeto de pesquisa Arqueometria e Restauração: Sistemas de Documentação para Registro e Leitura Estratigráfica de Edifícios Históricos, coordenado

pela Prof. Dra. Regina Andrade Tirello, no âmbito do Programa de Conservação e Restauração de Bens Arquitetônicos e Integrados do Centro de Preservação Cultural (CPC) da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, no período de 1989 a 2009.

Tal experiência se estendeu no âmbito do G-COR Arquitetura, vinculado ao Departamento de Arquitetura e Construção da FEC-Unicamp por meio do projeto de pesquisa Técnicas construtivas e argamassas históricas: estudos para preservação da arquitetura industrial paulista, coordenado pela mesma docente. Especificamente, as pesquisas ali desenvolvidas se direcionavam ao estudo de edificações industriais e ferroviárias paulistas dos séculos XIX e XX, ressaltando

a importância de proceder inventários sistemáticos dos materiais e fazeres relacionados a diversas tipologias arquitetônicas a partir de levantamentos e medições in situ e análises para ampliar nossos conhecimentos sobre as variantes executivas e projetuais nelas representadas (TIRELLO, 2013).

Em continuidade a uma das vertentes de estudo iniciadas pelo G-COR Arquitetura e abarcando as discussões em Arqueologia da Arquitetura, iniciei o Mestrado no primeiro semestre de 2013. Por se tratar de uma temática pouco estudada no Brasil, a pesquisa intitulada Arqueologia da Arquitetura: a estratificação tridimensional do tempo¹ teve caráter teórico-prático, tendo sido apresentados, primeiramente, conceitos e métodos de autores considerados chave no desenvolvimento disciplinar, tais como Tiziano Mannoni, Gian Pietro Brogiolo, Anna Boato, Riccardo Francovich e Luis Caballero Zoreda, posteriormente direcionados a um estudo experimental de campo. Para tanto, selecionei a antiga sede da fábrica de máquinas agrícolas situada no entorno do pátio ferroviário da cidade de Campinas, em São Paulo, o prédio da Lidgerwood Manufacturing Company.

¹ Publicações relacionadas:

VILLELA, A. T. C.; TIRELLO, R. A. . Archaeology of Architecture: Contributions to the History of Brazilian Construction: Reflections on the applicability of Harris Matrix. In: 5th International Congress on Construction History, 2015, Chicago. *5/CCH Proceedings*. Atlanta: The Construction History Society of America, 2015. v. 3.

VILLELA, A. T. C.; TIRELLO, R. A. . Archaeology of Architecture: the evaluation of the harris matrix to architectural stratifications. In: ReUSO 2015 - III Congreso Internacional sobre Documentación, Conservación y Reutilización del Patrimonio Arquitectónico y Paisajístico, 2015, Valencia. *REUSO 2015. III Congreso Internacional Sobre Documentación, Conservación y Reutilización del Patrimonio Arquitectónico y Paisajístico*. Valencia: Universitat Politècnica de València. Editorial, 2015. v. 1. p. 87-94.

VILLELA, A. T. C.; TIRELLO, R. A. . Estudos diagnósticos em Arqueologia da Arquitetura: uma investigação sobre as possibilidades do Método Harris para o estabelecimento de cronologias construtivas: Lidgerwood (Campinas). In: III ENANPARQ, 2014, São Paulo. *Anais do III ENANPARQ_ Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva*. São Paulo/Campinas: Mackenzie/PUC, 2014.

Desde 1992, no edifício, funcionava o Museu da Cidade, que, durante o curso da pesquisa, chegou a ser fechado ao público por questões de manutenção, mas que foi gentilmente aberto para que eu pudesse realizar os levantamentos. Por meio deste estudo, busquei refletir sobre as potencialidades dos sistemas e métodos da Arqueologia da Arquitetura para a compreensão de cronologias construtivas e um possível direcionamento para o campo da Preservação Arquitetônica.

Ogni edificio storico esistente, in realtà, non conta per uno, ma per due, per tre, per dieci...se tante sono state le vite passate che ancora si colgono nelle membrature attuali. (BOATO, 2008, p.18).

Entender e aplicar tais métodos solicitava, antes, compreender muitas das terminologias empregadas pelos autores e que eram próprias do campo arqueológico, mais precisamente da Estratigrafia, principal instrumento para leitura de estratos (geológicos, arqueológicos ou arquitetônicos), às quais os arquitetos nem sempre estão habituados. Para tais leituras, praticamente todos os autores lidos mencionavam o Método Harris ou Matriz de Harris.

Con este método se diferencian, ordenan y datan las fases por las que han pasado los edificios hasta llegar a su estadio actual, analizando todos los elementos que los componen y que se les fiieron añadiendo históricamente y analizando las distintas actividades y procesos destructivos y constructivos que sufrió. Se trata, por lo tanto, de un método cuya finalidad es básicamente histórica, concretamente la historia de la arquitectura, que contribuye decisivamente a orientar la práctica de la arquitectura restauradora (ZOREDA, 1995, p.37).

Verifiquei a aplicabilidade do método no workshop internacional Gatzsea II: Stratigraphy seminar, promovido pela organização Diadrasis, na cidade de Ano Gatzsea, na Grécia. Após a introdução teórica, a atividade prática foi conduzida em um antigo lagar de azeite, sobre o qual não se dispunha de nenhum documento. Tal experiência possibilitou a posterior análise crítica da pertinência de tal método — desenvolvido, originalmente para estudos arqueológicos, ou seja, em cotas negativas — quando direcionado a leitura de superfícies arquitetônicas de um edifício de idade recente como o era o prédio da Lidgerwood.

Ao contrário do lagar de azeite, cuja matéria edificada era a única fonte de informações históricas, o edifício Lidgerwood dispunha de alguns (poucos) documentos, tais como mapas, fotos e desenhos (parciais) de prefeitura, que foram somados àqueles produzidos

pela equipe do G-COR Arquitetura. Decifrar sua cronologia construtiva era um dos objetivos da dissertação e, para tanto, foi preciso uma atenção especial à organização e condução dos procedimentos metodológicos. O estudo foi dividido em cinco etapas.

A primeira delas, referente à pesquisa histórica, consistiu na consulta de pesquisas acadêmicas, processos de tombamento, fotografias, mapas e livros de arquivos públicos e universitários, além de entrevistas orais com pesquisadores.

Na segunda etapa, realizei os levantamentos métricos, com base nos desenhos e ortofotografias elaborados pelos pesquisadores do G-COR Arquitetura.

Na terceira etapa, conduzi o levantamento fotográfico das atividades construtivas. Com uma câmera Nikon D90, produzi fotografias em escalas de aproximação gradativa, de modo que fossem registrados indícios de ações construtivas e destrutivas, tais como diferenças entre argamassas, mudanças de técnicas construtivas, tipos de ornamentos, tipos de tijolos, coloração das paredes, pinturas murais, etc.

Na quarta etapa, mapeei os chamados "acidentes construtivos" como pequenas falhas ou grandes indícios de remoção e adição de elementos arquitetônicos, agrupados por semelhança e sequenciados de acordo com sua provável ocorrência (Figura 1).

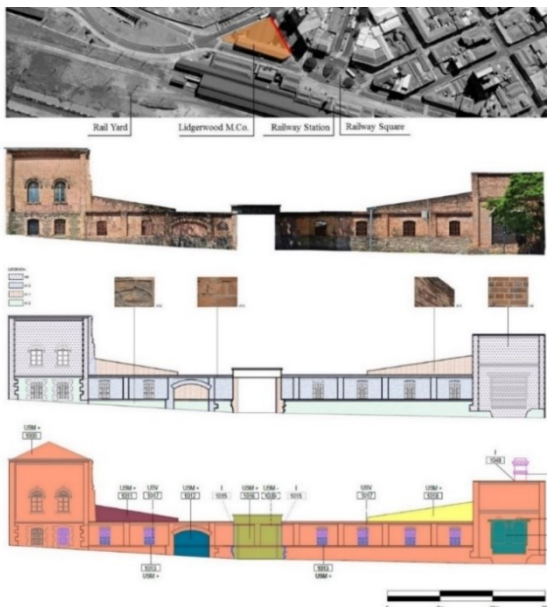


Figura 1 - Acima, localização do edifício Lidgerwood no pátio ferroviário de Campinas; abaixo, ortografia, análise de argamassas e análise estratigráfica da fachada Nordeste.

Fonte: VILLELA, 2015.

Na quinta e última etapa, todos os dados foram concatenados em um modelo gráfico tridimensional, por meio do qual a cronologia construtiva do edifício se elucida (Figura 2).

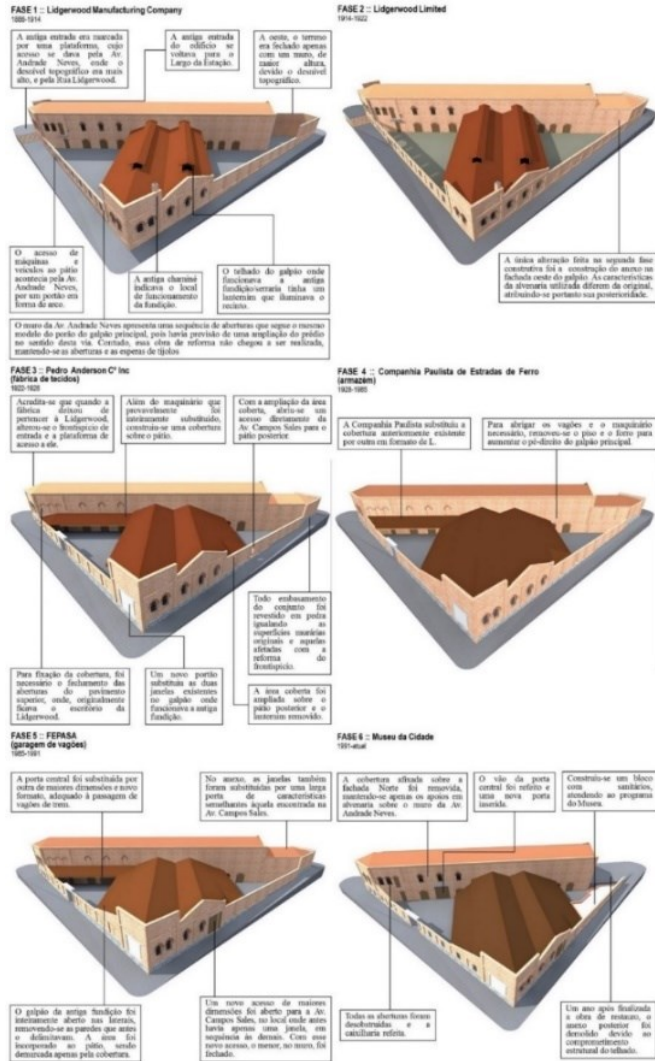


Figura 2 - Fases construtivas do edifício Lidgerwood.
Fonte: VILLELA, 2015.

A atuação docente e as pesquisas sobre o patrimônio urbano de Ribeirão Preto (SP)

Em 2015, após a defesa da dissertação de mestrado, tive a oportunidade de ingressar como docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. No ano seguinte, para além das disciplinas ministradas, dei início ao projeto Levantamento histórico-patrimonial do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto (SP), desenvolvido junto aos alunos do escritório modelo, coordenado por mim e pelo então colega e docente da instituição, Dr. Marcelo Carlucci.

O Quadrilátero Central (Figura 3) concentra uma quantidade significativa de edifícios de interesse patrimonial públicos e privados. Poucos são tombados e mesmo esses que o são estão, em sua maioria, em estado de conservação crítico. Isso nos mostrou que não apenas eram ineficazes as políticas patrimoniais vigentes no município como também persistia a compreensão do patrimônio cultural como um rol de bens grandiosos e isolados. Em oposição a essa perspectiva restritiva, o trabalho proposto aos alunos foi de reconhecimento da totalidade das edificações construídas no Quadrilátero Central, inclusive e, principalmente, as residências mais modestas e os edifícios comerciais menos imponentes, geralmente chamadas de "arquiteturas menores", imóveis produzidos por "anônimos" (mestres-de-obras, pedreiros e práticos-licenciados), mas também dotados de valor histórico-arquitetônico.

A área de estudo, que contém 187 quarteirões, foi dividida em dez subáreas, sendo cada uma delas atribuída a um grupo de alunos². O projeto foi dividido em quatro etapas: varredura fotográfica, seleção dos imóveis de interesse histórico, cadastramento e mapeamento. Na primeira etapa, os alunos realizaram a varredura fotográfica das faces dos 187 quarteirões do Quadrilátero Central. A partir do banco de fotos, na segunda etapa, os docentes selecionaram, junto aos alunos, os imóveis de interesse histórico e arquitetônico, utilizando-se como critérios aspectos formais, materiais e estéticos. Uma vez selecionados os imóveis, iniciamos a terceira etapa, na qual elaboramos fichas baseadas no modelo adotado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com dados referentes à localização, grau de proteção (se existente), e três fotografias externas (uma perpendicular à fachada e outras duas a 45°). Tendo em mãos os endereços, os alunos levantaram as folhas de informação dos imóveis, que contêm os

² De fevereiro de 2016 a julho de 2017, tivemos a colaboração de 53 estudantes do curso.

números dos processos segundo arquivamento municipal. Por fim, os imóveis foram mapeados em CAD e identificados um a um.

Figura 3 - Quadrilátero Central, em Ribeirão Preto.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de mapa do Google Earth e fotos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

O projeto foi encerrado em 2018 e retomado em formato de projeto de extensão em 2019, com a participação de cinco alunas³ e a colaboração do pesquisador e arquiteto Gustavo

³Leticia Baptista Fiacadori, Livia Vilela Mendonça Amorim, Tainah Mogno Melchior dos Reis, Talita Elioenara de Oliveira e Vanessa Pereira Laredo.

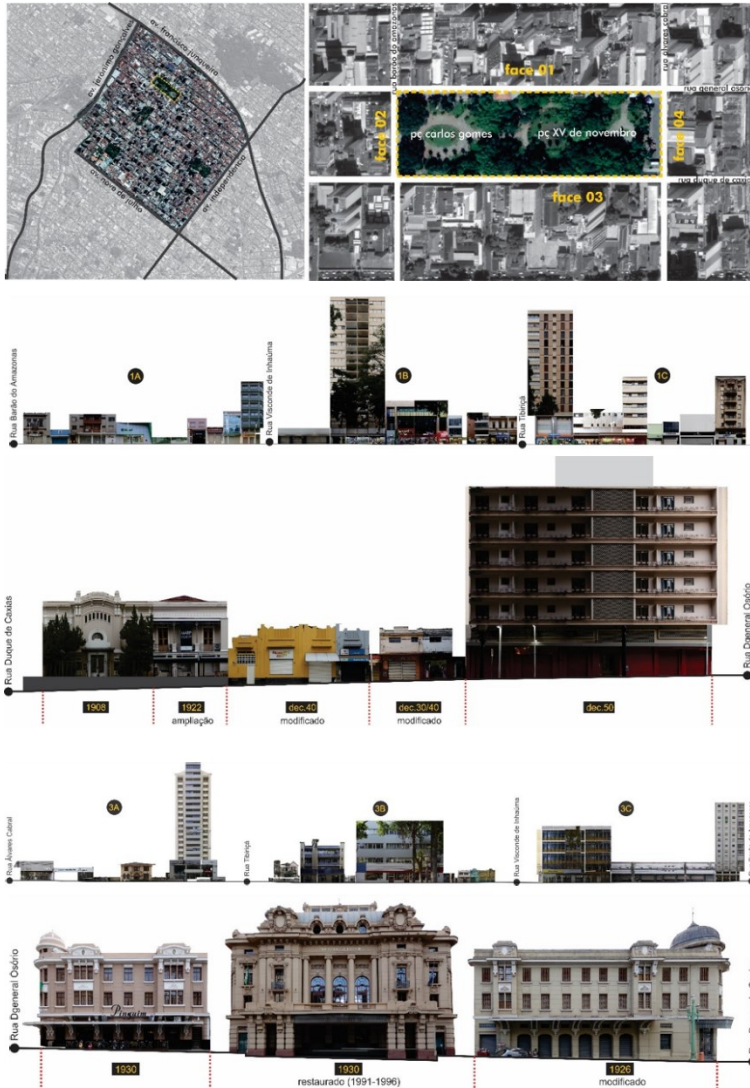
Zeoti. Os imóveis que até então estavam sendo mapeados em plataforma CAD, foram transferidos para o QGIS, de modo a georreferenciar todas as informações provenientes tanto de fontes materiais quanto de fontes arquivísticas. A mudança na plataforma vai ao encontro das recentes discussões acerca do potencial de articulação da proteção patrimonial ao HGIS, facilitando a futura composição de um banco de dados online, acessível a toda a população.

Arqueologia da paisagem urbana: uma ampliação de escala de pesquisa

Os resultados positivos da pesquisa de Mestrado, as possibilidades de contribuição da Arqueologia da Arquitetura e o reconhecimento do potencial da área do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto para estudos arqueológicos me impulsionaram a dar continuidade a essas temáticas no âmbito da pesquisa de doutorado hoje em curso. A seleção da área de estudo esteve imbricada ao projeto Levantamento histórico-patrimonial do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto (SP), mas também à proposta de ampliação da escala de estudo, adentrando no campo da Arqueologia da Paisagem. Ao invés de um edifício, selecionei a paisagem do Quadrilátero Central, de características temporais heterogêneas, que, embora já tenha sido objeto de estudo de muitas pesquisas, nunca foi investigada sob um viés arqueológico. "A incorporação da paisagem (...) resulta da convicção de que, por se tratar de um elemento da cultura material, passível de ser analisado como um artefato, se enquadra em seu campo de investigação" (SOUSA, 2005, p.295).

Para verificar os métodos e recursos disponíveis para registro da paisagem, dada a sua dimensão e complexidade, em 2018, cursei a disciplina concentrada IAU5818 - Tecnologias Digitais na Documentação do Patrimônio Arquitetônico, no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP. Na monografia, fiz um recorte do Quadrilátero Central, referente ao entorno das praças XV de Novembro e Carlos Gomes, no qual todas as construções existentes foram fotografadas. As fotos foram ortoretificadas em Photomodeler e, posteriormente, organizados mosaicos referentes a cada um dos quatro perfis (Figura 4).

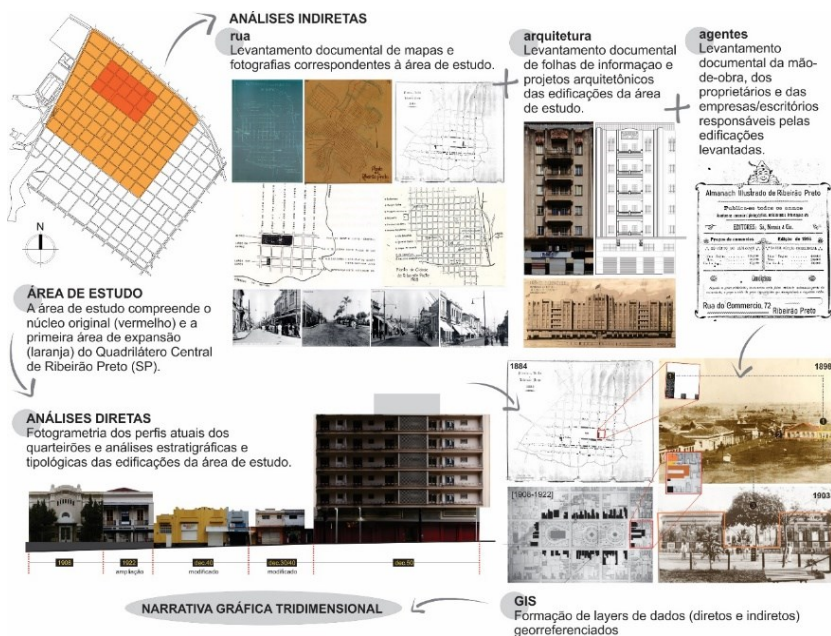
Figura 4 - Quadrilátero Central e praças XV de Novembro e Carlos Gomes com os respectivos perfis edificados do entorno.



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses mosaicos foi possível fazer a vetorização das fachadas e analisar os elementos predominantes em cada uma delas, estimando-se as temporalidades às quais pertencem. Apesar das limitações do software utilizado, foi possível esboçar a metodologia a ser empregada no estudo de campo da tese (Figura 5).

Figura 5 - Estrutura metodológica preliminar da pesquisa de Doutorado.



Fonte: Elaborado pela autora.

A tarefa de "decifrar" e "narrar" o passado, considerando a relação dinâmica espaço-tempo, nas escalas da arquitetura e da cidade, é o desafio da tese Arqueologia da paisagem urbana: o processo de (trans)formação do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto (SP), iniciada no primeiro semestre de 2019.

Desvelar camadas de tempos e imaginar dinâmicas, lógicas antrópicas de enraizamento e de mobilidade na paisagem significa imaginar fluxos em caminhos e rios nas suas possibilidades e dificuldades de comunicação, em busca dos

vestígios de uma fenomenologia dos modos de ser e estar em escala macrorregional (BUENO, 2017, p.243).

Afinal, quantos são os estratos presentes na paisagem? Além dos estratos materiais, quantos usos, quantos significados estão presentes e são imaginados nesta paisagem? Qual a relação entre as transformações na arquitetura e as políticas urbanas? Quem foram os profissionais responsáveis pela construção do Quadrilátero Central? Essas, dentre outras questões, movem o problema da atual pesquisa e dão continuidade à linha de pesquisa iniciada em 2013, no âmbito da pesquisa de mestrado.

Considerações finais

As experiências aqui expostas revelam o potencial que a matéria edificada tem enquanto registro da dimensão temporal da arquitetura e da cidade, sejam elas antigas ou recentes, monumentais ou modestas, dotadas de usos formais e informais.

Como acumulação desigual de tempos, as rugosidades dos sucessivos passados amalgamados na paisagem atual permitem supor cada etapa do processo social, cumprindo-nos retomar a história que esses fragmentos (...) representam tal como a sociedade a escreveu de momento em momento (BUENO, 2016, p.100-1).

A aproximação com a Arqueologia é justamente uma das possibilidades metodológicas que potencializa as instâncias de análise material, que se prestam aos exames diagnósticos e projetos de restauro de edifícios históricos, bem como, em escala urbana, a projetos de conservação integrada, que considerem ainda as dinâmicas sociais engendradas na paisagem cultural urbana.

Referências

BOATO, A. *L'archeologia in architettura: misurazioni, stratigrafie, datazioni, restauro*. Venezia: Marsilio, 2008.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Arqueologia da paisagem urbana. Lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 64, p. 99-130, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119478>. Acesso em: 16 fev. 2019.

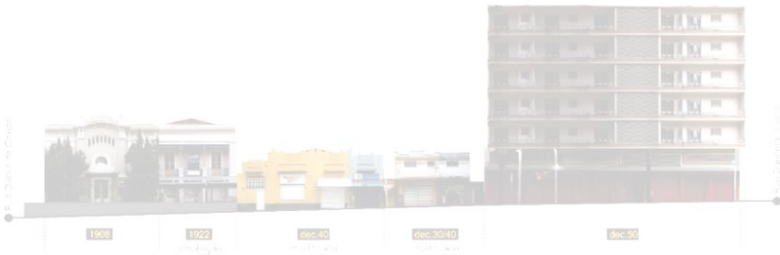
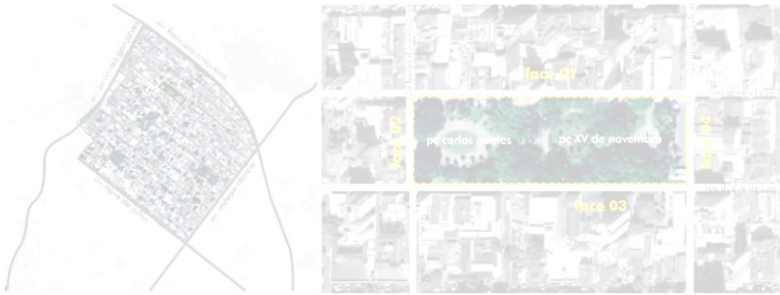
BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. **Labor & Engenho**, v. 11, p. 242-262, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8649556>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SOUSA, Ana Cristina de. Arqueologia da Paisagem e a Potencialidade Interpretativa dos Espaços Sociais. **Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 291-300, jan. 2005. ISSN 1983-7798. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/60>. Acesso em: 12 jun. 2018.

TIRELLO, Regina Andrade. Diagnósticos de edifícios históricos.a que servem? A investigação da matéria arquitetônica e seus aportes com o restauro e a Arqueologia da Arquitetura. **Anais...** In: I Congresso Internacional de História da Construção Luso Brasileira, 2013, Vitória, Espírito Santo, Brasi. Rio de Janeiro: Ed.Rio de Janeiro:PoD,2013. v. 1. p. 1-15. Disponível em: https://www.academia.edu/4709892/DIAGNOSTICOS_DE_EDIFICIOS_HISTORICOS_A_QUE_SERVEM_A_investigacao_da_materia_arquitetonica_e_seus_aportes_com_o_restaur_o_e_a_Arqueologia_da_Arquitetura. Acesso em 29 mar. 2019.

VILLELA, Ana Teresa Cirigliano. **Arqueologia da Arquitetura: a estratificação tridimensional do tempo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – FEC – Unicamp, Campinas.

ZOREDA, Luis Caballero. Método para el análisis estratigráfico de construcciones históricas o "Lectura de paramentos". **Informes de la Construcción**, v. 46, n. 435, p. 37-46, 1995. Disponível em: <http://informesdelaconstruccion.revistas.csic.es/index.php/informesdelaconstruccion/article/viewFile/1096/1180>. Acesso em: 30 mar. 2019.



A travessia de fronteira: um breve relato sobre o estudo da paisagem e do patrimônio no decorrer da minha formação

Voyage across a border: a brief statement about the study of the landscape and the heritage throughout my education

La travesía de fronteras: un breve relato sobre el estudio del paisaje y del patrimonio en el transcurrir de mi formación

Camila Gomes Sant'Anna [6]

[6] Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília, com a tese intitulada A infraestrutura verde e sua contribuição para o desenho da paisagem da cidade (2020). Doutorado sanduiche na University of Manchester, financiado pelo CNPq (2019). Mestre em Urbanismo pela UFRJ (2013). Mestrado em Théories et Démarches du Projet de Paysage pela École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles École Nationale Supérieure de Paysage Versailles, ENSPV, França (2009). Em Geografia Humana pela Université Paris Diderot. Arquiteta e Urbanista pela Universidade de São Paulo (2007). Professora de Teorias e Projeto da Paisagem Urbana do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás. É Diretora Cultural da Associação Brasileira de Arquitetos da Paisagem (ABAP). Realizou visitas técnicas à Itália (Politecnico di Torino) e à Espanha (Politecnico di Madri) e participou de vários seminários, conferências e workshops sobre os temas de mudança climática, planejamento e projeto da paisagem e infraestrutura verde. Em 2019, colaborou na organização do Workshop Rethinking the Green City na Universidade de Brasília, financiado pelo Fundo Newton e FAP-DF. O workshop reuniu pesquisadores do Brasil e do Reino Unido para discutir sobre as cidades verdes. <http://lattes.cnpq.br/0153245503681016>
cgomessantanna@gmail.com

O capítulo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a minha formação como docente, pesquisadora e extensionista no que se refere ao estudo do patrimônio paisagístico. Partindo de uma análise da minha trajetória como aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) até os dias de hoje como professora do Curso de Arquitetura da Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutoranda pela Universidade de Brasília (UnB). Serão apresentadas experiências e bases teóricas que contribuíram para algumas pesquisas e atividades que desenvolvi e as que se encontram ainda em desenvolvimento, como as relacionadas ao estudo da Infraestrutura verde. O planejamento da infraestrutura verde-green infrastructure (GI) surge como um caminho para construir um futuro sustentável e resiliente para a cidade no qual não só se reconheça as áreas de interesse patrimonial ambiental, mas promova a conexão das mesmas com o sistema de espaços livres existente, assim como sua paisagem como um todo. Mesmo que o termo infraestrutura verde seja relativamente recente e, ainda em construção, suas bases conceituais vêm sendo discutidas por um longo tempo e dentre as suas origens estão os estudos sobre a paisagem e o patrimônio.

Introdução

Acredito que somente quando os arquitetos, urbanistas e paisagistas entenderem a importância da participação popular, para se repensar uma cidade que corresponda aos anseios de sua população, conseguiremos diminuir a segregação socioespacial e preservar o nosso imenso patrimônio paisagístico. Com intuito de entender melhor a construção desse debate, ingressei no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). (ver Figura 1)

Figura 1 – Foto da Turma de Faculdade.



Fonte: IAU/USP

Cursar uma universidade pública foi muito importante, para poder entender não apenas o quanto ela pode contribuir para a construção de uma paisagem mais inclusiva na cidade, mas também para compreender melhor o papel da interdisciplinaridade no enfrentamento da garantia do direito à cidade, no que tange às questões patrimoniais

urbano-paisagísticas. Desse modo, foi determinante para a minha formação profissional e, particularmente, para a construção de um olhar crítico, entender que uma prática coerente depende da nossa capacidade de dialogar com os diferentes profissionais, que nem sempre possuem o mesmo ponto de vista sobre determinada questão.

Desde os primeiros anos de faculdade, interessei-me em vivenciar diferentes pontos de vista do arcabouço teórico-prático, assim como visitar as cidades discutidas no âmbito da sala de aula. Realizei dois anos de intercâmbio, dos quais um na França (*École d'Architecture de Grenoble*, em convênio com a Universidade de São Paulo) e outro na Itália (*Politécnico di Torino, Seconda Facoltà di Architettura*), nos quais desenvolvi estudos referentes à paisagem e ao patrimônio. Durante esses dois anos em universidades estrangeiras, tive a oportunidade de entrar em contato com diferentes conceitos e práticas sobre o patrimônio e a paisagem, principalmente nas disciplinas de História da Cidade, Teoria e Projeto do Restauro, História dos Jardins e Projeto da Paisagem.

Debates sobre o Patrimônio

Ao regressar ao Brasil, eu ainda tinha que concluir meus estudos de graduação. Neste contexto, senti vontade de realizar pesquisas que tivessem como tema a questão do Patrimônio. Comecei a participar das atividades do grupo de pesquisa da professora Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci (ver Figura 2), do qual faço parte até o dia de hoje.



Figura 2 – Foto dos integrantes do grupo de Pesquisa.
Fonte: autora.

Sob sua orientação, desenvolvi uma pesquisa de iniciação científica, intitulado Múltiplos olhares: patrimônio cultural e novas mídias no Brasil e no mundo. Esta pesquisa visava identificar no âmbito nacional e internacional, pesquisadores e grupos de pesquisa que utilizam tecnologia de informação e comunicação em projetos e ações vinculadas ao patrimônio arquitetônico e urbano (BORTOLUCCI; SANT'ANNA, 2007).

As atividades descritas acima, somadas a outras experiências acadêmicas, refletiram-se na construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, no qual, imerso no debate contemporâneo de se repensar a relação homem *versus* natureza nas cidades contemporâneas, propus repensar um parque urbano na área central de interesse patrimonial de Ribeirão Preto, minha cidade natal, marcada pelo encontro de dois córregos: Laureano e Ribeirão Preto. O intuito era o de desenvolver um "Parque para Crianças de Todas as Idades", inserido em um sistema de áreas livres e drenagem, valorizar importância patrimonial do parque e torná-lo um atrativo para a população de Ribeirão Preto.

Mestrado em Arquitetura da Paisagem

A convite do arquiteto e paisagista Raul Pereira, que tinha sido o membro convidado para a banca de Conclusão de Curso, trabalhei como colaboradora no escritório de Arquitetura da Paisagem Raul Pereira e Associados, entre fevereiro e julho de 2008. Foi uma experiência muito enriquecedora, mas tive que pedir demissão, pois eu havia sido selecionada para cursar um mestrado no programa *Master Théories et Démarches du Projet de Paysage*, vinculado à École Nationale Supérieure de Paysage de Versailles, com bolsa do *Conseil Régionale Île de France*. Neste período, eu tinha interesse de conhecer melhor o conteúdo programático de um curso superior como o da Escola em Versalhes, especializada em formar arquitetos da paisagem, para entender que disciplinas seriam necessárias dentro do projeto pedagógico desta formação. A dissertação de mestrado teve como título "Le Processus Participatif dans le Projet de Paysage. Le Cas de la France et du Brésil" (O processo participativo no projeto da Arquitetura da Paisagem: o caso do Brasil e da França), desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Hervé Davodeau, entre 2008-2009. O estudo foi concluído com distinção, aperfeiçoando minha capacidade de leitura e proposição no âmbito patrimonial e urbano-paisagístico, em aspectos técnicos e artísticos e culturais.

As reflexões às quais chegamos, ao final desse mestrado, resultaram na publicação de um artigo, em coautoria com Hervé Davodeau, na edição n. 11 da revista *Territoire en*

Mouvement, cujo tema central foi "Territoire et gouvernance participative". O artigo teve como título "La participation du public et ses incidences sur l'évolution des théories et pratiques du projet des paysagistes" (A participação da população e seus reflexos na evolução das teorias e práticas do projeto dos paisagistas).

A partir desta experiência, comecei a me interessar em desenvolver outro mestrado, desta vez abordando o conceito polissêmico de Paisagem, no âmbito da Geografia Humana. Realizei, em seguida, o Master EPMS (Environnement, Paysages, Milieux et Sociétés), junto à Université Paris Diderot-Paris 7, sob orientação da Profa. Nathalie Blanc. A tese de mestrado, com o título "Quelle est elle la place dévolue à la nature, au paysage et aux habitants dans la ZAC Paris Rive Gauche?" (Qual é o lugar da natureza, da paisagem e dos moradores na ZAC Paris Rive Gauche?), apresenta uma discussão sobre como a paisagem, a natureza e os moradores foram e são considerados no projeto da ZAC¹ Paris Gauche e quais são as representações sociais dos habitantes em relação a esta paisagem. A ZAC Paris Rive Gauche, ou Seine Rive Gauche, é uma operação urbana que, inicialmente, propunha edifícios comerciais e residências em altura, para uma parte do 13^o *arrondissement* de Paris, num trecho situado entre a área ferroviária, de interesse patrimonial, da Estação da Paris-Austerlitz e o Rio Sena. A partir da mobilização da população, a proposta teve seu escopo revisto, incorporando áreas tombadas, residências, parques e universidade, incluindo a população no seu redesenho.

Em parceria com a minha orientadora Nathalie Blanc, juntamente com outros profissionais, integrei a exposição da terceira edição do projeto *Parties Prenantes* do Centro de Arte e Pesquisa Bétonsalon, da Université Paris Diderot-Paris 7. O objetivo deste coletivo de trabalho era justamente discutir a paisagem da ZAC Paris Rive Gauche. Em nossa proposta de trabalho, intitulada "Paysages Vécus" (Paisagens Vivenciadas), convidávamos os visitantes a escutarem gravações com os sons da ZAC articulados com palavras produzidas por Nathalie Blanc e, em seguida, a relatarem em cartões postais qual seria a paisagem da ZAC. Paisagem, aqui, entendida de acordo com Augustin Berque:

[...] não se limita às informações visuais do mundo que nos rodeia. Ela é sempre especificada, de certa maneira, pela subjetividade do observador; a subjetividade que é mais que um simples ponto de vista. O estudo da paisagem é, então, muito mais do que as características morfológicas de um sítio. E, inversamente, a paisagem não é apenas o espelho da alma. Ela refere-se aos dois objetos em questão, os quais existem realmente ao nosso redor. [...] (BERQUE, 1994, p.5).

¹ Sigla para "Zone d'Aménagement Concerté", ou "Zona de Desenvolvimento Misto".

A partir disso, passei a me aprofundar sobre a "*sensibilisation des habitants*", expressão atribuída à prática de sensibilizar certo número de moradores com relação a um lugar em habitam (geografia, áreas de interesse patrimonial e população). No Brasil, a Profa. Catharina Lima atribui a essa prática o nome de "pedagogia da Paisagem", colocando-a como fundamental para o êxito de um bom projeto participativo de paisagem. Afinal, como os moradores poderiam participar do processo de transformação do seu bairro sem conhecê-lo? Para tanto, desenvolvi juntamente com outros profissionais, no âmbito da ONG Vivacités, um passeio urbano *d'Ivry-Port à Ivry-Plage*, conhecido *balade urbaine*, com o intuito de criar uma interlocução com os moradores de como eles veem a comuna administrativa de Ivry-sur-Seine: patrimônio, paisagem e comunidade.

Essas práticas vêm revolucionando não somente a nossa prática acadêmica, como também o escopo profissional do paisagista, passando de projetista, responsável por dar resposta técnicas para uma determinada área de intervenção, para atuar também como mediador dos olhares e anseios da população para com determinado lugar.

Experiências de ensino em Brasília

No âmbito da FAU-UnB, comecei ministrando as disciplinas Projeto de Paisagismo 2 e Projeto Urbano 1. Foi fundamental a interlocução entre as disciplinas, para que os alunos entendessem a importância dos espaços livres como nós articuladores de intervenções urbanas ocorridas ao longo do desenvolvimento das cidades. Foram analisados, em especial, projetos recentes de mobilidade, de reestruturação de áreas centrais, de reordenamento de assentamentos informais e de expansão urbana no Rio de Janeiro, que foram experimentadas no âmbito da viagem didática "Vivenciando a cidade do Rio de Janeiro", realizada entre 4 e 9 de novembro de 2014, com a participação do Prof. Mateus Rosada.

A escolha da capital fluminense se deu por uma conjunção de fatores que enriqueceriam a discussão do espaço urbano: a cidade, de 450 anos, possui marcas acumuladas de vários períodos históricos e remodelações urbanas de diferentes épocas, além de viver um momento de expressivas intervenções urbanísticas, por conta da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

No que se refere à disciplina de Projeto Paisagístico 2, desenvolvemos uma discussão sobre o planejamento da paisagem, com o desenvolvimento de um seminário sobre Sistema de Espaços Livres no Mundo. Foram realizadas duas visitas didáticas no território do Distrito Federal com o intuito de discutir suas paisagens – patrimônio: uma no Parque

da Cidade e outra no Parque do Paranoá. Já nesta experiência foi possível desenvolver melhor o caderno da paisagem, cuja estrutura foi sendo aperfeiçoada.

Em Projeto Urbano 1, por seu turno, foram realizadas visitas didáticas ao Plano Piloto e suas áreas periféricas, confrontando-se um desenho urbano mais planejado com outro mais orgânico. A intenção era que o aluno compreendesse os diferentes assentamentos urbanos, sob diferentes aspectos: patrimônio, paisagem e comunidade. Os alunos desenvolveram um caderno de urbanismo no qual analisavam os diferentes assentamentos humanos no mundo e a composição de uma malha urbana específica – em alguns casos, destacando sua relação com algum equipamento específico. (ver Figura 3)

Figura 3 – Passeios Urbanos da disciplina Projeto Urbano 01.



Fonte: material da disciplina.

Junto às atividades da disciplina, organizamos uma palestra sobre acessibilidade e paisagem, tendo como convidada a Profa. Luciene Gomes, no âmbito da Semana de Extensão da Universidade de Brasília, realizada em 2014. O objetivo era pensar como uma arquitetura inclusiva deve se integrar ao contexto urbano no qual se insere a acessibilidade física e de comunicação com o usuário. Pudemos perceber que estas condições devem coexistir, sendo o não cumprimento de apenas uma delas o suficiente para dificultar, ou até mesmo impedir, o acesso de pessoas com restrições ao Patrimônio e à Paisagem.

Em 2015, comecei a ministrar as aulas de Projeto Urbano 1 com a Profa. Dra. Liza Andrade. O objetivo da disciplina é demonstrar que, por meio da escala local de um desenho urbano mais sustentável, com foco na gestão ecológica do ciclo da água no meio urbano, é possível integrar as diretrizes dos planos e atender às demandas socioambientais. Elegeu-se como estudo de caso a área de Nova Colina, com aplicação da metodologia das Dimensões Morfológicas dos Lugares (DIMPU) e dos Princípios de Sustentabilidade Ambiental para Reabilitação de Assentamentos Urbanos². Como principal produto da disciplina, os estudantes desenvolveram um "Manual Introdutório de Urbanismo e Desenho Urbano", orientados pela Profa. Liza Andrade.

No que concerne à disciplina Projeto Paisagístico 1, objetiva-se estudar o conceito de arquitetura da paisagem, seus princípios, sua evolução histórica e a compreensão de suas diversas escalas de aplicação; avaliar e diagnosticar as estruturas morfológicas e funcionais dos espaços livres de edificação, considerando acessos, circulações, fluxos e usos; e desenvolver no aluno a leitura da paisagem e do espaço urbano em suas diversas dimensões.

Este foi um momento bastante relevante em meu processo de formação, considerando que a disciplina foi o lugar onde pude ampliar meu repertório formal e estabelecer uma metodologia experimental para o Projeto da Paisagem. Aplicamos a metodologia de Christophe Girod, que vem sendo desenvolvida pela profa. Maria Cristina Del Pozo na disciplina Proyecto del Paisaje 2, junto ao curso de pós-graduação Arquitectura del Paisaje da Universidad San Pablo CEU em Madri, na Espanha. As atividades de Del Pozo buscam aproximação e entendimento da paisagem de San Martín de La Vega, povoado a 40 km de Madri, para projetar a reconexão do córrego à dinâmica urbana. Cabe mencionar que esta metodologia foi trazida pela estudante Manuella de Carvalho Coelho, uma orientanda de Trabalho Final de Graduação (TFG) que também atuava como monitora da disciplina.

Isto permite discutir como o ensino vai muito além de um processo de transmissão unidirecional do conhecimento, pois se trata, antes, de uma construção coletiva que parte de todos os seus agentes, sejam eles professores ou estudantes. Além disto, esta experiência permite discutir como se deve trabalhar como o referencial teórico sempre

² Objeto de estudo da tese de doutorado da Profa. Liza Andrade. Ver em: ANDRADE, Liza Maria de Souza. *Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: procedimentos metodológicos com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água englobando os níveis da comunidade e da paisagem*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB, Brasília, 2005.

com uma visada crítica, pois ao longo da disciplina pudemos não apenas testar a metodologia de Girot como lançar contribuições a este mesmo referencial. Boa parte destas reflexões foi sistematizada no TFG de Manuela Coelho (COELHO, 2015), que teve a oportunidade de orientar, e num artigo submetido à XIII edição do ENEPEA (Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) - este último, ainda em processo de avaliação.

Visando a um entendimento mais amplo e acompanhado do pensamento do planejamento da paisagem, o prof. Christophe Girot, professor do Departamento de Arquitetura da Eidgenössische Technische Hochschule Zürich (ETH-Zürich), aconselha o estudo do sítio em quatro momentos de aproximação, que foram sistematizados no artigo "Four Trace Concepts in Landscape Design" (GIROT, 1999). Os quatro passos apontados por Girot valorizam a percepção individual e a experimentação sensorial em todas as quatro etapas de projeto.

Para a primeira impressão, chamada de "Pouso" (*Landing*), o olhar desavisado de quem chega a uma terra desconhecida deve ser relembado durante todo o processo de estudo e proposição na paisagem. A busca por informações e dados físicos do sítio deve estar presente apenas a partir do segundo passo, a "Fundamentação" (*Grounding*). Após experimentar e pesquisar o espaço em questão já é possível encontrar a essência do lugar, de onde vem sua identidade, que se constitui como etapa da "Descoberta" (*Finding*). Tentando intervir de maneira positiva chega-se ao último momento de "Síntese" (*Founding*), onde tudo que foi visto antes é resgatado e transformado em proposta que se insira no contexto local.

As quatro fases de Girot se mostraram, no entanto, pouco específicas no direcionamento dos estudos. Assim, pareceu necessário incluir ferramentas mais precisas a fim de operacionalizar essa aproximação. Foram acrescentados métodos e referências teóricas que pudessem dar maior aporte e especificar, com mais profundidade, como cumprir com as fases de Girot.

O "Pouso" é a percepção individual, a experimentação, e vem acompanhado do olhar da comunidade. À etapa da "Fundamentação" acrescentaram-se as ideias de Rosa Kliass sobre o planejamento da paisagem, de Ian McHarg sobre os valores do sítio e, ainda, de Kevin Lynch sobre as visuais da cidade. O momento de "Descoberta", por sua vez, definiu as características do espaço livre no bairro, podendo defini-lo.

Como resultado escolheu-se um espaço livre que caracterizasse o sítio e foi lançada a proposta de parque urbano com foco em sua função social de uso e ambiental na região

do Guará. O mesmo procedimento foi adotado com relação aos estudantes da disciplina Projeto Paisagístico, mas, neste caso, a intervenção foi proposta para a área conhecida como Nova Colina, também no Distrito Federal.

O mais importante é destacar que, ao passo que os estudantes finalizavam cada etapa projetual da metodologia de Girot, eles eram convidados a expor o seu trabalho nas paredes do ateliê, de modo que outra equipe, com o auxílio da professora e dos demais colegas, utilizando-se de *post-it* ou mesmo folha vegetal, pudesse construir um discurso urbano-paisagístico sobre os pontos positivos e negativos desenvolvidos pela equipe, assim como desenhar ou sugerir mudanças. A intenção é que o aluno aprenda a ler o trabalho do outro e consiga, como se estivesse em um escritório, sugerir alterações.

Para além das atividades de ensino e orientações, a experiência na UnB me faz valorizar ainda mais a atuação em uma instituição pública, num contexto em que Ensino, Pesquisa e Extensão estão em constante diálogo. Tive a oportunidade de atuar, como coordenadora, de uma atividade complementar da FAU-UnB chamada *Projeto Pé na Estrada*³. A primeira edição do Projeto foi idealizada em 2011 pelos professores Elane Peixoto e Ricardo Trevisan com uma viagem para Goiânia. Ela buscava levar a realidade das cidades brasileiras ao conhecimento e repertório dos alunos de Arquitetura e Urbanismo. O projeto foi retomado pelos próprios estudantes da FAU-UnB em 2013, com vistas a dar continuidade à proposta, e promoveu uma nova viagem didática a Curitiba (agosto de 2014).

Comecei a me envolver com o *Pé na Estrada* em 2015 e a partir de então, com a valiosa colaboração dos estudantes e demais professores convidados, o Projeto hoje está sob coordenação de outra professora. No entanto, realizamos viagens didáticas a Belo Horizonte, Inhotim e Ouro Preto (2015), Rio de Janeiro (2015), Belém (2016) e São Paulo (2017). Ao longo destas edições o Projeto foi ganhando novas vertentes. Uma delas foi o *Pé na Esquina*, que discute a paisagem do Distrito Federal de uma maneira diferente, com a mediação de um professor da FAU-UnB. Outra vertente, o *Ponta Pé*, repensa a arquitetura da paisagem dos intramuros dos *campi* universitários com os docentes da faculdade fora da sala de aula. Já o *Pé com Pé* tem como objetivo criar uma rede de troca de conhecimentos e ideias com outras instituições, empresas, escritórios ou pessoas por meio de passeios didáticos, palestras, eventos, mesas redondas, dentre outros.

³ Ver mais informações sobre o Projeto Pé na Estrada no link: <<http://penaestradafaunb.wix.com/penaestrada>>.

Com o Pé na Estrada adquiriu-se grande experiência na realização de viagens didáticas — o que inclui desde questões mais teóricas até habilidade para administrar sua preparação e execução. De modo geral, estabeleceu-se uma organização das viagens em três fases. Antes da viagem, os professores, alunos e funcionários se engajam na elaboração de um roteiro, assim como na organização da atividade como um todo, o que inclui reservas, inscrições, divulgação e elaboração de um *kit* de viagem. Esse *kit* varia a cada edição, mas normalmente é composto por um caderno de desenho, uma camiseta, um cartão de seguro saúde e outros brindes com a marca da atividade. Os professores que acompanharão o grupo ministram uma aula expositiva antes da viagem, fornecendo aos alunos uma preparação teórica sobre o destino. Os alunos ainda têm a oportunidade de participar de oficinas/ *workshops* de desenho e fotografia para auxiliar na produção de material para realização dos “Momentos Pé na Estrada” e do “Manual de Vivência” da cidade visitada. Durante a viagem, cada professor fica responsável por conduzir o grupo em alguns pontos específicos e a equipe orienta os alunos sobre a realização do roteiro pré-definido (Ver Figuras 4 e 5).



Figura 4 – Alunos e professoras em frente à Igreja Nossa Senhora do Carmo em Ouro Preto.

Fonte: Salvatore Cicero, 2015.



Figura 5 – Foto do Kit viagem de cada aluno.

Fonte: Salvatore Cicero, 2015.

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo

No ano de 2016, em paralelo às atividades de ensino, ingressarei como aluna regular no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB, onde passarei a desenvolver o projeto de tese que tem como título "A infraestrutura verde e sua contribuição para o desenho da cidade", sob a orientação da Profa. Maria do Carmo de Lima Bezerra, dentro da linha de pesquisa Projeto e Planejamento Urbano e Regional.

A infraestrutura verde é entendida como um caminho para a obtenção de benefícios ecológicos, econômicos e sociais através de soluções que viabilizem uma forma de ocupação do solo urbano em equilíbrio com os processos naturais consonantes com a promoção da biodiversidade, saúde pública, patrimônio e sociabilidade. Os parâmetros que guiam a definição das infraestruturas verdes são ainda esparsos, pontuais e se traduzem muitas vezes, apenas na melhoria dos espaços verdes das cidades. Dentro dessa perspectiva, a infraestrutura verde das cidades se resumiria em um sistema de espaços livres (MACEDO, 1999).

As principais questões que norteiam a pesquisa são: Qual o papel da infraestrutura verde no desenho holístico das Paisagens das cidades de hoje e do amanhã, que garanta o direito à Paisagem?

No mesmo ano também ingressei como professora efetiva de Teorias e Projeto da Paisagem Urbana do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás na Cidade de Goiás, onde desenvolvo o Núcleo Livre, Sensibilização da Paisagem, que visa abordar questões contemporâneas sobre a paisagem no cotidiano urbano, com ênfase na cidade de Goiás (GO), compreendendo sua infraestrutura para além de uma mera solução técnica. O núcleo discute sobre experiência, percepção e apropriação da paisagem-patrimônio.

Revisitar a minha trajetória profissional foi fundamental para compreender como estas experiências contribuíram para a minha prática profissional, quanto aos estudos sobre a Paisagem e o Patrimônio.

Referência bibliográfica

BERQUE, Augustin. **Introduction**. In: BERQUE, Augustin (Org.). *Cinque propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1994, p. 5, tradução da autora.

COELHO, Manuella de Carvalho. **Leitura e gestão da paisagem: estudo do Guará**. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Brasília, 2015. Orientado pela Profa. Camila Gomes Sant’Anna.

GIROT, Christoph. **Four trace concepts in Landscape Architecture**. In: CORNER, James (Ed.). *Recovering Landscape: essays in contemporary Landscape Architecture*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1999. p. 59-67.

MACEDO, Silvio S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999. (Coleção Quapá, v.1).

SANT’ANNA, Camila Gomes; BORTOLUCCI, Maria Ângela P C S. **Novos Modos de Descobrir o Patrimônio Cultural no Brasil e no Mundo**. In: XIV CIC UFSCar - XIV Congresso de Iniciação Científica da UFSCar, 2007, São Carlos. XIV Congresso de Iniciação Científica da UFSCar, 2007. v. 1.

Patrimônio e memória: trajetória de pesquisa em busca da compreensão das questões patrimoniais no meio rural em São Carlos- SP

Heritage and memory: research trajectory in search for understanding heritage issues in the rural environment at São Carlos- SP

Patrimonio y memoria: trayectoria de investigación en busca de la comprensión de los problemas patrimoniales del campo em São Carlos- SP

Jéssica Ariane Campaneri Sposito [7]

[7] Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, IAU-USP, Universidade de São Paulo, Campus de São Carlos-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios a partir de 2018, onde desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica com o trabalho intitulado Consciência Histórica e Valor Cultural na Fazenda Pinhal, São Carlos-SP, com orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. A pesquisa se destacou na fase regional do Simpósio de Iniciação Científica da USP de 2019 (SIICUSP 2019) e foi selecionada para participação na fase internacional do evento. Além disso, foi monitora da disciplina optativa Aspectos do Patrimônio Histórico Arquitetônico do Interior Paulista: casos de estudo de preservação e intervenção, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Yassuhide Fujioka, em 2020. Atualmente é estagiária na ONG Associação Veracidade, onde trabalha com o desenvolvimento de tecnologias sociais e também no escritório de arquitetura Daniele Giacomeli, onde desenvolve projetos arquitetônicos e de interiores.

<http://lattes.cnpq.br/6716806882305242>

jessicacampaneri@gmail.com

O capítulo evidencia uma trajetória em busca da compreensão das questões relacionadas ao patrimônio cultural da paisagem, o reconhecimento de valor cultural desses locais, buscando constatar o momento em que houve a tomada de consciência dos bens como documentações historiográficas essenciais para a preservação de uma memória coletiva. Ainda, busca a compreensão dos processos de transformação do espaço físico à medida que evolui a constatação de uma consciência de valor. Utiliza do estudo de caso da Fazenda Pinhal, localizada em São Carlos, SP.

Introdução

Podemos notar que as práticas preservacionistas e o ensino patrimonial vêm tomando força no cenário atual. Devido ao crescimento acelerado das cidades e a especulação imobiliária, inúmeros exemplares arquitetônicos vêm sendo perdidos, resultando em uma grande perda para nossas cidades. Dessa forma é necessário reconhecer que os bons profissionais de arquitetura são aqueles que são capazes de entender as camadas temporais dos espaços e assim desenvolver as soluções mais adequadas para cada circunstância. Nas aglomerações urbanas atuais, percebemos a predominância de práticas isoladas e inconscientes.

Com isso, percebemos que as cidades vêm crescendo de forma desintegrada e muitas vezes colocando abaixo locais que poderiam resgatar questões relacionadas a memória coletiva da população. Nesse sentido, Pierre Nora caracteriza sobre o homem moderno a necessidade da existência desses locais, que ele denomina como locais de memória, onde com a aceleração do tempo e a destruição massiva da paisagem, tornam-se necessários para a preservação das memórias que ligam um povo a sua origem.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (Nora, 1981, p. 1)

Para tal, é preciso que haja um reconhecimento desses locais como meio de memória, o que por vezes ocorre de forma tardia. Inúmeros exemplares passam por um processo de degradação pela falta de manutenção adequada e consequente desmanche, dando vida a edificações muitas vezes sem qualquer tipo de qualidade projetual. Quando não depredadas, as edificações passam por outros processos de perda que resultam em uma supressão de sua autenticidade. É comum ao visitarmos propriedades restauradas, nos depararmos com edificações com um semblante límpido. As marcas do tempo são apagadas sem levar em consideração o aspecto documental que esses espaços possuem. No meio rural, essa realidade é acentuada, uma vez que as propriedades são vistas apenas como locais de produção e especulação do solo. Segundo o historiador Paulo

César Garcez Marins, o patrimônio rural sempre esteve às margens das políticas de preservação no Brasil:

Entre as tipologias do patrimônio edificado que permaneceram à margem das políticas de preservação, encontra-se certamente a arquitetura rural. Os poucos tombamentos realizados nesse âmbito pela esfera federal replicaram-se, em escala, naqueles realizados pelos órgãos estaduais criados a partir da década de 1960 e, novamente, nas experiências de preservação ocorridas na esfera municipal, iniciadas já nas décadas de 1970 e 1980. (MARINS, 2013, p. 162)

A preservação desses locais na maior parte das vezes se dá através de um laço afetivo estabelecido pelos familiares que o relacionam às suas vivências e às tradições familiares. Estes são vistos como espaços de refúgio e lazer, havendo poucos indícios de uma consciência de que possuem um aspecto documental na narrativa de um período histórico. É com o intuito de entender como acontecem esses processos de reconhecimento e de construção e reconstrução do espaço físico que iniciamos o estudo, ainda em curso, intitulado *Consciência Histórica e Valor Cultural na Fazenda Pinhal - São Carlos, SP*.

No estudo, através das diretrizes patrimoniais modernas, de documentações primárias e com base em depoimentos, procuramos entender em que momento surgiu essa consciência histórica em torno da Fazenda Pinhal e reconhecer os agentes envolvidos em torno dos processos de transformação e o grau de interferência que cada um deles representa para a construção da imagem da fazenda como um bem cultural provido de valor. Ou seja, buscamos entender de que forma ocorreu o reconhecimento dos espaços como vestígio historiográfico do período do café, quando e através de quem foi efetivada a averiguação da fazenda como patrimônio cultural brasileiro.

Trajetória e método

A intenção de me tornar arquiteta surgiu aos oito anos de idade segundo minha mãe. Desde então houve o crescimento de um sentimento voltado para a cidade. Da janela do carro, eu observava todos os prédios, as ruas e me pegava imaginando como tudo aquilo surgiu. Sempre fui muito observadora e esse ato do olhar passou a ser um dos meus passatempos prediletos. Passei a conhecer a cidade não pelo nome das ruas, mas pela sua imagem e pela relação das edificações entre si. Conhecia todas as edificações que se

situavam no caminho do colégio e percebia facilmente qualquer alteração que havia sido feita em suas fachadas.

O interesse pelo viés patrimonial surgiu quando, aos 13 anos de idade, visitei pela primeira vez a cidade de Ouro Preto- MG. A cidade parecia ter sido congelada no tempo e as pessoas que ali viviam possuíam um afeto pelo local que eu nunca havia presenciado antes. Era possível notar o zelo em cada edificação e a preocupação em manter a homogeneidade do todo. Entretanto, já nesse momento começava a me perguntar o que fazia dali um lugar tão diferente dos outros que já havia presenciado. Com o ingresso na graduação em Arquitetura e Urbanismo, esses questionamentos foram ainda mais tensionados e ganharam corpo.

Assim, como toda pesquisa, essa começou em forma de inúmeros questionamentos: como se dão as questões patrimoniais? Quem escolhe e porque o que merece ser preservado? Quem os tombamentos beneficiam? As massas realmente entendem a importância da preservação desses documentos edificados? O patrimônio cultural brasileiro realmente cumpre sua função social atualmente?

Desse modo, a minha motivação inicial para este estudo foi alcançar o aprofundamento nas questões patrimoniais durante o andamento da graduação, com a intenção de me especializar para uma possível carreira direcionada ao restauro de edificações com valor histórico. De início, um tema que se mostrava bastante vago aos poucos foi tomando forma e se consolidando. A opção pelo uso da história oral como método de pesquisa, mostrou o quão sensíveis podem ser as questões patrimoniais e o quanto elas estão envolvidas no cotidiano de todos nós. Mais do que falar sobre edificações, espaços e paisagens, estamos falando sobre memórias.

Entender a memória, ou a ausência dela, foi o primeiro grande passo para a evolução deste estudo. O segundo grande passo foi entender que as questões patrimoniais não são ciências exatas e são baseadas de acordo com a relação que cada indivíduo possui com os espaços a partir de suas vivências individuais na construção de um significado único. Com isso, o método mais apropriado para o levantamento dessas informações é ouvi-las, documentar suas experiências e com base nisso refletir. Reflexão essa que leva em consideração o contexto, a ocupação, classe social, origem e nível cultural de cada indivíduo.

Os projetos de história oral promovem uma mediação significativa entre a memória e a história. A responsabilidade documental da história oral é que dá sentido à memória como tema para a história.

É a dinâmica da oralidade que separa a história e a memória. É aí que se dá o papel da história oral como mediadora entre uma solução que se baseia em documentos escritos (história) e outra (memória) que se estrutura, quase que exclusivamente, apoiada na fluidez das transmissões orais. (MEIHY, 1996, p. 62-63)

Ao tratar das memórias, surgem significados não só daqueles que foram entrevistados, mas também os nossos. Com o decorrer da pesquisa, vamos nos identificando com os fatos, encontrando nossas motivações em cada documento consultado e tendo um entendimento maior de termos familiares. A partir dessa aproximação com a cultura do café, termos como "tuaia" e "terreirão" que ouvi desde a infância e proferidos por meus ancestrais e passados de geração em geração tomam outro significado. Descendente de família italiana e proprietária de pequena cultura de café, entender de forma aprofundada esses processos de produção significa uma aproximação, quase que desproposita, das minhas origens.

Figura 1 - Família Sposito, descendentes diretos de imigrantes italianos, em frente a casa recém construída no Sítio União - Jales/SP, pequena propriedade produtora de café, no início do século XX



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora



Figura 2 - Baptista Sposito, avô da pesquisadora, colhendo café no Sítio União - Jales/SP, no ano de 2001. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

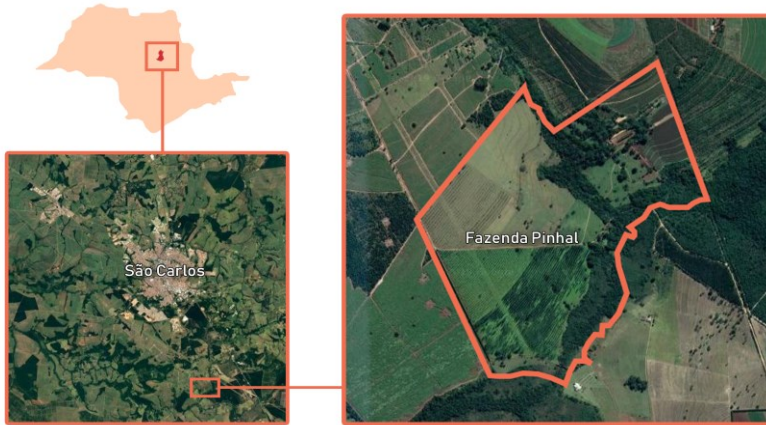
Através dessa aproximação, aos poucos, a Fazenda Pinhal foi tomando forma, rompendo sua imagem idealizada de objeto de pesquisa e se tornando um objeto real e tangível. Assumindo a postura de historiador, apesar de todas as dificuldades de aproximação, pudemos pelas documentações e pelos depoimentos preencher as lacunas e responder pouco a pouco as perguntas que provocaram o surgimento deste estudo. Dessa forma, houve um esforço em revelar e assim analisar a memória coletiva da Fazenda Pinhal:

O historiador, este detentor do olhar arguto que é capaz de ver o que não mais se impõe à visão, se imbui também da missão de aprisionar a Memória, indicando o que lembrar. [...] Atribuindo-se a responsabilidade da narrativa sobre o passado, o historiador assume também a tarefa de administrar ou mesmo construir a memória coletiva, esta que brota de um processo, social e histórico, de armazenamento de lembranças partilhadas por uma comunidade. (PESAVENTO, 2004, p.1-2).

O objeto e o reconhecimento de valor cultural

A Fazenda Pinhal se localiza no município de São Carlos - SP, próximo a estrada do Broa. Teve seu início marcado em 30 de dezembro de 1785, data presente na carta que concedia a Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho as terras posteriormente denominadas como Sesmaria do Pinhal.

Figura 3 – Localização da Fazenda Pinhal dentro do estado de São Paulo e do Município de São Carlos.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Foi sob a administração de seu filho Carlos José Botelho que, em 1830, as edificações da fazenda começam a ser construídas. Entretanto ela ganha importância quando atinge seu auge econômico no final do século XIX e início do século XX, na administração de Antônio Carlos de Arruda Botelho, futuro Conde do Pinhal (GORDINHO, 1985). O complexo original da Fazenda Pinhal, objeto deste estudo, abrange o casarão, os terreiros localizados a seu lado, a senzala, o curral, as coqueiras e a tulha. O traçado original também compreende o pomar e uma pequena reserva de mata (BENINCASA, 2003).

No início, a produção era voltada para o engenho de açúcar e para a criação de gado e não possuía formas luxuosas. A sede possui uma geometria compacta, caracterizando um exemplar arquitetônico de sua época (BENINCASA, 2003). Apesar de seu caráter austero, com o enriquecimento da família, os interiores foram mobiliados de forma mais refinada, dando um ar mais luxuoso para a edificação, tal qual encontramos hoje.

Figura 4 - Ilustração da implantação da Fazenda Pinhal e imagens do local com inserção na ilustração



Fonte: Implantação: produção autoral; Fotos 1, 4, 5: Acervo da Fazenda Pinhal; Fotos 2, 3, 6: Acervo pessoal da pesquisadora.

O reconhecimento como Patrimônio Cultural se deu inicialmente em 1979, onde foi iniciado o processo de tombamento em âmbito estadual, realizado pelo CONDEPHAAT e efetivado em 1981. No processo foram averiguados todos os bens da propriedade e

realizado um levantamento métrico e iconográfico minucioso. Em 1985 foi iniciado o processo de tombamento em âmbito nacional, obtendo-se veredito em 1987, sendo toda a propriedade incluída no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do SPHAN, atual IPHAN. Durante o processo de tombamento nacional, houve constante troca de correspondências onde se discutiam os aspectos da propriedade e qual seu mérito como documentação histórica. Em uma das cartas, o arquiteto responsável pelo tombamento, Antonio Luiz Dias de Andrade, menciona:

Apreciar tal solicitação pressupõe a consideração do processo histórico associado ao desenvolvimento da lavoura de café no estado de São Paulo, tendo-se em vista identificar os valores documentais, cuja recorrência constitui justificativa para a preservação dos bens culturais representativos, que tipifiquem os padrões dominantes. [...] Reconhecemos todavia na Fazenda Pinhal valores que a situam entre aquelas unidades características do segundo período, assim como merece consideração o raro zelo demonstrado por seus proprietários na preservação criteriosa do bem cultural, revelando no empenho cuidados compreensíveis em recompor não apenas os antigos espaços, mas também as referências de um estilo de vida perdido nas lembranças e tradições familiares. (Carta, 1985)¹

A Fazenda Pinhal teve uma grande modificação de sua funcionalidade ao longo de sua existência, afetando diretamente em sua concepção de valor cultural. De engenho, passa a ser fazenda de café, hospedagem² e atualmente funciona como sede da Associação Pró Casa do Pinhal. O valor cultural deixa de ser pragmático e afetivo e torna-se maior em escala nos aspectos formal e cognitivo (MENESES, 1999). Consequentemente, as edificações passaram por modificações físicas conforme as mudanças funcionais ocorriam. As mudanças realizadas anteriormente ao processo de tombamento tinham o intuito de adaptação e que só recentemente, reconhecido seu valor histórico tais mudanças recebem a atribuição de preservação da memória. Ou seja, apenas recentemente as reformas assumem um caráter de consciência histórica.

Não existia a visão "histórica" do passado, como percebida atualmente, nem a consciência de "ruptura" entre passado e

¹ Correspondência encontrada no acervo do IPHAN (carta destinada ao secretário e escrita pelo arquiteto responsável pelo processo de tombamento da Fazenda Pinhal em 1985, onde são mencionadas várias informações de interesse sobre o local).

² A Fazenda Pinhal foi inserida no Roteiros do Charme, associação de hotéis onde são selecionadas hospedarias que garantem aos hóspedes conforto, qualidade de serviços e responsabilidade sócio-ambiental, a partir de critérios rígidos.

presente. [...] As intervenções feitas em edifícios já existentes eram voltadas para sua adaptação às necessidades da época, ditadas pelas exigências do momento e pela visão do mandatário e do arquiteto, muitas vezes em detrimento do próprio bem. (KÜHL, 1998, p. 179).

Com isso, foram realizadas interferências equivocadas, criando assim uma paisagem idealizada do período e distorcendo seu aspecto original, acarretando em uma perda de autenticidade das edificações, aspecto que foi se evidenciado no último restauro. Exemplo disso é a evolução do volume da senzala, onde a primeira imagem corresponde ao início do século XX e a última ao ano de 2019. De início, houve uma primeira adaptação nas aberturas a partir da vinda da mão-de-obra livre. Acredita-se que anteriormente, havia apenas uma abertura para entrada e saída dos trabalhadores escravizados. Já na primeira foto, observamos a presença de aberturas na forma de folhas cegas de madeira. Em 1937 já aparecem janelas de guilhotina de vidro. No ano de 1950, todo o volume encontra-se em ruína, consequência do abandono que a fazenda sofre após a morte da condessa. Ainda nessa década, há a reconstrução do telhado realizada por Augusto Arruda Botelho, neto do conde, onde há a fragmentação da estrutura em dois volumes e alteração do pé direito. Na década de 1990, Modesto Carvalhosa, atual proprietário, comanda uma reforma onde é realizada a uniformização do volume, ainda com pé direito alterado. Até que ponto podemos afirmar que a autenticidade do volume foi preservada?

Figura 5 – evolução do volume da senzala da Fazenda Pinhal do início do século XX até 2019.



Fonte: Fotos 1,2,3: Acervo Fazenda Pinhal; Foto 4: Paulo Pires da Silva (1985); Foto 5: produção do próprio autor (2019).

Em análise aos documentos e aos depoimentos, segmentamos as questões pertinentes à consciência patrimonial e ao valor cultural em relação à Fazenda Pinhal em quatro períodos:

1. A propriedade possuía interesse único de moradia e produção, no início como engenho de açúcar e criação de gado e posteriormente tendo maior foco na produção de café, momento em que "a casa era viva". Período que vai do surgimento até a morte da Condessa, em 1945;
2. A Fazenda é marcada pelo abandono. Várias edificações entram em estado de ruína, entre elas, em estado mais agravado, o volume da senzala. Posteriormente inicia-se a compra das cotas por parte de alguns herdeiros com o intuito de recuperar as edificações para a possibilidade de ser frequentada. Abrange de 1945 até 1979;
3. Há o início de uma tomada de consciência histórica em relação ao reconhecimento da Fazenda Pinhal como possuidora de valor documental do segundo período e do seu papel social como agente de formação patrimonial. É marcado pelo início do processo de tombamento estadual, pelo CONDEPHAAT. Nesse período também é realizado o tombamento nacional pelo SPHAN, atual IPHAN, em 1987 e é criada a Fundação Pró Casa do Pinhal, em 1998. É possível observar que os administradores reconhecem a função social intrínseca a seu bem e procuram da melhor forma possível a organização de eventos que reúnam Fazenda Pinhal e comunidade em prol da educação patrimonial.
4. A Fazenda Pinhal é vendida em 2009, e sofre um restauro de 2013 a 2016. Tal período é abordado de forma pontual durante o estudo, pelo fato de não pertencer ao recorte histórico selecionado.

Apesar da perda de autenticidade mencionada anteriormente, a gestão do bem voltada à educação patrimonial e ao processo de estratégias de gestão colaborativa são assertivos. A respeito do período de 1979 a 2013, são encontradas inúmeras documentações que comprovam a posse de uma consciência a respeito da função social da fazenda e seu papel a ser realizado no campo da educação patrimonial. Houve abertura para as universidades e diversas atividades foram realizadas em parceria com pesquisadores e a Fazenda Pinhal. Foram estas oficinas, seminários a respeito da questão patrimonial, workshops colaborativos. Exemplo disso o Pinhal Digital, usado como fonte de informações para este estudo, onde estão armazenadas fotografias, entrevistas e resultados de investigações físicas e documentais.

Neste período houve a maior concentração de estudos realizados sobre o local e também é o momento em que acontece o reconhecimento da fazenda como possível objeto de

pesquisa patrimonial. Existe uma grande relevância nesse acontecimento, pois a partir dessa abertura, foram possíveis revelações tanto no aspecto arquitetônico, quanto do aspecto cultural, sendo os hábitos e a próprio modo no qual era realizada a cultura do café de vital importância para o entendimento do período de consolidação da fazenda.

Como dito em depoimento, apenas o fato da existência da Fazenda Pinhal ainda hoje a torna importante. Em meio a tempos onde o valor de mercado se sobrepõe ao valor cultural das edificações, mantê-las de pé já é uma grande conquista. Para São Carlos, manter o registro do local de onde saíram as principais figuras de seu processo de formação é uma regalia.

Conclusão

Todo o processo descrito significa, além do aprendizado, um processo de conscientização. Considero-me, agora, mais consciente do espaço que me cerca, da minha função social como futura arquiteta e urbanista e agente de transformação. Percebo assim, um processo de formação da paisagem como cultura, como conhecimento. Entendo agora que preservar é muito mais que manter uma edificação em pé, é manter uma cultura viva através de testemunhos edificados.

Referências

BENINCASA, V. **Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930.1998**. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

GORDINHO, M. C. **A Casa do Pinhal**. São Paulo: Editora C. H. Knapp S/C Ltda, 1985.

KÜHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

MARINS, P. C. G. Preservação do patrimônio rural no estado de São Paulo: entre ação governamental e práticas sociais. *In*: CORREIA, T. B.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. **Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio**. São Paulo: Annablume, 2013. p. 161-182.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

MENESES, U. T. B. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. // SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ENERGIA DE SÃO PAULO, 2., 1999, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 1999. p. 29-48.

NORA, P. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo: PUC, 1981.

PESAVENTO, S. J. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto**. Florianópolis: Revista Esboços nº11 – UFSC, 2004.

Lugares, casas e memórias: das vivências do cotidiano ao interesse pela pesquisa

Places, houses and memories: from everyday experiences to interest in research

Lugares, casas y recuerdos: de las vivencias cotidianas al interés por la investigación

Joana D'Arc de Oliveira [8]

[8] Joana D'Arc de Oliveira. Atualmente é Profa. Dra. Colaboradora MSIII no IAU-USP (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do PCT-IAU-USP (Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios) e do URBIS-IAU-USP (Grupo de Pesquisa em História da Arquitetura, da Cidade e da Paisagem). Desenvolve o segundo Pós-Doutorado no IAU-USP sob a supervisão da Profa. Dra. Eulália Portela Negrelos. É autora do Livro "Da Senzala para onde? Negros e negras no Pós-Abolição em São Carlos/SP (1880-1910) publicado pela Fundação Pró-Memória de São Carlos em 2018 e finalista no Prêmio Anparq 2020. Coordena o Projeto de Pesquisa "Patrimônio Cultural Afrobrasileiro: Casas e Quintais Negros Urbanos como Espaços de Resistências". Integra a Rede de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo Afro-diaspóricos coordenada pelo Prof. Dr. Fabio Macedo Velame (UFBA). Integra a rede de pesquisadores sobre o tema construtores italianos no Estado de São Paulo, coordenada pelo Prof. Dr. Miguel Buzzar (IAU/USP). É Presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres do IAU-USP. Representante do Pós-DOC na CPQ-IAU-USP. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Membro Associado do Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio no Brasil - CICOP/Brasil. Membro Coordenador do DOCOMOMO -SP. Membro Associado da ANPARQ. Membro Titular do CONDEPHASC - São Carlos, SP (2018-2021). Foi Membro Suplente do Conselho Curador da Fundação Pró-Memória de São Carlos (2015-2017). Atuou no IAU-USP, de 2016 a 2019, como Professora Colaboradora na Disciplina de Pós-Graduação "Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX" em parceria com a Profa. Dra. Maria Angela Bortolucci e na disciplina de graduação "Aspectos do Patrimônio Histórico arquitetônico do Interior Paulista: casos de estudo de preservação e intervenção" coordenada pelo Profa. Dr. Paulo Fujioka de 2017 à 2019. Atuou como docente em História da Arquitetura nas Faculdades Integradas Einstein - Limeira (2016-2019). Tem Pós-doutorado, Doutorado e Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU-USP. É Cientista Social pela Unesp-Araraquara. Seus temas de atuação são: Cidades, Gênero, Territórios Negros, História da Arquitetura e do Urbanismo, Arquiteturas Africanas e Afro-brasileiras, Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. Tem experiência em gestão cultural e produção artística, atuou como Chefe da Seção de Museologia e Assessora Cultural por seis anos na Coordenadoria de Artes e Cultura do município de São Carlos - SP onde coordenou o projeto "Histórias e Memórias da População Negra em São Carlos".

[ORCID: 0000-0002-4122-0523](https://orcid.org/0000-0002-4122-0523)

joanadarcoliveira@usp.br

Analisa a trajetória de pesquisa e formação acadêmica da autora, destacando os desafios e os aprendizados desenvolvidos em torno dos temas: arquitetura, territórios urbanos, gênero, raça e história e cultura afro-brasileira. O gosto pela escuta, pelas histórias e estórias dos mais velhos influenciou decisivamente em sua admiração pela história oral, metodologia na qual vem alicerçando parte considerável de suas pesquisas, usando, dentre outros autores, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Carlos Sérgio Meihy. Ao percorrer memórias familiares aprendeu a descortinar memórias de casas, de cotidianos, de lugares e de territórios e descobriu que arquivos históricos são espaços culturalmente vivos que guardam em seus acervos documentais informações há muito silenciadas. Alicerçada em importante referencial teórico da História Social, da Antropologia e Sociologia Urbana, da Arquitetura e do Urbanismo a pesquisadora vem metodologicamente cruzando fontes documentais primárias, memórias e o registro de edificações para analisar as histórias dos povos negros e suas relações com os espaços domésticos e com a cidade. Dessa forma, além de esmiuçar as metodologias e autores que lhe dão suporte, o artigo apresenta os caminhos percorridos e os desafios enfrentados pela pesquisadora ao longo de sua trajetória.

Introdução

Farei nessa tarefa de redigir minha trajetória um exercício de escrita das vivências, as quais, Conceição Evaristo tão sábia e poeticamente nomeia de *escrevivências*. Narrar a própria trajetória nos traz inúmeros desafios, e conseqüentemente, um misto de sentimentos. Ao me colocar como expectadora e agente de minha própria história, teço uma grande colcha de retalhos, costurada por determinação, inseguranças, dedicação e muita paixão.

Ao vasculhar minhas memórias, posso afirmar que todo o caminho trilhado até aqui, consciente e inconscientemente, foi permeado por experiências e vivências que colaboraram para minha formação como mulher parda, esposa, mãe de três filhos, cientista social e doutora em arquitetura e urbanismo. São-Carlense, nasci e fui criada em uma família humilde, liderada por minha avó materna Antônia e minha mãe Fátima. Ambas, desquitadas e trabalhadoras domésticas, não mediram esforços para me fortalecer para as *labutas* da vida. Com elas aprendi a cuidar da casa, a cozinhar, a valorizar o brincar, a educação, os livros e as poesias. Sem muitos recursos financeiros, fazíamos das ruas do bairro os nossos espaços de fruição. Ainda me recordo das primeiras experiências que me levaram a olhar para a cidade de maneira crítica, a contemplar as edificações históricas, a me chocar com as desigualdades sociais e me sobressaltar com o racismo imperativo, que determinava lugares no espaço e na estrutura social. Otilia Arantes, em seu livro "O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos", apontou que "normalmente, ninguém presta atenção na arquitetura de um edifício", e era exatamente isso que eu pensava desde criança, quando questionava o porquê das cidades possuírem edificações monumentais e edificações mais modestas, o porquê de uma construção histórica ser demolida? Fascinava-me os ornamentos presentes nas fachadas das edificações. Era comum, sentar-me em frente às construções históricas que circundavam o largo da matriz e imaginar como elas eram em seu interior, quem morava lá? E meus questionamentos não paravam por aí, queria entender por que algumas casas eram grandes, bem construídas e esteticamente bonitas, enquanto outras possuíam paredes de papelão, chão de terra batida e não tinham portas e nem portões? Por que um grupo de pessoas tinha acesso ilimitado e livre a alguns espaços, como clubes, centros culturais, cinemas e praças, enquanto minha mãe se limitava ao trajeto da casa ao trabalho? Por que nos finais de semana, não podíamos usufruir da cidade, conhecer os locais ditos importantes? As repostas a tais perguntas viriam, mas eu nem imaginava que elas demorariam a chegar e o quanto seriam impactantes para o direcionamento da minha carreira acadêmica e profissional.

De qualquer modo, foi motivada por tais questionamentos e por um pensamento crítico e criativo, que desde a infância, fiz dos livros a minha ferramenta de escape frente às desigualdades vivenciadas e observadas. Além disso, eles me proporcionavam a possibilidade de conhecer outras histórias, outras culturas, outros países. Além dos livros, gostava muito de organizar amigos e amigas para brincar nas ruas do bairro, onde desenhávamos com giz a casa dos sonhos, com espaços bem definidos e muita luz do sol que invadia as janelas. Na tentativa de contrapor os opostos, também brincávamos de morar na rua, em condições precárias de sobrevivência. Em ambas as experiências, mesmo brincando, eu questionava, o porquê de tantas diferenças. Apesar de ter sido criada por mulheres, meu pai Aparecido de Oliveira, homem negro, caminhoneiro, honesto e trabalhador dedicado nos oferecia, aos finais de semana, acesso a festas, guloseimas e passeios de carro e caminhão pela cidade, por meio dos quais, eu aproveitava para conhecer outros locais, outros bairros, observar pessoas e seus comportamentos. Posso dizer que, fui uma criança extremamente observadora, reflexiva e indignada, pois foi ainda na infância que fui vítima de preconceito racial. A cor da minha pele era nomeada por outras crianças como "cor de burro quando foge", "mulatinha" e o meu cabelo era o "cabelo duro", o "pixaim". Foram essas primeiras experiências que me levaram a querer ser branca quando criança, pedindo a minha mãe que me lavasse com água sanitária para embranquecer.

Sempre estudei em escolas públicas e ao ingressar no ensino médio num curso de magistério, descobri que existiam outras fontes de informações para além dos livros e das ruas da cidade e passei a gostar de conversar e ouvir os mais velhos. Dentre eles, destaco mais uma vez a minha avó materna Antônia, que me recitou seus poemas, me contou causos, histórias de família, de assombração e me ensinou suas rezas e benzimentos. Com ela, descobri o valor da oralidade, a importância de uma carta e de um retrato. Foram dois anos no magistério, aprendendo e compartilhando experiências com professores muito sábios e dedicados, mas infelizmente, nossa situação econômica não permitiu que eu continuasse a frequentar o curso que era integral, e tive então que deixar o magistério em tempo integral para trabalhar durante o dia e estudar à noite. Mais uma vez constatei que *ser pobre e parda* era difícil em nossa sociedade.

Depois de deixar o magistério ingressei na ocupação de empregada doméstica. Foram três anos dedicados a uma família e sendo a única responsável por quase todas as atividades da casa. Ali eu limpava, lavava, passava, ajudava na solução de conflitos. Nessa fase, os estudos desenvolvidos no período noturno, ficaram em segundo plano, passei a me contentar com as exposições nas aulas e parei de buscar por outras informações e

conhecimentos, até que um dia o comentário da professora de história despertou em mim o gosto pela educação, adormecido. Depois de ler uma redação que eu havia redigido, ela me disse: *você tem um senso crítico muito bom! Leia e escreva mais!* Entusiasmada por tal comentário e elogiada por meu patrão, que dizia que eu não deveria restringir minha vida aos serviços domésticos, pois era muito inteligente e deveria "voar mais alto", decidi deixar o emprego e me dedicar mais aos estudos. Foi uma fase difícil, mas pude contar com o apoio de meus pais, que mesmo separados, me orientaram a não desistir e do meu namorado Alexandre Costa, que seria o meu companheiro durante toda a jornada, futuro esposo e pai dos meus filhos. Fiz cursinho popular e para garantir o dinheiro do transporte exercia algumas atividades domésticas para Dona Maria, com a qual eu passava o dia, ouvia suas histórias, aprendia suas receitas, ouvia suas músicas prediletas. Com ela almoçava, debatia assuntos polêmicos e estudava no período da tarde. Antônia, Fatima e Maria, as grandes mulheres da minha vida, mestras na arte de ensinar, seguraram em minhas mãos e compartilharam comigo seus aprendizados e foram corresponsáveis pelo meu ingresso no Curso de Ciências Sociais da UNESP em Araraquara no ano 2000.

O início da vida acadêmica e profissional

A inserção no Curso de Ciências Sociais no período noturno foi a mola propulsora para o contato com as diversas ciências que analisam a sociedade. Dentre elas, me identifiquei, desde o início, com a história, a geografia, a antropologia, a sociologia e com suas formas e métodos variados de desvendar o universo social, analisar os sujeitos, os espaços, as casas e os territórios. Ainda no ano 2000, primeiro ano do curso, integrei o grupo de estudos *Usos e Estudos do Solo Urbano* coordenado pela geógrafa Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, onde além de leituras e discussões semanais, desenvolvíamos projetos de pesquisa e extensão, como: organização e monitoria das exposições fotográficas *Araraquara uma cidade re-novada* e *Janelas do Tempo e da Memória*; pesquisa de opinião junto à população de Araraquara para a realização de mudanças no tráfego urbano e levantamento cadastral das residências urbanas localizadas na área central da cidade de Araraquara. Nesse grupo tive contato com autores variados, como por exemplo, Heitor Frúgoli Jr, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos, através dos quais tive acesso a outros métodos e objetos de análise para as leituras e compreensões das cidades, dos sujeitos e seus múltiplos espaços e territórios. No final do primeiro ano de graduação, fui contratada como estagiária temporária na

Companhia Tróleibus de Araraquara para identificar, por meio de métodos de pesquisa quantitativos, o perfil dos usuários do transporte coletivo e desvelar aspectos da mobilidade urbana no município.

No segundo ano da graduação, 2001, participei de vários eventos científicos, que me permitiram percorrer variados escopos das ciências sociais ainda no começo do curso, possibilitando meu contato com métodos de pesquisa, objetos e teóricos variados. Ainda em 2001, participei da seleção para monitor da exposição histórica: *São Carlos: das fazendas de café à consolidação do núcleo urbano*, organizada pela Fundação Pró-Memória de São Carlos/SP e pelo Museu de São Carlos, ambos da Prefeitura Municipal. O trabalho de monitoria se estendeu de novembro a dezembro de 2001. Para realizar o trabalho de recepção e monitoramento dos grupos visitantes fiz um curso de formação sobre a história de São Carlos, ministrado por pesquisadores da Fundação Pró-Memória e por pesquisadores renomados de outras instituições, dentre eles, a Profa. Dra. Maria Angela Pereira Castro e Silva Bortolucci, que viria a ser, anos mais tarde, minha orientadora na pós-graduação. Neste ano, fui contratada novamente pela Companhia Tróleibus de Araraquara para a realização de pesquisa de opinião com usuários do sistema de transporte, com o intuito de identificar se os trajetos percorridos pelos ônibus na cidade atendiam às demandas da população.

Ainda no segundo ano da graduação, em dezembro de 2001 iniciei estágio voluntário no Museu de São Carlos/SP, integrando o projeto *A Revitalização do Museu de São Carlos* com dedicação de 20 horas semanais, o qual se estendeu até dezembro de 2002. A partir de então, mergulhei no universo museológico e patrimonial, tendo acesso a inúmeros cursos de formação que me possibilitaram conhecer as facetas da educação informal.

Paralelamente às atividades desenvolvidas no Museu de São Carlos, e já no terceiro ano da graduação, fui selecionada para o cargo de pesquisadora bolsista da Fundação Pró-Memória de São Carlos, com dedicação de 10 horas semanais no projeto *A cidade através da visão de seus cronistas*, coordenado pela Unidade de Patrimônio Histórico e Cultural. Depois de quatro meses minhas atividades foram estendidas a 20 horas semanais e passei a executar atividades de pesquisa pautadas no acervo documental da referida fundação, dos quais destaco: a revisão das informações do Recenseamento Populacional de 1907 inseridas em banco de dados, levantamento e pesquisa sobre alguns edifícios históricos localizados no espaço urbano e organização e monitoria de exposições variadas. Essas atividades me proporcionaram o contato direto às fontes primárias e o seu entrelaçar com o trabalho de campo.

Em 2003, no quarto ano da graduação, dei início ao direcionamento para formação mais aproximada em sociologia e antropologia, cursando uma série de disciplinas optativas que integravam o currículo das ciências sociais nesse período. Nesse ano, com o objetivo de ampliar o repertório conceitual e analítico do grupo de pesquisa *Usos e Estudos do Solo Urbano*, a Professora Dra. Darlene Ferreira alterou o foco de pesquisa para além do espaço urbano e nossas leituras passaram a abarcar também o meio rural. Em paralelo, atuei como pesquisadora na Fundação Pró-Memória de São Carlos, onde me aproximei das discussões sobre a cidade e seu patrimônio edificado, o que me levou a cursar, como aluna especial, a disciplina de pós-graduação IAU 5908 - *Produção arquitetônica paulista do século XIX até meados do século XX*, ministrada pela Profa. Dra. Maria Angela Bortolucci no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP em São Carlos. Dei início às pesquisas para a elaboração do trabalho de conclusão do curso onde analisei, em linhas gerais, as relações entre os indivíduos e os territórios e as significações que as edificações exercem nas sociedades. Nesse ano, minha bolsa da Fundação Pró-Memória foi prorrogada por mais doze meses, permitindo a conclusão das atividades anteriormente iniciadas e a minha participação em outros cursos de formação.

Em 2004, apresentei o trabalho final de graduação, intitulado *Arquitetura e Poder: história dos espaços e dinâmica das relações sociais na Fazenda São Roberto* à banca examinadora, composta pelos Professores Doutores: José Lobo Milgioli e Darlene Aparecida Oliveira Ferreira, obtendo nota 10. Estava selada minha ligação metodológica, analítica e conceitual com os sujeitos, os territórios rurais, urbanos e a arquitetura. Concluí a graduação sem nenhuma reprovação e me titulei como *Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais*. Nesse ano, minhas atividades como estagiária junto à Fundação Pró-Memória de São Carlos e ao Museu de São Carlos foram encerradas. Vale destacar, que durante esse período pude apreender as diversas formas de análise que a cidade e o espaço podem suscitar, tendo em vista sua diversidade étnica, cultural, espacial e territorial. A oportunidade de estagiar junto a essas instituições patrimoniais me possibilitou observar a cidade numa relação constante entre passado, presente e futuro e a entendê-la, de acordo com Milton Santos, como um *constructo social*, resultado constante de disputas, interesses, ações individuais e coletivas.

A pós-graduação e a vida profissional

Em 2004, como já apontei anteriormente, além de concluir a graduação em Ciências Sociais, encerrei as atividades na Fundação Pró-Memória e no Museu de São Carlos

dando início ao trabalho na Associação Pró-Casa do Pinhal – Fazenda Pinhal, onde desenvolvi diversas atividades voltadas à preservação e à divulgação do Patrimônio Cultural.

Levando em consideração todo o repertório construído durante a vigência da graduação, tanto na universidade como nas instituições patrimoniais, e o gosto em decifrar cidades, edificações, territórios e sujeitos sociais que me acompanha desde a infância, optei, em meados de 2004, por participar do processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (EESC-USP)¹. O processo era composto por três etapas: análise do projeto de pesquisa, prova escrita e entrevista, no qual, depois de muita dedicação, fui aprovada sob a orientação da Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci, com o projeto *Arquitetura e Poder: história dos espaços e dinâmica das relações sociais na Fazenda São Roberto*. Vale salientar, que a certeza pela escolha da área, foi ainda mais consolidada, quando tive o prazer em ser apresentada, por intermédio da Profa. Maria Angela Bortolucci, ao Prof. Carlos Lemos, que me disse que *os sociólogos entendem as significações das casas tão bem quanto os arquitetos*.

A partir de 2005, um novo horizonte se abriu diante de mim e mergulhei nas metodologias e referenciais teóricos da arquitetura e do urbanismo, o que, desde então, vem corroborando para que a minha formação se consolide na interdisciplinaridade. Ainda me recordo dos primeiros contatos com os professores da casa, Cibele Saliba Rizek, Ruy Sardinha Lopes, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Eulália Negrelos, João Marcos Lopes, Carlos Ferreira Martins, Paulo Fujioka, Anja Pratschke, Marcelo Tramontano, Sarah Feldman, Telma de Barros Correia e com os autores Nabil Bonduk, Carlos Lemos, Flávio Villaça, Bernard Lepetit, Otília Arantes, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, José Tavares Correia de Lira, Hugo Segawa, Yves Bruand, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Carlos Sérgio Meihy, dentre outros, e a gama variada de arquitetos e arquitetas que integram as correntes historicistas, pré-modernistas, modernistas e contemporâneas. Era um novo caminho, repleto de descobertas, outros autores, outras teorias e eu seguia, com a certeza e a satisfação de estar onde sempre quis estar.

No mesmo ano em que ingressei no mestrado fui convidada para chefiar a seção de museologia do Departamento de Artes e Cultura da Prefeitura Municipal de São Carlos. Ocupando um cargo em comissão, eu voltei a trabalhar no museu da cidade. Dentre as

¹ Ao longo do artigo o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP) será referenciado a partir de 2010 como Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), tendo em vista a sua transformação em Instituto na referida data.

minhas atividades, estavam: coordenação do processo de documentação e pesquisa do acervo museológico, orientação das estagiárias da instituição, organização e curadoria de exposições. Ainda nesse ano, iniciei a coordenação do Projeto de Recuperação e Organização do Acervo Documental da Fazenda São Roberto, trabalho que contou com a participação de outros pesquisadores e apoio da Fundação Pró-Memória de São Carlos e Coordenadoria de Artes e Cultura da Prefeitura Municipal de São Carlos/SP. Dentre as atividades, realizamos a higienização, identificação, catalogação, acondicionamento e organização do acervo, composto por diários de conta corrente, formais de partilha, plantas arquitetônicas, fotografias, mapas, documentos pessoais, jornais, entre outros.

Em 2008, concluí o mestrado com a apresentação da dissertação *Olhares Invisíveis: Arquitetura e Poder na Fazenda São Roberto (1905-1910)*, a qual foi avaliada e aprovada pela banca examinadora composta pelos Professores Doutores Maria Teresa Kerbauy, Carlos Alberto Ferreira Martins e Maria Angela P. C. S. Bortolucci. Após a conclusão do mestrado, engravidei do meu primeiro filho, Pedro Oliveira Costa, e fiquei afastada das atividades acadêmicas e profissionais por alguns meses.

No ano seguinte, em 2009, coordenei as atividades profissionais de digitalização do acervo do Museu de São Carlos, o processo de inserção, em Base de Dados, das informações referentes ao acervo e finalizei as atividades de organização do acervo da Fazenda São Roberto. Integrei, como membro suplente representante da Prefeitura Municipal de São Carlos, o Conselho Municipal de Cultura. Idealizei e coordenei o *Projeto Histórias e Memórias da População Negra de São Carlos*, com o intuito de formar no Museu de São Carlos um acervo representativo da cultura negra na cidade. A inserção nessa temática e os questionamentos que emergiram no decorrer do mestrado me levaram a elaborar um projeto de doutorado com o objetivo de analisar o desmonte da escravidão em São Carlos e a inserção dos libertos no espaço urbano do município, o qual foi apresentado ao mesmo programa de Pós-Graduação em que realizei o mestrado sob a orientação da Profa. Dra. Maria Angela Bortolucci. No processo de seleção, fui elogiada pelo tema de investigação proposto, alcancei o segundo lugar na prova escrita e fui aprovada na entrevista, garantindo assim, a minha inserção programa de doutorado em 2010 no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Em 2010, já matriculada no doutorado, continuei trabalhando no Museu de São Carlos como assessora cultural responsável pela direção da instituição e coordenei as seguintes atividades: capacitação da equipe de estagiárias, conclusão da base de dados, supervisão do Diagnóstico do Museu, ações educativas desenvolvidas no espaço expositivo e organização e curadoria de exposições temáticas tanto no espaço museal quanto em

outros espaços expositivos do município, como o Paço Municipal e o Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira Odette dos Santos. Essas atividades me permitiram conhecer os trabalhos dos artistas negros Sidney Amaral, Renata Felinto, entre outros. Participei das Oficinas de *Ação Educativa e Expografia* realizadas em Araraquara sob a coordenação do Sistema Nacional de Museus e integrei o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos – COMDEPHAASC, como membro suplente representante da Prefeitura Municipal de São Carlos.

No primeiro ano do doutorado, entre as participações nas disciplinas e o trabalho desenvolvido no Museu de São Carlos, adequei o projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação às normas da FAPESP, para a solicitação de auxílio à pesquisa, visando assim a obtenção de bolsa e minha dedicação integral ao doutorado. No final de 2010, submeti à FAPESP o projeto: *Da senzala para onde? Negros e negras no pós-abolição em São Carlos/SP (1880-1910)* que foi aprovado em março de 2011. Movida pelo anseio em dedicar-me integralmente à pesquisa, porém, com certo receio de deixar o trabalho formal, rememorei momentos importantes da minha trajetória para decidir. Um deles foi uma fala da Profa. Eulália durante sua disciplina, enfatizando que a carreira acadêmica exigia dedicação integral à pesquisa e à docência. Certa do que queria, deixei o Museu de São Carlos em 18 de maio de 2011. Com a obtenção da bolsa FAPESP, passei a me dedicar inteiramente ao doutorado e pude mergulhar nos complexos meandros das histórias de homens e mulheres negros no Brasil e nas Américas e nos referenciais teóricos ofertados pelo programa de Pós-Graduação do IAU com destaque a história das cidades e a história da arquitetura e do urbanismo. Iniciei buscando referências bibliográficas, eventos e disciplinas que pudessem me fornecer os conhecimentos teóricos e práticos, necessários para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Considerando também minha experiência com o trato e análise dos mais variados suportes documentais, dei início ao trabalho de campo, composto por identificação, registro e análise de documentos primários e a elaboração de roteiro e aplicação de entrevistas.

Em 2013, cursei a disciplina *A Abolição da Escravidão e a Construção dos Conceitos de Liberdade, Raça e Tutela nas Américas* ministrada pela Profa. Dra. Maria Helena P. T. Machado no Programa de Pós-Graduação em História da FFLCH-USP que me colocou em contato com importante produção bibliográfica nacional e internacional e com pesquisadoras atuantes na temática da escravidão e do pós-abolição, como Maria Clara Carneiro Sampaio e Clícea Miranda, as quais compartilharam comigo suas experiências e referências conceituais.

No ano de 2014, com o trabalho de campo finalizado, passei então a revisar a parte teórica e analisar os documentos levantados, dando início à redação final da tese, e tendo em vista que teria um tempo de afastamento por conta da licença maternidade, resultante do nascimento de meu segundo bebê, dessa vez uma menina, Maria Clara Oliveira Costa. Após o nascimento, por três meses, me dividi entre os cuidados com a pequena e as leituras e análises dos documentos primários, para em seguida, retomar a redação da tese finalizada em 2015.

A pesquisa analisou a participação de homens e mulheres negros no processo de desmonte da escravidão e na conquista da liberdade antes da abolição e no pós-abolição no município de São Carlos/SP tendo como base os principais teóricos da história social, tais como, Robert Slenes, Maria Helena P. T. Machado, Maria Odila Leite, Sidney Chalhoub, Ana Lugão Rios, Hebe Mattos, Flávio Gomes, João José Reis e Walter Fraga Filho e também teóricos que decifraram os territórios e os espaços, como Henrique Cunha Jr, Milton Santos, Raquel Rolnik, José Tavares de Lira, Ermínia Maricato, Andreilino Campos, entre outros. Por meio da análise da documentação primária, como processos criminais, cartas de liberdade, recenseamento populacional e da história oral, evidenciei as formas pelas quais esses sujeitos vivenciaram o território urbano, destacando os aspectos culturais, sociais e simbólicos que marcaram suas trajetórias. Sendo assim, investiguei e analisei as estratégias de sobrevivência da população negra no espaço urbano de São Carlos, com o objetivo de reconstruir suas histórias, partindo da hipótese de participação ativa desses atores no processo de conquista e manutenção da liberdade. A banca foi composta pelos Professores Doutores Maria Helena Pereira Toledo Machado (FFLCH-USP), Cibele Rizek (IAU-USP), Vladimir Benincasa (UNESP-Bauru), Dagoberto José Fonseca (UNESP-Araraquara) e minha orientadora Maria Angela P. C. S Bortolucci. Após a apresentação da tese e das explanações dos membros da banca fui aprovada com destaque *à excelência da pesquisa e com indicação da tese à publicação.*

O pós-doutorado

Em novembro de 2015, logo após a defesa do doutorado, iniciei nova pesquisa em nível de Pós-Doutorado junto ao IAU-USP, com o título: Negras na cidade: trajetórias, moradias e cotidianos no pós-abolição em São Carlos/SP (1910-1950), supervisionada pela Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci. A temática resultou das inquietações surgidas durante a pesquisa de doutorado, quando me deparei com as diferenças que marcaram a conquista e vivência da liberdade para homens e mulheres negros. A pesquisa interseccionava as

relações raciais e de gênero como conceitos de interpretação fundamentais do espaço urbano e seus respectivos territórios. Durante o desenvolvimento pesquisa, mais precisamente em dezembro de 2017, engravidei do meu terceiro filho, Francisco Oliveira Costa, que nasceu em agosto de 2018. Entre os cuidados com os filhos mais velhos e a gravidez, dei continuidade às minhas atividades profissionais e acadêmicas durante todo o período gestacional.

Em 2018, já com dois anos e meio no pós-doutorado, optei por redirecionar a pesquisa e estender as análises ao município de Araraquara. Nesse momento o projeto se estendeu para o mapeamento e análise dos territórios negros urbanos, com destaque aos significados das casas e quintais negros como patrimônio cultural. Dessa forma, o projeto recebeu o título de *Territórios Negros Urbanos no Pós-Abolição: Espaços, Memórias e Resistências* e sua execução e prorrogação foram aprovadas pelo IAU-USP e contou em 2019 com o apoio da bolsa PNPd-CAPES do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP. No final de 2018, minha tese *Da senzala para onde? Negros e negras no pós-abolição em São Carlos/SP (1880-1910)*, foi publicada pela Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Em 2019, no primeiro semestre, dando continuidade à pesquisa de Pós-Doutorado, e participando como professora colaboradora da disciplina de graduação *IAU-2125 Aspectos do Patrimônio Histórico Arquitetônico do Interior Paulista: Casos de Estudo de Preservação e Intervenção* ministrada pelo docente Paulo Fujioka, fui procurada por três alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP que expressaram interesse em desenvolver pesquisas de Iniciação Científica sob minha orientação. Depois de algumas leituras e reuniões, finalizamos os projetos, que foram submetidos à Comissão de Pesquisa do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP e aprovados com vigência de agosto de 2019 a agosto de 2020. Os projetos propostos foram, *Quintais negros urbanos e memórias no interior paulista* da aluna Fabiana Oliveira Palmeira, *Casas Negras Urbanas em Araraquara-SP: histórias e resistências* da aluna Liz Santo Macedo e *Trajetórias urbanas de mulheres negras no pós-abolição* do aluno Márcio Antonio Lino Júnior. No programa de Pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP fui aprovada como coorientadora da mestranda Ana Rita Corrêa, orientanda da Profa. Dra. Maria Angela Bortolucci com a pesquisa intitulada *O Santuário Nossa Senhora Aparecida da Babilônia como Patrimônio Cultural*, financiada pela CAPES/CNPQ. Recebi também o convite para coorientar a pesquisa *A formação de territorialidade negra no bairro São João, através do processo de urbanização da cidade de Pouso Alegre-MG*, desenvolvida pela mestranda Pâmela Fernanda da Silva Vindilino no Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá com a orientação da Profa. Dra. Daniele Ornaghi Sant´Anna, também financiada pela CAPES/CNPQ.

No segundo semestre de 2019, atuei como professora colaboradora na disciplina de pós-graduação *IAU 5908: Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX*, ministrada pela Profa. Dra. Maria Angela Bortolucci e conclui, no primeiro semestre de 2020 o pós-doutorado no IAU-USP. Atualmente atuo como Professora MSIII no IAU-USP, por meio do Programa PART, e tenho sob minha orientação quatro pesquisadores de iniciação científica, três deles financiados pela FAPESP e um pelo PUB/USP.

Considerações Finais

Como foi possível acompanhar em meus relatos, desde a infância, tenho sido motivada pela curiosidade e o desejo contínuo de aprender sobre a diversidade, sobre as diferenças, sobre as construções. Ah! as construções, sou capaz de ficar horas diante de uma edificação, contemplando-a, decifrando-a, assim como fazemos com as obras de arte no processo de fruição. Mesmo as edificações mais monumentais, nunca me intimidaram, e mesmo sabendo que eu não podia acessar muitas delas, ainda sim, meus pensamentos me levavam a interpretá-las e por meio da imaginação refletia sobre a sua composição interna, sobre os seus usos e dimensões. A arquitetura sempre foi para mim um livro capaz de comunicar diferentes aprendizados. E não era somente a arquitetura monumental que me despertava o interesse, mas também aquela produzida pelas pessoas mais simples, pelos populares, sem muitas orientações ou nenhum conhecimento técnico. Muros com pedaços de madeira e papelões, chãos de terra batida, janelas e portas de compensado, uma arquitetura de periferia, de gente pobre, mas com soluções construtivas, por vezes, sábias e criativas. Assim, a cidade e suas diferenças eram para mim locais de aprendizado e hoje são espaços de reflexão, investigação, indignação e descobertas. Nunca me satisfiz com as histórias únicas, as histórias de uma classe social, de um único povo, de uma cultura. Sempre questioneei o que teriam dito ou realizado aqueles que comumente não apareciam nos livros didáticos ou que tinham apenas um lado de suas histórias retratadas. Essas inquietações orientaram minha formação e me fizeram buscar conhecimentos e aprendizados que me proporcionaram uma formação multidisciplinar. O desejo de saber mais sobre as cidades, suas arquiteturas, os sujeitos, os territórios, as diferenças entre o público e o privado,

entre os espaços da rua e da casa me fizeram optar pela pós-graduação em arquitetura e urbanismo, meio acadêmico, que me proporcionou o olhar multifacetado sobre os espaços, meio no qual me encontrei como pesquisadora e docente, e onde venho atuando desde o ano de 2005. Como exposto ao longo do artigo, minha formação foi construída, tendo como pilares fundamentais, os lugares, as casas e as memórias. Minhas atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão estão alicerçadas nas áreas das ciências sociais e da história da arquitetura e do urbanismo, o que me faz exercitar uma interdisciplinaridade muito profícua. Como destaca Adrián Gorelik (2009) a cidade e a arquitetura, devem ser vistos como um universo de extensas fronteiras, no qual os mundos da história, da crítica cultural, da política, da literatura, da sociologia e da filosofia se mesclam com muita naturalidade, o que nos permite considerar que as cidades precisam ser pensadas e analisadas de maneira multi e interdisciplinar².

Referências

ARANTES, Otília. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp, 3ª edição, 2000.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**, 3ªed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Beatriz Silva (Tradução). São Paulo: Centauro, 2006.

GORELİK, Adrian. **Cultura urbana sob novas perspectivas – entrevista de Ana Castro e Joana Mello**. Novos Estudos, Cebrap, São Paulo, n. 84, 2009.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Definindo História Oral e Memória**. Cadernos CERU, nº5, série 2, 1994.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Tradução: Yara AunKhoury.

² Castro, Ana; Mello, Joana: Cultura urbana sob novas perspectivas. Entrevista com Adrián Gorelik, Novos estud. – CEBRAP, no.84, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Joana D. **Da senzala para onde: negros e negras no pós-abolição em São Carlos (1880-1910)**. São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2018.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

Patrimônio construído: experiências de trabalho no estado de Mato Grosso

Built heritage: work experiences in the state of Mato Grosso (Brazil)

Patrimonio construido: experiencias de trabajo en el estado de Mato Grosso (Brasil)

Luciana Pelaes Mascaro [9]

[9] Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da FAET/UFMT (2013), doutora e mestre em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo/ USP (2008), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela mesma escola. Realizou estágio de doutorado em Portugal na Universidade do Minho, quando atuou como pesquisador estrangeiro na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa (2007). É membro do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (cadastro no CNPq). Foi coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da FAET/UFMT (2014/2017). Atua como docente, membro de bancas de avaliação e orientadora de trabalhos finais de graduação, de extensionistas e estagiários. Experiência acadêmica e profissional na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em arquitetura brasileira, arquitetura urbana e rural, arquitetura e modos de vida (do século XIX, principalmente) e patrimônio cultural. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão ligados aos temas da arquitetura e do urbanismo, dos sistemas construtivos antigos e tradicionais e da preservação do patrimônio construído. É membro eleito do Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Cuiabá-MT (2020/2022). <http://lattes.cnpq.br/6802594015737935>
mascaro.luciana@gmail.com

Mostra o trabalho realizado durante minhas atividades como docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade da Universidade Federal de Mato Grosso (D/au-FAET-UFMT) desde 2013. Encontrei, no Estado mato-grossense, vasto campo para pesquisas e atividades ligadas à preservação do patrimônio construído, que conta com base já estabelecida por alguns pesquisadores locais das áreas de história, arqueologia, arquitetura e outros, que contribuem constantemente para orientar minha atuação. Assim foi possível realizar trabalhos técnicos, de registros de informações, de desenvolvimento de legislações, de debates, de cursos e de comunicação com a população. Como pano de fundo, traço meu percurso desde o mestrado, quando defini meu rumo profissional.

A passagem pelo tempo...¹

Quando parei para recapitular minha história de trabalho no Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios, percebi que o *tempo* foi, e continua a ser, o foco, o elemento que define a dinâmica dos objetos estudados e a minha dinâmica, pois aprendo conforme as demandas, as motivações e as dificuldades. Observar as transformações que o *tempo* impõe definiu meu rumo profissional. Destaquei um trecho do *Lavoura Arcaica* (NASSAR, 1989) no início da minha dissertação de mestrado (MASCARO, 2003) por ser o que melhor ilustrava a *passagem pelo tempo* da Fazenda Bela Vista do Chibarro:

O tempo é o maior tesouro de que um homem pode dispor; embora inconsumível, o tempo é nosso melhor alimento; sem medida que o conheça, o tempo é contudo nosso bem de maior grandeza: não tem começo, não tem fim; é um pomo exótico que não pode ser repartido, podendo entretanto prover igualmente a todo mundo; onipresente o tempo está em tudo; existe tempo, por exemplo, nesta mesa antiga: existiu primeiro uma terra propícia, existiu depois uma árvore secular feita de anos sossegados, e existiu finalmente uma prancha nodosa e dura trabalhada pelas mãos de um artesão dia após dia (...) e circunstancialmente, entre posturas mais urgentes, cada um deve sentar-se num banco, plantar bem um dos pés no chão, curvar a espinha, fincar o cotovelo do braço no joelho, e, depois, na altura do queixo, apoiar a cabeça no dorso da mão, e com os olhos amenos assistir ao movimento do sol e das chuvas e dos ventos, e com os mesmos olhos amenos assistir à manipulação misteriosa de outras ferramentas que o tempo habilmente emprega em suas transformações, não questionando jamais sobre seus desígnios insondáveis, sinuosos, (...) a paciência é a virtude das virtudes, não é sábio quem se desespera, é insensato quem não se submete. (NASSAR, 1989, p.195-196).

Estou agora sentada no banco olhando as transformações atrás e à frente.

Durante as pesquisas para o mestrado, observamos – nós, pois a partir de então estive acompanhada da orientação da professora Maria Angela Bortolucci e das contribuições dos colegas do grupo – as transformações do patrimônio construído da fazenda e do seu território. A Bela Vista do Chibarro foi marcada em ao menos três momentos: quando se destacou produzindo café na virada do século XIX para o XX, como núcleo fabril de uma

¹ Conceito estudado em BRANDI (2004) e KÜHL (2009).

usina de açúcar e álcool até meados de 1950 e, finalmente, como assentamento rural de reforma agrária, na atualidade. O objetivo do mestrado foi, então, registrar e interpretar as marcas deixadas no espaço construído ao longo do *tempo* pelos diferentes modos de vida que ocuparam o local.

Figura 1 – Logotipo da Revista Umuarama, publicada pela Usina Tamoio. Notar a predominância do trabalho e da igreja sobre o índio. E os traços neocoloniais da igreja da usina.



Fonte: Revista Umuarama, agosto de 1948.

O tema de pesquisa do doutorado foi pinçado na linha temporal do mestrado, pois alguns aspectos nos intrigavam e *pediam* mais atenção: o enaltecimento da *brasilidade* e o emprego da arquitetura neocolonial se destacavam, a começar pelo nome da usina de açúcar e álcool: Usina Tamoio. Assim, pesquisamos sobre a arquitetura neocolonial no interior paulista (MASCARO, 2008), que buscou compreender a política de estado e as difusões dessa linguagem peculiar, que marcou as décadas de 1920 a 1950. Descobrimos o emprego do neocolonial em obras oficiais, institucionais, religiosas, escolares, hospitalares, comerciais, habitacionais e em várias outras. Investigamos questões associadas ao *nacionalismo*, ao *romantismo*, à *brasilidade*, à *identidade*, às *raízes culturais*, à *originalidade*, pesquisa que se constituiu como viagem no *tempo* e no espaço,

passando por Portugal, Brasil e estado de São Paulo. Em Portugal, orientada pela professora Júlia Maria Brandão Barbosa Lourenço, da *Universidade do Minho*, descobri as raízes e os movimentos de busca pelas identidades que tiveram reflexos na arquitetura brasileira e portuguesa². As marcas que o *tempo* deixou no patrimônio construído do interior paulista de 1920 a 1950 são recorrentes e expressam a cultura daquele momento. Ficaram registradas na tese como

desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele [nesse caso, o nosso registro] tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento (CHOAY, 2006, p.18).



Figura 2 – Escola Prática de Agricultura “Gustavo Capanema”, Bauru-SP. Atualmente Centro de Progressão Penitenciária “Prof. Noé de Azevedo”. Edifício neocolonial e grades de proteção.

Fonte: foto da autora, abril de 2007

Enquanto isso, eu também continuava meu caminho e, entre Brasil, Portugal, e outros lugares, permaneci na Bélgica. Lá aprofundi o aprendizado sobre a história das técnicas de construção, em especial, das que floresceram na Revolução Industrial e as transformações sociais, culturais e urbanas delas decorrentes (MASCARO, 2011). Através do contato com o professor Robert Halleux, diretor do *Centre d’Histoire des Sciences et des Techniques* (CHST), da Universidade de Liège, tive acesso a um dos arquivos mais importantes no assunto e compreendi a abrangência das transformações impostas pela Revolução Industrial ao mundo³. Aprendi, assim, sobre o desafio de preservar o

² Durante os anos de 2005-2006, orientada pela profa. Júlia Lourenço, desenvolvi a pesquisa Identidade Nacional nas Arquiteturas Luso-Brasileira: Raul Lino e Ricardo Severo, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que auxiliou no desenvolvimento da Tese de Doutorado (sanduíche).

³ Em 2011 fiz pesquisa no CHST com o tema Pavilhões Metálicos dos países Sul-Americanos para as Exposições Universais e Internacionais: uma pesquisa nos arquivos belgas de 1851 a 1939, que originou o artigo: MASCARO,

patrimônio construído no lugar onde transformações tão bruscas foram geradas. Observei estratégias utilizadas para conservar conjuntos arquitetônicos e paisagens urbanas em articulação com o desenvolvimento e as preocupações atuais - como mudanças climáticas e economia de energia. Por exemplo, tive a oportunidade de participar de um dia de formação, promovido pela municipalidade de Bruxelas, cujo objetivo foi mostrar aos profissionais da construção civil como conciliar o valor patrimonial das esquadrias de janelas antigas com a necessidade de renová-las para economizar energia⁴. *Novos tempos*.

Nesse momento pude visualizar a cidade como *palimpsesto* (CABRAL, 2013, p.39), onde os acréscimos são testemunhos da jornada empreendida pelas cidades no *tempo*. Esse *artefato* (LEMOS, 2000, p.11-23), a cidade, duradouro e construído coletivamente é por natureza dinâmico e deve avançar com sua herança, suas renovações e seu desenvolvimento. Nesse contexto, os parâmetros importantes - *gabaritos, alinhamentos, ritmos* e outros - para a preservação dos conjuntos urbanos ficaram evidentes nas inserções de objetos novos na preexistência que pude observar. Parâmetros ou aspectos, como chamados por ANDRADE (2006):

volumetria; implantação; escala; densidade ou massa; ritmo; e cores e texturas dos materiais de acabamento (...). Compreendemos que qualquer análise de um objeto arquitetônico é sempre, em última instância, subjetiva. Isto não nos impede, contudo, de pretender estabelecer alguns parâmetros objetivos que possam ser utilizados em toda e qualquer análise de uma obra de arquitetura. (ANDRADE, 2006, p.198).

Assim, admitindo que preservação se dá noutro plano que não o da reprodução, constatamos que o *tempo* trouxe novas reflexões teóricas (BRANDI, 2004) e levou a reconstrução estilística (VIOLLET-LE-DUC, 2000). Ainda na Bélgica, no mesmo período, com a orientação do professor emérito da Universidade de *Leuven*, Eddy Stols, fizemos pesquisas para a publicação do livro *Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações* (STOLS et al., 2014), que ampliou e enriqueceu minha visão, não apenas sobre arquitetura, cidade e técnicas, mas também sobre transformações socioculturais num

Luciana Pelaes. Os pavilhões brasileiros nas exposições internacionais da Bélgica. In: STOLS, Eddy; MASCARO, Luciana Pelaes; BUENO, Clodoaldo (org.). *Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações*. São Paulo: Narrativa Um, 2014, p.338-342.

⁴ Formation "Fenêtres de Bruxelles". Patrimoine et développement durable. 14 e 20/10/2009 Disponível em: https://www.reseau-idee.be/agenda/fiche.php?&activite_id=2456&index=0&no_reload=52cd8b9_1 Acesso em: 25/03/2019.

largo período de *tempo*. A construção do espaço é indissociável da prática imaterial, do modo de vida, é resultado e adaptação.

Em 2013 fui aprovada em concurso público para docente na última contratação realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, no âmbito da política federal de expansão das universidades públicas, o REUNI. No Departamento de Arquitetura e Urbanismo (D/au-FAET-UFMT), ocupei a Coordenação do Curso de 2014 a 2016 e a Chefia do Departamento, de 2016 a 2018. Experiência imprescindível para conhecer meandros do funcionamento da UFMT, para reconhecer a instituição como patrimônio público multifacetado e para apreender o papel do servidor público no processo de manutenção e valorização desse patrimônio.

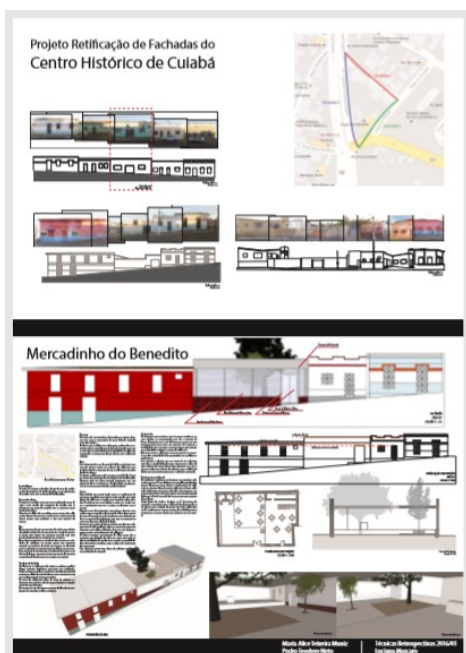


Figura 3 - Exemplo de um trabalho de Técnicas Retrospectivas realizado por alunos em 2016.

Fonte: Arquivo da autora.

Desde minha admissão na UFMT fiquei responsável pelo curso de Técnicas Retrospectivas e, conforme a necessidade, por outros da área de Teoria e História, como Arquitetura Brasileira, História da Arquitetura e do Urbanismo e Teoria da Arquitetura e

do Urbanismo no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Em Técnicas Retrospectivas, além do conteúdo teórico, trabalhamos com os alunos métodos de levantamentos em edifícios antigos, elaboração de mapas e mapeamentos de danos, levantamentos fotogramétricos e concepção de projetos preliminares em áreas de interesse para preservação. Percebi a importância de preparar os alunos para atuarem na preexistência urbana, especialmente em Cuiabá, cujo centro antigo é tombado pelo Iphan. No *futuro*, tais competências continuarão a ser solicitadas, talvez ainda mais que agora.

Em paralelo, fui acolhida no Programa de Extensão EPURAI nQUADRANTES⁵ que, naquele momento, realizava levantamentos de dados em cidades da região de Cuiabá e de Cáceres. Com um grupo de alunos demos início, então, a levantamentos fotográficos para elaboração dos perfis das quadras do perímetro tombado pelo Iphan, no centro antigo de Cáceres, para registrar e verificar as condições de conservação do patrimônio construído local. Esse trabalho minucioso continuou até 2016, quando em parceria com o Iphan-MT contribuímos, no quadro de outros dois Projetos de Extensão⁶, para a elaboração de uma minuta de Instrução Normativa específica para Cáceres-MT. Trabalhamos, juntamente com a mestranda Verônica Orlandi⁷, para envolver a população nos debates sobre a minuta para que ela fosse resultado de um processo participativo. Vivenciamos vários problemas, tais como a dificuldade de conseguir participação expressiva dos cidadãos e a omissão do Poder Público Municipal no processo. A minuta foi encaminhada ao Iphan em 2017 e desde então aguarda a aprovação do órgão, o que acontecerá, provavelmente, mediante ajustes e alterações em seu conteúdo. O patrimônio construído resiste aos *tempos* e às mentalidades, mas não sem danos.

Recuando um pouco, em 2015, juntamente com colegas do D/au do Grupo de Pesquisa e Extensão ÉPURA e de outras instituições, participei da elaboração de proposições de Lei de Uso Ocupação e Urbanização do Solo de Cuiabá (LUOUS). O grupo formado com Iphan-MT tratou das temáticas de Zonas de Interesse Histórico (ZIH 1 e 2) e Zonas Especiais de

⁵ Projeto de Extensão intitulado Fortalecimento dos agentes sociais e da ação consorciada nas políticas de planejamento e gestão territorial - Aglomerado Urbano Cuiabá/VG e Consórcio Região Sul/MT, 2013-2014, sob coordenação da professora Doriane Azevedo.

⁶ Projetos de Extensão intitulados Ações de comunicação com população acerca da preservação do Patrimônio Arquitetônico de Cáceres-MT, 2016 e Documento Técnico e Instrução Normativa Específica para o Conjunto Tombado de Cáceres-MT, 2017, sob minha coordenação.

⁷ Verônica Orlandi foi mestranda do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan e seu objeto de estudo foi, entre outros, o desenvolvimento da minuta de Instrução Normativa para Cáceres-MT.

Interesse Social (ZEIS)⁸. Entre outros detalhes, lutamos para que zonas de habitação fossem designadas em áreas centrais da cidade e para que fosse incentivado o uso múltiplo em áreas de preservação. Participamos de audiências públicas a fim de explicar as propostas. Porém, as propostas dos grupos técnicos aqui mencionados foram ignoradas e a LUOUS hoje em vigor⁹ não incorporou nossas contribuições.

Em parceria com o CICOP-Brasil tivemos a satisfação de realizar no D/au-FAET-UFMT o *Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: Fronteiras do Patrimônio: preservação como fortalecimento das Identidades e da Democracia*, de 03 a 06 de outubro de 2017. Por ter sido sediado em Cuiabá, conseguimos deslocar os debates sobre preservação do patrimônio para fora dos principais centros, o que foi significativo pois, dessa forma, reunimos pesquisadores e trabalhos de regiões do país, como a Norte, a Nordeste e a Centro-Oeste, que puderam se deslocar e viabilizaram sua participação pela proximidade que estavam de Cuiabá. Reunimos uma centena de valiosos artigos e apresentações orais e palestrantes experientes e reconhecidos¹⁰, o que tornou a experiência do evento muito positiva. Destacamos, a partir de 2018, o trabalho para viabilizar a publicação de um e-book¹¹ composto pelos artigos aprovados para apresentação no evento, que é um dos principais resultados do mesmo. A publicação está prevista para os próximos meses. E assim começo a vislumbrar as *perspectivas...*



Figura 4 - Abertura do *Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural*.

Fonte: Arquivo da autora.

⁸ O trabalho foi registrado através da RRT vinculado 3991607, na data de 0/10/2015, no CAU-MT.

⁹ Lei disponível em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/luous/lei-de-uso-ocupacao-e-urbanizacao-do-solo-luouos/15731> Acesso em: 27/03/2019.

¹⁰ Participaram como palestrantes as professoras Beatriz Picollotto Siqueira Bueno, Iris Kantor, Lia Motta e Rosio Fernandez Baca Salcedo e os professores Dalmo Vieira Filho e Nivaldo Vieira de Andrade Júnior.

¹¹ O título do e-book será *Fronteiras do Patrimônio Cultural: Preservação como Fortalecimento das Identidades e da Democracia*. Foi organizado pelo professor do D/au-FAET-UFMT Ricardo Silveira Castor e por mim e se apresentará em três volumes segundo as linhas temáticas do congresso: "Volume 01 - Patrimônio como Política"; "Volume 02 - Patrimônio como Paisagem"; "Volume 03 - Patrimônio como Projeto".

As perspectivas...

Após esses anos, posso afirmar que encontrei no estado de Mato Grosso vasto campo para pesquisas e atividades ligadas à preservação do patrimônio construído. Trata-se de imenso território (30 vezes o da Bélgica, para comparar) cuja pré-história remonta há 27 mil anos¹², como atesta o sítio arqueológico de *Santa Elina*, e cuja história da ocupação humana é muito anterior à chegada dos bandeirantes em 1719¹³.

Essa vastidão, felizmente, conta com base de estudos estabelecida por pesquisadores das áreas de história, arqueologia, arquitetura e outros, que contribuem constantemente para fundamentar minha atuação¹⁴. Posso citar, dentre eles, Acir Montecchi, Bernadete Durães Araújo, Cláudio Quoos Conte, Cristiane Thais Cerzosimo, Domingos Savio da Cunha, Garcia, Júlio de Lamônica Freire, Lenini Póvoas, Ludmila Brandão, Maria Clara Migliácio, Rachel Tegon de Pinho, Ricardo Silveira Castor, Rubens de Mendonça..., vários outros faltam aqui. É no caminho pavimentado por eles – e por outros que constituem o repertório que reuni ao longo do tempo – que descobro as contribuições que podemos dar, com a colaboração do nosso grupo de pesquisa, de colegas e de alunos.

Dessa forma, descrevo alguns trabalhos iniciados e outros ainda em planejamento. O primeiro deles constitui-se como um Projeto de Extensão, intitulado *Ações relacionadas à Preservação do Patrimônio Material e Ambiental em Mato Grosso* e está sob minha coordenação¹⁵. Em virtude dos projetos anteriores, nos quais mantivemos parceria positiva com o Iphan-MT e das demandas eventuais ligadas à preservação do patrimônio que ocorreram desde 2013, decidimos abrir um projeto que pudesse contemplar ações de maior duração e ações pontuais e inesperadas. Tem uma duração mais ampla, vai de dezembro de 2018 até dezembro de 2020, e funciona como um guarda-chuva. Por exemplo, podemos formalizar através desse projeto, ações tais como revisões e elaborações de legislações, assessorias, projetos arquitetônicos, cursos, palestras, estudos técnicos, envolvimento em processos participativos e informativos,

¹² Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/09/22/homo-sapiens-no-centro-da-america-do-sul/> Acesso em: 26/03/2019

¹³ Cuiabá comemora em 2019 seus 300 anos.

¹⁴ Há que se considerar que a UFMT foi fundada em 10 de dezembro de 1970 e o seu Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) organizado em fevereiro de 1992 e, que a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) foi fundada em 15 de dezembro de 1993 e conta com o Departamento de História, com curso de graduação e mestrado profissional.

¹⁵ Este projeto está vinculado ao Programa de Extensão EPURAIQUADRANTES.

levantamento de subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas entre outros. Até agora, ainda em parceria com o Iphan-MT, estamos contribuindo com a revisão da Instrução Normativa do Conjunto Tombado de Cuiabá através de estudos técnicos – considerando a experiência no desenvolvimento da minuta de Instrução Normativa de Cáceres – e de levantamentos fotográficos e aerofotogramétricos; e, em 21/12/2018, realizamos uma palestra para alunos de graduação da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia (FAET-UFMT) com o engenheiro do Iphan-MT, Adriano de Barros, sob o título *Restauração de Casas Históricas, técnicas e práticas de obra*.

Nossa intenção era a de incluir no projeto acima citado o trabalho com o prédio conhecido como Gráfica Pêpe, situado no centro antigo de Cuiabá, tombado pelo Iphan. O período de construção desse prédio remonta ao século XVIII. Trata-se de uma construção em taipa de pilão que, com a passagem do tempo, foi reformada. Atualmente, suas paredes principais são em taipa de pilão, as internas em adobe e a fachada em tijolos cozidos – reconstruída, provavelmente, no final do século XIX, ao gosto eclético. Espólio de uma trintena de herdeiros, está abandonada, deteriorada e sua fachada sofreu desabamento com as chuvas de janeiro de 2019. A água, aliada do *tempo*, na sua ação literalmente *dissolvente* sobre a taipa, tem atingido muitos exemplares no centro tombado, mas não age sozinha! Os escombros foram recolhidos pelo Iphan-MT e armazenados no interior da edificação. Instalamos no local um mini canteiro de separação, recomposição e registro fotográficos dos elementos decorativos da fachada, a fim de preparar as partes dispersas para uma possível futura anastilose. Para tanto, elaboramos a atividade para envolver alunos de graduação na experiência prática do restauro. Nosso objetivo seria elaborar o mapa da fachada, identificar as peças conforme seus lugares de origem, numerá-las, organizá-las e armazená-las adequadamente¹⁶. Com a autorização de um dos herdeiros para entrar no imóvel, conseguimos realizar com alunos a primeira fase desse trabalho que foi entrar na edificação e separar grupos de peças pertencentes a diferentes ornamentos. Contudo, devido ao estado da edificação, é inviável continuar o trabalho *in loco*: não há energia elétrica, há poeira e sujeira, a edificação está em risco de desabamento apesar da obra de contenção, há mosquitos. Convidamos então alguns herdeiros para uma reunião no D/au para explicar a relevância do trabalho, a necessidade de condições mínimas de trabalho e solicitar autorização para

¹⁶ A metodologia foi inspirada na atuação de Cesare Brandi concernente ao afresco de Lorenzo de Viterbo na Capella Mazzatosta. Evidente que não podemos reproduzir o rigor metodológico e científico de Brandi, porém o trabalho seria de interesse para a o registro e preservação do patrimônio e sobretudo para o aprendizado dos alunos de graduação.

transportar e guardar as peças no D/au. Mostramos exemplos, explicamos que as peças desabadas correm risco de desaparecer e que a autorização poderia indicar predisposição dos herdeiros a contribuir para a preservação do patrimônio. Em vão. Autorização negada e trabalho parado. É preciso *tempo* para sensibilizar algumas pedras. A partir de abril deste ano farei parte da equipe do D/au¹⁷ que vai elaborar, caso o SESC-MT aprove, o projeto arquitetônico para a readequação e reforma do edifício *Sesc Casa do Artesão*, em Cuiabá. O imóvel foi inaugurado em 1910 para abrigar a *Escola Estadual Senador Azeredo*, tem características ecléticas e é tombado em nível estadual. Minha função será orientar as decisões de projeto para que a intervenção seja realizada de maneira a preservar características arquitetônicas e valores associados ao imóvel. Chegou o *tempo* de praticar e, embora seja desafiador, é reconfortante fazer parte de um grupo que proporciona segurança teórica e tem experiência.

Figura 5 - Alunos na Gráfica Pêpe separando as peças dos ornamentos da fachada da fachada do prédio, março de 2019.



Fonte: Arquivo da autora.

Está em curso também o *Projeto Todos pelo MISC* - Museu de Imagem e Som de Cuiabá, comemorativo dos 300 anos da cidade. O professor Maurício Guimarães de Oliveira¹⁸ e eu

¹⁷ Projeto de Extensão Revitalização da Casa do Artesão Cuiabá MT, sob coordenação do professor José Afonso Botura Portocarrero.

¹⁸ Responsável pelo lab.au, laboratório de fabricação digital do D/au.

(ambos do D/au) somos responsáveis por um curso de educação patrimonial e exposição sobre patrimônio tombado pelo Iphan em Cuiabá, que deverá ser acessível a pessoas portadoras de deficiência. Significa equipar o prédio do MISC – colonial – com dispositivos para acessibilidade, criação de maquetes táteis e vídeos para uso no curso e na exposição. O material será produzido no lab.au. O projeto também envolve alunos de graduação e é coordenado por seu idealizador, Silvano da Silva Siqueira. Está previsto para terminar em agosto de 2019. Ainda no âmbito das exposições e do lab.au, participamos do projeto de Exposição Itinerante da professora Rachel Tegon de Pinho¹⁹, que pretende levar maquetes de edificações e do núcleo urbano tombado pelo Iphan em Cáceres e várias cidades do Estado de Mato Grosso. A previsão é que a exposição aconteça em 2019.

No plano das possibilidades, vale citar alguns projetos relacionados à preservação do patrimônio que estão em fase de gestação no D/au e dos quais participamos com vários colegas. Um deles, ainda na fase dos primeiros contatos, é a verificação da viabilidade do estabelecimento de uma parceria com o Departamento de Patrimônio Material do Iphan com intuito de implantar, em Cuiabá, escritório, canteiro e laboratório modelo para manutenção de edificações de sistema construtivo antigo e capacitação de mão-de-obra, nos moldes do estabelecido no Forte Príncipe da Beira²⁰ e em Igatú-BA²¹. Outro é a proposta do D/au de *Plano de Gestão Sustentável para o Centro Histórico Tombado de Cuiabá*, a ser desenvolvida no âmbito da PAGE²² – Partnership for Action on Green Economy, com o apoio da UNIDO²³, agência da ONU.

Finalmente, posso citar como temas de pesquisa que gostaria de conduzir, aplicando a metodologia²⁴ que aprendi com a professora Maria Angela Bortolucci: a) sobre os sistemas construtivos encontrados no centro tombado de Cuiabá: descrevê-los

¹⁹ Departamento de História da UNEMAT.

²⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ro/noticias/detalhes/4651/visita-tecnica-apresenta-projeto-de-canteiro-modelo-no-forte-principe-da-beira-em-rondonia> Acesso em: 27/03/2019.

²¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/licitacoesConveniosContratos/detalhes/532/termo-de-execucao-descentralizada-052018-implantacao-do-canteiro-modelo-de-conservacao-de-igatu-visando-ao-desenvolvimento-de-aco-es-de-salvaguarda-e-conservacao-do-patrimonio-cultural-de-igatuba> Acesso em: 27/03/2019.

²² Disponível em: <https://www.un-page.org/countries/page-countries/brazil-mato-grosso-state> Acesso em: 27/03/2019.

²³ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unido/> Acesso em: 27/03/2019.

²⁴ Em linhas gerais, revisão bibliográfica, de fontes primárias, de fontes secundárias, de periódicos, pesquisas em arquivos (documentos, projetos de arquitetura etc.), entrevistas, levantamentos de campo, levantamentos fotográficos e métricos, análise dos dados levantados.

minuciosamente e compará-los com outros da mesma época ou similares; b) sobre bases militares em Cuiabá construídas no século XX, pois várias delas exibem características neocoloniais; c) realizar levantamento da mão-de-obra atual que ainda detém o conhecimento de como construir com taipa de pilão e adobe. Dificulta o fato de não termos pós-graduação no D/au e, por isso, os financiamentos para pesquisa são raros. Esperamos e trabalhamos para que, num *futuro* próximo, condição mais adequada se consolide.

Considerações finais

Quando procurei a professora Maria Angela Bortolucci pela primeira vez, para consultar se poderia ser minha orientadora de mestrado, não sabia que estava definindo, para a vida, minha atuação profissional. Todo agradecimento é pouco por ter me conduzido até que eu pudesse me movimentar, como profissional independente, no universo da história, do patrimônio construído e da preservação do patrimônio. Retorno sempre e agradeço pela paciência sem fim! Necessário registrar que sou igualmente grata aos membros e amigos do *Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios* (IAU – USP), sem os quais minha experiência seria menos rica e acertada. Somos um grupo que se consolidou e se tornou referência na produção de material e conhecimento na área. O *tempo* foi generoso e construtivo. Parabéns!

Mato Grosso é um universo à parte. Por vezes, a escala do *tempo* e do espaço que o constitui nos oprime, mas é daí justamente que brota o interesse pelas pesquisas e a motivação para continuar trabalhando no D/au. A dificuldade imposta pela ausência de uma pós-graduação no departamento, muitas vezes, nos leva a recorrer aos projetos de Extensão Universitária que, além de envolver alunos de graduação, abre possibilidades de financiamento, de trabalhos relevantes junto à sociedade e, inclusive, de pesquisa. Trabalhamos em função de estabelecer estrutura e ambiente propícios à pós-graduação, pois há demanda na região.

Enfim, passado este momento de contemplação, me levanto do banco de Nassar (1989) certa de que a passagem pelo *tempo* continuará sua ação transformadora sobre a sociedade e os espaços construídos. E nós continuaremos observando, registrando e interpretando as marcas encontradas.

Referências

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Metamorfose arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BORTOLUCCI, Maria Angela P. Castro e Silva. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP, Ateliê Editorial, 2004.

CABRAL, Renata Campello. **A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade Ed. UNESP. 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Problemas teóricos de restauro**. Cotia, Ateliê/FAPESP: 2009.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1ª. reimpressão, 2000.

MASCARO, Luciana Pelaes. **Arquitetura e Modo de Vida no Assentamento Rural Bela Vista do Chibarro**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Difusão da Arquitetura Neocolonial no Interior Paulista, 1920–1950**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Em Bruxelas, engenharia e patrimônio em exposição**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (on line), v. 13, p. 107-111, 2011.

NASSAR, Raduan. **Lavoura Arcaica**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

STOLS, Eddy; MASCARO, Luciana Pelaes; BUENO, Clodoaldo (org.). **Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações**. São Paulo: Narrativa Um, 2014. - 375 p.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

O semiárido brasileiro como objeto de pesquisa no campo da arquitetura e do urbanismo

The brazilian semi-arid as a research object in the field of architecture and of urbanism

El semiárido brasileño como objeto de investigación en el campo de la arquitectura y del urbanismo

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz [10]

[10] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com período sanduíche na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba. Membro dos grupos de pesquisa ESTÚDIA [Estudos Integrados em Arquitetura] (UFCG) e Patrimônio, Cidades e Territórios (IAU/USP).
<http://lattes.cnpq.br/4813364396502239>
marcusvidanq@gmail.com

O capítulo trata da minha trajetória profissional nos campos do ensino, da pesquisa, da extensão universitária e da prática do ofício, mais especificamente na área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo. O intuito é refletir e situar o meu percurso como membro do grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios. Apresenta os principais temas de investigação, participação e organização de eventos, publicações e demais atividades de relevo. Por fim, aborda os objetos de interesse recente, notadamente a pesquisa de doutoramento. Em todo o caminho, observa uma atuação voltada para a compreensão da produção de espaço no semiárido do Brasil.

As minhas primeiras incursões no universo da pesquisa acadêmica ocorreram no final da Graduação, no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Por volta do ano de 2003, eu e o colega Juliano Loureiro de Carvalho, sob a orientação da professora doutora Nelci Tinem, desenvolvemos uma investigação sobre a arquitetura e a produção do espaço urbano em Campina Grande, interior da Paraíba, semiárido do Brasil, durante as primeiras décadas do século XX. Em maior medida, as análises derivaram da observação e sistematização de um conjunto de fotografias antigas expostas no Museu Histórico e Geográfico da cidade, subsidiadas pela leitura de uma série de autores estudiosos da arquitetura e das cidades brasileiras e da história local, como Nestor Goulart Reis Filho (1997), Hugo Segawa (1997), Carlos Lemos (1987), Alberto Sousa (1994), Margareth Pereira (1999) e Geraldo Gomes (1987). Os resultados do trabalho foram apresentados em congresso e, anos mais tarde, publicados no periódico *Arquitextos*, do *Portal Vitruvius*, com o título *Trem veloz, rupturas lentas: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande (1907-1935)*.

Os questionamentos acerca dessa primeira experiência de pesquisa me conduziram para o mestrado na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, no então Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (EESC/USP), sob a orientação da professora doutora Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. A investigação debruçou sobre as transformações urbanas e arquitetônicas que Campina Grande passou ao longo da primeira metade do século XX, a partir dos princípios da higiene, circulação e embelezamento em voga na época. Modernização das cidades brasileiras, dotação de infraestruturas urbanas, urbanismo, saneamento, inovações tecnológicas no campo da construção civil, estruturação do campo profissional do arquiteto, arquitetura neocolonial, missões e art déco foram alguns dos temas debatidos no trabalho. Alguns resultados parciais foram publicados em periódicos acadêmicos, como nas revistas *Risco* (IAU/USP) e *Revista CPC* (CPC/USP) e, em 2016, a dissertação foi publicada em formato de livro pela editora da Universidade Federal de Campina Grande (EDUFCG), com o título *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande e transformação (1930-1950)*.

A realização do mestrado abriu uma série de oportunidades de participação em congressos, palestras e debates sobre o município paraibano, além do ingresso na função docente em cursos de Arquitetura e Urbanismo do estado da Paraíba. Primeiro, no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), depois na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA, Campina Grande) e, desde 2010, na Universidade Federal de Campina Grande

(UFCG). Dentro dessas instituições, desenvolvi e consolidei minhas atividades nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, atuando, principalmente, nas áreas projeto de arquitetura, teoria e história da arquitetura e do urbanismo e patrimônio cultural. Em paralelo, fui membro do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil (2014-2016) e do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Campina Grande (2013-2016).



Figura 1 – Capa do livro *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*, EDUEFCG, 2016.
Fonte: Queiroz.

Nesse período, desenvolvi pesquisas sobre habitação, verticalização, patrimônio histórico e cultural, art déco e arquitetura e urbanismo modernos em Campina Grande e na Paraíba, de forma individual, em grupo ou dentro do Programa de Voluntários de Iniciação Científica da UFCG (PIVIC/UFCG), com a participação de alunos da instituição. O trabalho resultou na publicação de um artigo na revista *Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (Art Déco em Campina Grande: valorização, patrimonialização e esquecimento, 2010)*, três capítulos de livros (sendo um no livro *Arquitetura Moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*, FASA, 2006, e dois no livro *Na urdidura da modernidade: Arquitetura Moderna na Paraíba*, EDUEFPB, 2014) e um guia, em coautoria, intitulado *Pequena amostra de Arquitetura Moderna: João Pessoa e Campina Grande nos caminhos no mo_mo.tur* (EDUEFPB, 2010). Como derivação desses trabalhos, fiz parte da comissão organizadora do 3º Seminário Docomomo Norte Nordeste, realizado em 2010 no Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.



Figura 2 – Capa do livro *Arquitetura Moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*, FASA, 2007.

Fonte: Docomomo Brasil.

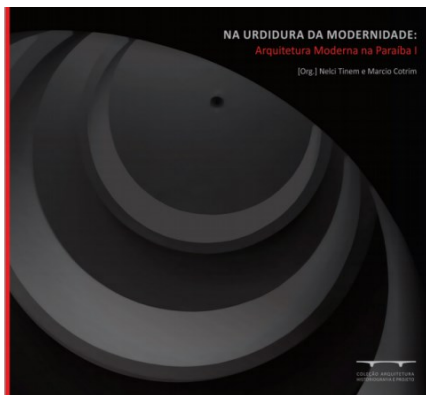


Figura 3 – Capa do livro *Na urdidura da modernidade: Arquitetura Moderna na Paraíba*, EDUFPB, 2014.

Fonte: LPPM/UFPB.

As extensões universitárias seguiram por temas correlatos. Entre 2011 e 2015, coordenei, juntamente com outros colegas professores, os projetos de extensão *A cidade como patrimônio cultural: Campina Grande, arquitetura e urbanismo* e *Campina Grande (PB): arquitetura, cidade e patrimônio cultural*, realizados no âmbito dos Programa de Bolsa de Extensão da UFCG (PROBEX) e Programa de Extensão Universitária do MEC (ProExt). O intuito era desenvolver uma série de ações articuladas de reconhecimento e valorização do patrimônio urbano e arquitetônico campinense, através da realização de inventário das construções do Centro Histórico da cidade, catalogação dos projetos

originais dos edifícios, criação de uma base de dados com informações sistematizadas e georreferenciadas e ações de educação patrimonial (cartilhas, palestras, workshops).

Em 2013, coordenei outra extensão universitária, intitulada *Qual é sua ideia para a Feira de Campina Grande? Oficina de projeto participativo*. A ação foi fruto de uma parceria com a Secretaria de Planejamento do município (SEPLAN), e contou com o apoio e a participação de diversas instituições, dentre elas o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). A partir do entendimento da importância social, econômica e cultural da Feira de Campina Grande para a cidade e o país (então candidata a Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil), e na tentativa de estabelecer e alargar o diálogo entre o tradicional/consolidado e recentes demandas, a Oficina de Projeto Participativo teve como objetivo a elaboração de diretrizes e partidos projetuais para a requalificação do espaço, nos campos do projeto urbano, da arquitetura e do design. Os resultados parciais da iniciativa foram publicados em artigo do periódico *Minha Cidade*, do *Portal Vitruvius*. Em 2017, a Feira de Campina Grande recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, com o reconhecimento do papel da Oficina de Projeto Participativo para a retomada do processo de registro.

Figura 4 - Folder de divulgação da extensão universitária *Qual é sua ideia para a Feira de Campina Grande? Oficina de projeto participativo*.



Fonte: Queiroz.

Como profissional arquiteto e urbanista, desenvolvi alguns trabalhos técnicos em parceria com o arquiteto e urbanista Fabiano Melo, estudantes de arquitetura e urbanismo e outros colegas da área, com especial interesse para intervenções em áreas

históricas de Campina Grande. Um exemplo é a experiência de requalificação da casa de número 233, localizada na rua Otacílio de Albuquerque, Centro. Uma residência eclética, provavelmente dos anos 1920, com alterações somadas ao longo do tempo e processo de arruamento em curso. A intervenção tinha como programa a transformação do espaço em escritório de arquitetura, respeitando e tirando partido das qualidades e características da edificação original. O resultado do trabalho foi publicado no periódico *Projetos*, do *Portal Vitruvius*. Em 2012, a intervenção recebeu o prêmio IAB.pb na categoria Patrimônio Cultural. Em 2014, menção honrosa no 8º Prêmio AsBEA de Arquitetura. Outro exemplo é o projeto desenvolvido para o Edifício Motta e terrenos adjacentes, localizado no entorno do Centro Histórico campinense. Trata-se de um prédio vertical moderno, dos anos 1960, de uso misto e construção inacabada. A proposta era adequá-lo para demandas recentes, preservando e potencializando qualidades originais. Em 2014, o trabalho recebeu o 1º prêmio, na categoria projetos não edificados, do 8º Prêmio AsBEA de Arquitetura. As experiências da Casa 233 e do Edifício Motta, como também da Feira de Campina Grande, foram expostas no congresso Arquimemória, em Salvador (2013 e 2017).

Figura 5 - Interior da requalificação da Casa 233, localizada no Centro Histórico de Campina Grande.



Fonte: vilanovaarq.com.

Entre 2014 e 2016, participei na gestão do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Paraíba. Na ocasião, tive a oportunidade de fomentar, auxiliar e organizar, em colaboração com demais membros da associação, debates sobre a produção de arquitetura e cidade no estado nordestino. Em 2014, realizamos o evento *Conversas de Quinta IAB.pb*, cujo objetivo foi a discussão acerca da atuação de arquitetos paraibanos contemporâneos. A iniciativa percorreu várias cidades do estado, do litoral ao sertão, com a finalidade integrar, enriquecer e reverberar debates de contextos geográficos, econômicos e sociais variados. Além dos profissionais paraibanos, a iniciativa contou com a participação de arquitetos de outros estados do Brasil (A&P Arquitetura-BA, Nitsche Arquitetos-SP), da Colômbia (PlanB), Equador (Al Borde) e Uruguai-Brasil (MAPA). Em 2015, o instituto organizou a Premiação IAB.pb, ciclos de cinema, palestras e outros eventos similares. Em todas as realizações, o tema do patrimônio cultural edificado foi recorrente.

De 2016 até o presente momento, meus interesses estão direcionados, integralmente, para a pesquisa de Doutorado, intitulada *Arquitetura, Seca e Território: ações da IFOCS no semiárido do Brasil (1919-1945)*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP e orientada pela professora doutora Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. A investigação estuda a arquitetura, a infraestrutura do território e os núcleos populacionais idealizados e/ou construídos pela Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) no semiárido do Brasil entre os anos de 1919 e 1945. O órgão foi criado em 1909 com o nome de Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1919 foi reestruturado e denominado IFOCS e, em 1945, passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), existindo até hoje. Dentre outras funções, a IFOCS foi uma instituição do Estado brasileiro orientada no sentido de esquadrihar o semiárido (do Piauí até o norte de Minas Gerais) e fazer as intervenções necessárias para subverter as condições impostas pela natureza, acreditando que, dessa forma, estaria levando o progresso, criando as bases para o desenvolvimento do capitalismo, integrando a região ao sistema econômico nacional e realizando reformas sociais.

A agência governamental surgiu como uma repartição de engenheiros, alicerçada na lógica positivista do avanço evolutivo através da intervenção sobre o meio, a partir da técnica e do conhecimento científico. Entre as décadas de 1920 e 1940, o órgão planejou, projetou e/ou executou barragens, sistemas de irrigação, reservatórios de água, poços, ferrovias, rodovias, canais, redes telegráficas, usinas hidrelétricas, campos de pouso, torres de tomada d'água, pontes e uma série de outros elementos, bem como núcleos

populacionais (urbanos e rurais) para dar suporte a todas as operações de construção desses equipamentos (os acampamentos de obra ou vilas operárias) e de exploração da agricultura irrigada (colônias agrícolas). Com o intuito de fixar o homem à terra, muitos desses espaços eram dotados de variados tipos de habitação, escola, hospital, avenida, praças, cinema, clube recreativo, edifícios administrativos e centros de pesquisa.

Assim, de todas essas realizações, o trabalho investiga os programas de grandes obras que o órgão empreendeu entre os governos dos presidentes Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas, que teve foco nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, responsável pelo estudo e implantação de um conjunto articulado de infraestruturas hídricas e viárias e de seus espaços de apoio. A partir da hipótese de que as ações da IFOCS foram responsáveis por modernizações nos sertões nordestinos, em especial na sua dimensão física, analisa os seguintes aspectos: 1) o papel do Estado e da inspetoria, particularmente, como agentes modernizadores do semiárido brasileiro, de modo associado com a análise dos contextos políticos, sociais, econômicos e culturais do momento; 2) a formação, o pensamento e os intercâmbios institucionais dos profissionais e demais agentes envolvidos com o processo; 3) as representações e leituras que o corpo técnico da Inspetoria fez acerca dos espaços existentes no semiárido, nas escalas da arquitetura, da cidade e do território, 4) as lógicas e soluções das redes de infraestrutura pensadas para transformar a região, bem como seu papel como agente modernizador dos processos de construção civil nos sertões; 5) a arquitetura produzida pela IFOCS (teorias, formas, programas, técnicas construtivas e partidos estéticos - com a maior recorrência das manifestações art déco, neocolonial, missões, chalé, bangalô), 6) os acampamentos de obra e as propostas das colônias cooperativistas para as áreas irrigáveis (teorias urbanas, formas, usos, relações com o sítio).

Para tanto, alicerça a investigação numa diversa e complexa rede de informações, que contempla pesquisa bibliográfica, documentação primária e levantamento de campo, composta por: relatórios técnicos dos trabalhos desenvolvidos pela IFOCS, boletins informativos, publicações técnico-científicas, dados estatísticos, fotografias de época, projetos de engenharia, mensagens de governo, legislação, literatura, documentários, memórias, livros, artigos, dissertações, teses. O trabalho busca contribuir com a área de conhecimento Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil e, mais especificamente, com as pesquisas que se debruçam sobre a modernização do país e do seu espaço construído entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, sempre vinculando esse fenômeno aos contextos e às ideias nacionais e internacionais

em circulação no momento. O estudo está vinculado às atividades do *Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidade e Território* e conta com o suporte do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande e da CAPES, através do Novo Programa de Formação Doutoral Docente – Novo Prodoutoral.

Desse modo, ao longo da minha trajetória profissional, procurei articular as atividades de ensino, pesquisa, extensão, prática profissional e atuação política, como membro de órgãos de classe e conselhos consultivo. As várias frentes de atuação tiveram, e têm, como fio condutor a preocupação com o exercício da Arquitetura e Urbanismo, notadamente a preocupação com a história e com o patrimônio cultural de cidades e territórios do semiárido do Brasil.

Referências

CARVALHO, J. L.; QUEIROZ, M. V. D.; TINEM, N. Trem veloz, rupturas lentas: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande (1907-1935). **Arquitextos**, São Paulo, v. 83, 2007.

LEMOS, C. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa. (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.

PEREIRA, M. S. **Os correios e telégrafos no Brasil**: um patrimônio histórico e arquitetônico. São Paulo: MSP/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

QUEIROZ, M. V. D.; ROCHA, F. M. D. Caminhos da Arquitetura Moderna em Campina Grande: emergência, difusão e a produção dos anos 1950. In: MOREIRA, F. D. (Org.). **Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil**: universalidade e diversidade. Recife: FASA, 2007.

_____. Arquitetura, cidade e espaço doméstico na Campina Grande (PB) das primeiras décadas dos noventa. **Tema**, Campina Grande, v. 8, 2009.

_____. O século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930-1950. **Revista CPC USP**, São Paulo, v. 11, 2010.

_____. Art Déco em Campina Grande (PB): valorização, patrimonialização e esquecimento. **Extensão e Cultura UFG**, Goiânia, v. 8, 2010.

_____. Construções com ar, luz, água e esgoto: higiene e produção habitacional na Campina Grande (PB) dos 1930-1950. **Risco**, São Carlos, v. 13, 2011.

_____. Art Déco in Campina Grande: appreciation, recognition as heritage and oblivion. **Extensão e Cultura UFG**, Goiânia, v. 8, 2011.

_____. (Org.). Agenda para o Patrimônio Cultural de Campina Grande (PB) 2012. **Minha Cidade**, São Paulo, 2012.

_____. Qual é sua ideia para a Feira de Campina Grande? Oficina de Projeto Participativo. **Minha Cidade**, São Paulo, v. 162.02, 2014.

_____. O século XX e a constituição da modernidade em Campina Grande (1930/1950). In: TINEM, N.; COTRIM, M. (Org.). **Na urdidura da modernidade**: Arquitetura Moderna na Paraíba I. 1ed. João Pessoa: PPGAU/UFPB, 2014.

_____. ROCHA, F. M. D. Linhas cubísticas, quebradas e funcionais: Arquitetura Moderna em Campina Grande. In: TINEM, N.; COTRIM, M. (Org.). **Na urdidura da modernidade**: Arquitetura Moderna na Paraíba I. 1ed. João Pessoa: PPGAU/UFPB, 2014.

_____; LEAL, C.; SA, N. A.; ROSSI, P. F. O.; MELO, T. B. (Org.). **Anuário IAB.pb 2014**. João Pessoa (PB): IAB.pb, 2014.

_____. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande (PB) em transformação (1930-1950). 1. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2016.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ROCHA, F. M. D.; PEREIRA, F. T. B. (Org.); QUEIROZ, M. V. D.; TINEM, N. (Org.). **Pequena mostra de Arquitetura Moderna**: João Pessoa e Campina Grande nos caminhos do mo_mo.tur (Catálogo). 1. ed. João Pessoa: EDUFPG, 2010.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SILVA, Geraldo Gomes. Arquitetura eclética em Pernambuco. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987.

SOUSA, A. **Arquitetura neoclássica brasileira**: um reexame. São Paulo: Pini, 1994.

Um percurso de pesquisa em arquitetura urbana e rural
A research route in urban and rural architecture
Una ruta de investigación en arquitectura urbana y rural

Maria Angela P. C. S. Bortolucci [11]

[11] Professora Sênior do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU/USP, São Carlos, Brasil (vínculo em RDIDP de 1983 a 2016, quando se aposentou). Participa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP como docente e orientadora de mestrado e doutorado, pertence à Área de Concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, atuando na Linha de Pesquisa Territórios e cidades: Transformações, Permanências, Preservação. Líder do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (cadastro no CNPq). Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP (1991), sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Lemos. Mestre pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - EESC/USP (1983), sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Gastão de Castro Lima. Graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1976). Experiência acadêmica e profissional na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em arquitetura brasileira, arquitetura urbana e rural, arquitetura e modos de vida do século XIX e das primeiras décadas do século XX, e patrimônio cultural. Indicadores bibliométricos: Research ID: Academia.edu; Google Scholar; ORCID - ID: 0000-0002-8237-1862.
<http://lattes.cnpq.br/3286316763447921>
mariacs@sc.usp.br

O capítulo é basicamente o relato pessoal de uma trajetória de pesquisa em história da arquitetura em que é destacada a importância da família, de amigos e de pesquisadores, como Luiz Gastão de Castro Lima, José Cláudio Gomes e Carlos A. C. Lemos. Destaca também o esforço de realizar o registro de algumas décadas de atividades focadas em documentar, analisar e ampliar o conhecimento dos territórios urbanos e rurais no Brasil, no período do século XIX até a primeira metade do século XX, favorecido pelo vínculo institucional no IAU/USP, como docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do próprio IAU/USP, e pela participação no Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios.

O relato...

Ao dar início a esse texto, que tem o desafio de ser um relato pessoal, sinto a necessidade de retroceder bastante no tempo. Tenho que voltar aos meus tempos de menina para reconhecer a quem devo muito, inclusive o despertar de minha vocação de arquiteta e, especialmente, de pesquisadora em história da arquitetura. Estou me referindo a meus pais que, além do amparo e do carinho dedicados aos seis filhos, não mediram esforços para proporcionar a todos nós uma boa formação escolar. Mas desejo destacar algo que está além de tudo isso. Lembro com clareza de uma cena em que minha mãe elogiou meu talento para desenhar, dizendo: "olha que bonito, quem sabe poderá ser uma arquiteta...". Ouvi de sua parte por diversas vezes elogios a meus desenhos, entretanto, é possível que dessa maneira explícita, de insinuar uma futura profissão, tenha sido apenas uma única vez, mesmo assim, seria o suficiente para que eu passasse a desejar saber mais sobre o que, afinal, poderia ser "uma arquiteta". Ainda que me sentisse segura quanto às minhas futuras pretensões, quando estava prestes a concluir o curso ginásial no colégio das freiras beneditinas - Colégio Imaculado Coração de Maria, localizado no Bairro Novo, em Olinda (PE) -, fiquei muito feliz com o resultado do teste vocacional que recomendava, dentre algumas opções de engenharia, também a carreira de arquiteta. Era tudo o que eu queria ouvir da orientadora vocacional e segui confiante para o curso científico no colégio das freiras da mesma ordem em Recife - Colégio Nossa Senhora do Carmo. Três anos depois prestava o vestibular na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de onde saí em final de 1976, formada em arquitetura e urbanismo. E a inclinação para a pesquisa em história da arquitetura viria logo depois, conforme veremos a seguir, mas antes quero contar que as raízes dessa decisão estão também na minha infância vivida em Olinda. Embora a nossa casa estivesse localizada no Bairro Novo, na parte baixa da cidade, aos domingos, logo cedo depois da missa, íamos todos, meus pais e meus irmãos, visitar nossos parentes que moravam na velha Olinda. Isso significava para mim uma oportunidade, não somente de usufruir do convívio familiar, mas de aproveitar essas andanças em que meu pai ia, sem pressa, mostrando lugares antigos e contando histórias da cidade que se misturavam com suas próprias vivências de olindense. Talvez mesmo sem querer, ele me estimulou a conhecer mais sobre o lugar em que vivíamos e foi o início do meu gosto pela história, de querer saber o porquê das coisas serem de um jeito e não de outro, e por aí vai...

Ao longo do ano de 1976, que era o último da faculdade, eu estava alimentando a ideia de continuar os estudos, trocando ideias com algumas colegas mais próximas, e nos animando com a possibilidade de realizar uma pós-graduação. Juntas, Carol, Sônia e eu,

demos início à busca por instituições que pudessem atender os nossos desejos, embora soubéssemos que seriam poucas no Brasil. Mesmo assim, em São Carlos, cidade do interior do estado de São Paulo, que abrigava um campus da USP desde 1953, iniciado com a implantação da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), havia o que poderia nos interessar: o mestrado em arquitetura e urbanismo instalado desde 1971, no Departamento de Arquitetura e Planejamento, que na época era vinculado à EESC¹.

Entendemos depois de algum tempo que uma conjunção de fatores conspirava a nosso favor. Naquele mesmo ano de 1976 estava se realizando em São Paulo o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, no período de 25 a 29 de outubro, e a nossa expectativa era enorme porque a nossa turma de Planejamento Arquitetônico 8 se envolveu na preparação do trabalho intitulado *Natureza Espoliada*, que discutia o crescimento urbano intenso e desordenado de Recife, para ser apresentado numa das atividades do congresso, a Exposição Nacional de Arquitetura. Para todos nós, estudantes de arquitetura, estar entre os cerca de seis mil participantes naquele preciso momento já teria sido uma experiência inesquecível, mas se tornaria ainda mais significativa uma vez que o trabalho de nossa turma foi um dos oito premiados na Categoria D - Projetos de estudantes de escolas de arquitetura². E a nós três, particularmente, foi uma oportunidade perfeita para incluir nessa estadia em São Paulo uma rápida visita a São Carlos. Assim o fizemos. Além de nos inteirarmos melhor a respeito dos procedimentos para ingresso no programa de pós-graduação, esse primeiro contato com a instituição e a cidade nos deixou mais seguras quanto aos nossos propósitos. Devo destacar aqui a importância de, ainda que muito rapidamente, ter conhecido nessa ocasião o Prof. Dr. Luiz Gastão de Castro Lima, docente do Departamento de Arquitetura e Planejamento da EESC, que viria a ser meu orientador no mestrado.

Ao chegar em São Carlos, em início de 1977, eu trazia uma proposta de pesquisa muito diferente daquela que de fato acabou sendo desenvolvida. Depois de ter lido o livro recém publicado de Armando Holanda, *Roteiro para construir no Nordeste*³, eu havia me

¹ Em 2010, o departamento ganhou autonomia administrativa e se tornou o Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP.

² Ver mais sobre o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos nos Anais do Congresso e sobre a referida premiação, às páginas 44-46, em: <https://www.iabsp.org.br/congresso-brasileiro-de-arquitetos/>. Acesso em 21 de fev. de 2021.

³ Para saber mais sobre o significado dessa obra de Armando Holanda para os estudantes de arquitetura da UFPE, ver a interessante resenha de Fernando Diniz Moreira (2019). Outra publicação de autor local e de grande contribuição para a formação de arquitetos na UFPE, pelo menos em nossa época, era o livro de

empolgado com a possibilidade de aprofundar o tema dos materiais construtivos e das soluções técnicas adequados ao clima excessivamente quente e de muita luminosidade do Nordeste, tão bem abordado nesta pequena e brilhante obra de Armando Holanda. Imaginava poder desenvolver esse tema no mestrado e retornar a Recife com alguma contribuição nesse sentido. No entanto, logo nos primeiros meses de ingresso no programa, as novas experiências vividas provocavam muitas dúvidas quanto ao desenvolvimento desse viés tecnológico de pesquisa e cada vez mais sentia maior identificação com os temas voltados à história da arquitetura. O resultado foi uma mudança radical com a decisão de estudar a cidade de Olinda, tendo mais especificamente o Alto da Sé como objeto de pesquisa⁴. Felizmente, meu orientador, o Prof. Dr. Luiz Gastão de Castro Lima, com quem compartilhava e discutia as minhas novas ideias de pesquisa, apoiou integralmente a mudança de tema⁵. Além da valiosa colaboração do Gastão, tive a oportunidade de contar com a importante contribuição do Prof. Dr. Celso Lamparelli (FAU/USP), na banca do exame de qualificação e na época docente da EESC, e do Prof. Dr. Carlos Lemos (FAU/USP), como membro externo na banca de defesa da dissertação⁶. Enfim, era outro viés de pesquisa, mas igualmente à proposta inicial ainda muito calcado nas minhas raízes nordestinas. Estava claro para mim o quanto foram valiosas as histórias de meu pai e a vivência da velha Olinda, entretanto, com o passar do tempo, se esmaeciam as possibilidades de retorno à terra natal. A vida me levaria para novos horizontes, permitindo ampliar meus interesses de pesquisa em história da arquitetura para estudar e conhecer outras terras desse imenso país.

Evaldo Coutinho, *O Espaço da Arquitetura*, em edição de 1970 da própria UFPE. Em 1977, o livro de Coutinho foi publicado na Coleção Estudos da Editora Perspectiva.

⁴ Na década de 1970 a cidade de Olinda era alvo de planos e diretrizes de planejamento e de preservação do sítio histórico, dentre eles o PDLI (1973) e, em meio às amplas discussões suscitadas entre técnicos e leigos, inclusive na imprensa, estava a possibilidade de demolição da Caixa d'Água de Olinda, localizada no Alto da Sé e construída em 1937. Essa edificação foi executada pela Diretoria de Arquitetura e Construção do governo estadual, chefiada pelo arquiteto Luiz Nunes. Ele e o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito elaboraram o projeto arquitetônico, enquanto o engenheiro estrutural e poeta Joaquim Cardozo fez o projeto estrutural (BORTOLUCCI, 1983). Tudo isso contribuiu para que meus interesses de pesquisa tomassem um novo rumo.

⁵ E seria sempre assim. O Prof. Gastão, ou simplesmente, Gastão, como gostava de ser chamado, foi o responsável pela minha iniciação no ambiente da pesquisa. Pessoa de uma sabedoria ímpar e de igual generosidade. Agradeço a Deus pelo tempo em que pude desfrutar de sua amizade.

⁶ O exemplar de nossa dissertação de mestrado foi depositado em 1982 e a defesa ocorreu em início de 1983. Eram outros tempos e os prazos eram longos: muito diferente do que ocorre agora... Na dissertação, intitulada O Alto da Sé de Olinda: uma Proposta de Preservação, estabeleci uma discussão sobre as possibilidades de preservação do Alto da Sé, analisando diversas fontes, principalmente o Projeto de Agenciamento para o Alto da Sé de Olinda, elaborado pela FUNDARPE, em 1975.

Depois de algumas oportunidades, dando aulas em cursos de arquitetura, concorri a uma vaga no Departamento de Arquitetura e Planejamento da EESC/USP no ano de 1983, a mesma instituição que havia me acolhido como aluna de pós-graduação alguns anos antes. Foi assim que surgiu a possibilidade de prosseguir na carreira acadêmica dedicando-me integralmente à docência e à pesquisa⁷. Procurei, então, conciliar a exigência decorrente do estágio probatório em regime de RDIDP com o ingresso no programa de doutorado na FAU/USP, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Lemos⁸. Se por um lado a pesquisa de doutorado exigia um recorte do tema direcionado ao estudo da moradia urbana de São Carlos⁹, por outro, eu estava muito interessada em ampliar o conhecimento da arquitetura urbana e rural do município. Desde o momento em que conheci São Carlos, no final da década de 1970, ainda tão próxima de uma unidade estilística de predomínio do ecletismo devido ao seu período áureo da cafeicultura, havia despertado em mim o desejo de conhecer mais, entender melhor as razões e a forma como havia ocorrido esse processo de transformação dessa porção do território paulista. Por esta razão o projeto encaminhado para cumprir o estágio probatório foi o Levantamento dos Bens Culturais de São Carlos e a oportunidade de concretizar essa proposta veio com a aprovação na FAPESP (Processo 85/03188-9), no período de 1986-1987, sob a responsabilidade do Prof. Dr. José Claudio Gomes – docente da FAU/USP e nessa época recém chegado à EESC como docente no Departamento de Arquitetura e Planejamento. Através desse projeto conseguimos reunir um valioso acervo em levantamentos fotográfico e métrico de edificações da área central da cidade¹⁰ e de conjuntos rurais (quase sempre antigas fazendas de café), e também em documentos e

⁷ A dedicação integral à docência e à pesquisa faz parte da definição do próprio regime de trabalho RDIDP, que exige do docente o cumprimento de 40 horas semanais de atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. O RDIDP ainda é o regime de trabalho preferencial do corpo docente da USP.

⁸ Conforme já dito, o querido professor Lemos havia participado de minha banca de defesa de dissertação de mestrado e, a partir daí, mantivemos alguns contatos sobre a proposta para o doutorado. No segundo semestre de 1984, cursei como aluna especial a disciplina da Profa. Dra. Aracy Amaral, ao mesmo tempo em que me preparava para o processo de seleção. Desse modo, obtive a inscrição no programa de doutorado da FAU/USP, em início de 1985, e sob a orientação brilhante e segura do Lemos defendi, em início de 1991, a tese *Moradias Urbanas Construídas em São Carlos no Período Cafeeiro*.

⁹ Nesse aspecto foi de fundamental importância para a elaboração da nossa tese a leitura do livro do Lemos, *Alvenaria Burguesa*, que havia sido publicado recentemente.

¹⁰ O fato de ter tido acesso ao volume dedicado a São Carlos na publicação de Gustavo Neves da Rocha Filho (1982), *Levantamento Sistemático Destinado a Inventariar Bens Culturais do Estado de São Paulo*, foi fundamental para uma definição mais segurança das edificações a serem selecionadas em nossos próprios levantamentos. A valiosa obra de Rocha Filho, na qual São Carlos foi incluída, se constituiu em uma série de levantamentos do patrimônio edificado dos centros históricos das cidades paulistas, realizada por solicitação do CONDEPHAAT nos anos de 1970-1980.

referências bibliográficas pertinentes ao tema, dando amplas condições para o desenvolvimento da nossa tese de doutorado, como também de diversas pesquisas de IC-CNPq, sob nossa orientação. Era minha primeira experiência de desenvolvimento de um projeto financiado e foi muito gratificante sob todos os aspectos. Aprendi muito e devo isso especialmente ao grupo de alunos que participou do projeto¹¹ e ao grande apoio do colega Prof. Dr. Cláudio Gomes.

Foi graças a Cláudio Gomes que tive a oportunidade de estar no ARQUIMEMÓRIA II - 2º Encontro Nacional de Preservação de Bens Culturais, realizado em Belo Horizonte, em 1987, participando com o trabalho que versava sobre os resultados do projeto de pesquisa e sob o mesmo título, Levantamento dos bens culturais de São Carlos. Através dos trabalhos apresentados pelos demais participantes no evento, pude ter uma noção clara de quanto o ecletismo estava sendo alvo de interesse de outros pesquisadores. Além disso, voltei para São Carlos, trazendo o livro *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*, organizado por Annateresa Fabris, que foi para mim uma leitura fundamental, e ainda hoje é para aqueles que estudam o assunto. Estavam sendo dados passos importantes para a revisão historiográfica e de posturas preconceituosas em relação ao ecletismo. Foi nesse mesmo período, também por intermédio do colega Cláudio Gomes, que obtive as primeiras informações a respeito da Escola dos *Annales* e da *Nouvelle Histoire*, despertando-me o interesse por saber mais sobre as novas proposições defendidas por esse movimento historiográfico surgido na França no começo do século XX¹². Estava em curso uma nova etapa do meu próprio processo de formação enquanto pesquisadora: eram novas possibilidades de objetos e de métodos de pesquisa que se descortinavam diante de mim.

Logo após a obtenção do título de doutor, em 1991, foi possível encaminhar juntamente com alguns colegas também recém doutores a solicitação de credenciamento para dar início à participação no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, naquela época ainda vinculado à EESC/USP. No ano de 2016, com a minha aposentadoria,

¹¹ Refiro-me aos bolsistas de IC-CNPq Dagmar Bisinotto, Dorival Rossi, Luciana Gonçalves, Natanael Macedo Jardim, Sílvia Escovar e Vladimir Benincasa: arquitetos da primeira turma do curso de arquitetura e urbanismo da EESC/USP e formados em 1989. Todos brilhantes alunos. Dentre eles, Vladimir continuaria sob nossa orientação desenvolvendo o tema da arquitetura rural paulista (mestrado e doutorado) e mineira (pós-doutorado).

¹² Em 1990, Peter Burke publicou seu livro *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*, em que discorre sobre esse novo fazer historiográfico e as principais gerações de historiadores. Com isso, ele prestava uma contribuição fundamental a pesquisadores e estudiosos brasileiros. Dentre outras obras, ver também sobre as fases desse movimento, seus métodos e fontes: Burke (2011) e Barros (2010).

pude continuar desempenhando algumas atividades no IAU/USP na condição de professora sênior, especialmente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Até agora foram muitas as orientações de mestrado e de doutorado já concluídas, e ainda temos algumas em andamento, sempre na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e atendendo à linha de pesquisa Territórios e cidades: Transformações, Permanências, Preservação, com temas pertinentes aos nossos interesses de pesquisa¹³.

Em decorrência de tudo isso, foi natural acontecer, no ano de 2012, a organização do grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Território, com a participação de ex-orientandos de doutorado, na categoria de pesquisadores, que atualmente são docentes em diversas instituições acadêmicas do país, e de orientandos de doutorado e mestrado, na categoria de estudantes¹⁴. Com o intuito de documentar, analisar e ampliar o conhecimento da história dos territórios urbanos e rurais do Brasil, notadamente no período que abarca o século XIX e a primeira metade do século XX, a produção científica desenvolvida pelos participantes do grupo gira em torno dos seguintes eixos de pesquisa: arquitetura, cotidiano e memória; formação e transformações urbanas; patrimônio e paisagem cultural; preservação do patrimônio cultural; e técnicas construtivas tradicionais. Para atuarmos adequadamente em um âmbito tão diversificado de objetos de pesquisa e interessados em compreendê-los em suas múltiplas facetas, no tempo e no espaço, recorreremos à interdisciplinaridade para o devido suporte teórico e metodológico. Assim, além de uma cuidadosa e ampla revisão bibliográfica em nossa área de formação e/ou atuação – arquitetura e urbanismo –, realizamos valiosas incursões em outras áreas do conhecimento, como a história, a geografia, a economia, a antropologia, a sociologia etc.. Também, sem preconceito algum, nos valemos da contribuição da diversidade de fontes documentais – inventários, testamentos, certidões, escrituras, processos criminais, atas de câmara, relatórios de governos, leis e decretos, registros paroquiais, coleções de jornais e revistas, álbuns e almanaques,

¹³ Minha primeira orientação no programa foi concluída em 1992 e, desde então, já são 20 mestrados e 12 doutorados concluídos. No momento estão em andamento as últimas orientações de minha carreira: são três mestrados e quatro doutorados. Para saber mais detalhes sobre as orientações concluídas e em andamento, é possível consultar meu currículo na Plataforma Lattes - CNPq no endereço: <http://lattes.cnpq.br/3286316763447921>. Nesse sentido, ver também o artigo na revista VIRUS (BORTOLUCCI, 2018), embora que, nesse caso, tenha havido o objetivo de dar ênfase a pesquisas cujos objetos de estudo estão localizados no território paulista.

¹⁴ O grupo está certificado desde 2013 no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes-CNPq e é possível saber mais sobre o perfil dos pesquisadores e dos estudantes participantes do grupo no endereço de acesso: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3722566502521574.

diários e cartas pessoais, relatos de viajantes e de memorialistas, etc. –, encontradas em arquivos públicos, privados, ou ainda em acervos pessoais. Consideramos de igual relevância no desenvolvimento da pesquisa a incorporação: da iconografia – pinturas, desenhos, fotografias, filmes etc.; da cartografia – cartas, mapas, plantas etc.; dos levantamentos métricos – implantação, plantas, elevações e detalhes – e dos levantamentos fotográficos – vistas panorâmicas, externas, internas, detalhes etc.. Por fim, mas não menos importante, são os registros orais, sempre seguindo o rigor metodológico exigido pela história oral e ajustados aos objetivos da pesquisa – entrevistas únicas, múltiplas, espontâneas, ou baseadas em questionários, roteiros, imagens etc.. Tal amplitude de documentos, fontes, métodos e objetos de pesquisa, que em princípio traz muitas vantagens, também nos colocam diante de grandes desafios, dentre eles, muita perspicácia e sutileza para “ler os documentos nas entrelinhas” (BURKE, 2011, p.26) e, ao cruzar dados, estabelecer analogias etc., não correr riscos de incidir em interpretações e análises equivocadas, ou precipitadas.

Antes de concluir esse relato, preciso falar um pouco da nossa experiência no oferecimento da disciplina Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX (IAU5908), que foi ministrada no período de 1999 a 2019, no Programa de Pós-Graduação do IAU/USP. Quando propusemos essa disciplina, estávamos movidos pelo interesse de estimular os alunos a quererem saber mais sobre o patrimônio arquitetônico do interior paulista constituído sob o predomínio da cafeicultura, tanto rural quanto urbano. E sempre foi muito gratificante constatar o entusiasmo com que recebiam os novos conhecimentos e participavam de todas as atividades. De fato, muitos deles seguiram estudando o assunto, produzindo teses e dissertações e contribuindo para ampliar a produção científica dessa área ainda tão incipiente, alguns inclusive sob nossa orientação, uma vez que sempre houve uma demanda maior de matriculados como alunos especiais¹⁵.

A título de considerações finais...

Cá estamos! quase ao final desse desafio de construção de um relato de cunho pessoal sobre uma trajetória dedicada à pesquisa em arquitetura, em que nos mantivemos determinados no objetivo de contribuir para o conhecimento dos territórios urbanos e

¹⁵ Os alunos especiais, diferentemente dos alunos regulares, são aqueles que ainda não estão inscritos em programas de mestrado e doutorado. Durante o período em que oferecemos a disciplina, o regulamento do programa permitia ao aluno cursar apenas até duas disciplinas nessa condição.

rurais no Brasil longe dos grandes centros urbanos, abordando principalmente o período do século XIX até a primeira metade do século XX, e incluindo toda a produção arquitetônica, desde a das elites à das classes menos abastadas, realizada por profissionais da construção diplomados e por não diplomados também, na qual predominaram manifestações estilísticas depreciadas pela vertente modernista. Assim, observando esse percurso de algumas décadas, acredito que ficou a certeza de que valeu a pena fazer parte desse movimento de quebra de tantos paradigmas.

Escrever esse texto significou remexer em coisas passadas há muito tempo, lembranças adormecidas, quase sempre muito boas e outras nem tanto, mas com a certeza de que o resultado é positivo. Assim, gostaria de concluir afirmando que, apesar das dificuldades e percalços vividos, tenho e terei sempre muito a agradecer porque, com a graça de Deus, pude perceber que nada em nossa vida acontece por acaso e que tudo faz parte de um plano divino de muito amor pela humanidade. Desse modo tudo faz sentido! Aprendemos a reconhecer a importância e a contribuição de todos, amigos, colegas, alunos e orientandos, diante de cada obstáculo e cada conquista. Certamente as páginas disponíveis para a elaboração desse texto seriam insuficientes para mencioná-los devidamente, além do risco de cometer esquecimentos imperdoáveis... Tenho imensa gratidão por todos! Finalizo externando o meu profundo agradecimento também à minha grande e amada família, meus pais, meus irmãos e, especialmente, meu esposo e nossos filhos. Eterna gratidão a todos!

Referências

ANAIS do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos. Instituto de Arquitetos do Brasil. (Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/congresso-brasileiro-de-arquitetos/>. Acesso em 21 de fev. de 2020)

BARROS, José Costa D'Assunção. **A Escola dos Annales: considerações sobre a história do movimento.** In: *Revista História em Reflexão*. Dourados, UFGD, v. 4, nº 8, jul/dez, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/953/588>. Acesso 26 de fev. de 2020.

BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. **O Alto da Sé de Olinda: uma proposta de preservação.** Dissertação (Mestrado). São Carlos: EESC/USP, 1983.

BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. **O exercício de investigação em arquitetura e urbanismo: (re) conhecendo o patrimônio paulista.** In: *VIRUS*. São Carlos, n. 16, 2018. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/?sec=5&item=87&lang=pt>>. Acesso em: 26 de fev. de 2020.

BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro.** Tese (Doutorado). São Paulo: FAU/USP, 1991.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo, Editora UNESP, 2011.

COUTINHO, Evaldo. **O Espaço da Arquitetura.** Recife, UFPE, 1970.

FABRIS, Annateresa (org). **Ecletismo na arquitetura brasileira.** São Paulo, Nobel, 1987.

HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir no Nordeste.** Recife, MDU/UFPE, 1976.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café.** São Paulo, Nobel, 1985.

MOREIRA, Fernando Diniz. Armando de Holanda. **A tradição do morar bem.** In: *Resenhas Online*, São Paulo, ano 18, n. 207.06, Vitruvius, mar. 2019 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.207/7294>>. Acesso em: 22 de fev. de 2020.

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. **Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do estado de São Paulo;** São Carlos. São Paulo, CONDEPHAAT, 1982.



Vista de Olinda, 2013.

Arquitetura e origem: a trajetória de pesquisa pelo re(conhecimento) do Piauí

Architecture and origin: the trajectory of research for the recognizing of Piauí

Arquitectura y origen: la trayectoria investigadora para el reconocimiento y conocimiento de Piauí

Marina Lages Gonçalves Teixeira [12]

[12] Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGAU/IAU-USP) na linha de pesquisa Territórios e Cidades: Transformações, Permanências, Preservação, vinculada ao Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios. Desenvolve o projeto de pesquisa *Sertão Piauí: a construção do sertão piauiense a partir da literatura de viagem*, sob orientação da professora doutora Maria Angela Bortolucci e financiado pela Capes. Mestre em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo (2019) também pelo PPGAU/IAU-USP, com a pesquisa *Teresina (1890-1920): indústria, ferrovia e arquitetura*, sob orientação da professora doutora Telma de Barros Correia e financiado pelo Cnpq. Especialista em Práticas Projetuais (2015) e Arquiteta e Urbanista (2014) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Experiência acadêmica e profissional na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em arquitetura brasileira, produção do território, paisagem e modos de vida, sobretudo no recorte do estado do Piauí.
<http://lattes.cnpq.br/377008090937431>
marinalages@usp.br

O capítulo discorre sobre a trajetória de trabalho da pesquisadora, perpassando por temas como história da arquitetura, arquitetura industrial, arquitetura ferroviária e memória, dentro do recorte do estado do Piauí. Percorre pelas disciplinas cursadas na graduação e pós-graduação, iniciação científica e o caminho feito para a construção da dissertação de mestrado e consolidação de um projeto de doutorado ainda em desenvolvimento. Durante esse percurso pela carreira da autora, delineiam-se referências e aportes bibliográficos utilizados, além de personagens marcantes e decisivos em cada etapa aqui apresentada, além das publicações alcançadas. Entre os grandes temas citados, pesquisas realizadas, bibliografias e autores utilizados, um fio os conduz e os aproxima: o Piauí.

Um caminho de busca pelo (re)conhecimento

Esse artigo faz parte de uma tentativa de resgatar as trajetórias profissionais dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, abordando o tema *Depoimentos e Territórios*. E ao tentar justificar minha chegada ao tema da dissertação de mestrado que desenvolvi¹, da qual falaremos mais adiante, me deparei com um poema de Torquato Neto, conterrâneo que dizia na década de 1970, "moro do lado de dentro e nasci na Chapada do Corisco - carregado disso". Então, começo a discorrer sobre a trajetória como pesquisadora falando da minha origem: sou nascida e criada na cidade que se considera a primeira planejada do Brasil Império, cidade projetada por um português - João Isidoro França - para ser a capital do estado do Piauí, Teresina.

A começar daí, acredito que minha trajetória como pesquisadora tenha se iniciado no ano de 2012 quando cursei a disciplina optativa Arquitetura Piauiense, ministrada pela professora doutora Juliana Elias, com ela percebi a existência de uma história do estado a partir da arquitetura e do urbanismo, aprendi a o valor desse tema, e que a produção piauiense tinha relevância, riquezas e detalhes específicos.

Aquele piso colorido e cheio de desenhos que sempre me causou encantamento - o ladrilho hidráulico² - foi um dos revestimentos mais utilizados no estado; a cadeira de palhinha da sala de visitas da minha avó era uma cadeira thonet, e aquele móvel que ficava o filtro de barro da casa do interior era uma bilheira³ (imagem abaixo), e aquele ambiente nos fundos era uma varanda de refeições; todos esses elementos tinham uma história a contar e faziam parte do repertório arquitetônico produzido e/ou difundido no Piauí.

A casa dos meus avôs, situada no centro da cidade, além de um lugar de fortes memórias afetivas e de elementos cheios de história e mobiliários que só depois eu conheceria -

¹ TEIXEIRA, Marina Lages Gonçalves. Teresina (1890 - 1920): indústria, ferrovia e arquitetura. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

² "O ladrilho de barro cozido foi o piso mais difundido e que melhor se identifica com as primeiras casa. Moldados em geral no formato 20x20x3cm, por vezes retangulares de 17,5x15cm, ou hexagonais, justamente com as tijoleiras foram os pisos mais utilizados nas primeiras casas urbanas, ainda frequente (Silva Filho, 2007b, p. 136).

³ Para Paulo Thedim Barreto (1938, p. 212), "Bilheiras, potes e redes são os objetos de maior adorno, os mais cuidados e, às vezes, requintadamente acabados [...] As bilheiras e potes ou bilhas de barro são os ornamentos das varandas, onde há grande número de exemplares, variando de forma e tamanho, colocados em série. São peças bonitas e bastante ornamentais" (BARRETO, 1938, p. 212).

como uma cadeira Savonarola, comprada nos anos 1970 –, fazia um percurso pela história de Teresina, suas praças e suas casas de feições ecléticas. Junto com a escola que estudei durante catorze anos, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1906, também localizado no centro fundacional, me trouxeram o gosto pela história, pelo antigo e o sentimento de pertencimento por aquela região.



Figura 1 - Bilheira em casa da tia avó.
Fonte: acervo de Renan Caldas (2018).



Figura 2 - Cadeira Savonarola da casa da avó.
Fonte: acervo de Wildson Gonçalves (2019).

Na bibliografia dessa disciplina um único autor: Olavo Pereira da Silva Filho. Seu livro - *Carnaúba Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*⁴ - em três volumes trouxe um panorama de uma história da arquitetura ainda desconhecido por mim em quase três anos cursados de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Piauí. Me fez valorizar mais a produção e a cultura locais, e mais, instigou o meu interesse pela pesquisa dentro do tema.

Outra disciplina da graduação, não menos instigante - Arquitetura Brasileira - me apresentou a professora doutora Alcília Afonso, me apresentou a arquitetura moderna brasileira, sobretudo a produzida no Nordeste, e a carreira de docente de arquitetura e pesquisadora. Com orientação dela fiz iniciação científica voluntária, onde tive a oportunidade de entrar em contato com a pesquisa científica e me envolver um pouco mais com a história da cidade de Teresina. A professora Kaki, como é chamada, grande incentivadora e professora passou à minha orientadora do trabalho final de graduação. Ela, conhecendo minha história familiar, lembrou-me da ligação que eu tinha com as fábricas, sugeri que eu conhecesse uma antiga usina de açúcar localizada na zona rural

⁴ SILVA F., Olavo Pereira da. *Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

de Teresina, em estado de ruínas, para que a documentasse e projetasse uma intervenção.

Sobre as fábricas, como disse na introdução da dissertação de mestrado

[...] tenho a lembrança perfeita de uns vinte anos atrás, do cheiro do barro do tijolo recém moldado, da telha recém cortada, ainda úmidos, sem passar pela secagem e pelo forno. Tenho a nítida lembrança da textura e da temperatura daqueles brinquedos diferentes que minha mãe me dava aos sábados, na visita à cerâmica do meu avô. Aquele entra e sai de gente, de fumaça, de esteiras com milhares de pecinhas de barro escuro e todas aquelas casas que eu ouvia minha mãe falar, fizeram parte da minha rotina por praticamente a vida inteira (TEIXEIRA, 2019, p. 13).

No trabalho final de graduação propus uma intervenção nas ruínas com o objetivo de transformá-la numa escola técnica destinada à população local, como uma forma de devolver àquelas pessoas o lugar que foi central na vida de seus pais e avós e que as levaram a ocupar aquela região. A mesma ainda de que ainda permanece isolada dos centros da cidade, sem estrutura urbana suficiente, como a oferta de escola de ensino médio e transporte público eficiente (TEIXEIRA, 2014).

A partir daí, passei a trabalhar dentro da temática do patrimônio industrial, que me acompanharia até o mestrado. O trabalho final de graduação me mostrou as peculiaridades e a complexidade da arquitetura industrial, que considera o mesmo como todo e qualquer vestígio dessas atividades produtivas: edifícios de produção, armazenagem, máquinas, habitações e etc. E, além disso, a grandiosidade da Usina Santana, fundada na primeira década do século XX, e mostrando também a crueldade do abandono dos vestígios das enormes estruturas arquitetônicas, mas também de toda uma comunidade que trabalhou por muitas décadas na fábrica e ainda habita suas redondezas.

Como continuidade da minha formação, ingressei no curso de especialização em *Práticas Projetuais em Arquitetura e Engenharia*, e tentei dar seguimento ao levantamento sobre arquitetura industrial, elaborando o artigo para obtenção do título de especialista - Patrimônio Industrial Piauiense - que fazia uma pesquisa preliminar dos seguintes vestígios de fábricas: Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense, a Casa Pirajá, Vila Cerâmica, Cerâmica Ininga, Cerâmica Poti, Cerâmica Cil, uma chaminé de Cerâmica e o aqueduto do Pirajá (TEIXEIRA, RODRIGUES, 2015).

Esse artigo deu início ao projeto de pesquisa do mestrado apresentado ao processo seletivo do Programa de Pós Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo. Os objetos de pesquisa e o recorte temporal sofreram algumas alterações até se definir em apenas três: Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense, Usina Santana e Estação Ferroviária de Teresina; a fim de entender os impactos do mesmo na construção e transformação urbana da cidade.

Iniciando o curso de mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU USP), em 2016, ainda carregava um discurso aprendido desde a escola: o de que vinha de um estado pobre, atrasado e adaptado às condições que o Piauí carregava. Precisei ser corrigida por professores e minha própria pesquisa conseguiu me mostrar uma Teresina alinhada, com as devidas proporções, à produção da arquitetura e da indústria: grandes estruturas metálicas importadas da Inglaterra utilizadas em conjunto com técnicas construtivas tradicionais, empregadas nas primeiras décadas de fundação da cidade. Uma mudança importante não só de discurso, mas também um importante momento do (re) conhecimento da minha cidade natal – e, conseqüentemente, do estado do Piauí –, como parte de um todo, de forma a não repetir e perpetuar o discurso do atraso e pobreza.

E, mesmo nos deparando inúmeras vezes com essa narrativa mais conhecida, pudemos perceber nesse levantamento para o mestrado que a cidade Teresina “teve a organização do seu território e de sua malha urbana, em grande parte associadas às demandas da indústria” (TEIXEIRA, 2019, p. 220). E foi possível comprovar nas pesquisas desenvolvidas que

Estas indústrias causaram profundos impactos no cotidiano e na forma da cidade. Geraram novos bairros – como o Núcleo Urbano Santana e o Bairro Vila Operária – onde se concentraram precárias moradias habitadas por trabalhadores. No cenário urbano, introduziram chaminés e novas tipologias construtivas. Seus galpões de fachadas mais ou menos amplas e pouco ornamentadas testemunhavam a inserção da cidade no mundo da produção industrial (TEIXEIRA, CORREIA; 2018, p. 376).

Entre as pesquisas sobre a produção industrial no estado chegamos também à questão do ensino técnico e profissional no Piauí, no bojo das iniciativas do governo federal para desenvolvimento do país. Uma parte desse percurso foi trabalhada no artigo “Escola Industrial de Teresina (1950): projeto arquitetônico e educacional” que trata do ensino industrial, do Estabelecimento dos Educandos e Artífices, posteriormente Escola de Aprendizes Artífices de Teresina, Liceu Industrial e, até o recorte definido, Escola Industrial de Teresina; recebendo um projeto arquitetônico nos anos 1950 de Renato Soeiro, Thomaz Estrela, Jorge Ferreira e Renato Mesquita. Tal projeto, que não se tem

registros de sua execução, foi divulgado em revistas nacional - *Arquitetura e Engenharia* - e internacional - *L'architecture D'aujourd'hui*, e no livro de Henrique Mindlin, *Modern Architecture in Brasil*, de 1956 (MITRE; TEIXEIRA, 2019; MITRE; TEIXEIRA, 2020).

A pesquisa de mestrado iniciou as buscas por prédios, suas técnicas construtivas e projetos. Mas acabou demonstrando nuances mais valorosas, como a temática dos trabalhadores, das operárias mulheres e suas dificuldades, pela precariedade das moradias e pela violenta lógica da modernização e embelezamento das cidades que expulsaram os pobres dos centros urbanos nas décadas de 1920 e 1930. Na dissertação "tento contar um pouco dessa história sobre outras fábricas, tentando costurar uma parte do enredo que não se conta sobre Teresina" (TEIXEIRA, 2019, p. 14).

Mais do que tentar analisar projetos e ocupações urbanas, aprendi que cada prédio conta parte de uma história feita de/por pessoas. História essa que vem dando lugar ao abandono, estacionamentos, farmácias e paradas de ônibus mal construídas. Todas essas pesquisas têm o objetivo da preservação desse acervo a partir da documentação, mas com o desejo de que nos próximos anos o Piauí, e Teresina, lugar onde passei a maior parte da vida, ainda possam contar suas histórias a olhos vistos e que seus habitantes e visitantes possam ter a oportunidade de conhecer nossa história e, assim, preservar a cidade onde a matéria vida é tão fina.

E dentro dessa tentativa de (re)conhecimento de Teresina, bem como sua historiografia, surgem alguns questionamentos e um levantamento inicial sobre foi apresentado e publicado como artigo "Produção da Historiografia da Arquitetura e Urbanismo no Piauí" (TEIXEIRA; DUQUE, 2018). No construir da dissertação, as reflexões sobre a narrativa consolidada sobre a cidade e o plano elaborado por João Isidoro França se tornaram mais incisivas: poderia realmente ser considerado um plano? Ou apenas um esboço simples de um esquema de quadriculas já tão utilizado nas cidades portuguesas? Ou até mesmo com referências mais antigas como o traçado hipodâmico? Seria mesmo Teresina uma cidade planejada? E mais: seria verdadeiro o discurso construído sobre a primeira comunidade da Vila do Poty como um lugar insalubre pelas proximidades com as lagoas? Teria esse discurso influência na situação atual dessa comunidade⁵? Seguimos em busca dessas respostas.

⁵ A comunidade do Poty Velho, ou da Boa Esperança, como é conhecida a região, sofre hoje com iniciativas do projeto Lagoas do Norte, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Teresina e financiado pelo Banco Mundial, que a considera região insalubre com risco de alagamentos - um discurso muito difundido desde antes de 1852, quando data a fundação da cidade que designa o centro fundacional quilômetros longe da vila

Para entender o contexto da indústria piauiense, para a elaboração da dissertação, foi necessário entender também o percurso econômico do estado. A partir dos levantamentos dentro desse viés da história do Piauí, surgiram personagens estrangeiros e brasileiros que passaram pelo território piauiense descrevendo registrando suas paisagens, costumes, a organização de algumas cidades, e até detalhes sobre as construções encontradas. Surgiu a indagação sobre a relevância desses registros para o campo da arquitetura e do urbanismo e sua possível contribuição à historiografia especializada. Assim construiu-se o projeto de pesquisa de doutorado "Sertão Piauí: a construção do sertão piauiense a partir da literatura de viagem", aprovado no processo seletivo realizado nos fins de 2018, orientado pela professora doutora Maria Angela Bortolucci, e desde maio de 2020 apoiado pela CAPES.

O projeto de doutorado considera três categorias de materiais: *primeiras representações e descrições do território* (1697-1765), *reconhecimento do território a partir dos viajantes* (1728-1912), *expedições brasileiras organizadas por instituições* (1912-1938). E assim, desenvolvemos essa pesquisa a partir de 2019, sob a hipótese de que

os relatos e representações sobre o território piauiense produzidos por viajantes do século XVIII e XIX auxiliam na construção de um produto imagético-discursivo que é o sertão piauiense; e as abordagens acerca da sua arquitetura e organização espacial superam limites da historiografia especializada.

E dentro das tentativas de reconhecimento dessa literatura de viagem, temos também discursos do que se considera invenção e ou construção de territórios e nações – *La invención de América*⁶, *A construção do Brasil*⁷, *A invenção do Nordeste*⁸, e tantos outros – dizem muito sobre a cultura desses estrangeiros, mas também constroem nosso próprio discurso sobre nosso povo e nossas terras. Trabalhamos nessa pesquisa com imagens verbais e não verbais: num universo de diários e cadernos de viagens, ilustrações, pinturas, mapas, cartas, relatórios e inúmeras fotografias. A tentativa é fazer

da primeira povoação –, e prevê a retirada de uma parte considerável das casas para dar lugar a áreas urbanizadas a fim de prover saneamento básico.

⁶ O'GORMAN, Edmond. *La invención de América*. México: Lecturas Mexicanas 63, 1992.

⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591 – 1808)*.

⁸ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

um paralelo com demais viagens pelo Brasil, demais publicações em literatura e todo o discurso consolidado sobre os sertões brasileiros.

Essa pesquisa tem como objetivo também tornar acessível pelo menos parte desses documentos inéditos e uma imagem talvez ainda desconhecida dos sertões piauienses, imagem verbais e não-verbais não só do modo de construir ou da organização das comunidades e cidades, mas também dos costumes, dos modos de viver e morar do homem sertanejo do Piauí.

Alguns primeiros resultados acerca dessa pesquisa iniciada em meados de 2019, com um enfoque nas metodologias de historiografia da literatura, foram publicados no artigo "A narrativa dos viajantes pelo Piauí: uma aproximação com a Teoria da Estética da Recepção", que pertence a edição 9 da Revista ARA. Nessa publicação consideramos os viajantes como leitores do Piauí — dentro dessa analogia, a literatura — e lança alguns questionamentos ainda pertinentes à pesquisa de doutorado: "Qual é o Brasil dos sertões? O que é sertão? Onde é o sertão? O que delimita o sertão? Qual a narrativa dos sertões? O Piauí é sertão? O sertão piauiense faz parte da grande narrativa? O sertão piauiense seria diferente do resto do Brasil dos sertões?" (TEIXEIRA; BORTOLUCCI, 2020, p. 55).

Todos os questionamentos aqui apresentados durante essa curta experiência na pesquisa em arquitetura e urbanismo fazem parte das infinitas reflexões que hoje constroem a pesquisa de doutorado em andamento; as publicações trazem as poucas respostas que fomos encontrando no percurso e as muitas inquietações que acabam por influenciar na atuação docente e mesmo gerar pesquisas paralelas. Todas essas iniciativas reúnem um interesse especial pelo Piauí e sua produção e a tentativa de (re)conhecimento e preservação do patrimônio histórico piauiense.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

BARRETO, Paulo Thedim. Piauí e sua Arquitetura. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.2, 1938.

DUQUE, Raiane Rosi; TEIXEIRA, Marina Lages Gonçalves. **PRODUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA E URBANISMO NO PIAUÍ**. In: Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Anais. Belo Horizonte(MG) UFMG, 2018.

ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares**: subsídios para a sua historia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591 – 1808). 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: José Olympio Editora; Editora da Unesp, 2012. v. 1. 616p.

MITRE, A. B.; TEIXEIRA, M. L. G. **Escola Industrial de Teresina (1950)**: projeto arquitetônico e educacional. Labor e Engenho, v. 13, p. e019012, 8 nov. 2019.

DOI: <https://doi.org/10.20396/labore.v13i0.8656120>

MITRE, A.; TEIXEIRA, Marina Lages G. . **Notas sobre a estruturação da Educação Industrial em Teresina (1847-1942)**. In: I Encontro Nacional Arte e Patrimônio Industrial, 2019, Campinas. Anais do I Encontro Nacional Arte e Patrimônio Industrial, 2019.

O'GORMAN, Edmond. **La invención de América**. México: Lecturas Mexicanas 63, 1992.

SILVA F., Olavo Pereira da. **Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

TEIXEIRA, Marina Lages Gonçalves. **Teresina (1890 – 1920)**: indústria, ferrovia e arquitetura. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019. doi:10.11606/D.102.2019.tde-25112019-102738. Acesso em: 2020-09-21.

TEIXEIRA, Marina Lages G.; RODRIGUES, I. M. . **Patrimônio industrial Piauiense**: Entre o apogeu econômico e o abandono. In: Alcília Afonso; Víctor Guimarães. (Org.). Práticas Projetuais em Arquitetura: Um olhar multidisciplinar. 1ed.Teresina: Gráfica Cidade Verde, 2015, v. , p. 27-40.

TEIXEIRA, Marina Lages G.; MELO, A. A. A. **Usina Santana.Teresina.Piauí**: novos usos para o patrimônio industrial no nordeste brasileiro.. In: XVII Jornadas Internacionales de Patrimonio Industrial, 2015, Gijón. Los ojos de la memoria, 2015.

TEIXEIRA, Marina Lages G.; RODRIGUES, I. M. . **Patrimônio Industrial Piauiense**: Entre o apogeu econômico e o abandono. In: XVII Jornadas Internacionales de Patrimonio Industrial, 2015, Gijón. Los ojos de la memoria, 2015.

TEIXEIRA, M. L. G.; CORREIA, T. DE B. **Teresina [PI]**: a capital planejada e sua indústria (1850-1920). Labor e Engenho, v. 12, n. 3, p. 359-377, 1 out. 2018.

DOI: <https://doi.org/10.20396/labore.v12i3.8652841>

TEIXEIRA, Marina Lages G.; MITRE, A. B. **Arquitetura Ferroviária Piauiense**: tipologia e estética. In: I Encontro Nacional Arte e Patrimônio Industrial, 2019, Unicamp. Anais do I Encontro Nacional Arte e Patrimônio Industrial, 2019.

TEIXEIRA, M.; BORTOLUCCI, M. A narrativa dos viajantes pelo Piauí: uma aproximação com a Teoria da Estética da Recepção. **Revista ARA**, v. 9, n. 9, p. 53 - 75, 27 maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8354.v9i9p53-75>

Das histórias de família à pós-graduação: trajetória de pesquisa em arquitetura e urbanismo

From family stories to the postgraduation / graduate school: a research trajectory in architecture and urbanism

De las historias de familia al posgrado: trayectoria de investigación en arquitectura y urbanismo

Mateus Azadinho Micalli [13]

[13] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), vinculado à área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, com o projeto de pesquisa *Fazenda Glória: Arquitetura, cotidiano e paisagem rural no município de Taquaritinga-SP*, sob orientação da Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci, financiado pela CAPES (2019-2021). Atua na linha de pesquisa Territórios e Cidades: Transformações, Permanências, Preservação. Faz parte do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios, desde o ingresso no Programa de Pós-Graduação (2018). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (2016), instituição em que realizou a pesquisa *A utilização de sistemas de captação de água pluvial em projetos residenciais unifamiliares*, como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob orientação da Profa. Dra. Marcela Cury Petenusci (2015-2016). Desenvolve pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em arquitetura brasileira, arquitetura rural paulista, patrimônio cultural, cotidiano e modos de vida dos séculos XIX e XX e paisagem cultural.

<http://lattes.cnpq.br/5892971011845974>

mateus.micalli@usp.br

Propõe uma reflexão sobre a trajetória de pesquisa do autor e traz relatos críticos de sua vivência profissional. Considera a relevância do convívio familiar na casa de seus avós maternos em Taquaritinga, o qual teve papel indispensável para suas escolhas. Identifica a importância dos docentes que teve contato na Universidade, pois, foi através das discussões em sala de aula e da bibliografia por eles utilizada que o instigou a buscar responder suas inquietações. Analisa três momentos chave de sua carreira até o presente, a partir da tomada de decisão para ingresso no curso de arquitetura e urbanismo: o despertar pela área acadêmica, através da pesquisa de iniciação científica; a consolidação propiciada pelas aulas de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e de Técnicas Retrospectivas, que resultou na realização do trabalho de conclusão de curso que teve como objeto uma antiga fazenda cafeeira de Taquaritinga, a fazenda Contendas; e, por fim, a continuação da busca por respostas na Pós-Graduação. Resulta em um breve balanço pessoal, no qual são identificados os agentes e as inspirações desde sua infância até o momento atual, como aluno do Programa de Pós-Graduação no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, da Universidade de São Paulo.

Introdução

Acompanho, já há alguns anos, os trabalhos realizados pelo Grupo de Pesquisa *Patrimônio, Cidades e Territórios* vinculado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU.USP), o qual é coordenado pela Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci. Considero a temática abordada pelos pesquisadores deste, relacionada ao patrimônio cultural, de extrema relevância, sobretudo, para que questionemos o momento contemporâneo em que vivemos, de frequente negação do passado e projeção de um futuro ausente de referências, estas tão importantes e intrínsecas ao ser humano.

Atualmente sou integrante do grupo de pesquisa supracitado e fico honrado pela oportunidade de participar da discussão através deste trabalho, pois, assim como os outros membros, fui convidado a realizar uma reflexão sobre minha trajetória de pesquisa e a trazer relatos críticos acerca de minha breve vivência profissional. Neste sentido, ao pensar a respeito, procurei os motivos pelos quais me interessei pela área de arquitetura e urbanismo, especialmente pelo tema do patrimônio cultural. Descobri que não precisava ir muito longe pois meus motivos estão ligados a questões de afeto, carinho e de meu convívio com minha família, especialmente às histórias que ouvi na casa de meus avôs maternos, em Taquaritinga, em minha infância.

Eu estudava no quarteirão ao lado, no Colégio Pequeno Príncipe, e quando minhas aulas terminavam era para a casa de minha avó Llydia que eu ia. Em sua casa, especialmente nos almoços de domingo, histórias eram contadas a respeito de familiares que não tive a oportunidade de conhecer. Estas tinham como personagens a distante tia Leontina e a carinhosa bisavó Cecília, o irreverente avô Arlindo e de meu elegante bisavô, chamado por todos de "vô Chico". As histórias também passaram a ser contadas sobre vô Llydia após seu falecimento em 2001, pessoa de origem simples e de pouco estudo mas que se mantém em nossa memória afetiva como uma mulher corajosa, firme e que prezava por manter vivas as raízes familiares.

Uma de minhas histórias preferidas era a respeito de "vô Chico", imigrante português que nasceu em 18 de outubro de 1891 na freguesia de São Pedro de Alva, mais precisamente em Penacova (atual distrito de Coimbra). Meus familiares contam que por volta de meados da década de 1910, ele se casou com uma senhora chamada Maria Pinto, brasileira e descendente de uma rica família que possuía alqueires de terras e imóveis destinados a plantação e comercialização de café, nos municípios de Boa Esperança do Sul e Trabiju-SP. Daí em diante, "vô Chico" passou a trabalhar em um dos armazéns

comerciais de seu sogro, porém, quando a empresa familiar foi à falência, ele ateou fogo ao estoque de café possivelmente por conta das oscilações dos preços do produto. Em um cenário decadente de receitas geradas pela lavoura cafeeira, meu bisavô passou a trabalhar como funcionário público na Coletoria do Estado de São Paulo e, ao se aposentar, ingressou no curso de arquitetura e urbanismo com mais de 60 anos de idade. Não sabemos se ele chegou a atuar na profissão, mas a história de vô Chico é contada de maneira orgulhosa por todos de minha família e me inspira a descobrir mais sobre o tempo que se passou.

De alguma forma seguindo os passos de meu bisavô, e tendo como norte as histórias narradas na casa de vô Llydia, ingressei no curso de arquitetura e urbanismo em 2012. Na universidade me ative às matérias necessárias para minha formação, porém, curioso que sempre fui e inspirado por meus professores, realizei minha iniciação científica e tive um primeiro contato com a pesquisa acadêmica. Porém, foram nas aulas de Teoria e História e de Técnicas Retrospectivas que mais me realizei ao conhecer a temática relacionada ao patrimônio cultural. Já no último ano da graduação efetuei uma investigação muito gratificante ao escolher como objeto de pesquisa um antigo núcleo cafeeiro de Taquaritinga, a fazenda Contendas, momento em que me aproximei de trabalhos sobre o tema e que pesquisei pela primeira vez sobre arquitetura rural.

Durante o período da investigação descobri que a meio rural e os modos de vida paulistas são assuntos muito discutidos pela bibliografia contemporânea, porém, mesmo que as atuais práticas de preservação do patrimônio edificado brasileiro tenham sinalizado redirecionamentos significativos na atual década, a arquitetura rural ainda permanece muito à margem de uma política de preservação realmente efetiva pelos órgãos governamentais das esferas federal e estadual. Soma-se a este cenário o predomínio desconhecimento por parte da população acerca da importância e, até mesmo, da existência destes locais. Juntos estes fatores configuram-se como fortes ameaças para a sobrevivência e o mantimento destes representantes de épocas passadas, bem como incorremos a ter, neste cenário, um futuro, senão totalmente ausente de representantes do período ao menos com poucos exemplares (MARINS, 2013).

Neste âmbito identifiquei que pesquisas sobre o município de Taquaritinga são escassas, sobretudo de seu meio rural – praticamente inexistentes. Portanto, a partir de fins de 2016 e ao longo de 2017 me preparei para prestar o processo seletivo para ingressar no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU.USP. Ao final, felizmente, fui aprovado e desde março de 2018 realizo uma interessante pesquisa a respeito da arquitetura e do cotidiano de outro núcleo rural de

meu município, a fazenda Glória, com a ajuda de minha orientadora Profa. Maria Angela Bortolucci.

É interessante notar como pequenas coisas carregam significados intimamente ligados conosco. As histórias contadas na casa de minha avó Llydia sobre "vô Chico" me inspiraram a ingressar no curso de arquitetura e urbanismo, local em que minha curiosidade me levou a buscar em minha iniciação científica e, depois, em meu trabalho de conclusão de curso uma resposta para as minhas inquietações. É verdade que sequer conheci meu bisavô, porém suas histórias estão intimamente enraizadas dentro de mim e me movem adiante, a querer descobrir e a me perguntar: o que aconteceu naquela época? Como isso tudo afetou a sociedade e, principalmente, as fazendas de café? Como se encontram atualmente estes espaços? Ainda existem? Essas, dentre outras questões, ainda não sou capaz de responder de maneira segura, porém sinto que é uma forma que encontrei de me aproximar de "vô Chico", bem como estou sendo chamado a contribuir, mesmo que minimamente, para o mantimento da memória destes antigos lugares de produção (CORREIA & BORTOLUCCI, 2013).

No momento desta publicação, como aluno de Mestrado do PPGAU IAU.USP e participante do Grupo de Pesquisa Patrimônio Cidades e Territórios, considero que além de minhas inspirações pessoais, já comentadas, são relevantes três momentos de minha carreira até aqui. Portanto, realizo uma reflexão pessoal em que me proponho a discutir minha trajetória: primeiro sobre meu despertar pela pesquisa, através da realização de minha iniciação científica; em seguida, a consolidação através de meu trabalho de conclusão de curso; e, finalmente, meu momento atual como mestrando.

De um momento de crise, o despertar: os tempos de iniciação científica

Em meados de 2015 eu me encontrava no quarto período da graduação e, assim como as demais turmas, inclusive as mais antigas, possuíamos uma carga horária elevada dedicada ao estudo do urbanismo desde o primeiro semestre. Coube à professora Vera Lucia Blat Migliorini¹ o papel de nos guiar ao entendimento deste complexo e indispensável universo para a formação do arquiteto e urbanista. A docente sempre trouxe em suas aulas discussões interessantes a respeito da bibliografia nacional e

¹ A professora Vera Lucia Blat Migliorini possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP, bem como é mestre e doutora em Engenharia de Construção Civil e Urbana pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Para mais informações, ver CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0456754721432538>>.

estrangeira sobre a questão, utilizando, em especial, as contribuições metodológicas discutidas por José Manuel R. G. Lamas em "*Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*". Além disso, ela nos incentivava a pensar o urbanismo como forma de lidar com problemas contemporâneos, e a buscar alternativas para ocupação do território de maneira mais justa, igualitária, que melhor respeitasse as questões ambientais e que contribuísse para que o indivíduo usufruísse o meio urbano em que vivia.

Me lembro que discutíamos em uma de suas aulas acerca da importância da água para a vida no planeta terra, e em como fatores antrópicos prejudicam a reposição deste importante recurso no meio natural. Tomamos como exemplo a crise hídrica pela qual passava a Região Metropolitana de São Paulo, em especial na região do Sistema Cantareira², ao longo dos anos de 2014 a 2015. De acordo com as reportagens e pesquisas sobre o assunto, o evento foi uma das maiores secas da localidade já vistas na história e ocorreu, dentre outros possíveis fatores, pela combinação de "[...] baixos índices pluviométricos

[...], o grande crescimento da demanda de água, a ausência de planejamento adequado para o gerenciamento do recurso hídrico e a ausência de consciência coletiva para o uso racional da água [...]" (MARENGO, et al., 2015, p.33).

Considero que o assunto discutido por ela em sala de aula contribuiu para meu despertar para a pesquisa acadêmica, pois me lembro de ter perguntado à professora Vera como o urbanismo sustentável, aplicado a um projeto arquitetônico de qualidade, poderia contribuir para amenizar os problemas relacionados à falta d'água, sobretudo naquele momento de crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo – problema que poderia se estender para demais regiões brasileiras no futuro próximo. Como de costume a resposta não veio pronta, de praxe para nos fazer refletir, e talvez esta tenha sido a centelha que me instigou a procurar respostas e realizar minha Iniciação Científica.

Daquele momento em diante tive o interesse em pesquisar sobre os sistemas de captação de água de chuva e sua aplicação ao projeto de arquitetura. O tema fugia um pouco da área do urbanismo e de professora Vera – sua atenção estava, principalmente, voltada a questões relacionadas ao planejamento e projeto do espaço urbano. Assim, a docente me sugeriu procurar outro orientador (a) que melhor contribuísse para a

² O Sistema Cantareira localiza-se na divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. É um complexo de represas considerado como um dos maiores sistemas de abastecimento de água potável do mundo, pois, produz 33 mil litros de água por segundo. Este abastecia, pelo menos até 2014, cerca de 8,8 milhões de pessoas instaladas na Região Metropolitana de São Paulo, dentre outros municípios próximos (ANA, 2014 apud MARENGO, et al., 2015).

realização de meu trabalho, no caso a professora Marcela Cury Petenusci³ e, conhecendo sua competência, sobretudo em questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade aplicada ao projeto arquitetônico, pensei que estaria procurando a orientadora certa para a realização de minha iniciação científica⁴.

Além da recepção calorosa de professora Marcela, sua experiência na área contribuiu desde o primeiro momento para a realização de nossa investigação. Dessa maneira, ao longo do segundo semestre de 2015 e do primeiro de 2016 realizamos a pesquisa que teve como objetivos elencar os principais sistemas de captação e armazenamento de água de chuva para reuso, destinado ao uso urbano residencial unifamiliar, e identificar como estes modelos foram aplicados em projetos de arquitetura já executados.

Primeiro realizamos uma revisão bibliográfica para aproximação do tema relacionado ao reuso de água de chuva, bem como analisamos catálogos comerciais para identificação dos sistemas disponíveis. Em seguida escolhemos três projetos arquitetônicos que utilizaram o reaproveitamento de água pluvial e os comparamos com vistas a identificar em quais etapas do projeto, ou da execução, tais sistemas foram inseridos e quais os possíveis acertos e conflitos relacionados ao processo de elaboração dos mesmos (ver Figura 1). As obras escolhidas foram: Residência Sardinera (fotografia n^o1)⁵; "*Vivendo no meu barco. Casa para um pescador*" (fotografia n^o2)⁶; e, por fim, uma casa do semiárido

³ A professora Marcela Cury Petenusci possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela EESC USP, mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Engenharia Ambiental pela EESC USP. Para mais informações, ver CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0131178436516835>>.

⁴ O Professor Dr. Anderson Manzoli também teve papel importante na pesquisa ao nos trazer referências e ideias para a realização da mesma. Este possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de São Carlos, mestrado e doutorado em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo. Para mais informações, ver CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3694013440887067>>.

⁵ A *Residência Sardinera*, do arquiteto Ramón Esteve, localiza-se na Espanha, mais precisamente na Platja del Portixol, às margens do Mar Mediterrâneo. A habitação conta com um sistema de captação de água de chuva para reuso, pensado como partido. O projeto é disponibilizado pelo Portal Archdaily Brasil, através do link: <<http://www.archdaily.com.br/br/768754/residencia-sardinera-ramon-esteve>>. Para mais informações e outros projetos do arquiteto, ver: <https://www.ramonesteve.com/>.

⁶ O protótipo "*Vivendo no meu barco. Casa para um pescador*", do arquiteto Andrés Orellana, foi idealizado para uma comunidade de pescadores da Venezuela, mais precisamente para uma comunidade de pescadores na Isla de La Tortuga, localizada às margens do Mar do Caribe. A proposta é disponibilizada pelo Portal Archdaily Brasil, através do link: <<https://www.archdaily.com.br/br/611037/venezuela-prototipo-de-habitacao-para-pescadores-potencializa-as-qualidades-de-suas-comunidades>>. Para mais informações sobre o arquiteto, ver: <https://ar.linkedin.com/in/andr%C3%A9s-orellana-64906941>.

brasileiro equipada com um sistema de captação pluvial (fotografia nº3), implantado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)⁷.

Com a pesquisa concluímos que os sistemas de captação e armazenamento de água de chuva, para reuso, em habitações urbanas e unifamiliares são geralmente instalados após o desenvolvimento dos projetos de arquitetura e a execução da obra. Consideramos que esta solução pode acarretar em muitas adaptações, trazer elementos pouco harmônicos e não necessariamente funcionais para as edificações. Porém, mesmo assim, identificamos que já existem projetos que utilizam destes sistemas de captação de água pluvial como partido arquitetônico, o que pode resultar em melhores composições e até mesmo em melhor aproveitamento da água coletada, como é o caso da *Residência Sardinera* e a proposta " *Vivendo no meu barco*".



Figura 1: Comparação de Projetos na pesquisa de Iniciação Científica. Fonte: Fotografia 1 - APOLLONIO (2019); Fotografia 2 - ORELLANA, FRANCO (2014); Fotografia 3 - Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), (2016).

⁷ A proposta foi implantada pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), pelo Programa 1 Milhão de Cisternas. Para mais informações sobre a Organização e o Projeto, ver: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Para mais informações sobre a ASA, ver: <https://www.asabrasil.org.br/>.

Ao final entregamos um relatório contendo todas as etapas e as informações por nós coletadas e analisadas à Pró Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto-SP, representada pela Profa. Dra. Elizabete David Novaes⁸. Ademais, produzimos um artigo científico a partir de nossa pesquisa, o qual foi publicado na Revista Multidisciplinar de Iniciação Científica da universidade (Ano 7 - No.7 - 2015)⁹. Por fim, apresentamos o trabalho no 9^o Simpósio de Iniciação Científica da instituição - realizado em novembro de 2016.

Considero que o período de iniciação científica foi muito importante para minha formação como arquiteto e urbanista. Interessante, no entanto, é notar como as aulas e orientações de professora Vera e Marcela, respectivamente, contribuíram para chamar minha atenção para o universo da pesquisa acadêmica, que também é campo fértil para atuação profissional. Deixo aqui meu agradecimento por sempre terem tentado inspirar seus alunos, e também a mim.

Das aulas de Teoria e História e de Técnicas Retrospectivas, ao trabalho de conclusão de curso

Mesmo pesquisando na área de projeto de arquitetura e sustentabilidade em minha iniciação científica, sempre mantive uma ligação muito forte com o passado e tinha o desejo de entender mais sobre a história. Pergunto-me de onde veio tamanho interesse e considero que, em grande parte, é graças ao ambiente familiar que vivi na casa de minha avó Llydia. Ademais, penso que as disciplinas que tive contato na universidade também contribuíram para despertar meu interesse pelo assunto. Esta ligação enraizada dentro de mim somada aos conhecimentos adquiridos nas aulas, contribuiu para que eu me identificasse com o tema do patrimônio cultural e me incentivou a realizar meu trabalho conclusão de curso ao longo de 2016.

Desde o segundo ano da graduação tínhamos em nossa grade curricular a disciplina de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, ministrada pelo professor Francisco

⁸ A professora Elizabete David Novaes possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma instituição. Para mais informações, ver CV Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/5578922379073274> >.

⁹ Para mais informações sobre a revista e o artigo por nós produzido, acessar publicação no link (p. 84-99): <<http://www.estacioribeirao.com.br/arquivos/revistamultidisciplinar/RMD2015.pdf>>.

Gimenes (*in memoriam*)¹⁰. O docente apresentava slides contendo, em sua maioria, apenas imagens – talvez uma criativa didática de nos fazer prestar atenção ao seu raciocínio, para que aprendêssemos. Ademais, as referências bibliográficas sugeridas por ele eram vastas e abordavam questões relacionadas à arquitetura e às cidades, desde a antes da Revolução Industrial até o momento de decadência do movimento modernista, em meados do século XX. Lembro-me, dentre tantas outras, de algumas obras que ele nos incentivava a ter contato, como, por exemplo: "*Paraíso Paleotécnico: Coketown*", de Lewis Mumford; "*O urbanismo*", de Françoise Choay; "*História da Arquitetura Moderna*", de Leonardo Benévolo; "*Arte Moderna*", de Giulio Carlo Argan; "*Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*", de Anatole Kopp, etc. Em resumo, suas aulas sempre me despertaram muito interesse, bem como exigiam dedicação – era o momento da semana em que eu podia ficar mais próximo dos temas que mais gostava, o passado e a história.

Contudo, foi a partir do quarto ano que mais me identifiquei ao ter meu primeiro contato com a disciplina de Técnicas Retrospectivas, ministrada até então por professor Marcelo Carlucci¹¹. O docente nos passou o aporte teórico necessário a respeito do nascimento do conceito do patrimônio cultural, bem como questões relacionadas às teorias de restauro e de intervenções em edificações, conjuntos e sítios de interesse patrimonial. Suas aulas eram embasadas em textos de pensadores como William Morris, John Ruskin, Quatremère de Quincy, Camillo Sitte, Viollet-le-Duc, Cesare Brandi, Camillo Boito, dentre outros. Ele também trazia exemplos de intervenções contemporâneas e sempre abria espaço para debates em classe, os quais geravam discussões acaloradas e opiniões contrárias a respeito do que deveria ou não ser feito em cada caso.

Lembro-me que discutíamos em uma de suas aulas a respeito da inundação ocorrida no município de São Luiz do Paraitinga-SP no ano de 2010, catástrofe natural que devastou o conjunto urbano e o centro histórico local. Ao pesquisar a respeito é possível identificar que o desastre ocorreu, dentre outros fatores, pelo acúmulo de chuvas entre os meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010, o que elevou o nível do rio por volta de 11 metros

¹⁰ Infelizmente, nosso querido professor Francisco Gimenes (Chiquinho) faleceu em setembro de 2015. Além mestre em Arquitetura e Urbanismo ele também era professor no Centro Universitário Moura Lacerda e do Centro Universitário Uniseb, ambos de Ribeirão Preto-SP. Fica aqui uma pequena homenagem ao nosso querido professor.

¹¹ O professor Marcelo Carlucci possui graduação em Direito pela universidade de São Paulo, em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Também é mestre pela EESC-USP e doutor em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Para mais informações, ver CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5012480667385885>>.

acima do normal e fez com que as águas atingissem importantes edificações locais. O resultado da tragédia foi emitido por meio de relatórios do Condephaat¹², em que

[...] dos 426 bens tombados, 65 foram seriamente danificados e 16 totalmente arruinados. Dentre os destruídos, além da igreja Matriz [...] estavam a Capela de Nossa Senhora das Mercês [...] - os principais símbolos do município; [...] (SILVA, 2017).

Quando tomamos conhecimento do ocorrido, mesmo em um momento posterior ao desastre, o espanto de nós alunos foi imediato. Porém, logo em seguida, a discussão sobre o projeto de reconstrução da Capela de Nossa Senhora das Mercês tornou-se pauta da aula e, o que era de se esperar, de imediato dividiu as opiniões da classe. A questão era complicada e orbitava sob uma linha tênue entre a positiva reconstrução do local, o que poderia contribuir para a memória coletiva do município, *versus* a criação de um "falso histórico" ou uma edificação nova com traços técnico-arquitetônicos que remontam ao passado. Talvez este fosse o intuito de professor Marcelo, pois, além de nos envolver em um contexto contemporâneo acerca do tratamento de bens culturais, também nos fez refletir a respeito do que é considerado aceitável ou não ao trabalhar em conjuntos de interesse histórico, de acordo com as teorias vigentes do campo do restauro.

Também foi através do docente que tive contato com outra categoria do patrimônio construído, a arquitetura rural. Em uma de suas aulas tive a oportunidade de ler partes da tese de Vladimir Benincasa (2008), na qual o autor faz um minucioso levantamento em inúmeros núcleos rurais do estado de São Paulo e aborda questões relacionadas à arquitetura e ao cotidiano destes. Minha identificação com o assunto foi imediata, ao ponto que no final de 2015 selecionei o tema para a realização de meu trabalho de conclusão de curso.

Orientado por professor Marcelo realizei, ao longo de 2016, uma pesquisa em um antigo núcleo rural de meu município de origem, a fazenda Contendas (ver Figura 2, fotografia 1). Identificamos que o exemplar participou da produção cafeeira paulista entre fins do século XIX e início do século XX, bem como até 1940 por lá funcionou uma usina para produção de açúcar a álcool anidro no local (fotografia nº2). Elencamos que foi realizada uma série de desmembramentos da área original da antiga propriedade, os quais deram origem a loteamentos residenciais do município, bem como: Jardim Contendas (década de 1960-1970) e as várias edições do Parque Residencial Laranjeiras (período entre 1980-

¹² Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Mais informações, ver: <http://condephaat.sp.gov.br/>.

2016¹³). Além de termos identificado a evolução da mancha urbana de Taquaritinga em direção à fazenda, também propusemos, através de um projeto, a revitalização da antiga Usina Contendas – edificação industrial que se encontrava abandonada, porém com possibilidades de recuperação. Também identificamos carências em equipamentos de esportes, cultura e educação no município, por isso, unimos o objetivo primeiro de revitalizar o prédio industrial ao atendimento desta demanda (fotografia nº3).



Figura 2: Trabalho de Conclusão de Curso – Sesc Contendas: Revitalização da Antiga Usina Contendas, de Taquaritinga-SP. Fonte: Fotografia 1 – BRAGA (s.d.); Fotografia 2 – Acervo do Autor (2016); Fotografia 3 – Acervo do Autor (2016).

¹³ Os empreendimentos do “Parque Residencial Laranjeiras” ainda estão sendo realizados. Até o momento, em 2019, existem cinco edições do loteamento senão completamente executadas já planejadas para lançamento em um futuro próximo.

O projeto intitulado "*Sesc Contendas: Revitalização da Antiga Usina Contendas, de Taquaritinga-SP*"¹⁴ encaminhou-se bem ao longo do ano de 2016. No final deste, apresentei a proposta no 9º Simpósio de Iniciação Científica da Universidade e entreguei as cópias da monografia à Profa. Dra. Vera Lucia Blat Migliorini (Coordenadora do Trabalho Final de Graduação). Após a entrega formal, foi realizado o agendamento da banca final a ser realizada no início de dezembro do mesmo ano, a qual teve como comissão julgadora os docentes: Prof. Dr. Marcelo Carlucci (Presidente), Prof. Ms. Rodrigo Sartori Jabur¹⁵ e Profa. Ms. Ana Teresa Cirigliano Villela¹⁶ (Examinadores). Os docentes trouxeram grandes contribuições ao trabalho, apresentaram suas sugestões e me aprovaram no Trabalho Final de Graduação.

Por fim, considero que o período de pesquisa e realização de meu trabalho de conclusão de curso foi muito importante para minha formação como arquiteto e urbanista. Foi uma época em que tive contato com o tema que mais me identifiquei ao longo do curso de arquitetura e urbanismo, o patrimônio cultural. Inspirado pelo trabalho de Vladimir Benincasa (2008) e com a ajuda de meu orientador, prof. Marcelo, o ano de 2016 foi um período de consolidação pessoal muito importante para minha formação.

Momento atual na Pós-Graduação e considerações finais

Identificado com o tema do patrimônio cultural e disposto a entender mais sobre a arquitetura rural, já no final de 2016 pensava em continuar a me especializar na problemática. O momento ainda era indefinido pois, ao sair da universidade, eu não me sentia pronto para tomar algumas decisões a respeito. O fato é que várias dúvidas habitavam em minha mente: seria melhor procurar emprego em algum escritório de arquitetura? Deveria abrir um negócio próprio? Ou poderia prestar concurso público?

¹⁴ Para mais informações sobre, o trabalho completo está disponível na biblioteca do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto-SP e também através do link do portal issuu.com: <https://issuu.com/mateusmicalli/docs/caderno_tfg_mateus_azadinho_micalli>.

¹⁵ O professor Rodrigo Sartori Jabur possui graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá, mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo e doutorado pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

¹⁶ A professora Ana Teresa Cirigliano Villela possui graduação pela Universidade de Uberaba, mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Campinas e atualmente é doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

Enfim, o que eu sentia era profunda admiração pelos meus professores e por seu excelente trabalho durante a universidade. No momento em que me imaginei no lugar deles acho que foi quando encontrei uma resposta para minhas inquietações: decidi unir minha curiosidade pela história ao desejo de ser como meus professores; queria buscar, através da pesquisa, entender melhor sobre questões ainda não resolvidas pela bibliografia e ajudar no despertar de meus futuros alunos. Ou seja, queria contribuir de alguma forma.

Tive a ideia de procurar no trabalho de Vladimir Benincasa quem tinha sido seu orientador (a) pois, assim como professor Marcelo foi muito importante para mim em 2016, a pessoa que orientou sua pesquisa também teria contribuído muito. O nome que encontrei era o de profa. Maria Angela P. C. S. Bortolucci¹⁷ e, através de pesquisa no site da Pós-Graduação do IAU.USP, decidi enviar a ela um e-mail dizendo minhas intenções de pesquisa. A docente prontamente esclareceu minhas dúvidas e, daquele momento em diante, me dediquei participar do processo seletivo do curso de mestrado da instituição. Também participei, pela primeira vez, como aluno especial da disciplina – “*Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX*” – ministrada por profa. Angela no segundo semestre de 2017. Foi um momento de muito aprendizado e amadurecimento pessoal.

Ao mesmo tempo prestei o processo seletivo do PPGAU IAU.USP e, ao final daquele ano, fui aprovado para o curso de mestrado no programa da instituição, na linha de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Em casa ficamos todos muito felizes, pois, afinal, era uma grande conquista, e também uma forma de continuar buscando meus objetivos de me tornar pesquisador e futuro docente em cursos de arquitetura e urbanismo.

Me matriculei em janeiro de 2018 e, desde então, venho realizando minha pesquisa juntamente com profa. Angela, e com as contribuições do Grupo de Pesquisa *Patrimônio Cidades e Territórios*, sobre a fazenda Glória (ver Figura 5). A investigação tem se mostrado cada vez mais relevante pois, além da arquitetura presente na fazenda, também estamos investigando o cotidiano de trabalho do local para descobrir como se dava sua utilização no passado. Também é de nosso interesse entender a fazenda como parte de uma paisagem única e resultante da interação entre o natural e o humano, pois

¹⁷ A professora Maria Angela P. C. S. Bortolucci possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Para mais informações, ver meu currículo na página 152 deste livro e CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3286316763447921>>.

no local a arquitetura coexiste a remanescentes de mata atlântica e nascentes que alimentam o Córrego Rico (importante curso d'água de Jaboticabal).

Concluindo, esperamos ter conseguido transmitir através deste trabalho um pouco de minha trajetória, que parte do meu convívio familiar até meu momento atual na Pós-Graduação. Assim como no passado, quero continuar aprendendo.

Figura 3 – Vista do terreiro e do casarão da fazenda Glória.



Fonte: Acervo do Autor (2016).

Referências

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). Programa "Um milhão de Cisternas – P1MC". Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: 30 de jan. 2016.

APOLLONIO, Mariela. **Residência Sardinera / Ramón Esteve** [Sardinera House / Ramon Esteve]. 09 out. 2019. In: ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/768754/residencia-sardinera-ramon-esteve>. Acesso em 29 de set. 2020. ISSN 0719-8906.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. 2008. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. doi: 10.11606/T.18.2008.tde-14032008-151048. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRAGA, Fernando. **Usina Abandonada – Fazenda Contendas – Taquaritinga-SP**. Fernando Braga Fotografia. Fotografia Aérea com drone – Galeria, sem data. Disponível em: <<https://www.fernandobragafotografia.com.br/Fotografia-aerea/Fotografia-Aerea-Galeria/i-rzCPnsZ>>. Acesso em: 17 de mar. 2019.

CORREIA, Telma de Barros, Org.; BORTOLUCCI, Maria Angela P.C.S., Org. **Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio**. São Paulo: Annablume, 2013, v.1, 244 p.; il.; 16x23 cm.

MARINS, Paulo César Garcez. **Preservação do Patrimônio Rural no Estado de São Paulo: Entre a Ação Governamental e Práticas Sociais**. In: CORREIA, Telma de Barros, Org.; BORTOLUCCI, Maria Angela P.C.S., Org. **Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio**. São Paulo: Annablume, 2013, v.1, 244 p.; il.; 16x23 cm.

MARENGO, J.; NOBRE, C. A.; SELUCHI, M.; CUARTAS, A.; ALVES, L.; MENDIONDO, E.; OBREGÓN, G.; SAMPAIO, G. **A seca e a crise hídrica de 2014-2015 em São Paulo**. Revista USP, n. 106, p. 31-44, 2 set. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/110101>>. Acesso em: 10 de mar. 2019.

MICALLI, M. A.; PETENUSCI, M. C. . **A utilização de sistemas de captação de água pluvial em projetos residenciais unifamiliares**. Revista Multidisciplinar do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, v. ANO 7/ N.7, p. 84-98, 2015.

MICALLI, M. A.; VILLELA, A. T. C. . **A Dispersão Urbana Sobre Áreas Patrimoniais Históricas Rurais: o Caso Da Cidade De Taquaritinga-SP e da Antiga Fazenda Contendas**. In: Luciana Paelas Mascaro; Ricardo Silveira Castor. (Org.). **Patrimônio como paisagem**. 1ed.Cuiabá: EdUFMT, 2019, v. 2, p. 428-443.

MICALLI, M. A.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. E. S. . **Fazenda Glória: arquitetura e cotidiano rural no município de Taquaritinga-SP**. In: 6º Seminário de Acompanhamento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo IAU-USP, 2019, São Carlos. Caderno de resumos do 6º Seminário de Acompanhamento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo IAU-USP. São Carlos: IAU/USP, 2019. v. 1. p. 141-144.

ORELLANA, Andrés; FRANCO, José Tomás. "**Venezuela:** Protótipo de habitação para pescadores potencializa as qualidades de suas comunidades" [Venezuela: Prototipo de vivienda para pescadores maximiza las cualidades intrínsecas de sus comunidades]. 31 mai 2014. /n: ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/611037/venezuela-prototipo-de-habitacao-para-pescadores-potencializa-as-qualidades-de-suas-comunidades>. ISSN 0719-8906. Acesso em 29 de set. 2020.

SILVA, Tania C. B. M. **Projeto arquitetônico, de reconstrução São Luiz do Paraitinga:** experiência, estratégia e plano da ação a partir da memória coletiva. 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 24 a 26 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/71279.pdf>>. Acesso em: 17 de mar. 2019.

Um paulista no Sul do Brasil: Aprendendo para ensinar sobre o valor cultural do patrimônio gaúcho

A paulista in southern Brazil: Learning to teach about the cultural value of the gaúcho heritage

Un paulista en Brasil austral: Aprendiendo para enseñar sobre el valor cultural del patrimonio gaúcho

Mateus Rosada [14]

[14] Arquiteto e urbanista, graduado pela Universidade de São Paulo (USP - Campus de São Carlos), onde também fez o mestrado e o doutorado. Sua tese *Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação* - IAU/USP - foi premiada pela Capes (Prêmio Capes de Teses) e pela USP (Prêmio Tese Destaque). É professor universitário desde 2009, tendo lecionado na Faculdade de Administração e Artes de Limeira (FAAL) e, por três anos, na Universidade Federal de Santa Maria, no Campus de Cachoeira do Sul (UFSM-CS). Desde 2019 é Professor do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo (ACR), na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM). Leciona nas áreas de história da arquitetura, teoria urbana, história da arte e patrimônio cultural.

<http://lattes.cnpq.br/2796515859650978>

mateus.rosada@ufmg.br

Este capítulo trata dos descobrimentos, das novidades e das dificuldades encontradas na atuação recente do autor como professor de história da arquitetura e pesquisador na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus de Cachoeira do Sul, instituição na qual lecionou entre os anos de 2016 e 2019. Permeado pela experiência pessoal do autor, o trabalho procura apresentar de que maneira sua formação e vivência no interior de São Paulo se tornaram, por um lado, dificuldades para a compreensão do ambiente cultural do Rio Grande do Sul mas, ao mesmo tempo, valores importantes para uma observação diferenciada do contexto sulista. Trata do trabalho de pesquisa para conhecer o patrimônio construído e a cultura gaúchos e transmitir esse conhecimento aos alunos do curso de arquitetura. Aborda ainda os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos no âmbito da UFSM, sobre a arquitetura rural e o inventariamento dos bens culturais de Cachoeira do Sul e a atuação junto aos órgãos locais de preservação do patrimônio cultural. Procura, com isso, demonstrar a constante necessidade do (re)conhecimento das tantas nuances culturais regionais para um melhor, ainda que incompleto, entendimento do Brasil.

Como cheguei ao Sul do Brasil

Em fevereiro de 2016 eu defendia o meu doutorado na USP de São Carlos e em poucos meses entrava para as estatísticas do grande contingente de doutores desempregados no Brasil. Estava em licença não remunerada em uma faculdade particular no período em que tive bolsa no doutoramento, mas fui demitido em junho, logo depois de obter o título. Não me cabe aqui julgar se o motivo foi a dificuldade em me reconduzir às antigas disciplinas que eu lecionava, que nesse ínterim já haviam sido ocupadas por outros docentes, ou se a real motivação tenha sido um enxugamento da folha de pagamento, pois sabemos que professores doutores custam mais caro às instituições.

Foi um ano de concursos: participei de cinco processos seletivos em seis meses naquele ano, um em São Paulo, no Instituto Federal de São Paulo; dois em São João del-Rei – MG, na Universidade Federal de São João del-Rei; um no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e, o último deles, em Cachoeira do Sul – RS, na Universidade Federal de Santa Maria, no qual eu logrei ser aprovado.

Me deslocar para Cachoeira do Sul para prestar o concurso já foi, em si, uma experiência muito interessante, pois eu conhecia apenas cidades da Serra Gaúcha de uma viagem com a família da minha adolescência. Cachoeira pertence a outra região geográfica, a campanha, e sua paisagem é muito diferente do Norte do estado: é ampla, despachada, e a vegetação parece que é até azulada, de um verde mais frio que das paragens dos Sudeste brasileiro.

Depois, já com algum tempo residindo no Rio Grande do Sul, entendi que o estado praticamente se divide em duas grandes regiões distintas na paisagem, na formação e na cultura. O Norte se caracteriza pela serra, pelo relevo acidentado, pelas cidades mais frias, ocupadas mais recentemente, a partir de meados século XIX, e por um contingente mais numeroso na população de norte-europeus, de gente loira e de olhos azuis, o fenótipo que é estereótipo da imagem dos gaúchos nos estados das regiões ao norte. É também a região mais rica e industrializada do estado. Enquanto isso, o Centro e o Sul se caracterizam pelas grandes pradarias, campos de criação de gado vacum e ovino, pelos imensos arrozais nas zonas alagadiças, caso de Cachoeira do Sul, nascida num promontório às margens do Rio Jacuí, com extensas áreas inundáveis na margem oposta. As cidades dessa grande unidade territorial são mais ligadas ao agronegócio e não tão ricas como as do Norte rio-grandense. A população do Centro-Sul é resultado da ocupação mais antiga do estado, da segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX, e seu fenótipo é o que os gaúchos apelidaram de "pelo-duro": gente mais morena, de

cabelos geralmente negros e olhos castanhos, formada pela miscigenação dos portugueses com o contingente africano e indígena da região, retratada por Debret em 1827-1830 (MUSEUS..., 2011). Receberam levas de imigrantes de outros países europeus, especialmente italianos e alemães (formação muito semelhante à do interior de São Paulo), mas a herança portuguesa é mais percebida na feição de seus habitantes e no próprio falar, com algumas palavras comuns até hoje em Portugal, mas que caíram em desuso na maior parte do Brasil. É também a região mais tradicionalista, onde surgiu a figura do gaúcho campeiro, de bota e bombacha, e é possível ver algumas pessoas com os trajes tradicionais pelas ruas da cidade de vez em quando, especialmente em setembro, mês da Revolução Farroupilha, quando o nacionalismo rio-grandense fala mais alto.

Aprovado no concurso em julho de 2016, foi nessa região onde fixei residência a partir de setembro daquele ano, quando fui convocado e comecei a lecionar na Universidade Federal de Santa Maria, no Campus de Cachoeira do Sul.

Cachoeira do Sul, bela que só ela!

As pessoas ligadas ao patrimônio de Cachoeira levantaram há alguns anos a *hashtag* #belaquesóela para se referir às belezas da cidade. Não é para menos: o município possui um acervo arquitetônico ainda coeso e relativamente preservado de edificações ecléticas e art déco. Cachoeira é realmente bonita e isso salta à vista dos forasteiros/concurseiros que a visitam pela primeira vez, e o mesmo ocorreu especialmente a mim, pois pesquisei arquitetura histórica desde a minha graduação.

Os acontecimentos que se sucederam na história cachoeirense possibilitaram que esse acervo se preservasse. Cachoeira do Sul é um município bicentenário: neste ano de 2020, comemora duzentos anos de emancipação política. No entanto, sua origem é ainda mais antiga, pois o primeiro assentamento foi uma redução indígena ainda no século XVIII, iniciada em 1769 (SCHUH, CARLOS, 1991), vinculada diretamente ao processo de ocupação da região pelos portugueses após a assinatura do Tratado de Madri (1750). Ao se expandir para além da área da aldeia, ainda em fins do século XVIII, a povoação foi reorganizada a partir de um plano reticulado, pombalino (WEIMER, 2004, p.112), traçado pelo engenheiro português José de Saldanha, no redondo ano de 1800.

Figura 1: Planta de 1850 de Cachoeira do Sul, elaborada pelo engenheiro Johann Martin Buff (1800-1880), na qual o traçado reticulado do núcleo urbano fica perceptível.



Fonte: Ritzel, 2018.

Vinte anos depois, foi elevada à condição de vila e se emancipou de Rio Pardo, tornando-se o quinto município criado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Desenvolveu-se bem no século XIX, com um importante ciclo de produção de gado e charque, mas seu grande *boom* se deu no início da centúria seguinte, especialmente nas décadas de 1910 a 1940, quando se tornou a maior produtora nacional de arroz (hoje, ainda é a 10ª maior produtora do cereal no país). Nesse período, Cachoeira do Sul viu sua população saltar de cerca de 20 mil para mais de 80 mil habitantes. Nos anos que se seguiram, no entanto, as sucessivas crises na rizicultura, a decadência da ferrovia e a construção das duas principais estradas de rodagem do interior – BR287 e BR290 – afastadas, respectivamente, 30km a norte e a sul da área urbana, levaram à estagnação econômica e populacional de Cachoeira (SELBACH, 2007). Desde a década de 1940 a população se mantém estável, oscilando entre as casas dos 80 e dos 90 mil habitantes. Ao fim, a decadência cachoeirense fez com que o opulento acervo construído nos anos áureos se mantivesse relativamente bem conservado até anos recentes.

Os meus três anos cachoeirenses me levaram a tentar conhecê-la e compreendê-la cada vez melhor para depois inserir a cidade nos temas, nas aulas, nas conversas, e para ligá-la ao contexto regional e nacional, buscando mostrá-la aos alunos como parte integrante de todo um sistema muito maior.

Lecionando na Universidade Federal de Santa Maria

Tudo era novidade em Cachoeira do Sul, até mesmo para a cidade: os cinco cursos e o próprio campus da Universidade Federal de Santa Maria na cidade eram novos, iniciados em agosto de 2014. Tinham apenas dois anos quando cheguei. O clima na cidade, que vivia a inédita movimentação universitária, e dos próprios professores, quase todos jovens, era de euforia. Enquanto o campus estava em obras, as instalações da UFSM ainda eram em alguns prédios alugados de faculdades no Centro, de um colégio e até um centro de retiros da Igreja Católica, no Bairro Santo Antônio.

Eu fui o último docente do campus a tomar posse naquele semestre. Cheguei no meio de setembro de 2016, ou seja, depois de já transcorrido um mês e meio do período. Foi um início de atividade acadêmica bastante conturbado, pois tive o tempo de pouco menos de dois terços do semestre para cumprir o conteúdo de todo ele. Ao mesmo tempo, não sei precisar se por interesse pessoal ou mesmo pela necessidade que a docência impunha, fui impelido a estudar muito sobre a cidade onde comecei a lecionar, o Estado do Rio Grande do Sul, sobre sua capital e seus municípios mais importantes. Era necessário adaptar as aulas e o próprio discurso ao repertório cachoeirense e gaúcho e à própria realidade da região.

Antes mesmo de assinar o termo de posse, já nas conversações com os colegas do curso de Cachoeira, já estávamos escalados, eu e o colega Samuel Brito (que ingressou na UFSM pelo mesmo concurso que eu), para liderar e guiar os alunos dos dois primeiros semestres a uma viagem didática a Porto Alegre. A viagem ocorreu apenas três semanas depois que inicié as aulas, para uma cidade onde eu nunca tinha ficado mais de dois dias... Foi um acontecimento que me obrigou a conhecer a história de Porto Alegre, sua formação desde o período do Porto dos Casais até momentos recentes, assim como as características de sua implantação, do urbanismo português do século XVIII, os tantos e sucessivos aterros por sobre o Guaíba (BOHRER, 2001), as reformas urbanas do século XX, e os edifícios mais emblemáticos de sua arquitetura, assim como seus autores e a representatividade de cada um deles em seu respectivo momento histórico.

Essa viagem foi muito marcante para o meu entendimento como professor. Me fez perceber, em pouco tempo, a premência de se mergulhar na cultura e na história gaúchas. Aprender, por exemplo, sobre o ecletismo na graduação e na pós foi de extrema importância para que eu compreendesse esse período e as motivações de sua arquitetura, mas os casos específicos que conheci, os exemplos paulistas, não serviriam da mesma forma para transmitir esse conhecimento aos alunos gaúchos. Ou seja, nos

casos específicos, pouco proveitoso seria falar de Ramos de Azevedo, de Carlos Eckman ou Victor Dubugras para aquele público que me via com olhos espertos e ávidos: era necessário abordar a importância e as características do ecletismo gaúcho, com todas as nuances muito mais ligadas a arquitetos germânicos; era preciso saber sobre Friedrich Heydtmann, Phillip von Normann, Joseph Lutzenberger, sobre o engenheiro Rudolph Arons e o arquiteto Theodor Wierderspahn, alemão que assinou todos os maiores edifícios da Porto Alegre da virada para o século XX, responsável por mais de duzentas obras construídas no Estado, três delas em Cachoeira do Sul (WEIMER, 2009).



Figura 2: Turma da viagem a Porto Alegre na escadaria da Igreja das Dores.
Foto: Franciela Gherke, 2016.

Da mesma maneira, muito mais palpáveis aos discentes de arquitetura do Rio Grande do Sul que figurões da arquitetura modernista brasileira, como Lúcio Costa, Affonso Reidy, Villanova Artigas ou Oscar Niemeyer, são os arquitetos modernistas que trabalharam no estado e influenciaram outros naquelas terras. Era preciso ter a base sólida sobre a modernidade no Brasil, mas dever-se-ia explicá-la, naquela viagem, ao pé de edifícios projetados por Edgar Graeff, Carlos Alberto de Holanda Mendonça, de Carlos Fayet e Luís Fernando Corona, e mesmo do uruguaio Román Fresnedo Siri (XAVIER, MIZOGUCHI, 1987, p.12-41), que moldaram a arquitetura moderna da capital.

Felizmente, tive mais tempo para colher e acumular informações sobre Cachoeira do Sul do que neste caso de Porto Alegre, quando, a cada semestre que transcorria, eu acrescentava um pouco mais de informação e de exemplos locais, cachoeirenses e/ou gaúchos, nas disciplinas. Confesso: os que foram meus alunos nos primeiros semestres não tiveram conteúdos que conseguiam amarrar tão bem o contexto local e regional ao nacional e internacional, como foi possível estabelecer nos últimos períodos.

As disciplinas em Cachoeira do Sul

O concurso que prestei para Cachoeira do Sul era para as áreas de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e de Projeto de Arquitetura. Com isso, lecionei não apenas em matérias de teoria, como também de projeto e de desenho. Em seis semestres, dei aulas em treze disciplinas. Contribuí para esse número elevado a reformulação que o curso sofreu em 2018. Foi nas disciplinas da área de história onde pude – e procurei – inserir mais elementos da arquitetura rio-grandense e cachoeirense, tanto nas disciplinas de história geral da arquitetura, nas quais eu tentava traçar paralelos dos movimentos e obras internacionais com os brasileiros e gaúchos, como na disciplina Arquitetura e Urbanismo no Brasil, na qual o capítulo gaúcho estava presente e, sempre que possível, havia exemplos de Cachoeira do Sul para ilustrar os temas.

O fato de Cachoeira ser bicentenária e ter sido uma das maiores e mais ricas cidades do Rio Grande do Sul nos meados do século XX possibilitou que a cidade tenha hoje (e mantenha uma parte de) obras que vão desde o rococó (a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1799, conserva um retábulo desse estilo – DAMASCENO, 1971, p.42-43) até edificações de arquitetos importantes no contexto gaúcho, do neoclassicismo e eclétismo ao modernismo. Para se ter uma ideia, personagens importantes, como o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, atuaram em Cachoeira: ele projetou o sistema de abastecimento de água do município. Profissionais estrelados e requisitados da capital, como o neoclássico Friedrich Heydtmann (WEIMER, 1987, p.263) e os ecléticos Theodor Wiederspahn (WIEMER, 2009) e Joseph Lutzenberger, têm obras na cidade, assim como Flávio Figueira Soares, importante arquiteto do Movimento Moderno, formado na primeira turma do curso de arquitetura da UFRGS (então único curso do Rio Grande do Sul). Cachoeirense, depois se estabeleceu em Porto Alegre como professor da própria faculdade que o formou. Há exemplares rococós, "coloniais", neoclássicos, neogóticos, ecléticos, neocoloniais, art déco e modernistas a uma pequena distância uns dos outros no centro da cidade, o que possibilitou que eu fizesse uma aula

ao ar livre, *in loco*, num percurso de doze quadras, apresentando, um a um, os estilos arquitetônicos e as características de cada edificação que evidenciavam aos alunos essa filiação estilística. Era uma de minhas atividades preferidas!

Figura 3: Mosaico de fotos de parte do acervo arquitetônico de Cachoeira do Sul.



Fotos e composição: Mateus Rosada, 2017.

Fora da sala, as atividades de pesquisa e extensão

Poucos meses após a minha chegada, ocorreu a sessão solene de tombamento da Fazenda São José, popularmente conhecida como Fazenda da Tafona, como Patrimônio Histórico do Estado do Rio Grande do Sul pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Estado). A fazenda da Tafona tem esse apelido por manter até os dias atuais um engenho de produção de farinha de mandioca, uma tafona. Foi aberta no fim do século XVIII e sua sede é de 1813 ou anterior (RITZEL, 2016) e sempre pertenceu à mesma família (SILVA, 2017), fato que ajuda a entender muitas das dinâmicas de casamentos e organização social no ambiente rural do Sul e, por extensão, do país.

O ato do tombamento movimentou a cidade, assim como o Curso de Arquitetura e, na ocasião, se organizou projeto de extensão Fazenda da Tafona, uma viagem no mundo da memória do Rio Grande do Sul, com a parceria dos proprietários da fazenda, a

coordenação da professora Ana Rita Wollmann e a colaboração da professora Bruna Fuzzer, no qual me inseri de pronto. Tendo realizado pesquisa sobre as fazendas de café da região de Limeira (SP), o meu contato prévio com a arquitetura rural do ciclo cafeeiro paulista foi, mais uma vez, base para um olhar externo sobre os paralelismos e as intersecções das dinâmicas que produziram a arquitetura no país. Ter contato com uma fazenda de produção de farinha de mandioca e de criação de gado me fez aprender muito sobre a arquitetura rural do Brasil austral, assunto ainda com pouquíssimos estudos (LUCCAS, 2003). A Fazenda da Tafona é um documento vivo, que conta sobre a conformação dessa unidade de produção em todo o sistema que deu sustentação à ocupação do território gaúcho, como tentamos divulgar nos textos produzidos (JUNGES et al., 2017). Se, de um lado, o meu conhecimento sobre arquitetura colonial e rural contribuiu para o projeto, de outro o processo levantamentos e pesquisa me fizeram dar um novo mergulho na história do Rio Grande do Sul. Além do levantamento da casa-sede e da tafona, que são interligadas, o projeto possibilitou a produção de artigos científicos, apresentados em congressos em Pelotas – RS, e em Florença – Itália.

Figura 4: à esquerda, a proprietária da Fazenda da Tafona, alunos e professores do Projeto; à direita, a sede da fazenda.



Fotos e composição: Mateus Rosada, 2017.

Além da atividade de extensão com a Fazenda da Tafona, em 2018 participei da organização o Projeto de Pesquisa Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, Cidade Histórica, coordenado pela professora Luiza Segabinazzi Pacheco e com a participação das docentes Juliana Pavan e Letícia Gabriel. O subtítulo "Cidade Histórica" foi colocado justamente para salientar o caráter do município, cuja população, mesmo convivendo

diariamente com um expressivo conjunto urbano, não vê seu município, um dos mais antigos do Rio Grande do Sul, como histórico.

O projeto possibilitou uma frutífera parceria com o Arquivo Municipal e o COMPAHC (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural) para a reestruturação e complementação das fichas do inventário realizado em Cachoeira do Sul por uma superintendência do IPHAN em 1989 (RHODEN, COELHO, 1989), com vistas à preservação dos bens imóveis da cidade. O município tem 99 bens inventariados (em trinta anos, 24 dos 123 imóveis constantes originalmente no levantamento foram desinventariados), quinze tombados em esfera municipal (COMPAHC) e quatro em esfera estadual (IPHAEC). Mais do que apenas reorganizar e atualizar e complementar informações do levantamento, que já tinha mais de trinta anos, o intuito do projeto foi o de apoiar e evidenciar, junto às pessoas engajadas com a preservação do patrimônio, a qualidade e a representatividade do conjunto arquitetônico cachoeirense. Essa interação foi muito feliz, ao colocar, lado a lado, a academia, com os conhecimentos e conceitos teóricos sobre a preservação de monumentos, conjuntos e paisagens e, de outro, membros da sociedade de Cachoeira, detentores do conhecimento histórico sobre a cidade, que proporcionaram, a mim e a todos os alunos e docentes do projeto, conhecermos muito mais sobre a cidade e seu patrimônio construído.

Para além da Academia, o conhecimento na/para a Cidade

A escala de Cachoeira do Sul, com seus oitenta e tantos mil habitantes, é bastante acolhedora e a cidade tem sabido aproveitar a presença de um campus universitário, pois a UFSM vem sendo requisitada e consultada para um sem-número de ações na cidade, como o Plano de Mobilidade, o novo Plano Diretor, ações educativas, etc. As ações da UFSM também são debatidas nos meios de comunicação locais. A Rádio Fandango FM, por exemplo, tem um programa semanal de debates com um horário cuja pauta é definida pelos professores do Campus. É muito prazeroso perceber que os assuntos tratados na academia chegam à população com esse grau de disseminação, que me parece ser possível apenas em cidades pequenas e médias. Por sua própria natureza, o Curso de Arquitetura e Urbanismo é o que mais tem realizado ações com a população e o poder público. Nos temas atinentes ao patrimônio cultural, nossa linha de atuação (minha e das colegas que também se dedicam ao assunto), a fala de Mirian Ritzel, diretora do Arquivo Municipal, exemplifica muito bem a mudança na percepção local: "o patrimônio, depois da vinda da UFSM, virou pauta de discussão na cidade. Há

quem defenda e quem deteste a preservação, mas qualquer intervenção em uma construção histórica em Cachoeira agora é assunto de jornal e debatido no âmbito municipal” (RITZEL, 2018). De fato, em algumas ocasiões, em meio a polêmicas sobre a preservação, inventariamento e desinventariamento de bens da cidade, éramos procurados pelos jornais e canais de TV e rádio da cidade para tratar do assunto. Nós, os professores do curso ligados ao patrimônio cultural, elaboramos, em uma boa quantidade de ocasiões, pareceres sobre a preservação de imóveis históricos da cidade e participamos de reuniões do COMPAHC (mesmo não havendo uma cadeira da Universidade no Conselho) e até sessões do Ministério Público, na tentativa constante de valorizar e preservar o acervo arquitetônico de Cachoeira do Sul.

Figura 5: Visita do grupo do Projeto Patrimônio de Cachoeira do Sul à sede do Arquivo e do Conselho de Patrimônio, em explanação de suas representantes, respectivamente, Mirian Ritzel e Ione Sammartin Carlos. Na imagem, William Hammerschmidt, um dos alunos do projeto, folheia o Livro de Tombo do município.



Foto: Luiza Segabinazzi Pacheco, 2018.

Certamente, o acontecimento de maior vulto na área do patrimônio em Cachoeira do Sul foi o II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural, organizado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo, em parceria com o CICOP (Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio) e coordenado pela professora Juliana Pavan (e do qual eu fui vice-coordenador), que ocorreu de 11 a 14 de novembro de 2019 na cidade. Foi o primeiro congresso dessa magnitude organizado pela UFSM de Cachoeira do Sul e representou a possibilidade de trazer a discussão do tema em uma escala ampliada para Cachoeira, assim como atrair olhares de outros lugares para o potencial do acervo arquitetônico e paisagístico da #belaquezóla, além de ampliar a rede de contatos dos

próprios membros da sociedade civil atuantes na preservação e de projetar o jovem curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM cachoeirense. O evento movimentou a cidade e, certamente elevou-a a outro patamar de interação e de destaque.

Figura 6: Banner do II Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural, com aquarela representando o Châteaud'Eau e Catedral de Cachoeira do Sul.



Desenho: Mateus Rosada, 2019.

Quando deixei Cachoeira do Sul

Em 2019 fui aprovado em concurso na Universidade Federal de Minas Gerais, onde me encontro desde agosto daquele ano. A mudança se deu puramente pelas possibilidades de pesquisa, uma vez que meu tema de investigação é o barroco e o rococó brasileiros, e Minas Gerais tem um campo para essa linha muito mais amplo que o Rio Grande do Sul. Que fique claro que a decisão de partir, por mais que eu visse vantagens acadêmicas no novo emprego, não foi fácil. Essa mudança não ocorreu sem a dor e sem a falta que fazem os amigos que fiz no Sul do Brasil, os colegas e alunos queridos e as pessoas interessadas e competentíssimas de Cachoeira do Sul...

E, assim, o processo de aprendizado recomeça todo novamente: depois de aprender sobre o Theodor Wiederspahn, agora é a vez de entender o papel do Luiz Signorelli aqui para Belo Horizonte. Depois de estudar a obra de Edgar Graeff e Flávio Figueira Soares, agora devo aprender sobre Sylvio de Vasconcelos, Raphael Hardy e Shakespeare Gomes (este último projetou o prédio da Escola de Arquitetura, onde trabalho). A base de vivência no interior de São Paulo e a formação em São Carlos me possibilitaram ver Cachoeira e o Rio Grande do Sul com o olhar estrangeiro, que muito pôde ser útil para a

compreensão do território. Acredito que tenha somado à percepção dos amigos gaúchos e aos cachoeirenses. Agora, em Minas, trago na bagagem também a vivência e o conhecimento adquirido no Brasil Austral.

E a vida segue assim: é um incessante caminhar, um constante percurso de aprendizado docente, para adquirir embasamento, para transmitir o conhecimento e gerar mais conhecimento. É, mais uma vez, um processo de tomar posse intelectualmente do território onde se vive, compreendê-lo de fato, com todas as suas nuances, para pensá-lo, discuti-lo, valorizá-lo e preservá-lo, e fazer com que mais mentes acompanhem essa intenção, seguindo aquela máxima frase, já tão clichê, do patrimônio: "só se preserva o que se conhece".

É, Cachoeira! Deixou saudade, mas te trago um pouquinho dentro de mim!

Referências

BOHRER, Maria Dalial. **O Aterro da Praia de Belas e o Aterro do Flamengo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/139789>. Acesso em 20 set. 2020.

RHODEN, Luiz Fernando; COELHO, Cristina Eskeff (Org.). **Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul**. Cachoeira do Sul: COMPAHC, 1989.

DAMASCENO, Athos. **Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1700-1900)**: Contribuição para o estudo do processo cultural rio-grandense. Porto Alegre, Globo, 1971.

JUNGES, Ciane Luisa; FRANCESCHI, Leonardo Ivo Gomes de; ROSADA, Mateus; WOLLMANN, Ana Rita Pereira. *A casa-sede da Fazenda da Tafona: organização e evolução de uma vivendo luso-brasileira*. **Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial**: Anatomia de Interiores. Pelotas: Claec, 2017.

LUCAS, Luís Henrique Haas. *Arquitetura das Estâncias e Fazendas do Rio Grande do Sul*. **Vitruvius**. **Arquitextos**, n. 110, 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.071/363>. Acesso em: 03 mai. 2020.

MUSEUS CASTRO MAYA. **Debret**: Viagem ao Sul do Brasil. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2011.

RITZEL, Mirian Regina Machado. *A Planta de Buff. História de Cachoeira do Sul*. 16 dez. 2018. Disponível em: <http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/2018/12/a-planta-de-buff.html>. Acesso em 20 set. 2020.

RITZEL, Mirian Regina Machado. **Fazenda da Tafona**: razões históricas para o tombamento pelo conselho municipal do patrimônio histórico-cultural. Cachoeira do Sul: COMPAHC, 2012.

RITZEL, Mirian Regina Machado. **Depoimento ao Grupo do Projeto de Pesquisa Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, Cidade Histórica**. Por ocasião da visita ao Arquivo Municipal. (depoimento oral). 29 set. 2018.

SCHUH, Angela; CARLOS, Ione Sammartim. **Cachoeira do Sul**: Em busca de Sua História. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Muito além da praça José Bonifácio**: as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul pela voz do *Jornal do Povo*, 1930-1945. Tese (Doutorado em história). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

SILVA, Maria Irtilia Vieira da Cunha (Marô). **Entrevista concedida**. Porto Alegre / Cachoeira do Sul (videoconferência), abril de 2017.

WEIMER, Günter. *A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul*. In: FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: nobel, Edusp, 1987. p.256-279.

WEIMER, Günter. **A arquitetura**. Porto Alegre: Edufrgs, 1992.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WEIMER, Günter. **Theo Wiederspahn, arquiteto**. Porto Alegre: Edupucrs, 2009.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre**. São Paulo: Pini, 1987.

Arquivos e Documentos de Arquitetura - Subsídios para a historiografia da arquitetura nos documentos de arquivo
Archives and Architecture Documents - Subsidies for the historiography of architecture in archival documents
Archivos y documentos de arquitectura - Subvenciones para la historiografía de la arquitectura en documentos de archivo

Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira [15]

[15] Graduação (1990) em Arquitetura e Urbanismo e Especialização *latu-sensu* (1993) em Urbanismo Moderno e Contemporâneo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FAU/PUCCAMP). Mestrado (2002) em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Doutorado (2016) em Ciências pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Coordenadora pedagógica e docente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), unidades Rio Claro e Porto Ferreira. Docente do curso de Tecnólogo em Design de Interiores da UNICEP unidade Rio Claro. Superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó". Membro do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), representando os Arquivos Públicos Municipais. Membro do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades de Território, sob a liderança da Profa. Dra. Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. <http://lattes.cnpq.br/7220010683750391>
monicafrandiferreira@hotmail.com

Com o intuito de constituir reflexão sobre trajetória pessoal de pesquisa, em relato crítico de vivência profissional em temas atinentes ao patrimônio cultural brasileiro, este capítulo trata da contribuição da pesquisa no acervo dos arquivos municipais para a historiografia da arquitetura. Resultado da acumulação orgânica dos registros do procedimento para construção de obras de construção civil, a série Obras Particulares, pertencente ao fundo Prefeitura Municipal de Rio Claro, foi originalmente gerada como formalização da atividade edificativa na cidade e, passado seu prazo corrente, constitui documento probatório que possibilita ao pesquisador o entendimento sobre a produção da sua arquitetura oficial, especialmente relacionada à construção residencial.

Recolhida no Arquivo Público e Histórico a partir de 1936, essa série documental ainda carece de instrumentos específicos de descrição que associem a terminologia arquivística com a nomenclatura encontrada no material gráfico e textual, em acordo com a legislação edilícia que definiu normas e procedimentos que deveriam ser respeitados a cada solicitação para construção em Rio Claro.

Para além da descrição dos documentos textuais e gráficos, intenciona-se analisar o contexto de produção dos referidos registros para formular instrumentos de arranjo e de descrição mais específicos do que os estabelecidos pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), mediante a criação de vocabulário respaldado nas particularidades dos documentos de arquitetura. Objetivamos, por meio da padronização de instrumentos de pesquisa, contribuir na organização dos documentos de arquivo e no amplo acesso ao potencial informativo da fonte original, respectivamente na formulação e no compartilhamento da base unificada de dados.

O COMEÇO da trajetória...

Arquivos e Documentos de Arquitetura e o potencial informativo para além do valor probatório dos documentos

Ainda guardo em minha memória aquela tarde de 1988 em que subi as escadas do antigo prédio do Arquivo Público e Histórico do Município, a procura de estágio para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Naquela edificação histórica, raro exemplar ainda preservado de residência urbana do século XIX, construída no "estilo Império", com porão alto e entrada frontal, encontrei valioso conjunto documental que até hoje me encanta. Posso dizer que foi "amor à primeira vista"!

Lembro-me do fascínio ao trabalhar, por sugestão da diretora Ana Maria de Almeida Camargo, com a série denominada "Processos de Construção", que continha o registro da atividade edificativa no município, a partir do ano de 1936. Plantas arquitetônicas que havia estudado nos livros de Lemos e Reis Filho estavam ali reproduzidas: moradias térreas, implantadas no alinhamento da rua, com afastamentos laterais que permitiram aberturas para entrada de ar e luz em todos os cômodos da edificação, cuja disposição em planta estava organizada em esquema bastante simplificado. De acordo com a legislação municipal, consolidada nos Código de Posturas e de Obras, memoriais descreviam preparo do solo; dimensionamento e organização dos espaços e materiais utilizados na construção, satisfazendo exigências de higiene, solidez e aspecto.

No Trabalho Final de Graduação, concluído em 1990, estudei as primeiras solicitações arquivadas do ano de 1936, embora a pesquisa na legislação municipal tivesse apontado exigência de planta ou plano de obras na lei de 1911. Nas fontes originais (projetos arquitetônicos e legislação urbanística municipal) identifiquei diferentes tipologias de implantação da casa no lote, questões formais e funcionais da casa e a sua relação com a rua, principalmente o seu papel como mediadora da relação entre espaços públicos e privados na cidade (FERREIRA, 1990). No mestrado ampliei o recorte temporal, verificando transformações ocorridas nas edificações residenciais urbanas em Rio Claro, entre 1936 e 1960. Pesquisei mais de três mil "Processos de Construção" e dissertei sobre implantação da casa no lote, organização da planta arquitetônica e utilização dos materiais e técnicas construtivas que indicaram adequação da moradia urbana aos preceitos da legislação edilícia, com ênfase nos princípios de higiene (drenagem e saneamento; insolação e iluminação; arejamento e ventilação), de solidez (adaptação aos materiais e às novidades tecnológicas) e de aspecto (incorporação de elementos

formais de estilos mais simplificados) (FERREIRA, 2002). No doutorado utilizei como fonte os documentos originais probatórios da atividade edificativa, com enfoque no tema da higiene da habitação urbana, verificando como ela foi incluída nas iniciativas governamentais para melhorar o estado sanitário de Campinas/SP, entre 1880 e 1934. Neste período pude comprovar a hipótese de que medidas tomadas pelo governo paulista e pela municipalidade, instituídas em lei a partir da década de 1890, estiveram fundamentadas nos princípios do urbanismo sanitaria europeu, sistematizados na legislação sanitária e edilícia, embasando práticas relacionadas à higiene das habitações e orientando a atividade edificativa na concepção de projetos e no procedimento administrativo que autorizou licenças para construção ou adaptação de moradias.

Neste momento, com a responsabilidade pela administração do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, tenho a oportunidade de dirigir equipe qualificada que trabalha para garantir a organização, a conservação, o acesso e a difusão de importante acervo de documentos originais, produzidos pela acumulação orgânica da administração municipal. Os processos de construção constituem a série documental "Obras Particulares", integrante do fundo "Prefeitura Municipal", apresentam reconhecido potencial informativo, mas carecem de instrumentos padronizados que favoreçam o acesso à informação e forneçam ao pesquisador repertório preciso do potencial informativo da fonte original.

E foi assim que os documentos de arquitetura passaram a fazer parte do meu universo de pesquisa e de trabalho. Trinta anos desde o primeiro contato com essa documentação original, plantas arquitetônicas das edificações residenciais urbanas, moradias ditas "comuns", a grande maioria constituída de casas médias, sem autoria reconhecida, hoje continuam a exercer em mim o mesmo fascínio!

O FIM na pesquisa...

Arquivos e Documentos de Arquitetura e a história da arquitetura nos documentos oficiais

De acordo com o procedimento oficial instituído pela Lei Municipal nº 88, de 15/09/1911, para início de obra ou edificação de qualquer natureza (residencial, comercial ou destinada a outros fins), situada no perímetro urbano da cidade de Rio Claro/SP, era

preciso que interessados na construção ou reconstrução de edificações (proprietários de terrenos urbanos ou responsáveis pelos projetos e obras) apresentassem requerimento acompanhado de planta do prédio ou plano de obras a executar, que seria submetido ao estudo de profissional habilitado, ficando arquivado na secretaria da Câmara Municipal. Esses documentos foram produzidos de forma orgânica pela administração municipal, no exercício de suas funções, constituíram um "processo de construção" e se encontram salvaguardados no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, disponíveis para o consulente interessado.

A capa dos processos de construção constitui impresso padronizado que indica o setor responsável da Prefeitura onde o pedido foi protocolado (Inspetoria de Obras em 1936; Diretoria de Obras em 1940; Obras Públicas em 1944, 1948, 1952 e 1956, e Diretoria de Engenharia em 1960). Nela estão registradas informações (em escrita manual ou datilografada) como nome do proprietário; tipo de projeto (residencial, comercial, religioso, industrial); localização do lote/edificação (endereço); nomes do engenheiro, projetista ou construtor responsáveis; número do processo e data de entrada do pedido na administração municipal.

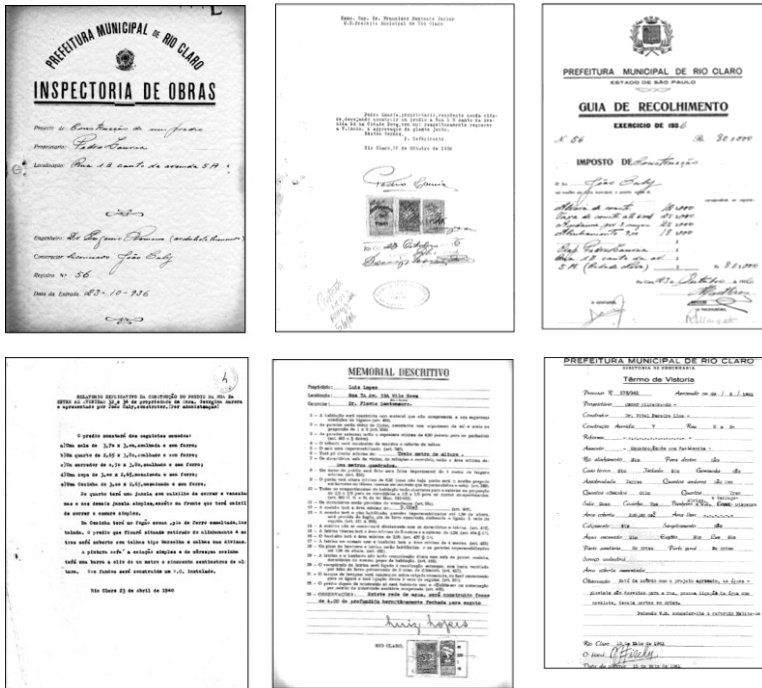
O requerimento foi geralmente datilografado e no texto o proprietário ou responsável técnico pela obra informaram ao Prefeito Municipal a intenção da construção, tipologia da edificação (prédio residencial, prédio duplo, edificação sobradada, tipo operário, popular, apartamento) e localização da obra, como nos exemplos a seguir:

Augusto Bortolozzo, abaixo assinado, vem mui respeitosamente, requerer a V.Excia. a aprovação da planta anexa, para construção de um ⁽¹⁾ prédio residencial na Avenida 13, entre as ruas 4 e 5 (nº30/1948). Ângelo Jurmann, pelo seu constructor abaixo assinado, vem mui respeitosamente solicitar de V.S. a permissão de construir um prédio duplo nos fundos de seu prédio sito a avenida 3, nº851, de acordo com a planta anexa (01/1948). Lucídio Forti, pelo seu constructor abaixo assinado, desejando construir um sobrado nesta cidade, á rua 3, entre as avenidas 1 e 2, vem mui respeitosamente, por este meio requerer a V.S.se digne permitir a execução de referido serviço, de acordo com a planta inclusa (nº200/1948). Luiz Lopes, pelo seu constructor baixo assinado, vem mui respeitosamente solicitar a V.Excia, se digne dar permissão para construcção de uma pequena residência estilo "operária", sito nesta cidade a Rua 7ª, aves. 38ª Vila Nova, de conformidade com a planta anexa (nº96/1952)¹.

¹ Optamos por manter a grafia encontrada nos documentos. Os grifos destacam a tipologia requerida.

No impresso da guia de recolhimento de impostos está registrado o pagamento do emolumento relativo ao alinhamento (cobrado por metro linear de testada) e a construção (cobrado por metro quadrado de obra), geralmente preenchido pelo responsável técnico (Figura 1).

Figura 1: Processos de construção: capa; requerimento; guia de recolhimento de impostos; memorial descritivo datilografado; memorial descrito impresso e termo de vistoria.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC).

O memorial descritivo é texto datilografado pelo responsável técnico ou impresso com informações padronizadas, contém identificação do proprietário e do responsável técnico, além do endereço da obra civil. Sua redação traz informações sobre atendimento do projeto arquitetônico às determinações da legislação edilícia quanto à impermeabilização do solo, espessura e material utilizado na confecção de paredes, pé-direito, cobertura, aberturas, dimensão mínima dos cômodos, medidas especiais para

cozinha, banheiro e latrina, dentre outros, que permitem compreender características qualitativas das edificações, conforme verificado a seguir:

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: Sebastião Florentino Penteado.

LOCALIZAÇÃO: Rua 11, entre aves.11 e 13.

CONSTRUTOR: Odorico Gloria - Carteira 26/48.

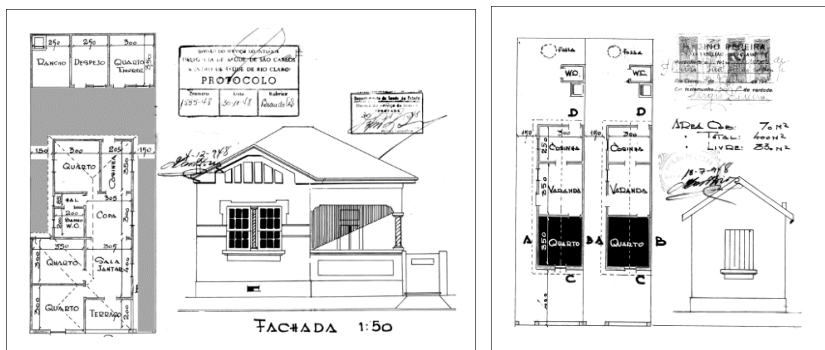
1 - A habitação será construída com material que não comprometa a sua segurança, condições de higiene (Art.404). 2 - As paredes serão todas de tijolos, assentados com argamassa de cal e areia na proporção de 1X3. (Art.355). 3 - As paredes externas terão a espessura mínima de 0,30 (exceto para os puchados). (Art.405 e parágrafo único). 4 - O telhado será construído de madeira e coberto de telhas. 5 - O solo será impermeabilizado. (Art.349). 6 - Terá pé direito mínimo de: 3 metros. 7 - Os dormitórios, salas de visitas, de refeições e escritório, terão a área mínima de: 10 metros quadrados. 8 - Em torno do prédio será feita uma faixa impermeável de 1 metro de largura mínima (Art.350). 9 - O porão terá altura mínima de 0,50 (caso não haja porão será o soalho pregado em barrotes ou taboas imersas em concreto que impermeabiliza o solo). (Art.360). 10 - Todos os compartimentos da habitação terão aberturas para o exterior na proporção de 1/5 a 1/6 para os dormitórios e 1/6 a 1/8 para os outros compartimentos (Art.365 C.S. e 24 da lei Mun. 142-143). 11 - Os dormitórios serão providos de venezianas. (Art.364). 12 - A cosinha terá área mínima de: 7 mts. quadrados (Art.408). 13 - A cosinha terá piso ladrilhado, paredes impermeabilizadas até 1,50 de altura, será provida de fogão, pia de ferro esmaltado, sinfonada e ligada à rede de esgotos. (Arts.411 e 389). 14 - A cosinha não se comunicará diretamente com os dormitórios e latrina (Art.410). 15 - A latrina interna terá a área mínima de 2 metros e a externa de 1,20. (Art.424 parágrafo primeiro). 16 - O banheiro terá a área mínima de 3,20 (Art.432 parágrafo primeiro). 17 - A latrinas em comum com o banheiro terá a área mínima de 4 metros (Art.433). 18 - Os pisos do banheiro e latrina serão ladrilhados, e as paredes, impermeabilizadas até 1,50 de altura. (Art.425). 19 - A latrina e banheiro não terão comunicação direta com sala de jantar, cosinha, dormitórios ou mesmo, peças de habitação (Art.446). 20 - O receptáculo da latrina será ligado à canalização estanque, com bacia ventilada por um tubo de ferro galvanizado de 5cmts. de diâmetro (Art.427). 21 - O tanque de lavagem será construído sobre calçada cimentada, de fácil escoamento para as águas e terá ligação direta à rede de esgostos (Art.381). 22 - O predio

depois de construído só será habitado com o "Habite-se" ou autorização por escrito da autoridade sanitária competente. (Art. 402). 23 - OBSERVAÇÕES: No local existem redes de águas e esgotos. Tem rêde de água e será escavada uma fossa, a qual receberá as águas de tanque, pia e W.C. (assinatura do proprietário: Sebastião F. Penteado). Rio Claro, 9 de Março de 1948. (assinatura do responsável técnico: Odorico Gloria).

O termo de vistoria ou "*habite-se*" completa a parte textual do documento e correspondia ao certificado oficial de habitabilidade e permissão para utilização da edificação. Esse documento era elaborado pelo fiscal municipal após o término da obra e confirmava a correspondência entre a planta aprovada na seção municipal (em obediência à lei) e a edificação construída.

A parte gráfica do documento contém planta de localização (escalas 1:200 ou 1:500), com situação do lote na quadra, endereço e orientação norte/sul. Na implantação (escala 1:100 ou 1:200) estão apontados perfis transversal e longitudinal do terreno e a situação da casa no lote, destacando recuo frontal e afastamentos laterais. A planta (escala 1:100) especifica nomenclatura e dimensões dos compartimentos, com localização das aberturas (portas e janelas). Os cortes (escala 1:50) transversal e longitudinal indicam a altura do porão e dos pavimentos e as áreas impermeabilizadas. O desenho da testada (escala 1:50) é confeccionado em vista frontal e indica detalhes da ornamentação da fachada. Há em alguns casos desenhos de detalhes construtivos (escalas 1:100, 1:50, 1:20 e 1:10) da estrutura, escadas, etc. Na mesma folha de papel manteiga, vegetal ou nas cópias feitas em papel prusiato ou ferro gálico, aparece o número do processo, endereço da obra, identificação do proprietário e do construtor (nomes e assinaturas com firma reconhecida), quadro de áreas (construída ou coberta, não edificada ou livre e área total do terreno), carimbos do procedimento para aprovação e, em alguns casos, observações manuscritas do trâmite do processo e da legislação em vigor (Figura 2). Baseado na análise dos 1.430 processos com pedido para construção de 1.762 novas edificações, podemos dizer que as edificações residenciais urbanas rioclarenses do período 1936-1960 estavam implantadas em lotes tradicionais, de estreita testada (8,00m/10,00m) e grande profundidade (30,00m/44,00m), provenientes do retalhamento inicial das terras urbanas em "tabuleiro de xadrez", que se manteve nos parcelamentos posteriores.

Figura 2: Processos de construção: material gráfico.

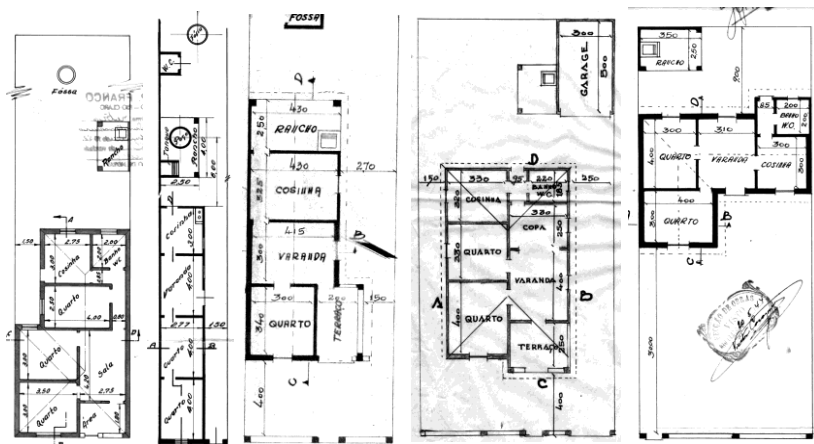


Fonte: APHRC.

Essas habitações estavam dispostas nos lotes em cinco formas distintas. Na tipologia mais freqüente (64,7% das novas construções) as casas estavam implantadas no alinhamento e apresentavam afastamento geralmente unilateral de 1,50m, conforme exigido na legislação edilícia, proporcionando iluminação e arejamento em todos os cômodos. Moradias com recuo frontal de 4,00m e afastamento unilateral corresponderam a tipologia identificada em 15,4% das novas edificações, taxa que foi bastante próxima do tipo isolado no lote, com 11,8% do total. Edificações de fundo de lote corresponderam a 6,3% das construções e moradias de implantação tradicional (no alinhamento e sem afastamentos) apresentaram a mais reduzida taxa de 1,8%. Isso nos permitiu afirmar que, em média, 91,9% das novas moradias rioclareses construídas entre 1936-1960, apresentaram afastamento lateral e que 66,5% das edificações estavam implantadas no alinhamento, superando as construções com recuo frontal (33,5%) (Figura 3)

A grande maioria das moradias era térrea (96,9%) e exclusivamente residencial (95,5%). Nos sobrados predominou o uso único e a atividade mista complementar (comércio ou serviços) apareceu somente nas edificações implantadas no alinhamento da via pública. No padrão tradicional de lote, com reduzida testada e grande profundidade, a planta da casa desenvolveu-se como seqüência de cômodos, com a organização da planta atrelada a essa forma específica de lotes (e não à maneira de implantação da casa no terreno), uma vez que neste quesito as distintas categorias tipológicas de implantação apresentaram mesmo esquema de planta arquitetônica.

Figura 3: Processos de construção: tipologias de implantação da casa no lote (tradicional no alinhamento e sem afastamentos; no alinhamento e com afastamento lateral; com recuo frontal, com ou sem afastamento lateral; isolada no terreno; e implantada nos fundos do lote urbano).



Fonte: APHRC.

Na situação mais freqüente, na parte frontal da edificação estava localizada a peça de recepção denominada "terraço" ou "área" e um dos "dormitórios". No centro da planta a "sala" articulava a circulação interna e distribuía os passos para o quarto frontal, um segundo quarto central e a "cozinha" localizada na parte posterior, com saída para o quintal. Em prolongamento do telhado da edificação principal havia "rancho para tanque" e "W.C." (abreviação de "water closet"), que poderiam estar localizados em construção anexa. Na situação de exceção a sala estava implantada na parte frontal da planta, seguida dos dormitórios isolados pelo "corredor" que conduzia à cozinha. Quando havia uma segunda "sala" destinada à sociabilidade intrafamiliar, estava localizada no centro da planta, apresentava significativa dimensão e recebia a denominação de "varanda", apresentando tamanho e localização que lembravam o tradicional cômodo da casa colonial brasileira. Poderia também ser denominada "copa" e estar vinculada à cozinha, possivelmente utilizada para a tomada das refeições. Quando o banheiro era interno estava localizado próximo à cozinha, compondo com ela o "par-hidráulico" para economia dos encanamentos, muitas vezes importados. Estreito corredor ou pequeno "hall" impedia o acesso direto dessa peça com os demais cômodos, como determinava a legislação edilícia. Alguns exemplos apresentavam edificações anexas no quintal destinadas ao "depósito" e à "garagem". Essa última poderia estar disposta na parte

frontal da planta, diretamente no alinhamento, com a denominação de "abrigo", muitas vezes com dupla função de peça de acesso (terraço) e de serviço (garagem). A "edícula" era construção anexa no fundo do lote e apresentava aposentos da empregada doméstica (pequeno dormitório e W.C.) e lavanderia (antigo rancho para tanque), às vezes, depósito e garagem. Nas edificações com uso misto complementar, a peça a ele destinada estava localizada na parte frontal da edificação no alinhamento (valendo-se da proximidade com a rua), preferencialmente em lote de esquina. Após este cômodo, que raramente dispunha de comunicação direta com o interior do domicílio, a planta organizava-se na seqüência de peças. Nos sobrados, o uso misto estava localizado no pavimento térreo, com pelo menos duas situações distintas: somente na parte frontal da planta, raramente com acesso ao domicílio, seguido das peças destinadas ao "estar" e aos "serviços" (dormitórios estavam no pavimento superior), ou ocupando todo o térreo, onde a moradia organizava-se no pavimento superior, com acesso independente.

Em média, os cômodos do setor "íntimo" (dormitório, banheiro interno e varanda/copa) representaram 38,2% da área da planta, seguidos dos espaços destinados aos "serviços" (cozinha, despensa, banheiro externo, rancho para tanque, depósito/garagem/edícula), com 32,6%. O setor de "estar" (terraço, sala, escritório) apresentou a taxa de 23,5% e os espaços destinados à "circulação" interna (corredor e "hall") e ao "uso misto" (armazém, loja, salão), dispunham das médias gerais mais reduzidas, respectivamente, 4,7% e 1,0%. A maior taxa do setor "íntimo" pode ser justificada pela maior ocorrência dos dormitórios, geralmente duas peças. A significativa porcentagem do setor de "serviços" foi decorrente do aumento da incidência das edificações anexas no quintal, principalmente do W.C. e do rancho para tanque. A taxa permanece intermediária no setor de "estar", porque praticamente não houve aumento na ocorrência da sala e do terraço. Pouco espaço na planta estava dispensado aos corredores e o uso misto complementar foi pouco recorrente entre as habitações. Em relação ao número de peças, a média geral foi de 6,5 cômodos por habitação, sendo 6,1 em 1936 e 6,9 em 1948. No setor de "estar" o "terraço" era a peça que permitia a entrada no interior do domicílio e quando a edificação não dispunha de terraço, o acesso ou era feito pelo afastamento lateral descoberto ou a entrada na casa se dava diretamente pela sala ou pela varanda. A "sala" era peça destinada ao recebimento de visitas e, na inexistência de outra peça destinada ao "estar íntimo", ela poderia acumular funções de estar social e de convivência intrafamiliar. Basicamente a sala estava localizada de duas maneiras: na parte frontal ou no centro da planta arquitetônica, quando organizava a circulação interna, dispensando corredores. Os "dormitórios" foram destaque do setor "íntimo" e indicaram a ocorrência de mais de uma peça por habitação, geralmente duas, sendo uma delas frontal e com janela

destacada na fachada por elementos decorativos, e a outra localizada no centro da planta. O esquema de circulação interna, ora pela varanda ou sala, ora pelos estreitos corredores, garantia a individualização desses cômodos, diferente do que ocorria na casa colonial, onde constituíam passagem para a parte posterior da edificação. No setor de "serviços", a "cozinha" estava localizada na parte posterior da planta arquitetônica, podendo constituir prolongamento do corpo da construção, com pé-direito e espessura das paredes reduzidos, muitas vezes sem forro no teto e sem ladrilhos no chão. Nos casos mais recentes, essa peça fazia parte da edificação principal e, por economia de encaamentos, estava próxima ao banheiro interno, constituindo com ele o "par-hidráulico". A cozinha poderia estar associada à "copa", compondo conjunto destinado, respectivamente, ao preparo e à tomada das refeições. Algumas vezes essa peça estava acompanhada da despensa, que era cômodo destinado à guarda de alimentos e utensílios domésticos. Os "banheiros" poderiam estar localizados de duas maneiras. Na situação menos freqüente, o cômodo estava no interior da edificação principal, próximo da cozinha e compondo com ela o "par-hidráulico", ainda que sem comunicação direta com os demais cômodos da moradia. Na situação mais freqüente, o cômodo estava no exterior do domicílio, em edificação anexa no quintal, junto do rancho para tanque ou em construção precária isolada do corpo da casa. Embora a sua ocorrência fosse mais reduzida, a dimensão da peça interna era sempre maior que a externa, sendo ainda significativa, principalmente nos primeiros exercícios, a porcentagem de novas construções que não apresentaram peça destinada aos banheiros. O "rancho para tanque" estava sempre situado na parte posterior da edificação, e na maioria dos casos era acessado pela cozinha, podendo constituir prolongamento da edificação principal ou estar em precária construção anexa. Nos casos mais recentes, na "edícula", também no fundo do quintal, localizava-se a "lavanderia", peça de padrão construtivo igual ou semelhante à edificação principal, e que viria tomar lugar do antigo rancho. O "depósito externo, edícula ou garagem", também localizado em edificação anexa na parte posterior da edificação, aumentou em ocorrência e dimensão média. Espaços destinados à "circulação" denominados corredores e "*halls*" ou vestíbulos tinham a função de organizar os passos no interior do domicílio, individualizando as peças. Os primeiros normalmente eram estreitos e compridos, longitudinais e conduziam os passos das peças frontais para as posteriores, isolando e garantindo a privacidade dos cômodos situados no centro da planta, freqüentemente os dormitórios. Poderiam também constituir "ante-câmara", impedindo o acesso direto entre o banheiro interno e a cozinha. Os segundos tinham maiores dimensões, aparecendo no centro da planta e no

pavimento térreo das edificações sobradadas, cuja escada possibilitava o acesso ao pavimento superior.

A pesquisa na legislação permitiu confirmar informações quantitativas nas plantas arquitetônicas e inferir sobre aspectos qualitativos dos materiais de acabamento das edificações. Medidas de saneamento dos lotes foram observadas na lei municipal de 1911, que determinou que terrenos fossem inicialmente drenados e aterrados com terra livre de material orgânico, exigência que foi confirmada nas leis de 1917, 1918 e 1921. Em Rio Claro, nivelamento e alinhamento dos terrenos eram obrigatórios desde 1867 e foram exigidos sempre que o texto legal fazia referência às construções e reconstruções. O serviço deveria ser solicitado à Câmara e seria executado pelo arruador, mediante pagamento de taxa, cobrada por metro linear de testada. Fechando terrenos e garantindo "pano contínuo" da sequência de testadas, muros de 12 palmos (2,64m) de altura no Código de 1867, estariam rebocados, caiados e cobertos de telha, estando proibidas cercas de madeira.

Sobre afastamentos laterais, na lei municipal de 1893 as casas poderiam ser implantadas de duas maneiras: no alinhamento ou recuadas deste em 4,40m. Em 1911 o recuo frontal aumentou para 5,00m, reduziu para 4,00m em 1917 e assim permaneceu na codificação de 1918 e da lei de 1921. Entre duas edificações vizinhas a distância lateral deveria ser de 3,00m, em 1917. A codificação de 1918 e a lei de 1921 estabeleceram que afastamento lateral mínimo deveria ser de 1,50m, de ambos os lados e, entre duas edificações vizinhas, a distância seria de 3,00m. Os prédios poderiam ser geminados, desde que aos pares, pois não era permitida mais de uma parede em comum.

Para manter a padronização da altura das fachadas e do arranjo entre "cheios e vazios", as posturas municipais também determinavam medidas que respeitavam os princípios da composição e harmonia. Em Rio Claro esteve presente nos textos legais a obrigatoriedade de rebocar, caiar ou pintar as testadas das edificações no perímetro de vigência das posturas. O Código de Posturas de 1867 determinou a altura mínima de 20 palmos (4,40m) para a testada das edificações urbanas térreas, ou então 38 palmos (8,36m) nos sobrados, sempre caiadas ou pintadas, nunca riscadas, ostentando placas de numeração do prédio e de denominação de ruas. Em 1884 foram mantidos os 4,40m, mas a medida dos sobrados foi alterada para 3,96m, por andar. No Código de 1893 a altura das casas térreas reduziu-se para 4,30m e sobrados deveriam ter 4,50m no pavimento térreo, 4,25m no primeiro andar e 4,00m no segundo pavimento. A dimensão da testada foi aumentada e padronizada para 5,00m em 1911, podendo reduzir-se para 4,00m nos sobrados (ou se o cômodo tiver forro de madeira) e para 3,50m nas sacadas no interior do

terreno. Em 1917 e em 1918 a altura da testada foi reduzida para 4,00m. A lei de 1921 determinou como sendo de 3,80m a altura das casas comuns, podendo reduzir-se para 3,00m nas casas com dois planos, sendo o térreo utilizado para atividades de permanência diurna e o superior para dormitórios. Em relação às platibandas, a lei de 1911 determinou que tivessem 0,80m de altura e a linha do telhado fosse guarnecida com cimalha de saliência até 0,35m. O Ato municipal nº14, de 1932, determinou prazo para a construção de platibandas, como medida para acelerar o embelezamento das construções urbanas.

A Câmara Municipal pretendia manter "*a elegância e a simetria das fachadas*", medida que foi reforçada com a determinação da composição das aberturas, como pode observamos no artigo 13 do Código de 1867: "*guardar-se-há a possível symetria nas portadas e claros das paredes da frente, devendo as portas e janellas ter pelo menos 5 palmos de largura, as portas 12 de altura e as janellas nunca menos de 8 palmos (...)*". Em 1867 e 1884, as portas deveriam ter 1,10m x 2,64m e as janelas 1,10m x 1,76m, sempre caiadas e pintadas, nunca se abrindo para o exterior. As dimensões foram aumentadas na altura em 1893, para 1,10m x 3,30m nas portas e para 1,00m x 2,00m para as janelas, com peitoril de 1,50m (embora o pé-direito tenha sido reduzido de 4,40m para 4,30m). Poucas foram as alterações em 1911: portas de 1,10m x 3,00m e janelas com 1,00m x 2,00m, com peitoril de 1,80m. Significativa alteração nas medidas das aberturas ocorreu na lei municipal de 1917, onde a dimensão deixou de ser considerada exclusivamente como elemento de composição estética das fachadas e passou a ser determinada em relação ao tamanho do compartimento: 1/5 a 1/6 para dormitórios e 1/6 a 1/8 para os demais. O Código de Obras de 1918 e a lei municipal de 1921 confirmaram a relação, somente vinculando as taxas de 1/5 a 1/6, para cômodos de permanência prolongada e, 1/6 a 1/8, para cômodos de permanência esporádica. Ainda em 1921 o peitoril foi rebaixado para 0,90m. Segundo o Código de Obras de Rio Claro, de 1918, "*todos os commodos deverão receber luz directa e ter aberturas para o exterior em quantidade sufficiente para o bom arejamento dos mesmos. Paragrapho único: A proporção das aberturas para a área dos commodos, deve variar entre limites de 1/5 a 1/6 para os dormitórios e de 1/6 a 1/8 para os outros compartimentos*".

A orientação técnica para a espessura das paredes apareceu na lei municipal de 1917: 0,15m para externas, aumentando 0,15m, por andar nos sobrados. No texto municipal de 1918 as paredes externas de tijolo comum de argila, de 0,30m aumentaram 0,15m, por andar nos sobrados. As paredes internas de tabique revestido de argamassa deveriam ter 0,15m de espessura. A lei de 1921 definiu que paredes externas fossem de 0,25m (para

sobrados, 0,30m no pavimento térreo e 0,25m nos superiores) e internas de 0,30m (nas casas comuns) e de 0,15m (nas moradias duplas e operárias). A lei de 1917 determinou que a argamassa para assentar os tijolos fosse padronizada e constituída de 1 parte de saibro, 1 de cal e 3 partes de areia, não se permitindo paredes de barro. Pelo Código de Posturas de 1893 os canos de águas pluviais deveriam estar embutidos no interior das paredes, com os condutores passando por baixo das calçadas e esgotando nas sarjetas.

Importante preocupação com a higiene das habitações pode ser verificada quando da obrigatoriedade dos porões, que tinham a função de isolar a habitação da umidade do solo. Na legislação rio-clarense a determinação da altura do porão apareceu em 1911, como sendo de 0,15m nas casas operárias (para redução de custos), de 0,80 nas casas comuns e de até 2,50m se fosse habitável, sempre com a exigência de aberturas (0,50m x 0,30m) que garantissem a constante ventilação e a satisfação das condições de higiene. Em 1917 passou a ser exigido, além dos 2,50m, que o piso fosse de material impermeável e que o local cumprisse as condições de higiene. A menor dimensão das aberturas dos porões foi padronizada em 0,80m em 1918 e reduzida para 0,50m em 1921. A lei de 1921 também estabeleceu que os porões de 2,50m de altura pudessem estar a 1,00m abaixo do nível do passeio, desde que tivessem piso revestido de concreto e cimento.

A lei municipal de 1911 determinou que os alicerces fossem executados em alvenaria de pedra (obrigatório nos sobrados) ou em tijolos requemados, com profundidade de 0,70m e largura correspondente ao corpo da edificação. A lei municipal de 1917, apesar de não estabelecer medida, colocou que os alicerces deveriam ser *"calculados de forma que a pressão por unidade de superfície não exceda a suportada pelo terreno"*. Concreto, pedregulho, cimento ou cal hidráulica foram permitidos em 1918. A referida pressão do terreno foi definida na lei municipal de 1921, como sendo de 80Kg a 200Kg a carga por metro quadrado, para casas comuns e, de 300Kg a 600Kg, para casas de reuniões públicas. Essa base das edificações estaria ainda protegida por calçamento que variou entre 1,00m em 1911, reduziu para 0,50m em 1917, e assim permaneceu em 1918 e em 1921, sempre executado em cimento ou tijolo requemado rejuntado com cimento.

Quanto às coberturas, os códigos municipais de 1867, 1884 e 1893 proibiram construções em "meia-água", cobertas em capim, palha ou sapé. Na lei de 1921 os telhados receberam especificações técnicas: deveriam estar calculados de forma a suportar a carga de 140kg/m², excluído o peso do vigamento, a distância máxima entre as tesouras deveria ser de 3,00m e, ainda, as telhas de barro deveriam estar inclinadas em 25º e conter dispositivos para ventilação do madeiramento. Para duas ou mais casas juntas a

cobertura poderia estender-se ao conjunto, desde que a parede divisória ultrapassasse em 0,30m o nível do telhado.

Por todas essas informações, afirmamos que os processos de construção, que constituem a série documental "Obras Particulares", pertencente ao fundo "Prefeitura Municipal", para além do valor probatório original do documento (que é o de registrar o procedimento oficial de construção na cidade de Rio Claro), apresentam potencial informativo enquanto fonte de pesquisa de aspectos, comportamentos e valores de uma sociedade diferente da atual, especialmente relacionada à produção da arquitetura oficial no município (BASSO; FERREIRA, 2017).

E O MEIO!

Arquivos e Documentos de Arquitetura como fio condutor da gestão O tratamento técnico, o acesso e a difusão do conjunto documental

Resultado da acumulação orgânica dos registros do procedimento para construção do Departamento Municipal de Obras Públicas, os documentos de arquitetura encontram-se sob custódia do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, de acordo com a sua atribuição legal. Encontram-se armazenados nos Arquivos Permanente (entre 1936 e 1940) e Intermediário (entre 1941 e 1960), em ambiente fechado (livre de poeira e poluição ao ar) e controlado artificialmente nos quesitos temperatura (mantidos em temperatura média entre 15 e 22 graus Celsius) e umidade (aparelhos termo-higrômetros regulados entre 45 e 60% de umidade relativa do ar), dispostos em estantes metálicas. Após as ações de conservação preventiva, como higienização (retirada de poeira) e desmetalização (extração de elementos metálicos), estão acondicionados em caixas de polipropileno, no sentido vertical, com notação para orientar sua localização no extenso acervo (Figura 4).



Figura 4: Processos de construção: higienização, desmetalização e acondicionamento dos documentos, no Laboratório de Conservação do Arquivo Permanente. Foto: a autora (2018).

Reconhecido o potencial informativo e a necessidade de se preservar o patrimônio documental para a história da cidade, estabeleceu-se como prioridade a digitalização e a difusão deste material recorrentemente solicitado para consulta, pela Prefeitura Municipal (como documento probatório) e pelos pesquisadores (como documento histórico). O processo de digitalização, respeitando a fragilidade do suporte em papel, já desgastado pela ação natural do tempo e/ou manuseio contínuo, está sendo feito mediante a tomada de imagem fotográfica, que é corrigida por meio de programa computacional e convertida em registro digital. Essa extração das informações para a elaboração de instrumento de acesso informatizado está sendo pensada juntamente com a elaboração de instrumentos específicos de descrição dos documentos de arquitetura, que associem a terminologia arquivística com a nomenclatura encontrada no material gráfico e textual.

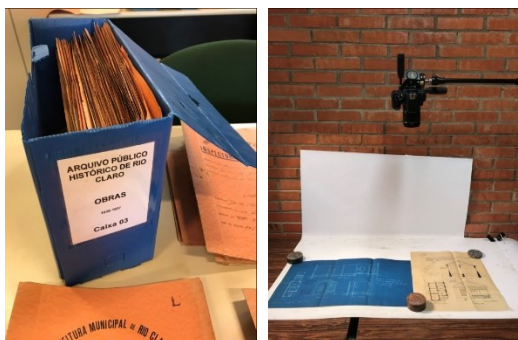


Figura 5: Processos de construção: acondicionamento e digitalização dos documentos no Laboratório Fotográfico do Arquivo Permanente. Foto: a autora (2018).

O desafio atual é formular instrumentos de arranjo e de descrição dos documentos que, mais específicos do que os estabelecidos pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), ofereçam ao consulente repertório preciso do potencial informativo de cada espécie ou tipo. A criação desse vocabulário específico para designar documentos originários de atividades relacionadas com a construção civil deve considerar as particularidades dos documentos de arquitetura e a legislação edilícia que definiu procedimentos e normas construtivas para edificações em Rio Claro. Essa padronização de instrumentos de pesquisa contribui na organização dos documentos de arquivo e no amplo acesso ao potencial informativo da fonte original, respectivamente na formulação e no compartilhamento da base unificada de dados.

Referências (fontes secundárias)

ALBINO, C.M. **Arquivos da construção civil**. Projeto de pesquisa (FAPESP). FFLCH/USP, São Paulo: 2018.

BASSO, T.G.; FERREIRA, M.C.B.F. **A casa mais que morada. Os processos de construção como fonte para a história urbana de Rio Claro na década de 1930**. Artigo apresentado no V Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: 2017.

FERREIRA, M.C.B.F. **A edificação residencial urbana paulista. Estudo de caso: Rio Claro, 1936-1960**. Dissertação (mestrado) – FAU/USP, São Paulo: 2002.

_____. **Higiene e habitação: o controle da atividade edificativa em Campinas: 1880-1934**. Tese (doutorado) – IAU/USP, São Carlos, 2016. –

FERREIRA, M.C.B.F.; BASSO, T.G. **As fontes documentais e a escrita da história da arquitetura. Os processos de construção de edificações particulares e o patrimônio edificado pelos construtores anônimos em Rio Claro/SP, entre 1936 e 1960**. Artigo apresentado no V Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: 2017.

Cidade, arquitetura e moradia como objetos de pesquisa: uma trajetória

City, architecture and dwelling as research objects: a trajectory

Ciudad, arquitectura y vivienda como objetos de investigación: una trayectoria

Natalia Cappellari de Rezende [16]

[16] Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGAU/IAU-USP), na linha de pesquisa Territórios e Cidades: Transformações, Permanências, Preservação. Desenvolve o projeto de pesquisa intitulado *Moradia urbana nas cidades da Mogiana: entre São Paulo e Minas Gerais (1878-1930)*, financiado pela Fapesp (Processo nº 2019/26031-6). Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, também pelo IAU/USP, com a pesquisa *A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865-1940)*, com apoio financeiro do CNPq (Processo nº 153114/2016-9). Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Federal São João del Rei (2020); Gestão de Cidades e Planejamento Urbano pela Universidade Cândido Mendes (2018); Restauro, luminotécnicas e novas tecnologias pela Università degli Studi Roma Tre, UNIROMA – Itália (2017); e Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2014). Integra o grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (cadastro no CNPq) desde 2016. Integra a rede de pesquisadores sobre o tema *Construtores italianos no estado de São Paulo*, coordenada pelo Prof. Dr. Miguel Buzzar (IAU/USP). Membro Associado do Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio no Brasil - CICOP/Brasil. Membro coordenador no DOCOMOMO - SP. Possui experiência acadêmica e profissional na área de arquitetura e urbanismo, produção do território, moradia urbana, cidade e modos de vida do século XIX e XX, paisagem, agentes da construção civil, preservação e patrimônio cultural, sobretudo no recorte dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.
ORCID-ID: 0000-0003-4976-8718
<http://lattes.cnpq.br/7407139677466548>
nataliacrezende@yahoo.com.br

O capítulo trata de um relato crítico de vivências e de trajetória de trabalho na área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, nos campos da pesquisa, extensão e ensino, como desdobramento do escopo proposto para o Terceiro Seminário do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (IAU/USP), na temática Depoimentos e Trajetórias. O texto reconstrói o percurso realizado ao revelar as principais experiências e temas de investigação, com destaque para história da arquitetura e da cidade, arquitetura da moradia urbana, ferrovia, memória e patrimônio, além de apontar os principais aportes na construção de um ferramental teórico de base à pesquisa. Aponta ainda as escolhas que resultaram na dissertação de mestrado A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865 - 1940) e a relevância dos resultados alcançados, determinantes para a proposição e desenvolvimento da pesquisa de doutorado em curso, a qual alarga o recorte para abranger a moradia e a cidade localizadas na divisa de estado entre São Paulo e Minas Gerais.

Infância e juventude

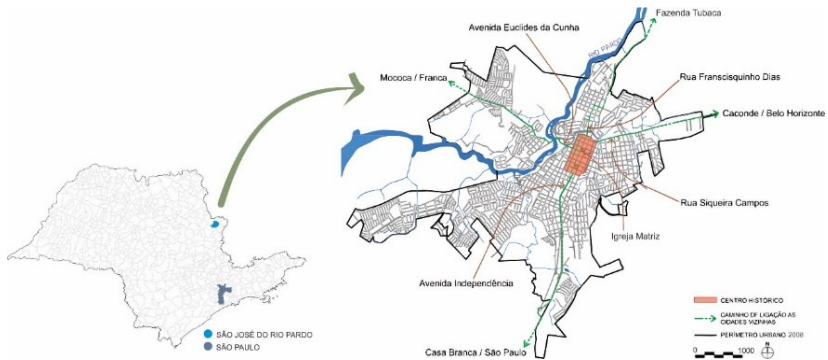
Encontrar uma única resposta que contemple todos os porquês que faço diariamente na tentativa de entender o meu interesse pela cidade, pela arquitetura e pela moradia é impossível. Então, buscarei em minhas lembranças reconstruir do passado o que considero substancial para que suscitasse e cultivasse em mim esse encantamento que resultou na dissertação defendida em fevereiro de 2019, na proposição do doutorado em desenvolvimento e na atividade docente. Por se tratar de um depoimento de trajetória de pesquisa e de relato crítico de vivências, começo este texto em primeira pessoa, entendendo o momento precedente como determinante e também como significado à minha própria história.

Nasci e cresci em uma cidade interiorana, São José do Rio Pardo, localizada na divisa do Estado de São Paulo com Minas Gerais, cujo centro foi reconhecido legalmente na década de 2000 como Histórico¹ (Figura 1), dado as inúmeras edificações ainda preservadas, mas já na iminência de serem demolidas. Era nesse Centro, mais especificamente na Praça XV de Novembro, que eu passava as tardes de domingo, brincando na fonte, assistindo as apresentações da banda no coreto e andando de trenzinho pelas ruas do largo da Igreja Matriz. Nesse espaço, até então circundado quase em sua totalidade por casarios construídos entre o final do século XIX e início do XX, que os meus olhares, um tanto quanto indiscretos, permitiam que o meu pensamento viajasse pelos interiores através de suas janelas e portas que se mantinham abertas até determinado horário, na tentativa de ajustar a minha imaginação ao cotidiano daquelas casas. Fascínio que aumentava a cada visita que fazia ao edifício do Museu Rio-pardense Arsênio Frigo² - reconhecido como bem patrimonial em 1979 - onde muitos objetos, como chaleiras, ferros, candelabros, vestimentas, documentos, e tantas outras preciosidades ficavam expostos.

¹ O Centro Histórico de São José do Rio Pardo é reconhecido pelo governo local através da Lei Municipal n° 2920, de 15 de janeiro de 2007, que "dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de São José do Rio Pardo, estabelecendo as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento territorial, e dá outras providências" (2007, p. 01).

² O edifício onde funciona o Museu Rio-pardense desde 1986 foi construído 100 anos antes para atender as atividades de câmara e cadeia. Em 1979, através de um decreto municipal, esse edifício foi tombado. Em 2010, o Conselho de Defesa e Estudos do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de São José do Rio Pardo (CONDEPHAC-SJRP) ratificou o tombamento no âmbito do município, seguido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT-SP), em 2015.

Figura 1 – Localização de São José do Rio Pardo no Estado de São Paulo e seu Centro Histórico.



Desenho: Natalia C. Rezende com base em mapa da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo (2019).

Ainda sem saber o que significava um bem ser reconhecido como patrimônio cultural, imaginava a sua importância ao ouvir, por repetidas vezes, as professoras do ensino fundamental discursarem sobre: a ponte metálica³, reconstruída pelo engenheiro e escritor Euclides da Cunha⁴, que foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT), em 1987; a Cabana de Zinco tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1939, e pelo CONDEPHAAT, em 1975; e a Casa Euclidiana (Figura 2) também tombada pelo CONDEPHAAT, em 1973, e que eu visitava com certa frequência em busca de material iconográfico utilizado nos trabalhos apresentados durante a festiva Semana

³ A ponte metálica denominada Euclides da Cunha foi projetada pelo engenheiro Heitor Geogotich e construída sob a responsabilidade de Arthur Pio Deschamps de Montmorency. Tal ponte foi aberta ao trânsito no dia 3 de dezembro de 1897 e, em 23 de janeiro de 1898, ela desabou após escavações em um dos pilares. Euclides da Cunha que atuava como superintendente de obras do Estado de São Paulo se responsabilizou pela reconstrução, reinaugurando-a em maio de 1901 (MASCHIETTO, 2002).

⁴ Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) era formado em Engenharia Militar e Ciências Naturais pela Escola Superior de Guerra. Trabalhou como escritor e jornalista para o jornal "O Estado de São Paulo" que o enviou para cobrir a Guerra de Canudos. Atuou ainda como superintendente de obras do estado de São Paulo e escreveu partes do livro *Os Sertões* enquanto fiscalizava a reconstrução da ponte metálica em São José do Rio Pardo (DEL GUERRA, 2010; MASCHIETTO, 2002; REZENDE E BORTOLUCCI, 2017).

Euclidiana. Ano após ano vivenciando a experiência dessa tradição⁵ que foi “inventada”⁶ em 1912 com o objetivo de rememorar e homenagear Euclides da Cunha e as benfeitorias realizadas por ele em terras rio-pardenses (ABREU, 1994), acabou por contribuir na criação e manutenção de laços de identidade e pertencimento com São José do Rio Pardo.

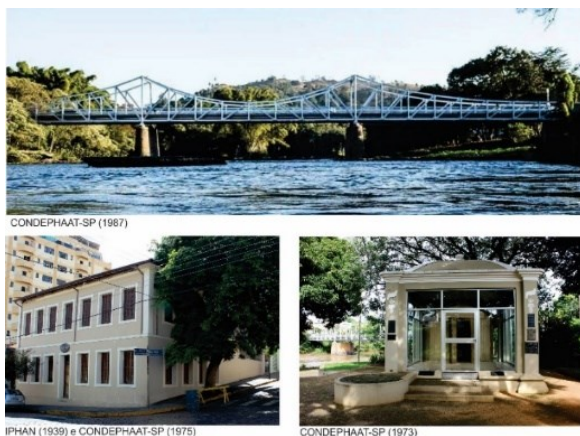


Figura 2 – Ponte Metálica Euclides da Cunha, Casa Euclidiana e Cabana de Zinco. Fonte: Natalia C. Rezende (2016).

Outro fator que hoje considero importantíssimo nesse processo foi o gosto que tomei pela arte ainda na infância, o que me levou a frequentar uma escola de pintura e ilustração, sendo que a principal atividade desenvolvida era o desenho de observação da paisagem, tomando como objeto o rural e os casarios do Centro Histórico. O caminho até a graduação em arquitetura e urbanismo estava sendo trilhado sem que eu ao menos percebesse ou tivesse planejado.

⁵ “A Tradição Euclidiana rio-pardense foi construída a partir de um ponto de referência – produção do livro *Os Sertões* em São José do Rio Pardo –, e inscrita em uma relação de continuidade a partir de um marco de origem – romaria cívica no dia 15 de agosto de 1912 –, anos mais tarde institucionalizado como o Dia de Euclides e transformado em festa oficial, denominando-se de Semana Euclidiana” (REZENDE E BORTOLUCCI, 2017, p. 440). Para saber mais, ver Abreu (1994) e Maschietto (2002).

⁶ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade, em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado.” (HOBBSAWM, 1984, p. 09).

A difícil decisão não se assentou em qual curso de graduação eu iria concorrer a uma vaga através de vestibulares, uma vez que essa já tinha sido definida antes de chegar ao terceiro ano do ensino médio, e sim qual universidade frequentar após ser aprovada na graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Viçosa e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Poços de Caldas. A feliz decisão foi pela PUC, e eu explico o porquê.

Da graduação à pesquisa

Em 2010, logo no primeiro período do curso, tive a oportunidade de experienciar o trabalho de extensão e pesquisa junto ao *Grupo de Estudos Alternativos para o Habitat Sustentável* (GEAHAS - PUC Minas), na temática da sustentabilidade urbana, história e patrimônio cultural, sob coordenação das professoras Rosana Parisi e Glacir Fricke. *A criação e a construção com terra: Os jogos de descobertas para o RECRIANÇA de Poços de Caldas* foi a primeira experiência com a extensão e tinha como objetivo estimular as crianças e adolescentes de uma escola municipal de Poços de Caldas a se aproximarem dos materiais não convencionais ou alternativos e das construções sustentáveis, instigando a prática da fabricação de materiais que utilizassem terra crua como insumo principal. Seguindo a mesma temática foram desenvolvidas as seguintes pesquisas: *Metodologia para desenvolvimento de projeto baseada em princípios de sustentabilidade ambiental e 1º Módulo do Centro de Referência em Pesquisas para um habitat sustentável e eficiência energética*. A primeira objetivava desenvolver uma metodologia para elaboração de projetos e construções que proporcionassem melhor conforto térmico, acústico e luminoso utilizando materiais, componentes e tecnologias não convencionais, econômicos e de baixo impacto ambiental para serem aplicados em habitação de interesse social na cidade de Poços de Caldas. Já a segunda pesquisa, embasada pela primeira, objetivava desenvolver o projeto e definir os materiais, componentes e tecnologias a serem empregados na construção do Centro de Referência em Pesquisas para um Habitat Sustentável e Eficiência Energética nas dependências da PUC Minas, *campus* Poços de Caldas. Na qualidade de bolsista do Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) aprofundi as leituras em Porto (2010) e Lambert e Dutra (1997) dando continuidade às pesquisas realizadas anteriormente, dessa vez intitulada *2º Módulo do*

Centro de Referência em Pesquisa para o Habitat Sustentável e Eficiência Energética com objetivo de expandir o projeto e construir o Centro⁷.

Após a experiência com a pesquisa acadêmica e tendo como propósito ampliar o conhecimento da prática do arquiteto e urbanista estagiei na Secretaria de Planejamento, Obras e Serviços de São José do Rio Pardo onde tive a oportunidade de me aproximar do arquivo de projetos pela necessidade de regularização de obras públicas construídas na primeira metade do século XX. A desorganização do acervo que misturava projetos públicos e privados resultou na conveniência de conhecer o interior de vários daqueles casarões que eu observava na infância e que ainda não havia tido a oportunidade de visitar. A fascinação em cada projeto aberto correspondia a descoberta de uma relíquia, reascendendo o desejo de saber mais sobre aquelas obras, que só seriam estudadas por mim após eu ter contato com as diretrizes e metodologia do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Foi na Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, dentro da Diretoria de Patrimônio Construído e Tombamento do município de Poços de Caldas - MG, que desenvolvi pesquisas e trabalhos que tinham como objetivo compreender a produção arquitetônica atrelada às transformações urbanas com vistas à produção e ao desenvolvimento de um plano de inventário para fundamentar processos de tombamento e laudos de bens tombados. Esses trabalhos exigiram o aprofundamento de leituras, sobretudo no que diz respeito a patrimônio cultural, inventário, tombamento, paisagem e transformação urbana e arquitetônica. Dentre as bibliografias, destaco: Choay (2001), Motta e Silva (1998), Meneguello (2000), Arantes (1984), Lemos (1989a), Reis Filho (2011) e Marx (1991). Os princípios básicos de proteção ao patrimônio cultural exigiram ainda a interlocução com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico (CONDEPHACT - Poços de Caldas) e com a legislação, demandando uma dedicação especial com a base legal, além da sustentação teórica em autores que tratam do tema, como Fonseca (1997) e Chuva (2012). De modo semelhante, a necessidade de restauro das *Thermas Antônio Carlos* e do *Palace Cassino* e a intervenção em espaços e edifícios tombados para adequação às normas de acessibilidade, como ocorreu com o Espaço Cultural da Urca, a Fonte dos Amores e o complexo do Cristo Redentor, nos exigiu domínio de projeto e o conhecimento das linhas de pensamento de restauro, sobretudo com John Ruskin, Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Gustavo Giovannoni, Cesare Brandi e Alois Riegl.

⁷Para saber mais sobre a pesquisa, o projeto, os materiais, componentes e tecnologias empregados, ver cópia impressa do relatório desenvolvido por Rezende (2012) e demais trabalhos do GEAHAS - PUC Minas.

A experiência teórica e prática adquirida durante o período de trabalho na Diretoria de Patrimônio Construído e Tombamento do município de Poços de Caldas e o contato com o arquivo de projetos ao estagiar na Secretaria de Planejamento, Obras e Serviços de São José do Rio Pardo foram fundamentais para que eu me aproximasse do tema patrimônio e preservação e desenvolvesse, em momento mais consciente dos meus interesses de pesquisa, o estudo intitulado *A construção urbana através da memória social coletiva: entre o rio Pardo e São José*, financiado pela FAPEMIG, e o Trabalho Final de Graduação, *Construindo a história através da memória: reabilitação do patrimônio urbano e arquitetônico de São José do Rio Pardo* (Figura 3). A base teórica de ambas as discussões se assentou em Halbwachs (1990), Meneses (2006), Rubino (1992), Mariani (1999), Marx (1991), Lemos (1989a) e Reis Filho (2011), além de historiadores locais, como Del Guerra (2001) e Trevisan (1980), e teve como objetivo compreender a produção do urbano e da arquitetura rio-pardense a partir da memória social coletiva. Alguns dos principais resultados acerca dessas pesquisas foram apresentados e publicados na Segunda Semana de Arqueologia da Unicamp: História e Cultura Material: Desafios da Contemporaneidade (2015), no artigo "A paisagem cultural e o tecido urbano de uma cidade do interior paulista: São José do Rio Pardo – SP; no Fórum Mestres e Conselheiros: Agentes multiplicadores do patrimônio - 'Os desafios da educação patrimonial' (2015), intitulado "Transformações urbanas e arquitetônicas como princípio do planejamento urbano e política de preservação: o caso de São José do Rio Pardo"; e na Eleventh International Conference of Young Heritage Researchers/The Spectacle of Heritage (2015), no artigo "A ponte metálica Euclides da Cunha: entre o passado e o presente".

Figura 3 – Proposta de reabilitação de ruas e edificações rio-pardenses do Trabalho Final de Graduação.



Fonte: Natália C. Rezende (2014).

Indispensável para o avanço dessas pesquisas foi a participação no Conselho de Defesa e Estudos do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (CONDEPHAC-SJRP) rio-pardense, e

mais ainda para a proposição de sua continuidade através de um mestrado. Isso porque viver junto às raízes, ouvir as memórias dos mais velhos, a melancolia de tudo que foi um dia, rever a paisagem através das falas e fotografias e perceber a sua rápida transformação, além das fragilidades existentes na política patrimonial e a falta de informações que auxiliem a sociedade local a compreender as razões e a importância de sua manutenção, me instigaram a fazer mais, visando o (re)conhecimento da história da cidade e de sua arquitetura. Desse modo, no ano de 2015 cursei quatro disciplinas em programas de pós-graduação, sendo duas⁸ na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FEC- Unicamp) e outras duas⁹ no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP). Esse período foi fundamental para que eu pudesse organizar as minhas intenções de pesquisa e participasse dos processos seletivos dos programas de pós-graduação anteriormente citados, sendo aprovada em ambos.

À vista disso, iniciei em 2016 a pesquisa de mestrado intitulada *A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865-1940)*¹⁰, sob a orientação da professora Dra. Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci no IAU/USP. Como explícito no título, esse trabalho trata da moradia urbana do ciclo do café, considerando como recorte espacial o Centro Histórico da cidade de São José do Rio Pardo, notadamente entre os anos de 1865 e 1940. Teve como principal objetivo identificar, compreender e analisar "a moradia urbana a partir das características arquitetônicas, formais e compositivas, verificando os usos e arranjos internos, os partidos adotados e as técnicas construtivas empregadas, atrelados às transformações urbanas e aos agentes envolvidos" (REZENDE, 2019, p. 11).

Definimos — a partir daqui seguimos o texto com nós — o método de modo a cumprir o objetivo estabelecido. Sendo assim, buscamos direcionamento em autores como Lepetit (2001) que aponta a conveniência da articulação entre espaço e tempo ao condicionamento das circunstâncias sociopolítico-econômicas e culturais como fatores

⁸ Disciplina AQ080 - Preservação urbana e arquitetônica: a preservação do patrimônio cultural edificado em centros urbanos: conceitos, diretrizes e estratégias, ministrada pela professora Dra. Regina Andrade Tirello, e AQ079 - Planejamento de cidades de pequeno porte, ministrada pelos professores Dr. Lauro Luiz Francisco Filho e Dra. Gisela Cunha Viana Leonelli.

⁹ Disciplina IAU5909 - A Cidade no Século XIX: Representações e Projetos, oferecida pela professora Dra. Telma de Barros Correia, e IAU5908 - Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX, ministrada pela professora Dra. Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci.

¹⁰ Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), processo nº 153114/2016-9.

determinantes para a análise da diversidade arquitetônica. Além disso, consideramos fundamental seguir as indicações de Pesavento (2004) de cruzar

diferentes fragmentos, como em um puzzle, onde peças de variadas épocas — planos, fotos, pinturas, desenhos, mapas — em composição, permitam juntar partes de forma a compor uma cena. É preciso ousar combinações e correspondências, fazendo viajar, no tempo e no espaço, imagens e textos que possam revelar as cidades ocultas sob a cidade do presente. (PESAVENTO, 2004, p. 29).

O embasamento teórico ocorreu com a revisão bibliográfica realizada em livros, periódicos, artigos, dissertações, teses e bases de dados eletrônicas. Dentre os quais, destaco importantes autores nas áreas de interesse da pesquisa, como Monbeig (1998) e Matos (1990) que discutiram a expansão da cultura cafeeira e da construção de ferrovias no estado de São Paulo, incluindo a região de São José do Rio Pardo; Ghirardello (2010), Marx (1991) e Reis (2000) que abordaram o processo de ocupação e desenvolvimento do urbano, a configuração do traçado e dos espaços; Debenedetti e Salmoni (1981) e Francisco (2013) que apresentaram os embates criados e quem foram as pessoas envolvidas no processo de construção das edificações urbanas de São Paulo e Campinas, fossem elas construtores, práticos licenciados e profissionais titulados; e Lemos (1989), Fabris (1987), Bortolucci (1991) e Correia (2004) que trataram da arquitetura e suas transformações atreladas aos materiais, aos agentes, à legislação edilícia municipal e estadual e às tendências e gostos. O levantamento documental em arquivos públicos e privados foi outra etapa que teve como objetivo aprofundar e fundamentar o processo investigativo sobre os objetos em análise. Os principais documentos levantados foram os materiais iconográficos, jornais, revistas, almanaques, notícias, crônicas, notas de viagem, mapas, planos urbanos, atas da câmara, cartas de aforamento, leis, decretos, códigos, transcrições, solicitações de licença para construção e de ligação das redes de água e esgoto. Etapa determinante para o desenvolvimento da dissertação foi o levantamento de campo realizado a partir de um percurso estabelecido em todo o Centro Histórico a fim de identificar e fotografar as moradias construídas no período de 1865 e 1940 com características ainda perceptíveis. Após a identificação, realizamos o levantamento métrico e fotográfico interno das residências, e nos casos em que não conseguimos o acesso, suprimos a falta de informações com desenhos de plantas e elevações constantes nos projetos arquivados na Secretaria de Obras; fotografias antigas e atuais; e descrição falada de antigos moradores e conhecedores do Centro

Histórico e das moradias¹¹. Aliás, foi através dos projetos arquivados que conhecemos vários nomes que atuaram na construção civil rio-pardense, somando-se a outros que descobrimos nos livros de impostos e na produção historiográfica de autores locais.

Todo o conteúdo da dissertação foi organizado em três "capítulos limitados por espaços temporais em que fatos relevantes incidiram e ocasionaram alterações na produção residencial e no modo de morar" (REZENDE, 2019, p. 39). À vista disso, o primeiro capítulo abarcou desde a fundação da cidade, em 1865, até 1902. Foi nesse período que o núcleo urbano inicial se consolidou com o desenvolvimento de inúmeras atividades urbanas, favorecido pelo avanço da produção cafeeira e da implantação da ferrovia. Vinculada a essas transformações, a arquitetura da moradia urbana apresentou inovações técnicas e estéticas com a utilização do tijolo, da fundição e da ferraria, mas ainda esteve atrelada às características tradicionais e das casas de fazenda. O predomínio foi de casas térreas, implantadas nos limites dos lotes e apresentando diminuta preocupação com a composição da fachada. O segundo capítulo se inicia em 1903 quando o segundo Código de Posturas foi publicado e uma nova rede de água e esgoto inaugurada, e tem fim em 1917. Tais ações intervencionistas visaram à higiene e o embelezamento através da redefinição dos espaços e usos do ambiente da casa com a incorporação do banheiro no seu interior e o surgimento da copa como local de refeição, alterando inclusive os modos de se relacionar com o urbano. Na busca de privacidade e conforto, a moradia adotou o porão como elemento que garantia o distanciamento dos olhares indiscretos da rua e afastava o piso da umidade do solo, seguindo preceitos das correntes higienistas do final do século XIX. Em termos estéticos, a diversidade de expressões marcou a fachada das moradias, que se apresentou com elementos mais fortemente ligados à linguagem eclética. O terceiro capítulo se inicia em 1918 com a publicação do terceiro Código de Posturas, e tem fim no ano de 1940, quando o setor industrial, comercial e de serviço se torna mais relevante para a economia local, após anos de crise da economia cafeeira. Foi um período de significativas alterações legais, infraestruturais e urbanas com a construção de importantes equipamentos públicos, como escolas e hospital. Além disso, a paisagem urbana de aparência compacta, devido às edificações implantadas nos limites do lote com a via pública, se tornou mais permeável com moradias construídas isoladas no terreno, que passou a ser limitado frontalmente por mureta baixa, seguindo a tipologia do bangalô. Predominou a edificação sem porão, dado o desenvolvimento da técnica e dos materiais, como os impermeabilizantes e o concreto armado, que

¹¹ Essa etapa foi apresentada e publicada nos anais do V Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, em 2017 (REZENDE, 2017).

permitiram o desaparecimento da elevação da edificação do solo. O programa e a organização interna da moradia se alteraram para incluir o automóvel, já a edícula no fundo do lote e o alpendre lateral e frontal apareceram com mais frequência. Em termos de estética, sobressaíram as edificações que incorporaram elementos combinados da linguagem do neocolonial e do art-déco. Na figura 4 é possível observar imagens que representam a moradia urbana dos três períodos.

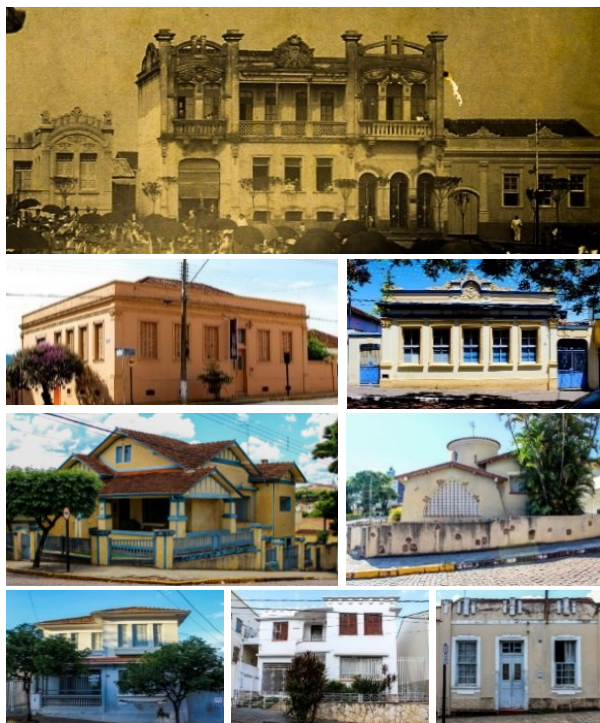


Figura 4 – Residências analisadas em nossa dissertação.
Fonte: Natalia C. Rezende (2019).

Além destas constatações, identificamos os principais personagens que atuaram na construção civil rio-pardense¹² e analisamos suas obras, o que nos permitiu afirmar as

¹² Para saber quem foram esses personagens, como e quando atuaram na construção civil rio-pardense, ver o artigo que publicamos nos Anais do Museu Paulista, "Anonimato historiográfico: a trajetória de Paschoal Artese na construção da modernidade urbano-arquitetônica rio-pardense" (REZENDE E BORTOLUCCI, 2020).

diferenças que houve entre as diversas gerações de profissionais que atuaram em São José do Rio Pardo em um período de 75 anos. Outra revelação importante e que contribuiu para abrir novas frentes de investigação foi a evidência da manutenção do que a historiografia consolidou como tradição mineira de construir e morar nas casas de São José do Rio Pardo. Alguns desses resultados foram publicizados na forma de artigo e capítulo de livro, entre os quais destacamos: "Italians in the construction of urban-architectural modernity in the Northeast of São Paulo-Brazil" e "Italian's architecture from the state of São Paulo", ambos publicados nos anais da *BRAU/CICOP-Itália* (2021); "Anonimato historiográfico: a trajetória de Paschoal Artese na construção da modernidade urbano-arquitetônica rio-pardense", publicado no periódico dos *Anais do Museu Paulista* (2020); "Arquitetura e paisagem: transformações e ressignificações do Centro Histórico de São José do Rio Pardo", presente no livro *Reflexões sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro: Homenagem aos 80 anos do IPHAN* (2020); "As Estações Ferroviárias e a Produção da Paisagem Urbana de São José do Rio Pardo", publicado no livro *Patrimônio como paisagem* (2019); "Entre projetos e fotografias: a identificação da arquitetura residencial da região central de São José do Rio Pardo", publicado nos *Anais do V Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação* (2018); e "A ingerência da higiene, da legislação e do poder político e econômico na construção e transformação da paisagem urbana na Primeira República: o caso de São José do Rio Pardo-SP", aceito (2021) para publicação na revista científica *Oculum Ensaios*.

E, ao tencionar as constatações, identificações e revelações proporcionadas pela pesquisa de mestrado, decidimos participar do processo seletivo de doutorado do IAU-USP com a proposta de ampliar a análise da moradia urbana, de modo a extrapolar a atual divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais, entendendo que essa produção é "fruto de um contexto cultural e de uma história social em que prevalecem os costumes tradicionais da sociedade e da própria comunidade e, portanto a oportunidade de ser analisada enquanto produção regional" (REZENDE, 2019, p. 341).

De modo objetivo, buscamos compreender melhor as transformações da moradia urbana no ciclo cafeeiro, e de modo especial os aspectos arquitetônicos, além das diversas questões que conformam uma cadeia complexa de ações que correlacionam com as cidades dessa porção do Nordeste paulista e Sudoeste mineiro e que envolveram Caconde-SP, Casa Branca-SP, São José do Rio Pardo-SP, Mococa-SP, Guaxupé-MG e Muzambinho-MG (Figura 5 e 6); e os agentes protagonistas dessas ações que imprimiram características singulares nos modos de construir e morar.

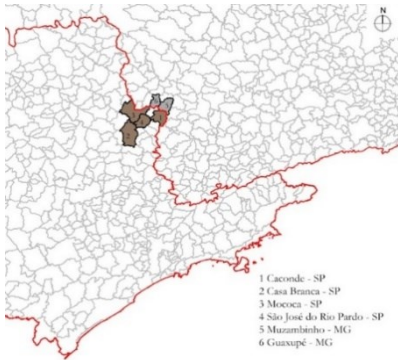


Figura 5 – Localização das cidades de Caconde, Casa Branca, São José do Rio Pardo, Mococa (Nordeste do estado de São Paulo), Guaxupé e Muzambinho (Sudoeste do estado de Minas Gerais) que fazem parte do recorte espacial da pesquisa. Desenho: Natalia C. Rezende (2020) com base em mapa do IBGE.

Figura 6 – Moradias urbanas de Caconde, Casa Branca, São José do Rio Pardo, Mococa, Guaxupé e Muzambinho, construídas entre o final do século XIX e início do século XX.



Fonte: Natalia C. Rezende (2018).

Como desdobramento, almejamos que essa tese amplie a compreensão da moradia urbana brasileira do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX como um artefato, resultado e vetor, de um contexto econômico, político, cultural e social.

Apesar da confiança na proposta submetida, de modo bastante inesperado, a nossa foi a melhor avaliada entre todos os 41 projetos de pesquisa encaminhados para concorrer a uma vaga no programa de pós-graduação, nível doutoramento, do referido Instituto, e está sendo desenvolvida com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Após a defesa de mestrado e a aprovação no doutorado, fui chamada para lecionar em instituições privadas do estado de São Paulo. A atuação como professora de disciplinas de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo acarreta desafios e, ao mesmo tempo, nos possibilita visitar bibliografias e cruzar fontes e informações que favorecem a nossa percepção da necessidade de revisão da historiografia da arquitetura brasileira.

Considerações finais

Escrever sobre a minha trajetória foi um desafio necessário para a percepção do quanto as vivências, as oportunidades e as escolhas direcionaram o trabalho em desenvolvimento. Logo, intentei com esse texto apresentar uma reflexão e também explorar a metodologia utilizada na identificação, compreensão e análise da moradia urbana, e das suas relações com as transformações urbanas, as regulamentações legais e os agentes envolvidos. Por fim, a relevância deste trabalho foi reconhecida através da proposição de sua continuação no doutoramento, como parte de um esforço de revisão historiográfica que entrelaça a história da arquitetura com a história da cidade.

Referências

ABREU, Regina. **Emblemas da nacionalidade: o culto feito a Euclides da Cunha**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n° 24, p. 66-84, 1994.

ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o Passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORTOLUCCI, Maria Â. P. C. S. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil - 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

DEL GUERRA, Rodolpho José. **No Ventre da Terra Mãe**. São José do Rio Pardo - SP: Graf-Center, 2001.

_____. **Unindo meus dois livretos São José do Rio Pardo: história que muitos fizeram, Conhecendo Euclides da Cunha**. S. J. do Rio Pardo, SP: Graf-Center, 2010.

DEBENEDETTI, Emma; SALMONI, Anita. **Arquitetura italiana em São Paulo**. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1981.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel/USP, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo - Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc / Iphan, 1997.

FRANCISCO, Rita de Cássia. **Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GHIRARDELLO, Nilson. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850/1900)**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HOBBSBAMM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

JOKILEHTO, J. Conceitos e idéias sobre conservação. In: ZANCHETTI, S. M. (Org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. CECI- Ed. Editora Universitária - UFPE, 2002.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. **Eficiência Energética na Arquitetura**. São Paulo: PW, 1997.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989a.

_____. **História da casa brasileira**. São Paulo: Perspectivas, 1989b.

MARIANI, Alayde. **A memória popular no registro do patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n28, 1999.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

MASCHIETTO, Carmen C. T. **A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e memória**. São Paulo: Arte & Ciência; São Paulo: UNIRIU, 2002.

MATOS, Odilon N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MENEGUELLO, Cristina. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano**. In: Vitruvius, Arqtextos, 003.05 e 003.06, ano 01, ago. 2000.

MENESES, Ulpiano B. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. IPHAN. **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo, IPHAN, p. 33-76, 2006.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria B. R. **Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto**. Esboços, Florianópolis, v. 11, n° 11, p. 25-30, 2004.

PORTO, M. **Processo de projeto e a sustentabilidade na arquitetura**. Editora: C4, 2010.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2011.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/1720**. São Paulo: Liv. Pioneira e Ed. da Universidade, 2000.

REZENDE, Natalia Capellari; BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. **A construção de discursos identitários e a mercantilização da cultura: a tradição euclidiana em São José do Rio Pardo**. In: I Seminário Nacional de História e Patrimônio Cultural GT ANPUH Brasil, Porto Alegre, Brasil, 2017.

REZENDE, Natalia Cappellari de; BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. (2020). **Anonimato historiográfico: a trajetória de Paschoal Artese na construção da modernidade urbano-**

arquitetônica rio-pardense. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 28, p. 1-35, 2020.

REZENDE, Natalia Capellari. **Entre projetos e fotografias: a identificação da arquitetura residencial da região central de São José do Rio Pardo.** In: V Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, Belo Horizonte, em 2017.

_____. **Construindo a história através da memória: reabilitação do patrimônio urbano e arquitetônico de São José do Rio Pardo.** Trabalho Final de Graduação (Monografia) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica, Poços de Caldas, 2014.

REZENDE, Natalia Cappellari de. **A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865-1940).** Dissertação (Mestrado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

RUBINO, Silvana. **As Fachadas da História.** Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO [Município]. **Lei nº 2920, 15 de janeiro de 2007,** disponível em: <https://camarasjriopardo.sp.gov.br/lei/>, acesso em mai. 2019.

TREVISAN, Amélia F. **A Ponte e a Cidade – Igreja Matriz – O Cristo Redentor Desceu na Colina – Santa Casa de Misericórdia – A Câmara Municipal de São José do Rio Pardo – Companhia Ramal Férreo do Rio.** São José do Rio Pardo, Editora: do Autor, 1980.

A pesquisa, o ensino, o trabalho coletivo: memórias e experiências profissionais no campo do patrimônio cultural

Research, teaching, collective work: memories and professional experiences in the field of cultural heritage

La investigación, el ensino, el trabajo colectivo: memorias y experiencias profesionales en el campo del patrimonio cultural

Rodrigo Sartori Jabur [17]

[17] Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná. Possui doutorado pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (USP) com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e realizou doutorado sanduíche na Universidade Nova de Lisboa, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP) na Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), com pesquisa sobre as transformações urbanas e arquitetônicas nos séculos XVIII e XIX na cidade litorânea de Paranaguá, no Paraná. Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá (2006). Tem como atuação as áreas de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, com linhas de pesquisa em História e Teoria da Arquitetura e História da Construção, além de trabalhar com temas relacionados a arquitetura tradicional, técnicas construtivas tradicionais, preservação do patrimônio cultural brasileiro e cidades do período colonial e do império, com maior enfoque nas do estado do Paraná.

<http://lattes.cnpq.br/5534830332984788>

rodrigojabur@ufpr.br

Este capítulo se estrutura no resgate de memórias e experiências referentes a trajetória profissional nas atividades de pesquisa, ferramenta essencial no campo científico e disciplinar. No atual contexto profissional é um momento importante para refletir de que maneira estas experiências e vivências foram essenciais no desenvolvimento das pesquisas e na atuação profissional. Mais do que imaginar que a atividade de pesquisa seja solitária, pretendo demonstrar como os trabalhos desenvolvidos coletivamente e a troca de experiências foram parte deste processo. Sendo assim, este artigo é um relato pessoal que trata essencialmente das experiências e vivências no campo da pesquisa relacionada ao patrimônio cultural, demonstrando nessa trajetória que estas atividades não foram realizadas de maneira isolada ou solitária, mas a partir de muitos diálogos, trocas e ações conjuntas.

Experiência e aprendizagem

Este texto é um relato de experiências, de reflexões sobre nossas atividades no âmbito acadêmico, pelas redes que estabelecemos ao longo do tempo. De pessoas que são parte de sua trajetória, que deram oportunidades, que colaboraram com as atividades no campo da preservação do patrimônio cultural, nos dando a certeza que este caminho não foi solitário, mas foi guiado e incentivado por muitos envolvidos.

Hoje, como professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, aprovado em concurso público no ano de 2018 e assumindo o cargo em 2019, me faz refletir sobre o sentido de retornar ao estado de origem, o que não estava planejado inicialmente. Mas foi neste retorno, que retomei pesquisas que derivavam de experiências anteriores. Por isso, este texto conta a trajetória a partir do hoje, como uma espécie de volta no tempo.

Neste momento, desenvolvo pesquisas com alunos de Iniciação Científica sobre a construção da Ferrovia Paranaguá-Curitiba, a partir de seus aspectos construtivos; a ideia surgiu de experiências anteriores, nas quais são tratados os temas relacionados à História da Construção, vertente de pesquisa que busca compreender a construção a partir da história da técnica, seus materiais e sua mão de obra.

Para Mascarenhas Mateus (p.152, 2017):

Compreender como se construiu implica, pois, estudar a evolução do conhecimento das técnicas da construção (desenho, projeto, cálculo, execução, manutenção), as transformações das exigências programáticas (habitações, templos, fortificações, fábricas, pontes, infraestruturas, obras públicas...), a história da ciência dos materiais, o desenvolvimento da maquinaria e utensílios para a sua extração, processamento e assemblagem, a história do ensino da construção (formação de artífices, escolas de arquitetos, engenheiros, artes industriais), os processos de organização do trabalho, das profissões, de gestão pública e privada de obras, a história econômica e social relacionada com a atividade da Construção.

Vale notar que no caso paranaense, a ferrovia teve grandes desafios em sua execução, dentre os quais, as características topográficas. Estamos falando da Serra do Mar, pois além dos grandes vãos alcançados, foram construídos túneis em estruturas rochosas, com o uso de tecnologias do século XIX. A ferrovia demonstra o avanço das tecnologias

no contexto do sul do Brasil e da especialização dos engenheiros envolvidos no seu projeto e execução.

É interessante perceber estes aspectos da tecnologia no contexto brasileiro de fins do século XIX, incluindo o desenvolvimento tecnológico na produção agrícola, não apenas apontando as grandes obras urbanas, ligadas às infraestruturas, mas também nas áreas rurais, como o caso de Pontal, distrito de Sertãozinho, próximo de Ribeirão Preto, saímos de Curitiba para o interior de São Paulo. Lá se localiza o Instituto Cultural Engenho Central¹, estrutura do começo do século XX, de um Engenho Central de beneficiamento da cana-de-açúcar, contendo todos os seus maquinários. É um importante exemplar destas tecnologias, no qual a organização da produção é perceptível a partir dos maquinários, mas também dos edifícios. Estas constatações se deram durante o trabalho de Inventariação de edifícios complementares ao Engenho Central (Figura 1), composto por levantamento métrico e pesquisa sobre as técnicas construtivas, a implantação dos edifícios e sua história, além de compreender a paisagem agroindustrial e a importância de sua preservação, um trabalho coletivo em que tive o privilégio de compartilhar com duas grandes pesquisadoras da região, Leila Heck e Tania Registro.

Figura 1 – Edifícios complementares ao Engenho Central, este localizado à esquerda da imagem.



Fonte: Tania Registro, 2016.

¹ Para mais informações, acesse <https://www.museudacana.org.br/home>.

Em Ribeirão Preto, enquanto professor do Centro Universitário Moura Lacerda, entre os anos letivos de 2016 a 2018, além de ser responsável pela disciplina de Técnicas Retrospectivas, tive a oportunidade de orientar uma pesquisa de iniciação científica que tratava da discussão sobre paisagem, segundo uma experiência estabelecida pelos sentidos, no centro de Ribeirão Preto. Isto permitiu ao aluno Otacílio Pavan realizar sua pesquisa sobre formas de compreender a paisagem fundamentado em experiências práticas, envolvendo observação, deriva, deambulação, fotografia, textos, croquis, colagens, ou seja, formas de expressar o processo de análise e experiência do lugar (Figura 2). Isto contribuiu para refletir sobre a experiência perceptiva no processo de reconhecimento da cidade, suas dinâmicas, registros e camadas históricas. Isto se dá a partir de um autor que despertou meu interesse pelas experiências perceptivas, Jean Marc Besse. Para este autor, a paisagem é construída a partir das relações entre homem e espaço, relações definidas como perceptivas, afetivas, imaginárias, cognitivas e práticas, permitindo leituras distintas de um mesmo sítio, pois “[...] a diversidade das paisagens corresponde a uma outra diversidade, que é a diversidade das maneiras de habitar o mundo.” (BESSE, 2013, p. 4).

Figura 2 – Observações registradas durante o percurso pelo centro de Ribeirão Preto.



Fonte: Otacílio Pavan, 2017.

De Ribeirão Preto, partimos para Lisboa, como comentado anteriormente, o interesse pelo tema da construção, que agora é tema de pesquisas em desenvolvimento no litoral do Paraná, surgiu com a experiência de pesquisar as obras do Porto de Lisboa, em Portugal, em fins do século XIX. Nesta pesquisa, foi possível conhecer na prática sobre as tecnologias criadas exclusivamente para esta obra, que se tornou um elemento marcante da cidade e estabeleceu a efetiva relação de Lisboa com o rio Tejo.

Esta experiência de pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, ocorreu durante o doutorado-sanduíche na cidade de Lisboa, em 2014, sob orientação do investigador João Mascarenhas Mateus, permitindo conhecer mais sobre a capital portuguesa e como estava sendo tratado seu patrimônio cultural.

Vale salientar que, Lisboa foi marcada pelas obras de renovação a partir da Expo 1998. Naquele momento a cidade possuía sérios problemas urbanísticos, perdeu 300 mil habitantes em 30 anos, estava com uma população em risco de exclusão, grande número de imóveis devolutos, poucos espaços verdes, falta de qualidade nos espaços públicos e grande dependência do transporte individual. (MASBOUNGI, 2013)

Lisboa, naqueles idos de 2014, era submetida a um processo de transformação em suas dinâmicas, como resposta às crises econômicas, buscava incentivar ainda mais o turismo, através da criação de novos roteiros, obras de restauração e experiências na cidade, um dos elementos centrais deste processo era a região às margens do Tejo, como a Ribeira das Naus (Figura 3) e o Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, localizado em Belém. São ações que impulsionaram o turismo e a economia lisboeta, sendo hoje um ponto de ampla visitação na Europa.



Figura 3 – Região da Ribeira das Naus, a ampliação dos espaços públicos de lazer.
Fonte: Foto do autor, 2014.

A construção do porto tornou-se tema recorrente há mais de dois séculos na capital portuguesa, com base em estudos que apontavam para necessidade de reestruturação do porto sobre o Tejo. Quando construído, resultou em grandes alterações na configuração do território e foi, sem dúvida, uma obra marcante do século XIX e início do XX na cidade, considerada a porta de entrada para a Europa. As obras resultaram no avanço da cidade sob o Tejo, através da construção de grandes aterros, que em parte

foram utilizados para as atividades portuárias e em outra, destinados ao crescimento de Lisboa e à implantação das estradas de ferro que ligam a capital portuguesa a Cascais, no litoral atlântico.

A nossa vivência durante seis meses em Lisboa contribuiu muito no desenvolvimento de reflexões sobre a cidade, seus monumentos, o turismo e seus moradores. Lisboa é uma cidade ímpar devido às muitas camadas de períodos e eventos do romano, do árabe, do medieval, das navegações, do terremoto, da reconstrução, da República, da ditadura salazarista, da Revolução dos Cravos, entre outros, que delinearão não só a sua história, mas também provocaram as transformações na sua configuração e conseqüentemente na preservação de seu patrimônio cultural.

As discussões relacionadas ao patrimônio, também perpassam o desenvolvimento do doutorado, entre os anos de 2011 a 2015 sob orientação da Prof^a. Maria Angela Bortolucci. O interesse pela preservação do patrimônio de Paranaguá surgiu em decorrência da pesquisa de mestrado, em que analisamos as transformações urbanas e arquitetônicas durante os séculos XVIII e XIX, aqui orientado pelo Prof. Luiz Recamán. Durante a pesquisa sobre esta cidade portuária, encontrei informações sobre o tombamento federal, já nas primeiras atividades do IPHAN, de um dos edifícios mais emblemáticos da cidade: o Colégio Jesuíta. A partir daí, surgiram algumas dúvidas: por que um edifício localizado em uma cidade aparentemente de pouca relevância para os técnicos do Patrimônio tem um edifício tombado naquele período? Durante a pesquisa do mestrado outra notícia surgiu, o centro histórico de Paranaguá foi inserido no rol de cidades históricas reconhecidas pelo IPHAN, em 2009.

Foi diante destas informações que iniciamos o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, com algumas indagações: como se deu o início das atividades de preservação em Paranaguá? Por que o centro histórico foi tombado em 2009? De que maneira as restaurações foram executadas nos monumentos da cidade e quem eram os envolvidos? Como se deu a proteção do centro histórico de Paranaguá? Para responder a estas questões, houve a busca incessante de documentos e outros materiais que possibilitaram esclarecer os meandros da preservação do patrimônio em Paranaguá.

Portanto o objetivo geral da pesquisa foi compreender a relação entre o IPHAN e a cidade de Paranaguá, que resultaram nos tombamentos e nas restaurações, analisando as atividades iniciais do IPHAN no Paraná e em Paranaguá, ainda na década de 1930; compreendendo a rede de relações estabelecidas entre as figuras-chave e seu papel nas atividades de proteção do patrimônio parnanguara; analisando os métodos de restauração empreendidos nas igrejas de São Benedito, da Ordem e no Colégio dos

Jesuítas e por fim as ações de proteção do centro histórico de Paranaguá, suas influências e o tombamento.

A experiência permitiu compreender as relações entre diversos envolvidos nestas ações, desde aqueles que buscavam a catalogação e reconhecimento através do tombamento, como também os profissionais envolvidos nos projetos de restauração dos edifícios, todos do século XVIII. Nesta pesquisa foi fundamental a busca de documentos nos acervos, dos quais vale destacar o Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro. Este arquivo abriga uma infinidade de documentos, sejam cartas trocadas entre os envolvidos nos processos, fotografias, bilhetes, telegramas, orçamentos. Foram grandes descobertas, que estão ligadas à vida destas pessoas, suas trajetórias na instituição e suas ações frente ao patrimônio em muitas décadas. Os arquivos e seus mantenedores são fundamentais nesta trajetória de pesquisa, são elementos que elucidam questões, abrem caminhos e estabelecem uma relação mais estreita com aqueles envolvidos, os arquivos são peças-chave em pesquisas relacionadas ao patrimônio cultural.

Durante o desenvolvimento do doutorado, outras atividades surgiram, também foi importante o contato com experiências no campo da preservação cultural, em atividades relacionadas às fazendas históricas do estado de São Paulo, foi um período de muitas reflexões, de presenciar as atividades de pesquisa neste contexto, de troca de experiências, de muitas viagens pelo interior paulista.

Essa iniciativa teve como objetivo elaborar um diagnóstico sobre o patrimônio cultural rural paulista e a partir disso desenvolver mecanismos que permitissem colaborar com a preservação e a difusão de informações sobre essas estruturas. Neste contexto, vale salientar as oficinas em que participei, num trabalho coletivo com outros pesquisadores, que trouxeram aos fazendeiros informações sobre diversos assuntos em prol da conservação de estruturas rurais. As atividades desenvolvidas, juntamente com a Prof^ª. Maria Angela, foram a organização e apresentação da oficina intitulada: Conservação de Edifícios na Área Rural III – Esquadrias, Pisos e Forros de Madeira, a cartilha Conservação de Esquadrias Pisos e Forros em Edificações Históricas Rurais Paulistas, que contém diversas instruções para os fazendeiros sobre identificação de patologias e pequenas intervenções relacionadas à madeira. Outro produto foi o Dossiê Patrimônio Material das Fazendas Históricas Paulistas que reúne textos e imagens de todas as fazendas envolvidas no projeto. Todas as experiências aqui apresentadas foram importantes para avaliar as instâncias da preservação, não apenas no âmbito das iniciativas governamentais, mas também das universidades. Igualmente importante foi o contato com os proprietários, percebendo distintas formas de se pensar a preservação, inclusive

no interesse ou não pelo tombamento de suas propriedades. Outro aspecto que pudemos constatar foi a forma de construção da história local e quem são os agentes que participam desse processo, independentemente de seu contexto.

No mestrado, a experiência de pesquisar Paranaguá, partiu de uma necessidade observada na graduação, a falta de compreensão sobre a formação desta cidade, que possui papel fundamental na constituição do Paraná. A pesquisa investiga as transformações ocorridas nas edificações e no traçado urbano da cidade de Paranaguá, no litoral paranaense, durante os séculos XVIII e XIX, enfocando as mudanças na configuração colonial desta cidade durante o florescimento comercial no período Imperial Brasileiro (1822 - 1889). Elucidando as adaptações e os impactos resultantes desse processo, em sua arquitetura e em seu traçado urbano.

Grande parte da bibliografia utilizada nesta pesquisa vem de fontes documentais primárias, possibilitando um melhor entendimento das transformações que ocorreram em Paranaguá. Estas fontes documentais, em alguns casos inéditas, com diferentes assuntos e propósitos, são importantes recursos que juntos trazem à tona novas informações que resultaram no entendimento da evolução urbana de Paranaguá e de suas construções durante os séculos XVIII e XIX.

Foi um momento de aprofundamento sobre a atividade de pesquisa, de uma nova experiência, na qual o interesse por compreender esta cidade e a vontade na busca de materiais de referência, em muitos acervos, foi muito produtiva. Destaco o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, no qual fui contemplado com a possibilidade de pesquisar este acervo com grande liberdade e também pelo interesse de seus associados, que acompanharam de perto esta busca. Foi uma experiência muito marcante e que me motivou a seguir este caminho, do Patrimônio Cultural e também da pesquisa documental e dos arquivos.

Volto ao início deste texto, os planos e aquilo que se realizou, hoje, como professor da UFPR, percebo que fez todo o sentido retornar ao Paraná, retomo as pesquisas relacionadas ao litoral Paranaense e também à cidade de Paranaguá, depois de vivenciar tantas experiências produtivas no estado de São Paulo, ficam as boas memórias, as grandes experiências, o carinho. Mas, esta mudança não significa perder a ligação pela qual foi construída ao longo do tempo, Maria Angela é a responsável por manter muitos de seus orientandos e ex-orientandos ainda em contato, por isso sou grato pela participação no grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios, uma das raízes que mantêm minha ligação com o interior de São Paulo, além dos grandes amigos que me acompanharam durante esta trajetória na pós-graduação e no ensino.

Por fim, reforço a importância da Universidade e da pesquisa no desenvolvimento e na difusão do conhecimento, cada vez mais necessário nos dias de hoje, é preciso que aqueles que trabalham com o ensino, a pesquisa e a extensão divulguem ainda mais seus resultados não só entre seus pares, mas também de maneira ainda mais ampla, reforçando a importância das universidades na promoção do conhecimento.

Referências

BESSE, Jean - Marc. **Estar na paisagem, habitar, caminhar**. In: CARDOSO, Isabel Lopes (Org.) Paisagem Patrimônio. Porto: Chaia - Universidade de Évora, 2013.

JABUR, Rodrigo Sartori. **Paranaguá: identidade e preservação**. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

JABUR, Rodrigo Sartori. **As transformações arquitetônicas e urbanas nos séculos XVIII e XIX na cidade de Paranaguá, Paraná**. 2010. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

MASBOUNGI, Ariella (Org.) **Le Projet Urbain em Temps de Crise: L'exemple de Lisbonne**. Paris: Le Moniteur, 2013.

MASCARENHAS MATEUS, João. **Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias: A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

PAVAN, Otacílio. **A Baixada de Ribeirão Preto: Olhares sobre um Território**. 2017. Relatório (Programa de Iniciação Científica). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Moura Lacerda, 2017.

Reconhecendo as escalas do patrimônio industrial de Alagoas: a trajetória de uma investigação

Recognizing the scale of the industrial heritage of Alagoas: the path of an investigation

Reconociendo las escalas del patrimonio industrial de alagoas: el camino de una investigación

Rosemary Lopes Rodrigues [18]

[18] Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2014, com período-sanduiche realizado na instituição Politecnico di Torino (PoliTO/Itália) entre 2012-2013. Em 2017 recebeu o título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFAL (PPGAU-UFAL), com a defesa da dissertação intitulada Conservação do patrimônio cultural: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT, em Rio Largo/AL. Neste mesmo ano, concluiu sua segunda graduação no Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Em sua formação acadêmica e atuação profissional desenvolve pesquisas voltadas ao campo do Patrimônio Cultural. Encontra-se vinculada ao Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (IAU/USP), onde investiga particularmente a temática do Patrimônio Industrial. Possui premiações em trabalhos acadêmicos, publicações de artigos e contribuições com capítulos de livros no Brasil e no exterior. Atualmente é docente do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Campus Jacareí) e está realizando doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGAU-IAU-USP), pesquisando sobre a história ferroviária de Alagoas no século XIX, visando contribuir para a historiografia urbana de seu estado natal.
<http://lattes.cnpq.br/2235514366098680>
rosemarylr@usp.br

Apresenta a trajetória das pesquisas acadêmicas da autora sobre o patrimônio industrial alagoano, explanando a ampliação da escala do objeto empírico em cada etapa do desenvolvimento das investigações. O capítulo relata inquietações e buscas por respostas para questionamentos sobre o patrimônio industrial de Alagoas. Apresenta alguns resultados das investigações, como o reconhecimento dos valores patrimoniais das indústrias têxteis e demonstra a necessidade de pensar a conservação desse tipo de patrimônio considerando seus atributos, especificidades e seu caráter sistêmico. Apesar da pesquisa sobre a ferrovia está em desenvolvimento, chama a atenção sobre a configuração e condição estratégica da malha ferroviária no território alagoano, expondo algumas indagações que orientam a investigação em curso.

O patrimônio industrial de Alagoas como tema de pesquisa

Escutamos que nós pesquisadores somos escolhidos pelo objeto de estudo, não é o oposto que ocorre. A adoção de um tema para dar início ao processo investigatório nasce da curiosidade e questionamentos que ele nos incita. São perguntas que nos acompanham e podem tornar-se cada vez mais complexas.

Mills (1980) nos mostra o quanto a relação da pesquisa está estreitamente associada à vida do pesquisador. A produção intelectual é vista pelo autor como uma forma de viver. Por esta razão, possuímos uma dificuldade em dissociar o trabalho intelectual da vida, pois um promove o enriquecimento do outro.

O caminho acadêmico percorrido para sermos acolhidos pelo tema do patrimônio industrial inicia-se no contato com disciplinas de teoria e história da arquitetura e do urbanismo e da disciplina de restauro cursadas durante a graduação em arquitetura e urbanismo, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre os anos de 2008 e 2014.

A atenção sobre autores e teóricos como Leonardo Benevolo, Lewis Mumford, Françoise Choay, levou-nos a dedicar parte dos estudos ao aprofundamento das questões voltadas a teoria e história da cidade e arquitetura, teoria do restauro e políticas preservacionistas nacionais e internacionais, como a leitura e análise de Cartas Patrimoniais. Conforme Mills (1980) nos indica, os estudos de tais disciplinas não estavam dissociados do contexto em que estávamos situados: o estado de Alagoas, sua história, seu patrimônio e o reconhecimento legal dos elementos de sua cultura (material e imaterial).

Durante as disciplinas teóricas cursadas, questionamentos nos acompanhavam e incentivavam a nos debruçar em cada um deles. Estávamos diante de um conjunto de possibilidades de pesquisa que nos conduzia a uma busca incessante sobre a relação entre arquitetura, patrimônio e gestão urbana na realidade alagoana. Apesar dessas reflexões, não foi em Alagoas que tivemos o contato com as problemáticas que envolvem o patrimônio industrial.

A oportunidade de realizar uma mobilidade acadêmica em 2012, adicionando um ano de experiência de aula no Politécnico de Turim, na Itália, permitiu o acesso aos temas do patrimônio que estavam em pauta nas discussões da época. Foi por meio da disciplina de *Technologie dell'architettura*, ministrada pela professora Rossella Maspoli, que obtivemos o primeiro contato com o conceito de patrimônio industrial. Naquele ano, Maspoli lançava, como uma das organizadoras, o livro "*Fabbriche, borghi e memorie: processi di dismissioni e riuso post-industriale a Torino Nord*".

O debate sobre o patrimônio industrial na Itália mostrava-se avançado. A região de Piemonte, da qual Turim era a capital, já possuía o inventário de seu patrimônio, e a discussão centrava-se em como reutilizá-lo e reinseri-lo no contexto da cidade. Tivemos conhecimento de uma carta patrimonial específica para o patrimônio industrial, tratava-se da Carta de Nizhny Tagil, publicada em 2003, que apresentava conceitos e dava indicações de como reconhecer e preservar esse patrimônio, apontando seus valores (ICOMOS, 2003).

O conhecimento de que as discussões sobre a temática do patrimônio industrial datavam, na Europa, dos anos de 1960, com a construção do conceito de arqueologia industrial nas publicações do inglês Keneth Hudson, e a existência de uma carta patrimonial específica, fez questionarmos qual o estado da arte sobre o patrimônio industrial no Brasil.

A primeira autora a ser lida foi Beatriz Kühl. Com publicações importantes no campo do patrimônio industrial, Kühl escreveu "Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação" e "Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização". Esta última obra apresenta-se como uma crítica às ações de intervenção sobre o patrimônio industrial que, no geral, não se relacionam com as teorias da restauração.

A contribuição de Kühl (2008, p. 40) para as primeiras reflexões sobre o patrimônio industrial foi a atribuição de um conceito do termo, pois, segundo a autora, "ao se abordarem os 'monumentos da industrialização', examinam-se as construções ligadas aos processos produtivos e aos meios de comunicação, transporte e produção de energia". Percebemos a dimensão do patrimônio industrial e sua complexidade.

O Brasil pouco produziu e participou dos debates internacionais iniciais a respeito do patrimônio industrial. Rodrigues (2012) indica que o trabalho de Warren Dean intitulado "Fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial", de 1976, pode ser considerado a primeira publicação científica sobre a industrialização brasileira, no âmbito do patrimônio e da arqueologia industrial.

A produção científica a respeito do tema prosseguiu com Júlio Roberto Katinsky (1976) e Ruy Gama (1983). Kühl (2008, p. 48) destaca outros nomes de pesquisadores que contribuíram para essa investigação histórica, como Margarida Andreatta e Ulpiano Bezerra de Meneses. Nomes estes que ajudaram a consolidar o desenvolvimento teórico da arqueologia e do patrimônio industrial brasileiro.

Com o crescimento das pesquisas científicas voltadas ao patrimônio industrial nacional, foram realizados, no final da década de 1990 e início da primeira década do segundo milênio, encontros sobre a história da técnica que favoreceram as primeiras discussões sobre o futuro desse patrimônio no país. Neste panorama ocorreu a constituição do TICCIH/Brasil (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*), em 2004, na cidade de Campinas, São Paulo (RODRIGUES, 2017)¹.

Como a discussão no âmbito nacional era relativamente recente, em 2013 o tema ainda não tinha entrado nos fóruns de debate em Alagoas. Em uma breve busca, pouco foi encontrado de publicações sobre o patrimônio industrial alagoano. A maioria das pesquisas voltava-se a estudos econômicos e projetos de restauro, mas sem a consciência do conceito e da complexidade desse tipo de patrimônio.

Percebemos que existia uma contribuição a ser dada na historiografia do estado, sempre centrada na cultura do açúcar, em que as indústrias de outros setores que tiveram papel importante no seu desenvolvimento não apareciam com devida relevância. Este fato nos foi reforçado por meio de uma conversa com a professora da UFAL Dra. Josemary Ferrare, que futuramente nos orientaria para o desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação (TFG).

Josemary Ferrare, atuante em pesquisas sobre a preservação do patrimônio cultural de Alagoas, chamou-nos atenção, assim que retornamos da mobilidade acadêmica, para a incipiência de investigações voltadas à preservação do patrimônio industrial têxtil alagoano, indicando sua rica produção arquitetônica do fim do século XIX e início do século XX.

No ano de 2013 contávamos com trabalhos sobre a indústria têxtil em Alagoas de grande importância como as pesquisas de Douglas Apratto Tenório e Golbery Lessa (2013) que escreveram uma narrativa histórica a respeito das vilas operárias construídas pelo setor têxtil, e as publicações de Telma de Barros Correia (1998), com um estudo aprofundado da vila operária da Pedra, em Delmiro Gouveia, sertão alagoano. São pesquisas relevantes pela descrição da organização e do cotidiano das antigas vilas operárias.

Apesar da existência de indústrias de outros setores no mesmo período, o que confirma a importância da indústria têxtil para Alagoas são, sobretudo, dois fatores: (i) fator econômico com a superação da hegemonia do açúcar por algumas décadas, pela

¹ Ressaltamos a personalidade de Cristina Meneguello, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atuante na defesa do patrimônio industrial nacional, foi por muitos anos presidente do TICCIH/Brasil.

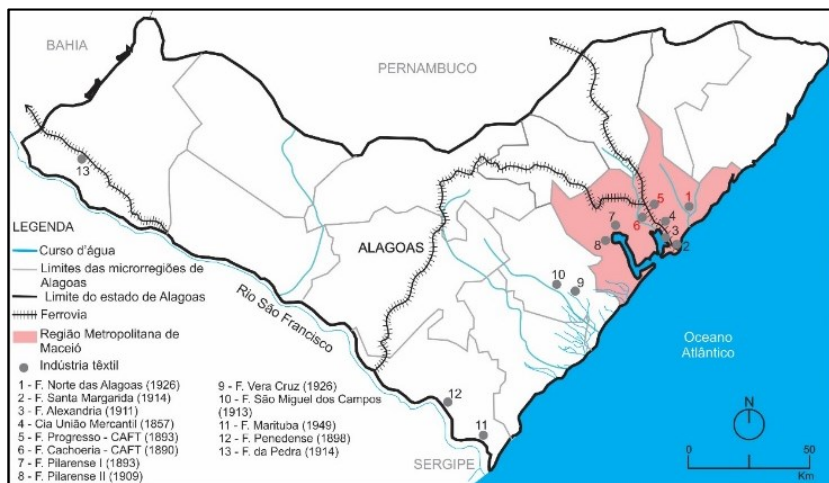
primeira vez na história do estado; (ii) sociocultural, pela complexidade de sua estrutura organizacional (RODRIGUES, 2017).

As discussões que estavam presentes na Europa, o debate sobre as políticas preservacionistas no Sudeste do Brasil, a baixa produção científica a respeito da preservação do patrimônio industrial alagoano e a relevância histórica da indústria têxtil para Alagoas, nos incentivaram a aprofundar na temática, com o intuito de contribuir para a historiografia da arquitetura e do urbanismo alagoano e para reconhecimento do patrimônio cultural que compõe o estado.

A escala arquitetônica do patrimônio industrial alagoano: as indústrias têxteis

Alagoas teve destaque na produção têxtil no fim do século XIX e início do século XX. Foram implantados em seu território o total de treze núcleos fabris estando distribuídos conforme a figura 1.

Figura 1 - Espacialização das fábricas têxteis em Alagoas.



Fonte: Lima (1963), adaptado pela autora.

Essas fábricas construíam vilas operárias com atividades que iam além do trabalho. Planejadas e gerenciadas pelo empresário industrial, as vilas incorporavam condições urbanas e tecnológicas que os núcleos construídos pelo açúcar não possuíam. Dispunham de clubes, cinemas, creches, departamentos de saúde, grupos escolares, clubes de futebol, bandas de músicas (LESSA; TENÓRIO, 2013), entre outras funções que possibilitavam ao patrão o controle da vida social do operário. O conjunto de atividades realizado nas vilas operárias auxiliou na formação econômica e sociocultural de Alagoas, baseando-se nos ideais dos socialistas utópicos, como Charles Fourier.

Não há consenso entre os historiadores a respeito dos motivos que levaram à desindustrialização ocorrida no estado na década de 1980. Lessa e Tenório (2013) apontam duas questões sobre esse processo: (i) os problemas que estruturavam o sistema capitalista alagoano, que ainda se baseava no conservadorismo político do setor agrário; (ii) o alto custo da energia elétrica, que impossibilitou a competição com as companhias paulistas.

Esse panorama complexo levou-nos a questionar qual o nível de degradação das fábricas naquele ano, e se existiam normas que as protegiam e as reconheciam como patrimônio cultural (RODRIGUES, 2014, p. 10). Das treze fábricas, a única que estava em funcionamento em 2013 era a Fábrica da Pedra, porém com previsão para seu desmonte. Não havia mais os remanescentes da Fábrica Santa Margarida e Alexandria, ambas situadas em Maceió, suas instalações foram incorporadas pelo adensamento urbano.

As inquietações a respeito das indústrias têxteis conduziram-nos a realizar um levantamento da situação atual dos imóveis que compunham duas das antigas vilas operárias: Fábrica Norte das Alagoas, em Maceió, e Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT), em Rio Largo, suas respectivas localizações apresentam-se destacadas na figura 1. A eleição dessas fábricas se deu pela proximidade, o que facilitava o acesso, e pelo reduzido número de levantamentos e estudos sobre esses dois exemplares.

Fábrica Norte das Alagoas

A Companhia de Fiação e Tecidos Norte das Alagoas, situada em Maceió, numa área isolada e de baixa ocupação, está distante aproximadamente vinte quilômetros do centro da cidade. O funcionamento da fábrica data de 1926, segundo Marroquim (1922). Seu último proprietário foi Alberto Nogueira, não sabemos se foi o único, pois há um acervo restrito sobre a história desta unidade fabril. Esta foi uma das dificuldades

encontradas para seu estudo, o que reforça o pouco interesse da comunidade científica local sobre patrimônio industrial têxtil de Alagoas.

Para entender sua história, recorreremos à literatura, como o romance *Riacho Doce*, de José Lins do Rego, que descreve a recepção da Fábrica Norte das Alagoas pela comunidade local. Somado a essas informações poéticas, identificamos um único trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo que fez um levantamento das instalações da fábrica, em 1999 (BRAYNER, 1999). O acesso a este documento foi importante para a comparação das mudanças e permanências na materialidade da vila operária. Como outra fonte de informação, aplicamos o método da História Oral nos ex-operários e descendentes, que contribuíram com relatos e fotografias da época.

Uma especificidade desta unidade fabril foi o evento de desmanche das casas da vila operária. Nos discursos ouvidos entre os ex-operários e descendentes, era recorrente a descrição da demolição das habitações destinadas aos operários após o encerramento das atividades fabris. O que fez com que muitos não tivessem para onde ir, acampando em terrenos do entorno até o poder público construir um conjunto habitacional nas proximidades para abrigá-los. A situação de abandono na vila operária fazia com que esta tivesse um aspecto fantasmagórico.

Somente as casas dos operários foram demolidas, ainda era possível ver as ruínas das casas dos mestres, contramestres, engenheiros e de outros profissionais que exerciam cargos elevados na fábrica. O que percebemos é o silenciamento da classe operária por meio de uma ação violenta de remover seus vestígios, com a demolição material dos valores que podem ser atribuídos à habitação. O uso da oralidade foi importante para compreender o outro lado da história, pois, "o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida" (BENJAMIN, 1985, p. 228).

Identificamos que a fábrica não possuía reconhecimento patrimonial em nenhuma instância (municipal, estadual e federal), e seus remanescentes estavam ameaçados de serem demolidos. Mais uma perda para os ex-operários, que veem as antigas estruturas de forma saudosa. O único dentre os edifícios existentes que não se encontrava em situação de arruinamento era a Igreja Nossa Senhora da Saúde, mantida pelos moradores das proximidades (Figura 2).

Figura 2 - Espacialização da antiga Fábrica Norte das Alagoas e distribuição dos equipamentos.



Fonte: Maceió (1998) adaptado por Rodrigues (2014).

Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT)

A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT) é formada pela junção da Fábrica Cachoeira e Fábrica Progresso que datam, respectivamente, de 1890 e 1893 (MARROQUIM, 1922). Localizada no município de Rio Largo, situa-se a vinte e sete quilômetros do centro da capital Maceió. Diferente da Fábrica Norte das Alagoas, a CAFT era margeada pela linha férrea.

A indústria têxtil em Rio Largo construiu uma das maiores e mais complexas vilas operárias do estado de Alagoas. Sua história aparece com maior expressividade na bibliografia sobre a industrialização alagoana e em notícias de jornais do início do século XX.

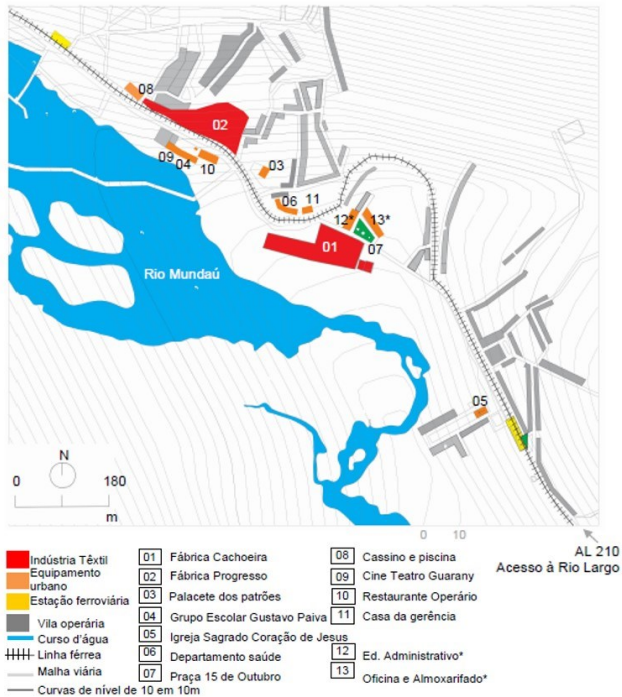
O desenvolvimento da região favorecido pela CAFT fomentou a emancipação do município de Rio Largo, antes um distrito de Santa Luzia do Norte (RODRIGUES, 2014). O último proprietário foi o Comendador Gustavo Paiva, reconhecido pelas suas políticas assistencialistas aos operários, o que estava de acordo com a referência ao socialismo utópico praticado na Europa.

Apesar do desmonte da fábrica, as instalações da antiga vila operária ficaram sob tutela dos herdeiros, mantendo parte das moradias ocupadas por ex-operários e descendentes. Mesmo em condições precárias, parte das casas da antiga vila operária é alugada pelos herdeiros, responsáveis pela gestão de todos os edifícios que compuseram a CAFT. Nem todas as casas da antiga vila operária estão em condições de uso, algumas tiveram suas estruturas arruinadas pelas constantes enchentes do Rio Mundaú que margeia o núcleo da antiga CAFT.

Dentre os principais equipamentos construídos pela CAFT estão: Departamento de Saúde, Grupo Escolar, Restaurante Operário, Cinema, Igreja Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus. Além dos edifícios voltados diretamente à produção, como a Fábrica Cachoeira, Fábrica Progresso, Mecânica e Garagem, Edifício administrativo e Mansão dos empresários.

No estudo realizado identificamos que apenas a Igreja Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus e a Mansão dos empresários mantinham seu uso original, os herdeiros ainda moram no casarão eclético. O edifício do cinema estava sendo ocupado por uma igreja cristã, e a Fábrica Progresso, antes em ruína, passava por uma reforma para abrigar um *Shopping Center*. Os demais edifícios encontravam-se em alto grau de degradação (Figura 3).

Figura 3 - Espacialização da antiga CAFT e distribuição dos equipamentos.



Fonte: Rodrigues (2014; 2017).

Percebemos que a permanência dos proprietários e a gestão privada do patrimônio não garantiram a preservação da vila operária da antiga CAFT. A atuação sobre os edifícios pelos herdeiros é pontual, o que nos fez refletir a respeito da complexidade de pensar a conservação de um patrimônio dessa natureza: de dimensão urbana e privada.

A CAFT é um patrimônio em escala urbana, portanto pensar ações fragmentadas não seria o caminho para uma gestão efetiva da sua conservação. Percebemos que diferente da Fábrica Norte das Alagoas, os edifícios da CAFT conformam a paisagem urbana de Rio Largo, eles não são um passado revisitado, eles são o presente. Isso nos fez indagar sobre quais os valores patrimoniais podem ser atribuídos à antiga CAFT e como poderiam auxiliar na gestão de sua conservação.

A condição urbana do patrimônio industrial alagoano: aprofundando os estudos sobre a CAFT

Após o estudo dos edifícios isolados das vilas operárias, reconhecemos o caráter sistêmico que o patrimônio industrial possui, por esta razão passamos a chamar a vila operária de sítio industrial. Cada equipamento implantado possuiu um papel importante para o funcionamento do sítio em outrora e para a paisagem urbana contemporânea. Para entender tais relações e identificar seus valores no passado e no presente, aprofundamos nossos conhecimentos na contribuição teórica de Alois Riegl (2014) e de Salvador Muñoz Vinãs (2011).

Para a construção de um plano de conservação centrado nos valores patrimoniais, tomamos como base a proposta metodológica apresentada pela Carta de Burra (ICOMOS, 2013), pois este documento indica que o objetivo da conservação é a manutenção da significância cultural do bem. O que nos parecia uma opção coerente para a intervenção sobre o patrimônio industrial, pois, conforme nos indicam Kühl (2008) e Rufinoni (2013), esse tipo de patrimônio geralmente é alvo de ações errôneas, o que nos leva entender que tais atuações promovem impactos negativos em sua significância cultural.

Seria necessário apontar a significância cultural do patrimônio da CAFT, eleito para esta investigação por sua complexidade e conexão com a cidade contemporânea. Identificamos os valores patrimoniais estudando a morfologia urbana de Rio Largo, a configuração dos edifícios que compunham o sítio industrial e a relação com a cidade.

A pesquisa de Castro (2015) sobre as relações de poder no sítio industrial de Rio Largo, foi uma referência importante para entendermos o quanto o urbanismo foi utilizado como um instrumento de controle e disciplina na época em que a CAFT foi implantada. Reforçando o valor ideológico presente no planejamento do sítio.

Na medida em que íamos investigando a história da CAFT, identificávamos os valores que poderiam ser atribuídos à época. Esses valores poderiam ser aqueles apresentados por Riegl (2014), os definidos pela Carta de Nizhny Tagil, ou aqueles que determinávamos de acordo com sua correspondência ao atributo. Conseguimos apontar quinze valores patrimoniais, do passado e do presente, foram: valor de origem, econômico, de paisagem, de conjunto, urbanístico, tecnológico, arquitetônico, ideológico, sociocultural, afetivo, comemorativo, de uso, de antiguidade, de novidade, histórico e documental.

Esta investigação foi executada durante o mestrado em Arquitetura e Urbanismo, com orientação da professora Dra. Lúcia Tone Ferreira Hidaka, docente da Universidade Federal de Alagoas. Como um dos resultados da pesquisa, redigimos a Declaração de Significância Cultural do sítio da antiga CAFT. Nesta redação, reafirmamos os valores patrimoniais atribuídos, dentre eles o valor ideológico, que aparece no passado e no presente do sítio.

O sítio da antiga CAFT não possui reconhecimento patrimonial em nenhuma instância (municipal, estadual e federal). Percebemos um silenciamento da gestão pública municipal no trato com esse patrimônio que poderíamos eleger como o centro histórico de Rio Largo. A dificuldade de posicionamento dos gestores públicos pode ser explicada pela presença dos herdeiros no local, atuação ativa dos mesmos na política da cidade e seu poder fundiário, o que comprova a atualidade do valor ideológico do sítio.

Das dificuldades que encontramos para a realização deste trabalho foram a negação de acesso ao acervo dos herdeiros e a ausência de mapeamento da cidade, o que fez com que produzíssemos mapas georreferenciados do município para estudo de sua configuração urbana.

O interesse com as relações sistêmicas entre a cidade e o sítio industrial não se esgotou, nos incentivou a ampliar ainda mais a escala desse patrimônio. A dinâmica proposta pela ferrovia que configurava a paisagem da antiga CAFT, e foi um dos condicionantes para a implantação desta, apontou algumas questões com relação a seu traçado que se mostrava estratégico. Essas inquietações conduziram-nos a avançar nossas pesquisas

sobre o patrimônio industrial, assumindo como objeto de estudo o sistema de transporte ferroviário, também denominado patrimônio ferroviário.

O patrimônio industrial e território: uma proposta investigatória

A implantação do sistema ferroviário possibilitou transformações na configuração de cidades e na dinâmica de troca de produtos e informações, além do deslocamento de pessoas. Segundo Kühl (1998), essas mudanças chegaram a atingir territórios inteiros. Em Alagoas, por meio do investimento britânico, tivemos a implantação de cerca de 270 km de linhas férreas, distribuídos em três trechos (Figura 4). Para Tenório (1979), a ferrovia descentralizou a economia do estado, antes dependente do sistema marítimo e fluvial, para os interiores que não possuíam rios navegáveis.



Figura 4 - Espacialização da ferrovia em Alagoas. Fonte: Lima (1963), adaptado pela autora.

A complexidade da ferrovia não nos permite estudá-la em escala reduzida, sua dimensão é territorial. Buscamos entender as consequências de sua implantação para o território alagoano. Alguns autores associam o desenvolvimento das ferrovias à implantação das indústrias têxteis. No entanto, na figura 1, percebemos que das treze fábricas apenas seis foram favorecidas pelas linhas férreas, e algumas delas são anteriores à ferrovia. Isso nos leva a questionar quais as razões que levaram aos investidores britânicos a escolher determinado traçado.

A pesquisa nasce de inúmeras indagações sobre o objeto, tais como: quais as intenções presentes na construção da malha ferroviária alagoana? Como esta malha se configurou no território? Como o ordenou? De que modo se conecta com os demais processos industriais locais? Quais seus impactos nas aglomerações urbanas existentes? Quais aglomerados urbanos ajudou a consolidar?

Nesta investigação, ainda em fase inicial, estamos acessando fontes primárias, sobretudo, relatórios e desenhos que demonstram o processo de implantação da ferrovia em Alagoas. Até o momento, por meio desses documentos pudemos perceber a resistência de alguns latifundiários em conceder áreas para a passagem dos caminhos de ferro e mudanças de traçados nas propostas, dos quais os motivos ainda não identificamos. A pesquisa que se caracteriza como uma tese de doutorado está sendo orientada pela professora Dra. Maria Angela Bortolucci, da Universidade de São Paulo.

Conclusões

Escrever sobre a trajetória acadêmica percorrida foi um exercício de reflexão. As inúmeras questões que apresentamos neste artigo são apenas algumas das nossas inquietações. A busca incessante por soluções aos problemas que identificamos em nossos objetos de pesquisa faz com que transitemos em áreas da história, geografia, economia e tantas outras, adotando e experimentando métodos e técnicas que nos conduzam às respostas.

Das indústrias têxteis à ferrovia realizamos um percurso metodológico que envolveu leituras e interpretações, levantamentos *in loco* e documental, História Oral, análises morfológicas. Temos como perspectiva o desenvolvimento da tese de doutorado, como contribuição à história da arquitetura e urbanismo em Alagoas, a fim de entender o processo de construção de seu território do ponto de vista de sua malha ferroviária. Adentramos no estudo da maior escala do patrimônio industrial alagoano: a escala territorial.

Referências

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v. 1).

CASTRO, C. G. de. **Relações de poder no complexo fabril têxtil de Rio Largo**: identificação inter-relações socioespaciais. 2015. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

CORREIA, T. B. **Pedra**: Plano e cotidiano operário no Sertão. Campinas: Papirus, 1998.

ICOMOS (2003). **The Nizhny Tagil charter for the industrial heritage**. Disponível em: <http://international.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-e.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

ICOMOS (2013). **The Burra Charter**. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wpcontent/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.

KÜHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial; FAPESP; Secretaria da Cultura, 1998.

_____. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LESSA, G. L.; TENÓRIO, D. A. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: SEBRAE, 2013.

MARROQUIM, A. **Terra das Alagôas**. Roma: Almanach illustre; Ed. Maglioni Strini, 1922.

MILLS, W. **A Imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua gênese. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, A. R. Patrimônio industrial e os órgãos de preservação na cidade de São Paulo. **Revista CPC**. São Paulo, n. 14, p.1-187, mai. 2012.

RODRIGUES, R. L. **Entre o progresso e o abandono**: propostas de ações preservacionistas sobre dois exemplares do patrimônio industrial têxtil de Alagoas. 2014. Trabalho Final de Graduação – Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

_____. **Conservação do patrimônio cultural**: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL. 2017. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em

Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

RUFINONI, M. R. **Preservação e restauro urbano**: intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: Fap-Unifesp; Edusp, 2013.

VIÑAS, S. M. **Contemporary theory of conservation**. Nova York: Routledge, 2011.

Sobre casinhas, casarões, fazendas e igrejas...
About houses, mansions, farms and churches...
Acerca de casas, mansiones, granjas e iglesias ...

Vladimir Benincasa [19]

[19] Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (1989). Fez mestrado (1998) e doutorado (2008) na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo. E pós-doutorado (2011) em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo. É autor do livro *Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930*, publicado em 2003, pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Editora da Universidade Federal de São Carlos, além de diversos capítulos de livros e artigos. Atualmente é professor na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, nas áreas de História da Arquitetura, História do Urbanismo e História da Arte. Tem como tema geral de pesquisa a arquitetura brasileira, no período compreendido entre o século XVIII e primeira metade do século XX. Mais especificamente, tem estudado a arquitetura rural paulista e mineira e a arquitetura sacra paulista. <http://lattes.cnpq.br/7716721533438667>
vlad1966@gmail.com

Trata de um relato pessoal sobre a trajetória acadêmica e profissional do autor, desde o despertar do seu olhar curioso em relação à arquitetura e à cidade, passando por sua formação como arquiteto e urbanista na primeira turma do curso de Arquitetura e Urbanismo, criado na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, por seus cursos de pós-graduação, início da carreira docente, até o momento atual, em que leciona no Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

A arquitetura da cidade e seus encantamentos sobre uma criança do interior...

Início esse relato comentando alguns fatos que, não objetivamente, influenciaram a minha decisão pela arquitetura como profissão e, posteriormente, pelo ensino de história da arquitetura.

Desde pequeno ouvia falar sobre meu avô paterno, que havia sido mestre de obra, em Araraquara, cidade onde cresci. Meu pai, sempre que passava em frente a alguma casa construída por ele, todas da primeira metade do século XX, comentava sobre seu dom para o desenho e a destreza na confecção da ornamentação de fachadas, sobre como ele “sabia” que o estuque ou a argamassa estava no ponto certo para começar a ser trabalhado e transformado em florões, cimalkas, capitéis das falsas pilastras ou algum outro detalhe decorativo daquelas casas de gosto eclético, tão tradicionais nas cidades paulistas... Sinto não tê-las documentado pois, assim como a maioria das construções do período, não resistiram ao crescimento econômico e urbano das últimas décadas. Eram casas de arquitetura simples, de um ecletismo popular, mas haviam sido feitas por meu avô - o que, para mim, as tornava especiais. Talvez por isso, em minha infância e pré-adolescência, passei a me interessar também por outras construções do centro de Araraquara. Naquela época ainda existiam muitos casarões construídos pela chamada “elite cafeeira”. Eu me distraía observando os detalhes daquelas edificações e uma imagem nunca me saiu da memória: a de um casarão de porão alto, cercado por amplo jardim. Separando-o do passeio público, havia muretas baixas, com pilares a intervalos regulares fechados por gradil de ferro. Entalado entre duas grandes pilastras, ficava o portão de entrada, alto, pesado... E, em minha visão de criança, o mais espetacular: sobre as pilastras, atentos, dois leões espreitavam os transeuntes. Era o máximo! Mas havia mais nesse jardim: uma fonte e canteiros sinuosos com roseiras, tudo contornado por buxos bem podados. Havia também umas palmeiras, não tão altas. E uma escadaria de mármore claro, que levava, sinuosa, ao alpendre, onde quase sempre havia algumas senhoras. Eu ficava imaginando como devia ser bom morar ali, no centro da cidade, numa daquelas casas enormes, perto das sorveterias, dos cinemas, das lojas, e poder brincar nos passeios que havia entre aqueles canteiros, ficar observando os peixinhos na fonte (na verdade, os peixinhos ficavam por conta de minha imaginação, pois o mais perto que cheguei dessa fonte foi o lado de fora da grade), e acompanhar o movimento da então pacata cidade, do “alto” de um alpendre como aquele... Busquei essa casa, anos depois,

assim como outras, que me encantavam quando pequeno. Nada! Sumiram... vivem hoje em minha memória, e talvez na de algumas outras pessoas.

Também me interessavam os "arranha-céus" que começavam a surgir aqui e ali - um em particular, sede da antiga Estrada de Ferro de Araraquara, em que meu pai trabalhava e, no qual, por muitas vezes ele subia para tratar de algum assunto e me deixava esperando, no saguão. Esse edifício modernista, construído nos anos 50, ficava no interior de um lote de esquina, sem muros, no meio de um grande jardim. Era uma grande área aberta pela qual as pessoas passavam, cortando caminho, entre uma série de colunas altas e de grande diâmetro, entre as quais gostava de brincar. Na faculdade, soube que aquelas colunas eram um dos ícones da arquitetura do século XX e se chamavam pilotis. Na época, não atinava com isso, gostava daquele espaço meio de dentro, meio de fora, um pouco praça, um pouco quintal, como se a calçada se alargasse e entrasse para baixo do edifício... Ali na frente, do outro lado da rua, outro ícone da arquitetura araraquarense, a fábrica art-déco das Meias Lupo, com sua torre e relógio. Gostava, sem saber o porquê, dessa diversidade de prédios, alturas, certa calma, certo sossego, muita segurança, outros tempos!

Por aquela época, década de 1970, também surgiam alguns bairros. O que eu morava, por exemplo, se ampliava, e muitas casas eram construídas. Uma das diversões era acompanhar o trabalho dos pedreiros e, ao final da tarde, ir brincar com restos de tijolos e com os montes de areia dessas construções e inspecionar aqueles interiores que viriam a ser lares dentro em breve, imaginar o que seria cada um daqueles cômodos que iam surgindo.

Outras lembranças, muito presentes, são das histórias que ouvi desde sempre, contadas por tios do lado materno, e por meus pais, sobre a vida em fazendas de café. Histórias de famílias de imigrantes italianos que vieram trabalhar nas lavouras paulistas no final do século XIX. Gostava daquelas noites, em casa de meus avós, quando as imagens das festas rurais, do trabalho nos cafezais, da vida nas colônias, da convivência com imigrantes de várias partes do mundo, iam desfilando numa tela imaginária.

São fatos banais, mas que indicaram os caminhos que me fizeram ser o que sou: muito provavelmente, aí se originou o gosto pela arquitetura e, mais especificamente ainda, pela história da arquitetura do interior paulista.

No entanto, arquitetura era algo relativamente desconhecido para um garoto do interior. O conhecimento dessa profissão — cujas áreas de atuação, no meu entendimento de então, eram as mesmas da engenharia civil — foi se aclarando, por sorte, em conversas

com professores dos meus três últimos anos de estudo do hoje chamado ensino médio, o antigo colegial, na E.E.P.S.G. Bento de Abreu, em Araraquara, entre os anos de 1981 e 1983. Dentre eles, havia alguns engenheiros que ensinavam as disciplinas da área de exatas, e D. Constança, professora de desenho técnico e artístico. Eles me fizeram compreender que, pelo meu gosto por disciplinas relacionadas tanto à área de humanas — principalmente desenho, história e geografia — quanto à de exatas, talvez arquitetura e urbanismo fosse uma decisão mais acertada que engenharia civil. Hoje tenho plena certeza que eles estavam corretos e os agradeço por isso.

A arquitetura começa a virar coisa séria...

Havia, em meados da década de 1980, dois cursos que me interessavam: o da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e o da Escola de Engenharia de São Carlos, ambos da Universidade de São Paulo. A proximidade com Araraquara me levou a optar pelo curso de São Carlos, no qual fui aluno da primeira turma (1985), me graduando em 1989.

Particpei das dores e delícias de um curso em formação, entre elas, a proximidade com os professores e funcionários que iam sendo contratados ao longo dos anos, e uma participação bastante efetiva nesse processo de crescimento e de consolidação.

Os alunos participavam de quase tudo: nas avaliações internas sobre o andamento do curso, nos processos de contratação de professores. Isso era interessante, pois punha os alunos em contato direto com a parte administrativa do curso, no qual podíamos entender um pouco melhor sua complexidade.

O tema variado das disciplinas consolidava em mim o gosto pela arquitetura: as questões da habitação social, trazidas por Nabil Bonduki; as nuances do projeto de edificação e de ambientes urbanos, nas aulas de Mayumi W. de Souza Lima, Sarah Feldman, Lotufo, Renato Anelli, entre outros; a história da arte, da arquitetura e do urbanismo por Carlos A. F. Martins, Agnaldo Farias, Fernanda Fernandes, Ricardo Marques; as diferentes formas de representação e da comunicação visual, por Chico Homem de Mello, Spencer Pupo Nogueira e Roti Nielba Turin; as questões socioeconômicas ligadas a arquitetura, discutidas em aulas de Cibele Resek Saliba; do Mancha; as questões técnicas e mais práticas de estrutura, de iluminação, de conforto térmico, de paisagismo... A profissão ia se mostrando cheia de detalhes e possibilidades, muito mais amplas do que eu imaginara a princípio.

As minhas expectativas com o curso se concretizaram de maneira mais efetiva a partir do terceiro ano, quando conheci a professora Maria Angela P. C. S. Bortolucci. Nessa época, ela criara um grupo de estudo sobre a arquitetura tradicional brasileira, onde tive os primeiros contatos com textos de autores que me mostraram novos rumos, entre eles, "Quadro da Arquitetura no Brasil", de Nestor Goulart Reis Filho; "Morada Paulista", de Luís Saia; "Sistemas Construtivos no Brasil", de Sylvio de Vasconcellos; "Arquitetura Rural no Nordeste Paulista", de Daici Ceribelli A. de Freitas; vários de Carlos A. C. Lemos, entre outros. Nesses textos, principalmente em "Cozinhas, etc", de Lemos, todas aquelas memórias familiares e de minha infância foram sendo resgatadas: em meio às muitas opções que a arquitetura oferecia, eu encontrara um dos nichos em que me sentia bastante à vontade.

Esse grupo de estudos visava ao preenchimento de vagas de monitores que auxiliariam na pesquisa de campo do doutorado da Profa. Maria Angela. Assim, entre agosto de 1987 e fevereiro de 1988, me tornei seu monitor, fazendo parte do *Levantamento de Bens Culturais de São Carlos*, coordenado pelo Prof. Dr. José Cláudio Gomes e pela Profa. Maria Angela. O trabalho consistia num grande levantamento das antigas edificações da área central da cidade, mais especificamente em visitas aos exemplares selecionados para elaboração de fichas cadastrais, com croquis de plantas, detalhes construtivos, descrições de ambientes internos e aspectos externos, das técnicas construtivas e entrevistas para apurar dados históricos (datas de construção, autoria de projeto, antigos proprietários, etc.). Além disso, havia o trabalho de leitura e compilação de documentos sobre legislação urbana do século XIX e início do século XX, na Câmara Municipal de São Carlos. Enfim, nascia aí o apreço pela pesquisa histórica documental e pelos levantamentos arquitetônicos – de certa forma, era a concretização do desejo de conhecer, além-gradis, aquela velha casa dos leões de tempos atrás.

Um dos desdobramentos desse estágio foi a possibilidade de realizar pesquisa de iniciação científica. Maria Angela me ofereceu três possibilidades de tema: um ligado às edificações urbanas; outro comparando a casa urbana e a rural de um mesmo proprietário; e, o terceiro, que tinha o foco em antigas fazendas cafeeiras de São Carlos... O tema das fazendas cafeeiras cruzava o meu caminho, e mesmo sendo alertado das dificuldades da pesquisa de campo, a ser feito em vários pontos da zona rural, foi o que escolhi, obtendo uma bolsa de estudos do CNPq, em 1988. Finalizei o *Estudo de Antigas Fazendas de São Carlos* em novembro de 1989. A partir dessa pesquisa, que envolveu a visita a exemplares de fazendas cafeeiras em São Carlos e Ibaté (antigo distrito de São Carlos), entrevistas com ex-proprietários, pesquisas no CONDEPHAAT, revisão

bibliográfica, levantamentos métrico e fotográfico, etc., o gosto pela pesquisa da arquitetura rural passou a fazer parte em definitivo de minha vida.

Por conta dessa pesquisa participei de meus dois primeiros eventos científicos: o *VII Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica em Engenharia*, promovido pelo Centro de Tecnologia Educacional para Engenharia – CETEPE-EESC-USP, em São Carlos, no dia 16 de dezembro de 1988 e da *II Jornada de Iniciação Científica*, promovida pela Associação dos Docentes da UNESP, em Guaratinguetá. Na verdade, esse segundo evento foi cancelado, ele seria realizado entre os dias 24 e 28 de outubro de 1988, no entanto, os resumos dos trabalhos aceitos foram publicados num pequeno volume.

Finalizei a graduação, em 1989. Confesso que não tinha intenção alguma de retornar à universidade para cursos de pós-graduação, muito menos seguir carreira docente ou de pesquisador, apesar de ter sido muito prazerosa a pesquisa com as fazendas...

No entanto, minha saída da faculdade foi numa época extremamente conturbada do país: chegava ao fim o governo Sarney, e nos deparávamos com as primeiras eleições diretas depois de décadas. Fernando Collor era eleito e, logo de início, seu governo foi marcado pelo infeliz plano econômico. Empregos para recém-formados eram raros e, após algumas tentativas frustradas na capital paulista, resolvi ficar por São Carlos, trabalhando como arquiteto autônomo em uma associação não oficializada com a Profa. Maria Angela e com o engenheiro civil João Luiz Valle. Por cerca de um ano e meio realizamos vários projetos residenciais e comerciais.

No segundo semestre de 1991, por sugestão da Profa. Maria Angela, comecei a frequentar uma disciplina de pós-graduação na FAU-USP, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos A. C. Lemos, *"Técnicas Construtivas da Arquitetura Tradicional Paulista"*, que foi de grande importância na minha resolução em me candidatar a uma vaga no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da EESC-USP. O tema escolhido era novamente o das fazendas cafeeiras, uma continuação do trabalho de iniciação científica, agora ampliando a área de pesquisa para alguns municípios ao redor de São Carlos e Araraquara.

No entanto, em agosto de 1991, junto com a ideia de ingressar no mestrado, surgiu uma proposta de trabalho em São Paulo, numa sociedade civil sem fins lucrativos: a *USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado*. Era um escritório de arquitetura que prestava serviços de assessoria a associações de moradores sem teto da região metropolitana de São Paulo. Fui chamado para, entre outras atividades, desenvolver o projeto de um conjunto habitacional em Osasco, da Cooperativa Pró-Moradia

(COPROMO) e fazer o acompanhamento de obra, que seria executada em regime de mutirão.

A experiência foi riquíssima, pois, além de me deparar com todas as questões práticas de projeto e obra, havia o convívio com uma dura realidade antes só percebida através dos meios de comunicação: a miséria, a falta de condições mínimas de habitabilidade, os dramas da migração, do subemprego, da criminalidade... A maioria das obras foi executada através de convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo e do Governo do Estado de São Paulo e, disso, decorria um grande número de reuniões com funcionários desses órgãos: aprovação de projetos, liberação de verbas, medição de serviços, etc. Sem dúvida, foi um período de grande crescimento pessoal e profissional.

Viver numa metrópole também me ensinou muito, me ajudou a ter outra dimensão de mundo. As lembranças dos ensinamentos de algumas disciplinas da graduação voltavam com muita força, principalmente aquelas ligadas à história do urbanismo e ao período da Revolução Industrial, o inchaço das cidades e todos os problemas decorrentes da falta de planejamento urbano e regional; e também a conhecer o lado pouco difundido da cidade grande em telejornais: as oportunidades de lazer e de cultura, de convivência com pessoas de origens diversas, de poder andar quase invisível pelas ruas, de ser só mais um em meio à multidão... Enfim, as dores e as delícias de experiências que só ocorrem nas grandes cidades. Eu era um turista aprendiz na metrópole.

Mesmo estando bastante envolvido pelo novo trabalho, resolvi me inscrever na seleção da pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, em São Carlos, em 1991, ingressando no mestrado em fevereiro de 1992, com a pesquisa intitulada: "*Velhas Fazendas. Arquitetura e Cotidiano nos Campos de Araraquara 1830-1930*", sob orientação da Profa. Angela.

Morando e trabalhando em São Paulo, optei por cursar a maioria das disciplinas na FAU-USP, o que, além de me poupar tempo e dinheiro, me oferecia maiores condições de aprofundamento no tema da dissertação. Ali tive a oportunidade de contatar professores que muito me ajudaram nos rumos de minha pesquisa: além do Prof. Carlos A. C. Lemos, tive o prazer de cursar as disciplinas dos professores Élide Monzeglio, Murillo Marx, Benedito de Toledo Lima, Gustavo Neves da Rocha, Paulo Bruna.

Em meados de 1994, porém, as condições de trabalho para as assessorias técnicas estavam ficando bem ruins. O governo petista, que difundira as obras em regime de mutirão, perdera a eleição municipal em São Paulo no ano anterior. Paulo Maluf assumia a prefeitura e logo de início deu mostras de querer interromper esse tipo de obra. As

liberações de dinheiro, aos poucos, foram suspensas, e muitas obras paralisaram. Foi um período complicado, pois os salários da USINA dependiam dessas liberações de recursos. Uma alternativa foi fazer cursos de capacitação profissional no *Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - Departamento de São Paulo*. Com eles, pude realizar alguns trabalhos junto ao Fórum de São Caetano-SP, me tornando perito judicial, indicado pelo juiz Dr. Osmar Possi. Se não era um trabalho que me agradava, era uma ótima fonte de renda e me permitiria, anos mais tarde, retornar a São Carlos para finalizar o mestrado.

No mesmo período, no primeiro semestre de 1994, me inscrevi num concurso público para o cargo de Arquiteto Pleno, da *Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano* (CDHU), no qual fui aprovado, sendo admitido em 29 de agosto de 1994. Minha experiência com mutirões e favelas, fez com que me deslocassem do setor de Projetos, para o qual havia prestado o concurso, para o setor de Serviço Social da CDHU. O trabalho, apesar de interessante, não me motivava: consistia em fazer pequenos manuais para a capacitação de equipes internas da Companhia, que iriam trabalhar diretamente nas obras de mutirão ou reurbanização de favelas. Sem grandes desafios profissionais, voltei todos os meus interesses para o mestrado, embora ainda continuasse na CDHU. Em concordância com minha orientadora, pedi o trancamento por um ano do mestrado, uma vez que não haveria condições de terminá-lo no prazo proposto.

O ano de 1996 foi ano de grande decisão para os rumos de minha vida profissional. O dilema entre permanecer num emprego estável e bem remunerado, ou seguir com as pesquisas em arquitetura e, talvez, vir a ingressar numa carreira acadêmica, foi se tornando cada vez mais presente.

Durante o mestrado, a pesquisa de campo nas fazendas era feita aos finais de semana, quando viajava de São Paulo para o interior. Os levantamentos métricos e fotográficos, as entrevistas com pessoas ligadas à história da região em estudo, eram extremamente prazerosas, ao contrário das horas de trabalho na CDHU. Resultado: em setembro de 1996, pedi minha demissão e retornei a São Carlos para finalizar a dissertação. Por sorte, numa dessas boas surpresas da vida, havia bolsas de mestrado da CAPES sobrando no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (EESC-USP). Assim, obtive a bolsa, o que me permitiu continuar o mestrado, a partir de então, com dedicação exclusiva.

Entre o segundo semestre de 1996 e o primeiro de 1997, terminei os créditos necessários e, logo a seguir, realizei o meu Exame Geral de Qualificação. No ano seguinte, em 19 de junho de 1998, foi realizada a Banca de Defesa da Dissertação, da qual participaram, além

da orientadora, as Professoras Dra. Telma de Barros Correia e Dra. Daici Ceribelli Antunes de Freitas.

O tema da dissertação – as fazendas cafeeiras da região dos outrora chamados Campos de Araraquara – a princípio não teve grandes repercussões: não era um tema que despertava interesse na comunidade acadêmica. Com certo desapontamento, comum aos momentos pós-finalizações de tarefas a que nos entregamos apaixonadamente, me vi novamente perdido em relação à vida profissional. Não havia concursos para mestres na área de História da Arquitetura, os concursos abertos eram para doutores. Mesmo assim, enviava meus currículos a instituições particulares. Como não havia respostas, voltei a me dedicar a pequenos projetos arquitetônicos, em São Carlos e Araraquara.

Ao mesmo tempo, junto com minha ex-orientadora, íamos escrevendo alguns trabalhos ligados ao tema do patrimônio paulista, apresentados em eventos científicos.

Em maio de 1999, fui convidado, pela primeira vez, para apresentar os resultados de minha dissertação num evento realizado em São Carlos, promovido pela Associação Pró-Casa do Pinhal, o "*Seminário Casa do Pinhal*". Esse seminário foi importante, pois havia pessoas de várias partes do estado de São Paulo, que ficaram conhecendo meu trabalho e a existência de um patrimônio até então pouco difundido.

No mês de julho de 1999, recebi a resposta a um dos currículos enviados: a Diretora do *Curso de Arquitetura e Urbanismo da Sociedade Educacional Uberabense* (UNIUBE), a Profa. Carmem Sílvia Maluf me chamava para ministrar algumas disciplinas naquela instituição. Ingressava assim, na carreira acadêmica. Entrar numa instituição de ensino, naquele momento, foi bastante animador, principalmente por ministrar aulas na sequência de História da Arquitetura e do Urbanismo, Desenho Urbano e Planejamento Urbano e Regional. Havia um grande interesse da instituição em desenvolver atividades de pesquisa junto aos alunos da graduação e isso foi um dos fatores que me levaram a aceitar o convite.

Durante um ano e meio, entre agosto de 1999 e março de 2001 fiz parte daquela instituição. Havia um clima de equipe muito amistoso entre o corpo docente e a direção do curso. E também entre alunos e professores. Por duas vezes, tive a oportunidade de acompanhar os alunos em viagens de estudos: uma a Ouro Preto e Mariana; outra a Brasília.

No entanto, ao final do segundo semestre de 2000, vários professores foram dispensados do curso, a contragosto da diretora. No início do que seria o meu quarto semestre na

instituição, várias medidas foram tomadas pela reitoria que inviabilizaram, financeiramente, a minha permanência naquela instituição.

Ao mesmo tempo, recebia duas propostas de trabalho em São Paulo: uma para início imediato, para ingressar na *ENGER Engenharia S/C*, trabalhando como funcionário terceirizado na CDHU; outra, que ainda dependia de vários fatores, para trabalhar na Prefeitura Municipal de São Paulo, no Projeto do Consórcio da Represa Guarapiranga.

A instabilidade na UNIUBE apressou minha decisão em retornar a São Paulo. Optei então pelo ingresso na *ENGER Engenharia S/C*, voltando a trabalhar junto à CDHU, em março de 2001. Paralelamente fiz a entrevista na Prefeitura Municipal de São Paulo, onde fui selecionado para o cargo no Consórcio da Represa Guarapiranga, pela arquiteta responsável pelo Projeto. Por razões que desconheço, com um pedido formal de desculpas, a arquiteta me disse que a indicação para o cargo havia sido política e não técnica: o cargo, "de confiança", acabara com outra pessoa. Essa foi uma das minhas primeiras grandes decepções políticas - mesmo entre os ditos governos de esquerda, o "compadrio" era forte, e a capacidade técnica ficava em segundo plano. Dessa forma, permaneci na ENGER, até o final do contrato de trabalho, em novembro de 2002.

Em 2001, a nova gestão municipal são-carlense definiu através de sua Secretaria de Educação e Cultura que a cidade deveria ser divulgada através de trabalhos acadêmicos em eventos científicos e, também, por publicações de trabalhos acadêmicos que tivessem São Carlos como tema. De início, foram indicados três trabalhos, e numa seleção final, definiu-se que a minha dissertação - *Velhas Fazendas. Arquitetura e Cotidiano nos Campos de Araraquara 1830-1930* - deveria ser o primeiro volume do que se pretendia uma série. Em meio a isso, a Fundação Pró-Memória de São Carlos resolveu inscrever um trabalho sobre as fazendas históricas do município (*Fazendas Históricas em São Carlos: um capítulo de expansão cafeeira no Oeste Paulista*) no *I Congresso Brasileiro para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural*, para o qual fui convidado a participar como assessor. O trabalho foi um dos selecionados para o evento, realizado em Porto Seguro, em setembro de 2001, ao qual compareci, juntamente com os demais autores. Esse trabalho acabou resultando, logo após o meu desligamento da ENGER/CDHU, num convite para trabalhar na Fundação Pró-Memória de São Carlos, por um período de três meses (janeiro a março de 2003), que foi prorrogado por mais um mês (abril de 2003), na revisão do Cadastro de Edifícios de Interesse Histórico-Cultural, entre outras atividades. A prorrogação deveu-se ao Levantamento de Fazendas de Interesse Histórico, que daria suporte à conclusão do Plano Diretor da cidade. Em um mês, a equipe formada por mim e mais duas estagiárias visitou cerca de 80 fazendas do município de

São Carlos, elaborando quadro com os dados e um mapa com a localização de cada uma delas, que serviu para orientar o crescimento urbano da cidade para a região contrária ao local em que se concentravam as fazendas, numa tentativa de preservação desses locais e de sua paisagem.

Logo depois, me inscrevi no programa de seleção para a primeira turma do Curso de Pós-Graduação em Nível de Doutorado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, que teria início em agosto de 2003 e, ao mesmo tempo, enviei o pedido de bolsa de doutorado para a FAPESP – assim, caso fosse aprovado no processo de seleção, poderia me dedicar exclusivamente a ele, visto tratar-se de projeto muito mais abrangente que o do mestrado. As provas foram realizadas ainda no primeiro semestre e acabei sendo aprovado, tendo novamente como orientadora a Profa. Maria Angela P. C. S. Bortolucci.

O plano de pesquisa teve como título *Fazendas Paulistas. Arquitetura rural do ciclo cafeeiro*. Já de há muito eu esperava a oportunidade de continuar as pesquisas com esse tema, ampliando a região abrangida para o estado de São Paulo, pois minha intenção era ter uma visão geral da arquitetura rural produzida no ciclo cafeeiro paulista, desde o início no Vale do Paraíba, ao final, nas zonas ocupadas nas primeiras décadas do século XX.

Findo o trabalho na Fundação Pró-Memória de São Carlos, fui convidado para o cargo de diretor do, então, recém-criado *Departamento de Patrimônio Histórico*, do município de Jaú, que assumi em maio de 2003. Caso não fosse selecionado no curso de doutorado, ao menos estaria realizando uma atividade afinada com meus interesses. Entre as funções do cargo, além da implantação efetiva da nova diretoria, estava a criação do conselho municipal de patrimônio histórico e a definição das diretrizes para um levantamento das edificações de interesse histórico-cultural da cidade. Entre maio e setembro de 2003, realizei essas atividades, tendo reuniões constantes com vereadores, funcionários dos Departamentos de Planejamento e Obras e de Patrimônio Histórico, além de advogados da Prefeitura, num trabalho conjunto que culminou na criação do Conselho e na implantação de algumas leis de incentivo (isenção de impostos) à conservação das edificações rurais e urbanas de Jaú. No entanto, tive que me desligar do cargo após ser contemplado com a bolsa da FAPESP, em setembro, mas satisfeito com os resultados obtidos pela equipe em tão pouco tempo.

Enquanto ocupava o cargo de diretor do Patrimônio Histórico em Jaú, em São Carlos, a ideia da publicação da dissertação era levada adiante pelo Professor Osvaldo Truzzi,

então diretor da Editora da Universidade Federal de São Carlos (Edufscar), e por Ana Lúcia Cerávolo, então diretora da Fundação Pró-Memória de São Carlos. A opção por publicá-la na íntegra e os altos custos, devido à quantidade de imagens, fez com que se procurasse uma parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Assim, por meio de uma coedição, depois de quase dois anos de idas e vindas, em junho de 2003, tive o prazer de vê-la transformada em livro, após cinco anos de sua conclusão.

A repercussão foi bastante positiva na região, com artigos em jornais de Araraquara e São Carlos, convites para entrevistas em rádios e televisão locais. Distribuído nacionalmente pela Imprensa Oficial de São Paulo e pela Edufscar, teve retorno de leitores de todo o país. São curiosos os caminhos de uma obra publicada: um trabalho que eu imaginava fosse ficar restrito às estantes da Biblioteca Central da EESC-USP começava a trilhar rumos muito mais amplos. Com grande surpresa, recebi a notícia que a Câmara Brasileira do Livro o havia escolhido como um dos onze finalistas ao *Prêmio Jabuti de 2004*, na categoria Arquitetura, Urbanismo, Fotografia, Comunicação e Artes, o que para mim, valeu como grande reconhecimento da qualidade do trabalho.

A partir de outubro de 2003, com a obtenção da bolsa da FAPESP, pude me dedicar inteiramente ao doutorado. O projeto incluiu pesquisa de campo nas várias regiões por onde passou a cafeicultura no território paulista. Para isso, foi estabelecida uma divisão do estado em oito regiões: Vale do Paraíba, Central (Campinas, Itu e municípios vizinhos), Mojiana, Paulista, Sorocabana, Araraquarense, Noroeste e Alta Paulista - baseada na divisão das zonas cafeeiras proposta por Sérgio Milliet, em sua obra "Roteiros do Café". Durante pouco mais de três anos, percorri cerca de 60 cidades nessas regiões, visitando mais de 300 fazendas, museus, arquivos públicos e particulares, entrevistando pessoas...

Em 2006, o grande volume de dados encontrado me levou a pedir a prorrogação por mais um ano da bolsa à FAPESP, o que foi concedido.

Paralelamente ao doutorado, coordenei ciclos de palestras, participei das primeiras bancas de avaliação de trabalhos finais de graduação em cursos de Arquitetura, escrevi artigos e participei de alguns eventos científicos no Brasil e na Argentina.

Num congresso na Argentina, juntamente com a Profa. Dra. Maria Angela Bortolucci, estabelecemos contato com as professoras argentinas Graciela Moretti e Gabriela Santibañez, da Universidad de Mendoza, e Olga Paterlini, da Universidad de Tucumán, e ficou acertada a criação e realização de um evento periódico, que tratasse do patrimônio ligado às atividades agroindustriais. Assim, surgiram os Seminários Internacionais de Patrimônio Agroindustrial, cujo primeiro foi realizado em Mendoza 2008 (Argentina), e a

seguir em São Carlos 2010 (Brasil), Peso da Régua 2012 (Portugal), San Miguel de Tucumán 2014 (Argentina), Lima 2016 (Peru) e Oaxaca 2018 (México). Devido à pandemia do novo coronavírus, a sétima edição do evento, que seria realizada em 2020, em Valência, Espanha, foi adiada para 2021.

A defesa de minha tese *Fazendas Paulistas. Arquitetura rural no ciclo cafeeiro* ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2008, com banca composta pelos professores: Dra. Maria Ângela P. C. S. Bortolucci (orientadora-EESC-USP), Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro (FAU-USP), Dra. Telma de Barros Correia (EESC-USP), Dr. Rafael de Bivar Marquese (FFLCH-USP) e Dr. Paulo César Garcez Marins (MP-USP).

O trabalho teve uma repercussão imediata, principalmente pela publicação dos artigos: *Glória e Ruína das Fazendas de Café*, de Miguel Glugoski, publicado em março de 2008, no *Jornal da USP*, no. 820; *Moradas do Pretérito*, de Carlos Haag, publicado em maio de 2008, na *Revista Pesquisa FAPESP*, no. 147; e *Pesquisa revela estado do patrimônio histórico paulista ligado ao ciclo do café*, de Leandra Rajczuk, publicado no *site* da Universidade de São Paulo, em 02 de julho de 2008.

Cerca de meio ano antes da defesa do doutorado, tomei uma decisão, apoiado pela minha orientadora: fazer o pedido de bolsa de Pós-Doutorado FAPESP, em julho de 2007, já prevendo que a defesa do doutorado deveria ser realizada entre o final de 2007 e o início de 2008. Seria uma forma de continuar as pesquisas enquanto aguardasse um eventual concurso em universidade dentro de minha área.

Assim, em março de 2008, logo após a defesa do doutorado, iniciei a pesquisa em nível de Pós-Doutorado junto à EESC-USP, com bolsa FAPESP, cujo título foi *Arquitetura Rural do Ciclo do Gado na Alta Mojiana*, supervisionado pela Profa. Maria Angela P. C. S. Bortolucci. A temática era uma decorrência de inquietações surgidas durante a pesquisa de doutorado, quando encontrei vários exemplares de fazendas anteriores ao ciclo cafeeiro, no Nordeste paulista, em cidades como: Casa Branca, Mococa, Orlandia, Sales Oliveira, Caconde, Morro Agudo, Batatais, Restinga. Todas essas fazendas eram propriedades abertas no início do século XIX por mineiros provenientes de antigas regiões auríferas de Minas Gerais (Sul de Minas, Campos das Vertentes e Zona Metropolitana), denunciando um movimento migratório bastante importante para essa região paulista.

Nos três anos de pesquisa levantamos um volume de material significativo em fazendas, em entrevistas, em arquivos públicos e privados, que ainda está sendo trabalhado, mas que já rendeu artigos e comunicações em eventos científicos.

Também durante esse período tive a honra de, por duas vezes, em 2009 e 2010, participar como professor colaborador na disciplina de pós-graduação *SAP 5841 Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX*, ao lado da Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci, no antigo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, atual Instituto de Arquitetura e Urbanismo, além de participar como professor convidado de minhas primeiras bancas de mestrado na Unicamp e na FAU-USP. Ao finalizar o pós-doutorado, em fevereiro de 2011, fui contratado como professor do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Escola Superior de Educação e Tecnologia de Rio Claro, afiliada à Associação das Escolas Reunidas Ltda (ASSER), onde lecionei por dois anos, até fevereiro de 2013. Durante esse período, fui professor de toda a sequência de História da Arquitetura e Urbanismo (seis disciplinas), além de Pré-TFG, disciplina do oitavo semestre, cujo conteúdo era discussão de metodologia científica, tendo como produto final o Plano de Trabalho do TFG, a ser executado no quinto e último ano.

Retomar o contato com os alunos de graduação, com questões pedagógicas (o curso estava passando por uma reavaliação e alteração da grade curricular, além de estar se preparando para a avaliação do MEC) foi bastante interessante e proveitoso no sentido de crescimento enquanto docente. Devido à dinâmica do curso, pudemos participar como Professor de um Curso de Extensão Universitária, com tema ligado ao Patrimônio Arquitetônico, e coordenar várias viagens de estudo que contemplavam o estudo de arquitetura brasileira (rural e urbana), do século XVIII a contemporaneidade, em cidades paulistas (Itu, São Paulo, Bocaina, Casa Branca, São Carlos) e mineiras (Mariana, Ouro Preto, Congonhas do Campo, São João del Rei).

Em junho de 2012, passei no concurso público para provimento de cargo de Professor Assistente Doutor MS-3.1, em regime RDIDP, junto ao Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da UNESP, campus de Bauru, assumindo o cargo em fevereiro de 2013, onde leciono desde então.

Atualmente, sou o responsável pelas disciplinas História da Arte I, História da Arte II, História da Arquitetura I: da Antiguidade ao Barroco; História da Arquitetura III: do Neoclássico ao Moderno; e História do Urbanismo II: do Neoclássico às Vanguardas do início do Século XX. Eventualmente, ofereço também as optativas: Técnicas Tradicionais da Arquitetura Tradicional Brasileira e História da Arquitetura Latino-Americana.

Além das aulas, venho realizando pesquisas regularmente, tendo obtido dois Auxílios Regulares a Pesquisa, junto à FAPESP:

- O primeiro auxílio, vigente entre 2014 e 2016, teve como tema "Análise Comparativa entre a Arquitetura Rural Mineira e Paulista do Ciclo do Gado 1780-1840"; com o levantamento de vários exemplares das regiões mineiras daqueles povoadores do Nordeste de São Paulo, no intuito de comparar a arquitetura do local de origem e de destino destes migrantes, bem como analisar os inventários de proprietários rurais de uma e outra região para saber se o modo de vida foi mantido ou não.

- O segundo auxílio, vigente entre 2017 e 2019, teve por tema "Torres do Progresso: templos católicos paulistas na virada do século XX". Analisou a arquitetura dos exemplares de templos cristãos católicos construídos durante a vigência do historicismo e ecletismo arquitetônicos no estado de São Paulo, que corresponde ao período de enriquecimento com a lavoura cafeeira, e a sua influência enquanto símbolos de uma nova era republicana. Nessa pesquisa foram levantados — métrica e fotograficamente — 26 exemplares de templos católicos, em várias cidades do interior paulista, além da coleta de dados sobre sua história, aspectos construtivos, etc. Os dados ainda estão sendo analisados, embora já haja alguns produtos pontuais, como artigos e comunicações.

- Atualmente, vem sendo feito um desdobramento da pesquisa anterior, intitulada "Igrejas Ecléticas de São Paulo", haja vista a quantidade de exemplares que, interessantes do ponto de vista arquitetônico e artístico, não puderam ser incluídos na pesquisa anterior. Pretende levantar uma amostragem de exemplares construídos entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, erguidos ou reformados sob parâmetros da arquitetura historicista e eclética e que preservem suas características originais. O objetivo é documentar em torno de 10 (dez) novos exemplares desse tipo de arquitetura, privilegiando os templos neogóticos, em distintas regiões paulistas, de diferentes tamanhos e hierarquias (de capelas a catedrais), e entender a sua importância e significado na construção da paisagem da cidade paulista, e conseqüentemente, sua influência sobre os habitantes locais.

Além das pesquisas pessoais, tenho orientado várias iniciações científicas, trabalhos finais de graduação. A pós-graduação no DAUP é ainda recente, e não faço parte desse programa. Mesmo assim, venho participando de algumas bancas de mestrado e doutorado esporadicamente, entre outras atividades que dizem respeito ao cargo de professor em tempo integral em uma universidade pública (organização de eventos, pareceres, comissões julgadoras, cargos administrativos, etc., etc., etc.).

Mas, devo confessar que a pesquisa e o ministrar aulas para a graduação me motivam, não importa se numa universidade pública ou numa instituição privada. Contribuir para a formação das pessoas, compartilhar conhecimentos, me torna uma pessoa melhor e mais feliz, estou sempre aprendendo. Nesses anos de docência, tenho crescido muito com os colegas, com os alunos, feito amigos, e sinto que tenho me tornado uma pessoa melhor. Se a carreira docente cada vez oferece menos atrativos do ponto de vista econômico, tem ainda esse lado bom, de sermos ao mesmo tempo professor e aluno, ensinar e aprender. Devo isso ao exemplo dos bons mestres que passaram pela minha vida, desde 1973, quando pisei pela primeira vez numa escola. Acho que tem valido a pena! Espero que meus alunos pensem o mesmo...

CADERNO COMEMORATIVO DA DISCIPLINA IAU5908



Fotografias que registram alunos e docentes em visitas técnicas realizadas na disciplina IAU5908 - Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX. Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Igreja Matriz de Casa Branca, 2009; Fazenda Aurora - Santa Cruz das Palmeiras, 2011; Fazenda Aurora - Santa Cruz das Palmeiras, 2011; Fazenda Aurora - Santa Cruz das Palmeiras, 2016; Antiga Estação Ferroviária da Companhia Paulista de Jaú, 2016; Fazenda Aurora - Santa Cruz das Palmeiras, 2016; Fazenda Santa Maria do Monjolinho - São Carlos, 2016; Fazenda Santa Maria do Monjolinho - São Carlos, 2018; Casa da Memória Italiana - Ribeirão Preto, 2018; Fazenda Pinhal - São Carlos, 2019; Antiga Estação Ferroviária da Companhia Paulista de São Carlos, 2019. (BORTOLUCCI).

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: DEPOIMENTO DOS PROFESSORES

Depoimento sobre a trajetória de uma disciplina

Maria Angela P. C. S. Bortolucci

Quando nos propusemos a oferecer uma disciplina sob a nossa responsabilidade no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, ainda vinculado à Escola de Engenharia de São Carlos - USP¹, tínhamos a convicção de que deveria ser um desdobramento dos interesses de pesquisa já em curso. Estamos nos referindo a nossa tese de doutorado e ao projeto de pesquisa FAPESP, desenvolvido sob a responsabilidade do nosso colega Prof. Dr. José Cláudio Gomes e intitulado Levantamento dos Bens Culturais de São Carlos².

Foi desse modo que, em 1999, estava sendo ministrada pela primeira vez a disciplina, e que ao longo desses anos passaria por diversas adaptações, inclusive no título e no código – atualmente está inserida no sistema Janus/USP sob código IAU5908 e título Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX –, absorvendo muitas contribuições de colegas e orientandos, mas que em sua essência permaneceria sendo a mesma. Dizemos isto porque a nossa motivação inicial se mostrou procedente.

Acreditávamos que era necessário instigar nossos alunos a conhecerem mais sobre a sua própria realidade, sobre como se deu o processo de ocupação do território paulista,

¹ A instalação da Escola de Engenharia de São Carlos ocorreu em 1953 e um de seus departamentos era o de Arquitetura e Planejamento, que depois de alguns anos veio a se chamar Departamento de Arquitetura e Urbanismo, para afinal em 2010 conquistar sua autonomia administrativa como Instituto de Arquitetura e Urbanismo ao tornar-se uma das unidades do Campus da USP em São Carlos, SP.

² Desenvolvemos a nossa tese de doutorado sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Lemos na FAU/USP, defendida em 1991 e intitulada "Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro". E o projeto FAPESP (Processo 85/03188-9) foi desenvolvido no período de 1986-1987, com o objetivo de reunir dados das edificações urbanas de São Carlos inseridas no perímetro de 1940, e também de antigos conjuntos rurais do período cafeeiro na região.

especialmente das regiões do interior, período em que se constituíram centenas de cidades e de núcleos rurais dedicados ao plantio de café, gerando um patrimônio rico e diversificado, mas que alcança os dias de hoje ainda sendo preconceituosamente menosprezado por acadêmicos e especialistas, devido ao predomínio de manifestações arquitetônicas vinculadas ao ecletismo, e submetido a um processo de destruição em decorrência da ineficácia de gestores públicos e da ganância de agentes ligados ao setor imobiliário.

Nesse sentido, também nos interessava conhecer mais sobre o assunto, por isso podemos dizer que desde o início o exercício da disciplina foi um gratificante ensinar e aprender ao mesmo tempo. Além das atividades desenvolvidas em sala de aula, incluímos visitas a cidades e conjuntos rurais, distantes em torno de 150 km de São Carlos – cumprindo, então, uma programação de ida e volta no mesmo dia –, que foram fundamentais para ampliar a compreensão da grandeza e da complexidade deste patrimônio por parte de todos nós. A cada visita novas descobertas, mesmo quando repetíamos roteiros já realizados em anos anteriores. Em sala de aula, sempre estimulando a participação dos alunos, desenvolvemos aulas expositivas, com palestrantes convidados, discussões de textos e de vídeos, e apresentação de seminários focados nas monografias dos alunos. Era muito recompensador constatar a admiração e o entusiasmo dos alunos diante dos novos conhecimentos.

Muitos destes alunos vieram a contribuir de maneira mais efetiva para a valorização e o aprofundamento das experiências vividas na disciplina porque desenvolveram dissertações e teses e se tornaram grandes especialistas em temas afinados com esta temática. São docentes em instituições de ensino, nem sempre somente nas paulistas porque estão pelo Brasil afora, que compreendem a importância do ensino e da pesquisa que contemple a produção arquitetônica de todas as épocas e lugares, incluindo não apenas as edificações monumentais, e que observe o saber fazer de todos os profissionais da construção, não somente dos eruditos, e de todos os materiais e técnicas construtivas, mesmo a tradicional taipa, ou o adobe, ao lado das novidades tão intensivamente absorvidas no século XIX.

É importante mencionar que no oferecimento das palestras contamos com a preciosa colaboração de alguns colegas e de muitos dos nossos orientandos que traziam seus temas de pesquisa, em que era possível aprofundar conteúdos relativos à disciplina e, paralelamente, dar ênfase aos procedimentos metodológicos adotados, à forma de confrontação e análise dos dados obtidos etc.. A disciplina foi muito beneficiada também com a participação de alguns dos nossos ex-orientandos já doutores, que devido a essa

condição puderam se tornar professores colaboradores. O primeiro deles foi o Prof. Dr. Vladimir Benincasa (FAAC/UNESP), entre os anos 2009 e 2010, depois veio a Profa. Dra. Joana D'Arc de Oliveira (IAU/USP), no período de 2016 a 2019, e também o Prof. Dr. Rodrigo Sartori Jabur (UFPR), entre os anos 2017 e 2018. Todos foram fundamentais para o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos trabalhados na disciplina e que muito nos honraram com suas contribuições.³

Ainda precisamos destacar o que se tornou uma das experiências mais interessantes da disciplina, plenamente ajustada com os novos tempos das mídias digitais. Estou me referindo à criação do perfil no Instagram, graças à sugestão do Prof. Dr. Marcus Vinicius Dantas de Queiroz (UFCG), em 2016, quando era nosso orientando de doutorado e aluno na disciplina. Ele nos mostrou como poderia ser possível substituir os antigos relatos das visitas realizados pelos alunos, pela inserção de fotografias no Instagram. Foi assim que, a partir desta data, conseguimos garantir a preservação dos registros de alunos e docentes durante as visitas técnicas realizadas na disciplina, além de colaborar para a divulgação do patrimônio paulista. São inúmeras fotografias inseridas por seus próprios autores que mostram diversos aspectos da arquitetura e dos modos de vida ainda mantidos nos lugares visitados e que alcançam uma multiplicidade de seguidores.

Devido às características que imprimimos ao formato da disciplina IAU5908 - Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX, seria impossível a sua transposição para o formato digital que foi exigido desde o início da implementação das medidas da USP para controle da pandemia COVID 19 que acomete o Brasil desde o início de 2020. Também não conseguiríamos imaginá-la de outro modo... Assim, é provável que o ano de 2019 acabe se tornando o último em que a disciplina foi oferecida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP. É uma história de vinte anos, um ciclo que se encerra e uma imensa gratidão é o nosso sentimento para com todos que estiveram junto conosco nesta trajetória.

³ A facilidade que tivemos para contar com a colaboração de orientandos na disciplina foi decorrente da proximidade que naturalmente se estabelece no processo de orientação. Entretanto, aqui em nosso caso, a disciplina pode se beneficiar de igual proximidade também com ex-orientandos, inclusive depois de concluídos seus respectivos programas de doutorado, principalmente depois da criação do nosso grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios, em 2013, cuja peculiaridade em sua formação foi exatamente esta, a de agregar orientandos e ex-orientandos afinados com as mesmas temáticas e metodologias de pesquisa, conforme pode ser constatado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes-CNPq, no endereço de acesso: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3722566502521574.

Uma disciplina e seus (importantes) reflexos

Vladimir Benincasa

A partir do final da 2ª Guerra Mundial, se inicia na Europa uma revisão dos rumos da arquitetura e urbanismo. Cidades haviam sido destruídas, o sentimento de perda era grande, e muito deveria ser refeito ou recuperado. Os ganhos tecnológicos da arquitetura moderna eram expressivos, principalmente no que tange à pré-fabricação, no entanto, naquele momento também passam a ser valorizadas questões ligadas aos aspectos culturais e históricos das cidades, à memória dos locais.

Assim, no bojo desse sentimento, surge na Itália uma teoria chamada *Tendenza*, movimento que propunha novo olhar sobre a história da arte. Através dela a arquitetura do século XIX foi revista: não mais sob o tom depreciador do movimento moderno, que apenas focava no seu aspecto plástico ligado ao passado, mas como algo intimamente relacionado às questões históricas de seu momento. A arquitetura é vista como parte e complemento do tecido urbano inovador do pós-Revolução Industrial (quando a cidade ganha novas dimensões e importância). Arquitetura e urbanismo se entrelaçavam, sendo reflexo e testemunha dos momentos históricos e de toda a tecnologia surgida. Passa-se a entender a história como algo contínuo, em que cada ação de hoje, reflete e possibilita ações futuras.

Naquele pós-Revolução Industrial, a sociedade era obrigada a repensar a cidade de maneira integral: a produção de moradias; questões de circulação; de setorização; de implantação de infraestrutura – água, esgoto, iluminação, telefonia, transporte; de produção e de abastecimento; de lazer; de trabalho; de saúde... Eram mudanças estruturais que impactavam permanentemente o modo de vida.

Para a *Tendenza*, esses motivos eram mais do que suficientes para justificar o novo olhar para o patrimônio da cidade oitocentista, tão desprezado até então.

O arquiteto Saverio Muratori (1910-1973), em seu "Studi per una operante storia urbana de Venezia" (1960), apontava que, só se poderia entender a arquitetura e a estrutura urbana venezianas, através do tipo, enquanto estrutura formal.

O "tipo" (ou tipologia) era a chave para entender a conexão entre os elementos individuais e as formas urbanas. Ou seja, parte-se da morfologia urbana (logradouros e

edificações) para se chegar à análise linguística individual do edifício, que em geral era múltipla.

Muratori entende que tudo se situa num determinado "espaço/local", com suas características únicas de cultura, relevo, clima, materiais disponíveis; e pertence a um determinado "tempo", que teve específicas condições históricas e socioeconômicas únicas para ser constituído.

Esse estudo, aliado à Tendência, inaugurou uma nova forma de olhar para a história. E essa nova perspectiva encontrou eco em outros importantes teóricos italianos da época, que promoveram uma extensa revisão da história da arquitetura e do urbanismo, entendendo-a como uma linha interdependente, contínua e evolutiva. Entre eles: Giulio Carlo Argan, Carlo Aymonino, Aldo Rossi, Ludovico Quaroni. Logo, outros teóricos aderiram, como o dinamarquês Christian Norberg-Schulz (que cunhou a expressão "genius locci", ou espírito do local), o austríaco Christopher Alexander (autor de "A linguagem dos padrões"), a canadense Jane Jacobs, entre outros.

Nos anos de 1970, toda essa teoria gera uma forte contestação ao Modernismo, que primava por uma abordagem econômica e sociológica dos fatos, com ênfase em dados quantitativos. Como dito, passa-se a requisitar também a perspectiva histórica e cultural, ou seja, importam os dados qualitativos. Assim, para entender o século XIX, o viés tipológico passa a ser muito mais eficaz que a visão puramente plástica imposta pela tradição *Beaux-Arts* (das Academias de Belas Artes). A morfologia urbana envolve, não só o traçado, mas também o paisagismo e a arquitetura, tudo sendo o reflexo de um momento, de teorias, de desejos individuais de arquitetos, urbanistas, proprietários, políticos, da sociedade etc., como bem coloca Renata Baesso Pereira em sua tese "Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy", feita na FAUUSP, e defendida em 2008.

Outra questão, não menos significativa e importante para a valorização das tendências historicistas na arquitetura, era a necessidade de conservá-la em cidades que, em relação ao turismo, tinham nela a sua principal atração e mística, como Paris, Londres, Barcelona, ou Buenos Aires, apenas para citar algumas. Ou seja, entra aí a definitiva condição econômica. Para a conservação desse tipo de arquitetura era necessário conhecê-la, estudá-la a fundo, em suas aspirações e motivações, questões técnicas, enfim, em sua história. Olhá-la com seriedade e sem preconceitos. Foi o motivo que faltava para o começo de sua valorização enquanto objeto de pesquisas.

No Brasil, essas tendências demoram um pouco mais a chegar. Brasília era recente, e encantava com suas formas ousadas. Havia grande admiração pela arquitetura do concreto armado e pelo discurso das ideias modernistas, que impediriam, inclusive, a adoção das teorias "pós-modernas" surgidas na Europa nas décadas de 1960, 1970 e 1980. No entanto, o preconceito com as tendências historicistas pouco a pouco foi sendo rompido, quase sempre por atitudes isoladas e mal vistas: alguns poucos textos e pesquisas conseguiam ser publicados, algumas disciplinas começavam a ser oferecidas em programas de pós-graduação, o que ajudou a mudar, lentamente, esse panorama no Brasil.

A publicação do livro "Ecletismo na arquitetura brasileira", organizado por Annateresa Fabris e publicado em 1987, foi um marco, sem dúvida, e ainda hoje é uma das principais referências do assunto no Brasil, embora nos últimos anos muito venha sendo publicado. É por essa época, nos anos de 1990, que surge a disciplina "Produção Arquitetônica Paulista do século XIX até meados do Século XX", no então Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, oferecida pela Professora Doutora Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. O foco era a produção arquitetônica a partir das primeiras manifestações neoclássicas no Brasil, em fins do século XVIII, até as vanguardas protomodernas do início do século XX, passando por neogótico, neorromânico, ecletismo e *art nouveau*.

Sem dúvida, foi um marco na valorização da arquitetura, seja urbana ou rural, do século XIX não só do interior paulista, mas de todo o Brasil. A disciplina assumia, corajosamente e contra a opinião de muitos, a importância da produção arquitetônica do período, que praticamente corresponde a toda a arquitetura do interior paulista e de muitas outras regiões brasileiras.

Um dos acertos da disciplina foi, desde o início, entender a dificuldade do estudo de tal tema, haja vista a sua diversidade de linguagens, ornamentos, materiais nacionais e importados, artesanais ou industrializados, ligando-a a um desejo de modernização e progresso, que, no caso paulista, só foi possível devido ao enriquecimento pela cafeicultura e à implantação da rede ferroviária. Era um reflexo da revolução Industrial europeia, americana e, mesmo, brasileira.

Outro acerto foi entender que, além da arquitetura, mudava a infraestrutura urbana, incorporando os avanços tecnológicos e higienistas: urbanismo e arquitetura se impactaram mutuamente de forma contundente durante o século XIX. Novos códigos sanitários surgiam, regulamentando cidades e edificações. E, com as novas tecnologias,

apareciam novas tipologias arquitetônicas, outras eram aperfeiçoadas e tornavam-se corriqueiras, todas possibilitando os novos anseios da sociedade de fins do século XIX e início do século XX.

Tudo isso foi contemplado pela disciplina e sua repercussão pode ser avaliada pela quantidade e qualidade da produção dela decorrente: teses, dissertações, artigos, comunicações em eventos científicos. Pode-se também mencionar a quantidade de docentes que, nela, encontraram abrigo e acolhimento necessários para o desenvolvimento de suas pesquisas em pós-graduação, e depois acabaram se espalhando por universidades de todo o país, levando essa nova visão. Uma visão de inclusão, não de exclusão, de que não se pode negligenciar, ou pular etapas para o bom entendimento da história da arquitetura: de que todos os períodos são importantes e colaborativos para o que surgirá à frente.

A importância do tema, hoje, já não é tão contestada, e sem sombra de dúvida, nesse sentido, a disciplina "Produção Arquitetônica Paulista do século XIX até meados do Século XX" tem um papel de destaque no cenário brasileiro.

Não poderia terminar esse pequeno texto introdutório, sem dar o devido crédito à pessoa que levou à frente por tantos anos essa disciplina, e com quem tive o prazer de colaborar em algumas ocasiões: a Professora Maria Angela Pereira de Castro Bortolucci. Sua seriedade, profissionalismo e simpatia foram fundamentais para que a disciplina tivesse tão bons resultados ao longo dos anos, mas, mais importante e crucial, foi sua coragem em reconhecer a importância do aprofundamento teórico sobre a arquitetura e a cidade do século XIX. Não por acaso, "estrangeira" que era, recém-chegada de Olinda, na década de 1970, deparou-se com a arquitetura eclética do interior paulista, então ainda em sua forma mais íntegra e exuberante, viva, entendendo-a como reflexo do enriquecimento proporcionado pela cafeicultura. Uma arquitetura que em poucas décadas praticamente seria extinta pelos interesses econômicos, os mesmos que a geraram no passado. Sem a disciplina, não haveria muito de seu estudo ou de seu registro. Só por isso, valeu todo o esforço e determinação de Angela. A arquitetura brasileira lhe agradece.

Sobre (com)partilhar caminhos...

Joana D'Arc de Oliveira

Ainda me lembro da primeira troca de olhar, do meu anseio em aprender e apreender tudo o que fosse possível, durante a exposição da Professora Maria Angela Bortolucci no curso sobre a arquitetura eclética em São Carlos organizado, em 2001, pela Fundação Pró-Memória de São Carlos, instituição na qual atuei como estagiária e monitora de exposições. Não pude esconder meu deslumbre e fascínio pela palestrante, que tão sabiamente falava sobre as histórias, os aspectos físicos e internos das casas e sobre as transformações na cidade impulsionadas pela economia cafeeira. Sai de lá convencida de que, apesar de cursar ciências sociais, a arquitetura era minha grande paixão e seria nesta área que faria minha pós-graduação. E assim segui, até o momento e que fui orientada a cursar a disciplina de pós-graduação por ela oferecida no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC. A partir daí não a deixei mais. Foram cursos, reuniões, conversas, até o momento em que ingressei no mestrado sob a sua orientação em 2005. Desde então, nossos laços se estreitaram ainda mais. Com toda a sabedoria e delicadeza que a caracterizam, Maria Angela, não apenas me orientou no desenvolvimento da pesquisa sobre a fazenda São Roberto, mas também me ensinou a escrever, a pesquisar, a controlar a ansiedade e a praticar a escuta. Durante os nossos anos de convivência, acompanhou o nascimento e o crescimento dos meus filhos e o meu desenvolvimento como pesquisadora e docente. Me recebeu no doutorado em 2010, no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – IAU/USP, mesmo com o desafio de orientar um tema que lhe era novo. Esteve ao meu lado durante os cinco anos de desenvolvimento da tese, aprendemos, dialogamos e nos emocionamos, lado a lado, ao ler os documentos e os relatos que versavam sobre as histórias negras em São Carlos. Sempre disposta a partilhar e compartilhar conhecimentos e espaços de fala, me convidou, assim como fez com outros orientandos, a apresentar minha pesquisa de mestrado em sua disciplina de pós-graduação *IAU 5908: Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX*, me permitindo revisitar um dos ambientes onde tudo havia começado. Ao final do doutorado em 2015, dei início ao pós-doutorado, também no IAU-USP, e sob a sua supervisão. Em meados de 2016, numa conversa informal em sua sala, recebi o convite para colaborar como docente em sua disciplina de pós-graduação. Nesse momento revisei minhas memórias, lembrei que já havia sido

aluna especial, aluna efetiva, palestrante e agora me tornaria docente na mesma disciplina que me descortinou os meandros da história da arquitetura e do urbanismo. Foram três anos, ao seu lado, aprendendo, ouvindo e compartilhando conhecimentos. Foram inúmeras leituras, visitas às cidades do interior paulista, caminhadas pelos centros históricos de São Carlos e de outras localidades. Quantas edificações pudemos observar, desvendar e analisar. Algumas em ótimo estado de conservação, e outras em total estado de abandono, fruto da negligência de proprietários e do poder público. Com sua máquina fotográfica sempre em punho ela registrou nossos momentos de fruição e leitura das arquiteturas e das paisagens. Quanta honra e quantas alegrias tive em (com)partilhar esses anos ao seu lado, entre risos, descobertas, lágrimas e prosas, essa jornada marcou as nossas histórias. Obrigada Profa. Maria Angela Bortolucci, mestre, amiga e companheira de trajetória.

O olhar sobre o patrimônio do interior paulista: Arquitetura Paulista do Século XIX até meados do Século XX

Rodrigo Sartori Jabur

É um momento de reflexão, de voltar no tempo e rememorar as boas lembranças, uma destas refere-se às experiências na disciplina Arquitetura Paulista do Século XIX até meados do XX, no qual fui aluno e também colaborei em dois momentos como professor convidado.

A disciplina é fundamental para o contexto paulista, pois nos apresenta o panorama das cidades e das estruturas rurais, enfatizando os processos e os agentes que configuraram a expansão produtiva do café, a sua organização na área rural e os seus impactos nas áreas urbanas.

É notável compreender o processo de ocupação do interior paulista e a organização das estruturas rurais, da mesma maneira as redes estabelecidas entre as fazendas e as cidades: um conjunto de atividades produtivas e de circulação, que teve por muito tempo a mão de obra de negros escravizados e posteriormente do colono europeu.

O século XIX é um século de intensas transformações, tanto nas tecnologias, na ciência, nos modos de vida, nas relações de trabalho, na arquitetura e no urbanismo, parte disto pode ser visível no processo de consolidação das cidades do interior paulista, retratado na sua organização e em suas habitações. A disciplina promoveu não só o debate sobre esta temática, como permitiu a possibilidade de visita a algumas destas cidades, promovendo não apenas uma compreensão teórica sobre os processos, mas também de caráter perceptivo, daquilo que ainda se mantêm atualmente. Exemplos disso são Bocaina, Mococa, Casa Branca, Dourado, Jaú, São Carlos, Ribeirão Preto, aquelas que a memória conseguiu resgatar neste momento.

Mas não são apenas as cidades que esta disciplina contempla, as estruturas rurais são outro ponto de grande importância, as fazendas, que tem amplo desenvolvimento no século XIX, representam o interesse de seus proprietários na busca de novas tecnologias, principalmente para o beneficiamento da produção agrícola, mesmo que, neste processo de interesse pelas novidades, estes proprietários mantiveram relações de trabalho extremamente exploratórias, como é identificável em muitas das pesquisas sobre este período e nos remanescentes existentes nas fazendas.

Há também o debate relativo à preservação destes patrimônios culturais, presenciando em nossas visitas, os dilemas, desafios e ações neste campo, que percorrem o debate à preservação de trechos urbanos, às residências e estruturas das atividades rurais, bem como o patrimônio móvel e também o patrimônio imaterial.

Tudo isso demonstra como o debate local e regional tem grande importância no contexto brasileiro, cada vez mais os temas de pesquisas no campo da Arquitetura e do Urbanismo, relacionados ao caráter local e regional, ganham mais espaço no cenário nacional. O papel de disciplinas que debatam pesquisas de cidades e estruturas rurais do interior paulista, que ampliem as possibilidades de pesquisa e incentivem aqueles que consideram que pesquisas relevantes estão apenas concentradas nas grandes capitais.

Compreender estas estruturas e as dinâmicas relacionadas ao interior paulista permite a troca de conhecimentos e experiências. Tratar a temática no âmbito do patrimônio cultural é construir e reforçar coletivamente a identidade, a memória e a história das cidades e fazendas que são parte fundamental do que conhecemos do estado de São Paulo.

Vila Maria Zélia: consciência sobre a importância da preservação e conservação do patrimônio histórico

Vila Maria Zelia: awareness about the preservation and conservation of historical heritage

Vila Maria Zelia: conciencia sobre la importancia de la preservación y conservación del patrimonio histórico

Ana Rita Corrêa [1]

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Territórios e cidades: Transformações, Permanências, Preservação no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a pesquisa O Santuário Nossa Senhora Aparecida da Babilônia como Patrimônio Cultural com apoio financeiro do CNPq na modalidade Mestrado-GM. Atuou como arte educador no Centro de Arte e Cultura de São Carlos CEMAC. É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Central Paulista – UNICEP (2010), onde fez parte de projetos de extensão e desenvolveu a pesquisa sobre as transformações urbanísticas, arquitetônicas e sociais da cidade de São Carlos através de álbuns e almanaques no final do século XIX e começo do século XX. Atualmente integra o Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (cadastro no CNPq), sob a liderança da Profa. Dra. Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. <http://lattes.cnpq.br/0503434454359452>
anaritacorre@usp.br

Apresenta reflexões realizadas dentro da disciplina IAU 5908 Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX ministrada pela professora Maria Angela P. C. S. Bortolucci e a colaboradora Joana D'Arc de Oliveira e teve por objetivo estudar as questões de conservação e preservação do patrimônio histórico da Vila Maria Zélia, uma das primeiras vilas operárias do país, fundada no início do século passado. Destacando-se por apresentar inovações no padrão de moradia dos operários da época. Ainda hoje é possível observar o tipo de moradia que cada trabalhador ocupava dentro da comunidade. No entanto, com o passar do tempo, a história vai sendo cada vez mais fragilizada pela ação do tempo e do poder público em não resguardar o conjunto arquitetônico e a memória de seus moradores.

Introdução

A emergência da grande indústria trouxe consigo um forte esforço de reorganização do trabalho e principalmente do controle dos trabalhadores em certas circunstâncias de seu cotidiano. A partir das duas últimas décadas do século XIX até os anos quarenta do século XX, difundiu-se largamente pelo Brasil a prática de criação de vilas operárias em cidades e de núcleos fabris em localidades rurais. Existem duas modalidades distintas de vilas operárias: a primeira, como assentamento habitacional, patrocinado por empresas e voltado a seus funcionários — vila operária de empresa — e a habitação promovida por investidores privados e voltada ao mercado de locação — vila operária particular. Algumas vezes, essas habitações confundiam-se com o espaço urbano existente, já que possuíam as mesmas características físicas. (CORREIA, 2013) coloca que no Brasil a construção de vilas operárias e de núcleos fabris por empresas — indústrias, usinas de açúcar, empresas de mineração, ferrovias, etc. — iniciou-se na segunda metade do século XIX, com o surgimento de aglomerações com organização espacial seguindo diretrizes estabelecidas pelo proprietário ou por engenheiros envolvidos no empreendimento. Raramente tais diretrizes se materializavam na forma de um plano urbano completo e justificado conceitualmente. A partir da década de trinta do século XX assistiríamos a uma inovação significativa na forma de organização desses lugares: a emergência da figura do arquiteto e urbanista elaborando planos urbanos para vilas e núcleos fabris. Tais planos ora revelam uma nítida inspiração no modelo cidade-jardim. Assim, a construção da habitação operária em São Paulo acontecia seguindo três tipos de iniciativas, principalmente. A primeira delas que era empreendida pelo próprio trabalhador (como ocorreu com os de procedência italiana), depois, a mais frequente, através de investidores ou companhias privadas que visavam lucro com o aluguel, e a terceira delas que foi a construção de habitações pelas indústrias para seus operários. Essa última, geralmente de grande porte, exigia uma maior aplicação de capital. Poucos foram os industriais que tiveram uma intenção mais idealista em seus empreendimentos imobiliários, destacando-se como exceção, Jorge Street, que construiu em 1916 a Maria Zélia. Ao construir uma vila operária, o industrial obtinha a posse das casas, o que, na maioria das vezes, servia como instrumento para pressionar a força de trabalho, gerando conflitos nessa relação patrão-operário. Para (BLAY, 1985) O proprietário da casa é o mesmo comprador da força de trabalho. E o vendedor da força de trabalho é o mesmo que paga o aluguel. Nesta transação o industrial utiliza sua dupla condição para rebaixar o salário a ser pago. O estilo industrial inglês (Manchester) foi o predominante, com suas estruturas de ferro e a maquinaria. A fábrica Maria Zélia foi concebida inteiramente em

Bradford na Inglaterra. Esses projetos, sendo importados ou não, eram realizados por engenheiros que os executavam dentro das modernas técnicas de construção. Primeiramente as estruturas metálicas e depois as de concreto armado foram amplamente utilizadas, os materiais eram geralmente de primeira qualidade e de procedência nacional, fugindo ao excessivo decorativismo predominante na época, produzindo uma linguagem desprovida de ornamentos. A Vila Maria Zélia é um local de extrema riqueza no que se refere ao patrimônio cultural, histórico, social e industrial, tendo como a sua preservação determinada pelas leis de tombamento dos órgãos competentes. Infelizmente, sua conservação não é assegurada pelas ações práticas necessárias para sua manutenção como um patrimônio.

A Vila Maria Zélia é considerada uma das primeiras vilas operárias do Brasil. Sua história começa no Rio de Janeiro, com Jorge Street, médico carioca, nascido em 1863, que se destacou como industrial, quando herdou de seu pai ações da Tecelagem de Juta São João, em 1896. Obteve grande crescimento industrial, comprando a Fábrica Santana, em 1904 e transformando-a em Companhia Nacional de Tecidos de Juta. A fábrica estava localizada no que hoje é o Largo da Concórdia, bairro do Brás, e contava com 1.800 funcionários. Investimentos feitos na fábrica acrescentaram em seus negócios também o algodão. Para isso, precisava construir um novo prédio e escolheu um terreno entre o Rio Tietê e a Avenida Celso Garcia. A construção da fábrica e da vila começou em 1912 e foi terminada em 1917. As casas foram construídas para servir de moradia para parte dos trabalhadores, e se destacaram de outras vilas operárias de outras empresas, construídas anteriormente ou no mesmo período, pelo porte e grandiosidade do projeto, praticamente uma cidade, contando com consultórios médicos, dentários, clube, armazéns, farmácia, creche, escola e igreja.

O arquiteto francês Paul Pedaurrieux foi contratado por Jorge Street para planejar as ruas e as casas da vila. Não se sabe muito sobre ele, apenas que o arquiteto se inspirou em vilas operárias da Inglaterra para projetar a Maria Zélia. Jorge Street, filho de pai austríaco e mãe francesa, viajou pela Europa e estudou na Alemanha durante sua adolescência; quando voltou ao Brasil, cursou medicina no Rio de Janeiro. Conhecia as habitações de trabalhadores de alguns lugares e também a precariedade das casas dos brasileiros. Assim, quando comprou o terreno e contratou o projeto da obra, pediu que o planejamento considerasse que havia famílias de diferentes tamanhos e exigiu que houvesse água e esgoto encanados para evitar doenças. A Vila, então, foi batizada com o nome de sua filha, Maria Zélia Street, que faleceu aos 16 anos, acometida por tuberculose. Foram construídas casas de seis tipos e de quatro tamanhos diferentes:

75m², 81 m², 91 m² e 110m². Eram casas bastante espaçosas para os tempos atuais. Além disso, também foi construído um alojamento para os rapazes solteiros.

Hoje se percebe, logo em sua entrada, a situação crítica em que estão os prédios históricos projetados há quase 100 anos no período entre 1917-18, marcados por intensos movimentos operários que reivindicavam melhores condições de moradia. O comprometimento das estruturas dos prédios fica evidente. Dentro da vila nota-se o comprometimento das estruturas dos prédios, raríssimas casas preservaram a fachada do conjunto arquitetônico original. A Escola de Meninos e a Escola de Meninas resistem contra a ação do tempo, quase em ruínas aponta o que foi um dia como conjunto arquitetônico construído com o objetivo de funcionar como local de estudo e aprendizado. Nossas reflexões procuram entender o porquê da lentidão na efetivação de ações práticas, previstas pela lei de tombamento e tenta apontar o precário estado de conservação e chama atenção para o que pode ser feito em curto prazo. Tem-se discutido muito para normatizar e garantir, juridicamente, a preservação da vila. Porém objetivamente, pouco se tem feito de efetivo para a preservação do patrimônio histórico. Desta forma procuramos entender as razões do descaso público com a Vila Maria Zélia e quais as razões que justificam a inércia de ações, que acabam comprometendo a manutenção dos imóveis e da própria história do local. Para efetuar o levantamento da importância histórica da vila, foi necessário, inicialmente, recorrer à pesquisa bibliográfica que dá base ao entendimento da importância de preservação da memória e do patrimônio material, da legislação de preservação desde a era Vargas até os nossos dias, passando pela mudança de conscientização do próprio poder público. E como forma de demonstrar o estado de degradação dos imóveis, foi realizada a pesquisa iconográfica em livros impressos e sites confiáveis, que forneceram imagens de época dos imóveis, além de levantamento fotográfico de campo realizado pela autora deste estudo.

Preservação

A ideia de preservar o patrimônio histórico de uma sociedade requer, como fundamentação teórica, a discussão do que é o conceito de patrimônio. A palavra "patrimônio" tem origem no latim *patrimonium* e era definida pela Roma Antiga como tudo aquilo que se referia ao pai, ou ao pater famílias, ou seja, o pai de família. Canclini diz que o patrimônio cultural pode ser dividido em três categorias: o patrimônio natural, constituído das riquezas da natureza (reservas naturais, por exemplo); o patrimônio cultural intangível, que não é constituído de sustentação material e é preservado pela

tradição (danças populares, costumes e lendas); e o patrimônio cultural tangível, que é aquele sustentado por elementos materiais (edificações e objetos arqueológicos, por exemplo) (CANCLINI 1994 apud RANGEL, 2002, p. 1).

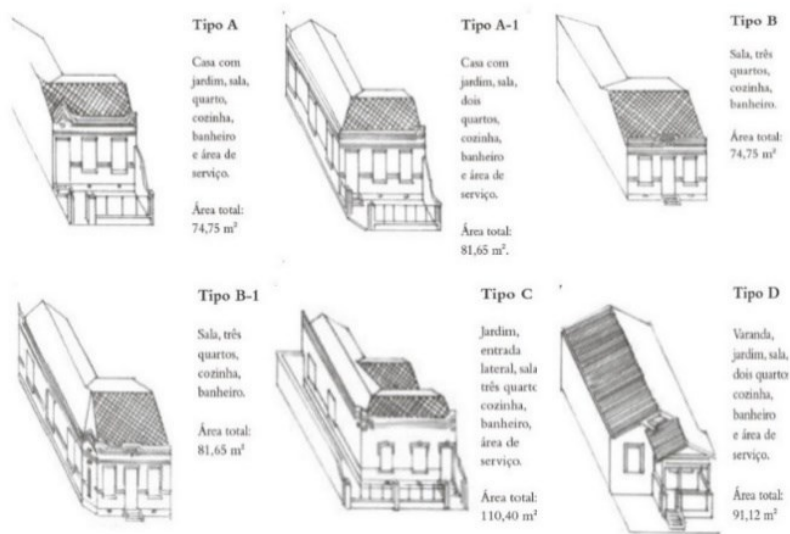
[...] o patrimônio inclui a herança cultural de cada povo, os bens culturais produzidos pelos segmentos hegemônicos em cada tempo histórico e também os bens culturais visíveis e invisíveis, tais como língua, conhecimento, documentação, artesanato, e também os produtos da cultura dos grupos ditos populares. Assim, a política patrimonial de conservação e administração da produção cultural do passado está relacionada aos usos sociais desses bens no presente e com a preservação dos bens materiais e simbólicos produzidos por todos os grupos sociais (CANCLINI, 1994 apud RANGEL, 2002, p. 1).

Tendo-se a noção do conceito de patrimônio, faz-se necessária a discussão sobre a questão da preservação. Preservar, segundo o dicionário Aurélio, significa "livrar de algum mal ou dano, resguardar, defender". Relacionando a definição com a abordagem acima, pode-se afirmar que preservar é também livrar de algum mal ou dano aquilo que é uma herança cultural ou os bens de um povo, buscando manter vivos os valores produzidos numa determinada época. No ano de 1937, foi criado o tombamento, pelo Decreto-Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, durante a ditadura de Getúlio Vargas, neste momento o Brasil começa a se preocupar com as noções de preservação, e essa noção foi ampliada graças à influência da política da preservação do patrimônio cultural e natural da humanidade, instituída pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), em 1946, e, mais tarde, com a Convenção de 1972 (CARVALHO, 2011). A partir daí o país passou a ter um paradigma internacional, incorporado como norma na Carta Magna em vigor no país. A Vila Maria Zélia e o seu conjunto arquitetônico neste atual estado de conservação de seus imóveis nos faz refletir sobre a importância e a necessidade de preservar. De acordo com a pesquisadora Palmira Petratti Teixeira (2009), a Vila Maria Zélia foi fundada em 1917 pelo industrial Jorge Street:

[...] para abrigar os trabalhadores da fábrica de Street, a Companhia Nacional de Juta. O complexo, localizado na rua dos Prazeres (zona leste), foi originalmente constituído de 198 casas, distribuídas em seis ruas, que variavam de 75 a 110 m² cada. As famílias maiores, com maior número de operários, habitavam as casas maiores, assim como os administradores. Os solteiros moravam em uma hospedaria, própria para eles.

Constituíam ainda o complexo uma igreja, um centro de lazer e seis prédios históricos - dois armazéns, dois colégios (Escola de Meninos e Escola de Meninas), um local destinado à creche, um prédio para o boticário. Num dos prédios funcionava o armazém e a sapataria. No piso superior, localizava-se o salão de bailes. Para a prática desportiva, havia ainda um campo de futebol e uma quadra para a prática da "bocha". [...] O aluguel era mensalmente descontado do salário dos moradores, e era necessário ainda o pagamento da taxa de eletricidade e de água (TEIXEIRA, 2009, p. 4).

Figura 1 - Tipologias existentes na Vila Maria Zélia



Fonte: <http://www.cultura.sp.gov.br>

O complexo começou a ser construído em 1912, seguindo a tendência de industrialização dos bairros periféricos da capital paulista. O café era o principal produto econômico do país e necessitava de uma enorme infraestrutura de apoio para que sua produção fosse escoada (TEIXEIRA, 2009). Vários bairros que se localizavam próximo às malhas ferroviárias, como Mooca, Brás, Belém, Belenzinho e Bom Retiro, por exemplo,

começaram a receber as vilas operárias. É neste cenário que é construída a Vila Maria Zélia, uma vila operária ligada à Companhia Nacional de Juta (CNTJ). A fábrica, com cerca de 2.100 funcionários, confeccionava sacaria de juta para exportação do café. A vila teve como inspiração as vilas operárias inglesas, em especial, a vila de Saltaire, fundada em 1851, em Shipley, nas proximidades de Bradford (Yorkshire), que serviu de modelo para muitas outras vilas inglesas, sendo inaugurada em 15 de maio de 1917, batizada com o nome de "Maria Zélia" em homenagem à filha de Jorge Street, vítima de tuberculose (1899-1915). O empresário esteve à frente da CNTJ até 1923. No ano seguinte, a vila e a fábrica foram vendidas ao conde Nicolau Scarpa, que modificou o nome do local para Vila Scarpa. Em 1929, o grupo Guinle adquiriu a vila como forma de pagamento das dívidas de Scarpa. O nome original do local foi retomado e em 1931, a fábrica foi desativada, e a vila passou para o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões), hoje INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), também como forma de pagamento de dívidas. No período compreendido entre novembro de 1935 e novembro de 1937, a fábrica abrigou um presídio político, o Presídio Maria Zélia, um dos órgãos de intensa repressão do governo Vargas. Em 1939, a Goodyear comprou do governo a fábrica e um lote de 18 casas, além da creche e o jardim da infância foram demolidas para expansão das dependências da nova fábrica. Já na década de 1960, as casas foram financiadas para seus moradores, sob o sistema do Banco Nacional da Habitação (BNH). No ano de 1992, a vila foi tombada pelo CONDEPHAAT, resolução acatada e alterada pelo CONPRESP, em 1995, a fim de especificar e complementar os critérios técnicos previstos pela normatização do órgão estadual. Atualmente, apesar do tombamento, de todas as casas dessa vila pioneira em São Paulo, apenas quatro possuem fachada original. Dos prédios históricos, cinco deles estão em avançado estágio de abandono.

A degradação

A ação do tempo, somada à demora de tomada de atitudes, tem se tornado implacável com a questão da preservação do patrimônio histórico da Vila Maria Zélia. Através de iconografia é possível comparar as casas originais do projeto de Perradieux e como essas edificações estão hoje.

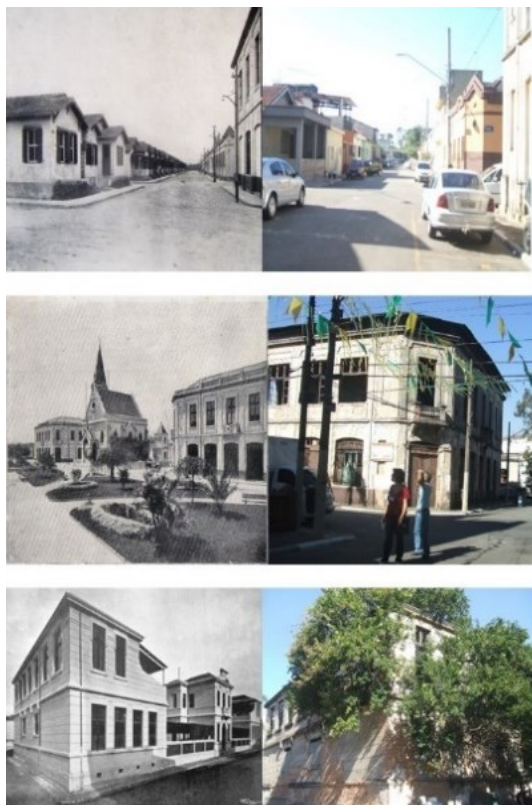


Figura 2 - Montagem: Inauguração da Vila e imagens um século depois
Fonte: google imagens e arquivo pessoal

Nas imagens acima temos um registro de 1926 das ruas, com modelos diferenciados de moradias, conforme o tamanho da família e sua posição social. A arquitetura da fachada variava de rua para rua, é possível notar as transformações ocorridas em quase um século depois da ocupação do espaço, percebemos a vista frontal da entrada da vila, um ano após sua inauguração onde revela um rico conjunto arquitetônico, e atualmente o restaurante, em adiantado processo de deterioração, assim como a Escola de Meninos, criada para educação dos meninos, que era feita separadamente das meninas. O local funcionou como colégio até o início dos anos 1990, quando foi desativado, assim como as residências particulares, onde apenas quatro ainda preservam a fachada original do início da vila.

Legislação

No que se refere à legislação, a Vila Maria Zélia foi tombada pelo CONDEPHAAT segundo a Resolução 43, de 18 de dezembro de 1992. Segundo a resolução:

Artigo 1º – ficam tombados como bens culturais de interesse Histórico, Arquitetônico e Social o traçado urbano e o conjunto de imóveis situados na Vila Maria Zélia, no bairro do Belenzinho, na cidade de São Paulo, pela sua grande representatividade como vila operária do início do século, por ter sido um empreendimento pioneiro e por suas características originais (SÃO PAULO, 1992, n.p.).

Em 1995 deu-se a resolução normativa, complementada e alterada pelo CONPRESP, segundo a resolução publicada no diário oficial de fevereiro de 1995. As duas ações normativas demonstram a preocupação do poder público, no âmbito jurídico e legal, de fazer cumprir o que determina a Constituição Federal, em seu artigo 5º. Desde 1992 até os dias atuais, o que se tem visto, em termos práticos, é pouca ação para a conservação, com medidas tímidas e quase nenhuma fiscalização para coibir a depredação do conjunto remanescente. Um dos aspectos de maior destaque para a contribuição do cenário descrito é a manutenção da posse dos imóveis públicos nas mãos do INSS. Em 2006, uma parceria foi feita entre o órgão federal e a prefeitura de São Paulo. No acordo, o município ficaria responsável pela posse do imóvel por cinco anos. Deveria reformá-los e instalaria nos prédios projetos culturais e centros de capacitação profissional. O acordo foi desfeito em 2011 pela vontade de ambas as partes, mas, por iniciativa da prefeitura de São Paulo, que alegava não ter a posse definitiva do imóvel e nada foi feito para a melhoria dos espaços e prédios. A situação da vila, porém, é mais grave, uma vez que o Ministério Público apresentou uma ação civil pública, obrigando a prefeitura e o estado a adotarem medidas para conservar o conjunto arquitetônico. Segundo informação publicada no jornal O Estado de S. Paulo, do dia 18 de julho de 2012, o promotor de Justiça Washington Luís Lincoln afirmou que nenhuma medida foi realizada após o tombamento. Mais que isso, ele solicitou que fossem apurados os danos realizados em cada imóvel e no conjunto dos prédios históricos, e que a prefeitura e o estado fossem responsabilizados pela execução das ações de restauração.

Em entrevista concedida a Eduardo da Rocha Marcos e Luciana Squarizi para um artigo publicado e disponível em [file:///D:/Downloads/sumario3%20\(2\).pdf](file:///D:/Downloads/sumario3%20(2).pdf) com a presidente da Associação Cultural Vila Maria Zélia (ACVMZ), entidade responsável pelas iniciativas de preservação dos prédios públicos e de ações voltadas para a construção da memória

da vila, ela aponta que a dificuldade em se fazer parcerias esbarra na situação de impasse burocrático sobre a posse dos imóveis. A representante da ACVMZ pontua a importância da responsabilidade e conscientização de cada morador em relação à questão da preservação dos imóveis. A questão da preservação é complexa, pois não depende apenas das medidas legais e jurídicas a serem tomadas pelo poder público, é nítido que existe um enorme abismo entre o mundo normativo e a ação prática.

Considerações finais

Vistos os conceitos de patrimônio histórico e a importância da preservação, a história da Vila Maria Zélia e sua relevância dentro do cenário industrial paulistano do início do século passado, nos deparamos com as especificidades das relações trabalhistas ocorridas nessa vila da zona leste de São Paulo, que serviu como cenário de transformações sociais, da memória de momentos históricos do país, como da ditadura Vargas, por exemplo. Conclui-se que a preservação de seus imóveis, de seu conjunto arquitetônico e de sua memória se torna quase que uma obrigação para as pessoas que hoje vivem no local, para o poder público, que tem o dever de preservar, e para a própria sociedade, que tem ali uma fonte de inspiração e reflexão sobre seu passado e sua própria história. O caso da Vila Maria Zélia mostra que a esfera normativa é capaz de demonstrar, por meio de leis e resoluções, sua preocupação com a necessidade de preservar, de guardar e passar adiante. No entanto, no campo objetivo, tal medida se revela ineficaz quanto à prática da conservação. A união de esforços, do poder público, dos governantes, legisladores, técnicos, sociedade civil e moradores, é uma tentativa para que seja alcançada a meta da restauração e preservação. No caso específico da Vila Maria Zélia, apenas esforços para se garantir um respaldo jurídico não representam o bastante para a defesa do patrimônio histórico. Somente uma ação sociopolítica mais contundente, seria capaz de pressionar as esferas governamentais, para fazer valer aquilo que de direito já foi garantido há mais de 21 anos.

Referências

A Vila Maria Zélia: a fascinante história de um memorial ideológico das relações de trabalho na cidade de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais...

Fortaleza: UFCE, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0155.pdf>. Acessado em novembro de 2016.

AGÊNCIA ESTADO. **MP cobra preservação de vila de 1917 em São Paulo**. O Estado de São Paulo, São Paulo, jul. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/gerl,mp.cobra.preservacao.devila-de1917-emsao paulo,901874,0.htm>. Acessado em novembro de 2016

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: Vilas Operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

CANCLINI, Néstor Garcia. **O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico, Rio de Janeiro: IPHAN*, n.º 23, 1994. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/patrimonio_e_acoes_educativas.pdf. Acessado em novembro de 2016

CARVALHO, A. C. de. **Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias**. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/UNIRIO*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 117-126, 2011. Disponível em: <http://revistamuseologicaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFiles/195/158>. Acesso em Novembro de 2016.

CORREIA, Telma de Barros. **Patrimônio industrial e agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais**. In: Telma de Barros Correia & Maria Angela P. C. S. Bortolucci. (Org.). *Lugares de Produção: arquitetura, paisagens e patrimônio*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2013, v. . p. 183-206.

Educação, Batatais, v. 5, n. 3, p. 45-66, 2015. **Vila Maria Zélia: o processo de deterioração do patrimônio histórico de uma das primeiras vilas operárias do país**. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/Bens%20Tombados/CadernoVilaMariaZelia.pdf>. Acessado em Novembro de 2016.

RANGEL, C. **Patrimônio Cultural: preservação, conservação e restauração**. In: SIMPÓSIO VIRTUAL DE HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA, 1º, 2002. Anais... Instituto de Estudos do Vale Paraibano, 2002. Disponível: <<http://www.valedoparaiba.com/nossagente/saladecomunicacao/Hist%C3%B3ria%20e%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural/Patrim%C3%B4nio%20Cultural,%20Preserva%C3%A7%C3%A3o,%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20e%20Restaura%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acessado em Novembro de 2016.

ROSSI, L. **Prefeitura de SP desiste de restaurar prédios da Vila Maria Zélia**. Folha de São Paulo, São Paulo, ago. 2011. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/953167-prefeitura-de-sp-desiste-de-restaurar-predios-da-vila-mariazelia.shtml> > . Acessado em: Novembro 2016.

SÃO PAULO (Estado). Resolução n.º SC-43, de 18 de dezembro de 1992. **Dispõe sobre o tombamento de bens culturais de interesse histórico**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 19 dez. 1992. Seção 1, p. 25.

SÃO PAULO (Município). Resolução n.º 01/95, de 09 de fevereiro de 1995. **Dispõe da alteração e complementação da resolução de tombamento da Vila Maria Zélia**. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 10 fev. 1995.

TEIXEIRA, P. P. **A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Sites pesquisados:

<http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/Bens%20Tombados/CadernoVil aMariaZelia.pdf>

<http://gazetavirtual.com.br/vila-maria-zelia-inss-sem-verbas-para-restaurar/>

<http://www.cultura.sp.gov.br/>

<https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=/upload/cms/revista/>

De como um poeta mudou a paisagem do centro de Araraquara Cómo un poeta cambió el paisaje del centro de Araraquara How a poet has changed the landscape of Araraquara downtown

Cecília Neves Kappler Vaz [2]

[2] Arquiteta e Urbanista no Departamento de Zeladoria Urbana (DZU) da Secretaria Municipal das Subprefeituras, Prefeitura Municipal de São Paulo. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). Durante a faculdade participou do projeto de pesquisa O Centro Histórico de São Paulo: documentação e estudos de reabilitação, com organização de banco de dados e discussões de alternativas de ocupação, e do grupo de estudos Cidade, Gênero e Primeira Infância, com foco no direito do brincar e ações em áreas de vulnerabilidade social. Integrante de grupo premiado com Menção Honrosa no Concurso Nacional BID UrbanLab Natal, em 2017, com a proposta Coletivo Ribeira: articulando agentes urbanos. Em 2019, foi aluna especial na disciplina Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século XX, IAU-USP (São Carlos). Foi estagiária na Secretaria Municipal de Cultura, na Supervisão de Salvaguarda do DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) e, mais tarde, técnica responsável pela camada Patrimônio Cultural do portal GeoSampa. Na Secretaria Municipal das Subprefeituras, também já atuou no Departamento de Controle e Cadastro de Infraestrutura Urbana (CONVIAS) e na Assessoria Técnica de Obras e Serviços (ATOS). Além disso, é Agente do Brincar formada pela IPA Brasil, que promove o Direito de Brincar. <http://lattes.cnpq.br/3908963537378100>

ceciliankv@gmail.com

Nas aulas de literatura brasileira sobre pré-modernismo são apresentados autores como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Monteiro Lobato e Juó Bananére: este último era um pseudônimo, usado pelo engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado. Com um estilo de escrita baseado na oralidade dos imigrantes italianos que vieram para São Paulo no início do século XX, Juó/Alexandre inovou com suas sátiras em "português macarrônico" e, enquanto divertia seus leitores com crônicas e poemas, também atuava como engenheiro. Esse estudo apresenta essas duas faces, comentando o estilo de escrita peculiar de Juó e a produção arquitetônica de Alexandre, principalmente na cidade de Araraquara, no interior do estado de São Paulo, com o Hotel Municipal e o Palacete das Rosas, ambos de estilo eclético e resultado do investimento da elite cafeeira, que prosperava naquele final do século XIX e início do XX. Dentre as primeiras referências consultadas para fundamentação estão o Processo No. 28687/1991 do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e o Álbum de Araraquara de 1915, depois disso foram reunidas fontes coletadas em acervos digitais e físicos, incluindo autores como Benincasa (2003), Donato (2011), Telarolli (2003), Caiuby (2010, 2012), Fonseca (2001) e Oliveira (2013).

Introdução

Antes de iniciar este trabalho, pouco sabia sobre a ocupação do interior do estado de São Paulo. Vinda da capital, recém-chegada a Araraquara, descobri que havia muito a aprender, acontecimentos que não se restringiam à cidade de São Paulo. A economia cafeeira, os impactos da chegada da ferrovia, novos estilos de vida da sociedade na virada do século XIX para o XX, todos esses episódios também fazem parte da história das cidades do interior paulista, como Araraquara.

Por ter chegado recentemente a essa cidade e saber pouco sobre sua formação, decidi averiguar quais eram os bens com incidência de tombamento. O banco de dados do v (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo), indica os seguintes bens: casa térrea na Rua Padre Duarte, conjunto de imóveis e logradouros, Grupo Escolar Batista Magalhães e Escola Estadual Antonio Joaquim de Carvalho.

Na breve descrição dos bens, no portal do Condephaat, percebi a recorrência do nome do engenheiro "Alexandre Ribeiro Marcondes Machado", no item referente ao conjunto de imóveis e logradouros de Araraquara. Os edifícios desenhados por esse projetista, integrantes desse processo de tombamento, são o Hotel Municipal e o Clube Araraquarense (atual Secretaria Municipal de Cultura), que representam com "suficiente clareza os reflexos urbanos da economia cafeeira", assim como dito na justificativa apresentada no processo de tombamento do Condephaat. A vida e produção de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, além do contexto histórico em que suas obras estão inseridas, são o escopo deste trabalho.

Através do estudo da ocupação e desenvolvimento de Araraquara, espero compreender melhor a cidade que se configura hoje, processo semelhante ao ocorrido com Nelson Martins de Almeida, organizador do Álbum de Araraquara de 1948, também recém-chegado à Morada do Sol, que escreveu "tu não és o berço em que nasci! Estudei, porém, a tua história, e assim te vi nascer!".

Objetivos

Contextualizar o cenário de desenvolvimento de Araraquara, do final do século XIX ao início do século XX, considerando os impactos da economia cafeeira na cidade. Entender quem foi Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, com base em sua vida, produções arquitetônica e literária, utilizando o pseudônimo "Juó Bananére".

Metodologia

As publicações do Álbum de Araraquara (1915 e 1948) foram utilizadas para discorrer sobre temas como a fundação da cidade, implantação da ferrovia, produção cafeeira, epidemias e melhorias urbanas. Sobre processo de ocupação do interior do Estado, mudanças decorrentes da implantação da ferrovia e desenvolvimento da cidade do final do século XIX ao início do XX, Afram e Gaspar (2000), Benincasa (2003), Chalhoub (1996), Donato (2011), Donoso (2014), Penteado (1984), Sevcenko (1998), Souza (2013), Telarolli (2003) e Vargas (2000). No levantamento de informações da vida do engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado- muito conhecido por sua produção literária, como Juó Bananére- Antunes (2015), Caiuby (2010, 2012), Capela (2009), Carelli (1985), Fonseca (2001), Leite (1996), Luca (2002) e Marzola (1979), complementando com críticas de literatura de Broca (1960), Bueno (2016) e Carpeaux (1967). Para caracterização do ecletismo e análise de elementos arquitetônicos, Bonametti (2003), Ching (1999), Fabris (1993), Lima (2008) e Oliveira (2013). Além disso, foram consultados o Processo nº 28687/1991 do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), acervos digitais (Escola Polytechnica de São Paulo, Folha de São Paulo, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional), desenhos técnicos, recortes de jornal e fotografias nos acervos da Prefeitura Municipal de Araraquara (Arquivo Público Histórico Municipal "Professor Rodolfo Telarolli" e Museu da Imagem e Som "Maestro José Tescari"), livros nos acervos da Biblioteca Mário de Andrade e Biblioteca Sérgio Millet (Centro Cultural São Paulo). Para elaboração dos mapas, as bases utilizadas para Evolução Urbana de Araraquara foram as disponibilizadas no Portal da Prefeitura Municipal da cidade, e para localização do município foram usados os arquivos do repositório do portal do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Revisão Bibliográfica

Impactos da economia cafeeira na cidade

O início da povoação de Araraquara ocorreu devido às buscas por minas de ouro, ainda no século XVIII. Em 1817 é criada a freguesia de São Bento de Araraquara, sendo elevada a vila em 1832 e a cidade em 1889 (ALMEIDA, 1948; FRANÇA, 1915). A cultura de café foi um fator fundamental no impulsionamento da ocupação da região Centro-nordeste do estado de São Paulo, chamada de Campos ou Sertões de Araraquara.



Figura 1 - Mapa do Estado de São Paulo, destacando os municípios de Araraquara e São Paulo.

Fonte: produção própria, com base nos arquivos shape file disponibilizados no Portal do IBGE, 2020.

Essa região crescia lentamente, até a introdução da lavoura cafeeira, por volta da década de 1840, quando passou a se desenvolver econômica e socialmente com maior intensidade, processo que atingiu seu ápice nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX (BENINCASA, 2003; DONOSO, 2011). O capital excedente da produção cafeeira foi o que financiou as mudanças ocorridas nos núcleos urbanos, a fim de atender às novas demandas políticas, econômicas e sociais da população, principalmente das elites, que almejavam uma cidade "em conformidade com os modelos estéticos europeus" (DONOSO, 2011, p. 32). Pode-se, então, dizer que "os melhoramentos urbanos em Araraquara aparecem vinculados à iniciativa do capital cafeeiro urbano-rural local" (VARGAS, 2000), e uma dessas melhorias foi a chegada da ferrovia.

Figura 2 - Diagrama demonstrando evolução do traçado urbano de Araraquara, do final do século XIX ao início do XX. Destacam-se Igreja Matriz de São Bento, Cemitério São Bento e Estação Ferroviária de Araraquara (com ramais da Estrada de Ferro Araraquara e Companhia Paulista de Estradas de Ferro).

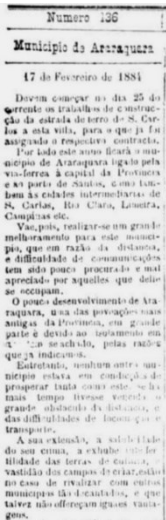


Fonte: produção própria, com base nos mapas disponibilizados no Portal da Prefeitura Municipal de Araraquara, 2020.

Apesar da aprovação, em 1878, de um traçado de linha férrea que passaria por Anápolis (atual Analândia), São Carlos e Araraquara, a Companhia Paulista optou por não executar o projeto (BENINCASA, 2003), por considerar "inoportuna a construção da estrada" (FRANÇA, 1915, p. XLIX), visto que tinham intenção de ampliar a ferrovia na direção de Brotas e Jaú. Por conta disso, o Barão do Pinhal (futuro Conde do Pinhal), junto a outros fazendeiros da região, organizou a Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro, cuja concessão foi oficializada pelo decreto nº 7.828, de 4 de outubro de 1880 (FRANÇA, 1915).

Em 18 de janeiro de 1885, sob "grande entusiasmo, música, foguetes e discursos" (TELAROLLI, 2003, p. 70), chegam os primeiros vagões, na estação ainda improvisada de Araraquara, fator essencial para o desenvolvimento das lavouras de café, que agora teriam um transporte mais rápido e eficiente.

Figura 3 - Notícia sobre início das construções da ferrovia que ligaria São Carlos à cidade de Araraquara, 1884.



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (ver anexo I).

Devem começar no dia 25 do corrente os trabalhos de construção da estrada de ferro de S. Carlos a esta villa, para o que já foi assignado o respectivo contracto. Por todo este anno ficará o município de Araraquara ligado pela via-ferrea à capital da Província a ao porto de Santos, como também as cidades intermediárias de S. Carlos, Rio Claro, Limeira, Campinas etc.

Vae, pois, realizar-se um grande melhoramento para este município, que em razão da distancia, e difficuldade de communicações tem sido pouco procurado e mal apreciado por aquelles que dele se occupam.

O pouco desenvolvimento de Araraquara, uma das povoações mais antigas da Província, em grande parte é devido ao isolamento em que tem se achado, pelas razões que já indicamos.

Entretanto, nenhum outro município estava em condições de prosperar tanto quanto este, se ha mais tempo tivesse vencido o grande obstáculo da distancia, e das difficuldades de locomoção e transporte.

A sua extensão, a salubridade do seu clima, a exuberante fertilidade das terras de cultivo, e vastidão dos campos de criar, estão no caso de rivalizar com outros municípios tão decantados, e que talvez não ofereçam iguaes vantagens.¹

A fim de minimizar os custos do transporte e facilitar o carregamento, "os grandes fazendeiros ganhavam"

¹ Transcrito como na notícia original (figura 3). Ver Anexo I para página completa, sem recortes.

estações próprias ou próximas às suas terras” (BENINCASA, 2003, p. 52). No recorte a seguir, do Álbum de Araraquara, de 1915, vemos a importante relação entre as fazendas de café e sua proximidade com as estações da linha férrea:

Figura 4 – Início da lista, por ordem alfabética, de fazendeiros do Município de Araraquara em 1915. A lista completa é composta por 6 páginas (p. 112-117). São elencados fazendeiros, número de pés de café (mil) e estação de trem mais próxima a cada propriedade.

FAZENDEIROS DO MUNICIPIO DE ARARAQUARA

NOMES	N.º de mil pés de café	Estação mais próxima	NOMES	N.º de mil pés de café	Estação mais próxima
Antonio Bosquini	5	Cesario Bastos	Antonio Cornelio Benevides	9	Motuca
Americo Franklin de Menezes Doria (Dr.)	2	Ouro	Antonio Marques de Andrade	4	Araraquara
Augusto Gomes da Silva Vieira	3	Fortaleza	Anna M. de Jesus	7	Araraquara
Anselmo Sanfelice	8	Cesario Bastos	Alvaro Guimarães (Dr.)	170	Americo Braziliense
Antonio Picaroni (Dr.)	65	Ouro	Antonio José de Castro	10	Americo Braziliense
Antonio Gomes Camacho	6	Cezario Bastos	Almeida Moraes & Irmão	200	Itaquerê
Alberto Gonçalves Lopes	14	Cesario Bastos	Antonio Teixeira Junior	3	
Antonio Teixeira Vellozo	7.500	Araraquara	Anselmo Girondi	40	Cesario Bastos
Antonio Fuscarelli	16	Americo Braziliense	André Perillo	3	Araraquara
Adolpho Melcheri	60	Americo Braziliense	Antonio Teixeira Luiz	10	
Attilio Pabis (Dr.)	54	Americo Braziliense	Antonio de Castro	18	Araraquara
Anselmo Marques	9.500	Araraquara	Augusto Mendes Jardim	4	
Antonio Marques da Silva	4	Araraquara	Alderico, João e Napoleão Previdelli	58	
Antonio Francisco Mendonça	10	Araraquara	Antonio Moraes Cantinho	30	Rincão
Augusto de Arruda Falcão	20	Araraquara	Arthur Gonçalves Lopes	5	Cesario Bastos
			Augusto Gonçalves Lopes	5	Cesario Bastos

Fonte: Álbum de Araraquara 1915, p. 112 (Câmara Municipal de Araraquara).

Essa fase da Primeira República (1889-1930), onde a base do apoio econômico e político era definida pela elite cafeeira (SEVCENKO, 1998), era tênue o limite entre os interesses públicos (Estado) e privados (oligarquia rural), o que impulsionou a construção de edifícios icônicos e voltados para a elite local, ou seja, “aparatos públicos são utilizados para a satisfação de objetivos particulares” (VARGAS, 2000), a elite fundiária ostenta sua nova condição social através do financiamento de intervenções urbanas (DONOSO, 2011). Nas palavras de Telarolli (2003, p. 113):

Os lucros obtidos pelos fazendeiros de Araraquara nos períodos de preços bons para a exportação do café tiveram diversas aplicações, além de resultados no progresso urbano, no embelezamento da cidade e no conforto do cafeicultor.

Seguindo a ideologia progressista de meados do século XIX e início do XX, inspirada nas grandes cidades europeias e nos ideais higienistas (CHALHOUB, 1996), foram realizados melhoramentos urbanos, como instalações elétricas e de redes de abastecimento de água e escoamento de esgotos, na região central da cidade. Vargas (2000) e Souza (2013) apontam que essa remodelação da estrutura urbana de Araraquara, liderada por Bento de Abreu e Plínio de Carvalho, a partir de 1908, representou uma nova imagem para a cidade, deixando de ser conhecida negativamente devido ao assassinato dos Brito de 1897² e epidemias como a de febre amarela³, e passando a ser considerada cidade-modelo, civilizada e moderna (ALMEIDA, 1948). Tal qual o Rio de Janeiro, Araraquara "deveria operar como um atrativo" (SEVCENKO, 1998, p. 15), instaurando reformas urbanas e de saneamento.

O início da arborização pública de Araraquara está diretamente relacionado à epidemia de febre amarela, já que se acreditava que plantar eucaliptos, árvore de odor agradável e forte, purificaria o ar e diminuiria os casos da doença (TELAROLLI, 2003; DONATO, 2014). Apesar das intenções profiláticas, o resultado foi muito benéfico à cidade, que posteriormente substituiria as árvores escolhidas por outras espécies mais adequadas para vias públicas, como os oitis. Em relatório apresentado à Câmara Municipal, referente ao período de 1890 e 1930, é observada a farta arborização da cidade, muito semelhante às "cidades-parques, cidades-jardins construídas hodiernamente na velha Europa"⁴ (TELAROLLI, 2003, p. 111), elogiadas também no Álbum de Araraquara de 1948 por seu caráter impecável (ALMEIDA, 1948), as árvores eram de extrema eficiência estética, embelezando as vias, e térmica, amenizando o calor.

² "A disputa acirrada entre monarquistas e republicanos no final do século XIX levou ao assassinato dos Brito em 1897. A violência e a impunidade desse acontecimento repercutiram na imprensa em todo o país projetando uma imagem negativa da cidade." (SOUZA, 2013).

³ Durante os anos de 1895 e 1896 a cidade de Araraquara passou por uma epidemia de febre amarela, causadora de centenas de mortes. A febre amarela pode ser do tipo urbana ou silvestre, a que assolou Araraquara, assim como outras cidades do estado de São Paulo, foi a de natureza urbana. Araraquara também passou por epidemias de varíola, 1892-1893, e de gripe espanhola, 1918. (TELAROLLI, 2003).

⁴ "O lazer nos espaços urbanos foi introduzido, a partir do século XVIII, em toda cidade europeia importante, que construiu seu passeio arborizado. Em um primeiro momento, na forma de grandes avenidas arborizadas e *boulevards* e, em seguida, na forma de jardins cercados e passeios públicos, onde os habitantes iam desfrutar dos prazeres do passeio ao ar livre. O hábito de passear e desfilar nos espaços públicos se consolidou como padrão cultural europeu, sendo exportado para a América. No Brasil se incorporou aos hábitos da população a partir de meados do século XIX." (BONAMETTI, 2006, p. 6).



Figura 5 – Vista parcial da Rua São Bento. 1 - Hotel Municipal; 2 - Clube Araraquarense; 3- Banco do Comércio e Indústria S/A.; 4- Associação Comercial e Industrial de Araraquara. Foto de 1930. Fonte: Museu da Imagem e Som "Maestro José Tescari" (Prefeitura Municipal de Araraquara).

Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, o Juó Bananére

Figura 6 – Alexandre Machado.



Fonte: FONSECA, 2001.

Sobre a vida de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado não se sabe detalhes devido à escassez de fontes, seu caráter reservado e ao fato de não ter tido filhos (CAIUBY, 2010). O que se conhece é fruto de relatos e artigos publicados por testemunhas da época, sendo possível com esta pesquisa levantar as seguintes informações.

Nascido em 11 de abril de 1892, em Pindamonhangaba, provinha de família numerosa⁵ e de origem italiana (Marcondi). Morou em Araraquara durante sua infância e cursou o secundário de humanidades no Ginásio do Estado, em Campinas⁶. Em 1910,

⁵ Alexandre Machado era fruto do segundo casamento de seu pai, o médico José Francisco Marcondes Machado, com Mariana Ribeiro do Amaral (ver anexo II), junto com seus 11 irmãos. Do primeiro casamento do pai havia mais quatro irmãos (CAIUBY, 2012).

⁶ No período da Primeira República (1889-1930) havia apenas três instituições públicas de ensino secundário no estado: Ginásio de São Paulo (1894), Ginásio de Campinas (1896) e Ginásio de Ribeirão Preto (1906), todas símbolos de excelência no ensino (SOUZA, 2013).

mudou-se para São Paulo, onde, em 1917, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica(CAIUBY, 2012)⁷.

Junto com seu colega de turma da época do ginásio e da faculdade, Otávio Ferraz Sampaio, Alexandre funda o escritório técnico Sampaio & Machado. Embora bem-sucedido em seu trabalho como engenheiro, sendo responsável por obras no interior e em São Paulo, como o Palacete Chavantes⁸ (Figuras 7 e 8), na Rua Benjamin Constant, é como cronista que Alexandre Machado se notabiliza (FONSECA, 2001). Para Carelli (1985, p. 104), "quando o engenheiro Marcondes Machado morre, a 22 de agosto de 1933, deixa uma obra de arquitetura imponente, mas pouco original".

Por conta de dificuldades financeiras para se manter em São Paulo durante os estudos na Escola Politécnica, Alexandre Machado dá início a uma intensa produção jornalística. Em 14 de outubro de 1911 publica sua primeira crônica como Juó Bananére, na seção "Cartas d'Abax'o Piques" em O Pirralho substituindo Oswald de Andrade, que assinava a coluna como Annibale Scipione.

Figura 7 - Ramos de café (tom terracota) e alto relevo de lavoura cafeeira (tom acinzentado, acima do pórtico da entrada) compõem a fachada do edifício.



Foto da autora, 2020.

Figura 8 - Palacete Chavantes, à Rua Benjamin Constant nº 171 (São Paulo, SP).



Foto da autora, 2020.

⁷ Ver Anexos II e III, requerimentos de Matrícula e Diploma.

⁸ De acordo com inventário realizado na disciplina Estudos de Urbanização, 2015, FAU-USP, o projeto data de 1926 (BUENO, 2016).

Permanece em *O Pirralho* até 16 de novembro de 1915, quando é expulso do jornal por atacar o poeta Olavo Bilac em suas crônicas⁹ (ver figura 11). Juó Bananére participou de muitas outras publicações independentes, inclusive peças teatrais (FONSECA, 2001). Sua produção literária é dispersa¹⁰, por isso não se sabe todos os periódicos e revista em que publicou (CAIUBY, 2010; LEONE, 2013).

"Juó Bananére", pseudônimo humorístico, segundo Carelli (1985) seria uma "italianização" de João Bananeiro, apelido popular nos bairros de São Paulo povoados por imigrantes italianos. Um desses bairros inclusive era o Bom Retiro, local em que se situava a Escola Politécnica de São Paulo, o que ofereceu a Alexandre Machado toda a base oral que comporia o modo de Juó Bananére "falar"¹¹. O estudante ficou fascinado pelas cenas que observava nas ruas dos arredores da faculdade e isso fez com que ele se familiarizasse com os costumes e o sotaque dos italianos que ali viviam.

É com "traços simples e rápidos" (CAPELA, 2009, p. 22) que Voltolino¹² retrata Alexandre Machado (figura 9), um jovem elegante que muito diverge da imagem criada para Juó Bananére pelo mesmo caricaturista (figura 10). Diferente do escritor, o personagem é retratado com traços desalinhados e tortuosos, grosseiros até, características essas que mais tarde seriam incorporadas aos textos de Juó Bananére, tão exagerados e excêntricos quanto a figura retratada.

O estilo da escrita de Juó Bananére, devido à sua forma inovadora e época -anterior à Semana de Arte Moderna de 1922-, é classificado como pertencente ao pré-modernismo por críticos como Otto Maria Carpeaux (1967). Caracterizado por uma nova forma de enxergar a realidade brasileira, em oposição ao "agonizante" estilo vigente, o parnasianismo, o grupo dos pré-modernistas não era homogêneo,

Figura 9 –
Caricatura de
Alexandre
Machado.



Fonte: *O Pirralho*,
1911 (edição 13, p.
12). Hemeroteca
Digital Brasileira,
Biblioteca
Nacional. Ver
Anexo V.

⁹ Ver Anexo VII, referente ao comunicado de saída de Alexandre Machado da revista (*O Pirralho*, 1915, edição 207). Além de comunicar o desligamento do autor do periódico, comprova que o personagem de Juó Bananére tinha suas crônicas escritas por Alexandre.

¹⁰ Ver Apêndice "Produção literária de Juó Bananére" para lista das principais publicações do escritor.

¹¹ Aqui "falar" entre aspas porque a produção de Alexandre Machado como Juó Bananére, apesar de baseada na oralidade, era escrita, e não falada de fato. Foi apenas em 1931 que Alexandre Machado gravou quatro poemas como Juó Bananére, em dois pequenos discos pela Columbia (FONSECA, 2001).

¹² Voltolino era o pseudônimo utilizado por Lemmo Lemmi (1884-1926), importante caricaturista do início do século XX (CAPELA, 2009).

Figura 10 – Caricatura de Juó Bananére.



Fonte: O Pirralho, 1911 (edição 11, p. 10). Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional. Ver Anexo VI.

possuindo vertentes regionalistas, de sátira e crítica social (CARPEAUX, 1967), aspectos que, segundo Broca (1960), já prenunciavam o modernismo. Fonseca (2001, p. 17) confirma essa análise ao dizer que "no discurso de Bananére, a anti-eloquência e a antirretórica contrapõem-se à estética dos versos nobres da literatura instituída de seu tempo. A saber: o parnasianismo".

O grande afluxo de imigrantes, principalmente italianos, a São Paulo "introduziria traços culturais novos na velha São Paulo de Piratininga" (MARZOLA, 1979, p. 73), como dialetos peninsulares e gesticulações napolitanas. Uma descrição recorrentemente usada para a literatura de Alexandre Machado como Juó é que seus textos eram escritos em um "português macarrônico"¹³ (ANTUNES, 2015; CAIUBY, 2010; LEITE, 1996; LEONE, 2013; LUCA, 2002). Essa linguagem havia se iniciado com Annibale Scipione, pseudônimo de Oswald de Andrade, mas foi com Juó Bananére, seu sucessor, que o estilo se consolidou (LEITE, 1996).

Os textos de Bananére reproduziam graficamente a língua falada nas ruas de São Paulo do início do século XX, uma mistura entre a forma popular do português com os vários dialetos dos imigrantes italianos, um ítalo-português. Surge daí o tal "português macarrônico", "italianado", um hibridismo (BURKE, 2003), reflexo do contato de culturas distintas e do processo de assimilação dos imigrantes com a cultura brasileira.

Para exemplificar o estilo particular da escrita de Juó Bananére, podemos comparar trechos de *Canção do Exílio*, escrita em 1843 por Gonçalves Dias¹⁴ (VILELA-ARDENGI, 2014), e do poema *Migna Terra*, escrito por Juó e publicado em seu livro *La Divina Incredencia*, de 1915; fica evidente a intenção do autor, Alexandre Machado, parodiar o clássico poema romântico:

¹³ Segundo o dicionário Michaelis, "macarrônico" diz-se de idioma falado ou escrito de forma imprópria, com muitos erros. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=macarronico>

¹⁴ Um dos poetas que consolidou o Romantismo no Brasil durante o século XIX, que buscava criar uma literatura legitimamente brasileira. Suas obras exaltavam elementos presentes no Brasil e valorizavam o povo, a natureza e a cultura locais (ALMEIDA; BARROSO; MACHADO, 2010).

Canção do Exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;

As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Migna Terra

Migna terra têparmeras,
Che gantainzima o sabiá.

As aves chestó aqui,
Tambêttutossabigorgeá

Além de paródias, Bananére também criticava o modo de vida e personalidades da época, “dava a opinião da rua” (MACHADO, 2001). Com seu trabalho, destruiu o “mito do falar bem” e, valendo-se de uma linguagem coloquial e sarcástica, era sucesso de público, principalmente entre a classe média; foi talvez o primeiro grande fenômeno editorial brasileiro (FONSECA, 2001, p. 21), o cronista mais popular da cidade (MACHADO, 2001). Apesar disso, o escritor ainda é relegado à subliteratura (CAIUBY, 2012; FONSECA, 2001; LEITE, 1996), considerado escritor extravagante e menosprezado devido ao preconceito da arte do riso (LUCA, 2002).

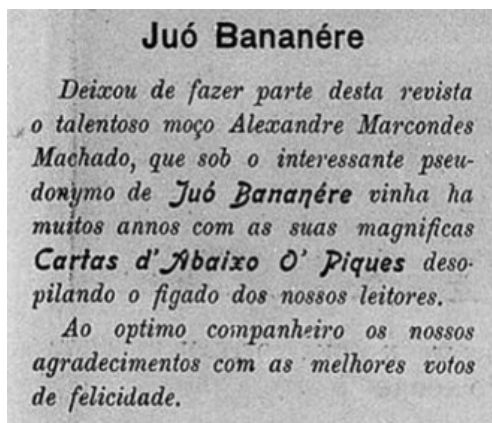


Figura 3 – Comunicado da saída de Alexandre Machado da revista “O Pirralho”, onde como Juó Bananére “desopilava o figado” dos leitores.

Fonte: O Pirralho, 1915 (edição 207, p. 3). Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional. Ver Anexo VII.

Mais do que um pseudônimo ou personagem, Leite (1996) classifica Juó como *persona*, com personalidade e vontade próprios, a criatura superou os limites impostos por seu

criador (MACHADO, 2001). Como muito bem apontado por Fonseca (2001, p. 19), "Juó Bananére foi único: Juó semelhante apenas a Juó". Fenômeno oposto ao que ocorreu com seu criador, Alexandre Machado, Carelli (1985, p. 104) afirma que:

Seus projetos, na linha neoclássica da influência italiana, como por exemplo, o Clube de Araraquara, jamais caem nos excessos de certos *capomastri*, cujo estilo ornamentado demais é qualificado de "compoteira", *tutti-frutti* ou ainda "macarrônico"¹⁵. Pouco importa que seus projetos sejam de estilo colonial ou neoclássico, ele não é inovador, mas seus negócios prosperam¹⁶ e isso lhe permite consagrar mais tempo às atividades jornalísticas.

Opostos no quesito de inovação, sendo Juó Bananére um cronista fervoroso e revolucionário e Alexandre Machado um engenheiro que optou pelo estilo arquitetônico em voga na época, vemos então que teve mais destaque como jornalista, "o homem público foi Juó Bananére" (FONSECA, 2001, p. 28), ficando o jovem engenheiro, de caráter reservado e casmurro (CAIUBY, 2010), em segundo plano. Apesar desse contraponto, Machado e Bananére tinham em comum nos seus estilos o que Bueno (2017) se refere como "sincretismo", por sua literatura pré-modernista e arquitetura eclética; sendo seus trabalhos categorizados com nomenclaturas genéricas que reuniam num mesmo nome produtos de diversos estilos e peculiaridades.

¹⁵ "Foi significativa, na época, a atuação dos mestres de obra italianos, particularmente dos 'capomastri', sempre fiéis ao neoclássico, com suas platibandas cercadas com ânforas que valeram popularmente o apelido de 'estilo compoteira'. Já 'macarrônico' era a designação para a versão popular que esses mestres produziram do 'art nouveau' onde, entusiasmados pela liberdade formal permitida por aquele estilo, levaram a movimentação a complexos esquemas." (MARZOLA, 1979, p. 75).

¹⁶Alexandre Machado prosperou como um dos profissionais que adotou o estilo burguês de consumo, aderindo ao estilo eclético vigente no período, baseado num pastiche historicista que enaltecia estilos antigos levemente modificados, como o neoclassicismo (LIMA, 2008). Como outros projetistas de sua época, com seus trabalhos conquistou "prestígio e clientela" (OLIVEIRA, 2013, p. 80).

Figura 4 – Trecho destacado de matéria na Folha de São Paulo. Comenta a atuação de Alexandre Machado em Araraquara, como célebre engenheiro.



Fonte: Folha de São Paulo, 26/08/1979.

Hotel Municipal e Clube Araraquarense

A partir de 1906, com o Plano de Melhoramentos Urbanos¹⁷ e com base no Código de Posturas¹⁸ de 1902, Araraquara inicia um período de ações modernizadoras (DONATO, 2014). Entre as iniciativas de transformar Araraquara em cidade-modelo, estava a construção de três importantes edifícios: o Teatro Municipal, o Palacete das Rosas e o

¹⁷ O Plano de Melhoramentos Urbanos de Araraquara foi criado em 1906 – o primeiro plano urbano do município –, seguindo ao longo da década de 1920 e sendo concluído próximo a 1930. Com o intuito de embelezar o meio urbano, consistia numa sistematização de ações como “remodelação das principais praças da cidade, calçamento e alargamento das ruas, construção de passeios públicos e a arborização da cidade” (DONATO, 2014).

¹⁸ Reflexo da epidemia de febre amarela que assolava a cidade à época, estabelecia medidas higienistas como largura mínima de novas ruas (16 metros), arborização de largos e praças, altura mínima de pés direitos das novas edificações (4,40 metros) (DONATO, 2014).

Hotel Municipal; construções que seriam símbolos locais da riqueza decorrente do café. Tanto o Palacete das Rosas (e seu jardim) quanto o Hotel Municipal, foram projetados pelo engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, que "marcaria a paisagem urbana de Araraquara com seus edifícios ecléticos e de rigorosa simetria: plantas, fachadas, disposições de ornatos e molduras, como reflexo do ensino ministrado na Escola Politécnica"¹⁹.



Figura 13 – Hotel Municipal.
Foto da autora, 2019.

A construção do Hotel Municipal foi aprovada numa sessão da Câmara em 1911, junto com a do antigo Teatro Municipal, mas as obras do Hotel só tiveram início em 1917²⁰. Segundo Donato (2014, p. 41), "o principal objetivo do Hotel Municipal era receber as personalidades, autoridades e artistas que visitavam a cidade", dentre eles Villa-Lobos, Mário de Andrade, Juscelino Kubitschek e Coelho Netto. Este último, escritor parnasianista do início do século XX, escreveu que "no hall do Hotel Municipal desta formosa e culta cidade de Araraquara, tenho a impressão de estar no Rio de Janeiro"²¹. Em relato de Joaquim Palomino Rodrigues, antigo funcionário que se tornou dono do Hotel Municipal em 1984 (AFRAM; GASPAR, 2000):

O hotel da cidade foi construído exatamente para receber os compradores e vendedores de café, porque aqui era região de café, e o pessoal vinha de Santos, de São Paulo, os políticos vinham e sentiam falta de um hotel, de clube, do Teatro

¹⁹ Análise do arquiteto René Nusdeu, em entrevista para a Folha de São Paulo (26/08/1979). Nusdeu também foi um dos requerentes do estudo de tombamento dos bens de Araraquara (Condephaat: processo nº 28687/1991). Ver Apêndice "Produção arquitetônica de Alexandre Machado", para lista de projetos.

²⁰ Notícia da Tribuna Imprensa, 25/12/1996 (Fonte: Arquivo Público Histórico Municipal "Professor Rodolfo Telarolli", Prefeitura Municipal de Araraquara).

²¹ Retirado de recorte de jornal do Arquivo Público da Prefeitura de Araraquara, pasta 8, nomeado "Hotel Municipal preserva brilho dos anos 20s".

Municipal. Então, construíram tudo numa praça só, para dar infraestrutura para a cidade, para o café.

A praça à qual se faz referência é a Esplanada das Rosas, projeto do engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado. Em artigo do jornal *Correio de São Carlos*, de 1939, citado no trabalho de Benincasa (2003, p. 12), é destacada a exuberância dessa praça e da Rua São Bento, onde está localizada:

Com suas ruas bem calçadas, estreitas, ornadas quase todas de árvores copadas, tem o aspecto duma cidade jardim. Possuindo a Esplanada das Rosas, em torno da qual estão situados os principais prédios da cidade, Araraquara dá a ideia duma cidade tipicamente provinciana, [...]. É como se toda a "urbs" não passasse duma sala de visitas enfeitada.



Figura 14 – Esplanada das Rosas. À esquerda, em primeiro plano, vemos o antigo Teatro Municipal (demolido), seguido pelo Clube Araraquarense e pelo Hotel Municipal.

Fonte: Museu da Imagem e Som "Maestro José Tescari" (Prefeitura Municipal de Araraquara).



Figura 15 – Trecho de mapa destacando perímetro de tombamento (tracejado) e bens tombados (destacados em laranja). Atenção para a proximidade do Hotel Municipal e do Clube Araraquarense (que junto ao Teatro demolido e jardim, compunha a Esplanada das Rosas). Fonte: Condephaat (processo nº 28687/1991).

A linha férrea só foi inaugurada em 1885 (DONATO, 2014; FRANÇA, 1915), o que fazia com que a comunicação entre Araraquara e a Capital ainda fosse difícil, "de modo que raras 'companhias de cavalinhos'²² se animavam a visitá-la de longe em longe" (FRANÇA, 1915). É por conta desses fatores que, em 1882, atendendo a uma demanda da elite local, surge a ideia de se criar um clube para danças e jogos na cidade, o Clube Araraquarense. O Clube foi inaugurado em 1885, sendo executadas diversas reformas e ampliações para melhor comportar os usos do edifício. Em 1915, no Álbum de Araraquara, já se falava que "o prédio não está digno da importância da cidade e há ideia de construir-se um palacete para o Club" (FRANÇA, 1915, p. 53), fazendo referência à antiga sede do clube. Esse desejo, de um espaço "digno" para abrigar tal função, se materializa com a construção da nova sede social para o Clube Araraquarense, o Palacete das Rosas.



Figura 16 - Palacete das Rosas.
Foto da autora, 2019.

Vemos assim que, apesar de ter feito sua vida em São Paulo, com seu escritório de engenharia e a carreira de cronista, Alexandre Machado também realizou projetos arquitetônicos para Araraquara. A hipótese apresentada por Leite (1996), justificando a atuação do engenheiro na cidade, era a presença de familiares em Araraquara. José Trajano Marcondes Machado, primo e cunhado de Alexandre, por ser marido de sua irmã, era um advogado respeitado e com influência local. Viveu em Araraquara até 1926, se mudando por conta de desentendimentos com o grupo político que assumira o poder, devido à sua participação ativa no PRP²³. Os projetos e desenhos de Alexandre Machado

²² "Companhia de Cavalinhos" era o nome dado aos espetáculos circenses da época (CRUZ, 2016), uma das poucas opções de divertimento público no interior do estado durante o início do século XX (PENTEADO, 1984).

²³ Partido Republicano Paulista.

são do período de 1918 a 1922, ou seja, da fase de prestígio de Trajano, o que permite supor que seria um pedido seu que o jovem engenheiro, recém-formado pela Escola Politécnica, atuasse na cidade. Outro fato que corrobora a hipótese apresentada por Leite (1996) é a participação de Trajano Machado na diretoria do Clube Araraquarense, como presidente (FRANÇA, 1915). O palacete que serviu de nova sede social para o Clube foi projetado por Alexandre Machado em 1919²⁴ e inaugurado em 1925 (DONATO, 2014).

Figura 17 – Descrição do Club Araraquarense. É possível observar o nome de José Trajano Marcondes Machado, primo de Alexandre Marcondes Machado, compondo a diretoria do Club na função de presidente.



Fonte: Álbum de Araraquara 1915, p. 53 (Câmara Municipal de Araraquara).

O caráter investigativo do Iluminismo no século XVIII propicia o enaltecimento dos estilos do passado em caráter "historicista" e "simbólico" (OLIVEIRA, 2013), o que, a partir do final do século XIX, culmina com a adoção do eclético na arquitetura (FABRIS, 1993). Caracterizado pela multiplicidade, mistura de estilos e justaposição de elementos, uma bricolagem segundo Lima (2008), o ecletismo foi financiado por uma burguesia em ascensão, que buscava ostentar seu *status* social através de edifícios opulentos, numa arquitetura essencialmente decorativa (BONAMETTI, 2006).

No caso dos projetos de Alexandre Machado em Araraquara, Hotel Municipal e Clube Araraquarense, apesar de pertencerem ao mesmo contexto histórico e estilo, genericamente denominado "eclético" (LIMA, 2008), vemos que os elementos do Hotel são mais sintéticos e geométricos, enquanto o Clube possui colunas e detalhes de inspiração classicista. Oliveira (2013) explica que essa diversidade de materiais e

²⁴ Ano que consta no projeto do Clube e jardim (Esplanada das Rosas), assinado por Alexandre Machado. Fonte: Arquivo Público Histórico Municipal "Professor Rodolfo Telarolli", Prefeitura de Araraquara. Ver Anexo VIII.

elementos decorativos, característica do ecletismo, é justificada pelo pensamento de que cada edifício deveria refletir em sua fachada a finalidade à qual se destina, seu caráter. Apesar de não haver limitações de referências a serem adotadas numa edificação, esses projetos "ainda que não definam um conjunto absolutamente simétrico, exibem a preocupação com o equilíbrio e proporção do conjunto" (OLIVEIRA, 2013, p. 79).



Figura 18 - Panorama de Araraquara. Palacete das Rosas ainda em construção e Hotel Municipal já finalizado, foto do início da década de 1920.

Fonte: Museu da Imagem e Som "Maestro José Tescari" (Prefeitura Municipal de Araraquara).



Figura 19 - Panorama de Araraquara. Palacete das Rosas e Hotel Municipal finalizados, foto do fim da década de 1920.

Fonte: Museu da Imagem e Som "Maestro José Tescari" (Prefeitura Municipal de Araraquara).

A seguir, uma enumeração de elementos que podem ser observados nas fachadas das edificações citadas, baseada nas nomenclaturas do Dicionário visual de arquitetura (CHING, 1999); análise muito pertinente para compreender a diversidade de referências usadas para compor esse estilo novo (ecletismo), onde "a manifestação mais importante e concentra na fachada" (FABRIS, 1993, p. 134) e a arquitetura deveria evidenciar a riqueza de seus ocupantes e o caráter do edifício (OLIVEIRA, 2013).



Figura 20 - Hotel Municipal, década de 1930. Fonte: Museu da Imagem e Som "Maestro José Tescari" (Prefeitura Municipal de Araraquara).



Figura 21 - Hotel Municipal. Análise de elementos arquitetônicos da fachada (CHING, 1999).



Figura 22 - Palacete das Rosas (Clube Araraquarense), década de 1930. Fonte: Museu da Imagem e Som "Maestro José Tescari" (Prefeitura Municipal de Araraquara).



Figura 23 - Palacete das Rosas. Análise de elementos arquitetônicos da fachada (CHING, 1999).

Considerações Finais

Por conta da educação na época, era muito comum nos séculos XIX e XX que as pessoas desenvolvessem habilidades das mais diversas, por isso, pouco se estranha ao constatar que o engenheiro Alexandre Machado, responsável por obras tão notáveis quanto o Hotel Municipal e o Clube Araraquarense, também era um dos poetas/cronistas mais promissores de sua época, o Juó Bananére.

Apesar de tão diferentes, podemos dizer que criatura e criador sofriam do mesmo "mal", de terem sua produção genericamente classificada como pertencentes ao pré-modernismo e ao eclétismo, estilos não-homogêneos e categorizados assim por falta de nomenclatura melhor; além de não terem feito tanto sucesso com críticos quanto com seus leitores e clientes. No entanto, cronista e engenheiro foram relevantes cada um à sua maneira, revolucionando com sátiras e crônicas ou edificando ícones que mudaram paisagens como do centro de Araraquara, enfim, deixaram sua marca.

Hoje, a dinâmica urbana não é a mesma do final do século XIX e início do XX. O Clube Araraquarense, por exemplo, mudou-se do casarão eclético na Rua São Bento (hoje, Secretaria Municipal de Cultura) e se transformou num verdadeiro complexo esportivo com quadras e piscinas à Avenida Dom Pedro II. O Hotel Municipal, ainda que bem-conceituado, deixou de ser a opção mais sofisticada de acomodação na cidade.

Podemos dizer que a cidade-jardim da virada do século dá lugar a outra cidade, cujo foco não são mais os preceitos higienistas ou estéticos e as mudanças deixam de ser financiadas pelo advento da cafeicultura, sua expansão se dá, hoje, por conta de grandes empreendimentos imobiliários e empresas que nela se instalam. Ainda assim, dos remanescentes como obras da elite cafeeira, a sutilezas tal qual a passagem do trem pela

cidade – que pode ser vista às margens da linha ou ouvida pela buzina que ressoa até as áreas mais afastadas da ferrovia –, Araraquara parece nos lembrar constantemente que, mesmo com sua permanente modernização, ainda que muitas vezes “agressiva”, a história local ainda persiste com amostras de outros tempos.

Referências

Livros, Teses e Artigos

AFRAM, Silvana Issa; GASPARG, Julio Dias (ed.). **Memórias do comércio**: os caminhos do interior Araraquara, São Carlos e Região. São Paulo: Museu da Pessoa, 2000.

ALMEIDA, Nelson Martins de (org.). **Álbum de Araraquara - 1948**. Araraquara, 1948. Disponível em <https://bit.ly/3kegQIU>. Acesso em 17 set. 2019.

ALMEIDA, Roselene Vaúna de; BARROSO, Suellen Lopes; MACHADO, Rodrigo Corrêa Martins. **A construção da cultura literária brasileira**: Gonçalves Dias, o consolidador da identidade nacional na literatura do Brasil. In: Revista Contemporâneos, p. 19-29, 2010. Disponível em <https://bit.ly/3bXVPEq>. Acesso em 28 nov. 2019.

ANTUNES, Benedito. **O imigrante italiano como metáfora literária**. In: Anais eletrônicos do XIV Congresso Internacional ABRALIC. Belém: UFPA, 2015. Disponível em <https://bit.ly/3zr3pzy>. Acesso em 02 out. 2019.

BANANÉRE, Juó (Alexandre Ribeiro Marcondes Machado). **La Divina Increnca**. São Paulo: Editora 34, 2001.

BENINCASA, Vladimir. **Velhas fazendas**: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara, 1830-1930. São Carlos; São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BONAMETTI, João Henrique. **A Arquitetura Eclética e a Modernização da Paisagem Urbana Brasileira**. In: Revista Científica da FAP, p. 1-11. Curitiba: FAP, 2006. Disponível em <https://bit.ly/2FsXpxc>. Acesso em 02 out. 2019.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil**, 1900. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

BUENO, Alexei. **A poesia pré-modernista brasileira: uma crítica da crítica**. In: A Palo Seco: Escritos de Filosofia e Literatura, nº 10, p. 7-26. Aracaju, 2017. Disponível em <https://bit.ly/2DU5tX4>. Acesso em 12 set. 2020.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Arqueologia da paisagem urbana**: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 64, p. 99-130. São Paulo: USP, 2016. Disponível em <https://bit.ly/2FhqUCl>. Acesso em 11 set. 2020.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.

CAIUBY, Alita Toledo. **U gasodu poeta, barbiere i giornalista Juó Bananére**. In: Estação literária, v. 5, p. 1-12. Londrina: UEL, 2010. Disponível em <https://bit.ly/32rklQO>. Acesso em 02 out. 2019.

CAIUBY, Alita Toledo. **Outros tempos de Juó Bananére**. Campinas: UNICAMP, 2012.

CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt. **Juó Bananére**: irrisor irrisório. São Paulo: Edusp, 2009.

CARELLI, Mario. **Carcamano e comendadores**: os italianos de São Paulo: da realidade à ficção, 1919-1930. São Paulo: Ática, 1985.

CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CRUZ, Duarte Ivo. **Evocação de dois antigos cineteatros de Lisboa**. Centro Nacional de Cultura. Portugal, 2016. Disponível em <https://bit.ly/3khjRsb>. Acesso em 17 out. 2019.

DONATO, Isabela Zani. **Movimento Moderno, Planejamento Urbano e Poder Local em Araraquara/SP**. O processo de elaboração e implementação do primeiro Plano Diretor - 1950 A 1982. São Carlos: IAU-USP, 2014.

DONOSO, Verônica Garcia. **A paisagem e os sistemas de espaços livres na urbanização contemporânea do interior paulista**: estudo de caso da área entre São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto. São Paulo: FAU-USP, 2011.

FABRIS, Annateresa. **Arquitetura eclética no Brasil**: o cenário da modernização. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 1, n. 1, p. 131-143, 1993. Disponível em <https://bit.ly/2RiSmlw>. Acesso em 03 out. 2019.

FONSECA, Cristina. **Juó Bananére**: o abuso em blague. São Paulo: Editora 34, 2001.

FRANÇA, Antonio M. (org.). **Álbum de Araraquara - 1915**. Araraquara, 1915. Disponível em <https://bit.ly/2DUFMFR>. Acesso em 17 set. 2019.

LEITE, Sylvania Helena Telarolli de Almeida. **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

LEONE, Juliana Bianchi. **Datação de fenômenos lexicais e expressões idiomáticas na obra de Juó Bananére**: subsídios para o estudo diacrônico do português brasileiro. São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

LIMA, Solange Ferraz de. **O trânsito dos ornatos**: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?). In: Anais do Museu Paulista. v.16, n. 1. São Paulo, 2008.

LUCA, Tania Regina de. **Raízes do riso. A representação humorística na História brasileira**: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. In: Revista Brasileira de História, v. 22, n. 44, p. 543-547. 2002. Disponível em <https://bit.ly/2ZxQQjL>. Acesso em 02 out. 2019.

MACHADO, Antônio de Alcântara. Juó Bananére. À guisa de apresentação. In: BANANÉRE, Juó Alexandre Ribeiro Marcondes Machado). **La Divina Incrência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

MARZOLA, Nádia. **Bela Vista**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1979.

OLIVEIRA, Ana Slade. **As experiências eclético-acadêmicas de Lucio Costa**: uma lacuna na história da arquitetura no Brasil. In: Cadernos PROARQ, n. 21. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <https://bit.ly/35yoQgY>. Acesso em 12 set. 2020.

PENTEADO, Oscar de Arruda. **Miscelânea**. Piracicaba: Shekinah, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil (3)** - República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O Ensino Secundário e a formação das elites na Morada do Sol (Araraquara, SP: 1911-1950)**. Marília: UNESP, 2013.

TELAROLLI, Rodolpho. **Para uma História de Araraquara (1800-2000)**. Araraquara, SP: UNESP, Laboratório Editorial da FCL, 2003.

VARGAS, Cláudia. **As várias faces da cidade**: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916). Franca: UNESP, 2000.

VILELA-ARDENGI, Ana Carolina Nunes da Cunha. **"Minha terra tem palmeiras..."**: aspectos discursivos da construção de um espaço "tipicamente" brasileiro. Campinas: UNICAMP, 2014.

Revistas, jornais e outras fontes

Acervo Arquivo Público Histórico Municipal "Professor Rodolfo Telarolli" (Prefeitura Municipal de Araraquara)

Acervo Museu da Imagem e Som "Maestro José Tescari" (Prefeitura Municipal de Araraquara).

CONDEPHAAT. **Processo nº 28687/1991**. Estudo de tombamento dos seguintes imóveis públicos: Esplanada das Rosas, Praça da Matriz, Praça da Independência, Praça Santos Dumont, Hotel Municipal, Clube Araraquarense, edifício da Câmara Municipal e Casa da Cultura.

Documento de Alexandre Machado: Requerimento de matrícula, 1912. Acervo Digital Escola Polytechnica de São Paulo. Disponível em <https://bit.ly/35yCDqz>. Acesso em 7 nov. 2019.

_____. Boletim do 3º ano de Engenharia, 1917. Acervo Digital Escola Polytechnica de São Paulo. Disponível em <https://bit.ly/35D10Up>. Acesso em 7 nov. 2019.

_____. Requerimento de retirada de diploma, 1926. Acervo Digital Escola Polytechnica de São Paulo. Disponível em <https://bit.ly/2Ft1Fwu>. Acesso em 7 nov. 2019.

LEMOS, Fernando Cerqueira. **O "giornalista" Juó Bananéri e o engenheiro Alexandre Machado**. Folha de São Paulo (acervo digital). São Paulo, 26 de agosto de 1979. 5º caderno: Ilustrada, Artes Visuais, p. 50. Disponível em <https://bit.ly/3k5DRhg>. Acesso em 25 set. 2019.

Município de Araraquara. N. 136, 1884. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <https://bit.ly/3bWcMdi>. Acesso em 09 set. 2019.

O PIRRALHO. Edição 11. São Paulo, 1911. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <https://bit.ly/3hqkX2M>. Acesso em 8 out. 2019.

_____. Edição 13. São Paulo, 1911. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <https://bit.ly/3jsaOEc>. Acesso em 8 out. 2019.

_____. Edição 207. São Paulo, 1915. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <https://bit.ly/3mgNNGp>. Acesso em 8 out. 2019.

HOTEL Municipal preserva brilho dos anos 20s. Disponível na pasta 8 do acervo do Arquivo Público Histórico Municipal "Professor Rodolfo Telarolli", Prefeitura Municipal de Araraquara.

MACARRÔNICO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2019. Disponível em <https://bit.ly/3kd5LYB>. Acesso em 26 nov. 2019.

Portal IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases e referenciais**. Bases cartográficas, malhas digitais. Disponível em <https://bit.ly/3hotH9x>. Acesso em 10 set. 2020.

Portal Prefeitura Municipal de Araraquara. **Mapa da Cidade**: Evolução da Malha Urbana, Araraquara 1820-1929. Disponível em <https://bit.ly/32pmBxg>. Acesso em 6 set. 2020.

TRABALHO garante preservação do Municipal. Tribuna Imprensa. Araraquara, 25/12/1996. Disponível no acervo do Arquivo Público Histórico Municipal "Professor Rodolfo Telarolli", Prefeitura Municipal de Araraquara.

Apêndice I: Produção arquitetônica de Alexandre Machado²⁵

- 1917
 - Projeto para o Hotel Municipal²⁶;
- 1918
 - Projeto do novo jardim da Praça da Matriz (assinado por Alexandre Machado);
 - Projeto da Escola Pública de Rincão (assinado por Alexandre Machado);
- 1919
 - Projeto para o Clube Araraquarense e jardim;
- 1921
 - Projeto para a Escola Profissional de Araraquara (Escola Normal de Artes e Ofícios). Parte antiga da atual Escola de Farmácia e Odontologia;
 - Projeto para o Stadium Municipal (arquibancadas, campo de futebol, bosque, duas quadras de tênis e espaço para natação);
- 1922
 - Projeto para Casa operária Tipo A, para a Câmara Municipal de Araraquara;
 - Projeto para o Internato do Araraquara College (Escritório técnico dos engenheiros Octávio Sampaio e Alexandre Machado). Planta baixa com os cômodos do pavimento térreo e do sobrado (Rua São Bento, entre avenidas Prudente de Moraes e Bandeirantes). Fachada;
- 1926
 - Palacete Chavantes, à Rua Benjamin Constant nº 171 (São Paulo, SP)²⁷;

²⁵ Levantamento retirado da obra "Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)" (LEITE, 1996), baseado nos projetos constantes do Arquivo Público Histórico Municipal "Professor Rodolfo Telarolli", da Prefeitura de Araraquara.

²⁶ Não consta o projeto original do Hotel no Arquivo Histórico da Prefeitura de Araraquara, através de recortes de jornal pode-se estimar que o projeto é, pelo menos, de 1917 (ano de início da construção). Fonte: Tribuna Imprensa, 25/12/1996 (Arquivo Público Histórico Municipal "Professor Rodolfo Telarolli" (Prefeitura Municipal de Araraquara).

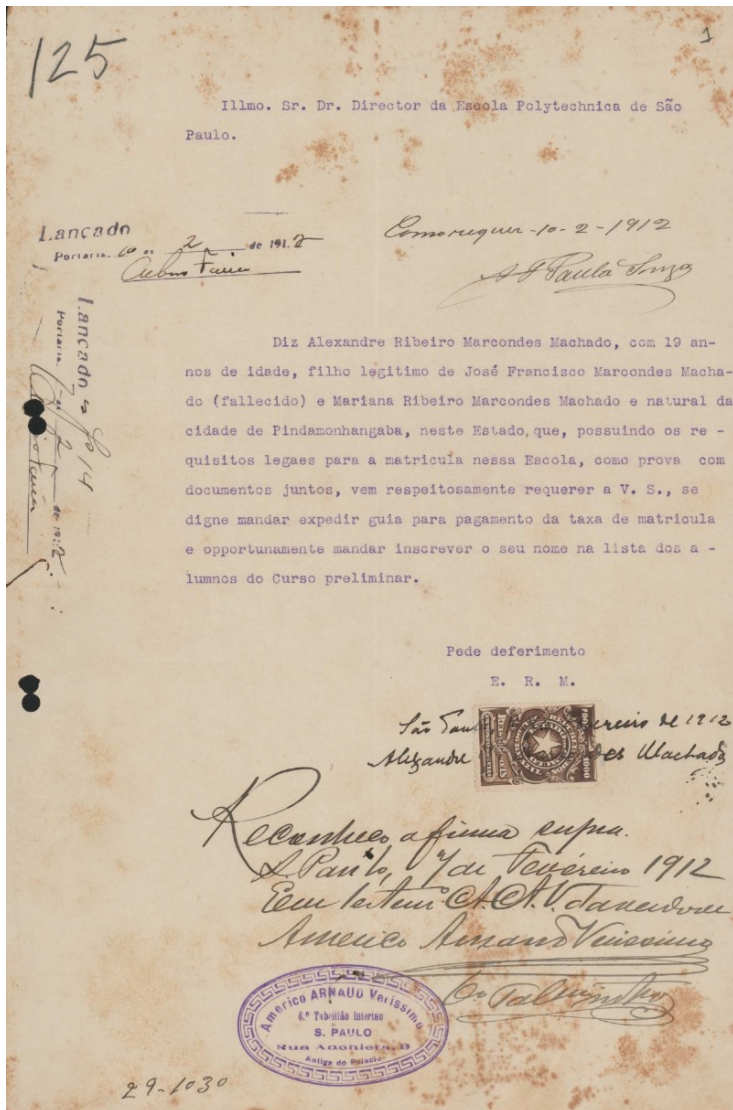
²⁷ Informação coletada no inventário de Bueno (2016).

Apêndice II: Produção literária de Juó Bananére²⁸

- 1911
 - Em 14 de outubro publica sua 1ª crônica como Juó Bananére, na seção "Cartas d'Abax'ó Piques" em *O Pirralho*;
- 1913
 - Assume a seção "O Rigalegio", dentro de *O Pirralho*;
- 1915
 - Retoma a seção "Cartas d'Abax'ó Piques" em *O Pirralho*, até 16 de novembro, quando é expulso do jornal;
 - Publica *La Divina Increnca*, com alguns de seus poemas e paródias;
 - Lança o tabloide *O Queixoso*, publicação independente que critica o político Altino Arantes e seus abusos;
- 1916
 - Participa de outra publicação independente, *Vespa*, que também ataca Altino Arantes e políticos da época;
 - 2ª edição de *La Divina Increnca*;
- 1917
 - Inicia suas atividades no teatro, colabora na escrita de uma comédia encenada pela Companhia Arruda e da peça *Você vai ver*;
 - 3ª edição de *La Divina Increnca*;
- 1918
 - *La Divina Increnca* é encenada como peça teatral;
- 1919
 - Lança a peça *Vai dar o que falar*;
- 1925
 - 9ª edição de *La Divina Increnca*;
- 1933
 - Lança o jornal *Diário do Abax'ó Piques*, "diário semanal e de grande inportanza".


²⁸ Levantamento retirado da obra "Juó Bananére: o abuso em blague" (FONSECA, 2001).

Anexo II: Requerimento de Matrícula, de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, 1912. Fonte: Acervo Digital da Escola Polytechnica de São Paulo.



Anexo III: Boletim de Exame Ordinário, 3º ano do curso de Engenharia, de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, 1917. Fonte: Acervo Digital da Escola Polytechnica de São Paulo.

13



ESCOLA POLYTECHNICA DE S. PAULO

Curso de Engenheiros Civis

3.º Anno de estudos
ANNO LECTIVO DE 1917.

BOLETIM DE EXAME ORDINARIO

Alumno *Alexandre Marcondes Machado.*

Classificação N.º *10*

Cadeiras	Mínimos	ELEMENTOS	Médias	Graus	Coefficientes	N.º de pontos	Sommas parciais
1.ª cadeira	<i>10</i>	Provas parciais	<i>15,25</i>	<i>3</i>		<i>45,75</i>	
		Exercícios escolares	<i>18</i>	<i>4</i>		<i>72,00</i>	
		Prova oral	<i>14</i>	<i>4</i>		<i>56,00</i>	<i>173,75</i>
2.ª cadeira	<i>9</i>	Provas parciais	<i>16,5</i>	<i>2</i>		<i>33,00</i>	
		Exercícios escolares	<i>14</i>	<i>3</i>		<i>42,00</i>	
		Prova oral	<i>12</i>	<i>4</i>		<i>48,00</i>	<i>119,00</i>
3.ª cadeira	<i>9</i>	Provas parciais	<i>16</i>	<i>2</i>		<i>32,00</i>	
		Exercícios escolares	<i>18</i>	<i>2</i>		<i>36,00</i>	
		Prova oral	<i>14</i>	<i>4</i>		<i>56,00</i>	<i>124,00</i>
4.ª cadeira	<i>9</i>	Provas parciais	<i>16,5</i>	<i>3</i>		<i>49,50</i>	
		Exercícios escolares	<i>15</i>	<i>3</i>		<i>45,00</i>	
		Prova oral	<i>16</i>	<i>4</i>		<i>64,00</i>	<i>158,50</i>
5.ª cadeira	<i>8</i>	Provas parciais	<i>12</i>	<i>2</i>		<i>24,00</i>	
		Exercícios escolares	<i>13</i>	<i>1</i>		<i>19,00</i>	
		Prova oral	<i>12</i>	<i>4</i>		<i>48,00</i>	<i>91,00</i>
		Frequencia	<i>1006</i>	<i>5</i>		<i>50,30</i>	<i>50,30</i>
		Somma total				<i>710,55</i>	<i>710,55</i>
						<i>710,55</i>	<i>710,55</i>

O alumno acima mencionado obteve *setecentos e* pontos e *55* *Centésimos* nas materias do 3.º anno do Curso de *Engenheiros Civis*

S. Paulo, *1* de *Agosto* de 1917.

A Comissão de Classificação

[Signature]

Anexo IV: Requerimento de Diploma de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, 1926. Fonte: Acervo Digital da Escola Polytechnica de São Paulo.

15

Excmo Sr. Dr. Quiclori da
Escola Polytechnica de S. Paulo


Com requerimento
em 14/9/26
P. 1000

LANÇADO Despachos
Boletim, 16 de Setembro de 1926
Alexandre Stein

LANÇADO nº 27
Boletim, 15 de Setembro de 1926
Alexandre Stein

Alexandre R. Marcondes Machado engenheiro
civil formado por essa Escola
requeiro a v. Excia se dignar
ordenar que seja expedido o
seu diploma

São Paulo, Setembro 1926
Alexandre Marcondes Machado



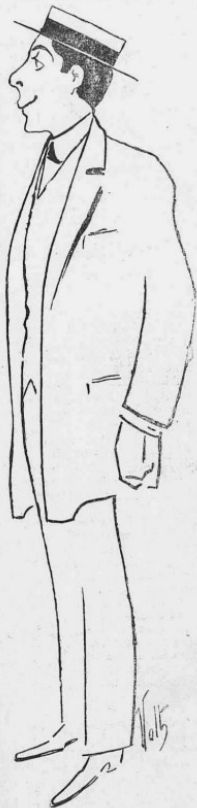
S. Paulo
11 abril 1892

Anexo V: Caricatura de Alexandre Machado. Fonte: O Pirralho, 1911 (edição 13, p. 12).

12

O PIRRALHO

NA POLYTECHNICA



Tem um pessimo defeito: remada muito curta e cabida torta.
 O Celeberrimo *Conquistador* tambem tomará por este fraco e é bem possivel que no dia, desista de correr.

CLUB ESPERIA

Uma extranha celeuma levantou-se em diversas rodas sportivas d'esta capital com a nossa ultima chronica em que falavamos do Club Esperia.

Grifou-se logo que era jacobinismo, que era italophobia!

E' preciso, portanto, que expliquemos — nada, absolutamente nada nos preoccupa a questáo da nacionalidade.

Admiramos tanto os remadores do Esperia como os do Tietê ou do Natação, sejam turcos, italianos ou chins.

E acreditamos que retilicar a nacionalidade de um remador não implica offender a nacionalidade de que lhe haviam emprestado.

Não fomos nós os mais entusiastas em saudar o Esperia por occasião da sua bella collocação?

Fique tranquillo o sr. Marcellino. Apesar das insnuações de meia-cruzia de irracionaes, o *Pirralho* é mais italiano do que se pensa.

CAMBER

Café Guarany a casa que promove a valoração do café — Serviço modelo, Ponto elegante da cidade

Diccionario Francez-Portugues

Organizado por A. B.

- Marron-glacé* — Marrão espelhado.
- Les trophés* — Cartas ao fogo.
- Femme de chambre* — Mulher de vida airada do chaumbre.
- Hélas* — Olé!
- Portant* — Portanto.
- Petit-Journal* — Jornalão.
- De grâce* — De graça.
- Comp-d'oeil* — Tibiryca.
- Pousa-rouje* — Pó encarnado.
- Oreiller* — Orellindo.

PSST !! E' a bebida ideal! Sem alcool — Embriaga pelo seu delicioso sabor.

Das jornaes: O pi tor Bassi fixou residencia poetica no Parque Ja-baquara.



O viandante: — Nossa Senhora da Penha! Dou-lhe tudo até a roupa mas não me tire a vida!

— De uma outra guarnição faz parte o maratonista Carlos Fortes. E' um preguista: apesar das lições do mestre Tiberio, nada conseguiu até hoje.

— Sholtz, pilotoeiro do bagageiro *Cacique*, tem progredido depois das lições do Pastore.


Anexo VI: Caricatura de Juó Bananére. Fonte: O Pirralho, 1911 (edição 11, p. 10).

O PIRRALHO

10

AS CARTAS D'ABAX'O PIGUES

*Lustrissimo
Redattore
du Pirralho*



Comet tutto o mondo parla da a importancia do garoneio Piadade, por causa che o sopradetto garonello é o comandante general doinzercito chiamato la «sguardia nazionale», risolvi da pigá una circunferenza inzima d'ello.

Intó si dexéi invisti u mio sfracue novo, amuntei no garadura i fui a piá inda a gaza do tale garoneio Piadade.

Guano tenia xigado lá, piguei dentro a campagna e si dexei puxá cum toda as forza. Vinhó una griata, ma che bello pixó chi era, chi inté io guasi butei un abraccio inzima d'ella; ma inveiz nó! atirei un cartó do burso e dice: sono lo corrispondenti do o «Pirralho», quello chi fa la corrispondenza d'abax'o o Piques-Juó Bananére, suo griato! La bella griata si dexó intrá pá dentro da a gaza.

Li facia poco tempio, pareceu u garonello. Oh! mamma mia! quello sí, é un vero garonello! Un uomo alto come u rei da a mia terra e tanto gorde come Chiribi, quello chi fá o compagnere do o Phoca.

Egli si butó inzima di mé, e tutto alegro diceva:

— O' só Bananére, come vá! come vá la famiglia?

— Eh! si vá tutto bene o inlustro o garonello!

— Intó? a chi devo o piaceri da a vista do garo Bananére?!

— Eh! mi contaro chi o inlustro o garonello faceva u commandanti da «sguardia nazionali» e intó io risolvi da pigá una circunferenza inzima da a vostra signorie.

— Oh! ma io sonno sempre alla sposizione do o caro Bananére!


— Intó io tenia da perguntá po inlustro o garonello qualli sería os migliore animal pá muntá inzima do os sordado.

— Inda a mia opinion sono as egulas: tanto chi os sordado u mio inzercito si dexa muntá só d'inzima as egulas.

— Ma inveiz, purché ci penza costi o inlustro o garonello?

— Oh! la questione é trita da a inonomia politica. Maggine o Bananére che o Governatore mi dá una egula; io buto ella inzima o «poste zotecono» e qualche meze in poi ella faiz a luiz un'altra egula pichi-

SEMPR'AVANTI SAVOIA!



Volpino

Consequencias de uma sbornia patriótica.

Anexo VII: Comunicado da saída de Alexandre Machado da revista "O Pirralho". Fonte: O Pirralho, 1915 (edição 207, p. 3).

S. Paulo, 27 de Novembro de 1915

Numero 207

Revista Illustrada
de Importancia

: : : : evidente

Redação
RUA 15 DE NOVEMBRO, 50-B

Caixa do Correio, 1026



EXPEDIENTE

Juó Bananére

Deixou de fazer parte desta revista o talentoso moço Alexandre Marcondes Machado, que sob o interessante pseudônimo de Juó Bananére vinha ha muitos annos com as suas magnificas Cartas d'Abaixo O' Piques desopilando o fígado dos nossos leitores.

Ao optimo companheiro os nossos agradecimentos com as melhores votos de felicidade.

SUCCESSÃO PRESIDENCIAL

A dissidencia pela bocca de seu illustre chefe accusa o Cons.º Rodrigues Alves de egoista.

Por mais que sondemos e percorramos a existencia do venerando chefe republicano não conseguimos encontrar o menor fundamento para a desastrada accusação.

Todos sabem que, apesar de defendermos a candidatura do dr. Altino Arantes, porque o julgamos muitissimo digno de occupar o alto posto para o qual foi indicado e d'isso elle já deu sobejas provas, não somos inimigos fígadas de nenhum agrupamento politico do Estado, nem amigos incondicionaes de qualquer d'elles.

Somos antes de tudo justos e, portanto, toda accusação que se não fundar na verdade rebotaremos com calor e enthusiasmo.

Melhor ensejo não teria o egregio presidente do Estado para pateutar o seu egoismo, do que na occasião em que os próceres da nossa politica lhe confiaram a solução do caso presidencial.

Entretanto que fez S. Ex.ª? En-

tregou a solução do problema ao arbitrio da Convenção.

Uma vez que os nossos pro-homens confiaram ao presidente do Estado a escolha do seu successor, elle podia indicar um nome sem absolutamente ferir as normas democraticas do regimen e muito menos meindrar esta ou aquella facção.

Mas a despeito da illimitada confiança que os chefes paulistas depositaram no venerando Conselheiro, este entendeu melhor entregar o caso á Convenção, dizendo apenas que nas varias confabulações que tivera com os próceres notara uma grande sympathia pelo dr. Altino Arantes e era de parecer que seria esse o nome vencedor na Convenção.

Onde está o egoismo? Dão-lhe todo o direito para resolver o caso e elle, o egoista, abdica d'esse direito.

Demais é subido que todos os grupos politicos, com excepção da dissidencia, aceitavam e até queriam a candidatura do dr. Altino Arantes. Porque razão, pois, o Conselheiro devia regeital-a, si via que ella era a manifestação unanime da vontade dos mais graduados representantes do povo?

A dissidencia é que foi caprichosa e egoista, fez questão de nome e levou a sua cenreira a ponto de abandonar o P. R. P. que sempre a servira e prestigiara.

NOTA POLITICA

Depois de um periodo apparente de calma, volta a se agitar de novo neste instante, a politica paulista.

Razões para essa agitação, não as temos.

A pequena scisão que se deu no partido Republicano Paulista, por occasião da convenção do dia 7, não tem essa importancia que uma imprensa exquisita e uma imprensa barulhenta e dispetada lhe querem dar.

Não sabemos porque só agora se lembram os thuriferarios da dissidencia, de que S. Paulo não comptava uma scisão e que assim scindido, S. Paulo perde a hegemonia que devia ter nos negocios politicos da União.

S. Paulo, nestes ultimos tempos, viveu scindido na sua politica interna.

A ex-dissidencia chamada para cooperar no governo do sr. Jorge Tybiricá, viveu sempre n'uma apparente paz, mas verdadeiramente, hostilizando os seus inimigos de hontem, guerreando figuras de destaque do P. R. Paulista.

Quando foi que o sr. Julio Mesquita foi amigo do sr. Lacerda Franco?

Esta scisão de agora veio naturalmente, como naturalmente estourou a guerra europea.

Uma, é o fructo de uma diplomacia baloufa e de tratados mal firmados depois de uma luta encarniçada.

Outra, fructo de um accordo hybrid entre facções que sempre se guerrearam e que só abandonaram o campo da luta, na vespera de se abraçarem.

O Estado de S. Paulo, orientando, cremos nós, a imprensa do Rio, que dar a essa scisão de agora um valor que ella não tem.

Perdeu o partido paulista um reduzido grupo politico e ganhou outro reduzido tambem, mas muito superior á dissidencia, em valor eleitoral.

Durante quasi oito annos, que hegemonia teve S. Paulo na politica da União?

E não era por acaso nessa epoca S. Paulo o grande Estado da Fede-

ANDAR 9 PRAT. 2
EST. 2 N.º do CRD.

Anexo VIII: Planta Esplanada e Palacete das Rosas (Clube Araraquarense), desenho de 1919 assinado por Alexandre Machado. Fonte: Arquivo Público Histórico Municipal de Araraquara.



**Estação Cultura: Uma análise transversal do Patrimônio
Ferroviário de Catanduva-SP**
**Culture Station: A transversal analysis of the Railway Heritage of
Catanduva-SP**
**Estación de Cultura: Análisis transversal del Patrimonio Ferroviario
de Catanduva-SP**

Marina Guimarães Destro [3]

- [3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP, atuando na Área de Concentração de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, com linha de pesquisa em Territórios e Cidades: Transformações, Permanências, Preservação. A pesquisa de mestrado em andamento é intitulada O Legado da Estrada de Ferro Araraquara em Catanduva/SP: Patrimônio Industrial e o Processo de Expansão Urbana (1910 - 1970), orientada pela Profa. Dra. Aline Coelho Sanches. Foi estagiária do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), pelo IAU-USP, nas disciplinas de Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos I e Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos II, sob supervisão do Prof. Dr. Francisco Sales Trajano Filho. Graduação em Arquitetura e Urbanismo no IAU-USP (2013-2018) com período sanduíche (2016-2017) em Urban Design, na Hamburg Hafencity Universität, Alemanha, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://lattes.cnpq.br/1411126546225475>
marina.destro@usp.br

Este trabalho trata do patrimônio ferroviário de Catanduva-SP, tendo como objeto de análise a antiga estação ferroviária, conhecida atualmente como "Estação Cultura". Inaugurada em 1948, trata-se da terceira estação ferroviária da cidade, pois o primeiro edifício foi incendiado em 1919 durante a greve dos ferroviários, em decorrência de um colapso operacional pelo qual passava a então Companhia Estrada de Ferro Araraquara (EFA), e a segunda estação, construída na década de 1920 foi posteriormente ampliada, dando origem ao prédio atual. Esta pesquisa busca realizar uma análise transversal da Estação Cultura, perpassando por seus aspectos arquitetônicos, urbanísticos e historiográficos, relacionando o edifício com as estações construídas anteriormente, com seu entorno urbano e com trajetória da EFA. São objetivos específicos deste trabalho: 1) Entrelaçar a história da EFA com a trajetória da Estação Ferroviária; 2) Levantar o histórico dos usos e das transformações, supressões e adições pelas quais passou o edifício; 3) Realizar análise arquitetônica da estação e urbana do contexto onde a mesma está inserida. Utilizando o método de Pesquisa Histórica e Estudo de Caso, foram realizados fichamento bibliográfico das obras selecionadas, fichamento documental do material coletado e levantamento fotográfico feito em campo. As análises são resultado do cruzamento de dados entre o arcabouço teórico do trabalho, que utiliza como principais autores André Luiz da Silva, Pedro Geraldo Saadi Tosi, Eduardo Bacani Ribeiro e Françoise Choay, as fontes primárias e secundárias coletadas e as fotografias, apreensões e leituras realizadas durante a visita in loco. Tombada desde 2001 pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico (COMDEPHACT) e mantida em bom estado de conservação, a Estação Cultura ainda carece de um trabalho acadêmico que a aborde especificamente como objeto de estudo e a relacione com a história de Catanduva e da EFA. Por fim, como desdobramento da pesquisa, o artigo busca contribuir para trazer o valor da estação como referência e bom exemplo de gestão do patrimônio ferroviário paulista, bem como para corroborar com o seu valor na memória e na identidade da população de Catanduva.

Materiais e métodos

Esta pesquisa utilizou os métodos de Pesquisa Histórica e do Estudo de Caso, a partir do cruzamento entre fontes orais, fotografias tiradas no trabalho de campo e materiais coletados em fontes primárias e secundárias, embasando as análises nos seguintes autores e seus respectivos temas: Odilon Nogueira de Matos (1974) sobre a evolução ferroviária do estado de São Paulo; Nilson Ghirardello (2010) sobre o processo de formação urbana no estado de São Paulo; André Luiz da Silva e Pedro Geraldo Saadi Tosi (2014) e Eduardo Bacani Ribeiro (2019) sobre a trajetória da Estrada de Ferro Araraquara; por fim, Françoise Choay (2001), Beatriz Mugayar Kühl (2012), Manoela Rufinoni (2009) e a Carta de Nizhny Tagil (2003), sobre as questões envolvendo patrimônio ferroviário. O levantamento documental das fontes primárias e secundárias foi feito junto a fotografias cedidas por particulares, ao acervo de Darcy Meinlschmiedt, que foi membro da Biblioteca Municipal de Catanduva, do Museu da Imagem e Som e do COMDEPHACT, ao arquivo do Museu Padre Albino, da Câmara Municipal de Catanduva, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), da Secretaria da Cultura e consultas em websites de historiadores e memorialistas locais. Foram utilizadas fotografias antigas e atuais, reportagens de jornais e sites, plantas gráficas da estação e ata de tombamento da estação, atas da câmara, decretos-leis e relatórios da EFA. Por fim, durante a visita *in loco* coletei fontes orais e registrei fotograficamente o edifício e o entorno urbano, contribuindo para um maior contato com o objeto de análise a partir das minhas apreensões e leituras sobre o edifício e o entorno. O cruzamento entre o material coletado no levantamento documental, as fotografias registradas em campo e as fontes orais contribuiu para contextualizar o surgimento da companhia dentro da dinâmica de evolução das ferrovias paulistas, a sua trajetória e os problemas administrativos e financeiros enfrentados, sua relação com os acontecimentos que culminaram no incêndio da primeira Estação Ferroviária de Catanduva, bem como uma melhor análise das intervenções ocorridas ao longo do tempo, sua caracterização arquitetônica e análise do contexto urbano onde a mesma está inserida. Desse modo, além do olhar de pesquisadora, também registrei as minhas impressões sobre o local, resultado das minhas vivências e experiências na Estação Cultura durante os seis anos que frequentei o local, cursando aulas de Desenho.

Introdução

Desde o seu princípio, a EFA mostrou-se um empreendimento problemático, passando por diversas situações que prejudicaram e travancaram o desenvolvimento da ferrovia, desde conjunturas externas, como crises econômicas e a concorrência de outras companhias ferroviárias mais consolidadas, até mesmo fatores internos, como as más administrações que levaram a inúmeros empréstimos, aumentando as dívidas da empresa, bem como desvios financeiros dos próprios cofres da companhia (SILVA; TOSI, 2014). Esse conjunto de fatores culminou, em 1914, com sua falência, quando, a partir daí, a empresa passa pela sua pior fase, que resultou na greve dos ferroviários em 1919, deixando clara a situação insustentável da companhia, que ocasionou com sua encampação pelo Governo Estadual, em 1920¹. Em Catanduva, a repercussão da greve de 1919 teve uma consequência ainda maior: o incêndio da primeira e modesta estação ferroviária da cidade, como é relatado em vários jornais locais, o que representou a destruição do mais significativo exemplar de patrimônio ferroviário em Catanduva, ou seja, refletia não apenas uma perda material, mas também os péssimos serviços que a EFA estava prestando na época aos passageiros, bem como as irregularidades nos pagamentos dos trabalhadores, a falta de manutenção do material rodante, frequentes descarrilamentos e os atrasos no transporte de mercadorias, que muitas vezes chegavam a estragar dentro do vagão (QUAGLIA, 1974). Notícias de jornais de Catanduva mostram que esse episódio deixou a empresa inoperante por 1 mês, e assim os serviços da estação ferroviária passaram a funcionar de forma provisória em um armazém de zinco. A partir de processos da EFA encontrados no DNIT, foi possível concluir que a antiga estação foi substituída por outra, construída na década de 1920, que sofreu duas grandes reformas, sendo uma na década de 1930 e outra ainda maior na década de 1940 – essa última reforma inaugurou a estação atual em 1948. A última versão do edifício da estação, bem maior que as suas duas primeiras versões e mais opulenta, representa o mais significativo exemplar de arquitetura art déco streamline, típico de outras estações do interior paulista de cidades à beira da EFA, como São José do Rio Preto, Uchoa, Fernando Prestes, Cândido Rodrigues, Pindorama, Santa Ernestina e Matão (RIBEIRO, 2019). A estação ferroviária de Catanduva e seu entorno passaram por várias transformações, a maioria para manutenção, outras questionáveis – como a substituição parcial da rua de paralelepípedo por asfalto – e algumas mais significativas, como a

¹ Essas informações foram encontradas no artigo de Silva e Tosi (2014), bem como na dissertação de Eduardo Ribeiro (2019) e no website www.historiadaefa.net, do pesquisador Paulo S. Calvo.

instalação da rodoviária no antigo armazém de mercadorias (prédio anexo à estação), e a construção de calçada na frente da estação. Porém em nenhuma delas o edifício foi descaracterizado, ou sofreu risco de perda do seu valor arquitetônico. Mesmo assim, jornais locais retrataram o momento que o imóvel passou por um período de abandono entre 2001, ano que o transporte de passageiros é encerrado e que o imóvel é tombado pelo COMDEPHACT², e 2006, quando o prédio passa a chamar-se “Estação Cultura”, e passa a abrigar Secretaria da Cultura, o Salão de Exposições (que em 2016 foi parcialmente transferido para a Pinacoteca Municipal e substituído pelo Posto de Atendimento ao Trabalhador) e o Programa de Oficinas Culturais, que são cursos gratuitos para a comunidade, como música, dança, teatro, desenho, pintura em tela, artesanato, audiovisual, literatura, libras, e assim por diante³. O uso social e cultural da estação proporcionou a valorização, não apenas do imóvel, mas de todo o entorno urbano, que está mais ativo durante a noite devido às atividades e cursos noturnos que a estação oferece. Apesar de ser bom exemplo e referência de gestão e proteção do patrimônio ferroviário, a estação de Catanduva ainda não é tombada em âmbito estadual⁴, mesmo sendo uma exceção dentre as estações do circuito da EFA, cuja maioria encontra-se em más condições de preservação⁵. Isso mostra, mais uma vez, como o valor atribuído à Estrada de Ferro Araraquara, ainda a menos estudada dentre as ferrovias paulistas e a com menos pedidos de tombamento (RIBEIRO, 2019), incide diretamente sobre a condição e o reconhecimento das suas estações. Por isso, para conhecer melhor a trajetória da Estação de Catanduva e sua relação com a história do surgimento da EFA, faz-se necessário resgatar a historiografia de ambas, detalhada no item a seguir.

² De acordo com documentos pesquisados no Arquivo da Câmara Municipal de Catanduva, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico (COMDEPHACT) foi criado pela Lei nº 3.560, de 17 de agosto de 1999, cuja redação é mais tarde alterada pela Lei nº 4.733, de 06 de julho de 2009.

³ Informações sobre os cursos das Oficinas Culturais estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Catanduva: <http://www.catanduva.sp.gov.br/2020/01/20/oficinas-culturais-terao-16-mil-vagas-com-inscricoes-em-fevereiro/>

⁴ Informação retirada da Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (25/11/2019), que declara os bens de valor histórico, artístico e cultural nos termos da Lei nº 11.483/07 e da Portaria IPHAN nº 407/2010. De acordo com o documento, a única estação da EFA listada é a de São José do Rio Preto.

⁵ Informação retirada a partir da dissertação de mestrado de Eduardo Bacani Ribeiro (2019), quando o autor fez o levantamento de 17 estações ferroviárias localizadas ao longo da EFA, onde apenas 4 estações (Araraquara, Santa Adélia, Pindorama e Catanduva), encontravam-se em bom estado de conservação - o restante foi classificado como “mediano” ou “ruim”.

Resultados e interpretações

Estrada de Ferro Araraquara:

Uma soma de fatores fez com que o Império brasileiro almejasse integrar a capital do Mato Grosso, Cuiabá, dentro do circuito das ferrovias no Brasil. Com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, foi demonstrada a precariedade do sistema brasileiro de articulação interna, mostrando assim a necessidade de o Brasil proteger suas fronteiras e integrar aquela área ao restante do território nacional. Somado a isso, havia na região o mercado de gado e de grãos, o que demonstrava interesse por parte das companhias ferroviárias em adquirir a concessão até Cuiabá. (SILVA; TOSI, 2014) Foi assim que o Governo Imperial, visando proteger as fronteiras do país e escoar a produção da região de Cuiabá, formou uma comissão, contratando como engenheiro chefe Pimenta Bueno, que estudou e realizou o projeto de traçado ferroviário, que foi apenas em parte realizado, tanto pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, quanto pela EFA. Dessa forma, alguns grupos de fazendeiros visavam construir uma estrada de ferro que ligasse Rio Claro a Cuiabá, passando por São Carlos e Araraquara. (SILVA; TOSI, 2014)

Na época a Companhia Paulista de Estradas de Ferro era a detentora de todas as concessões para a construção de ferrovias em São Paulo. Dessa forma, a companhia concedeu um ofício no dia 12/08/1895, e o presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, assinou o decreto nº 310 de 17 de setembro de 1895, regulamentando a construção de novas ferrovias, inaugurando a quarta fase de expansão ferroviária⁶. De acordo com Odilon de Matos, a trajetória do desenvolvimento ferroviário no Brasil se dividiu em quatro fases: a primeira seria as mal sucedidas tentativas e dos primeiros ensaios, a segunda fase seria as concessões do governo para garantia de juros e zona de privilégios, o terceiro momento teria a garantia de juros, mas sem zona de privilégio (MATOS, 1974).

Criada por Guilherme Lebeis e os diretores da Casa Bancária Lara, Magalhães & Foz, a EFA foi fundada em 1895, ou seja, após a aprovação da lei 30 de 13/06/1896, que seria a quarta fase de expansão ferroviária, dentro do regime de plena liberdade, significando uma assistência menor do Estado. Somada a essa falta de assistência, a companhia ainda foi fundada em um contexto de crise econômica, causado pelo Encilhamento do Ministro da Fazenda Rui Barbosa, quando a emissão de papel moeda desvaloriza o câmbio, acabando

⁶ Informações disponíveis no website do pesquisador Paulo S. Calvo: www.historiadaefa.net

por aumentar o preço dos importados, consequentemente, repercutindo nos custos do material rodante para construção da nova linha férrea (SILVA; TOSI, 2014). A desvalorização da moeda nacional também, juntamente com a superprodução do café, estava abaixando os preços do produto, fazendo com que o governo lançasse medidas proibindo novas plantações, o que ia totalmente contra o que os fazendeiros da araraquarense almejavam, que era descobrir novas terras, explorar o sertão, rasgar a paisagem com ferrovias e cafezais, para, mais tarde, chegar ao seu objetivo final: atingir Cuiabá e de lá tornar-se a principal via de escoamento de gado e grãos daquela região.

O primeiro trecho, que ligaria Araraquara até Ribeirãozinho (atual Taquaritinga) começou a ser construído em 1896, porém, os cafeicultores já estavam sentindo os efeitos da baixa do preço do café. Os primeiros relatórios da empresa mostram várias chamadas de capitais e pedidos de auxílio ao governo para que a EFA pudesse concluir seus prolongamentos, uma vez que a receita da empresa estava baixa devido à conjuntura desfavorável do país. Com a crise financeira no meio do processo de construção da ferrovia, somada à baixa do câmbio e à alta do material importado, em 1897, houve três chamadas de capital da empresa, mas nem todos os acionistas atenderam (SILVA; TOSI, 2014). Mesmo assim, a empresa conseguiu inaugurar o seu primeiro trecho após Araraquara, na cidade de Ribeirãozinho, no dia 07/12/1901.

No Relatório da EFA de 1901, a empresa relata o seu "começo modesto", que enfrentou, "sem aspirar a mais tão cedo", a baixa do câmbio, com a mais cara aquisição de material importado, os salários elevados, a falta de entrada de suas ações e a diminuição do capital da companhia. Como a própria diretoria relata "(...) tudo parecia conspirar para que naufragasse nossa empresa". Ainda que os empréstimos públicos e privados tenham custeado os prolongamentos da EFA, esses recursos nunca foram suficientes para o prolongamento até Cuiabá. No Relatório de 1902, já aparece outra chamada de capital, onde a empresa deixa clara a importância em se ter o apoio financeiro do governo para chegar até São José do Rio Preto e a partir daí, até Cuiabá, uma vez que o aporte financeiro que mantinha a EFA era de seus acionistas. O Relatório de 1903 mostra a pequena margem de lucro da empresa, causada pelo baixo preço do café e pelas medidas de contenção para plantar cafezais e, para piorar, havia também a concorrência com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que oferecia fretes mais atrativos, com um menor preço do café a ser transportado. Além disso, houve mais uma vez pedido de auxílio ao Poder Legislativo Estadual para atingir Cuiabá, devido ao interesse em tirar proveito do Tratado Comercial com a Bolívia, que iria atrair comércio boliviano. O Relatório de 1904 apresenta também outro obstáculo para a EFA, referente à mudança

de traçado da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB), que ganhou por meio do decreto nº 5349 de 18 de outubro de 1904, o direito de construir uma linha férrea partindo de Sorocaba até o Mato Grosso, cortando a região pela qual a EFA havia sido autorizada a passar. A EFA havia se tornado detentora da concessão para ligar Rio Preto a Cuiabá, mas a CEFNOB obteve autorização do governo para revisar os direitos adquiridos e o privilégio de zona, acabando por ter sido favorecida pelo Estado, em detrimento da EFA. A diretoria mostra seu visível descontentamento à revisão que ofendeu seus direitos adquiridos: "Não desanimaremos na reivindicação de nossos direitos." No Relatório de 1905, há novamente outra chamada de capital ao Poder Público, para que a companhia pudesse prolongar sua linha e penetrar o sertão: "Vontade temos de caminhar, mas para isso precisamos de algum auxílio dos Poderes Públicos". Dessa vez, no Relatório de 1906, a diretoria mostra que a Assembleia Legislativa, através da lei nº 1061, de 28 de dezembro de 1906, concedeu à EFA, por 30 anos, garantia de juros de 6% sobre o capital de 30:000\$000 de réis para o prolongamento do trecho de Ribeirãozinho a São José do Rio Preto, o que teoricamente facilitaria a aproximação das divisas dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso. Assim, no Relatório de 1907 são descritas as atividades que estavam sendo realizadas no prolongamento até São José do Rio Preto, incluindo estações, armazéns, casas para turmas, e assim por diante. Também é relatada a existência de cultivo de café e de cereais nas zonas adentradas pela ferrovia. O Relatório de 1908 retrata dois momentos distintos pelos quais a companhia passou: o primeiro momento, durante seus primeiros anos de atividade, quando a empresa se organizava sob o regime de livre concorrência e sem auxílio dos poderes públicos, ao mesmo tempo em que enfrentava um contexto de baixa do câmbio, queda do preço do café, retraimento dos capitais e crise na companhia; e o segundo momento, quando a empresa adquire os privilégios e garantias de juros da lei nº 1061, de 28 de dezembro de 1906. Mesmo assim, a diretoria mostra pressa na sua empreitada em penetrar o sertão e cultivar cafezais em uma área pouco explorada, uma vez que "a lei do Estado que proibia novas plantações atrasou o cultivo da zona a ser explorada". Por fim, em 1909, a EFA adquire um empréstimo da Companhia Edificadora do Rio de Janeiro (CERH) para que esta lhe forneça material rodante, garantindo como hipoteca e penhor seus próprios bens. Devido à inadimplência de acionistas para com a empresa, 3274 ações da EFA foram vendidas, tornando assim a CERH a maior acionista da companhia. (SILVA; TOSI, 2014)

A estabilização cambial causada pelo Convênio de Taubaté (1906) possibilitou a entrada de capital estrangeiro no país, fazendo com que a EFA levantasse um novo empréstimo junto à casa alemã L. Behrens & Sohne, cuja sede era em Hamburgo. Esse empréstimo

possibilitou que a companhia concluísse o prolongamento até São José do Rio Preto, em 1912. Porém, mesmo atingindo a cidade, a EFA não dominou o transporte do mercado de gado, uma vez que Rio Preto não estava equipada com embarcadouro de gado. Além disso, as irregularidades e os desvios financeiros, somados aos problemas de gestões anteriores, bem como as disputas judiciais causadas entre credores europeus e brasileiros tiveram como consequência a falência da companhia em 1914 (SILVA; TOSI, 2014).

Após decretada sua falência, os credores tentaram ressarcir os prejuízos da companhia, vendendo a empresa para um investidor francês chamado Paul Deleuze, que adquire a massa falida da EFA e muda a razão social da empresa para The São Paulo Northern Railroad Company (SPNRC), conhecida também como Estação São Paulo Norte. A partir da aquisição da EFA por Deleuze, a empresa começa a passar por sua pior fase: não houve manutenção ou renovação de material e a companhia foi praticamente exaurida, tendo parte dos seus recursos desviados.⁷ Com atraso no pagamento dos funcionários, mercadorias estragando dentro dos vagões, locomotivas paradas, péssima prestação de serviços com a população, a EFA vinha sendo alvo de inúmeras reclamações, tendo como consequência uma grande greve em 1919, que teve repercussão e apoio regional (QUAGLIA, 1974). Em Catanduva, a consequência da greve foi o incêndio do edifício da estação ferroviária, no dia 11/10/1919. A situação insustentável da empresa causou a encampação da ferrovia pelo governo do estado de São Paulo em 1920, após disputas judiciais entre credores e a SPNRC. Esse litígio atravancou, mais uma vez, o desenvolvimento da ferrovia, que obteve um novo prolongamento somente em 1930 (SILVA; TOSI, 2014).

Vários fatores foram desfavoráveis para o desenvolvimento da EFA, como conjunturas externas causadas pela crise do café, a concorrência com outras ferrovias consolidadas, a mudança de traçado da CEFNOB, os desvios financeiros dos cofres da empresa, a falta de garantias e privilégios da quarta fase de expansão ferroviária, período em que a EFA foi fundada. Deve-se destaque ao papel do Estado nesse processo, concedendo e retirando concessões, às estratégias de lucro da diretoria, através das chamadas de capital, e também das irregularidades nos empréstimos. Mesmo com um projeto atrativo, de explorar uma área produtora de café, tendo sido um local estratégico e pouco conhecido, região de fronteira de Mato Grosso e Minas Gerais, principal via de transporte de gado, e desbravar o sertão, no fim das contas a EFA não concluiu o seu

⁷ *Ibidem*

plano inicial: chegar até Cuiabá. Após o entendimento do contexto de surgimento e desenvolvimento da EFA, é preciso compreender as suas consequências materiais na Estação Ferroviária de Catanduva, que será detalhada no item a seguir.

Estação Cultura

Antes de adentrarmos ao surgimento da Estação Ferroviária de Catanduva, faz-se necessário introduzir brevemente sobre a origem da cidade e o processo a qual sua formação está ligada. Segundo Nilson Ghirardello, os municípios no Brasil eram demarcados por elementos naturais, devido à imprecisão das glebas, as quais estavam quase sempre tomadas por matas fechadas, fazendo com que suas divisas fossem conhecidas em razão da topografia, relevo e outros acidentes geográficos, como espigões e cursos d'água (GHIRARDELLO, 2010):

Os lados alongados são, geralmente, ou linhas de separação das águas entre duas grandes bacias hidrográficas, ou cursos d'água. Espigões e rios dos planaltos ocidentais estabelecem-se assim, como os limites principais tanto dos municípios primitivos, como das vastas propriedades florestais. (MONBEIG apud GHIRARDELLO, 2010, p. 67).

Além disso, a forma mais comum de criação de um município era através da emancipação do distrito, com sua elevação à categoria de pessoa jurídica de direito público interno, através da outorga por lei estadual. Nesse sentido, um município brasileiro poderia ser formado através de quatro diferentes processos: pelo desmembramento, quando há a separação de um município para integrar-se em outro ou constituir-se um novo; pela anexação, a partir da junção da parte desmembrada de um território a um município já existente, que continua com sua personalidade; pela incorporação, através da reunião de um município a outro, perdendo um deles a personalidade; e por fim, pela fusão, que se dá através união de dois ou mais municípios, perdendo todos eles a sua primitiva personalidade, surgindo um novo (GHIRARDELLO, 2010).



Figura 1 – Mapa de Catanduva.
Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2020.

De acordo com jornais locais datados de 1909, 1910 e 1911, com informações do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP)⁸, de 19/08/1909, e também com o memorialista local Nelson Bassanetti⁹, antes de tornar-se um município, Catanduva era dividida pelo Rio São Domingos em duas partes: o local à margem direita do rio, onde se localizavam a estação e os dois primeiros bairros do núcleo inicial, Higienópolis e São Francisco, chamava-se Catanduva e pertencia à Comarca de Jaboticabal. Enquanto que, o lugar à margem esquerda do Rio São Domingos, pertencia a São José do Rio Preto e chamava-se Vila Adolpho, em referência ao então prefeito coronel da cidade rio-pretense Adolpho Guimarães Corrêa. Portanto, a isso se deve o motivo de a primeira estação do distrito chamar-se Catanduva, uma vez que o nome é anterior à Lei nº 1564, do dia 14 de abril de

⁸ De acordo com o DOSP da referida data, foram (...) aceitas as denominações de Pindorama e Catanduva, para as estações, respectivamente, dos quilômetros 65,880 e 76,700 do prolongamento de Taquaritinga a São José do Rio Preto."

⁹ A reportagem completa, intitulada "O nome (Catanduva) já existia em 1909/1910/1911", encontra-se no website do memorialista local Nelson Bassanetti, disponível em: http://www.catanduvacidadefeitoico.com.br/site/noticia_face.php?noticia_id=1279&fbclid=IwAR1fKQeMFYh89YQZ7PSt1VKI3dHtQu5gL8SgACsgrLKMRPY9I5jcrFbaS9g

1918, que criou o Município de Catanduva, e à Lei Estadual nº1675-B, do dia 9 de dezembro de 1919, que criou a Comarca de Catanduva (QUAGLIA, 1974), unida pelos dois territórios que antes pertenciam às comarcas de Jaboticabal e de São José do Rio Preto.

Dessa forma, a criação de Catanduva como município deu-se primeiramente pelo desmembramento das Comarcas as quais os distritos de Catanduva e Vila Adolpho estavam subordinados, e posteriormente pela fusão daqueles dois distritos, onde ambos perdem a sua primitiva personalidade, surgindo o Município de Catanduva. Portanto, a antiga demarcação da cidade de Catanduva por um curso d'água, no caso o Rio São Domingos, e sua elevação à categoria de município através de sua emancipação das Comarcas de Jaboticabal e São José do Rio Preto, faz parte do processo de expansão urbana das cidades paulistas (GHIRARDELLO, 2010), comum a outros municípios de São Paulo, do qual Catanduva faz parte. Destaca-se o fato de que Catanduva foi elevada à categoria de município em 1918, ou seja, oito anos após a chegada da ferrovia, que foi uma das maiores responsáveis pelo processo de modernização da cidade (QUAGLIA, 1974).

De acordo com plantas gráficas da EFA, presentes em seus processos, a primeira estação de Catanduva teve seu projeto assinado em 1909 pelo engenheiro do prolongamento, Carlos Schmidt, e em 1910 pela Diretoria de Viação. O prédio obedece ao padrão de edifício construído pela EFA ao longo do prolongamento entre Taquaritinga e São José do Rio Preto, que segue um estilo eclético ferroviário como observado nas plantas gráficas e na foto, com uma tipologia sóbria e modesta, sendo uma estação térrea, com um anexo lateral (provavelmente seria a casa do chefe da estação) conectado ao seu corpo principal, telhado de duas águas com estrutura de madeira, uma cobertura sobre a pequena plataforma, apresentando simetria e hierarquização dos espaços internos, sendo o acesso principal centralizado, marcado por pilastras e coroado por um frontão ornamentado com motivos geométricos, fachada com aberturas modulares, portas e janelas de guilhotina, demarcadas por frisos, fachadas laterais coroadas por um grande frontão, delimitado por cornijas, com um óculo central e a inscrição do nome da estação.



Figura 2 - Estação de Catanduva na inauguração.
Fonte: Museu Padre Albino, 1910.

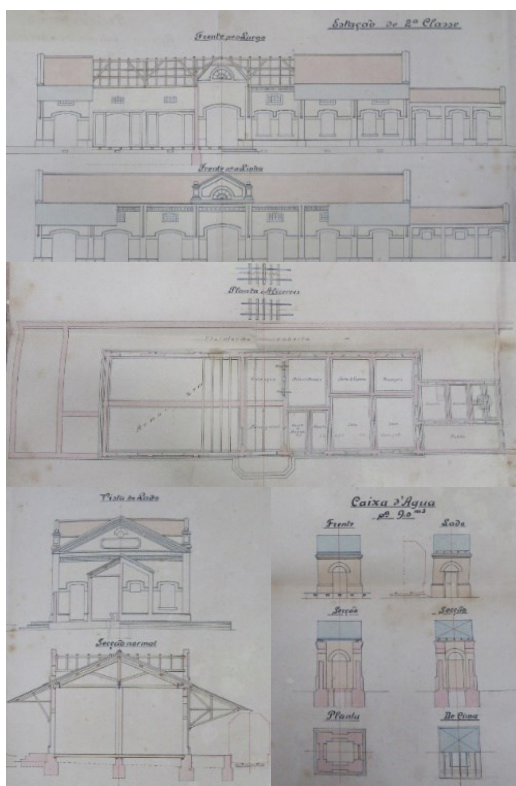


Figura 3 - Estação tipo do prolongamento da EFA entre Taquaritinga a São José do Rio Preto.
Fonte: DNIT, 1910.

Não foram encontrados registros de possíveis reformas na primeira estação de Catanduva, devido à ausência, até o momento da pesquisa, dos relatórios da EFA entre 1910 e 1918. Portanto, essa lacuna apenas nos permite saltar para o ano em que ocorreu o incêndio durante a greve dos ferroviários, no dia 11/10/1919. De acordo com o Jornal "O Regional", que relembra o episódio do incêndio em sua edição de 21/03/2006:

Revoltados com a situação da estrada de ferro, os funcionários que lá trabalhavam, resolveram retirar todos seus pertences do local com o propósito de atear fogo na estação. O chefe da Estação, Arthur Cunha, tentou controlar a situação, mas não resistiu à pressão feita pelos funcionários. Foram colocadas bombas de dinamite ao longo da estrada de ferro, mas a tentativa de explodir a estrada de ferro foi frustrada. Porém, o farmacêutico Deocleciano Pegado não deixou que seus companheiros desistissem de seus ideais. Com palavras na 'França houve a Bastilha, aqui vai se dar a estação da São Paulo Norte¹⁰, com um incêndio para clamar ao Governo do Estado as atenções devidas no tocante e dar providências ou até encampar esta ferrovia que vem desservindo toda essa região em marcha de progresso'. Este foi o estopim para que o incêndio começasse. Foi uma hora de ação. Das 19 às 20 horas, o fogo tomou grandes proporções. O tráfego era precário e, devido às labaredas, ficou interrompido. (O Regional, 21/03/2006)



Figura 4 – Incêndio na Estação.
 Fonte: Museu Padre Albino, 1919.

¹⁰ Na época, a EFA havia sido comprada pela empresa *The São Paulo Northern Railroad Company*. A isso deve-se o motivo de referir-se à estação por "São Paulo Norte".

Após o incêndio, os serviços ficaram paralisados por um mês, retornando somente no dia 01/11/1919, quando um armazém de zinco foi improvisado para o funcionamento dos serviços da estação¹¹. Devido ao episódio, foi necessário construir o segundo edifício da estação o mais rápido possível, que foi inaugurada no início da década de 1920, cujo projeto foi assinado pelo mestre de obras da companhia, Antônio Francisco de Mello, e construído pelo departamento de obras da EFA, como mostra a planta gráfica da estação e os processos da companhia, que confirmam a construção do prédio. Esse edifício, também em estilo eclético, apresenta certa semelhança com o primeiro prédio, pois se trata de uma estação modesta, com telhado de quatro águas, acesso principal centralizado, com um pequeno saguão, delimitado por duas pilastras, um pequeno frontão ornamentado, aberturas verticalizadas, janelas de guilhotina e pestana.



Figura 5 – Estação de Catanduva.
Fonte: Museu Padre Albino, 1924.

A planta da nova estação também difere da primeira: nessa, o saguão apresenta-se centralizado mais amplo, dando acesso direto da entrada à plataforma, enquanto que na primeira, a sala geral e a sala de passageiros estão centralizadas e divididas por uma parede. Na primeira estação, o lado direito era composto por vários cômodos, como a sala de serviços, a sala de espera, a sala de bagagem, o quarto do telegrafista e a casa do chefe

¹¹ Informações encontradas na edição de 14/04/2006, do Jornal "O Regional".

da estação, composta por duas salas e um quarto, anexados a outro bloco composto por uma cozinha, um quarto, banheiro e pátio. Na segunda estação, esse mesmo era composto por dois cômodos amplos, sendo um escritório e a sala de bagagem. Na primeira estação, localiza-se do lado esquerdo um armazém dividido por uma parede, enquanto que na segunda estação, nesse local situava-se uma sala de espera, a casa do chefe da estação, composta por dois quartos, uma sala de jantar, uma sala de visitas, uma cozinha e um banheiro. Além disso, estava anexado ao lado esquerdo um armazém, maior do que na primeira estação. Comparando-se as duas plantas, pode-se observar que ambas eram espelhadas, uma vez que suas respectivas dependências localizavam-se em lados opostos.

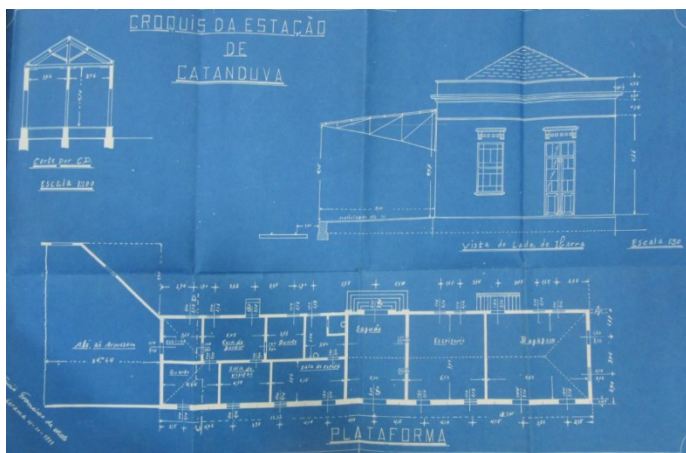


Figura 6 – Croquis da estação de Catanduva. Fonte: DNIT, 1921.

No ano de 1928, também foi construída a passarela de pedestres da estação, existente até hoje, cuja travessia permite acesso aos bairros Higienópolis e São Francisco. De acordo com processos encontrados na Câmara Municipal de Catanduva, o Projeto de Lei nº 053 de 2012 nomeou a passarela "Francisco Nogueira", em homenagem ao morador de Catanduva que trabalhou como mestre de linha na abertura da estrada de ferro e no seu prolongamento no trecho entre Araraquara e São José do Rio Preto. Comparando as fotografias atuais com a de 1947, percebe-se que pouco mudou e a travessia mantém praticamente as mesmas características de quando foi construída.

Figura 7 – Passarela “Francisco Nogueira”.



Fonte: acervo de Nelson Bassanetti¹² e da autora, 1947; 2020.

De acordo com os processos levantados no DNIT referentes à Estação de Catanduva, depois de muitas queixas devido às péssimas condições do prédio, o mesmo passou por reconstrução iniciada em janeiro de 1935 e concluída em novembro de 1937, onde foi realizado o aumento do edifício da estação, bem como serviços de reforma no telhado, madeiramento, assoalho, portas, janelas, instalação de rede elétrica, rede de esgoto, aparelhos telegráficos, calçamento do pátio da estação com paralelepípedos, pintura de parede interna, revestimento de parede externa (azulejos, cimalkhas, rodapés e cantos), calçamento da plataforma, substituição do assoalho da ponte para pedestre, construção da escadaria do saguão (em granito), novos guichês, um edifício para oficinas de aprendizagem do Curso Ferroviário, demolição de um armazém de zinco que servia como depósito, dentre tanto outros serviços. Além disso, a mudança da fachada é visível, se compararmos as fotografias da estação da década de 1920 e o croqui referente ao projeto de 1935, especialmente com a construção de pilastras demarcando as aberturas, escalonamento do frontão, instalação de janelas mais verticalizadas, cimalkhas nas janelas e simplificação dos ornamentos, com uso de motivos geométricos, o que altera significativamente a fisionomia da edificação. Pode-se notar que, antes de reforma, a estação possuía uma tipologia alinhada ao estilo eclético ferroviário, que foi substituída pelo art déco.

¹² Imagem disponível em: http://www.catanduvadadefeitico.com.br/exibemateria.php?noticia_id=257, acesso: 27/09/2020

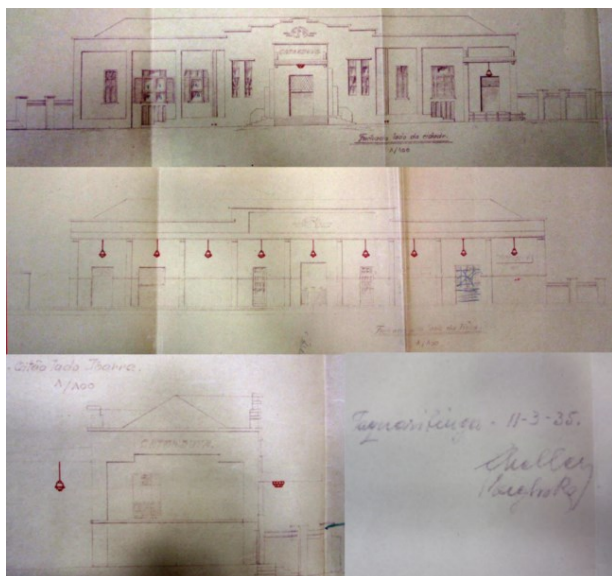


Figura 8 – Croquis da estação de Catanduva. Fonte: DNIT, 1935.

No ano de 1934, também foi construída a atual caixa d'água da estação, feita de concreto armado, com a inscrição da data de sua instalação, também identificada com a estética do art déco, como se pode perceber pelos ornamentos simplificados e geométricos, através do uso de pilstras, frisos nas paredes do reservatório e pelo tipo de letra da inscrição.

Figura 9 – Caixa d'água.



Fonte: da autora, 2020.

A Figura 10 mostra a construção do Viaduto Santo Alfredo, travessia de automóveis e pedestres, que passa por cima da linha férrea e faz ligação entre os bairros Higienópolis e Francisco.

Figura 10 – Viaduto em construção e viaduto antes do rebaixamento.



Fonte: acervo de Darcy Meinschmiedt, 1941; [20--].

De acordo com processos da Câmara Municipal, o tombamento do viaduto deu-se através da Lei nº 5963, de 25 de outubro de 2018, após o mesmo ter sido alvo de diversos litígios entre a Prefeitura e a empresa concessionária da ferrovia, a RUMO, ambas empenhadas em demolir o viaduto, e os comerciantes locais, que se posicionaram contra a demolição¹³. Como mostrado em vários noticiários locais, a Prefeitura e a empresa RUMO queriam a demolição do viaduto devido à sua altura, uma vez que sobrava pouco espaço entre os vagões e o mesmo — inclusive algumas locomotivas até já haviam encostado em sua estrutura. Por outro lado, a população, especialmente comerciantes que seriam prejudicados pela demolição, manifestou-se contra a posição da concessionária e da Prefeitura. Essa discussão resultou em diversos atos contra e a favor do tombamento do viaduto — única solução para impedir sua demolição. No dia 25 de outubro de 2018 foi decretada a Lei nº 5963 que determinava de valor histórico e cultural o viaduto, estabelecendo assim seu tombamento. Porém, no dia 25 de janeiro de 2019, o ato nº 002/19 suspende liminarmente os efeitos da Lei nº 5963 de 25 de outubro de 2018 e anula o tombamento do viaduto. Após diversas discussões, decide-se definitivamente, através do ato nº 016/19, de 12 de setembro de 2019, manter a legalidade da Lei nº 5963, de

¹³ Informações disponíveis no noticiário eletrônico: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/moradores-de-catanduva-fazem-manifestacao-por-cao-de-viaduto.ghtml>

25 de outubro de 2018, e, por fim, é determinado o tombamento do Viaduto Santo Alfredo. Analisando a Figura 10, pode-se perceber que parte do seu guarda corpo foi substituída por gradil, a antiga inscrição da EFA e os ornamentos geometrizados em alto relevo também desapareceram. Além disso, em 2019 a RUMO abaixou o nível da linha férrea para ganhar mais espaço de passagem entre o tem e o viaduto.

Em 1945, segundo reportagem do Jornal "A Cidade", de 10/10/1945, foram iniciadas as obras de construção da balaustrada da Rua São Paulo, logradouro comercial de interesse histórico e cultural, que originalmente fora pavimentado em paralelepípedo, mas, posteriormente substituído por asfalto, pode-se perceber na Figura 11, onde os antigos paralelepípedos estão visíveis devido ao desgaste do asfalto.



Figura 11 – Rua São Paulo.
Fonte: Google Street
View, 2017.

Após essa grande reforma da década de 1930, ainda em 1945, deu-se início a outra grande reforma, como é mostrado nos processos da EFA e em reportagens de jornais locais, dando origem à Estação na forma atual. A planta de 2017 mostra a diferença entre as estações anteriores, menores, mais modestas, acesso centralizado e planta baixa mais "compacta", da estação atual, maior e mais opulenta, com acesso principal deslocado do centro e planta baixa retangular, destacando a sua horizontalidade e a sua grande escala na paisagem.

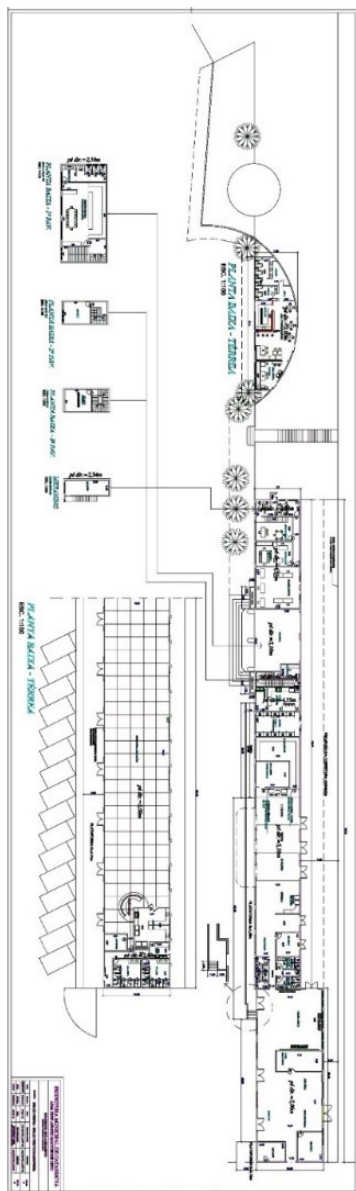


Figura 12 - Planta baixa da atual Estação Ferroviária.
Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduva, 2017.

Inaugurada em 1948, a atual Estação Ferroviária apresenta-se maior, mais ornamentada e imponente que as suas antecessoras. Com estilo art déco streamline, o edifício possui inspiração náutica, com suas janelas redondas que lembram escotilhas, e suas marquises com cantos arredondados, marcando com hierarquia a entrada principal para o saguão através da marquise, do pórtico e da escadaria, e o acesso lateral à Oficina de Artes e Cultura pela plataforma externa, marcando a entrada com três portas metálicas de enrolar e uma marquise menor.



Figura 13 – Entrada principal da Estação Cultural.
Fonte: Antonio Marin Jr, 2018.

O prédio possui três andares escalonados, sendo o terceiro volume uma torre com relógio não centralizada, típica de estações ferroviárias em estilo art déco, pestanas ao redor das janelas e faixa destacada do plano da fachada na altura do peitoril que acentua o efeito de horizontalidade, juntamente com aberturas verticalizadas na torre. A cobertura do corpo principal do prédio é de telha cerâmica tipo francesa, enquanto que a cobertura da plataforma é feita com telhas onduladas de fibrocimento, sustentada por uma estrutura com vigas de madeira e de concreto armado.



Figura 14 – Entrada para o saguão e torre.
Fonte: da autora, 2020.

O interior do saguão é amplo e com pé direito alto, contando com pequenas aberturas do lado esquerdo, que são os antigos guichês (cujos antigos balcões de granito foram retirados), o teto possui vigas intercruzadas, que lembram lajes nervuradas, a parede é revestida de pastilhas, o piso de ladrilho hidráulico (que não é original, pois foi implantado na reforma de 2006) e as portas metálicas de enrolar na forma de grades.



Figura 15 –
Fotomontagem
dos detalhes do
saguão.
Fonte: da autora,
2020.

O corredor da plataforma, que dá acesso às salas da Secretaria da Cultura e das Oficinas Culturais, possui o piso revestido de cimento, cobertura com telha de fibrocimento sustentada por estrutura de madeira e concreto armado em balanço, portas de madeira com aberturas de vidro e guilhotina e uma réplica idêntica ao relógio original da estação.



Figura 16 –
Plataforma
interna da
estação.
Fonte: da autora,
2020.

As Oficinas de Arte e Cultura acontecem no maior salão do edifício, e são acessadas pela plataforma interna, através das portas de madeira de guilhotina e aberturas de vidro, e pela plataforma externa, através das portas metálicas de enrolar. O salão de artes também dá acesso às duas salas de dança e ao edifício anexo, onde hoje se encontra o

Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT). As salas são amplas em toda sua extensão, com piso revestido de cimento, pé direito alto permitindo a visão das tesouras de madeira.



Figura 17 –
Oficina de Arte e
Cultura e PAT.
Fonte: da autora,
2020.

De acordo com plantas gráficas e processos da EFA, o local onde hoje se localiza o PAT, que é um prédio anexo à estação, foi originalmente um armazém de mercadorias da EFA. Ainda não foi possível precisar a data de construção do armazém de mercadorias, porém sabe-se que o local foi doado ao município pela EFA, reformado pelo casal de arquitetos Maria Aparecida da Costa França Roland (Bila) e Luiz França Roland¹⁴, e reinaugurado como Estação Rodoviária através da Lei nº 443, de 14 de dezembro de 1959, funcionando como terminal rodoviário até 1989, ano em que a mesma é transferida para outro local na cidade¹⁵.

¹⁴ Fonte oral: Darcy Meinschmiedt e Nelson Bassanetti

¹⁵ Atualmente, a estação rodoviária de Catanduva, denominada "João Caparroz", está localizada na periferia da cidade, funcionando no mesmo local desde 1989.

Figura 18 – Estação Rodoviária em construção.



Fonte: acervo de Darcy Meinschmidt, 1959.

De acordo com o processo de criação da estação rodoviária, presente nos processos da Câmara Municipal, o projeto de adaptação e reforma do antigo armazém de mercadorias incluiu a construção de uma marquise de concreto armado na fachada, boxes para administração e escritórios, balcões para venda de passagens, instalações para bar, café, refeitório, venda de jornais, engraxate, bebedouro para animais, entre outros. Com a transferência da Estação Rodoviária para outro local na cidade, em 1889, o prédio anexo à estação (ou seja, o antigo armazém de mercadorias) passou a abrigar durante os anos 1990 a Empresa Municipal de Abastecimento, da Prefeitura de Catanduva, conhecida também como "Sacolão Nutricat"¹⁶. Nesse momento, a prefeitura realiza algumas intervenções que acabam por destoar o anexo com a linguagem da estação ferroviária, como as fortes cores da nova pintura, a retirada dos boxes, a supressão do canteiro de estacionamento com abertura da via e eventuais adaptações para comportar o novo uso. Como na época a estação ferroviária e o antigo armazém de mercadorias (então "Sacolão") ainda não eram tombados, pode-se supor que a ausência do instrumento jurídico do tombamento permitiu que a prefeitura realizasse essas intervenções levando em conta apenas questões práticas, sem considerar as recomendações presentes nas cartas de restauro e nem o valor da estação e de seu entorno.

¹⁶ Informação retirada de fontes orais, através de conversas com Nelson Bassanetti, de fotografias da década de 1990 e de memórias e vivências pessoais desse local.



Figura 19 –
"Sacolão".
Fonte: autoria
desconhecida¹⁷,
[1990]

Após o fechamento do sacolão, o anexo ficou inativo até 2006, quando é reinaugurado como Salão de Exposições da Estação Cultural, que funcionou até 2016, dando lugar ao PAT, como já mencionado. Portanto, o antigo armazém de mercadorias da EFA passou por várias fases, uma vez que já cumpriu as funções de armazém, rodoviária, sacolão, salão de exposições e atualmente o PAT. De acordo com um documento intitulado "Relatório para Obras de Recuperação da Estação de Catanduva, redigido em 1978 pela empresa de consultoria "Planart S/C - Planejamento e Arquitetura Ltda.", com uma equipe de arquitetos liderada por Nestor Goulart Reis Filho, foi possível descobrir ao menos uma parte dos materiais originais do projeto de 1948, bem como o que possivelmente foi alterado até hoje. A consultoria realizou um minucioso estudo sobre a estação e redigiu um relatório estabelecendo as diretrizes e propostas para a empreiteira que realizaria as obras de recuperação da estação durante os anos 1980, dessa vez aos moldes de uma visão mais apurada e crítica, que visou recuperar o edifício à sua condição original, reconhecendo os seus valores e fazendo propostas de intervenção sem descaracterizar o imóvel. A intervenção representou uma operação de recuperação do edifício, que envolveu basicamente serviços de manutenção, conservação e restauro. Com o fim do transporte de passageiros, em 2001, Estação Ferroviária é tombada em

¹⁷ Fotografias cedidas por Darcy Meinschmiedt, porém não se sabe a autoria das fotos.

âmbito municipal, pelo COMDEPHACT (GALVÃO, 2018). De acordo com a Ata de Tombamento da Estação Ferroviária, realizada durante uma sessão do dia 26/04/2001, os membros do COMDEPHACT decidiram, por unanimidade, tomba a estação, associando o edifício aos “tempos áureos do café”, à “imagem da prosperidade” em Catanduva, e a um “monumento histórico que trouxe o progresso”, “marcou a colonização no interior de São Paulo” e “teve importância no transporte do café”. Logo após seu tombamento, ela passa por um período de abandono entre 2001 e 2005, chegando a ficar depredada devido ao desuso e ao vandalismo. Em 2005 o edifício é revitalizado e reinaugurado em 2006 com o nome de “Estação Cultura”, como é atualmente¹⁸. Pela primeira vez, o edifício não abrigou mais a função de estação ferroviária, mas de Oficinas de Arte e Cultura e Secretaria da Cultura. O prédio anexo, que era o antigo armazém de mercadorias, também foi revitalizado junto com a estação e reinaugurado como Salão de Exposições — que foi transferido em 2016 para a Pinacoteca Municipal, dando lugar ao PAT¹⁹, como já mencionado. Após essa reforma, a Estação Cultura passou por outra revitalização em 2017, com a colocação de azulejos na parede da plataforma frontal e pintura. Além disso, em 2018 foi colocado um mural de azulejos no saguão da estação, com desenhos de diferentes árvores de ipês, como mostrado na Figura 20.



Figura 20 – Azulejos da estação.

Fonte: da autora, 2020.

¹⁸ A Lei Municipal nº 5506, de 18/12/2013 denominou a Estação Cultura como “Estação Cultura - Maria de Lourdes Ribeiro Porto Ruette - Deca”

¹⁹ Informação retirada por fonte oral, através de conversas com arte educadores que trabalham na estação e com memórias pessoais.

Como se pode conferir na Figura 21, a Estação Cultural (destacada em laranja) está localizada em uma área central, dentro do núcleo inicial da cidade e do perímetro do Centro Histórico (área destacada em lilás).

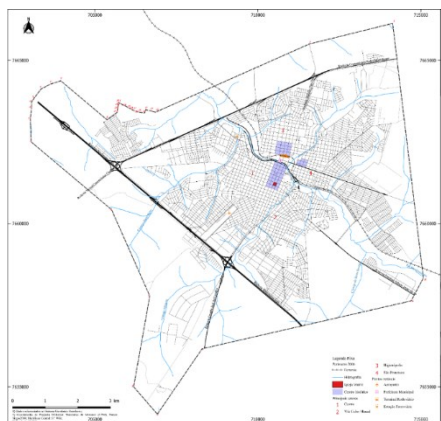


Figura 21 – Centro Histórico de Catanduva.
Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduva, 2018.

O edifício encontra-se na divisa entre três bairros: Higienópolis, São Francisco e Centro. Os acessos entre os bairros dão-se pelas próprias dependências da estação, como Viaduto Santo Alfredo, que faz a ligação de automóveis e pedestres entre Higienópolis e São Francisco, e também a Passarela Francisco Nogueira que passa no sentido transversal pelo pátio da estação, ligando os bairros Higienópolis e Centro (Figura 22).

Figura 22 – Viaduto Santo Alfredo e Passarela Francisco Nogueira.



Fonte: da autora e Darcy Meinlschmiedt (foto de Ana Maria Calegare), 2020; [199-].

É um local com atividades predominantemente comerciais e de serviços, além de equipamentos públicos, que funcionam durante o dia - com exceção de hotéis, supermercados e igrejas no entorno, que ficam abertos também durante a noite. A Estação, por outro lado, oferece atividades noturnas das Oficinas Culturais, que acaba por diminuir a sensação de insegurança, muito comum em centros antigos e áreas comerciais com atividades diurnas, e torna o entorno mais atrativo para as pessoas e promove qualidade de vida e de espaço público para quem usufrui do local, seja à noite ou durante o dia.

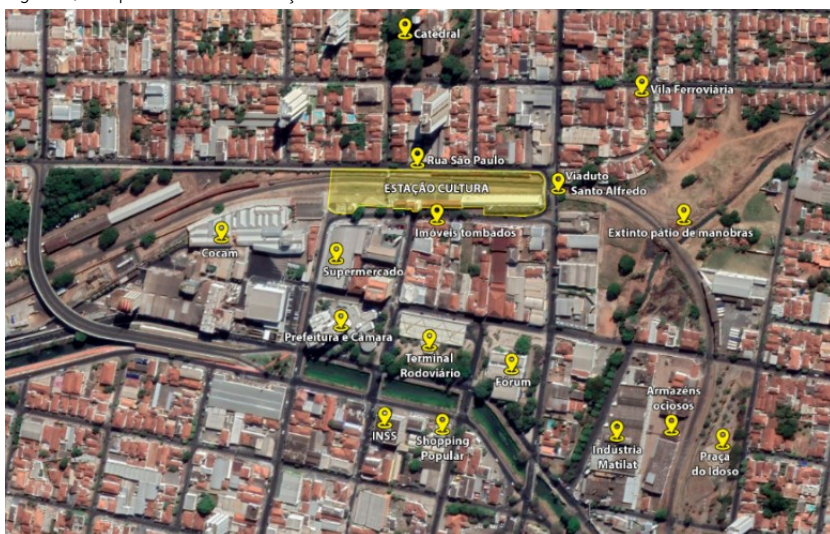


Figura 23 - Estação Cultura à noite.

Fonte: <http://catanduva-cult.blogspot.com/p/fotos-cidade.html>, [2010]

Pode-se perceber pelo Mapa do entorno da Estação Cultura (Figura 24) que a área ainda mantém um grande repositório de imóveis antigos relacionados à época que a ferrovia estava ativa para o transporte de passageiros, como as vilas ferroviárias, o pátio de manobras com rotunda, giradouro, triângulo de reversão e casas de máquinas (que hoje se encontra desativado e cujos elementos foram demolidos, apresentando um vazio urbano), a rua São Paulo com seus balaústres da década de 1940, a Cia. de Café Solúvel e Derivados (atual Cocam, antiga Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo), imóveis comerciais tombados nos arredores da estação, armazéns ociosos da década de 1910 e importantes equipamentos públicos, como Prefeitura, Fórum, INSS e o Terminal Rodoviário. Portanto, a presença desses equipamentos no entorno imediato da estação demonstra a centralidade de sua localização, que, por outro lado, tem também passado por transformações, inerentes ao próprio mercado imobiliário, que aos poucos vem alterando a paisagem.

Figura 24 - Mapa do entorno da Estação Cultura.



Fonte: Google Earth editado pela autora, 2020.

Além da localização geralmente privilegiada, essas antigas áreas industriais representam reservas potenciais de terreno urbano ocioso, degradado e de baixo custo; um considerável conjunto de vantagens para a implementação de novos empreendimentos e que vem despertando, naturalmente, a atenção de diversos setores envolvidos na produção e transformação da cidade. Além do mercado imobiliário privado, também o poder público tem demonstrado interesse nessas áreas e em seu evidente potencial fundiário e econômico para o desenvolvimento de grandes projetos urbanos. (RUFINONI, 2009, p.1)

A estação está localizada em uma área central, portanto, privilegiada e de ocupação consolidada. Devido à grande presença de imóveis antigos que vem sendo demolidos, o entorno também apresenta reservas de terrenos ociosos com grande potencial de uso e aproveitamento. Nesse sentido, os prédios antigos desse entorno vêm sendo substituídos por novas edificações, e, conseqüentemente, modificando a paisagem urbana do centro histórico e alterando aos poucos a sua ambiência. Trata-se de uma área com vários edifícios de interesse histórico, sendo que 10 imóveis do entorno imediato

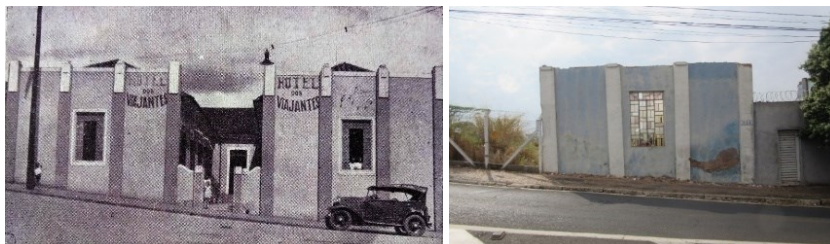
estão listados na "Relação dos Imóveis Tombados e Averbados na Cidade de Catanduva-SP", fornecida pela Secretaria da Cultura. Todos esses edifícios, que estão localizados exatamente na frente na estação, alinham-se ao estilo art decó, criando um diálogo de linguagem e estilo no conjunto desses prédios com a estação. Apesar de tombados, esses prédios apresentam-se em mau estado de conservação, mesmo ativos. Além disso, a maioria desses imóveis passou por diversas alterações, como se pode observar na Figura 25, atentando-se principalmente para as fortes cores das pinturas, que provavelmente não remetem às cores originais, aos toldos e placas de anúncio, e à necessidade de manutenção das fachadas, cujas paredes encontram-se descascadas. Nesse caso, o tombamento não está sendo suficiente para salvaguardar esses bens de valor histórico e cultural, uma vez que mesmo tombados eles estão sujeitos a descaracterizações e às intempéries do tempo, devendo-se levar em conta também ações políticas e civis que considerem recomendações de intervenção das cartas de restauro.



Figura 25 –
Prédios
tombados em
frente à Estação
Cultura.
Fonte: da autora,
2020.

Além dos edifícios de interesse histórico, outros exemplares do entorno estão sendo suprimidos, como por exemplo o Hotel dos Viajantes, que foi um dos primeiros hotéis de Catanduva, fundado em 1922, que atualmente está em processo de demolição.

Figura 26 – Hotel dos Viajantes.



Fonte: acervo de Nelson Bassanetti²⁰ e da autora, 1922; 2020.

A antiga plataforma de embarque e desembarque da estação permite o pedestre acessar, na face oeste, o antigo edifício das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, atual Cocam (Cia. De Café Solúvel e Derivados), e também pela face leste, seguindo embaixo do viaduto, pode-se acessar o antigo pátio de manobras da ferrovia. O pátio de manobras foi construído em 1930, e possuía um triângulo de reversão, um girador, uma rotunda e casas de máquinas das locomotivas, mas essas instalações foram demolidas na década de 1980. Além disso, vizinhos ao pátio, seguindo rente à plataforma da estação, havia um conjunto de edifícios, datados da década de 1910, de valor arquitetônico²¹, que pertenciam a uma fazenda de café chamada "Machina Progresso", mas foram demolidos em 2017²². Portanto, a Estação forma um conjunto não apenas com os edifícios comerciais à sua volta, mas também com elementos do patrimônio industrial remetentes à EFA e ao binômio café-ferrovia, como a estação, a linha férrea, os vagões, o antigo pátio de manobras, a vila ferroviária, os armazéns, e assim por diante. A Estação continua sendo uma obra especial e um patrimônio de valor arquitetônico, histórico e documental para os moradores de Catanduva, uma vez que ela é o maior exemplar do art déco streamline na cidade, possui uma escala de maior relevância em comparação ao gabarito dos prédios do entorno, está implantada na parte mais alta do terreno, dando à

²⁰ Disponível em: http://www.catanduvadadeifeito.com.br/site/noticia_face.php?noticia_id=2920&fbclid=IwARoTxhp05amSpafeY8fmcBThnnrBDlop87jQuVbuA4j9BFdnUrzmVZiDaKo, acesso: 29/09/2020

²¹ O valor arquitetônico do conjunto era atribuído pela população, através de manifestações coletivas em redes sociais, particularmente no grupo de Facebook "Catanduva conta sua história, onde moradores da cidade frequentemente postavam fotografias da "Machina Progresso", devido à singularidade e ao valor estético do edifício.

²² O motivo da demolição é controverso, no qual não cabe aqui aprofundar.

sua imagem certa monumentalidade e destaque na paisagem, além de dialogar com os prédios tombados à sua volta, também em estilo art déco. Porém, com as alterações na paisagem urbana, inerentes ao mercado imobiliário e à própria dinamicidade da paisagem cultural, ela parece estar perdendo parte da sua monumentalidade, devido às construções contemporâneas que estão surgindo na cidade, principalmente os prédios mais altos. Ainda assim, essa área guarda um grande repositório de edifícios antigos à sua volta, pois são construções datadas das décadas de 1910 e 1920, sendo em sua maioria estabelecimentos comerciais, que ainda guardam as mesmas características arquitetônicas e tipológicas de quando foram construídos. As alterações da paisagem urbana no entorno da estação enfatizam a necessidade de se pensar formas de salvaguardar esses edifícios, prevendo dentro do Plano Diretor Urbano políticas de preservação que estejam integradas a um plano de ordenamento local e territorial, pensando o centro histórico dentro da dinâmica de crescimento, desenvolvimento e modernização da cidade. De acordo com Françoise Choay (2001), que discute em sua obra a dimensão urbana na teoria do restauro de Gustavo Giovannoni, a cidade possui valor artístico e histórico, tais como monumentos arquitetônicos, onde os conjuntos urbanos são vistos como um organismo estético, constituindo em si mesmos um monumento. Nesse sentido, os planos de intervenção centros históricos devem fazer parte de um plano integrado de ordenamento territorial que relacione a cidade com a vida presente e que não proponha atividades incompatíveis com sua morfologia. Ao integrar o entorno urbano na discussão do patrimônio, Giovannoni não relaciona o conceito de monumento histórico a um edifício singular externo ao contexto onde está inserido, mas o relaciona com a arquitetura e o que a rodeia, ou seja, com a própria essência da cidade. Dessa forma, ignorar a relação entre edifício e cidade e isolar um monumento do seu entorno seria mutilá-lo, uma vez a arquitetura e suas imediações estão envolvidas em uma relação intrínseca e essencial (CHOAY, 2011). Segundo a autora, ao incluir a cidade na discussão do patrimônio, Giovannoni considera que as diretrizes de restauração teriam por principal objetivo respeitar a escala e a morfologia urbano-arquitetônica, preservando as relações originais entre edifício e cidade, impondo às limites às intervenções e respeitando o ambiente as características locais, materializadas nas suas configurações espaciais. Portanto, levando a discussão para o âmbito do Patrimônio Ferroviário, as políticas de proteção e salvaguarda desses monumentos não devem isolá-los do seu entorno, das dinâmicas urbanas ou mesmo das políticas referentes ao próprio transporte ferroviário. Como discutido anteriormente, o mau gerenciamento da EFA, em conjunto com fatores

externos desfavoráveis, teve como consequência direta a perda material da primeira estação de Catanduva; o fim do transporte de passageiros em 2001, que foi uma consequência das políticas rodoviaristas que sucatearam as ferrovias, culminou com abandono da estação atual, por cinco anos; e por fim, analisando em âmbito regional, esse conjunto de fatores também influencia estações da EFA de outras cidades, como o fato de a sua maior parte estar mal conservada ou com poucos pedidos de tombamento em comparação a outras ferrovias paulistas.

Esses fatores somados à política de incentivo ao transporte rodoviário, iniciada na década de 1940, acabariam resultando, a partir dos anos 50, na supressão de várias linhas. Apesar das tentativas de melhoria e de racionalização desse meio de transporte com a criação da Rede Ferroviária Federal S.A, em 1957, e da FEPASA, em 1971, e com as privatizações da concessão das linhas desde os anos 1990, o transporte ferroviário continua decadente e com aproveitamento muito abaixo de seu potencial. São Paulo possui, porém, patrimônio ferroviário de enorme valor, não apenas pela importância do ciclo econômico ao qual está associado. Suas construções introduziram ou consolidaram variados tipos arquitetônicos e o uso de novas ou renovadas técnicas e materiais construtivos. Tiveram papel relevante na disseminação da alvenaria de tijolo e de outros materiais industrializados. (KÜHL, 2012, p.14)

Analisando a Carta de Nizhny Tagil (2003), pode-se perceber a abrangência de quatro grandes grupos dentro do patrimônio ferroviário: as atividades industriais, que compreendem as rotundas, oficinas, estação, armazéns, casas de máquinas, e assim por diante; o próprio maquinário, como a via férrea, locomotivas, carros, móveis dentro da locomotiva, dentre outros; as habitações dos funcionários e equipamentos comunitários, como por exemplo creches e escolas técnicas para os operários; por fim, a imaterialidade: times, como os times de futebol das companhias ferroviárias, as festas, o apito do trem, o barulho da locomotiva, o sino do trem, as técnicas industriais, e assim por diante. A categorização desse patrimônio é apenas uma pequena demonstração da complexidade e da variedade de elementos que constituem o patrimônio ferroviário. Dessa forma, deve-se trabalhar e pensar em conjunto toda a paisagem urbana a partir da abrangência e complexidade que envolve os monumentos industriais e a sua dimensão, o conjunto desses edifícios, suas relações e seus gabaritos, os processos por trás dos tombamentos, as políticas que envolvem aquele setor, e assim por diante, evitando mais

descaracterizações, preservando a ambiência e as qualidades intrínsecas daquele meio, e ratificando o seu valor nas memórias da população.

Considerações finais

A EFA foi um empreendimento que tinha tudo para tornar-se atrativo, pois em tese o plano apresentava grandes vantagens, como o objetivo de explorar uma área pouco conhecida, com alguma produção de café e terras férteis, pela via passar por um local estratégico, próximo à fronteira de Minas Gerais e Mato Grosso, e por atingir a principal via de escoamento de gado. Porém, fatores externos e internos acabaram por tornar a EFA um empreendimento problemático desde seu início, o que mais tarde travancaria o seu desenvolvimento e causaria prejuízos materiais para a companhia e para seus funcionários, bem como para os usuários. Como vimos, o gerenciamento da EFA teve consequência direta no patrimônio material da cidade de Catanduva, culminando com o incêndio de sua primeira estação devido à greve dos ferroviários. Após o ocorrido, um segundo prédio foi construído no seu lugar, passando por duas reformas que modificaram a fisionomia do edifício, sendo a reforma da década de 1940, a que deu origem à estação atual, inaugurada em 1948. O prédio esteve em uso a maior parte do tempo, ficando inativo apenas com o fim do transporte de passageiros, em 2001, retomando em 2006 como Estação Cultura, quando pela primeira vez o imóvel deixa de oferecer atividades de estação ferroviária e passa a atender atividades culturais e de serviços. Portanto, podemos concluir como a forma de gerenciamento das companhias ferroviárias e das políticas rodoviaristas que acabaram por sucatear as ferrovias, tiveram impacto no patrimônio da cidade. No caso de Catanduva, por duas vezes esse patrimônio foi ou destruído, no caso da greve dos ferroviários e o incêndio, ou depredado, no caso do fim do transporte de passageiros e do abandono da estação até 2005. Isolar um monumento, especificamente um patrimônio ferroviário, do seu entorno ou do das políticas do transporte e das companhias ferroviárias é um equívoco, pois todos esses fatores estão interligados, sendo que um reflete sobre o outro. Pode-se até perceber, atualmente, e dizendo como catanduvense e moradora da cidade, que o entorno foi mais valorizado após a revitalização e inauguração da Estação Cultura – apesar de reconhecer que os prédios tombados estão em mau estado de conservação e que precisam de atenção. É preciso analisar o patrimônio ferroviário de forma conjunta, como uma rede cujos elementos estão integrados e possuem influência entre um e outro, sejam armazéns, estações, vilas ferroviárias, pátios de manobra, rotundas, locomotivas, linhas

férreas, as próprias políticas aplicadas ao setor ferroviário, tanto internas às empresas, como externas, no caso do poder público, que teve papel fundamental em conceder e retirar privilégios das companhias. A trajetória da EFA não refletiu apenas na Estação Ferroviária de Catanduva, mas como mostrou o trabalho de Eduardo Ribeiro (2019), reflete até hoje em âmbito regional, com a maioria das estações em médio ou mau estado de conservação e o fato de essa ferrovia ser a menos estudada dentre as paulistas e a com menos pedidos de tombamento, com apenas um tombamento no âmbito estadual, na cidade de São José do Rio Preto, e dois no âmbito municipal, em Araraquara e Catanduva – cujas estações estão mais bem conservadas do que a de São José do Rio Preto e, portanto, apresentam-se tão justificáveis quanto proceder ao pedido de tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (COMDEPHAAT). Assim, cabe pensar o patrimônio de forma integrada às políticas de transporte ferroviário e a todos os elementos e edifícios que o compõem, em âmbito local e regional.

Referências

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. **The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)**. 2003. Disponível em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>>

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2001.

GALVÃO, Heraldo (Org.). **Catanduva: 100 anos de história e arte**. CRV, 2018.

GHIRARDELLO, Nilson. **Formação dos Patrimônios Religiosos no Processo de Expansão Urbana Paulista**. Unesp, 2010

KÜHL, Beatriz Mugayar. **O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo e questões de preservação**. Lugares de Produção: arquitetura, paisagens e patrimônio, v. 1, p. 21-42, 2011.

MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas: Pontes, 1990.

QUAGLIA, Vicente Celso. **A História de Catanduva de A a Z**. Cidades Brasileiras. 1974.

RIBEIRO, Eduardo Bacani. **Estrada de Ferro Araraquara: da Morada do Sol à Boca do Sertão—os espaços invisíveis**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, AL da; TOSI, Pedro Geraldo Saadi. **Considerações sobre entrelaçamento de circuitos e produções na órbita do complexo cafeeiro: o caso da Companhia Estrada de Ferro Araraquara (1896 a 1909)**. Heera-Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 10, n. 16, p. 55-71, 2014.

Possibilidade de leitura e análise da moradia urbana de uma cidade no interior paulista

Possibility of reading and analyzing urban dwelling in a city in the interior of São Paulo

Posibilidad de lectura y análisis de la vivienda urbana en una ciudad del interior de São Paulo

Natalia Cappellari de Rezende [4]

[4] Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGAU/IAU-USP), na linha de pesquisa Territórios e Cidades: Transformações, Permanências, Preservação. Desenvolve o projeto de pesquisa intitulado *Moradia urbana nas cidades da Mogiana: entre São Paulo e Minas Gerais (1878-1930)*, financiado pela Fapesp (Processo nº 2019/26031-6). Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, também pelo IAU/USP, com a pesquisa *A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865-1940)*, com apoio financeiro do CNPq (Processo nº 153114/2016-9). Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Federal São João del Rei (2020); Gestão de Cidades e Planejamento Urbano pela Universidade Cândido Mendes (2018); Restauro, luminotécnicas e novas tecnologias pela Università degli Studi Roma Tre, UNIROMA - Itália (2017); e Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2014). Integra o grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (cadastro no CNPq) desde 2016. Integra a rede de pesquisadores sobre o tema *Construtores italianos no estado de São Paulo*, coordenada pelo Prof. Dr. Miguel Buzzar (IAU/USP). Membro Associado do Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio no Brasil - CICOP/Brasil. Membro coordenador no DOCOMOMO - SP. Possui experiência acadêmica e profissional na área de arquitetura e urbanismo, produção do território, moradia urbana, cidade e modos de vida do século XIX e XX, paisagem, agentes da construção civil, preservação e patrimônio cultural, sobretudo no recorte dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.
ORCID-ID: [0000-0003-4976-8718](https://orcid.org/0000-0003-4976-8718)
<http://lattes.cnpq.br/7407139677466548>
nataliacrezende@yahoo.com.br

O trabalho trata da moradia, da cidade e da arquitetura ao apontar possibilidades de leitura dessa estrutura compreendida e analisada de modo correlacionada, como parte integrante da proposta deste Caderno. O texto revela questões basilares da estruturação da dissertação de mestrado intitulada A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865 - 1940), realizada no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Dra. Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci.

Moradia e Cidade: uma interdependência analítica

São José do Rio Pardo é uma cidade do interior paulista cuja ocupação por colonizadores mineiros – que estavam em busca de terras férteis para cultivo de cana-de-açúcar, de café e criação de gado fomentando alternativas econômicas e de sobrevivência – ocorreu somente em meados do século XIX. Foi na década de 1870 que a cafeicultura se estabeleceu como cultura agrícola ascendente e grande fonte de riqueza que, acertadamente, associada à instalação da ferrovia em 1887, provocaram as condições favoráveis ao crescimento da cidade, alterando a sua estrutura. Nesse interim, a região central, correspondente ao núcleo inicial de formação, reconhecido a partir de 2007 como Centro Histórico¹, sofreu as transformações mais significativas que caracterizaram e ainda caracterizam a paisagem de São José do Rio Pardo. Logo, definiu-se o Centro Histórico rio-pardense como sendo o recorte espacial da pesquisa, por concordar ainda com o posicionamento de Freire (1997) que atesta em seus estudos a importância do núcleo inicial de uma cidade, por ser este o local constituído pelas primeiras edificações e, por consequência, é a área de ocupação mais antiga, que ao longo do tempo e de forma progressiva foi sendo expandida. Esta autora (FREIRE, 1997, p. 221) diz ainda que o centro é “local mítico da origem, é local de partida ou de chegada dos forasteiros, guarda uma lenda do começo de tudo, quase um mito de origem das cidades”. É, portanto, constituído por edificações que exibem valores culturais, estéticos e arquitetônicos de toda uma época e são testemunhas da história. Isto reforçou a defesa da necessidade de compreender este Centro Histórico, com possibilidade de expansão especialmente nos vetores de acesso a esta região – Avenida Independência, ao sul; Rua Siqueira Campos, ao leste; Avenida Euclides da Cunha, Rua Dom Pedro II, e Rua dos Paulistas ao oeste; e Rua Francisquinho Dias, ao norte, como pode ser observado na Figura 1 – para poder identificar a sua produção arquitetônica.

¹ É reconhecido no âmbito municipal através da lei n° 2920, de 15 de janeiro de 2007.

Figura 1 – Mapa de São José do Rio Pardo indicando o recorte espacial da pesquisa.



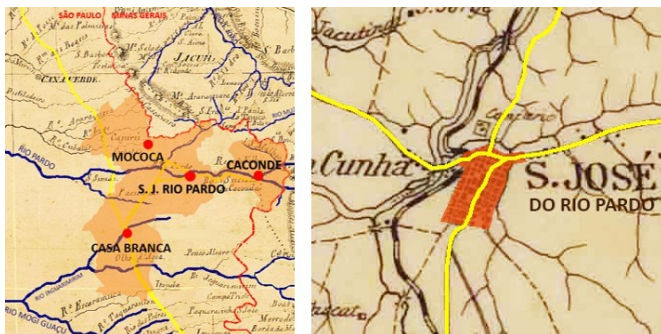
Desenho: Natalia C. Rezende com base em mapa da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, 2016.

Tais vetores são consequência dos antigos caminhos de ligação do núcleo urbano rio-pardense com os seus vizinhos, incluindo os rurais – Caconde e sul de Minas Gerais ao leste, Casa Branca e São Paulo ao sul, Mococa e Franca ao oeste, e ao norte a fazenda Tubaca² –, e acabaram se transformando em vias importantes do município. Cabe ressaltar que esses vetores foram identificados a partir de pesquisa cartográfica (Figura 2) cruzada com fotografias de época (Figura 3) e dados históricos, evidenciando, desse modo, a sua importância enquanto parte constituinte da configuração da malha urbana, e, por consequência, da paisagem, conformada a partir da sobreposição de tempos³.

² Esta fazenda se originou do desmembramento de uma sesmaria conhecida como Pião do Rio Pardo, originalmente concedida, no primeiro quartel do século XIX, ao português Alexandre Luiz de Mello. A Tubaca foi comprada pelo Capitão Vicente Alvez de Araújo Dias, mineiro de Cabo Verde, em 1870 (CASSASSOLA, 2009), formando uma das mais prósperas fazendas em produção de café de São José do Rio Pardo.

³ A identificação dos caminhos que ligavam o núcleo de São José do Rio Pardo com os demais núcleos da região e a sua manutenção na malha urbana rio-pardense como vias importantes de circulação e de acesso ao Centro Histórico, até os dias atuais, é resultado de uma pesquisa de iniciação científica, que teve como um de seus objetivos a compreensão e análise da constituição e transformação da cidade. Para saber mais, ver Rezende (2014, 2015).

Figura 2 - Na primeira imagem os caminhos de ligação do núcleo urbano de São José do Rio Pardo com os seus vizinhos foram destacados em amarelo, enquanto a área dos municípios está demarcada na cor salmão. Já na segunda imagem o núcleo urbano rio-pardense (destacado na segunda na cor laranja) e os mesmos caminhos que se tornaram vetores de acesso ao Centro Histórico foram evidenciados.



Desenho de Natalia C. Rezende (2020) sobre Carta Chorographica da Província de Minas Gerais (1863) e base cartográfica da Comissão Geográfica e Geológica, folha do município de Caconde (1949). Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira e Arquivo Público do Estado de São Paulo.

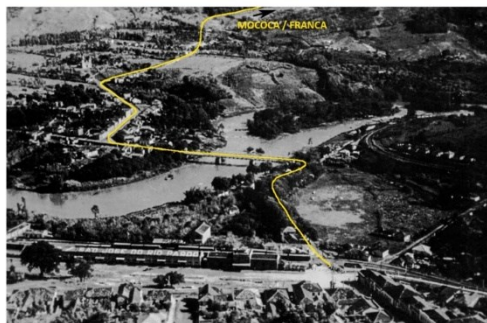


Figura 3 - Núcleo urbano de São José do Rio Pardo com os caminhos de ligação (em amarelo) deste com os seus vizinhos, Casa Branca, Caconde, Mococa e fazenda Tubaca, que se tornaram vetores de acesso ao Centro Histórico. Fonte: Desenho de Natalia C. Rezende (2020) sobre fotografia do Arquivo do Centro da Memória Rio-pardense Rodolpho José Del Guerra. Fotografia de Innocencio Vilhegas, 1921.

Como integrante basilar do Centro Histórico, as moradias se destacaram como elementos fundamentais de análise, em vista de sua superioridade numérica se comparado as demais tipologias, além da significativa importância conferida a elas em razão da assimilação das variações tecnológicas, dos materiais empregados, dos modos de morar e também da manutenção das tradições culturais locais, como bem destacou Carlos Lemos (1989b) ao tratar da história da casa brasileira. Através de observação rápida das fachadas dessas moradias foi possível perceber a diversidade de manifestações estilísticas, resultado de uma combinação entre particularidades locais e estrangeiras trazidas por pessoas de fora da cidade e do país, fruto da condição socioeconômica, técnicas e também política local. Foi o ecletismo classicizante sem grandes ostentações que predominou, além do neocolonial, *art nouveau*, *art-déco* e do bangalô, como é possível observar na Figura 4⁴. Mas como eram essas casas? Quais eram os programas de uso? Que padrões arquitetônicos seguiam? Como seus interiores e exteriores revelavam a sociedade e os gostos da época? Qual a relação entre a edificação, o lote e a rua? Quais as técnicas construtivas empregadas? Quem foram as pessoas responsáveis pelos projetos e obras? Eram titulados? Imigrantes? Em que medida as normativas urbanísticas, edilícias e sanitárias emanadas do poder público ditou regras para a moradia urbana? E como elas foram adotadas? Cabe ressaltar que o intuito deste texto não é responder tais questões, e sim trazê-las à tona como parte do processo que impulsionou a pesquisa sobre a moradia urbana, a cidade e a arquitetura.

Com a definição do objeto de estudo e o recorte espacial, faltava o estabelecimento do recorte temporal que teve como base a data de fundação da cidade em 1865, ponto de partida das ações que impulsionaram a formação e transformações urbanas, com encerramento em 1940, data que assinala o declínio da economia cafeeira que era a base local⁵, acarretando uma redefinição de atividades agrícolas com a diversificação de produtos e o surgimento de outras para dar suporte à nova dinâmica que se definiu com o setor comercial e as indústrias de bens de consumo, enquanto que a cidade sofreu uma expansão com a criação de novos bairros, abertos a partir da venda de glebas de antigas fazendas, sítios e chácaras, com reflexo direto na construção de moradia. Foi ainda no

⁴ Essa seleção de imagens mostra algumas das moradias identificadas no ano de 2015 durante o processo de aproximação do objeto.

⁵ O declínio ocorreu em decorrência de um processo complexo que envolveu excesso de produção, concorrência estrangeira, quebra da bolsa de Nova Iorque, dificuldades financeiras em razão da incapacidade de absorção dos mercados compradores. Para saber mais, ver Furtado (1984), Martins (2012) e Taunay (1945).

final da década de 1930 que uma companhia privada dominou o mercado da construção civil local, sobretudo com a produção de casas para venda, contribuindo com a expansão e ocupação da área para além do Centro Histórico.

Figura 4 – Moradias construídas entre o fim do século XIX e início do século XX no Centro Histórico de São José do Rio Pardo.



Fonte: Acervo de Natalia C. Rezende (2015).

Assim sendo, definiu-se como objetivo central da pesquisa a identificação, caracterização e análise da moradia urbana a partir das características arquitetônicas, formais e compositivas, verificando usos e arranjos internos, partidos adotados e

técnicas construtivas empregadas. Mas, trata-se de uma moradia em transformação, coadunada com as mudanças no espaço urbano, especialmente com a implantação de infraestrutura, a promulgação de leis, a construção de diferentes tipologias de edifícios, a disponibilidade de material e mão de obra, e ainda com os profissionais da construção civil – artesãos, mestre de obras, práticos licenciados e diplomados – e os clientes. Portanto, é através da interpretação e da crítica apoiada em estudo histórico que a moradia, a cidade e a arquitetura foram apreciadas. Para atingir tais objetivos, lançou-se mão de eixos de análise para nortear o desenvolvimento da pesquisa e o processo de reflexão, analogias e confrontações. Desse modo, o primeiro eixo tratou do café e ferrovia como estimuladores da ocupação e desenvolvimento urbano do interior paulista; o segundo eixo abordou o contexto que influenciou a produção da moradia urbana rio-pardense que se propagou entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX; e o terceiro e último eixo de análise se referiu aos agentes promotores e difusores dessa arquitetura no cenário local.

Toda a pesquisa foi respaldada por metodologias já conhecidas e que têm sido utilizadas nas investigações concebidas no Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios coordenado pela professora Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci, de modo que o trabalho prosseguiu de forma segura. A sustentação teórica e o direcionamento da pesquisa tiveram base em diversos autores, especialmente em Pesavento (2004), Waisman (2013) e Lepetit (2001). Assim, para o desenvolvimento do trabalho e o cumprimento dos objetivos, julgou-se fundamental a articulação de espaço e tempo considerando a dinâmica da cidade, encontrada em Lepetit (2001), e a cronologia dos fatos, de modo a compreender a diversidade arquitetônica do período como resultado de fatores múltiplos, evitando, portanto, uma ênfase em análises de cunho exclusivamente estilístico conforme também aponta Waisman (2013).

O embasamento teórico deu ensejo aos temas abordados, em específico aos que se referem à formação e desenvolvimento das cidades do interior paulista; à dinamização proporcionada pelas linhas férreas; o contexto político da primeira República; à produção cafeeira; à produção arquitetônica e a moradia urbana brasileira e paulista do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX; legislação sanitária do Estado de São Paulo e edilícia municipal; e os agentes atuantes na construção civil local. Toda a revisão bibliográfica foi realizada em livros, periódicos, artigos, dissertações, teses e bases eletrônicas de dados com o propósito de formar um ferramental teórico de base à pesquisa, o que gerou uma lista extensa de autores, sendo possível citar de maneira bastante breve apenas aqueles que embasaram a pesquisa do início ao fim, Murilo Marx,

Nilson Ghirardello, Flavio Saes, Pierre Monbeig, Odilon Matos, Raymundo Faoro, Celso Furtado, Carlos Lemos, Nestor Goulart Reis Filho, Maria Angela Bortolucci, Francisco Andrade, Annateresa Fabris, Emma Debenedetti e Anita Salmoni e Lindener Pareto Júnior.

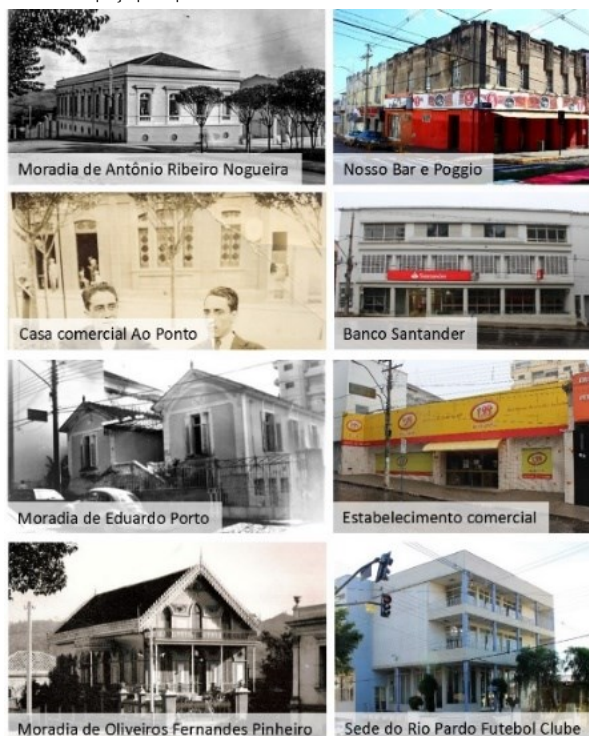
Paralelamente, foi realizado o levantamento documental em arquivos públicos e privados, incluindo materiais iconográficos, jornais, revistas, almanaques, livros, notícias, crônicas, notas de viagem, mapas, fotografias antigas, cartas de aforamento, leis, decretos, códigos, transcrições, mapas cartográficos, projetos arquitetônicos e urbanos, solicitações de licença para construção e de ligação das redes de água e esgoto, atas da Câmara, leis, códigos de posturas e relatórios de governo. Foi esse material de fonte primária o alimento principal da pesquisa que, reunido, somou mais de 12 mil arquivos digitais de documentos da época, os quais aprofundaram e fundamentaram o processo investigativo, integrando um cabedal de informações que se adicionou à pesquisa de campo. Esta, por sua vez, exigiu, em um primeiro momento, a identificação e o mapeamento das edificações residenciais que compreendem o recorte espacial e temporal, para posteriormente ser realizado o levantamento físico, métrico e fotográfico, externo e interno das mesmas. Nesta última etapa, a dificuldade de acesso para realizar os registros necessários para a sua análise precisou ser enfrentada, o que foi, parcialmente contornado, ao confrontar fotografias antigas e atuais, a descrição falada de antigos moradores e por meio dos projetos arquivados na Secretaria de Obras⁶, sendo que quando possível as informações foram conferidas *in loco*.

Essa necessidade de buscar em outros meios informações sobre as moradias exacerbou uma das principais problemáticas para o desenvolvimento de um trabalho deste tipo, que é a falta de documentação e a perda de muitos dos indícios esclarecedores. Caso exemplar foi a perda e/ou fim dos projetos de antigos prédios já demolidos, como a moradia de Antônio Ribeiro Nogueira (hoje é o sobrado do Nosso Bar e Poggio); a casa comercial "Ao Ponto" (hoje Santander); o bangalô de Eduardo Porto, depois de Paulo Cobra (hoje é um estabelecimento comercial); o chalé de Oliveiros Fernandes Pinheiro (hoje sede do Rio Pardo Futebol Clube); o bangalô de José Perri (hoje Banco Mercantil do

⁶ Devido às inúmeras mudanças de endereço e a precariedade da estrutura do Arquivo Público da Secretaria de Obras muita documentação se perdeu, ou foi sumariamente descartada, restando poucos projetos. Apesar da disponibilidade de consulta, inexistente uma catalogação que forneça informações como assinatura (responsável pelo projeto e obra), proprietário, endereço, tipo de solicitação (reforma, ampliação e construção) e uso (residencial, institucional, serviço, comércio), o que exigiu a criação de uma base de dados no software Excel, onde essas informações foram sistematizadas.

Brasil); o palacete⁷ de Dr. Heitor da Gama Corrêa (atualmente sem o andar superior, pertence a Casa Paroquial); o sobrado de José Pereira Martins de Andrade (hoje Banco da Caixa Econômica Federal); e a primeira Casa Paroquial, moradia de Dr. Bacci e Nenê Landini (hoje Casas Pernambucanas) (DEL GUERRA, 2008), mostrados na Figura 5.

Figura 5 – Perda material e documental de edificações já demolidas que cederam espaço para prédios mais novos.



⁷ Segundo as definições de Homem (1996, p.14) o palacete “constituiu um tipo de casa unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência nos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo área de serviços e edículas nos fundos. Internamente, sua distribuição era feita a partir de um vestibulo ou de um hall com escada social, resultando na divisão da casa em três grandes zonas: estar, serviços e repouso”, conforme constatado na casa do Dr. Heitor.



Moradia de Heitor Corrêa



Casa Paroquial



Moradia de José de Andrade



Banco Caixa Econômica Federal



Moradia de José Perri



Banco Mercantil



Moradia de Dr. Bacci Landini



Casas Pernambucanas

Fonte: Arquivo do Centro da Memória Rio-pardense Rodolpho José Del Guerra e acervo de Natalia C. Rezende.

Segundo o relato do engenheiro Dr. Walter de Sá Pinto a Del Guerra (2008), na ausência de espaço suficiente e seguro na Prefeitura para acondicionar os projetos datados ainda do século XIX, os mesmos foram guardados no escritório do topógrafo Roque Machado de Paiva. Após a morte do guardião, a sua família autorizou o Dr. Walter, que era o engenheiro da prefeitura na época, a levar todo o acervo para a nova sede do poder local

(Praça dos Três Poderes), onde foram colocados nos porões para logo desaparecerem devido à umidade, queima, empréstimos e rasgaduras. Esse é mais um caso de destruição e descaso com a documentação em fontes primárias que, nesse caso, contribuiu para agravar a falta de conhecimento sobre a produção arquitetônica rio-pardense, mas ao mesmo tempo impulsionou o registro daquilo que ainda se mantém.

Com isso, a comparação, complementação e a confrontação entre diferentes fontes de pesquisa e de investigação serviram de subsídio à compreensão das características que foram sobrepostas ao longo do tempo, além de oferecer uma imensa possibilidade de diferentes leituras e interpretações. Estabeleceu-se, desse modo, um permanente diálogo com (e entre) os diferentes documentos consultados. Nesse sentido, a colocação de Pesavento (2004) muito serve para esclarecer o método do trabalho

Mas se formas foram substituídas e desapareceram, como resgatar velhos espaços? Só através do cruzamento de diferentes fragmentos, como em um *puzzle*, onde peças de variadas épocas — planos, fotos, pinturas, desenhos, mapas — em composição, permitam juntar partes de forma a compor uma cena. É preciso ousar combinações e correspondências, fazendo viajar, no tempo e no espaço, imagens e textos que possam revelar as cidades ocultas sob a cidade do presente. (PESAVENTO, 2004, p. 29).

A moradia da rua João Gabriel Ribeiro, 382

A edificação da rua João Gabriel Ribeiro, 382, propriedade do então médico José Penna Fernandes⁸, é um bom exemplo de como foi realizada a leitura e análise da moradia coaduna com as mudanças no espaço urbano, a promulgação de leis e ao desenvolvimento técnico e material. Esta moradia, inclusive, é um caso de edificação que, construída nos primeiros anos do século XX, sofreu um processo de transformação em decorrência do contexto em que estava inserida.

É uma moradia muito interessante e, sem dúvida alguma, mantém características da arquitetura tradicional brasileira, como é possível observar na Figura 6. Nesse exemplar construído no alinhamento do lote com a via pública, o acesso ao interior acontece por uma porta que se abre para a rua. A entrada é constituída por um vestíbulo onde um

⁸ Esta moradia do século XX foi adquirida pelo Dr. Penna no início da década de 1940.

patamar, alguns degraus e mais um patamar direcionam a circulação. É nesse vestíbulo que as portas da sala de visitas, de jantar e um dormitório destinado também as visitas se abrem. A existência de vínculos com o que se produzia em períodos anteriores⁹ é ainda mais clara ao perceber a comunicação direta entre os dois dormitórios (comumente denominado de quarto), e a presença do alpendre comprido, que, segundo Lemos, C. (1978, p. 46), passou a servir de comunicação com o ambiente exterior, já que a "sala de jantar e a varanda passaram a ser expressões sinônimas". Apesar de apresentar uma ortodoxia parcial no agenciamento interno dos ambientes, demonstrando tais vínculos, todos os ambientes estão abertos para o exterior através de janelas que permitem a iluminação e ventilação naturais, o que demonstra um alinhamento às questões higiênicas largamente discutidas no século XIX¹⁰. Embora a existência de aberturas não fosse um requisito presente no Código de Posturas do município, publicado em 1903, havia a exigência feita nos artigos 16 e 17 sobre o cumprimento da higiene, de acordo com as determinações do Código Sanitário Estadual de 1894, que proibia a existência de alcovas ao mesmo tempo em que colocava a necessidade de abertura que permitisse a iluminação direta dos cômodos e a troca de ar.

Artigo 46. As alcovas que se destinarem a dormitórios ou permanência constante dos moradores de um predio devem ser prohibidas em absoluto.

Artigo 48. Todos os compartimentos deverão ter, sempre que fôr possível, aberturas para o exterior, dando para a rua, jardins ou pateos interiores, de modo a receberem luz directa e diffusa, não devendo ser admissivel luz reflectida sinão excepcionalmente e em aposentos não destinados á permanencia continua dos habitantes ou a dormitorios. (CÓDIGO SANITÁRIO ESTADUAL, 1894, p. 3).

Além disso, há outros elementos que atestam o comprometimento com um novo modo de vida: o banheiro como parte do programa interno da casa. Diretamente relacionado às transformações ocorridas na arquitetura e no morar, o banheiro pôde ser definitivamente incluído nos programas após as modificações na infraestrutura urbana, sobretudo com a construção das redes de esgoto e abastecimento de água que permitiram o fluxo contínuo e a canalização das águas servidas, ambas construídas em São José do Rio Pardo no ano de 1903. A construção das redes combinada com o

⁹ Ver mais em Rezende (2019).

¹⁰ Ver mais sobre o assunto em Corbin (1987), Beguin (1991) e Correia (2004).

aperfeiçoamento técnico e a industrialização de canos galvanizados, materiais impermeáveis, torneiras, sifões e privadas "permitiram que a água corrente passasse da pia da cozinha ao lavabo e ao W.C. e, daí, ao banheiro" (HOMEM, 2010, p. 29), resguardando a casa do mau cheiro e propiciando conforto e privacidade até então inexistente. Foi assim que surgiu o binômio banheiro-cozinha, justificado pela necessidade de economia de tubulação "de ferro galvanizado, sempre cara por ser importada" (LEMOS, 1989a, p. 78). Além do mais, é necessário enfatizar que a incorporação dessa e de outras novidades também foi resultado da promulgação de legislações e posturas que exigiu resposta às necessidades de higiene, por exemplo, proibindo a existência de fossa na área urbana, e a consequente obrigação da ligação com as redes de água e esgoto (Lei publicada em 26/10/1902; Código de Posturas de 1903).

Nesse sentido, é necessário ressaltar ainda a existência do porão como garantia higiênica ao afastar o assoalho do solo, evitando a umidade ascendente que foi amplamente denunciada por médicos e engenheiros por ser considerada potencializadora de doenças¹¹ (CORREIA, 2004), em concordância com o Código Sanitário Estadual,

Artigo 43 - Os compartimentos do sub-solo, ou porões, constituem garantia higienica para as edificações; mas não deverão servir de habitação.

Artigo 44 - O assoalho do andar terreo deve estar separado do solo 50 centímetros, pelo menos. (CÓDIGO SANITÁRIO, 1894, p. 03).

Ainda internamente, a copa apareceu como passagem obrigatória para quem deseja ir até a cozinha que por sua vez está ligada ao banheiro. Nesse caso, certamente a copa se afina à descrição de Lemos (1978, p. 132-134) ao tratar das casas paulistanas do final do século XIX:

o termo "copa", até então usado mais para designar o grande armário destinado a guardar os utensílios e guarnecido da mesa - não a cristaleira da sala de jantar ou varanda, não o armário de cozinha, o guarda-panelas, mas o grande armário do corredor, onde se guardava a louça do diário, as latas de biscoitos, os bules de chá, os vidros de remédio e uso, as frutas

¹¹ "Para a teoria miasmática - que dominava o pensamento médico de então - o ar e a água eram os principais veículos transmissores de doenças, por transportarem emanações fétidas e pútridas. Apontava-se a origem das febres epidêmicas na matéria animal e vegetal em putrefação e nas águas estagnadas". (CORREIA, 2004, p. 19-20).

por amadurecer e mais uma infinidade de coisinhas do trivial, do dia-a-dia sem muitos horizontes. Essa copa que surge aqui e ali nas casas paulistanas do final do século seria derivada da sala que, às vezes, antecedia a cozinha, que era a passagem obrigatória entre a varanda e o resto da zona de serviço. [...] Agora, a copa seria mesmo a saleta de almoço, um local para o preparo de refeições ligeiras à custa de espíriteiras. (LEMOS, 1978, p. 132-134).

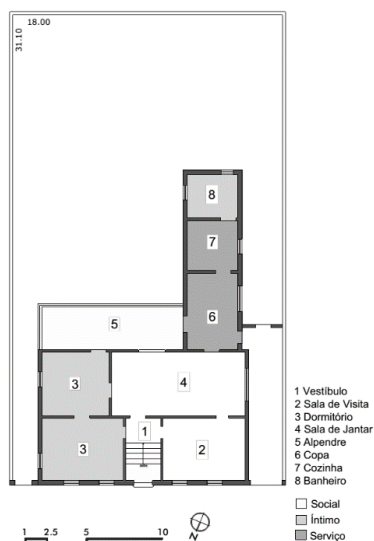


Figura 6 – Desenho da planta da moradia da família Penna na Rua João Gabriel Ribeiro, 382.

Desenho: Natalia C. Rezende (2018) com base em um projeto de reforma catalogado no Arquivo Público da Secretaria de Obras (1960, P87) e fotografia antiga pertencente ao Arquivo do Centro da Memória Riopardense Rodolpho José Del Guerra.

Em termos técnico-materiais, essa moradia, diferentemente da grande maioria das edificações construídas na segunda metade do século XIX, empregou a alvenarias de tijolo nas paredes e pedra no alicerce, em contraposição ao uso da taipa, proibida, até mesmo em muros, pelo Código de Posturas de 1903.

Art. 11 – Os proprietários de terrenos dentro do perímetro da cidade e à frente das ruas são obrigados a mura-los de alvenaria de tijolo ou pedra, devendo os de alvenaria de tijolo ter as juntas tomadas com cal branca, quando não sejam rebocados e caiados. Estes muros terão no mínimo 2 metros e no máximo 2,20 metros de altura e a espessura será de 30

centímetros ou de 15, se tiverem pilares de 30 centímetros de grossura, convenientemente espaçados.

Único - Ficam proibidos os tapumes de zinco, de pedra ou taipa. O infractor incorrerá na multa de 30\$000, e será obrigado a cumprir o disposto neste artigo dentro de 30 dias, sob pena de ser elevada a multa a 50\$000 e repetida de 10 em 10 dias até o cumprimento da obrigação. (CÓDIGO DE POSTURAS, 1903, p. 4).

No telhado, o emprego da tesoura com madeira serrada se manteve, sendo as telhas capa e canal substituídas pela francesa, como é possível observar na

Figura 7 - Telhado da moradia da família Penna na Rua João Gabriel Ribeiro, 382, no início do século XX e uma fotografia atual (2016).⁷ apontada pela seta.

Outra questão relevante e inovadora refere-se à proibição dos beirais forrados de tábuas, em contraposição à platibanda, facultada pelo uso de sistema de calhas e condutores pluviais, como parte também das exigências do Código de Posturas, artigos 12 e 21. Como é possível observar na Figura 8 a platibanda apareceu escondendo o telhado e como elemento de composição da fachada.

Em termos de linguagem estética, inicialmente, essa moradia estava filiada ao ecletismo, mas certamente essa edificação é uma daquelas que sofreu reforma no segundo quartel da primeira metade do século XX, alterando a sua feição, além de ajustá-la às disposições do Código de Posturas de 1903, quando foi exigido platibanda. A fachada desta moradia, desde então, é caracterizada por um "ar neocolonial", mas mantendo a simetria como ideal de beleza (Figura 8). É essa estética tida como nacionalista, a qual Lemos, C. (1989a) atribuiu os reflexos da primeira Grande Guerra, que vai predominar nas edificações de São José do Rio Pardo a partir do final da década de 1920.



Figura 7 – Telhado da moradia da família Penna na Rua João Gabriel Ribeiro, 382, no início do século XX e uma fotografia atual (2016).
Fonte: Arquivo do Centro da Memória Rio-pardense Rodolpho José Del Guerra e acervo de Natalia C. Rezende.

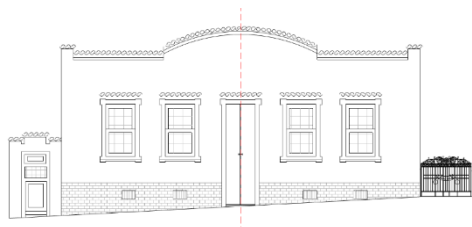


Figura 8 – Eixo de simetria na fachada da moradia da família Penna.
Desenho: Natalia C. de Rezende (2018) a partir de fotografias e projetos do Arquivo Público da Secretaria de Obras.

Considerações Finais

Identificar, compreender e analisar a moradia urbana (em transformação) atrela à cidade e o contexto local tornou a atividade de pesquisa muito mais complexa, especialmente porque exigiu a diversificação de aportes teórico-metodológicos e de fontes, porém necessária para entender o objeto na sua multiplicidade, evitando análise de cunho puramente estilístico. Portanto, objetivou-se nesse artigo o apontamento de possibilidades de leitura dessa estrutura compreendida e analisada de modo correlacionada, a qual foi adotada no desenvolvimento da dissertação *A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865 - 1940)*, defendida no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Vale ressaltar que dentro do panorama historiográfico da arquitetura brasileira, a moradia urbana do final do século XIX e início do XX, especialmente de cidades interioranas, se faz pouco presente até os dias de hoje, o que torna ainda mais importante a imprescindibilidade do seu estudo, registro e análise.

Referências

BEGUIN, François. **As máquinas inglesas do conforto**. In: Espaço e debates, São Paulo, n.34, p. 39-54, 1991.

CASSASSOLA, Luiz A. **Família, Capitalismo e Modernização: um estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo-SP (1870-1930)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

DEL GUERRA, Rodolpho J. **Perseverando**. São José do Rio Pardo – SP: Graf-Center, 2008.

FREIRE, Maria C. M. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

HOMEM, Maria C. N. **O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989a.

_____. **Cozinhas, etc..** São Paulo: Perspectivas, 1978.

_____. **História da casa brasileira**. São Paulo: Perspectivas, 1989b.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, Ana Luíza. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, Sandra J. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto**. Esboços, Florianópolis, v. 11, n° 11, p. 25-30, 2004.

REZENDE, Natalia Cappellari. **A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865-1940)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

_____. **A construção urbana através da memória social coletiva: entre o rio Pardo e São José.** Iniciação científica (Monografia) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica, Poços de Caldas, 2015.

_____. **Construindo a história através da memória: reabilitação do patrimônio urbano e arquitetônico de São José do Rio Pardo.** Trabalho Final de Graduação (Monografia) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica, Poços de Caldas, 2014.

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO [Município]. **Código de Posturas de 1903.** São José do Rio Pardo, 1903.

_____. **Lei nº 2920, 15 de janeiro de 2007,** disponível em: <http://www.camarasjriopardo.sp.gov.br/leis/lei.php#lei>, acesso em fev. 2016.

SÃO PAULO [Município]. **Decreto nº 233, de 2 de março de 1894.** Estabelece o Código Sanitário do Estado de São Paulo, disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>, acesso em mai. 2016.

TAUNAY, Affonso de E. **Pequena história do café no Brasil (1727-1937).** Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos.** São Paulo, Perspectiva, 2013.

A cidade e seus trilhos: estudo do contexto urbano da implantação dos bondes em Maceió/AL, 1866-1931

**The city and its rails: a study of the urban implementation of tramways
in Maceio (in the state of Alagoas, Brazil), 1866-1931**

**La ciudad y sus carriles: un estudio del contexto urbano de la
implementación de los tranvías en Maceió, en el estado de Alagoas,
1866 - 1931**

Rosemary Lopes Rodrigues [5]

[5] Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2014, com período-sanduíche realizado na instituição Politecnico di Torino (PoliTO/Itália) entre 2012-2013. Em 2017 recebeu o título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFAL (PPGAU-UFAL), com a defesa da dissertação intitulada Conservação do patrimônio cultural: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT, em Rio Largo/AL. Neste mesmo ano, concluiu sua segunda graduação no Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Em sua formação acadêmica e atuação profissional desenvolve pesquisas voltadas ao campo do Patrimônio Cultural. Encontra-se vinculada ao Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (IAU/USP), onde investiga particularmente a temática do Patrimônio Industrial. Possui premiações em trabalhos acadêmicos, publicações de artigos e contribuições com capítulos de livros no Brasil e no exterior. Atualmente é docente do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Campus Jacareí) e está realizando doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGAU-IAU-USP), pesquisando sobre a história ferroviária de Alagoas no século XIX, visando contribuir para a historiografia urbana de seu estado natal.

<http://lattes.cnpq.br/2235514366098680>

rosemarylr@usp.br

Enquadrado na área da história urbana, este trabalho examina o contexto de implantação dos bondes na cidade de Maceió, Alagoas. Adota como recorte temporal o ano de celebração do primeiro contrato para implantação de uma ferrovia em Alagoas, 1866, até 1931, quando ocorre a dissolução da Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos (CATU), empresa responsável pela expansão de linhas de bonde nos primeiros anos do século XX. Utilizou como procedimentos metodológicos levantamento bibliográfico e documental, além de relatos orais que foram essenciais para o preenchimento de lacunas que as fontes acessadas deixavam. Apresenta um tema pouco debatido na historiografia urbana local, contribuindo com uma reflexão acerca do que se entendia como modernização necessária a Maceió no fim do século XIX e início do século XX, ao discutir a influência dos bondes em sua estrutura urbana.

Introdução

[...] Famílias inteiras, em trajes de passeio, lotavam os bondes nessas ocasiões [domingos e feriados], contagiando a algazarra e o alvoroço das crianças quando divisavam os navios no mar da Avenida da Paz, quando desciam em Bebedouro, Pajuçara e Levada para as festas de Natal (IVO JUNIOR, 1992, p. 25).

A descrição acima foi realizada pelo jornalista e escritor alagoano Floriano Ivo Junior, que em sua obra *Crônicas e Depoimentos sobre Alagoas* discorreu com saudosismo a respeito do antigo sistema de mobilidade urbana de Maceió. Ivo Junior (1992) nos apresenta detalhes dos passeios realizados pelas famílias de classe média da capital alagoana ao descrever as experiências que poderiam ser vividas em cada parte da cidade por onde o bonde circulava. As recordações sobre as vivências com os bondes da antiga Maceió nos permitiram participar de longas conversas, quando as pessoas que andaram nesses veículos compreenderam qual era o tema da pesquisa que estávamos realizando¹. Seria possível afirmar que percebemos o mesmo entusiasmo e saudosismo de Ivo Junior (1992), nesses recentes diálogos informais e o quanto esse passado, idealizado talvez, ainda está presente na memória coletiva do alagoano.

Desse modo, este texto se enquadra na área da história urbana e teve como objetivo examinar o contexto de implantação dos bondes (também chamado de sistema *tramway*) tendo como recorte espacial a cidade de Maceió. A pesquisa teve como recorte temporal os anos entre 1866, quando é celebrado o primeiro contrato para implantação de caminhos de ferro na província de Alagoas, e 1931, momento em que há a dissolução da Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos (CATU). Apesar desta delimitação, este recorte não é visto como intervalo fechado, pois consideramos acontecimentos anteriores e posteriores que influenciaram, ou tiveram influência dos eventos apresentados.

Entre o fim do Império e início da República, a cidade de Maceió era composta pelas seguintes aglomerações, que com o passar do tempo constituíram-se em bairros urbanos: Maceió (considerado o centro da capital), Jaraguá, Trapiche da Barra, Bebedouro, Levada, Poço, Mangabeiras, Pajussara, Pióca ou Ipioca, Alto da Jacutinga

¹ No curso da pesquisa tivemos a oportunidade de conversar com o Professor Jayme de Altavila, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, e com o Sr. Reginaldo de Lima Rodrigues, antigo morador do bairro do Farol que utilizava os bondes na primeira metade do século XX.

(posteriormente denominado Farol) (ESPÍNDOLA, 1871; COSTA, 1981).² Ressaltamos a insuficiência de dados que nos permitissem indicar com maior precisão os limites de cada povoação que compunha o município de Maceió. Para entender a abrangência espacial de tais aglomerações, recorreremos a documentos e literatura da época que descreveram e situaram equipamentos urbanos ou acidentes geográficos no contexto maceioense (Figura 1).

Portanto, esta investigação caracterizou-se como uma pesquisa histórica e utilizamos como procedimentos metodológicos para sua realização: (i) levantamento bibliográfico, por meio da consulta a livros, artigos científicos, teses, dissertações e obras literárias publicadas no período estudado; (ii) levantamento documental, considerando a leitura e interpretação de mapas e fotografias, jornais, legislação, contratos e relatórios provinciais; (iii) relatos orais, com a contribuição de depoimentos dados por antigos usuários dos bondes de Maceió que nos ajudaram a entender seu traçado, sua relevância para a organização espacial urbana, e os valores simbólicos atribuídos a este meio de transporte que o tornam elemento da memória coletiva da cidade.

Os materiais digitalizados disponibilizados pela Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional foram valiosos para a execução deste trabalho. Fizemos buscas em instituições físicas, como no Arquivo Público de Alagoas, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e da Bahia, Centro de Memória de Salvador. Tivemos acesso a obras raras, mapas, compilados de leis provinciais e fotografias. Essa diversidade de fontes contribuiu para confrontar informações que apareciam de forma contraditória entre os autores que se debruçaram sobre o tema.

Com esta investigação buscamos contribuir para uma reflexão acerca do que se percebia como uma modernização necessária a Maceió no fim do século XIX e início do século XX, ao discutir a influência dos bondes em sua estrutura urbana. Este estudo justifica-se pela incipiência de pesquisas, no âmbito alagoano, que aprofundem as discussões a respeito da relação entre a implantação dos bondes e a expansão urbana. Pretendemos, nesse sentido, colaborar com a ampliação dos estudos sobre este tema que é extenso, complexo e está longe de ser esgotado.

² Além dessas povoações, aparecem nos relatórios dos presidentes da província de Alagoas e em jornais da época outras aglomerações que, embora estivessem dentro dos limites do município na época, não foram contemplados com o sistema de bondes: Pontal da Barra, Cruz das Almas e Paripoeira.

Figura 1 – Espacialização do objeto de estudo com indicação das principais povoações de Maceió na década de 1870.



Fonte: Elaboração com base no mapa do engenheiro Carlos de Bottenstern (1896).

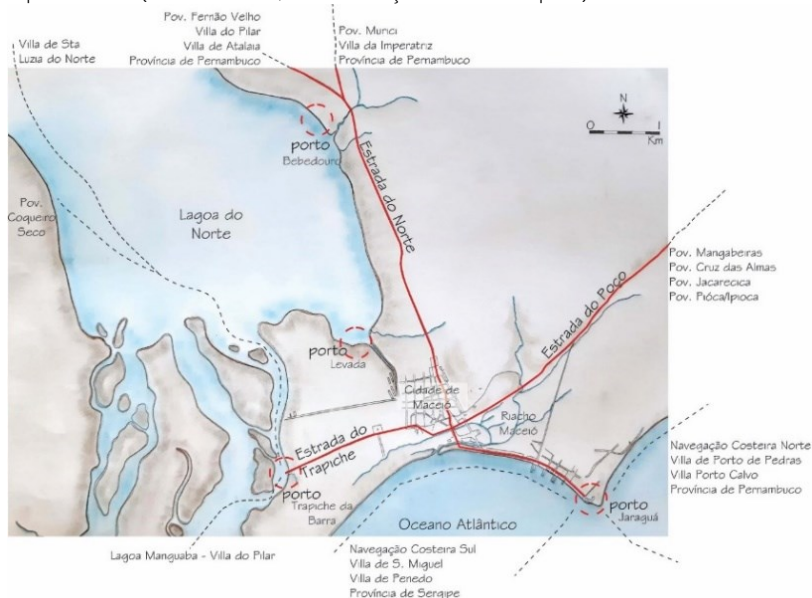
Maceió na segunda metade do século XIX

O desenvolvimento urbano de Maceió esteve relacionado, desde o período colonial, à sua vocação portuária, às dinâmicas comerciais atraídas pelo porto de Jaraguá. Segundo Cavalcanti (1998), Maceió foi urbanisticamente estruturada para as funções comerciais de importação e exportação. Dentre os principais portos³ da lagoa do Norte estava o Trapiche da Barra, onde desembarcavam os produtos do interior que seriam exportados pelo porto de Jaraguá, e onde também recebia as mercadorias provenientes do exterior e de outras províncias do Império. Além disso, existiam os trajetos realizados por tropeiros vindos da estrada do Norte e da estrada do Poço. Todos esses caminhos

³ Duarte (2019) identificou entre os principais portos do município de Maceió: porto da Levada, porto de Bebedouro e porto do Trapiche da Barra.

conduziam as mercadorias produzidas na província ao porto de Jaraguá e distribuíam os produtos importados pelo território alagoano⁴ (Figura 2).

Figura 2 – Principais estradas frequentadas por tropeiros e sua comunicação com os portos de Jaraguá e Trapiche da Barra (Estrada do Norte, Estrada do Poço e Estrada do Trapiche).



Fonte: Elaboração com base no mapa do engenheiro Carlos de Bottenstern (1896).

⁴ Na segunda metade do século XIX, o açúcar e o algodão eram os produtos de maior destaque para exportação pelo porto de Jaraguá (SANTANA, 1970). No porto havia exportação e a comercialização, em menor quantidade, de produtos agrícolas produzidos no interior de Alagoas para outras províncias do Império como milho, farinha de mandioca, madeira, óleo, cocos, feijão, mamona, mel, aguardente (ALMANAK DO ESTADO DAS ALAGOAS, 1894). Na dinâmica das importações recebidas pelo porto de Jaraguá tínhamos farinha de trigo, bacalhau, vinhos, produtos químicos e mecânicos (COSTA; CABRAL, 2016). As províncias de Pernambuco e Bahia intermediavam a importação desses produtos que eram distribuídos para o interior de Alagoas por meio das antigas estradas dos tropeiros e das embarcações que saíam do porto do Trapiche da Barra (SANTANA, 1970; CAVALCANTI, 1998).

A comunicação entre Maceió⁵ e Jaraguá possuía barreiras naturais, áreas de pântanos e um curso d'água (riacho Maceió), o que levou à construção de pontes de madeira que eram frequentemente reconstruídas devido à intensidade do fluxo⁶. Existia uma necessidade de aperfeiçoar a comunicação da província ao porto de Jaraguá e de qualificar os espaços urbanos da capital. A segunda metade do século XIX foi marcada por transformações econômicas que possibilitaram mudanças na configuração da capital da província de Alagoas, com a realização de intervenções urbanas que adotavam sistemas tecnológicos em voga no território imperial.

A década de 1860 apresentou mudanças na paisagem de Maceió. Isso estava relacionado diretamente ao aumento das exportações na província, com a valorização do algodão brasileiro no exterior, uma das consequências da Guerra da Secessão⁷ nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865. Esta guerra inibiu a concorrência norte-americana. Com o progresso agroexportador, a arrecadação da receita da província foi promissora, possibilitando investimentos em sua modernização⁸:

Os negócios são incrementados de forma galopante. É uma era em que os melhoramentos materiais alteram a economia e os cenários urbanos, estão presentes nos transportes, no abastecimento d'água e na iluminação a gás. Muitas empresas ligadas às atividades modernizadoras surgem. **As ferrovias chegam e sacodem o poeirento e plácido panorama colonial** (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 37-38). Grifo nosso.

A constituição do espaço urbano durante os primeiros anos do Império se afastou lentamente da formação das cidades coloniais, que ainda era a referência urbanística no Brasil. A citação acima descreve a província de Alagoas na segunda metade do século XIX, enfatizando a implantação das estradas de ferro. Nesse período, segundo Reis Filho (2010), as mudanças nos antigos aglomerados urbanos coloniais começaram a ser necessárias e seus efeitos tornaram-se visíveis, embora ainda muito modestos.

⁵ Seguindo os documentos da época, quando utilizarmos apenas "Maceió" estaremos nos referindo ao centro da capital. Para falarmos do território da cidade, utilizaremos "município de Maceió".

⁶ Os constantes reparos das pontes de madeira são citados nos relatórios anuais dos presidentes da província.

⁷ Sumariamente podemos dizer que esta guerra civil norte-americana foi um conflito entre os Estados Unidos do Norte, industrializados, e os Estados Unidos do Sul, de base econômica agrária. Segundo Rodrigues (2007), foi uma disputa entre elites de caráter econômico e político.

⁸ Entendemos como modernização o conceito sociológico apresentado por Campos (2019) como o resumo das "transformações sociais, econômicas, demográficas, culturais, comportamentais, institucionais e políticas que acompanham o processo de implantação do modo de produção capitalista e as novas realidades e relações resultantes".

As transformações ocorridas na cidade de Maceió estavam relacionadas à modernização urbana da capital da província e dos transportes de passageiros e mercadorias (cargas), estas majoritariamente voltadas à economia agroexportadora. Essas mudanças estavam longe de ser exclusividade maceioense, pois consistia numa tendência reproduzida pelos principais centros urbanos do Império.

Embora Maceió tenha desenvolvido sua fisionomia urbana no final do período colonial sendo elevada à categoria de cidade na monarquia, existia a vontade de minimizar as características urbanas deixadas pelas referências coloniais e construir uma capital moderna, uma cidade imperial⁹. Esta demanda atraiu investimentos estrangeiros a Alagoas, tendo inicialmente o capital inglês a hegemonia na tecnologia dos transportes, gerenciando das conduções terrestres às aquáticas. Além da presença estrangeira podemos identificar a participação de empresários alagoanos, muitos deles provenientes do setor agroindustrial, que apostaram nas tendências capitalistas da época tornando-se figuras-chave do processo de transformação¹⁰.

⁹ De acordo com Cavalcanti (1998, p. 269): "A estrutura do espaço de Maceió foi essencialmente definida durante seu desenvolvimento nos primeiros anos do século passado [século XIX] até 1839, quando assumiu definitivamente suas funções como capital. Quando falamos sobre a estrutura da cidade, estamos nos referindo a disposição inicial das primeiras ruas; a localização do primeiro templo com seu pátio; a construção da primeira igreja paroquial no centro da vila; a disposição espacial das habitações de diferentes grupos sociais, em função do nível de salubridade de diferentes partes da vila [...]. Esses elementos da estrutura urbana consolidada durante esses anos predominaram até o estabelecimento da República em 1889. As décadas seguintes podem ser caracterizadas como aquelas das mudanças na forma da cidade e da consolidação da paisagem urbana". Tradução nossa para: "La structure générale de l'espace de Maceió fut essentiellement définie au cours de son développement dans les premières années du siècle dernier et jusqu'en 1839, quand elle prit définitivement ses fonctions de capitale. Quand nous parlons de la structure de la ville, nous faisons référence à la disposition initiale des premières rues; à la localisation du premier temple avec son parvis; à la construction du parvis de l'église paroissiale au centre de la ville; à la disposition spatiale de l'habitat des différents groupes sociaux, en fonction du niveau de salubrité des différentes parties de la ville [...]. Ces éléments de la structure urbaine consolidés au cours de ces années prédominent jusqu'à l'instauration de la République en 1889. Les décennies suivantes peuvent être caractérisées comme celles du changement de la forme de la ville et de la consolidation du paysage urbain." (CAVALCANTI, 1998, p. 269).

¹⁰ A Maceió que recebeu os primeiros bondes passava por mudanças que se refletiram por toda província. Dentre as principais transformações que encontramos descritas em Relatórios Provinciais podemos citar: 1) regulamentação do funcionamento dos principais equipamentos urbanos da capital como hospitais, cemitérios e mercados públicos; 2) exaustivos trabalhos realizados para o encanamento do riacho Bebedouro que proveu a capital de água potável com distribuição em torneiras e chafarizes nos principais pontos da cidade; 3) extensão e otimização da iluminação pública; 4) construção da primeira ponte de ferro da província; 5) adoção de uma série de medidas que visava à melhoria da comunicação da capital com o interior, por meio da construção de novas estradas, pavimentação das principais ruas de Maceió, estímulo à navegação a vapor nas águas dos rios e lagoas que poderiam favorecer a economia provincial, entre outras ações (GONZAGA, 1863; PIMENTEL, 1866; FIGUEIREDO JUNIOR, 1870; 1871; ARAUJO, 1875).

Modernização da cidade e implantação dos trilhos urbanos

Penso que as capitaes devem ser bem aquinhoadas de melhoramentos. Além de fortes contribuintes de impostos em beneficio da comunhão, ellas constituem, por assim dizer, o espelho onde se reflete a importancia das provincias. **Todos consideram mais logico o progresso que se irradia da sede para as extremidades** (FIGUEIREDO JUNIOR, 1870, p. 47). Grifo nosso.

O pernambucano José Bento da Cunha Figueiredo Junior¹¹ foi presidente da província de Alagoas entre 1868 e 1871. Responsável por mudanças significativas na capital, durante seu governo foram inaugurados os primeiros caminhos de ferro no território alagoano e consolidado o contrato para estudos e construção da Estrada de Ferro Central das Alagoas¹². Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província, Figueiredo Junior destaca a importância de realizar melhoramentos na capital, pois esta era o cartão postal dos progressos de Alagoas.

Apesar do impulso de modernização que Figueiredo Junior possibilitou a Maceió, o debate sobre a implantação de estradas de ferro na capital e a redação de uma legislação apropriada para este fim foi anterior ao seu governo. Segundo Tenório (1977), um dos que mais se dedicou à história ferroviária de Alagoas, a gênese dos caminhos de ferro da província está na implantação da navegação a vapor.

Para entendermos a colocação de Tenório (1977), recorreremos às falas dos presidentes da província e às leis e contratos provinciais realizados entre 1860 e 1870. Nestes documentos encontramos que em 1860 houve um contrato assinado por Jacinto Paes de Mendonça (ex-presidente da província) e Manoel Joaquim da Silva Leão (negociante português) os quais se comprometiam em criar uma companhia que se responsabilizasse pela introdução da navegação a vapor na província. Mesmo com prorrogações, a Empresa Alagoana, que representava os contratantes, teve o contrato expirado sem o cumprimento das cláusulas estabelecidas. Em 1863, ao falar da expiração do contrato e apontar a relevância do investimento na navegação a vapor, o então presidente da província João Marcelino de Souza Gonzaga (1863) destacou ser necessário pensar a comunicação das lagoas (Norte e Manguaba) com o porto de Jaraguá, e propôs duas

¹¹ De mandato longo se comparado a seus antecessores, para Costa (1981), Figueiredo Junior foi o presidente da província mais atuante de seu período. Sua dedicação foi principalmente na conclusão e execução de obras públicas.

¹² Linha férrea que conectou Maceió a Villa Imperatriz, inaugurada em 1884, foi a primeira estrada de ferro da província de Alagoas a interligar diretamente o interior ao porto de Jaraguá.

formas para esta conexão ser realizada: 1) por via aquática, ampliando a barra do Trapiche até chegar em Jaraguá; 2) por via terrestre, com o dispêndio de maior capital para o estabelecimento de uma linha férrea (GONZAGA, 1863)¹³.

Neste período havia a operação de duas companhias na navegação costeira na província, a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira a Vapor e a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor. Esta última, quando adquirida pelos ingleses em 1862, teve seu capital ampliado e passou a investir em sua expansão aumentando sua escala de atuação no Nordeste brasileiro (SAMPAIO, 2006). O prestígio da Companhia Bahiana em decorrência de seus altos investimentos levou ao estreitamento das suas relações com a província de Alagoas, sobremaneira em 1866, tendo o engenheiro inglês Hugh Wilson como agente e negociante.

Antes de lançar um edital para que empresas concorressem à concessão da navegação a vapor nas lagoas do Norte e Manguaba, o então presidente da província Esperidião Eloy de Barros Pimentel convidou as companhias em operação no território alagoano a manifestarem o interesse pela navegação nas lagoas, porém, segundo o próprio presidente Pimentel (1866), apenas a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor, através de Hugh Wilson, foi ao seu encontro¹⁴, descreve o diálogo que teve o engenheiro, o qual apresentou a mesma problemática que João Marcelino de Souza Gonzaga apontou em 1863: era preciso comunicar as lagoas ao porto de Jaraguá e só era possível por duas maneiras. Com argumentos técnicos, Wilson conseguiu convencer Pimentel de que a melhor opção seria a implantação de uma linha férrea, e esta seria a condição para a celebração de um contrato entre a companhia e a província:

Em definitiva declarou o agente da companhia que esta **não podia admitir a idéia da navegação interna das lagôas, sem que fosse estabelecido um caminho de ferro** que prendesse a estação central da navegação, no lugar - Trapiche da Barra - ao porto de Jaraguá, com um ramal para a cidade alta de Maceió, a fim de completar o systema de comunicação que convinha crear (PIMENTEL, 1866, p. 28). Grifo nosso.

¹³ No ano posterior à fala de João Marcelino de Souza Gonzaga foi aprovada a Lei Provincial n. 428 de 02 de Julho de 1864 autorizando estudos para a construção de uma estrada de ferro para interligar Jaraguá ao centro da província.

¹⁴ Infelizmente não foi possível o acesso ao arquivo da Companhia Pernambucana para que pudéssemos buscar alguma correspondência ou ofício que comprovasse o contato que Esperidião Pimentel informou ter feito com a mesma.

No mesmo ano que Hugh Wilson assinou contrato como responsável pela navegação a vapor e a implantação de um caminho de ferro em Alagoas, este engenheiro negociou com a província da Bahia, sede de sua companhia, a implantação e concessão de linhas de bonde em Salvador. De acordo com Sampaio (2005), Wilson assegurou à presidência da Bahia que sua proposta não teria custos aos cofres públicos, em contrapartida tinha como exigência o preparo das vias pelas quais passariam os bondes, seu nivelamento e calçamento como responsabilidade da província. Isso inviabilizou a concessão da linha de bondes de Salvador a Hugh Wilson.

Ainda assim, é possível perceber que a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor buscava sua inserção no mercado do tráfego terrestre, com as estradas de ferro. É importante lembrar que a integração das navegações e linhas férreas estava presente nos grandes planos de viação do Império, que reconhecia o potencial dos rios e lagoas navegáveis no território nacional¹⁵. A proposta de Hugh Wilson para Maceió trazia essa ideia integradora em escala reduzida. Com esse discurso o inglês assinou, em 24 de março de 1866, o contrato em que firmava o compromisso com a província de Alagoas em promover a navegação interna das lagoas do Norte e Manguaba, e implementar uma estrada de ferro que conectasse o Trapiche da Barra ao porto de Jaraguá, tendo um ramal passando por Maceió (considerada na redação do contrato como a parte alta da capital)¹⁶.

No fim da década de 1860 com a inauguração dos primeiros trilhos urbanos implantados por Hugh Wilson, este engenheiro começou a realizar estudos para construção de uma estrada de ferro que interligasse o porto de Jaraguá ao interior da província. A ideia era incorporar trechos das linhas do sistema *tramway* já implantados em Maceió a esta nova estrada. Com a concentração dos investimentos de Wilson neste projeto de escala provincial, foi necessário pensar no desenvolvimento da mobilidade na escala urbana da capital.

Encontramos um contrato celebrado em 20 de dezembro de 1870 entre o presidente da província Figueiredo Junior e os empresários Manoel de Vasconcellos e Francisco Ferreira Borges, que visava o estabelecimento de trilhos urbanos entre Maceió, Jaraguá, Levada e Bebedouro (FIGUEIREDO JUNIOR, 1871). Este contrato foi expirado em 1874 e mais um acordo sem efeito foi realizado em 1875, com os bacharéis Miguel Felício Bastos da Silva e Lourenço Cavalcante de Albuquerque (ARAUJO, 1875).

¹⁵ Para se aprofundar neste assunto consultar Souza Neto (2012).

¹⁶ O desenho desta linha pode ser observado nas figuras apresentadas adiante.

Enquanto a província buscava soluções para o transporte de gêneros e pessoas no espaço urbano da capital, de forma prática e barata, Hugh Wilson avançava com o projeto da ferrovia inaugurando em 1872 a extensão da linha de *tramway* que partia do Jaraguá até a povoação de Bebedouro, reconhecendo este trecho como pertencente à Estrada de Ferro Central das Alagoas. A empresa de Wilson, com o apoio de Manoel Joaquim da Silva Leão¹⁷, o mesmo personagem que tentou implementar a navegação a vapor na província em 1860, detinha o domínio dos serviços de transportes urbanos em Maceió. Esse domínio foi criticado pelo presidente da província João Vieira de Araújo, em 1875, quando destacou a carência de carris urbanos e a necessidade de investimentos no setor.

Em 1879, foi transferida a Manoel Joaquim da Silva Leão a concessão da navegação das lagoas do Norte e Manguaba com a publicação do Decreto nº 7.525, de 25 de outubro (BRAZIL, 1879b)¹⁸. Apesar de não termos encontrado documentos que demonstrem quando as linhas de bonde ficaram oficialmente sob responsabilidade desse negociante português, em 1882 o jornal *O Orbe* (1882, p. 01), apresentou seu filho, Luiz de Amorim Leão, como gerente da empresa de bondes da capital. Durante a década de 1880, na província de Alagoas, o nome de Hugh Wilson aparecia vinculado apenas à obra da Estrada de Ferro Central das Alagoas, enquanto os descendentes de Silva Leão administravam a navegação das lagoas e a locomoção urbana de Maceió.

¹⁷ De acordo com os jornais da época, Manoel Joaquim da Silva Leão, dono de engenho de açúcar e negociante português, possuía relações econômicas estreitas com Hugh Wilson durante as décadas de 1870 e 1880. Em 1875, o *Jornal do Pilar* (1875, p. 02) noticiou o retorno desses empresários de uma viagem à Europa, para onde possivelmente foram buscar capital para seus investimentos. Neste mesmo ano, o *Jornal O Globo* (1875, p. 01) anunciou a assinatura de um contrato para a criação de ramais da Estrada de Ferro Central das Alagoas. Nesta informação, o jornal destacou que devido à ausência de Wilson no Império, o contrato foi celebrado por Silva Leão (como era conhecido Manoel Joaquim da Silva Leão), que se apresentou como procurador do engenheiro inglês. Apesar de não termos conhecimento de quando a relação entre Silva Leão e Hugh Wilson foi iniciada, percebemos o quanto esses capitalistas estavam envolvidos nos negócios relacionados ao transporte de Alagoas. Responsável pela implantação dos primeiros trilhos em Maceió, o engenheiro Wilson concentrou seus trabalhos na província, durante os anos de 1870, na busca por financiamentos para construção da Estrada de Ferro Central, reduzindo seus investimentos na mobilidade urbana. As tentativas de Wilson no levantamento de capital não foram suficientes, e em 1879 foi anulada a concessão que lhe foi atribuída para obra da Estrada de Ferro Central das Alagoas, o governo concedeu a Silva Leão e Domingos Moutinho a autorização para realizar estudos voltados à construção dessa mesma estrada (BRAZIL, 1879a). Com esses estudos aprovados, em 1880, quem se tornou o empreiteiro responsável pela obra foi o próprio Hugh Wilson (BRAZIL, 1880), o que reforça o vínculo e troca de favores existentes entre Silva Leão e o engenheiro inglês.

¹⁸ Uma conquista de Silva Leão que, conforme visto anteriormente, associado a Jacinto Paes de Mendonça, já em 1860 almejava administrar a navegação das lagoas.

Em 1890¹⁹, no período Republicano, surge a Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos, CATU, fundada em Maceió com empreendedores que atuavam em Alagoas. Esta companhia recebeu a concessão com privilégio de cinquenta anos ao transporte de cargas e passageiros em Maceió. Sua sede²⁰ estava localizada na Praça Euclides Malta²¹, de onde partiam os bondes que trafegavam pela cidade. Além da operação desta empresa, na mesma década apareceram outras na história dos bondes de Maceió.

Logo após a criação da CATU, foi fundada a Companhia de Carris Urbanos, que fazia parte da Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos, também conhecida apenas como Promotora. Esta empresa entrou em liquidação em 1896²². Em 1899, Manoel Araújo Pinheiro fundou a Companhia Elevadora Jacutinguense, que levou os trilhos para a parte alta da cidade, explorando o planalto. Entretanto, a atuação da Jacutinguense foi breve, encerrando suas atividades entre 1901 e 1902 (LIMA JUNIOR, 2001). Este trecho passou a ser administrado pela CATU, que também incorporou as linhas de bonde que a Companhia de Carris Urbanos operava²³. Apesar das liquidações, reconhecemos que foi em decorrência da atuação dessas empresas que houve a expansão da malha dos trilhos urbanos na capital no início do período republicano (Figura 3).

¹⁹ Percebemos no acervo documental e bibliográfico consultado que há um salto temporal na historiografia sobre o funcionamento dos bondes em Maceió. Após extensão dos trilhos até Bebedouro, no início da década de 1870, notamos que o debate da viação provincial estava concentrado na elaboração e construção da Estrada de Ferro Central das Alagoas (inaugurada em 1884). Entre 1872 e 1890 houve poucos avanços na locomoção urbana em Maceió, apesar de notarmos modestas tentativas por parte da gerência da empresa de bondes, representada por Luiz de Amorim Leão, de investimento no setor, conforme visto em publicação no jornal *O Orbe* em 1884(b).

²⁰ No local onde existiu o prédio da antiga CATU abriga a atual Residência Universitária Alagoana (RUA).

²¹ Atual praça Visconde de Sinimbu.

²² Segundo o jornal *Pátria* (1892b, p. 02), o Governo do Estado de Alagoas aprovou o contrato com a Promotora para o "estabelecimento de trilhos urbanos e suburbanos" na capital em 25 de agosto de 1892. Esta companhia teve como um de seus administradores o engenheiro e político José de Barros Wanderley de Mendonça, filho de Jacintho Paes de Mendonça, ex-sócio de Silva Leão. Além dos negócios na mobilidade urbana de Maceió, Wanderley de Mendonça inaugurou em 1895 a Usina Wanderley, no povoado de Satuba (GUTENBERG, 1895, p. 02).

²³ Apesar da indicação da liquidação da Promotora em 1896 por Lima Junior (2001) e que pudemos comprovar com anúncios de leilão expostos na mídia da época, como no jornal *Gutenberg* (1896, p. 01), a Companhia de Carris Urbanos inaugurou em 1899 uma nova linha de bondes (linha da Levada), ainda sob gestão de Wanderley de Mendonça (GUTENBERG, 1899, p. 01). Esse evento indica que a companhia manteve sua operação após os anúncios de 1896. Para elucidar a questão de como foi feita a aquisição do acervo da Promotora pela CATU é necessária uma pesquisa mais aprofundada a respeito das relações sociais e situação financeira dessas companhias, embora este estudo não esteja no escopo de nossa investigação, ressaltamos sua relevância para compreendermos a gestão da mobilidade urbana de Maceió neste período.

Figura 3 – Empresas responsáveis pela mobilidade urbana em Maceió na década de 1890 e as respectivas linhas de bonde que operavam²⁴.



Fonte: Elaboração nossa.

Ao adquirir os bens da Companhia de Carris Urbanos e da Companhia Elevadora Jacutinguense, a CATU passou a monopolizar o sistema de transporte urbano de Maceió, administrando todas as linhas de bonde que circulavam na cidade. Segundo Lima Junior (2001), a maior parte das ações dessa empresa, que pertenceu inicialmente ao industrial Comendador Teixeira Bastos, foi vendida à família Machado e, em seguida, passou aos domínios da família Leão, sendo administrada pelos herdeiros de Manoel Joaquim da Silva Leão. Esta ordem de concessionários apresentada pelo autor demonstra uma situação administrativa dos últimos anos de operação da CATU em concordância com as informações que coletamos nos relatórios governamentais, jornais e almanaques da época.

Conforme discorremos anteriormente, a família Leão estava desde o princípio envolvida com a promoção do transporte urbano de Maceió. Com a criação da CATU, Luiz de Amorim Leão continuou na administração dos bondes da cidade, porém outras figuras-chave apareceram. As mais citadas nos documentos, que relatam as atividades da CATU durante as décadas de 1890 e 1900, são: José Teixeira Machado e Jacintho José Nunes Leite, os quais atuavam na gestão, e foram apresentados como dois diretores da companhia em 1896 por Lima Junior (2001). Ambos de origem portuguesa, o primeiro era industrial, comandou a partir de 1891 a Companhia União Mercantil²⁵, primeira fábrica

²⁴ Os desenhos dessas linhas serão apresentados na próxima seção.

²⁵ Esta fábrica foi fundada em 1857 por José Antônio de Mendonça, mais conhecido como Barão de Jaraquá. Com sua aquisição em 1891, a família Machado administrou a Cia União Mercantil por 47 anos, sendo adquirida posteriormente pela família Leão e em seguida por Othon Bezerra de Melo (OLIVEIRA, 2018). Está

têxtil de Alagoas (OLIVEIRA, 2018). O segundo era comerciante, dono de engenho e administrador da Fundação Alagoana²⁶.

O Comendador José Antônio Teixeira Bastos, português e industrial, foi um dos fundadores da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos²⁷. Seu nome aparece nos documentos relacionados aos bondes de Maceió, sobretudo, a partir do fim da década de 1900, período em que estava em debate a transformação do sistema de tração animal para tração elétrica. Reforçamos que, segundo Paiva Filho (2013), Teixeira Bastos além dos outros negócios que possuía em Alagoas, era acionista da Companhia de Força e Luz de Maceió, ou seja, investia na produção e distribuição de energia elétrica na cidade²⁸. Portanto, podemos apontar que este empreendedor possuía amplo interesse na eletrificação dos bondes que ocorreu em 1914.

O Jornal do Penedo (1913, p. 01) publicou em primeira página um artigo referente ao novo contrato firmado com a CATU que foi autorizado pelo Governo do Estado. Nele, Teixeira Bastos aparece como um dos concessionários da companhia em 1913, contudo identificamos interferências desse industrial na locomoção urbana na cidade anteriores a esta data, no fim da década de 1900. Apesar disso, é a partir deste contrato que podemos confirmar a ordem de administradores apresentada por Lima Junior (2001), pois identificamos que a família Machado permaneceu como acionista da viação urbana de Maceió até 1917, quando Antônio Machado²⁹ anunciou a entrega do cargo de diretor da CATU e a companhia passou a ser administrada pela família Dubeaux Leão (descendentes de Silva Leão) (DIÁRIO DO POVO, 1917a, p. 01)³⁰.

Desde o início, percebemos claramente a recorrência das mesmas famílias no processo de consolidação dos transportes urbanos em Maceió. Na década de 1860 com as tentativas contratuais de Silva Leão e Paes de Mendonça, a permanência da família

localizada na povoação de Fernão Velho, em Maceió, e foi favorecida pela implantação da Estrada de Ferro Central das Alagoas, que margeava sua vila operária.

²⁶ A Fundação Alagoana foi inaugurada em 1883, segundo Sant'Ana (1970), foi a primeira de grande porte a funcionar na província de Alagoas, seu escritório estava localizado em Jaraguá.

²⁷ Localizada na Vila de Rio Largo, a companhia era formada pela Fábrica Cachoeira e Fábrica Progresso, ambas do seguimento têxtil, implantadas respectivamente em 1888 e 1892 (RODRIGUES, 2017).

²⁸ A firma J. Bastos & Cia, pertencente ao comendador assinou o contrato para fornecimento de energia elétrica na capital em 1907 (LIMA JUNIOR, 2001).

²⁹ Filho de José Teixeira Machado, Antônio Machado quando anunciou sua saída da diretoria da CATU informou que iria concentrar seus trabalhos na Cia União Mercantil (DIÁRIO DO POVO, 1917a, p. 01).

³⁰ O jornal Diário do Povo (1917b, p. 02) relata que Teixeira Bastos não apresentou incômodo diante da nova formação de diretores da CATU. A necessidade de um anúncio público como este, por parte do Comendador nos indica possível conflito existente entre as famílias.

Machado na gestão até a administração de Teixeira Bastos. A gestão da mobilidade urbana da capital estava sob o domínio de personagens influentes, políticos, ligados à produção do açúcar e implantação de indústrias, sobremaneira, do seguimento têxtil. Eram pessoas atuantes nos setores que dominavam a economia alagoana no período. Destacamos que nesse processo houve a supremacia de empreendedores de nacionalidade portuguesa, apesar dos trabalhos iniciais terem sido realizados pelo inglês Hugh Wilson.

Diante desse grupo hegemônico, temos os operários que empregaram sua força de trabalho na consolidação desse transporte. Embora estejam ausentes nos documentos e na literatura a respeito dos bondes maceioenses, podemos constatar por meio de registros fotográficos a participação da mão de obra negra que foi empregada na implantação dos trilhos e manutenção do sistema *tramway* da capital (Figuras 4 e 5).

Figuras 4 e 5 - Trabalhadores negros atuando nas transformações urbanas de Maceió, entre os séculos XIX e início do século XX.



Fonte: Arquivo Público de Alagoas, s/d.

Os trilhos urbanos foram administrados por empreendedores locais até 1931, quando o acervo da CATU foi adquirido pela Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil (CFLNB)³¹. Esta empresa de capital internacional possuía firmas em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro (DIEGUES JUNIOR, 1981). O sistema de bondes de Maceió foi comandado por estrangeiros até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o espírito nacionalista, apontado por Ivo Junior (1992), impulsionou no Congresso Brasileiro uma

³¹ Essa companhia ocupou o mesmo edifício da antiga CATU, na praça Euclides Malta, atual praça Visconde de Sinimbu.

campanha contrária às empresas estrangeiras que dominavam serviços públicos no Brasil, buscando a nacionalização das mesmas. Seguindo o plano de estatização, as estradas de ferro e os trilhos urbanos foram transformados em autarquias e, aos poucos, perderam seu protagonismo perante as vantagens apresentadas pelo automobilismo.

Os bondes na construção do espaço urbano

Há divergências entre autores com relação à importância dos bondes no desenvolvimento urbano de Maceió. Ivo Junior (1992) e Fortes (2011a) concordam que houve uma influência do sistema *tramway* para o crescimento da cidade, interferindo nos aspectos socioculturais e econômicos da mesma. Para Diegues Junior (1981) a contribuição dos bondes à expansão urbana da capital foi irrelevante. De acordo com este autor, os trilhos urbanos adentravam lugares já povoados e consolidados. Acreditamos que os posicionamentos dos três autores são válidos e foram compreendidos por meio da interpretação dos documentos consultados. Pressupomos que, mesmo de forma modesta, os bondes foram um dos elementos que consolidou a estrutura urbana de Maceió, comunicando o centro aos subúrbios da capital, e seguindo os interesses das classes dominantes ao reforçar e promover a segregação do território maceioense.

Para compreendermos a relação dos bondes com a cidade, é necessária nossa consideração ao contexto político nacional em que o município de Maceió estava situado, pois o período de implantação dos trilhos urbanos na capital alagoana abrangeu Maceió no Império (1822-1889) e na República (1889-aos dias atuais). Segundo Diegues Junior (1981), durante o Império os investimentos nos municípios estavam sujeitos aos orçamentos da província, dependendo dos interesses de seu presidente. No regime federativo proposto pela República as municipalidades passaram a ter maior autonomia, possibilitando perspectivas de direcionar orçamentos em transformações urbanas. Isso justifica a criação de companhias de bondes em Maceió e a ampliação de suas linhas a partir de 1890, logo após a instituição republicana. Para entendermos como esse processo aconteceu analisaremos o direcionamento das principais linhas implantadas entre os séculos XIX e XX (Figura 6)³².

³² Ressaltamos a ausência nos arquivos consultados de um mapa original que represente o itinerário das linhas de bondes. Fortes (2011a) alerta sobre a dificuldade de entender os trajetos do sistema *tramway* na capital pela insuficiência desta documentação. A autora espacializou os itinerários dos bondes de tração

O primeiro trecho do sistema *tramway*, inaugurado em 25 de março de 1868, consistia na ligação entre Jaraguá e Maceió, e poucos dias após iniciou o funcionamento do ramal que conectava esta linha ao Trapiche da Barra. O início da implantação de transportes sobre trilhos reforçava o sentido dos antigos caminhos destacados por Cavalcanti (1998), que objetivavam alcançar o porto de Jaraguá e fomentar a atividade agroexportadora da província. Seguindo este propósito, havia o interesse para avançar no sentido da estrada do Norte, alcançando Bebedouro. Os esforços de Hugh Wilson foram suficientes para que quatro anos após a inauguração da primeira linha, começassem a circular bondes de tração animal até aquele subúrbio. A comunicação entre Bebedouro e Maceió foi realizada seguindo o percurso das mercadorias da antiga estrada. Este caminho contornava as margens da lagoa do Norte e alcançava o interior da província (FORTES, 2011a) (Figura 2).

Durante o Império, a circulação de bondes no município de Maceió tinha como pontas de trilho o bairro de Jaraguá e os subúrbios Trapiche da Barra e Bebedouro, passando pela área central da cidade (Figura 6). Conforme explicamos anteriormente, o Trapiche da Barra possuía uma atividade portuária importante para a província, pois possibilitava a comunicação da capital com o interior por meio das lagoas. Concomitantemente, Bebedouro tinha uma função relevante nesta comunicação por via terrestre. Segundo Cavalcanti (1998), este subúrbio, provido de água potável, funcionava desde 1840 como local de parada dos tropeiros que partiam do interior com destino à capital, conduzindo produtos de exportação e importação, além de bens de consumo para Maceió.

Essa característica de aglomerar tropeiros provenientes das estradas do interior elucida a necessidade de expansão da linha de bonde interligando o porto de Jaraguá a Bebedouro e intensifica a proposição de que os trilhos urbanos na Maceió imperial estavam em consonância com os interesses de desenvolvimento da província como um todo. Podemos reforçar esta constatação se nos reportarmos às palavras do presidente provincial José Bento Figueiredo Junior (1870, p. 47) de que "[...] Todos consideram mais logico o progresso que se irradia da sede para as extremidades". Apesar de os bondes de

animal seguindo a descrição feita por Lima Junior (2001). Cavalcanti (1998) também apresenta um mapa indicador do trajeto das primeiras linhas de bonde em Maceió, tomando como fontes a legislação, os trabalhos de Thomaz Espíndola e o relatório da presidência da província de 1869. Essa disparidade de fontes leva a uma contradição entre as autoras ao representarem o itinerário da linha Jaraguá-Trapiche da Barra. Cientes dessa divergência, adotaremos ambas as representações como base de nossa análise, atualizando com informações encontradas em mapas, fotografias, cartões postais e jornais. Destacamos a relevância dos relatos orais na constituição de alguns trajetos, sobretudo do Alto da Jacutinga, que nos auxiliaram com descrição e esboços de seu percurso.

tração animal na Maceió imperial terem sido uma resposta às demandas econômicas provinciais, podemos perceber interferências na vida urbana da capital.

Figura 6 -Indicação e ano de inauguração das linhas de bonde implantadas no espaço urbano maceioense, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.



LEGENDA

- 1 - 2: linha Jaraguá-Maceió (1868)
—○— 1 - 4: linha Jaraguá-Bebedouro (1872)
—○— 8 - 4: linha Fajussara-Bebedouro (1910)
- 1 - 3: linha Jaraguá-Trapiche da Barra (1868)
—○— 0 - 5: linha do Poço (1894)
—○— 0 - 0: linha Circular (~1892)
—○— 0 - 6: linha Levada (1899)
—○— 0 - 7: linha Pharol/Alto da Jacutinga (1899)
—○— 0 - 9: linha Pharol/Alto da Jacutinga (~1914)
- - - Extensão da linha Fajussara (1920)
 (Parada final desconhecida)
- - - Estrada de Ferro Central das Alagoas
 Edificações
■ A: Sede da Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos (CATU).
■ B: Mercado Público
● C: Estação Central da Estrada de Ferro
■ D: Estação da Levada da Estrada de Ferro
▲ Farol

Fonte: Elaboração com base no mapa de Maceió de 1917 apresentado por Cavalcanti (1998, p. 353).

No primeiro mês após a inauguração da linha Jaraguá–Maceió–Trapiche da Barra, foram conduzidas cerca de quatro mil pessoas (COSTA, 1981). Este número demonstra que, apesar da inserção dos trilhos objetivar sobretudo o transporte de carga com a comunicação do interior da província ao porto de Jaraguá, o transporte de passageiros também foi significativo, principalmente com a criação do ramal que levava a Maceió. Os trilhos propostos para o fortalecimento da economia agroexportadora ganharam uma conotação urbana numa capital em processo de modernização.

Em 1872, o município de Maceió contava com uma população de 27.703 habitantes³³ (BRAZIL, 1873), ocupando principalmente a cidade, composta pelos bairros Maceió e Jaraguá, e as povoações Trapiche da Barra, Pontal da Barra, Poço, Bebedouro, Pajussara, Pióca e Paripoeira (ALMANAK DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, 1873). No bairro Maceió, onde estava a maior parte da população, ficavam concentrados os principais edifícios públicos da província e possuía características de centro administrativo, político, comercial e religioso. Ao descrever a cidade em 1871, Espíndola (p. 176-177) destacou que:

No bairro da cidade [de Maceió] reúnem-se a assembléa legislativa provincial, o jury e a camara municipal; acha-se a residencia do presidente, do chefe de policia, do juiz de direito e dos feitos da fazenda, do juiz municipal e de orphãos, do director da instrucção publica e do inspector da saúde publica; acha-se o assento das duas thesourarias – geral e provincial – , de u'amêsa de rendas internas provinciaes, do correio; acham-se a parte mais activa do comercio e a sede de 6 cadeiras de primeiras letras, 3 do sexo masculino e 3 do feminino, de um lycêo, em cuja casa funcionam a secretaria da instrucção publica e uma bibliotheca publica; e finalmente as igrejas e capelas já mencionadas³⁴, pertencentes á respectiva freguezia.

Como podemos observar na descrição do autor, Maceió abrigava as principais funções urbanas do município, além das residências dos gestores provinciais e municipais. Essas constatações de Espíndola nos conduzem a interpretar este bairro como local de alto fluxo de pessoas e mercadorias, área ocupada por uma população influente que estava à frente nas tomadas decisão da província, portanto, pelas classes dominantes. Tais características explicam os motivos deste bairro ter sido o primeiro a ser favorecido por

³³ Esta população estava distribuída em: 23.425 habitantes livres e 4.278 escravizados (BRAZIL, 1873).

³⁴ Segundo Espíndola (1871, p. 133), estavam presentes no bairro Maceió "a matriz, a igreja do Senhor Bom Jesus dos Martyrios, do Livramento e do Rosario". O autor destaca ainda outras igrejas e capelas que faziam parte da freguezia Maceió, cujo território envolvia entre outras povoações, o Trapiche da Barra e Bebedouro.

uma linha de bonde, em contraposição ao que observamos como prioridade na proposta do presidente Esperidião Pimentel feita a Hugh Wilson, que apontava a necessidade imediata de comunicação entre o Trapiche da Barra e o porto de Jaraguá. Apesar disto, podemos perceber que o ramal do bonde para Maceió também respondia aos interesses de alcançar Bebedouro (Figura 7).

Figura 7 - Primeiras linhas de bonde do município de Maceió e projeção de sua extensão ao subúrbio Bebedouro.



Fonte: Elaboração nossa com base no mapa do engenheiro Carlos de Bottenstern (1896).

Com o desenho viário estabelecido e densidade construtiva significativa, os bondes influenciaram na melhoria da infraestrutura de Maceió com o calçamento e nivelamento de ruas e ladeiras, para benefício próprio. De acordo com Espíndola (1871), o bairro mais adensado do município contava com 1.696 casas de telhas, entre elas 50 sobrados, e 500 habitações de palha. Entendendo que o sistema de cobertura dos edifícios estava associado às condições econômicas de seus moradores, conforme apontado por

Cavalcanti (1998), podemos indicar que a população pobre de Maceió ocupava aproximadamente 30% das habitações ali localizadas³⁵.

Sendo Maceió considerado um bairro elitizado e submetido à expulsão progressiva dos pobres para os subúrbios do município, é provável que a infraestrutura e facilidade de mobilidade advinda com os bondes elevaram ainda mais o valor imobiliário do local e reforçaram as políticas de segregação socioespacial, que já estavam em andamento por meio dos planos urbanos que visavam à melhoria da qualidade e embelezamento de seus espaços³⁶.

O bairro de Jaraguá, embora ocupasse o segundo lugar em densidade populacional, possuía apenas 11% das habitações existentes no município de Maceió, sendo quase metade delas em cobertura de palha (ESPÍNDOLA, 1871). Cavalcanti (1998) destacou que este bairro foi ocupado por trabalhadores atraídos pelas atividades portuárias. A autora aponta que muitos ex-condenados eram contratados para atuarem no carregamento e descarregamento de mercadorias nos barcos e navios. Além das atividades em estaleiros, também era um bairro atraído por pescadores.

Os escritórios e edifícios comerciais das empresas que atuavam no mercado de importação e exportação da província eram destaques na paisagem urbana de Jaraguá. Este bairro contava com o consulado provincial, Capitania do Porto, edifício da alfândega, trapiches, Associação Comercial, bancos, agências de companhias de navegação e da estrada de ferro, entre outros (ESPÍNDOLA, 1871; COSTA, 1981). Destacamos a presença da Fundação Alagoana, de Jacintho José Nunes Leite, e do escritório e trapiches de Manoel Joaquim da Silva Leão localizados em Jaraguá, personalidades que protagonizaram a gestão das linhas de bondes da capital.

Com o intuito de fomentar as trocas comerciais e respondendo aos objetivos de facilitar a comunicação na província e aprimorar o mercado da importação e exportação, Jaraguá foi o ponto de partida do sistema *tramway* no município de Maceió. A melhoria da infraestrutura do bairro era pressionada pelos empresários que atuavam no local, podemos verificar, por exemplo, o caso do calçamento em pedra bruta da sua via principal que foi realizado com recursos dos proprietários que tinham negócios em Jaraguá (ESPÍNDOLA, 1871).

³⁵ Ressaltamos que a tipologia arquitetônica dessas habitações com cobertura de palha consistia na aplicação dos métodos construtivos tradicionais trazidos, sobremaneira, pelos povos africanos, conforme nos aponta Weimer (2008).

³⁶ Para se aprofundar neste tema consultar Cavalcanti (1998).

A criação do ramal que partia de Jaraguá e alcançava Maceió atendia ao comércio local com o fluxo de mercadorias e transporte de passageiros. Facilitava o transitar pela cidade de um público privilegiado³⁷, que tinha negócios em Jaraguá e residia em Maceió e vice-versa. A linha do Trapiche da Barra estava mais relacionada ao transporte de carga, mercadorias provenientes do interior da província que eram conduzidas ao porto de Jaraguá para serem exportadas, ou a linha respondia ao fluxo contrário, onde Jaraguá era o ponto de entrada de produtos de importação que eram distribuídos por meio do porto do Trapiche às vilas e povoados distantes da capital. Além disso, podemos destacar que a linha Trapiche da Barra auxiliava no abastecimento de Maceió com os produtos do interior.

Se o porto de Jaraguá era a porta de entrada de pessoas e mercadorias provenientes de fora da província, o porto do Trapiche da Barra era o meio de comunicação da capital com o interior de Alagoas. Pouco povoado, Trapiche da Barra possuía 25 edificações, o que podemos julgar ser um número baixo se o compararmos com outros subúrbios como Poço e Pajussara, os quais contabilizavam 200 e 250 edifícios, respectivamente (ESPÍNDOLA, 1871).

O caminho que levava até a povoação Trapiche da Barra abrigava os equipamentos que, de acordo com as ideias higienistas da época, precisavam estar distantes do centro urbano, por exemplo, o primeiro cemitério e o matadouro públicos da capital. Acompanhando essa estética higienista, promotora da expulsão dos pobres da área urbana da cidade desde a década de 1840, a ocupação do Trapiche da Barra foi resultado desse processo que fez com que a população empobrecida se distanciasse da zona urbanizada de Maceió e ocupasse subúrbios, áreas impróprias e insalubres, locais pantanosos ou propícios a inundações (CAVALCANTI, 1998; MACIEL, 2004).

Considerado subúrbio de Maceió, a povoação Trapiche da Barra era um local que assumia função de passagem e contato das lagoas (Norte e Manguaba) com o centro da capital e o porto de Jaraguá. Os trilhos urbanos fortaleceram essas funções. Embora ausente na maioria dos mapas da cidade do século XIX³⁸ que pudesse nos fornecer dados sobre sua ocupação, encontramos em jornais da época anúncios de venda de imóveis na povoação,

³⁷ Segundo Ivo Junior (1992, p. 21), os bondes de tração animal eram o meio de transporte da classe média, os pobres da cidade andavam a pé e utilizavam esses veículos apenas "em casos de extrema necessidade".

³⁸ Percebemos a baixa representação dos subúrbios na maioria das plantas do município desenvolvidas no século XIX, prevalecendo nos desenhos os bairros Maceió e Jaraguá, que consistiam nas áreas mais urbanizadas e adensadas na época.

posteriores à inauguração da linha de bonde. Isso significa que após a implantação dos trilhos, houve certa tendência ao crescimento no número de edifícios neste subúrbio.

VENDEM-SE

cinco moradas de casas em construção, e que já se acham armadas e cobertas de telhas, de boas madeiras, com vinte palmos de frente cada uma, em chãos foreiros, e todas contiguas umas as outras, sendo que duas já se acham aterradas convenientemente na altura do respectivo ladrilho, e que com pouco despendio o comprador acabará; no Trapiche da Barra, rua do oiteiro junto á via ferrea, pela quantia de 500\$000 de todas cinco, á tratar com o abaixo assignado na rua do Macena n. 55 (O LIBERAL, 1869, p. 04).

O anúncio acima foi publicado um ano após a inauguração da linha Jaraguá-Trapiche da Barra, divulgava a venda de cinco moradias que estavam em construção. Pela descrição as casas eram geminadas e duas delas se apresentavam com condições de receber ladrilhos. A linha férrea é o elemento referencial da localização do imóvel. Podemos destacar que se trata da construção de um agrupamento de casas, aparentemente por um mesmo construtor, atitude que indica um investimento imobiliário no Trapiche da Barra após a inauguração do trecho³⁹. Entretanto, o desenvolvimento desta povoação durante a Maceió imperial não se destacou como outros subúrbios que tiveram aumento populacional ao longo dos anos, seja por sua maior aproximação com o bairro Maceió, seja pela sua ocupação por pessoas influentes nas tomadas de decisão municipais. Poderemos observar como exemplo deste último caso a povoação de Bebedouro.

Diferente do que aconteceu no Trapiche da Barra onde os bondes reforçaram sua característica como lugar de passagem e comunicação, Bebedouro, apesar de se constituir como lugar de trânsito ou de passagem, onde tropeiros e proprietários de imóveis utilizavam majoritariamente para o repouso, assumiu ao longo dos anos um caráter de permanência, que se consolidou na virada do século XX.

No ano anterior à inauguração dos trilhos naquela povoação, Espíndola (1871) identificou a existência de 150 moradias, com poucas casas de palha, um número seis vezes superior às edificações existentes no Trapiche da Barra no mesmo período. De acordo com Cavalcanti (1998), Bebedouro consistia num local de recreação, frequentado principalmente na época das celebrações natalinas. Segundo a autora, a maioria das casas desse subúrbio eram sítios e chácaras, cujos proprietários eram personagens

³⁹ Essas casas provavelmente estavam na contagem dos edifícios realizada por Espíndola (1871).

influentes que financiavam as transformações urbanas naquele local para usufruto próprio:

Achando-se em estado de ruínas o pontilhão sobre riacho – Luiz da Silva, no Bebedouro, e havendo necessidade de se prolongar a estrada de ferro até o começo da ladeira, para facilitar o transito de bonds, **pude obter que alguns moradores notáveis daquelle arrebalde, a quem aproveita o prolongamento da linha de bonds, construissem uma nova ponte concorrendo a Província com o auxilio de 800\$000rs para á respectiva mão d’obra** (PESSOA, 1877, p. 39). Grifo nosso.

Dentre os proprietários que influenciavam no espaço urbano de Bebedouro estava o inglês Hugh Wilson. Quando este engenheiro se encontrava na província de Alagoas, residia em uma chácara situada naquele subúrbio. Foi para esta povoação que Wilson transferiu o escritório da empresa *Alagoas Railway*, responsável pela construção da Estrada de Ferro Central, em meados da década de 1880 (O ORBE, 1884a, p. 01). Essas influências se estenderam à Maceió republicana, quando Jacintho José Nunes Leite, um dos diretores da CATU e residente na povoação Bebedouro, propôs alterações nas condições de fluxo dos bondes no local (LIMA JUNIOR, 2001). Essas demandas dos residentes apontam para uma apropriação urbana da linha de bonde de Bebedouro, esta linha vai perder o protagonismo do transporte de carga quando inaugurada a Estrada de Ferro Central das Alagoas, em 1884, a qual teve seus trilhos construídos em paralelo àqueles do sistema *tramway* situados na povoação (Figura 6).

Os bairros Maceió e Jaraguá apresentavam uma estrutura urbana historicamente consolidada, diferente das demais povoações que aos poucos iam sendo ocupadas, e que a infraestrutura nelas implantada não respondia necessariamente às demandas locais, mas de toda província. Para entendermos se houve influência no crescimento, sobretudo, desses subúrbios em decorrência da implantação das linhas de bonde no contexto da Maceió imperial, podemos comparar o número de habitantes e, conseqüentemente, de edifícios nessas povoações favorecidas pelo sistema *tramway*, no período de inauguração da linha até o fim do Império. A maioria desses dados está disponível em almanaques publicados na década de 1870 e no início da década de 1890, na República, e podemos compará-los na Tabela 1⁴⁰.

⁴⁰ Os almanaques imperiais apresentavam informações dos bairros e povoações de maneira mais detalhada, apontando individualmente o número de habitantes, em valores aproximados.

TABELA 1 – Dados quantitativos da ocupação dos bairros e povoações do município de Maceió publicados nas décadas de 1870 e 1890. Destaque para os bairros e povoações favorecidos pelo sistema *tramway* na Maceió imperial.

AGLOMERAÇÕES	MACEIÓ IMPERIAL EM 1872-1873 (População total = 27.703 habitantes)		MACEIÓ REPUBLICANA EM 1890-1891 (População total = 31.498 habitantes)	
	Nº de edificações	Nº de habitantes (aprox.)	Nº de edificações	Nº de habitantes (aprox.)
Maceió	2.196	10.936		S/INF
Jaraguá	350	1.750		S/INF
Levada		S/INF		S/INF
Trapiche da Barra	25 + 1 capela	125	60	S/INF
Pontal da Barra	50 (cabanas)	S/D	100 + 1 capela	S/INF
Poço	200 + 2 escolas	1.000	400 + 1 capela	S/INF
Bebedouro	150 + 1 capela	750	300	S/INF
Pajussara	250	800	400	S/INF
Fernão Velho		S/INF	80 + 1 capela	S/INF
Piôca	20 + 1 capela + 2 escolas	100		S/INF
Paripoeira	60 + 2 escolas	300		S/INF

S/INF = sem informações.

Fontes: Brazil (1873); Almanak da Província das Alagoas (1873); Brazil (1898); Almanak do Estado das Alagoas (1891).

Em aproximadamente vinte anos, a população do município de Maceió teve um crescimento de 13,7%. Embora sejam ausentes os dados referentes aos bairros Maceió e Jaraguá, em 1890-1891, podemos identificar o aumento populacional nos subúrbios, que praticamente dobraram em número de habitantes. Destacamos o crescimento em 140% da quantidade de edificações presentes no Trapiche da Barra. Todavia, em números relativos, esta povoação ainda se encontrava pouco habitada frente a outras, como Bebedouro, Poço e Pajussara. Trapiche da Barra carregava a característica de um lugar pouco adensado, e isso foi relatado num romance originalmente publicado em 1899 e reeditado em 1962, que dizia:

Meia hora depois, D. Maria e Zulmira desciam o canal na canoa previamente preparada, em busca de seus penates. Passara no Trapiche às sete horas da noite e, como de costume, já todos dormiam naquele povoado, que pode se chamar a terra da Promissão. **Verdade é que ele não tem progredido e não é exagero dizer-se que há meio século não se edifica ali uma casa** (MACIEL, 1962, p. 238). Grifo nosso.

Levando em consideração a licença poética do autor e os dados que encontramos nos almanaques, podemos apontar que o bonde do Trapiche da Barra pouco fomentou a ocupação daquele povoado. A descrição de Maciel (1962) reforça o subúrbio como um lugar de passagem e comunicação, uma vez que o destino das personagens, D. Maria e Zulmira, era Maceió. Portanto, a linha Trapiche da Barra continuou no contexto da tríade

navegação-ferrovia-porto. Cavalcanti (1998) explica que a baixa ocupação do subúrbio era decorrente das condições do solo pantanoso e a estigmatização dos equipamentos urbanos presentes no Trapiche da Barra, como cemitério e matadouro, que dificultaram a expansão da cidade de Maceió para esta povoação.

O subúrbio Bebedouro teve o número de edifícios dobrado e estava entre as povoações mais adensadas do município. Diferente da condição de passagem do Trapiche da Barra, e apesar de distante do centro urbano da capital, Bebedouro que era um local privilegiado, antes mesmo da implantação dos bondes, estabeleceu uma relação urbana com Maceió principalmente pelas festividades que atraíam a população da capital (CAVALCANTI, 1998). Devemos considerar que os bondes auxiliaram nas atividades urbanas de Bebedouro, mas não necessariamente em seu crescimento, uma vez que povoações desfavorecidas pela implantação do sistema *tramway*, Poço e Pajussara, também tiveram um aumento populacional considerável e até mesmo assumiram maior destaque no âmbito do município de Maceió.

As povoações Poço e Pajussara entraram nas pautas de discussão sobre a mobilidade urbana da capital na Maceió republicana. Inclusive o novo bairro Levada que aparece no Almanak de 1891 sem informações quantitativas, apenas descrito como um local muito povoado. Foram silenciados dos debates republicanos o Pontal da Barra, que consistia numa vila de pescadores, Pióca ou Ipioca e Paripoeira. Na Tabela 1 podemos ver dados da povoação Fernão Velho, vila operária que foi favorecida pela Estrada de Ferro Central das Alagoas⁴¹. Apesar da ausência de dados de Maceió e Jaraguá, o almanaque republicano ressalta a importância comercial e administrativa destes bairros para a capital.

O início da República foi marcado por um anseio progressista em Maceió proveniente, sobretudo, da sua independência orçamentária das receitas do estado, outrora, província. Para Diegues Junior (1981), a população maceioense estava num ambiente propício ao desenvolvimento. O número de habitantes crescia⁴², aumentava também a receita da capital que, em alguns anos, superou as despesas, podendo direcionar investimentos em transformações urbanas. Para o autor, na Maceió republicana "começam os trabalhos e realizações. Era preciso construir a cidade". Essa construção se dava por meio da criação de praças, alargamento de vias, demolição de quarteirões de taipa para a edificação de novos palacetes, entre outras mudanças influenciadas pelo

⁴¹ Sem apresentar dados, o Almanak (1891) cita como povoações localizadas no interior do município: Chan do Taboleiro, Cruz das Almas, Garça Torta, Riacho-Doce e Pióca.

⁴² Segundo o recenseamento realizado em 1890, Maceió contava com 31.498 habitantes.

urbanismo sanitarista do início do século XX, e que aumentavam a segregação socioespacial (DIEGUES JUNIOR, 1981, p. 200-201). Foi neste contexto que houve a ampliação da mobilidade urbana do município, com o aumento no número de linhas de bonde e novos estudos que visavam sua expansão pela cidade.

Ao sistema *tramway* implantado no Império foram incorporados outros trajetos, um deles foi a linha circular que transitava pelo núcleo central de Maceió. Gerenciada pela Companhia de Carris Urbanos, sua data de inauguração é desconhecida, porém pelos jornais da época identificamos que esta linha estava em operação desde o início dos anos 1890, possivelmente a partir de 1892, ano de criação da companhia que a administrava. A linha circular transitava pelas principais vias de Maceió, aumentando a área de abrangência dos bondes no bairro mais adensado da cidade (Figura 6). Conforme vimos, desde o Império este núcleo foi privilegiado com melhorias em infraestrutura, justificadas pelas funções urbanas que possuía e por seu caráter de centro histórico, compartilhando tal característica com o bairro de Jaraguá, também núcleo fundador do município de Maceió.

Dentre as principais estradas de acesso a Maceió do século XIX, a única que não foi contemplada por uma linha de bonde durante o Império foi a estrada do Poço, apesar da demonstração de interesse de presidentes da província, como Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa⁴³. É provável que a existência da navegação costeira que comunicava o litoral norte ao porto de Jaraguá e, conseqüentemente, a Maceió, tenha justificado a opção por excluir a estrada do Poço dos planos provinciais de implantação do sistema *tramway*. Relatos encontrados em jornais do período republicano apontam essa estrada como importante caminho terrestre para se alcançar o Norte do estado, destacando o intenso tráfego de carroças e cavalos que por ela transitavam.

⁴³ A intenção de implantar o sistema *tramway* no litoral norte de Maceió é datada dos anos 1870. Identificamos no relatório do presidente da província Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, de 1877, um pedido para a realização de estudos que conduzissem um projeto de linha de bondes até Jacarecica. A proposta era que o sistema passasse pelo Poço, Mangabeiras e Cruz das Almas. Não encontramos documentos que comprovem que esses estudos foram realizados no período imperial, contudo, estudos semelhantes foram feitos no início da República, confirmados em relatório redigido pelo presidente do senado Barão do Traipú direcionado a Gabino Bezouro, governador do estado de Alagoas, em 1892. Neste documento, o Barão informa ter aprovado a planta de uma linha que seguia do Poço a Jacarecica, sendo gerenciada pela Companhia de Carris Urbanos, também aponta a previsão para estender da linha de bondes a Pajussara (TRAIPÚ, 1892, p. 07).

No início dos anos de 1890, as reclamações à Intendência Municipal⁴⁴ por parte dos moradores do Poço eram recorrentes, sobretudo, devido à má condição de trânsito da sua estrada no período chuvoso (PATRIA, 1892a, p. 02). A localidade foi favorecida por trilhos urbanos somente em 1894, quando um pequeno trecho foi inaugurado sendo prolongado durante a década de 1890. A existência desses prolongamentos pode ser verificada em jornais que noticiavam incidentes nas linhas. O jornal O Orbe (1898c, p. 02) divulga em 1898 uma ocorrência no bonde que retornava da povoação Mangabeiras, o que sugere que a linha do Poço alcançava este subúrbio nesta data (Figura 6).

Encontramos em alguns jornais da década de 1910 requerimentos de moradores de Mangabeiras, cuja edição os denominava como "pessoas qualificadas", solicitando a extensão da linha do Poço até a povoação de Cruz das Almas, explorando o litoral norte do município (GUTENBERG, 1911, p. 01). Acreditamos que esse pedido não foi atendido, pois esse prolongamento é ausente na descrição das linhas que autores como Lima Junior (2001) e Fortes (2011a) fizeram, e não foram encontradas evidências de sua existência na documentação consultada. Portanto, a linha do Poço alcançava Mangabeiras, tendo como referência de seu ponto final o sítio Britânia, pertencente ao "Vice-Cônsul inglês, Kenneth MacRay" (LIMA JUNIOR, 2001, p. 38).

Conforme a Tabela 1, Poço foi um dos povoados que teve sua população crescente entre o fim do Império e início da República. Segundo Cavalcanti (1998), essa povoação foi inicialmente ocupada pelas classes trabalhadoras após a construção da ponte⁴⁵ que as aproximavam do núcleo central da cidade de Maceió. Além dessa aglomeração, existiam sítios e chácaras de pessoas notáveis que viviam nos subúrbios do norte, nas imediações entre Poço e Mangabeiras. Isso justificaria o baixo número de habitantes nesta última povoação, cujo Almanak de 1891, sem apresentar números, descreve como local "pouco povoado".

De acordo com os documentos e a literatura consultada, dentre os aspectos que podemos elencar como determinantes para o beneficiamento do Poço com o sistema *tramway* estão: i. problemas de infraestrutura apresentados pela antiga estrada e a pressão de seus moradores para sua resolução; ii. crescente ocupação de seu território pelas classes trabalhadoras e por pessoas influentes; iii. localização estratégica devido à

⁴⁴ Atual Prefeitura Municipal.

⁴⁵ Ponte sobre o Riacho Maceió construída em tijolos e madeira, cujo contrato foi estabelecido em 1869 e a estrutura começou a ser utilizada em 1870, e que "permitiu que trabalhadores urbanos pobres morassem próximo ao centro da cidade" (CAVALCANTI, 1998, p. 334). Tradução nossa para: "Ce pont permit aux travailleurs urbains pauvres d'habiter à proximité du centre ville" (CAVALCANTI, 1998, p. 334).

proximidade com o núcleo urbano central da cidade; iv. importância histórica e econômica da estrada do Poço que comunicava Maceió ao litoral norte do estado.

Outra aglomeração favorecida pelo sistema *tramway* foi Levada, localizada às margens da lagoa do Norte, era o novo bairro do município de Maceió, no início dos anos de 1890. De acordo com o Almanak do Estado das Alagoas de 1891, Levada era um local bastante povoado e, apesar de contar com um expressivo número de casas de taipa, estavam sendo construídos edifícios de tijolo e cal naquela localidade. Referente a esta descrição das edificações deste bairro, compartilhamos da mesma interpretação que Cavalcanti (1998) fez sobre o Almanak, pois, embora este quisesse destacar a presença de edifícios de classes privilegiadas, demonstra que Levada era majoritariamente ocupada por construções precárias habitadas por classes de pobres urbanos. Ressaltamos que Levada era uma das áreas mais insalubres da cidade, composta por pântanos e canais. Foi ocupada por uma população excluída, atraída, sobretudo, pelas trocas comerciais no local e pela proximidade do núcleo central da cidade. Estava à margem não apenas da lagoa do Norte, mas do tecido urbano de Maceió.

As trocas comerciais em Levada ocorriam pelo pequeno porto existente no local. Durante o Império, foi realizado um plano para a construção de um canal denominado canal da Levada ou canal da Ponta Grossa, que seria um novo caminho ao distrito portuário (Jaraguá). Idealizado no fim da década de 1820, foi um projeto ambicioso, que visava interligar as águas da lagoa do Norte, pelo porto da Levada, ao Oceano Atlântico, porto de Jaraguá. A intenção era facilitar o escoamento da produção e o abastecimento de produtos importados para as vilas do interior da província, com o uso da navegação. O projeto não se concretizou em sua totalidade, apenas um trecho foi aberto⁴⁶. O canal, que se estendia da lagoa do Norte às proximidades do centro de Maceió, desenvolveu as atividades do Mercado Público, desde 1848, pois facilitou a chegada em Maceió dos produtos provenientes do interior (CAVALCANTI, 1998; DUATE, 2019). Este porto estava mais próximo ao centro que o porto do Trapiche da Barra, ficando este mais direcionado ao mercado da importação e exportação, e aquele ao abastecimento do consumo urbano (Figura 8).

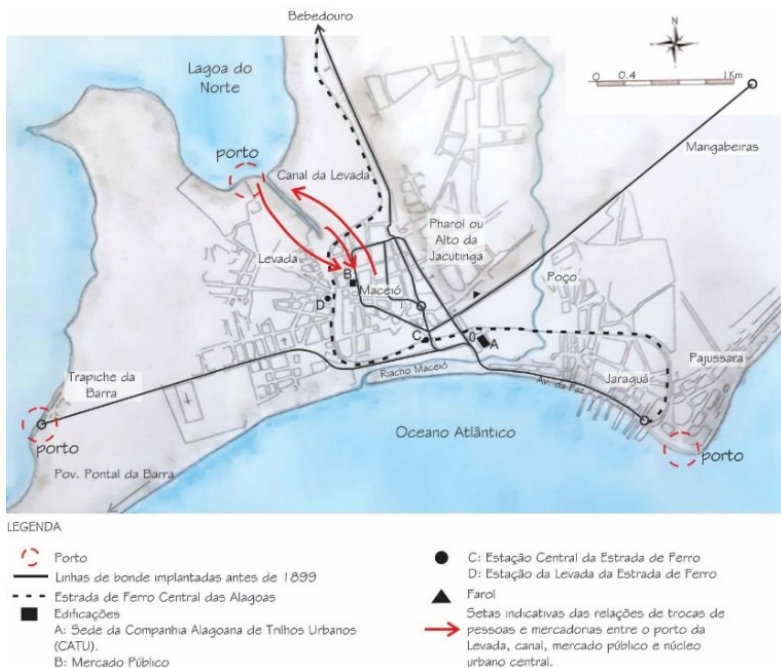
Embora Levada estivesse próxima ao núcleo central da cidade, a comunicação com este possuía barreira físicas. Antes da realização de aterros, canalizações e drenagens dos pântanos, a passagem da Levada a Maceió só era realizada nos períodos em que a maré

⁴⁶ Cavalcanti (1998) levanta a hipótese de que o início da escavação tenha sido realizado na segunda metade do século XIX, com a contribuição de mão de obra indígena.

estivesse baixa (CAVALCANTI, 1998). Na República foram intensificados os trabalhos de melhoria da comunicação da Levada com o bairro de Maceió, e incentivadas ações higienistas no local que antes "era um grande foco de miasmas" (FONSECA, 1890, p. 05)⁴⁷. Além da barreira dos pântanos, a linha férrea da antiga Estrada de Ferro Central das Alagoas dividia o núcleo urbano de Maceió e o bairro da Levada. Todavia, mesmo com o favorecimento da estrada de ferro interestadual, esta aglomeração esteve ausente, por algum tempo, de seus benefícios pois, embora não saibamos precisamente a data da desativação da estação da Levada, encontramos notícia de abaixo-assinados dos moradores do bairro solicitando o reestabelecimento da mesma para que facilitasse o abastecimento do Mercado Público ali localizado (O ORBE, 1897b, p. 02) (Figura 6). Este bairro possuía importância econômica para a cidade.

⁴⁷ Apesar dessas intervenções, foram recorrentes reclamações de moradores da Levada a respeito da higiene no bairro, durante a década de 1890. O lançamento de lixo proveniente de carroças foi notícia da primeira página do jornal *Cruzeiro do Norte* (1892, p. 01).

Figura 8 – Proximidade do porto da Levada ao núcleo central de Maceió, bem como a relação de trocas entre o porto, canal e mercado público. Representa as linhas de bonde implantadas antes de 1899.



Fonte: Elaboração nossa com base no mapa de Maceió de 1917 apresentado por Cavalcanti (1998, p. 353).

Localizado na orientação oposta à povoação do Poço, tendo como referência o núcleo urbano de Maceió, e apresentando relações comerciais mais intensas com este, o bairro da Levada sucedia aquele subúrbio no recebimento das transformações urbanas. Podemos observar, por exemplo, no seguinte apelo pela instalação de pontos de energia elétrica: "consta-nos que no arrebalde do Poço vão ser inaugurados alguns fôcos da Luz Electrica. Achamos acertado que a companhia mandasse instalar tambem alguns fôcos no arrabalde da Levada, pois sempre conserva-seas escuras" (O ORBE, 1898b, p. 01). Anteriormente a esta notícia, o mesmo jornal em 1896, apresentou a importância da Levada e seu esquecimento pelas políticas públicas, apontando as transformações urbanas que estavam sendo realizadas em outras localidades de Maceió como Jaraguá, Poço e Alto da Jacutinga, mas que não chegavam ali (O ORBE, 1896, p. 01-02).

As intervenções no bairro da Levada no início década de 1890 foram limitadas às questões de salubridade urbana com aterros que também auxiliavam na comunicação com o centro da cidade. E, apesar de ter uma população pobre semelhante à do Poço, devemos considerar que este contava em suas imediações com a presença de influentes proprietários de sítios e chácaras que estavam envolvidos nas tomadas de decisão municipais. Após incontáveis apelos, a linha de bonde da Levada foi inaugurada cinco anos depois daquela do Poço, em 1899 (Figura 6)⁴⁸, administrada pela Companhia de Carris Urbanos, e consistia em um ramal da linha circular (REBATE, 1899, p. 02).

Desde 1891, a Levada era considerada um bairro bastante povoado, a linha de bonde implantada no fim da década pouco influenciou no desenvolvimento dessa aglomeração que se encontrava consolidada. Mesmo possuindo a função urbana de abastecimento da cidade com os produtos do interior, pela presença do Mercado Público, esse bairro carregava o estigma do lugar da exclusão⁴⁹, onde os investimentos em infraestrutura eram escassos. A presença do sistema *tramway* na Levada foi, pelo o que aparece nos jornais da época, resultado de uma pressão popular para o reconhecimento de sua importância na cidade, além do anseio pela melhoria da comunicação com a mesma por meio da locomoção urbana. Dentre os argumentos difundidos pela mídia nas solicitações para a implantação dessa linha de bonde estava o de que a Levada poderia ser mais uma opção de local para onde pudessem migrar as classes trabalhadoras que viviam sob condições precárias de moradias no núcleo central de Maceió (O ORBE, 1897c, p. 02). Esses apelos recorriam à prática da limpeza dos centros urbanos realizada pelas autoridades governamentais desde o Império, como a eliminação de cortiços⁵⁰ e outras habitações coletivas, decorrente das políticas do urbanismo sanitarista da época⁵¹. Eram argumentos que apresentavam a Levada como uma das soluções aos interesses das classes dominantes. É provável que os requerentes acreditassem que dessa maneira poderiam ser ouvidos. E foram.

A maneira como a infraestrutura urbana alcançava partes do município de Maceió, reforçava a desigualdade e a segregação socioespacial de seu território. O sistema *tramway* era um dos elementos que materializava no solo urbano os interesses das classes privilegiadas e influentes nas ações do estado. Podemos elucidar essa reflexão

⁴⁸ Recordamos que desde o Império havia o interesse em implantar uma linha de bonde na Levada, conforme um dos contratos firmados na gestão de Figueiredo Junior, apresentado na seção anterior.

⁴⁹ Pesavento (2001) também utiliza o termo "lugar da alteridade".

⁵⁰ Para se aprofundar sobre o tema consultar Chalhoub (1996).

⁵¹ A própria ocupação inicial do bairro da Levada foi resultado dessas políticas.

ao contrapor o bairro da Levada com o Alto do Jacutinga, quando os apelantes do primeiro, três anos antes da implantação dos bondes, relataram:

Em 1880 no alto do Jacutinga, também bairro desta capital, onde se acha edificado o pharol, pela edificação só existia do antigo paiol da pólvora e uma duas choupanas de palha.

Hoje vê-se ali não só uma cidade em florescência, como toda a convergencia com todos os beneficios publicos, sendo que até a illuminação é pelo systema de eletricidade (O ORBE, 1896, p. 01).

Conforme vimos, a Levada era um local adensado e sua população era beneficiada pelos serviços públicos com atraso, frente a outras localidades do município, ao longo da década de 1890. Situação oposta se encontrava o planalto denominado Alto da Jacutinga, ou Alto do Pharol, que recebia infraestrutura antes mesmo de seu efetivo adensamento. Segundo Fortes (2011b), as encostas do morro do Jacutinga haviam sido ocupadas inicialmente por uma população carente, que vivia nas franjas do núcleo urbano central da cidade. Com o reconhecimento da salubridade do planalto – distante de áreas pantanosas, com clima e ventilação agradáveis – e entendendo essa área como potencial zona de expansão da cidade, as moradias precárias foram sendo substituídas por habitações das classes privilegiadas, sobretudo no início do século XX. Conforme vimos na citação acima, o Alto da Jacutinga, no fim da década de 1890, já era considerado um bairro, dividindo essa categoria com o bairro de Maceió, Levada e Jaraguá. Tal classificação evidencia sua inserção na zona urbana do município, o distinguindo de povoações de ocupações mais antigas como Poço, Bebedouro, Trapiche da Barra e Pajussara, ainda considerados subúrbios.

No ano de inauguração da linha de Levada, exaustivamente solicitada por seus habitantes, foi criada a Empresa Jacutinguense, disposta a construir uma linha de bonde que alcançasse o Alto da Jacutinga. Manoel de Araújo Pinheiro, incorporador da Jacutinguense, imaginava que o planalto de Maceió seria uma futura cidade⁵². Seu pensamento estava correto, porém, em 1899 o Alto da Jacutinga ainda era pouco habitado e, conforme Lima Junior (2001), a maioria das pessoas que vivia ali era pobre e preferia fazer o trajeto a pé. A receita da empresa foi insuficiente para dar continuidade às atividades, sendo encerradas entre 1901 e 1902. Quando a CATU adquiriu o acervo da

⁵² Encontramos uma demonstração de interesse na construção de uma linha de bonde para o Alto da Jacutinga pelo engenheiro João Valle da Silva, divulgada no jornal O Orbe (1897c, p. 01). Contudo, não identificamos a razão pela qual a ideia de Valle não foi materializada.

Jacutinguense, o Alto do Jacutinga, ou Alto do *Pharol*, se encontrava ocupado por classes privilegiadas, segundo Fortes (2011b), um bairro de *grã-finos*. Após solicitações dos moradores, expostas na mídia da época, em 1908 o tráfego da linha de bondes é restabelecido (LIMA JUNIOR, 2001).

A infraestrutura dos bondes acompanhou o fluxo das classes dominantes residentes no Alto da Jacutinga, e consolidou o transporte que interligava o salubre planalto ao núcleo urbano central da capital, local onde se concentrava o "trabalho, serviço e comércio" (FORTES, 2011b, p. 83). Ressaltamos que a moradia de um dos maiores acionistas da CATU e um dos responsáveis pela eletrificação dos bondes, Comendador Teixeira Bastos, estava localizada neste bairro. Identificamos que este comendador intermediou a contribuição financeira de comerciantes para a construção da ladeira do Jacutinga ou Ladeira do Pharol (GUTENBERG, 1909, p. 02). Um indicativo de que as elites da época em conjunto com a gestão pública investiram na valorização do Alto da Jacutinga por meio de transformações urbanas. Lembremos que essa prática não foi exclusividade desse bairro, conforme vimos anteriormente, houve investimentos da iniciativa privada em Jaraguá e Bebedouro.

O Alto da Jacutinga estava sendo cada vez mais ocupado, no início do século XX, e o trajeto da linha de bonde que estava em operação era considerado curto para a malha urbana em processo de adensamento⁵³. A eletrificação⁵⁴ das linhas foi um impulsionador para a ampliação do percurso do bonde no bairro, possibilitando a expansão da cidade para áreas mais distantes do centro urbano, esse novo trajeto foi inaugurado em setembro de 1914. Lima Junior (2001) descreve o novo percurso, entretanto não nos indica o ponto final da linha. Isso foi elucidado em uma das nossas visitas ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, para o levantamento documental desta pesquisa, quando Sr. Jayme de Altavila que foi usuário dos bondes realizou esboços do caminho que o bonde elétrico do Pharol percorria. Contamos também com relatos do Sr. Reginaldo de Lima Rodrigues, antigo morador do bairro que nos confirmou a parada final do bonde (Figura 9).

⁵³ "[...] Como área ocupada esparsamente, esse bairro possibilitava a aplicação dos princípios do urbanismo sanitário do século XX, ou seja, abertura de vias largas e habitações com recuos laterais, que por sua vez, proporcionavam boa iluminação e ventilação para os cômodos" (FORTES, 2011b, p. 83).

⁵⁴ Segundo Fortes (2011a), mesmo com os bondes elétricos, os carris puxados por burros ainda estavam presentes na paisagem urbana da capital.

Figura 9 – Prolongamento da linha de bonde do Alto da Jacutinga. Representação dos trechos de 1899 e 1914, respectivamente.



Fonte: Elaboração nossa com base no mapa de Maceió de 1917 apresentado por Cavalcanti (1998, p. 353).

A eletrificação desse meio de transporte trouxe novas possibilidades para a cidade. A primeira experiência pública dos bondes elétricos ocorreu no trajeto da última linha construída pelo sistema de tração animal, a linha Pajussara, inaugurada em 1910. Esta linha consistia na extensão daquela que interligava Jaraguá a Bebedouro (Figura 6). A intenção para sua construção data de 1892, quando o então Presidente do Senado, Barão do Traipú, indicou em seu relatório ter aprovado estudos para criação de uma linha de bonde que, dentre outras localidades, alcançaria Pajussara (TRAIPÚ, 1892). Verificamos em jornais da década de 1890⁵⁵ o anseio pelo prolongamento da linha de bondes até essa povoação, entretanto isso somente se concretizou no fim da primeira década do século XX, seguindo os interesses daqueles que detinha o controle da locomoção urbana da cidade.

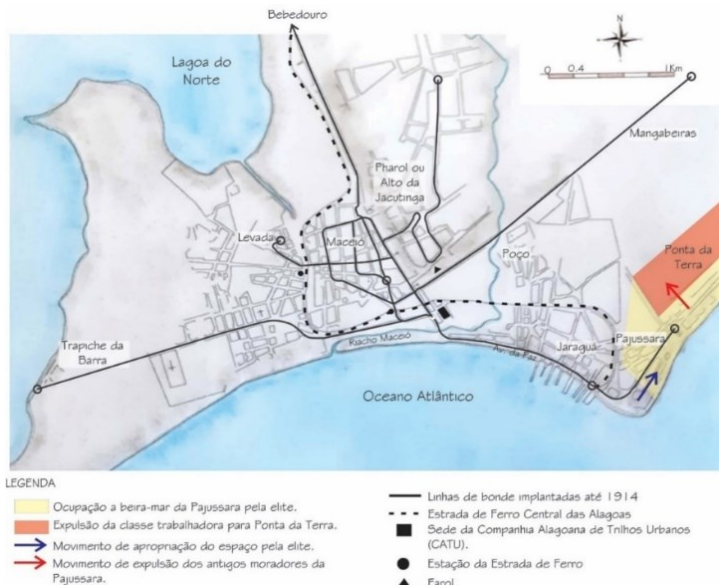
Conforme a Tabela 1, Pajussara era destaque em adensamento populacional no município, entre o fim do Império e início da República. Ocupada inicialmente por uma população excluída das áreas salubres da cidade, residia nesta povoação um

⁵⁵ Gutenberg (1897, p. 02); O Orbe (1898a, p. 02).

considerável número de pescadores, no século XIX. A maioria das habitações era coberta de palha, e eram recorrentes as notícias de incêndios nessas choupanas. Estando às margens do Oceano Atlântico, neste período, além das características dos pântanos que eram nocivas para a salubridade urbana, os locais que recebiam influência de correntes de ar marítimas, pela sua umidade, eram considerados insalubres, passíveis de propagar infecções (CAVALCANTI, 1998). Isso explica a ocupação das classes que estavam excluídas da salubridade cidade.

A paisagem de Pajussara foi modificada, sobretudo no início do século XX, quando os banhos de mar passaram a ser vistos como fonte de benefícios para a saúde e utilizados também como atividade recreativa. Logo as choupanas foram substituídas por casas de veraneio, construídas com tijolos e telhas pelas elites maceioenses. Os pescadores e antigos moradores do local foram aos poucos se afastando e ocupando uma nova área e formando a povoação denominada Ponta da Terra (DIEGUES JUNIOR, 1981) (Figura 10).

Figura 10 - Representação esquemática da localização da Ponta da Terra, para onde os antigos moradores da Pajussara foram segregados.



Fonte: Elaboração nossa com base no mapa de Maceió de 1917 apresentado por Cavalcanti (1998, p. 353).

Encontramos em jornais da primeira década do século XX notícias de personalidades das classes dominantes que estavam veraneando na Pajussara, tomando "banhos salgados" (GUTENBERG, 1908b, p. 01). Frequentemente o comendador Teixeira Bastos aparecia como protagonista de tais informativos (GUTENBERG, 1907, p. 01). Anúncios de vendas de imóveis na povoação passaram a utilizar como atributo a proximidade com as áreas de "banhos do mar" (GUTENBERG, 1908a, p. 04). Essa apropriação pelas classes dominantes das áreas à beira-mar foi refletida no bairro de Jaraguá, no início do século XX, com a urbanização da Avenida da Paz (Figura 11).

Figura 11 – Avenida da Paz, no início do século XX, bairro de Jaraguá.



Fonte: historiadealagoas.com.br

Assim como a linha do Alto da Jacutinga e aquela que alcançava os sítios e chácaras das Mangabeiras, a linha da Pajussara levou infraestrutura a localidades ocupadas por pessoas influentes da capital. Facilitou o acesso ao recreio, e também à residência fixa de pessoas influentes do município de Maceió. O ponto final da linha estava localizado nos fundos da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em frente à residência do influente político Silva Sampaio. A população pobre da região, expulsa de seu local de origem, somente foi favorecida pelos bondes na década de 1920, quando houve a extensão do trajeto até o início da Ponta da Terra⁵⁶ (LIMA JUNIOR, 2001) (Figura 6).

Pela documentação consultada, a malha dos trilhos urbanos de Maceió ficou consolidada na década de 1920, nos últimos anos das atividades da CATU. Não encontramos documentos que demonstrem que os trajetos dos bondes tenham sido

⁵⁶ Não foram encontradas informações precisas sobre o ponto final deste trajeto.

modificados, possivelmente foram realizados desvios e atualizações no sistema, porém sem mudanças estruturais. No acervo documental e bibliográfico também é imprecisa a data que este meio de transporte parou de circular em Maceió, autores como Ataíde (2015) nos sinalizam que a desativação dos bondes ocorreu em meados do século XX, sendo substituído por veículos automotivos. O que podemos reconhecer como uma das reflexões do processo de implantação dos bondes é o quanto o sistema *tramway* esteve relacionado à materialização dos caminhos da expansão urbana de Maceió selecionados e conduzidos pelas classes dominantes da época.

Considerações finais

O porto de Jaraguá foi responsável pelo desenvolvimento socioeconômico de Alagoas, suas atividades estruturaram os caminhos da província. Foi com a intenção de prover de infraestrutura essas antigas estradas que os primeiros trilhos urbanos foram implantados, na segunda metade do século XIX, seguindo o propósito de desenvolver as atividades econômicas provinciais. O sistema *tramway* de Alagoas embora tenha sido idealizado pelo engenheiro inglês Hugh Wilson, com o apoio político dos presidentes provinciais, em pouco tempo teve sua gestão comandada por um grupo de empresários locais, que há anos dominava diversos setores da economia alagoana. A maioria de origem portuguesa, como Manoel Joaquim da Silva Leão e Teixeira Bastos, esses personagens tiveram relação direta na eleição dos locais que foram favorecidos pela expansão dos trilhos, sobretudo no período republicano.

Verificamos que durante o Império houve reduzida expansão das linhas de bonde, ficando muitas delas apenas nas discussões dos presidentes provinciais, sem sua materialização. Na República, com a autonomia orçamentária dos municípios, foi estimulada a criação de companhias destinadas à locomoção urbana de Maceió, se apropriando dos antigos trilhos e os expandindo para outros pontos da cidade. Nos anos iniciais do período republicano os antigos caminhos que comunicavam Maceió ao interior do estado e que não tinham sido favorecidos durante o Império foram fortalecidos, foi o caso da linha do Poço. As linhas de bonde também eram vistas como estruturas qualificadoras do espaço urbano, a intenção de alcançar certos subúrbios, como o Poço ou de abranger todo o núcleo central da cidade, como a linha circular, estava condicionada aos interesses das classes que buscavam receber os benefícios desse sistema de mobilidade, afastando dos pobres os privilégios dessa modernização. Foi

seguindo essa lógica que os caminhos dos bondes foram sendo desenhados, fazendo parte das transformações da cidade, de acordo com os anseios das elites.

Eram priorizadas áreas da cidade subocupadas, como o Alto da Jacutinga, no fim da década de 1890, excluindo de seus benefícios localidades densamente habitadas pelas classes trabalhadoras, como era o caso da Levada que foi favorecida pelos trilhos após inúmeros apelos de seus moradores. Os bondes reforçavam e reproduziam a segregação socioespacial de Maceió, eles só alcançaram áreas antes empobrecidas quando estas tinham sido apropriadas pelas classes hegemônicas, como na Pajussara, que teve seus antigos moradores expulsos para ceder lugar ao recreio das elites. Para contar a história dos bondes maceioenses, sobretudo na República, foi preciso percorrer os principais caminhos escolhidos para serem morada das classes dominantes.

A afirmação de que os bondes impulsionaram ou influenciaram diretamente a expansão urbana de Maceió é passível de questionamentos. Nem sempre eles eram implantados em áreas adensadas, porém era essa característica que fazia o sucesso e insucesso de determinados trajetos, como a primeira tentativa no Alto do Jacutinga no fim da década de 1890, sem êxito devido à baixa procura do serviço pela pequena população. O bonde em Maceió teve limitações em levar urbanidade para partes desocupadas ou subocupadas da cidade.

O sistema *tramway* não foi um condicionante do desenvolvimento urbano da capital, porém compartilhamos da ideia de Fortes (2011a) de que esse sistema de transporte organizou o território maceioense. Os trilhos urbanos facilitaram o acesso a inúmeras localidades, possibilitaram trocas de ideias e mercadorias, diminuíram as distâncias entre os subúrbios e o centro. Embora tenham consolidado os caminhos definidos por uma minoria da população, permanecem ainda hoje na memória coletiva daqueles que viram os bondes na paisagem da capital alagoana.

Referências

ALMANAK da Província das Alagoas para o ano de 1873, ano 2. Maceió: Typographia Social de Amintas & Soares, 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706035/2>. Acesso em 16 de mar de 2020.

ALMANAK do Estado das Alagoas para o ano de 1891, ano XX. Maceió: Typographia da Empresa Gutenberg, 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/707430/2>. Acesso em 16 de mar de 2020.

ALMANAK da Província das Alagoas para o ano de 1873, ano 2. Maceió: Typographia Social de Amintas & Soares, 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706035/2>. Acesso em 16 de mar de 2020.

ALMANAK do Estado das Alagoas para o ano de 1891, ano XX. Maceió: Typographia da Empreza Gutenberg, 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/707430/2>. Acesso em 16 de mar de 2020.

ALMANAK do Estado das Alagoas para o ano de 1894, ano XXI. Maceió: Typographia da Empreza Gutenberg, 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/707430/2>. Acesso em 16 de mar de 2020.

ALTAVILA, Jayme. [Entrevista cedida a] Rosemary Lopes Rodrigues. Maceió, 19 nov. 2020.

ARAUJO, João Vieira de. **Relatorio com que ao exm. sr. dr. Felipe de Mello Vasconcellos 1º vice-presidente passou a administração da Província das Alagoas o exm. snr. dr. João Vieira de Araujo**. Maceió, 1875.

ATAÍDE, Débora Lucena de. **Jaraguá ontem e hoje**: um lugar sob a ótica dos idosos. 2015. 119 f. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Emília de Gusmão Couto.

BRAZIL (1873). Directoria Geral de Estatística. Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872. Rio de Janeiro, v. 76, 1873.

_____. (1879a). Decreto n. 7285 de 17 de maio de 1879. Declara caduca a concessão de garantia de juros feita á - Alagôas Brazilian Central Railway Company limited. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/411960/publicacao/15730550>. Acesso em 05 de mar de 2020.

_____. (1879b). Decreto n. 7525 de 25 de outubro de 1879. Approva a transferencia, feita por Hugh Wilson a Manoel Joaquim da Silva Leão, do contrato para a navegação por vapor nas lagôas Norte e Manguaba. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/412418/publicacao/15818849>. Acesso em 05 de mar de 2020.

_____. (1880). Decreto n. 7895 de 12 de novembro de 1880. Autoriza a construcção da Estrada de ferro de Maceió ávilla da Imperatriz, na Província das Alagôas; approva os respectivos estudos e concede, durante 30 annos, garantia de juros de 7 % sobre o capital maximo de 4.553.000\$000.. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/187914-autoriza-a-construcuo-da-estrada-de-ferro-de-maceiu-u-villa-da-imperatriz-na-provincia-das-alaguas-approva-os-respectivos-estudos-e-concede-durante-30-annos-garantia-de-juros-de-7-sobre-o-c.html>. Acesso em 05 de mar de 2020.

_____. (1898). Directoria Geral de Estantística. Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da estatística 1898.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora Senac, 2019.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **La production de l'espace à Maceió (1800-1930)**. 1998. 430 f. 1998. Tese (Doutorado) – Institut D'étude du Développement Économique et Social, Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris, 1998. Orientador: Prof. Dr. Michel Rochefort.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. In: _____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. 2 ed. Maceió: Sergasa, 1981.

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (orgs). **Indicador geral do Estado de Alagoas**. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

CRUZEIRO DO NORTE (1892), Maceió, 17 de janeiro de 1892, ano III, nº 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/809420/499>. Acesso em 20 de abr de 2020.

DIÁRIO DO POVO (1917a), Maceió, 15 de junho de 1917, ano II, nº 506. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215414/650>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1917b), Maceió, 22 de junho de 1917, ano II, nº 500. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215414/625>. Acesso em 20 de abr de 2020.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. In: COSTA, Craveiro. **Maceió**. 2 ed. Maceió: Sergasa, 1981. p. 197-219.

DUARTE, Rubens de Oliveira. **O protagonismo e a sedução do mar e da lagoa em Maceió e o imaginário das águas na cidade**. 2019. 287 f. 147 f. Tese (doutorado) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Orientadora: Profª. Dra. Adriana Capretz Borges da Silva Manhas.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **Geographia Alagoana**. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. **Relatorio lido para Assembléa Legislativa da Provincia de Alagoas no ato de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo Presidente da mesma Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior**. Maceió: Typ. Comercial de A. J. Costa, 1870.

_____. **Relatorio lido perante a Assembléa Legislativa da Provincia de Alagoas no ato de sua instalação em 03 de maio de 1871 pelo Presidente da mesma Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior**. Maceió: Typ. Comercial de A. J. Costa, 1871.

FONSECA, Pedro Paulino da. **Relatório com que o governador do Estado das Alagoas Coronel Pedro Paulino da Fonseca passou a administração ao 1º vice-governador Dr. Roberto Calheiros de Mello, em dia 25 de outubro de 1890.** Maceió: Typographia da Empresa Gutenberg, 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/872733/1>. Acesso em 05 de mar de 2020.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha (2011a). **Maceió nos itinerários de Pedro Nolasco Maciel.** In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org). **Traços e troças: literatura e mudança social em Alagoas: estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel.** Maceió: Edufal, 2011a. p. 125-160.

_____. (2011b). **Para além do guia dos navegantes: o Farol de Maceió (1827-1951).** 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011b. Orientadora: Prof^a. Dra. Josemary Omena Passos Ferrare.

GONZAGA, João Marcelino de Souza. **Falla dirigida áAssembléa Legislativa da Província de Alagoas pelo Presidente da provincia João Marcelino de Souza Gonzaga na abertura da 2ª sessão ordinaria da 14ª legislatura a 24 de outubro de 1863.** Maceió: Typographia Progressista, 1863.

GUTENBERG (1895), Maceió, 2 de abril de 1895, ano XIV, nº 74. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/809250/2558>. Acesso em 28 de abr de 2020.

_____. (1896), Maceió, 21 de abril de 1896, ano XV, nº 89. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/809250/3145>. Acesso em 28 de abr de 2020.

_____. (1897), Maceió, 24 de outubro de 1897, ano XVI, nº 230. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/809250/4030>. Acesso em 28 de abr de 2020.

_____. (1899), Maceió, 25 de julho de 1899, ano XVIII, nº 154. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/809250/4641>. Acesso em 28 de abr de 2020.

_____. (1907), Maceió, 12 de dezembro de 1907, ano XXVI, nº 276. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/809250/8182>. Acesso em 28 de abr de 2020.

_____. (1908a), Maceió, 18 de setembro de 1908, ano XXVIII, nº 205. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/809250/9038>. Acesso em 28 de abr de 2020.

_____. (1908b), Maceió, 11 de novembro de 1908, ano XXVIII, nº 250. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/809250/9215>. Acesso em 28 de abr de 2020.

_____. (1909), Maceió, 12 de janeiro de 1909, ano XXIX, nº 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/809250/9393>. Acesso em 28 de abr de 2020.

_____. (1911), Maceió, 28 de janeiro de 1911, ano XXXI, nº 19. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/809250/11504>. Acesso em 28 de abr de 2020.

IVO JUNIOR, Floriano. **Crônicas e Depoimentos**. Recife: Cia ed. de Pernambuco, 1992.

JORNAL DO PENEDO (1913), Penedo, 1º de fevereiro de 1913, ano 1, nº 11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761575/43>. Acesso em 28 de abr de 2020.

JORNAL DO PILAR (1873), Pilar, 03 de setembro de 1873, ano III, nº 85. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/811696/265>. Acesso em 20 de abr de 2020.

LIMA JUNIOR, Felix. **Maceió de Outrora**. Vol. 2. Maceió: Edufal, 2001.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly (2004). **Espaço urbano e marginalização em Maceió (1895-1905)**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Espaco-Urbano-e-Marginalizacao-em-Maceio-Osvaldo-Batista-Acioly-Maciel.pdf>. Acesso em 16 de abr de 2020.

MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e Troças**: leitura quente, crônica vermelha. Maceió: DEC, 1962.

O GLOBO (1875), Rio de Janeiro, 05 de junho de 1875, ano II, nº 152. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/369381/1179>. Acesso em 20 de abr de 2020.

O LIBERAL (1869), Maceió, 24 de maio de 1869, ano I, nº 36. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/809446/4>. Acesso em 20 de abr de 2020.

OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de. **A perda nos processos de patrimonialização: Vila Operária como Patrimônio Cultural**. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2018. 211f. Orientadora: Profª. Drª. Claudia Feierabend Baeta Leal.

O ORBE (1882), Maceió, 10 de fevereiro de 1882, ano VI, nº 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260959/939>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1884a), Maceió, 1º de fevereiro de 1884, ano VI, nº 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260959/2078>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1884b), Maceió, 30 de maio de 1884, ano VI, nº 60. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260959/2276>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1896), Maceió, 08 de dezembro de 1896, ano XVIII, nº 132. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260959/5197>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1897a), Maceió, 28 de abril de 1897, ano XIX, nº 45. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260959/5383>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1897b), Maceió, 08 de outubro de 1897, ano XIX, nº 112. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260959/5653>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1897c), Maceió, 24 de outubro de 1897, ano XIX, nº 118. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260959/5676>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1898a), Maceió, 23 de janeiro de 1898, ano XX, nº 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260959/5789>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1898b), Maceió, 8 de fevereiro de 1898, ano XX, nº 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260959/5808>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1898c), Maceió, 21 de setembro de 1898, ano XX, nº 78. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260959/6044>. Acesso em 20 de abr de 2020.

PAIVA FILHO, Arnaldo. **Rio Largo**: cidade operária. Maceió: SENAI/AL, 2013.

PÁTRIA (1892a), Maceió, 22 de março de 1892, ano II, nº 55. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/843806/370>. Acesso em 20 de abr de 2020.

_____. (1892b), Maceió, 27 de agosto de 1892, ano II, nº 176. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/843806/816>. Acesso em 20 de abr de 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESSOA, Caetano Estellita Cavalcanti. **Relatório com que ao Exm. Snr. Dr. Pedro Antonio da Costa Moreira Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa no dia 26 de dezembro de 1876**. Maceió: Typographia do Jornal das Alagoas, 1877.

PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros. **Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel Presidente da Província das Alagoas entregou a administração da mesma província no dia 19 de abril do 1866 ao 1º vice-presidente Dr. Galdino Augusto da Natividade e Silva**. Maceió: Typ. do Bacharel Felix da Costa Moraes, 1866.

REBATE (1899), Maceió, 30 de julho de 1899, ano I, nº 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/010952/58>. Acesso em 20 de abr de 2020.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Dois séculos de projetos no estado de São Paulo**: grandes obras e urbanização. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

RODRIGUES, Antonio Carlos Prestes. A Guerra de Secessão. **Klepsidra: Revista virtual de história**, n. 27, 4, 2007.

RODRIGUES, Reginaldo de Lima. [Entrevista cedida a] Rosemary Lopes Rodrigues. Maceió, 25 nov. 2020.

RODRIGUES, Rosemary Lopes. **Conservação do patrimônio cultural**: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga CAFT, Rio Largo/AL. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. 195f. Orientação: Prof^ª. Dra. Lúcia Tone Ferreira Hidaka.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização**: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil**: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894). Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, Departamento de História. Rio de Janeiro: Versal, 2006.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool; Museu do Açúcar, 1970.

SOUZA NETO, Manuel Fernandes de. **Planos para o império**: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: Alameda, 2012.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **As ferrovias em Alagoas**: estudo da implantação do transporte ferroviário nas Alagoas durante o período imperial até o alvorecer do período republicano. 1977. 341 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1977. Orientação: Prof. Dr. Armando Souto Maior.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: SEBRAE, 2013.

TRAIPIÚ, Barão do. **Relatório com que ao Exm. Dr. Gabino Bezouro, governador do Estado, passou a respectiva administração o Exm. Barão do Traipú, presidente do senado, em dia 24 de março de 1892**. Maceió: Typographia da Empresa Gutenberg, 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/872733/44>. Acesso em 05 de mar de 2020.

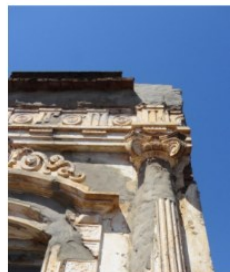
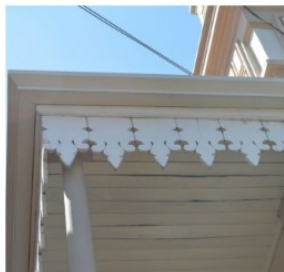
WEIMER, Günter. Inter-relações Arquitetônicas Brasil-África. **Pronunciamento de posse como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 28, 2008. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/artigos/membros/G%C3%BCnter%20Weimer%20-%20Inter-rela%C3%A7oes%20Arquitetonicas%20Brasil-Africa.pdf>. Acesso em 05 de mar de 2020.

Registros fotográficos

realizados por alunos e docentes em visitas técnicas da disciplina IAU5908
- Produção Arquitetônica Paulista do Século XIX até Meados do Século
XX, extraídos do perfil do Instagram da disciplina:

@arquiteturapaulista19e20

BOCAINA



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura urbana. Fachada principal de casarão em Bocaina, 29.09.2017, @mateusmicalli; Arquitetura Art Déco. Cine Jequitibá, 30.09.2016, BORTOLUCCI; Arquitetura urbana eclética, 30.09.16, @anaritarcorrea; Estação Ferroviária, 30.09.16, autor@anaritarcorrea; Arquitetura eclética, 29.09.2017, @anacirigliano; Detalhe de Lambrequim em Residência, 30.09.2016, BORTOLUCCI; Porão ventilado, 30.09.2016, @marcusvidanq; Reparos. Arquitetura Eclética, 30.09.2016, @marcusvidanq.

FAZENDA AURORA



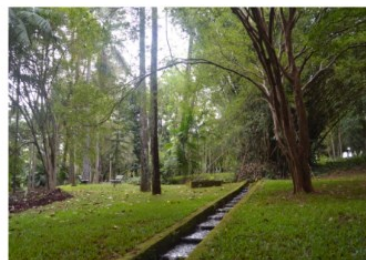
Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura rural. Uma das edificações de beneficiamento do café da Fazenda Aurora em Santa Cruz das Palmeiras, @marinalgt; Alvenaria de tijolos, estrutura de madeira e telha cerâmica, tesoura com vedação que permite a circulação do ar em uma instalação para beneficiamento de café, @marcusvidanq; No detalhe, a data da fundação da fazenda em 1869, @marinalgt; Interior da Casa de Máquinas e Tulha, BORTOLUCCI; Esquadrias do antigo escritório de administração, @marinalgt; Detalhes da porta, @anaritaacorrea; Trilho da fazenda, 23.09.16, @anaritaacorrea.

FAZENDA MANDAGUAHY



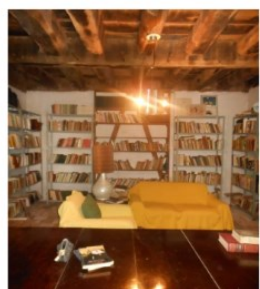
Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura Rural. Fachada Principal da Fazenda Mandaguahy em Jaú, 29.09.2017, @mateusmicalli; Portilhola do curral, 29.09.2017, @anacirigliano; Curral de madeira, 29.09.2017, @mateusmicalli; Detalhe do alpendre fronteiro da Casa-Grande, 29.09.2017, @mateusmicalli; Cotidianos da arquitetura rural paulista, 29.09.2017, @anacirigliano; Hall de Entrada Fazenda Mandaguahy, 30.09.16, @anaritacorrea; Vista para o pomar da Fazenda, 26.10.2018, BORTOLUCCI; Mobiliário da cozinha, 30.09.2016, @marcusvidanq.

FAZENDA PINHAL



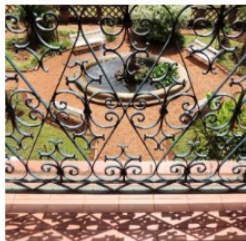
Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura rural. Casa-Grande da Fazenda Pinhal em São Carlos, 20.10.2017, @mateusmicalli; Vista para o jardim da Condessa, 18.11.16, @marinalgt; Antiga senzala, transformada em restaurante, 18.11.16, @marinalgt; Salão do casarão da Fazenda, 19.10.2018, BORTOLUCCI; Indicadores temporais presentes na superfície murária de taipa de mão, 20.10.2017, @anacirigliano; Canaleta de escoamento de água para lavagem dos grãos de café, 20.10.2017, @mateusmicalli; Detalhe do mobiliário com o brasão do Conde do Pinhal, 18.11.16, @marinalgt; Escada de água corrente nos jardins da Fazenda, 19.10.2018, BORTOLUCCI.

FAZENDA SANTA EUDÓXIA



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura rural. Tulha Fazenda Santa Eudóxia em São Carlos, @anaritarcorrea; Igreja da fazenda e seu atual proprietário, @marinalgt; Ruínas da Tulha, @marinalgt; Janela em detalhe, @marinalgt; Fachada posterior da edificação sede, @anaritarcorrea; Vista da varanda e no detalhe o trabalho em madeira do guarda corpo e da estrutura do telhado (varanda acrescentada posteriormente, em substituição à escadaria frontal original), @marinalgt; Porão em uso da sede, 18.11.16, @anaritarcorrea.

FAZENDA SANTA MARIA DO MONJOLINHO



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura rural. Casarão da Fazenda Santa Maria do Monjolinho em São Carlos, 18.10.2019, @rosemarylro; Memórias do trabalho escravo à mão-de-obra italiana... da senzala à colônia, 20.10.2017, @anacirigliano; Santos Juninos, 07.10.2016, @marcusvidanq; Casa de Máquinas, 20.10.2017, @mateusmicalli; Terreiro, aqueduto e, ao fundo, o casarão da Fazenda, 18.10.2019, BORTOLUCCI; Detalhes da sala de jantar da edificação sede, 18.10.2019, @rosemarylro; Detalhe arquitetônico da edificação sede, 18.10.2019, @rosemarylro; Detalhe arquitetônico da antiga senzala, 18.10.2019, @rosemarylro; As marcas do tempo nas pinturas murais do palacete construído por Theodoro Leite de Camargo em 1886, 20.10.2017, @anacirigliano; Gradil e jardim da edificação sede, 18.10.2019, @rosemarylro.

JAÚ



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura urbana. Detalhe da Fachada da Estação Ferroviária da Companhia Paulista em Jaú, 30.09.2016, BORTOLUCCI; Plataforma de embarque do terminal ferroviário, 29.09.2017, @mateusmicalli; Terminal rodoviário projetado por Vilanova Artigas, 29.09.2017, @mateusmicalli; Igreja Matriz, 30.09.16, @anaritaacorrea, Casas ecléticas, 26.10.2018, BORTOLUCCI; Balneário Aristides Coló projetado por Artigas, 26.10.2018, BORTOLUCCI; Arquitetura Urbana, 30.09.16, @anaritaacorrea; Rodoviária Artigas, 30.09.16, @anaritaacorrea; Vista da cidade, 26.10.2018, BORTOLUCCI; Detalhe da ornamentação do teto da Matriz Nossa Senhora do Patrocínio, 29.09.2017, @mateusmicalli; Rodoviária de Jaú, Vilanova Artigas, 1973, 30.09.2016, @marcusvidanq.

MOCOCA



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura Urbana, Mococa Arquitetura Urbana, @anaritarcorrea; Cine Teatro, @anaritarcorrea; Interior da igreja Matriz, @anaritarcorrea; Fachada da igreja Matriz, @anaritarcorrea; Corredor do pátio interno do Grupo Escolar Barão de Monte Santo, construído em 1901, na cidade de Mococa. Foto com detalhe para o forro, esquadrias e lambrequim em madeira, 23.09.16, @marinalgt; Gradil, @marcusvidanq; Interferências, Arquitetura Eclética, @marcusvidanq; Casa com porão ventilado, 23.09.2016, @marcusvidanq.

MUSEU DA CANA-PONTAL



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura Industrial. Vista Parcial do Museu da Cana - Pontal - SP. BORTOLUCCI; Oficina da Antiga Usina Schmidt e atual Museu da Cana de Pontal. @mateusmicalli; Detalhe da caixa d água. @mateusmicalli; Barracão de chegada e mesa de recepção da cana-de-açúcar. @mateusmicalli; Detalhe de uma das tipologias de janelas encontradas no conjunto. @anacirigliano; Mesa de Recepção da Cana e Paisagem. @mateusmicalli; Maquinário para produção de açúcar. BORTOLUCCI; Maquinário da antiga Usina. @anacirigliano; Detalhe do interior da oficina da antiga Usina. @anacirigliano; Pormenor da estrutura da antiga Usina. @anacirigliano; Fachada do atual Museu da Cana, 22.09.2017. @anacirigliano.

RIBEIRÃO PRETO



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura urbana. Arquitetura eclética, Biblioteca Altino Arantes em Ribeirão Preto, 22.09.2017, @mateusmicalli; Fachada Principal do Teatro Pedro II, 22.09.2017, @mateusmicalli; Detalhe da fachada da Escola Estadual Fabio Barreto_Ribeirão Preto, 5.10.2018, BORTOLUCCI; Movimentos da arquitetura eclética, detalhe dos balcões da Sala dos Espelhos, no Teatro Pedro II, 22.09.2017, @anacrieglano; Vista do painel de Vaccarini e de detalhes construtivos do Mercado Central, 5.10.2018, BORTOLUCCI; Sala de jantar da casa da Memória Italiana, 5.10.2018, BORTOLUCCI; Arquitetura Eclética (romântico, neogótico e neoclássico). Interior da Catedral, 22.09.2017, BORTOLUCCI; Detalhe do gradil da Escola Estadual Fabio Barreto, 5.10.2018, BORTOLUCCI; Detalhe de quarto da casa da Memória Italiana_Ribeirão Preto, 5.10.2018, BORTOLUCCI.

SÃO CARLOS



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura urbana. Detalhe da fachada do casarão do Major José Inácio em São Carlos, 18.10.2019, BORTOLUCCI; Área de Embarque da Estação Ferroviária, 20.10.2017, @mateusmicalli; Porta Escola Álvaro Guião, 07.10.16, @anaritarcorrea; Escola Álvaro Guião, 21.10.16, @marinalgt; Detalhes arquitetônicos do antigo casarão do Major José Inácio, 18.10.2019, @rosemarylro; Detalhe arquitetônico do sistema estrutural do plenário da Câmara Municipal, 18.10.2019, @rosemarylro; Arquitetura urbana, 07.10.16, @anaritarcorrea; Estação Ferroviária, 18.10.2019, BORTOLUCCI; Edifício da Câmara Municipal, 18.10.2019, BORTOLUCCI; Casarão histórico em risco, 21.10.16, @marinalgt; Casa abandonada no centro de São Carlos, 21.10.16, @marinalgt; Detalhe da ventilação do porão, casario no centro de São Carlos, 21.10.16, @marinalgt; Detalhe do gradil do edifício da Junta Militar, 21.10.16, @marinalgt; Estação Ferroviária, 20.10.2017, @mateusmicalli.

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Arquitetura urbana. Ponte metálica sobre o Rio Pardo, final do século XIX. São José do Rio Pardo, 23.09.2016, @marcusvidanq; Arquitetura urbana eclética, 23.09.16, @anaritarcorrea; Em detalhe o estuque, 23.09.16, @anaritarcorrea; Detalhe em madeira de muro em residência na área central, 23.09.2016, BORTOLUCCI; Mercado Municipal, 23.09.16, @anaritarcorrea; Estação Ferroviária, detalhe do gradil, 23.09.16, @marinalgt; Intervenções, 23.09.16, @anaritarcorrea.

ESTE LIVRO *DEPOIMENTOS E TRAJETÓRIAS: GRUPO DE PESQUISA PATRIMÔNIO, CIDADES E TERRITÓRIOS* MARCA OS SEIS ANOS DE EXISTÊNCIA DO REFERIDO GRUPO DE PESQUISA, COORDENADO PELA PROFESSORA DRA. MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI. MOMENTO OPORTUNO PARA QUE OS PESQUISADORES ENVOLVIDOS REALIZASSEM UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS PRÓPRIAS TRAJETÓRIAS DE PESQUISA, TRAZENDO UM RELATO CRÍTICO DE VIVÊNCIAS PROFISSIONAIS. ALÉM DISSO, OS DEPOIMENTOS SUSCITAM UM RICO E INTENSO DEBATE, EM DECORRÊNCIA DE AMPLA GAMA DE EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTOS EM TEMAS PERTINENTES AO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO NOS MAIS DIVERSOS ENFOQUES E NUANCES, RAZÃO PELA QUAL JUSTIFICOU A CRIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DO GRUPO NO IAU/USP E NO DIRETÓRIO DO CNPQ EM 2013.

USP



instituto de
arquitetura
e urbanismo
usp são carlos